



CIÊNCIAS SOCIAIS EM DIÁLOGO:

REFLEXÕES, PROCESSOS E RUPTURAS
EM TRANSIÇÃO



JOÃO PAULO HERGESEL
ROGER GOULART MELLO
ORGANIZADORES



2022



CIÊNCIAS SOCIAIS EM DIÁLOGO:

REFLEXÕES, PROCESSOS E RUPTURAS
EM TRANSIÇÃO



JOÃO PAULO HERGESEL
ROGER GOULART MELLO
ORGANIZADORES



2022

2022 by Editora e-Publicar
Copyright © Editora e-Publicar
Copyright do Texto © 2022 Os autores
Copyright da Edição © 2022 Editora e-Publicar
Direitos para esta edição cedidos à Editora e-Publicar
pelos autores

Editora Chefe
Patrícia Gonçalves de Freitas
Editor
Roger Goulart Mello
Diagramação
Roger Goulart Mello
Projeto gráfico e Edição de Arte
Patrícia Gonçalves de Freitas
Revisão
Os autores

CIÊNCIAS SOCIAIS EM DIÁLOGO: REFLEXÕES, PROCESSOS E RUPTURAS EM TRANSIÇÃO, VOLUME 1.

Todo o conteúdo dos capítulos, dados, informações e correções são de responsabilidade exclusiva dos autores. O download e compartilhamento da obra são permitidos desde que os créditos sejam devidamente atribuídos aos autores. É vedada a realização de alterações na obra, assim como sua utilização para fins comerciais.

A Editora e-Publicar não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade Federal de Santa Catarina
Alessandra Dale Giacomini Terra – Universidade Federal Fluminense
Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Andrelize Schabo Ferreira de Assis – Universidade Federal de Rondônia
Bianca Gabriely Ferreira Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Cristiana Barcelos da Silva – Universidade do Estado de Minas Gerais
Cristiane Elisa Ribas Batista – Universidade Federal de Santa Catarina
Daniel Ordane da Costa Vale – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Danyelle Andrade Mota – Universidade Tiradentes
Dayanne Tomaz Casimiro da Silva - Universidade Federal de Pernambuco
Diogo Luiz Lima Augusto – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Edwaldo Costa – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Elis Regina Barbosa Angelo – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Ernane Rosa Martins - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Fábio Pereira Cerdera – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Francisco Oricelio da Silva Brindeiro – Universidade Estadual do Ceará
Glaucio Martins da Silva Bandeira – Universidade Federal Fluminense
Helio Fernando Lobo Nogueira da Gama - Universidade Estadual De Santa Cruz
Inaldo Kley do Nascimento Moraes – Universidade CEUMA
João Paulo Hergesel - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro



2022

Jordany Gomes da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Jucilene Oliveira de Sousa – Universidade Estadual de Campinas
Luana Lima Guimarães – Universidade Federal do Ceará
Luma Mirely de Souza Brandão – Universidade Tiradentes
Mateus Dias Antunes – Universidade de São Paulo
Milson dos Santos Barbosa – Universidade Tiradentes
Naiola Paiva de Miranda - Universidade Federal do Ceará
Rafael Leal da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Rita Rodrigues de Souza - Universidade Estadual Paulista
Rodrigo Lema Del Rio Martins - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Willian Douglas Guilherme - Universidade Federal do Tocantins

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 Ciências Sociais em diálogo [livro eletrônico] : reflexões, processos e rupturas em transição: volume 1 / Organizadores João Paulo Hergesel, Roger Goulart Mello. – Rio de Janeiro, RJ: e-Publicar, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5364-059-7

1. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Hergesel, João Paulo.
II. Mello, Roger Goulart.

CDD 300

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Editora e-Publicar

Rio de Janeiro, Brasil

contato@editorapublicar.com.br

www.editorapublicar.com.br



2022

Apresentação

É com grande satisfação que a Editora e-Publicar vem apresentar a obra intitulada "Ciências Sociais em diálogo: Reflexões, processos e rupturas em transição, Volume 1". Neste livro engajados pesquisadores contribuíram com suas pesquisas. Esta obra é composta por capítulos que abordam múltiplos temas da área.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Editora e-Publicar

Sumário

CAPÍTULO 1	11
A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E O PAPEL DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE CACHOEIRA DO SUL	11
	Igor Noronha de Freitas Daniel Arruda Coronel
CAPÍTULO 2	30
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: APONTAMENTOS CRÍTICOS	30
	Haidée de Caez Pedroso Rodrigues
CAPÍTULO 3	49
EDUCAÇÃO FINANCEIRA VERSUS ENDIVIDAMENTO: ATITUDES E PRÁTICAS	49
	Janaina Fernanda da Silva Carlos Cesar Garcia Freitas
CAPÍTULO 4	69
EXPERIÊNCIAS COM CATALOGAÇÃO DE LIVROS E PRODUÇÃO DE BOLETIM INFORMATIVO PARA BIBLIOTECAS	69
	João Paulo Hergesel
CAPÍTULO 5	77
O DESAFIO DO IDEALISMO À ABORDAGEM SOCIAL	77
	Leonardo Luiz Silveira da Silva Larissa Santos Rocha da Silva
CAPÍTULO 6	95
TURISMO RELIGIOSO: O CASO DO MUSEU DE ARTE SACRA DE SANTA MARIA/RS	95
	Luciana de Aguiar Belizio Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad
CAPÍTULO 7	106
JUVENTUDE(S): UM CONCEITO EMERGENTE	106
	Diovane da Rosa Dill Janaína da Rosa Dill Juliana de Ávila Pacheco Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad Rodson Oldani Casanova Susana da Costa Mota

CAPÍTULO 8	116
DEMOCRACIA E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS: REQUISITOS GERAIS DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA LIBERAL.....	116
	Susana Da Costa Mota Leonice Aparecida De Fátima Alves Pereira Mourad Diovane Da Rosa Dill
CAPÍTULO 9	127
CONSIDERAÇÕES SOBRE AS INTERAÇÕES SOCIAIS E O IMPACTO DO METAVERSO	127
	Nandara Luiza Deprá Antunes Leonice Aparecida De Fátima Alves Pereira Mourad Susana Da Costa Mota
CAPÍTULO 10	137
A CATEGORIA TRABALHO PARA MARX: ALGUMAS APROXIMAÇÕES.....	137
	Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad Diovane da Rosa Dill Janaína da Rosa Dill Juliana de Ávila Pacheco Rodson Oldani Casanova Susana da Costa Mota
CAPÍTULO 11	148
LUCIDEZ, CONSCIÊNCIA E AUTORIDADE MARCAM O DISCURSO DE MULHERES CHEFES DE GOVERNO A FRENTE DO COMBATE A PANDEMIA, EM 2020, POR COVID-19	148
	Letícia Arantes Jury
CAPÍTULO 12	164
A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE POR ATOR/ÓRGÃO DE SUAS NORMATIVAS	164
	Mailson Santos Pereira Nilson Weisheimer
CAPÍTULO 13	180
A POLÍTICA DE COTAS ÉTNICO-RACIAIS COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL: EM QUESTÃO A LEI 12.990/2014.....	180
	Salvador de Souza Freitas Gabriela do Rosário Silva Shirlena Campos de Souza Amaral
CAPÍTULO 14	194
O DIREITO FUNDAMENTAL À PRIVACIDADE NA INTERNET 4.0: A INSERÇÃO DE “PORTAS NO CAMPO”	194
	Valéria Ribas do Nascimento
CAPÍTULO 15	214
PRÁTICAS ESPACIAIS: A LÓGICA DE EMPRESAS MINERADORAS NA (RE) ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	214
	Ana Regina Ferreira da Silva

CAPÍTULO 16	226
CULTURAS, TERRITÓRIOS E IDENTIDADES: DIALOGICIDADE ENTRE SUJEITOS POLÍTICOS.....	226
DOI: 10.47402/ed.ep.c2022152316597	Gáudia Maria Costa Leite Pereira João Batista de Oliveira Wagner Lins Lira Jorge Luiz Schirmer de Mattos
CAPÍTULO 17	236
FERRAMENTA DE REGIONALIZAÇÃO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE REGIÕES METROPOLITANAS NO ESTADO DA PARAÍBA – BRASIL.....	236
DOI: 10.47402/ed.ep.c2022152417597	Julia Diniz de Oliveira Raimundo Nonato Júnior
CAPÍTULO 18	249
O TEMOR DA SOLIDÃO E A (AUTO) DESCONSTRUÇÃO/ (RE) CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE LAURA MENDOZA EM NOVIA, ESPOSA Y AMANTE (1981)..	249
DOI: 10.47402/ed.ep.c2022152518597	Ana Rafaela Oliveira e Silva
CAPÍTULO 19	265
SINGULARIDADES DE NOSSO PROCESSO HISTÓRICO-SOCIAL COMO CAMINHOS DE REFLEXÃO SOBRE A ATUALIDADE	265
DOI: 10.47402/ed.ep.c2022152619597	Greice Martins Gomes
CAPÍTULO 20	272
A PROCURA POR BENEFÍCIOS SOCIAIS PELOS IMIGRANTES VENEZUELANOS NO CRAS/PINTOLÂNDIA/RR	272
DOI: 10.47402/ed.ep.c2022152720597	Rumenigge Ferreira da Silva Joani Silvana Capiberibe de Lyra
CAPÍTULO 21	290
O ESTADO CONTRA O POVO: O DIREITO COMO MERCADORIA E A EDUCAÇÃO EM DIREITOS COMO FERRAMENTA DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E PROMOÇÃO DA CIDADANIA.....	290
DOI: 10.47402/ed.ep.c2022152821597	Josué José Guimarães de Araújo Alcidiran de Jesus Sá Pereira Marjorie Evelyn Maranhão Silva
CAPÍTULO 22	306
GENOCÍDIO DO POVO NEGRO: RACISMO ESTRUTURAL	306
DOI: 10.47402/ed.ep.c2022152922597	Mônica A. P. C. Luz Flávia Abud Luz
CAPÍTULO 23	315
LAZER – RELEVANTE FORMAÇÃO SOCIAL	315
DOI: 10.47402/ed.ep.c2022153023597	Adelcio Machado dos Santos

CAPÍTULO 24	326
O CICLO “PARADA DE DEUS” DE MARIA ALICE BARROSO: ANÁLISE DOS PERFIS FEMININOS DE CINCO ROMANCES REGIONALISTAS FLUMINENSES DE AUTORIA FEMININA	326
DOI: 10.47402/ed.ep.c2022153124597	Ana Lúcia Lima da Costa Schmidt Camila Soreano da Silva Oliveira Ester Portugal da Silva Rocha Gabriella de Mello Fíngolo Sarah Maria Augusta Teixeira Sarah Ramos de Souza
CAPÍTULO 25	346
HISTÓRIA LOCAL E PRODUÇÃO MEMORIALÍSTICA – ABORDAGENS CRÍTICAS ACERCA DAS NARRATIVAS DE TRANQUILINO TORRES SOBRE VITÓRIA DA CONQUISTA – BA	346
DOI: 10.47402/ed.ep.c2022153225597	Daniel Santos Mota José Alves Dias
CAPÍTULO 26	368
MONGE SÃO JOÃO MARIA: UM CONTEXTO DE FÉ E LUTA NA REGIÃO DO CONTESTADO	368
DOI: 10.47402/ed.ep.c2022153326597	Érica Karina Silva Crislaine Letícia Vereta
CAPÍTULO 27	379
OXUNISMO: UM MOVIMENTO CAPAZ DE LER AS EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES AFRICANAS DIANTE DA HEGEMONIA DA CULTURA OCIDENTAL	379
DOI: 10.47402/ed.ep.c2022153427597	Oswaldo César Fernandes Copque Maria Raidalva Nery Barreto
CAPÍTULO 28	392
A CRISTANDADE E O ECUMENISMO	392
DOI: 10.47402/ed.ep.c2022153528597	Adelcio Machado dos Santos Rubens Luís Freiberger Daniel Tenconi Danielle Martins Leffer Alisson André Escher
CAPÍTULO 29	403
ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO CENTRO DE REFERÊNCIA MARIA QUITÉRIA EM FEIRA DE SANTANA, BAHIA	403
DOI: 10.47402/ed.ep.c2022153629597	Jaciane Pereira da Silva Acácia Batista Dias
CAPÍTULO 30	419
AÇÃO SOCIAL, MATÉRIA-PRIMA DA SOCIOLOGIA	419
DOI: 10.47402/ed.ep.c2022153730597	Adelcio Machado dos Santos Dreon Mendes Rubens Luís Freiberger



CAPÍTULO 1

A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E O PAPEL DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE CACHOEIRA DO SUL

Igor Noronha de Freitas
Daniel Arruda Coronel

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar a atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Cachoeira do Sul, quanto às ações voltadas ao setor primário no município, considerando sua vocação econômica agropastoril, a partir da análise das suas atas de 2015 a 2019. Para responder à proposta, a pesquisa é delimitada como exploratória, com a utilização de revisão bibliográfica e análise documental das normas vigentes referentes ao Conselho. O estudo de caso delimitou a unidade, coletou os dados necessários, fez a seleção, análise e interpretação desses dados e, a partir dessa etapa, foi elaborado o relatório. Com base nos resultados, concluiu-se que o colegiado tratou de vários assuntos atinentes ao setor primário no município. Apesar disso, os papéis de atores políticos e sociais podem ser aperfeiçoados. Além da reciprocidade, estes devem ter um caráter de complementariedade, em que cada um atua nos limites previstos na Constituição Federal de 1988.

PALAVRAS CHAVE: Democracia Participativa; Conselho Municipal; Desenvolvimento Rural.


INTRODUÇÃO

A importância da democracia participativa como instrumento da gestão do Estado e como manifestação da cidadania ganha relevo em um ambiente de debates sobre a legitimidade do sistema de representação. Segundo Avritzer e Pereira (2005), o aumento da complexidade com que está caracterizada a vida social acena para novas reflexões quanto à forma de governo.

Acompanhando esse processo, a Constituição de 1988 foi concebida com mecanismos que fortalecem a cidadania. Esse documento estabeleceu ainda uma nova forma de federalismo quando incluiu os municípios como entes federados, dotando-os de autonomias próprias. Com isso, segundo Santin e Favretto (2017, p.127), “o município tornou-se um campo promissor na efetivação de políticas públicas” garantidoras dos direitos fundamentais de seus munícipes.

Nesse cenário de avanço participativo surgem os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural a partir do estabelecimento do Pronaf¹ em 1995, para serem um elo entre o agricultor familiar e suas entidades de representação com os demais segmentos da

¹ Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar.



sociedade organizada, visando a um Plano de Desenvolvimento Regional (DOS SANTOS; DE ANDRADE NETO, 2015). De acordo com Grisa et. al. (2017), a partir disso os agricultores familiares começam a ser reconhecidos enquanto categoria social com suas próprias políticas públicas e normas.

A agricultura familiar, cujo principal papel é o abastecimento interno e o agronegócio, com sua vocação voltada às exportações, demanda, dos poderes públicos, políticas específicas às suas necessidades. Dessa forma, o papel do desenvolvimento rural refere-se a estas duas formas de produção, complementares entre si: o agronegócio e a agricultura familiar. Segundo o documento de referência à 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (2ª CNDRSS), ocorrida em 2013, as características do desenvolvimento rural não residem unicamente na modernização agrícola ou industrialização e urbanização do campo, mas estão ligadas à forma como as capacidades (humanas, políticas, culturais e técnicas) agem na melhoria da vida das comunidades através das mudanças nas suas ações junto ao Estado, mercado e sociedade civil.

Seguindo essa temática, o objetivo deste estudo é analisar a atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Cachoeira do Sul, quanto às ações voltadas ao setor primário no município, considerando sua vocação econômica agropastoril.


Este estudo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção apresenta-se a fundamentação teórica que se estrutura em dois pilares, a democracia participativa e o desenvolvimento rural. Na terceira sessão está a metodologia usada para o desenvolvimento do estudo, na seção seguinte os resultados são analisados e discutidos e, por fim, apresentam-se as conclusões do trabalho.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este trabalho baseia-se em dois alicerces teóricos: a democracia participativa e o desenvolvimento rural. No primeiro, serão abordados a participação social e os conselhos municipais. Após, é tratado o desenvolvimento rural sob a ótica conceitual e sua atual concepção.

Democracia participativa

A democracia participativa é fruto de constante análise do ponto de vista doutrinário. Esses pensamentos refletem-se institucionalmente, e a participação social nas decisões políticas ocupa grande espaço nos estudos dos teóricos da democracia. Para De Oliveira Costa (2007, p. 217), a teoria tradicional de democracia, moldada no século XVIII, dá ao povo protagonismo




central de onde vem “a noção de soberania popular do governo do povo, para o povo e pelo povo”. É a democracia direta defendida por Rousseau, traço marcante da sua teoria. Segundo Da Silva et. al. (2017), concessões dessa soberania são feitas ao Estado, formado pelo povo e regido pelo contrato social, para que proteja a si e suas propriedades, reforçando a centralidade do povo como principal elemento do agir estatal.

Por outro lado, a evolução da história mostrou que a democracia representativa se mostrou necessária, sendo o melhor regime político no cenário moderno das nações. Aquela democracia direta, difundida em Atenas, é incompatível com os tempos modernos, sendo a representação um processo de confiança junto a cidadãos engajados (DALAQUA, 2019). De acordo com Pereira (2019), a metade final do século XX foi marcada pela ascensão de regimes democráticos em quase todas as partes do mundo, explicando a grande produção intelectual sobre democracia. O autor menciona que foi nesse período que ganhou destaque a denominada teoria competitiva da democracia, destacando-se dois modelos que apresentam diferenças entre si: o elitista e o pluralista. O primeiro tem Joseph Schumpeter como seu teórico e o segundo, o cientista político Robert Dahl. Segundo Pateman (1992, p. 13), o pensamento schumpeteriano define que o método democrático elitista é o “arranjo institucional para se chegar a decisões políticas no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir utilizando para isso uma luta competitiva pelo voto do povo”, uma forma procedimental. Esse pensamento foi expandido pela teoria pluralista de Dahl. De acordo com De Oliveira Costa (2007, p. 220), Dahl faz essa ressalva, “por julgá-la mais adequada às sociedades modernas, segundo a qual o poder está distribuído entre diferentes grupos”. Com esses aspectos plurais, uma sociedade democrática é marcada por forte competição entre grupos políticos.

Aspectos constitucionais

O Brasil é constituído como um Estado Democrático de Direito, onde a lei escrita rege suas relações. A Constituição Federal (CF) de 1988 prevê que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”, nos seus termos². De acordo com Lenza (2007, p. 45), “além de desempenhar o poder de maneira indireta (democracia representativa) o povo também realiza diretamente concretizando a soberania popular”. Assim, a cidadania surge dentre os fundamentos da República Federativa do Brasil, já no seu artigo 1º. É uma cidadania qualificada, núcleo dos direitos fundamentais do artigo quinto.

² Art. 1º, Parágrafo único.



Segundo Avritzer (2013, p. 11), a promulgação da Constituição de 1988 “promoveu forte avanço da participação social, juntamente com as legislações infraconstitucionais que lhe seguiram”, em contraponto ao ambiente anterior, cheio de limitações à participação da sociedade (SCHIER; MELO, 2017). De acordo com Vilela (2005), é nesse ambiente, favorável à participação social, que há a capacidade conferida à sociedade civil de interagir com o Estado na definição das políticas públicas. Para Bresser-Pereira (2009, p. 193), “a nova Democracia que está surgindo é participativa ou republicana porque a tradição republicana se baseia na participação dos cidadãos no processo político”.

Diante da previsão constitucional desses cenários participativos, há a necessidade de implementar o que até então estava somente no plano teórico. Ainda nessa perspectiva, segundo Bonavides (2001, p. 50), “todo regime constitucional que se estabelecer sem a efetiva participação do povo em grau de soberania será tão-somente formalismo, simbolismo, nominalismo; nunca realidade, fato, substância”. É preciso referir que enquanto o mundo discute a diminuição do Estado, no Brasil a nova ordem constitucional traz descentralizações administrativas, com a ampliação de competências dos municípios e o aumento da participação social. Cerqueira (2015), entende que essa diminuição do Estado decorre do Consenso de Washington e de ideias neoliberais, em que a desregulamentação, a privatização e a limitação dos sindicatos são as propostas à superação da crise.

A autonomia dos municípios e os conselhos municipais

A Constituição vigente estabeleceu ainda um novo modelo de federalismo quando incluiu os municípios como entes federados, juntos à União e aos estados. Conforme Meirelles (2001, p. 729), trata-se de uma “peculiaridade nossa, pois em nenhum outro Estado soberano se encontra o município como peça do regime federativo”. Segundo o autor, essa autonomia é assegurada para assuntos de interesse local, segundo o artigo 30 da Constituição. De acordo com Justen Filho (2015), a autonomia dos municípios frente à União dá-se no campo da repartição de competências prevista na CF. De acordo com Santin e Favretto (2017, p. 127), essa condição fez “o município tornar-se promissor na efetivação de políticas públicas garantidoras do atendimento dos direitos fundamentais de seus cidadãos”. Conforme os autores, “este processo fez crescer o protagonismo do poder local” e sua relevância na vida das comunidades, visto que a realização das necessidades que levam ao desenvolvimento social exige articulações locais.

Para Machado e Palotti (2015), o papel da União na formulação, coordenação e supervisão das políticas sociais, aliado à concentração das receitas públicas lhe dá prerrogativas diferentes que impactam na transferência dos recursos necessários à execução da política pública, bem como na cobrança e fiscalização das responsabilidades, de forma a permitir que controle, audite e puna, dentro dos requisitos nacionais, problemas na utilização dos recursos, apontando, segundo os autores, para um “federalismo centralizado” (p. 127). Arretche (2004) é de opinião que essa institucionalidade na organização das políticas públicas serve à obtenção de metas previstas e ao balizamento no comportamento dos governos locais, mas por outro lado, permite a redução dos riscos de conflitos entre programas. Nesse cenário, aparecem os conselhos municipais de políticas públicas, espaços onde demandas sociais são levantadas, discutidas e apreciadas. Para Vilela (2005), estes estão presentes na quase totalidade dos mais de 5000 municípios brasileiros, constituindo-se de colegiados permanentes, deliberativos ou consultivos, dependendo da característica conferida pela lei que os criou, a quem cabe a formulação, supervisão e avaliação das políticas públicas dos municípios.

Para Avelino, Ribeiro e Machado (2017), os conselhos municipais são formados por representantes do Poder Executivo e da sociedade civil, e juntos contribuem para a elaboração dos planos de ação para a cidade de acordo com o objeto do colegiado e a realidade local, através de reuniões periódicas e discussões. No entendimento de Abramovay (2001, p. 121) “os conselhos gestores é a mais importante inovação institucional das políticas públicas no Brasil democrático” e, segundo Teixeira (2013), é uma alternativa à descentralização administrativa. Assim se chega às funções centrais dos colegiados cuja classificação feita por Avritzer (2013) é descrita no Quadro 1.

Quadro 1 – Funções Centrais dos Conselhos.

Função Central	Característica
Deliberativa	Permite ao colegiado decidir sobre as políticas públicas de sua competência.
Consultiva	Está relacionada às opiniões e sugestões sobre temas que lhes são afeitos.
Fiscalizadora	Acompanhamento e o controle dos atos praticados pelos governantes na gestão das políticas públicas.
Mobilizadora	Estimula a participação popular nos processos decisórios da administração pública.
Publicizante	Dissemina informações à sociedade sobre os atos praticados pelo poder público.

Fonte: Avritzer (2013).

Partindo do conhecimento de cada uma dessas funções, o conselheiro pode acompanhar e melhor monitorar a efetivação dos serviços públicos na sua localidade. Dessa forma, em 1999 foi criado o CONDRS (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável) objeto deste

estudo quando se analisa esse colegiado no âmbito municipal de Cachoeira do Sul, RS. Conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013) os colegiados municipais foram criados a partir da criação do Pronaf, em 1995, o qual era uma linha de crédito aos agricultores familiares. Para receberem estes recursos, as cidades desses agricultores deveriam ter plano de desenvolvimento rural aprovado por conselho. Segundo Dos Santos e De Andrade Neto (2015), esses conselhos municipais objetivaram a relação entre o agricultor familiar, através de canais de representação, com outros setores organizados, de modo a promover um plano de desenvolvimento regional.

Teixeira (2013) entende que o aumento da participação vivenciado no Brasil deu origem a diferentes pontos de vista e apresenta uma classificação quanto à forma de participação: emancipação, deliberação e escuta.. Analisando cada uma dessas formas é que se pode compreender o papel dos conselhos nessa linha evolutiva, como se observa no Quadro 2.

Quadro 2 – As formas de participação.

Forma de participação	Período	Característica
Emancipação	1975-1990	Debates iniciais, nos movimentos sociais, Assembleia Nacional Constituinte e consolidação da Constituição Federal de 1988.
Deliberação	1991-2002	Como repartição do poder de governar. Grande expectativa dos movimentos sociais. Experiências iniciais e disseminação de conselhos Brasil afora.
Escuta	2003-2010	É vista como colaboração vigilante. Eram grandes as expectativas por um grande projeto participativo, dessa vez no plano federal.

Fonte: Teixeira (2013).

Para Teixeira (2013, p. 4) “olhar diretamente para as instituições participativas existentes é pensar como os atores se movimentaram em torno da sua criação, tornando claras as formas de concepção do ideário participativo”. A forma de atuação na participação social resulta em como uma política pública se desenvolve. No caso deste estudo, o desenvolvimento rural vem evoluindo em termos conceituais, como se observa no tópico a seguir. Em Cachoeira do Sul, o colegiado foi criado em 1996, pela lei municipal nº 2926, com o nome de Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário (COMAGRO), órgão deliberativo e de assessoramento do poder executivo municipal³. Atualmente, a norma que disciplina o colegiado no município é a lei municipal nº 4343, de 2014, a qual deu sua atual denominação, COMDER.

³ Artigo 1º da norma.



Desenvolvimento rural

Segundo o documento de referência à 2ª CNDRSS, a ideia de desenvolvimento rural não se caracteriza pela modernização agrícola, industrialização, muito menos com a urbanização do campo, mas dialoga com o ambiente de condições capacitantes, sejam elas de ordem humana, cultural, técnica ou política, com as quais as comunidades agem na transformação e melhoria nas suas condições de vida, através de alterações nas suas interações com a administração pública, o mercado e a sociedade civil (IPEA, 2013). Essa nova concepção vai de encontro ao que tradicionalmente se pensava, uma vez que, por muito tempo, de acordo com Deponti e Schneider (2013), as teorias entenderam o desenvolvimento rural como sendo a troca de formas atrasadas ou tradicionais por modernas práticas e tecnologias de produção.


Esse novo olhar para o desenvolvimento rural tem origem no pensamento cepalino⁴ e importa referir seus objetivos. Segundo Coronel e Filippi (2007), os cepalinos focavam no estudo dos motivos pelos quais se dava o atraso econômico dos países do bloco, e a conclusão a que os teóricos chegaram residia no modelo primário agroexportador e a maneira como esses países se relacionavam no mercado internacional. Focados nas bases onde se alicerçava a produção desses países, os economistas cepalinos, principalmente Prebisch⁵ e Furtado⁶, criaram um modelo de análise a respeito dos problemas econômicos e sociais na região, o modelo histórico-estruturalista (MORAES et. al., 2020). Dessa forma, pode-se dizer que a preocupação da CEPAL se voltava à vocação econômica dos países do bloco e como esta se relacionava no plano internacional;

Assim é que, segundo Cardona et. al. (2016), desde a década de 1950 até a atualidade, se vivencia alterações no espaço rural, no qual a sociedade civil estabelece parcerias e redes junto ao Estado, que segue legítimo, mas articula o necessário protagonismo dos atores locais e territoriais com uma concepção de rural que comporta diversidade econômica, social e cultural. Uma proposta de análise metodológica desse fenômeno foi proposta por Kageyama (2006), que entende que o desenvolvimento rural combina aspectos econômicos, pela renda, e sociais, na melhoria nos níveis e na estabilidade. A partir desse método, o fenômeno do desenvolvimento rural foi se tornando mais compreensível. Para De Souza (2019, p. 127) “o

⁴ A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), foi criada em 1948, com sede no Chile. Seu objetivo reside no estudo dos motivos do atraso no nível desenvolvimento econômico dos países Latino Americanos.

⁵ Economista argentino, destacado intelectual da CEPAL, tendo iniciado a linha estruturalista do pensamento econômico.

⁶ Um dos grandes economistas brasileiros ao longo do século XX. Suas ideias sobre o desenvolvimento econômico e o subdesenvolvimento enfatizavam o papel do Estado na economia.




desenvolvimento rural é um processo e não um fim”, e o processo de desenvolvimento nas comunidades rurais dialoga com temas que vão da geração de emprego e renda, passando pelas questões de vulnerabilidade – tanto social quanto produtiva –, chegando a questões como o êxodo rural, a gestão e sucessão das unidades, entre outros. Por conta desses avanços é que a doutrina vem se denominando de rural contemporâneo. Segundo Guimarães et. al. (2015), há uma diminuição das diferenças históricas entre o urbano e o rural – este não se restringido apenas ao agrícola ou a ser contrário ao urbano, reforçando que este novo rural está em constante mutação para oferecer justamente as respostas para orientar políticas públicas e indutoras do desenvolvimento.

METODOLOGIA

Quanto ao seu delineamento, o trabalho é um estudo de caso exploratório com utilização de revisão bibliográfica. Segundo Gil (2008, p. 27), “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

De acordo com Ventura (2007), delimitada a unidade a que se refere o caso, ao pesquisador cabe a percepção de quais dados serão suficientes para chegar ao entendimento como um todo. A coleta dos dados pode ser feita através de vários procedimentos, tanto qualitativos como quantitativos, ou seja, observações, análise documental, entrevistas, questionários, formal, levantamentos de dados, havendo um gama de procedimentos que podem ser adotados. De acordo com Yin (2001), as informações documentais são de grande importância a todos os estudos de caso, que vêm para confirmar as evidências trazidas por outras fontes.

Para a seleção de dados, de acordo com Ventura (2007), deve ser levado em conta o que a investigação objetiva e quais dados servirão a esse propósito. A última fase, o relatório, deve especificar como se deu a coleta dos dados, a teoria na qual o estudo se baseou e a comprovação de que esses dados são verdadeiros e fidedignos. É com esse caráter organizacional que o trabalho se desenvolve. A delimitação está estabelecida pelo objeto do estudo, o COMDER de Cachoeira do Sul e as ações nos cinco anos, de 2015 a 2019, da delimitação temporal. Inicialmente foi feita uma análise da lei de criação e, após, houve a análise dos temas levados ao plenário através da leitura das atas lavradas nas reuniões, como detalhado na Tabela 1. Após isso, os temas foram divididos em três vertentes: o papel do conselho, a logística e os



equipamentos e a interação com o poder público. Delineados a coleta dos dados e o método utilizado, passa-se à análise dos resultados obtidos.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A norma que disciplina o COMDER no município⁷ traz as finalidades do colegiado:

I – participar na definição das políticas para o desenvolvimento agropecuário, o desenvolvimento social das comunidades rurais, o abastecimento alimentar e a defesa do meio ambiente;

II – promover a conjugação de esforços, a integração de ações e a utilização racional dos recursos públicos e privados em busca de objetivos comuns;

III – participar da elaboração, acompanhar a execução e avaliar os resultados dos planos, programas e projetos destinados ao setor rural;

IV - promover a realização de estudos, pesquisas e levantamentos de informações que servirão de subsídios para o conhecimento da realidade do meio rural;

V – zelar pelo cumprimento das leis municipais e das questões relativas ao meio ambiente, sugerindo, inclusive, mudanças visando ao seu aperfeiçoamento; e,

VI – cobrar do Poder Executivo Municipal a prestação de contas de atividades públicas destinadas ao meio rural.

Analisando as finalidades do COMDER cachoeirense, observa-se a quantidade de responsabilidades que o colegiado possui. A partir das atas fornecidas pelas diretorias do colegiado, verifica-se sua atuação como fórum de discussão, proposição e fiscalização das ações voltadas ao desenvolvimento rural do município. A quantidade de atas analisadas, como seus respectivos números de ordem e o ano a que cada uma delas se refere está na Tabela 1.

Tabela 1 – Atas do COMDER.

Ano	Atas nº	Quantidade
2015	201 a 212	12 atas
2016	213 a 226	14 atas
2017	227 a 241	15 atas
2018	242 a 252	11 atas
2019	253 a 264	12 atas
Total		63 atas

Fonte: Organização do autor.

⁷ Lei municipal nº 4343, de 2014.

Foi dada ênfase às três maiores incidências, como observado nas Tabela 2, a seguir. Para melhor sistematizar as demandas que são levadas às reuniões do colegiado, optou-se por dividir os assuntos em três temas:

a) O primeiro deles, diretamente ligado ao objetivo geral deste estudo, que trata do papel do conselho, onde aparecem as percepções dos conselheiros sobre o colegiado que integram, no sentido da cidadania ativa como referida no referencial teórico.

b) No segundo eixo, a logística e os equipamentos são considerados. A municipalidade tem uma extensa malha viária de estradas no interior e, segundo Moreira (2017), nos aproximadamente 3300 quilômetros de vias é que esteve a prioridade histórica da atuação das administrações públicas municipais, em função do estado precário das estradas. Segundo o autor, as políticas públicas de cunho sociais foram relegadas à margem das escolhas locais, ficando estas a cargo dos governos estadual e federal. Outros itens como maquinário são analisados, pois a municipalidade possui políticas públicas envolvendo esses utensílios necessários à produção.

c) No terceiro item, a temática são as políticas públicas, em todos os níveis de governo que chegam ao COMDER.

Tabela 2 – Pautas do COMDER de 2015.

1 – Papel do conselho	
1º - Efetividade, participantes desestimulados, evasão constante.	7
2º - Prefeitura desrespeita o conselho, não envia representante, secretário do interior não comparece. Uma vez teve a presença do prefeito.	6
3º - COMDER sempre foi parceiro da Prefeitura.	1
2 - Logística e equipamentos	
1º - Patrulha agrícola (relatórios, demandas, pendências, falta de recursos).	12
2º - Estradas no interior (manutenção, limpeza, iluminação, ajuda comunitária).	5
3º -Aquisição de equipamentos – máquina de pequeno porte (licitação).	3
3 - Interação com o poder público	
1º - Vacinação contra febre aftosa	4
2º - Imposto Territorial Rural; critérios de cobrança, pouca destinação ao interior; Programa do Calcário e Lei Fundo Municipal do Desenvolvimento Rural (cada).	3

Fonte: Atas do COMDER do período.

Em 2015, o papel do colegiado e os motivos para participarem deste foi o assunto mais recorrente, seguido do tratamento dado pela Prefeitura ao conselho. A patrulha agrícola mecanizada, principal assunto quando se tratou de logística e equipamentos, foi criada em 2002, pela lei municipal 3367, criando o comodato entre Prefeitura e associações de moradores do

meio rural, regulamentando seus serviços. Os objetivos da patrulha agrícola mecanizada, previstos no artigo 2º da lei, é prestar serviços aos pequenos produtores rurais do município, como a aplicação de calcário, discagem, subsolagem, abertura de açudes e bebedouros, além de outros serviços afins.

Analisando a temática pertinente à interação com o poder público, verifica-se que os principais assuntos foram as campanhas de vacinação contra a febre aftosa, tratadas pelo representante da inspetoria veterinária do estado em Cachoeira do Sul, o imposto territorial rural (ITR) no aspecto de retorno do recurso arrecadado, o Programa Municipal de Calcário e a Lei do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural. O Programa Municipal de Calcário, instituído pela lei municipal nº 3100, de 1998, trata-se de um convênio com o estado do Rio Grande do Sul visando à recuperação e fertilidade do solo⁸. Em 2015, foi referido pelo colegiado, em matéria de interação com o poder público, a remodelação da Lei do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário. Criado em 1988, pela lei municipal nº 2271, destinava-se ao fomento agropecuário das pequenas e médias propriedades rurais de Cachoeira do Sul, cujas finalidades específicas eram o custeio da atividade rural e proporcionar investimentos aos proprietários do setor⁹.

Tabela 3 – Pautas do COMDER de 2016.

1 - Papel do conselho	
1º - Efetividade, organização, regimento interno, representação na Câmara Vereadores.	8
2º - Consulta popular. Pautas para o fortalecimento de propostas de DR ¹⁰ .	6
3º - Governo (representante no conselho) e visitas a EMATER ¹¹ , SMAP ¹² e STR ¹³ (cada).	1
2 - Logística e equipamentos	
1º - Maquinário: prestação de contas, inventário, cedências, sucateamento.	6
2º - Estradas interior (condições precárias, falta licenciamento ambiental, FEPAM ¹⁴).	5
3º - Patrulha agrícola (relatórios, demandas).	3
3 - Interação com o poder público	
1º - PMDR (diagnóstico, plano de ação, prazo para PPA e aprovação).	15
2º - FEAPER (análise, projetos em execução e futuros e fiscalização).	7
3º - Regimento Interno Feira Livre e VTN (valor da terra nua), levantamento de dados, discordância de valores (cada).	6

Fonte: atas do COMDER do período.

⁸ A aplicação de calcário, especificamente, vem prevista no artigo 2º, inciso I, da lei nº 3.367, de 2002, que regulamentou os serviços de patrulha agrícola.

⁹ Artigos 1º e 2º da lei.

¹⁰ Desenvolvimento Rural.

¹¹ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

¹² Secretaria Municipal da Agricultura e Pecuária.

¹³ Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

¹⁴ Fundação Estadual de Proteção Ambiental.

Em 2016, a temática da efetividade do Conselho seguiu sendo objeto de pauta, sendo mencionada em oito oportunidades. Nesse ano ainda foi dada atenção à consulta popular do governo do estado para que fossem priorizadas demandas envolvendo o desenvolvimento rural. Disciplinada pela lei estadual 11.179, de 1998, a consulta popular destina recursos a 28 regiões dos Coredes (Conselhos Regionais de Desenvolvimento).

Quanto à logística e os equipamentos, em 2016, foi dada maior atenção à situação e às condições do maquinário da Prefeitura Municipal. As estradas seguiram entre as principais demandas, ocupando novamente a segunda posição nesse quesito. Dessa vez, apareceu a preocupação com a necessidade da FEPAM em autorizar a poda de árvores que cresciam e adentravam as vias. Mencionada mais vezes em 2015, a patrulha agrícola recebeu menor atenção em 2016, sendo referida apenas em três oportunidades.

Na interação com o poder público, o conselho tratou 15 vezes sobre o PMDR, pois naquele ano aconteceu uma conferência municipal em 14 de dezembro. Um dos motivos da atenção dada ao plano, além dos seus objetivos, era que a agenda programática fizesse parte do plano plurianual (PPA) do ano seguinte, 2017. Outro assunto que se destacou nessa temática, sendo referido em sete oportunidades, foi a política pública instituída pela lei estadual nº 8511, de 1988, que trata da criação do FEAPER. Foram analisados e fiscalizados projetos executados ou com previsão de sê-los pelos produtores locais do município. Referidos seis vezes cada um deles, a proposta de regimento interno para a feira livre municipal¹⁵ e os valores referentes à terra nua, para fins de cálculo do ITR, também se destacaram nesse tema.

Tabela 4 – Pautas do COMDER de 2017.

1 - Papel do conselho	
1º - Regimento Interno Feira Livre Municipal (fiscalização desrespeitosa, conselho deve fiscalizar, notificações MP, constituição da comissão de feirantes).	13
2º - COMDER (eleições da diretoria, novas entidades, reuniões itinerantes no interior, proximidade secretárias e conselho, efetividade).	12
2 - Logística e equipamentos	
1º - AFRUCA (equipamentos, espaço cedido e caminhão frigorífico);	9
2º - Água no Interior (poços artesanais, apoio Corsan, SMIT solicita canos, roteiros, projetos cisternas, convênio 487/2012) (cada).	9
3º - Maquinário (manejo adubo, colheitadeira, Patrulha Agrícola Mecanizada, cobrança taxa de uso).	8
3 - Interação com o poder público	
1º - PMDR.	9
2º - Programa Piscicultura (equipamentos e projetos micros açudes concessão).	6

¹⁵ Criada em 1958, pela lei municipal nº 657, e em 1960, pela lei nº 842, teve sua finalidade definida prevendo que servia à comercialização de vários produtos de alimentícios produzidos no interior do município.

Fonte: atas do COMDER do período.

Em 2017, intensificaram-se as fiscalizações dos órgãos de inspeção junto aos produtores, e o regimento interno da feira livre municipal foi o mais debatido, com 13 referências na temática da efetividade do conselho. As reclamações dos feirantes e produtores agroindustriais mencionavam fiscalizações desrespeitosas e notificações emitidas pelo Ministério Público (MP), que deixavam os feirantes tensos e receosos, temendo a perda da sua produção por apreensões¹⁶. A Prefeitura municipal atuou junto ao MP, a fim de elaborarem um termo de ajustamento de conduta (TAC) com relação às inspeções de estabelecimentos que vendem produtos animais, vegetais, feira livre e agroindústrias¹⁷. Segundo Farias (2020) “a natureza do TAC é de substituição de penalidade, possuindo em regra feição pré-processual e contendo obrigação de caráter líquido e certo”¹⁸. Dentro desse contexto, uma audiência¹⁹ pública na comissão de agricultura, pecuária e cooperativismo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul aconteceu na Câmara Municipal de Cachoeira do Sul, em 29 de maio daquele ano, reunindo cerca de 250 pessoas. Houve relatos de abusos praticados durante procedimentos de inspeção que resultaram no fechamento de nove estabelecimentos. Junto ao assunto das fiscalizações, em 12 oportunidades o conselho tratou da sua efetividade, da inclusão de novos representantes e da possibilidade de as reuniões serem itinerantes, para facilitar a participação principalmente dos conselheiros que moram no interior.

O tema da logística e equipamentos tratou dos equipamentos que foram cedidos à Associação Cachoeirense de Fruticultura (AFRUCA) e da necessidade de abastecimento de água no interior do município, tendo sido pautados, cada um, em nove oportunidades. Nessa temática, o assunto maquinário da Prefeitura ocupou a pauta do colegiado por oito vezes.

Na interação com o poder público, o assunto que foi mais pautado foi a previsão no PPA do que fora discutido no PMDR, visto que, em 2017, foi o primeiro de gestão. O programa de piscicultura, que incentiva a criação de peixes e auxilia na construção de açudes, a análise de

¹⁶ Notícia veiculada no Jornal do Povo à época, disponível em: https://www.jornaldopovo.com.br/mobile/site/noticias/258254/Medo_da_fiscalizacao_deixa_feirantes_tensos.html. Acesso em: 2 abr 2021.

¹⁷ Disponível em: <https://www.cachoeiradosul.rs.gov.br/portal/noticias/0/3/2663/prefeitura-e-mp-comecaram-atracar-o-tac-das-fiscalizacoes>. Acesso em: 2 abr. 2021.

¹⁸ Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-abr-04/ambiente-juridico-termo-ajustamento-conduta-celeridade-processual>. Acesso em: 2 abr. 2021.

¹⁹ Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/agenciadenoticias/destaque/tabid/855/IdMateria/309779/Default.aspx>. Acesso em: abril 2021.

projetos FEAPER e a coleta seletiva no interior²⁰, foram tratados em seis vezes nas reuniões nesse ano. A Tabela 5 traz os assuntos mais referidos no colegiado em 2018.

Tabela 5 – Pautas do COMDER de 2018.

1 - Papel do conselho	
1º - COMDER (agilizar emissão CISPOA ²¹ e Secretaria de Governo solicita atas).	3
2º - COMDEMA (reunião exclusão STR e SR ²² , ATR ²³).	2
2 - Logística e equipamentos	
1º - Água no Interior (canos entregues, Projeto Cisternas, SMAP e Batalhão no abastecimento, perfuração de poços, estudo para captação de água, caminhão pipa).	16
2º - Patrulha Agrícola (PAM) - relatórios, demandas, cessão uso, valores e taxas, relatório de uso, emenda parlamentar, sem máquinas, levantamento maquinário.	10
3º - Estradas do interior (intransitáveis, ponte São Nicolau)	4
3 - Interação com o poder público	
1º - Programa Agroindústrias (inscritos, comitê gestor, novos equipamentos, Câmara Vereadores não disponibilizou recurso, agroindústrias sem legalização).	8
2º PAA e PNAE (lista de beneficiários, tabela CONAB ²⁴) e Coleta Lixo Interior (cada uma).	4

Fonte: atas do COMDER do período.

Em 2018, na temática sobre o papel do conselho, o assunto que mais foi pautado foi a necessidade de agilidade nas emissões das autorizações pela DIPOA (Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal) do governo do estado²⁵, em três oportunidades. Com a mesma frequência, o alerta da Secretaria Municipal de Governo sobre o cumprimento da lei municipal nº 4416, de 2015, que trata da remessa mensal das atas dos conselhos municipais ao poder legislativo. A exclusão de representações do conselho municipal do meio ambiente não ter pertinência com o papel do COMDER foi tratada duas vezes.

No que tange à logística e equipamentos, a preocupação em levar água ao interior do município foi grande, tratada 16 vezes. Além disso, a patrulha agrícola esteve em pauta por 10 ocasiões, e precariedade das estradas foi discutida em quatro oportunidades.

Quanto à interação com o poder público, foi dada maior atenção ao programa municipal de agroindústrias, sendo tratado em oito reuniões os temas relativos à homologação de inscritos

²⁰ Demanda que surgiu no Comdema (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente).

²¹ Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

²² Sindicato Rural.

²³ Associação das Trabalhadoras Rurais.

²⁴ Companhia Nacional de Abastecimento.

²⁵ Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/divisao-de-inspecao-de-produtos-de-origem-animal-dipoa#:~:text=A%20Divis%C3%A3o%20de%20Inspe%C3%A7%C3%A3o%20de,de%20origem%20animal%20do%20Estado>. Acesso em: 2 abr. 2021.

e da solicitação de novos equipamentos e recursos, com base na lei municipal nº 4198, de 2012, que concede incentivos fiscais, materiais e financeiros a empreendimentos, preferencialmente com origem na agricultura familiar, de pequeno e médio porte. Programas nacionais, como o PAA e o PNAE²⁶, assim como a retomada das discussões sobre a coleta seletiva de resíduos, foram pautados quatro vezes durante esse ano. A Tabela 6 traz o que foi pautado no colegiado em 2019.

Tabela 6 – Pautas do COMDER de 2019.

1 - Papel do conselho	
1º - COMDER (organização administrativa, atas, entidades participantes, indicação de titulares e suplentes, efetividade, eleições do Conselho).	9
2º - Cooperativa Cachoeirense de Agricultores Familiares e prefeitura pedem nominata do conselho e periodicidade (cada uma).	1
2 - Logística e equipamentos	
1º - Água interior (poços não serão executados).	9
2º - Estradas interior (conselho interceder por melhorias).	8
3º - PAM (relatório e balanço 2018) e AFRUCA ²⁷ (equipamentos (cada uma)).	6
3 - Interação com o poder público	
1º - Produtividade de leite no município (cadeia produtiva, programa Leitec).	5
2º - Lei SIM (apoio COMDER para aprovação), programa agroindústrias e EMATER (entrega relatório ATER) (cada uma).	4

Fonte: atas do COMDER do período.

Em 2019 – ano final da análise temporal proposta para este estudo –, quanto ao papel do Conselho, o assunto mais discutido foi a organização interna do colegiado. Foi também ano de eleição à diretoria. Acerca da logística e equipamentos, a preocupação com o abastecimento de água no interior seguiu como no ano anterior, sendo referida em nove reuniões, uma vez que, no final de 2019, houve forte estiagem no estado como um todo²⁸. A seguir as estradas, com oito referências. A patrulha agrícola, presente em todas as análises, foi referida em seis ocasiões, o mesmo quanto ao maquinário cedido à AFRUCA.


Na interação com o poder público, o assunto predominante na pauta, em 2019, sendo referido cinco vezes, foi o programa LEITEC, do SENAR-RS (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), que oferece consultoria técnica, buscando capacitar os produtores de leite²⁹. Ainda nessa temática, foi referido em quatro oportunidades o trabalho do serviço de

²⁶ Já mencionados quando tratadas as políticas públicas de âmbito nacional em apoio à agricultura familiar.

²⁷ Associação Cachoeirense de Fruticultura

²⁸ Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos//relatorio-estiagem-16-de-janeiro.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2021.

²⁹ Disponível em: http://www.senar-rs.com.br/programas/15387/programa_leitec. Acesso em: 2 abr. 2021.




inspeção municipal, de que trata a lei municipal nº 4408, de 2015. A inspeção envolve os aspectos sanitário e industrial dos produtos de origem animal. Em igual número na pauta do COMDER, estiveram o programa municipal de agroindústrias e os relatórios de assistência técnica feitas pela Emater.

A partir do que se extraiu da análise das atas nos cinco anos estabelecidos como espaço temporal para este estudo, 2015 a 2019, observa-se uma atenção do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Cachoeira do Sul com vários assuntos que se referem ao meio no município. Quanto ao papel do colegiado, em 43 vezes se tratou da sua efetividade, da participação de conselheiros e do reconhecimento por parte do poder público, mostrando que internamente os conselheiros se mostraram cientes do seu papel e de suas responsabilidades. O principal assunto tratado em matéria de logística e equipamentos foi a patrulha agrícola, referida 39 vezes nesses cinco anos. O problema das estradas, cuja manutenção garante um bom escoamento da produção, ficou evidente, pois só não esteve entre os principais assuntos discutidos nas reuniões em 2017, como também nos demais anos, referido 22 vezes. Quanto à interação com o poder público, vários foram os programas voltados à agricultura familiar, nos três níveis, federal, estadual e municipal, que foram discutidos pelo Conselho. O colegiado teve ativa participação na elaboração do PMDR, pois, das propostas que foram levadas à agenda programática à sua implementação, foram 24 vezes que o assunto esteve em pauta, entre 2016 e 2017.

CONCLUSÕES

Mensurar o protagonismo de um conselho municipal de políticas públicas como o COMDER cachoeirense implica estudar todas as variáveis que compõem as ações da participação social voltadas à vocação econômica agropastoril do município, juntamente com a administração pública. A partir da trajetória da participação social no Brasil, é possível dizer que a competência municipal para o trato de assuntos de interesse local, prevista na Constituição Federal de 1988, deu aos municípios a autonomia que têm hoje, abrindo espaço para a criação local de mecanismos de participação da sociedade nas decisões político-administrativas.

A atuação do COMDER cachoeirense, pelo que foi observado nas 63 atas analisadas, foi diversificada e procurou se envolver em vários temas de interesse das comunidades rurais do município. A partir disso, pode-se classificar, nos critérios mencionados por Teixeira (2013), a participação social desempenhada pelo COMDER de Cachoeira do Sul como de escuta,



caracterizada como uma colaboração vigilante, vinda de grande expectativa acerca de um importante projeto participativo a qual, no caso estudado, foi atendida em parte.

A partir disso, observou-se que os papéis de atores políticos e sociais que podem ser aperfeiçoados. Os agentes políticos devem reconhecer o colegiado como partícipe na elaboração e no desenvolvimento das políticas públicas para o setor primário da municipalidade e para os agentes sociais, ou conselheiros. É importante um maior acompanhamento de todo o processo que envolve a realização de uma política pública, da discussão à realidade na vida dos seus destinatários.

Dessa forma, com cada agente atuando nos limites da sua legitimidade e representação e interagindo entre si na busca da melhoria na qualidade de vida das pessoas, a promoção do bem comum chega a um patamar de reciprocidade, trazendo benefícios aos cidadãos destinatários finais do agir estatal. Assim, entende-se que esses papéis referidos e detalhados anteriormente, além da reciprocidade, devem ter um caráter de complementariedade. Os agentes políticos, atuando na legitimidade que a alternância do poder, pelas eleições, no contexto republicano, lhes confere, e os agentes sociais, também legítimos, pelo viés participativo previsto na Constituição Federal de 1988 e nas legislações que lhe seguiram.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez, 2001.

ARRETCHE, M T. S. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas. In: GERSCHMAN, S.; VIANNA, M. L. W. **A miragem da pós-modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 127-152, 1997.

AVELINO, D. P.; ALENCAR, J. L. O.; COSTA, P C B. Colegiados nacionais de políticas públicas em contexto de mudanças: **Texto para discussão** nº 2340. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília : Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

AVRITZER, L. (Org). **Experiência democrática, sistema político e participação popular**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

AVRITZER, L.; PEREIRA, M. L. D. Democracia, participação e instituições híbridas. **Teoria e Sociedade**, Belo Horizonte, 2005.

BONAVIDES, P. **Teoria constitucional da democracia participativa**. São Paulo: Malheiros, 2001.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/DOUconstituicao88.pdf. Acesso em: 15 out, 2018.

BRASIL. IPEA. **Documento de Referência.** In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO, 2., (2ª CNDRSS), 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrss%20documento_de_referencia.pdf. Acesso em: 03 mar. 2021.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Manual técnico de orçamento MTO.** Edição 2017. Brasília, DF, 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Construindo o Estado republicano: democracia e reforma da gestão pública.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CARDONA, J. C. R. et al. Desenvolvimento Rural: do Agrícola ao Territorial In: NIEDERLE, P. A.; WATERLOO, G. F. **Introdução às teorias do desenvolvimento.** SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 108-116, 2016.

CERQUEIRA, C. A. D. **Políticas públicas de desenvolvimento territorial rural: uma análise da delimitação dos territórios rurais do Estado da Bahia, segundo a tipologia municipal.** 284 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

CORONEL, D. A.; FILIPPI, E. E. **O Desenvolvimento rural nas óticas da Cepal e do Banco Mundial.** In: CONGRESSO DA SOBER – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., UEL, Londrina, PR. Anais., 2007

DALQUAG, H. **Democracia representativa, consenso e conflito em JS Mill.** Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2019.

DA SILVA, A. G. F. et al. **A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro.** Debates, v. 11, n. 1, p. 25-42, 2017.

DE OLIVEIRA COSTA, H. **Democracia e participação na teoria pluralista.** Cronos, v. 8, n. 1, 2007.


DEPONTI, C. M.; SCHNEIDER, S. A extensão rural e a diversificação produtiva da agricultura familiar em áreas de cultivo de tabaco no Rio Grande do Sul: o caso de Dom Feliciano-RS. **IDeAS**, v. 7, n. 2, p. 176-213.

DE SOUZA, R. P. Indicadores de Desenvolvimento Rural: Avanços para uma proposta de análise municipal. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 2, 2019.

DOS SANTOS, M. H. P.; DE ANDRADE NETO, G. E. O. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Sobradinho/BA. **Extramuros, Univasf**, v. 3, n. 2, p. 152-158, 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, G. M. et al. **O rural contemporâneo em debate: temas emergentes e novas institucionalidades.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2015.



GRISA, C.; KATO, K.; ZIMMERMANN, S. A. **O rural contemporâneo nas políticas públicas brasileiras**. Cronos, v. 14, n. 2, p. 4-22, 2013.

JUSTEN FILHO, M. **Curso de direito administrativo**. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.

LENZA, P. **Direito Constitucional Esquemático**. 13. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2007.

MACHADO, J. A.; PALOTTI, P. L. M. Entre cooperação e centralização: federalismo e políticas sociais no Brasil pós-1988. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, p. 61-82, 2015.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. [S.l.]: Revista dos Tribunais, 2001.

MORAES, I. A.; IBRAHIM, H. C.; MORAIS, L. P. O pensamento da CEPAL de 2010 a 2018: o enfoque na Mudança Estrutural Produtiva para Igualdade (MEPI). **Revista de Economia Contemporânea**, v. 24, 2020.

MOREIRA, D. K. **Políticas públicas municipais para o desenvolvimento rural de Cachoeira do Sul**. Trabalho de Conclusão do Curso (Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural a Distância) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREIRA, A. K. B. Elitismo e Pluralismo na teoria democrática: as considerações de Joseph Schumpeter e Robert Dahl. **Diálogo Jurídico**, v. 18, n. 2, p. 57-67, 2019

SANTIN, J. R.; FAVRETTO, M. Poder Local, Participação Popular e Clientelismo/Local Power, Popular Participation and Clientelism. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, n. 50, 2017.

SCHIER, A. C. R. ; MELO, J. A. M. H. O. Direito à participação popular como expressão do Estado Social e Democrático de Direito. A&C – **Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, ano 17, n. 69, p. 127-147, 2017.

TEIXEIRA, ACC.. **Para além do voto: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975-2010)**. 174f. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 2013.

VENTURA, M. M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SOCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2017.

VILELA, M. D. D. A. **Legislação que disciplina os Conselhos de Políticas Públicas**. Consultoria Jurídica da Câmara dos Deputados, 2005.

YIN, R K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.



CAPÍTULO 2

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: APONTAMENTOS CRÍTICOS

Haidée de Caez Pedroso Rodrigues

RESUMO


O presente artigo versa sobre a política de assistência social no Brasil. Tem como fundamento a teoria social crítica e traz como ponto de partida reflexões sobre a relação entre acumulação do capital e o surgimento da questão social. Considerando a formação social brasileira e a correlação de forças entre as classes sociais, buscamos apresentar historicamente como se constituíram os direitos sociais no país. No debate contemporâneo são analisadas as principais determinações sociais, políticas e econômicas que mediaram a implementação das políticas sociais na conjuntura de reformas neoliberais na década de 1990, quando passam a se destacar os programas de transferência de renda enquanto estratégias de combate à pobreza. Com o ingresso do Partido dos Trabalhadores à frente do governo federal, algumas mudanças ocorreram principalmente no âmbito da gestão da política de assistência social, mas ainda observamos permanecer o caráter liberal-conservador das políticas sociais, e em especial, às ações preconizadas no Programa Bolsa Família. Tais elementos apontam desafios para os dos profissionais que atuam na gestão e execução dessas políticas sociais que estão comprometidos com os interesses da classe trabalhadora, tanto no que se refere à sua formação quanto ao seu exercício profissional.

PALAVRAS-CHAVE: superpopulação relativa, política social, assistência social, Programa Bolsa Família.

INTRODUÇÃO

Temos observado na literatura brasileira, e em especial no Serviço Social, um conjunto de reflexões acerca dos atuais desdobramentos da política de assistência social e dos programas de transferência de renda enquanto estratégias de combate à pobreza. Embora se enfatize o Programa Bolsa Família enquanto o “carro-chefe” da intervenção do governo no combate à pobreza no Brasil, este é caudatário de um conjunto de mudanças que passam a vigorar no país após o final dos anos de 1980, tanto no âmbito da política quanto da economia, após a crise mundial e a correlação de forças entre as classes sociais.

Portanto, para analisar a política de assistência social e os programas de transferência de renda partiremos dos pressupostos teórico-metodológicos fundamentados na teoria social crítica no sentido apreender o objeto na sua totalidade, ou seja, considerando o conjunto de determinações históricas, políticas, econômicas e sociais que envolvem o surgimento e desenvolvimento da política de assistência social brasileira.



O objetivo desse artigo é o de refletir acerca da consolidação da política de assistência social no Brasil e os desdobramentos políticos e econômicos dos programas de transferência de renda para apontar os principais dilemas e desafios postos ao Serviço Social na contemporaneidade.

Nosso artigo está dividido em três partes. A primeira delas tenta esboçar, de forma sucinta, um panorama das particularidades históricas da constituição das políticas sociais no Brasil. No segundo momento, traçaremos as principais críticas que vem sendo atribuídas à concepção e à implementação do Programa Bolsa Família. E para finalizar, apontaremos algumas reflexões para a formação e exercício dos assistentes sociais.

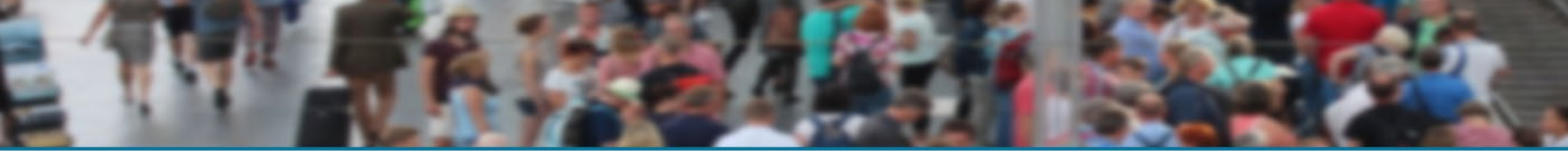
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: UMA BREVE APROXIMAÇÃO A PARTIR DE SUAS PARTICULARIDADES HISTÓRICAS

Acumulação do capital e questão social

O fenômeno do pauperismo esteve presente desde os primórdios do desenvolvimento do capitalismo e que seu aumento ou retrocesso dependem de um conjunto de medidas econômicas, políticas e sociais na órbita do Estado a depender tanto de conjunturas históricas quanto da correlação de forças entre as classes sociais. A política de assistência social no Brasil, e em diferentes países, surge para atender as necessidades do segmento de trabalhadores pauperizados.

No entanto, o pauperismo é produto da dinâmica inerente do capital. Desde que o capitalismo se consolidou enquanto modo de produção, através da revolução industrial, da divisão social e técnica do trabalho e da generalização do trabalho assalariado, que a expansão das riquezas veio acompanhada pelo desemprego de uma parcela considerável dos trabalhadores.

Assim, a própria consolidação desta sociedade gerou mecanismos que expulsam os trabalhadores das fábricas criando o que Marx (1998) denominou de superpopulação relativa e/ou exército industrial de reserva. Esse contingente de desempregados representa um estoque de trabalhadores sempre disponíveis para as demandas do capital. No interior desse reservatório de força de trabalho se desenvolvem mecanismos que empurram os salários dos empregados para baixo, pressionam para que eles trabalhem com mais intensidade e por mais tempo, criam uma grande massa humana pronta a ser convocada quando assim desejar o capital e condenam uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada.



Portanto, o desemprego na sociedade capitalista deve ser entendido não como produto exterior ou mero distúrbio involuntário do sistema de produção, mas antes, como produto histórico necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista.

Historicamente, segmentos da classe trabalhadora que tanto estavam inseridos nos processos produtivos e/ou vivenciavam situações de pobreza devido ao processo de urbanização e industrialização, passaram a reivindicar por melhores condições de trabalho e de vida. É quando podemos afirmar tratar-se do surgimento da questão social³⁰.

Portanto, partindo do princípio de que há uma relação umbilical entre as dimensões da política e da economia, consideraremos que as políticas sociais emergem e só podem ser compreendidas historicamente a partir da intervenção do Estado na questão social. No entanto, elas não se desenvolveram de forma homogênea, assumiram traços particulares a depender de cada país/região, uma vez que dependem também da capacidade de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas e das correlações e composições de força no âmbito do Estado (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Particularidades históricas da política social brasileira

Autores de relevância intelectual no Brasil (CARVALHO, 2011; BEHRING, BOSCHETTI, 2011; COUTO et. al., 2010) desenvolvem reflexões acerca da consolidação dos direitos sociais no país. Destacaremos alguns elementos que expressam nossa formação econômica, social e histórica que influenciaram no desenvolvimento da legislação social.

O Brasil não vivenciou um modelo “clássico” de revolução burguesa, mas sim contou com o processo chamado por Mazzeo (1997) de “via prussiano-colonial”. Esse processo tratou, na verdade, da institucionalidade do Estado nacional sem a participação das massas populares, com o exclusivo domínio da elite agrária, com uma matriz teórico-ideológica liberal de caráter conservador e reacionário. A transição para uma sociedade moderna se fez mudando a sua institucionalidade na aparência jurídica, mas mantendo os laços com o passado em termos de organização e práticas econômicas, políticas e culturais.

³⁰ A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão (IAMAMOTO, 2005, p. 77).



Tal contexto histórico fez com que ainda hoje esteja presente o forte interesse da burguesia agrária, mas também de um forte movimento popular junto ao campo além dos movimentos sociais urbanos.


Decorrente deste processo, outro aspecto a ser considerado é o peso do escravismo que influenciou as relações entre as classes, formando historicamente, de forma deletéria para os trabalhadores, um caldo cultural baseado no trato pessoal de questões de ordem pública e o forte clientelismo e patrimonialismo na gestão do Estado (MAZZEO, 1997; BEHRING, BOSCHETTI, 2011).

Tais características vão marcar a relação entre o Estado e os trabalhadores. Ainda assim, temos que destacar que desde a proclamação da república em 1889 até 1930 algumas medidas de proteção social foram implementadas devido a pressões populares e internacionais: em 1891 foi regulado o trabalho de menores na capital federal, culminando na aprovação do Código de Menores em 1917; a garantia do direito de sindicalização a algumas categorias de trabalhadores, principalmente com o maior reconhecimento dos sindicatos na área rural que trabalhavam com café e por conta da mobilização dos trabalhadores imigrantes; a aprovação da Lei Eloy Chaves, que criou a obrigatoriedade de criação de Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) para algumas categorias estratégicas de trabalhadores como ferroviários e marítimos (BEHRING, BOSCHETTI, 2011).

A década de 1920 tratou-se de um período de forte efervescência política, com a criação em 1922 do Partido Comunista Brasileiro e com a realização neste mesmo ano da Semana de Arte Moderna. No âmbito da economia ocorreu a grave crise econômica mundial de 1929, fazendo com que houvesse um rearranjo político entre frações da burguesia no país (CARVALHO, 2011).

A partir de 1930 contamos com um intenso investimento do Estado na industrialização do Brasil quando Getúlio Vargas assume a presidência. É quando podemos afirmar que se trata do surgimento da questão social no Brasil a partir do protagonismo da classe trabalhadora no cenário político, demandando do Estado e da burguesia um conjunto de respostas às mazelas sociais oriundas da acumulação de capital que estava se instituindo.

Portanto, de 1930 a 1964, foram implementadas uma série de medidas sociais. É quando se institui, de forma ampliada, as Caixas e os Institutos de Aposentadorias e Pensões, CAPs e IAPS, que se organizavam por ramo de categoria e asseguravam como benefícios o direito à aposentadoria e pensão, o acesso ao socorro médico e a compra de medicamentos a preços



reduzidos, e eram mantidos através da contribuição de empregados e empregadores, sem contar com a participação do Estado (COUTO, 2006).


Mas tais medidas se destinavam somente aos trabalhadores vinculados ao setor formal e que contribuía para essas instituições. A consequência disto é que um número significativo de trabalhadores, tanto urbanos quanto rurais, ficou à margem desse sistema, pois se situavam na informalidade, dependendo de assistência filantrópica. Em 1942 criou-se a Legião Brasileira da Assistência (LBA) que inicialmente tinha como propósito atender as famílias dos soldados que haviam se alistado na guerra, mas que passa também a assistir aqueles trabalhadores que não estavam vinculados ao emprego formal. Tratava-se de ações voluntárias, sem caráter técnico e/ou programático.

Os anos entre 1930 e 1945 foram importantes para a ampliação da legislação trabalhista, ainda que somente para os trabalhadores formais. Mas foi nesse período que: estabeleceu-se a jornada de trabalho de oito horas para comércio e indústria; regulamentou-se o trabalho feminino; foi criada a carteira de trabalho; criação de comissões e juntas de trabalho (início da justiça do trabalho); direito de férias; criação do salário mínimo e da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) (CARVALHO, 2011).

Esse quadro histórico vai contar com mudanças ao longo dos governos, mas ainda carregando o forte apelo populista, com medidas voltadas à industrialização do país e com a abertura ao capital internacional a partir dos anos de 1950-1960. No entanto, a partir de 1960 assume João Goulart como presidente e avança nas chamadas reformas de base: agrária, fiscal, bancária e educacional, buscando atender aos anseios das mobilizações do campo e da cidade.

O golpe militar de 1964, de certa forma, foi uma ação política que buscou conter as reformas que estavam em curso, pois poderia levar ao “perigo comunista”. O cerceamento dos direitos civis e políticos perduraram até a abertura democrática nos anos de 1980. Mas algumas medidas sociais foram adotadas nesse período, inclusive, para amenizar as contradições da ditadura. Em 1971 foi criado o Fundo de Assistência Rural (Funrural) que efetivamente incluía os trabalhadores rurais na previdência, mas seus recursos vinham de um imposto sobre produtos rurais, pago pelos consumidores, e de um imposto sobre as folhas de pagamentos das empresas urbanas, não onerando a burguesia agrária (CARVALHO, 2011).

Em 1966 foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) que acabava com os CAPs e IAPs e unificava o sistema e centralizando sua gestão no poder público federal, com exceção do funcionalismo público, civil e militar. O governo acabou com a estabilidade no




emprego, e para compensar, criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em 1966, que era pago pelos empresários e que tinha a função de seguro-desemprego. Criou-se o Banco Nacional da Habitação (BNH) cuja finalidade era facilitar a compra da casa própria aos trabalhadores de baixa renda.

Portanto, até os anos de 1970, os trabalhadores situados à margem dos sistemas de proteção social tinham que acessar aos serviços beneficentes das políticas de assistência e saúde nas denominadas Santas Casas de Misericórdia, que se caracterizavam pela filantropia e benemerência, sem assumir a condição de política pública. Enquanto que os trabalhadores formais acessavam as políticas sociais a partir do INPS. O governo somente investia em campanhas de vacinação em massa, mas ainda de forma bastante residual. Portanto, estabelecendo uma forte cisão entre os trabalhadores inseridos de forma formal na economia e aqueles situados na informalidade.

Os movimentos de oposição fizeram-se presente durante todo o período da ditadura militar, principalmente nos anos de 1980, com a forte atuação sindicatos, organizações civis e religiosas, movimentos sociais urbanos, associações de profissionais de classe média, artistas e intelectuais. Momento que contou com a criação do Partido dos Trabalhadores e de intensa mobilização sindical com os operários dos setores que haviam se expandido na economia com o “milagre” econômico, ou seja, metalúrgicos das automobilísticas e da siderurgia da região metropolitana de São Paulo (CARVALHO, 2011).

No processo de reabertura democrática esses movimentos contribuíram para a garantia de prerrogativas que atendessem aos interesses populares na Constituição Federal de 1988, chamada a “Constituição Cidadã”. Tais mobilizações apresentaram pautas políticas que atendiam a diferentes segmentos da sociedade, mas principalmente, evidenciavam as contradições da acumulação do capital e do pauperismo. Devida a essa correlação de forças, ampliou-se a Seguridade Social brasileira que passa a ser composta pelas políticas de saúde, assistência e previdência social, elevando-as a patamar de direito social. A primeira delas, de caráter universal e gratuita, onde todos os cidadãos brasileiros têm acesso. A segunda é para aqueles cidadãos que dela necessitar. Ambas não possuem caráter contributivo, somente a previdência social que concede benefícios e aposentadorias aqueles que contribuem via imposto previdenciário. Portanto, buscando romper com a cisão histórica entre os trabalhadores formais e o resto da população.



As políticas não contributivas – a assistência social e saúde – foram regulamentadas através da criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)³¹ e da criação do Sistema Único de Saúde (SUS)³². Ambas as legislações inovaram quanto à participação popular, uma vez que preveem canais de controle social como as conferências municipais, estaduais e nacional, além dos referidos conselhos paritários entre sociedade civil e governo. No entanto, tais espaços vêm sendo utilizados para manobras políticas de caráter privado e são alvos de constantes embates políticos que expressam diferentes projetos societários.

Apesar desses avanços democráticos com a Constituição Federal, já estava em vigor nos países latino-americanos medidas de cunho neoliberal³³ como “saídas” para a crise econômica dos anos de 1970-1980. O final dos anos de 1980, mas, principalmente, os anos de 1990, caracterizaram-se por um período marcado por privatizações de serviços e empresas públicas, desregulamentações financeiras e intensas medidas voltadas à reestruturação produtiva.

Neoliberalismo, programas de transferência de renda e assistência social

Como prevê o pacote neoliberal, o Estado deve conter gastos sociais. Por tais razões, mesmo após a elaboração da Constituição Federal de 1988 o Estado não priorizou o investimento do fundo público na implementação das políticas sociais nela preconizada. Resultado disso foi, por um lado, a acumulação e concentração do capital dos grandes empresários e, por outro, a crescente pauperização da grande massa da população.


Mas o Estado não pôde deixar de dar respostas às expressões da questão social. Fará isso numa perspectiva focalizadora que trabalha com a lógica da fragmentação das políticas, visando atender resultados de curto alcance e os critérios de acesso estão baseados quantitativamente na renda, além de distinguir por mérito e não por direito àqueles que terão acesso e/ou continuidade no acesso aos benefícios sociais.

A política social focalizada de combate à pobreza nasce e se articula intimamente com as reformas liberais e tem por função compensar, de forma parcial e muito limitada, os estragos socioeconômicos promovidos pelo modelo liberal [...] trata-se de uma

³¹ Conforme Lei n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Afirmando que a assistência social tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de 01 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

³² Conforme Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, que tem entre os seus princípios a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência; a integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.

³³ Para melhor análise acerca do surgimento e das primeiras experiências do neoliberalismo nos países centrais e periféricos ver Anderson (1995).



política social apoiada num conceito de pobreza restrito, que reduz o número real dos pobres, suas necessidades e o montante de recursos públicos a serem gastos. Ela procura adequar ao permanente ajuste fiscal a que se submetem os países periféricos, por exigência do FMI e do capital financeiro para garantir o pagamento das dívidas públicas [a juros exorbitantes...] (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 155-156).

São com essas características que serão implementadas na década de 1990 diferentes programas de caráter focalizado voltados ao combate à pobreza, como o Plano de Combate à Fome e à Miséria pela Vida (1993) e o Programa Comunidade Solidária (1995).

As políticas de saúde e previdência social também são impactadas pelas medidas neoliberais. O exemplo disto é o sucateamento dos serviços públicos de saúde devido ao baixo investimento público e a abertura para os planos privados. A área da previdência contará com uma série de medidas que ampliarão o tempo para a aposentadoria e de cálculos para a redução dos benefícios, além da ampliação de regras que favorecem os fundos privados de pensão, entre outras medidas. Fazendo com que se criasse agora uma cisão entre aqueles trabalhadores com condições de pagar por serviços privados (planos de saúde e previdência privados) e aqueles trabalhadores pobres que acessam às precarizadas políticas sociais (MOTA, 2005).

No projeto de continuidade ao aprofundamento das medidas neoliberais, temos a partir dos anos 2000 um conjunto de intervenções sociais voltadas à implementação de programas de renda mínima, como o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação – “Bolsa Escola”³⁴ (2001), o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde – “Bolsa-Alimentação”³⁵ e o Auxílio-Gás³⁶ (2001).


A partir do governo Lula, em 2003, ocorreram inflexões na área social cuja principal delas foi a implantação de um programa de renda mínima que se inicia com um processo de unificação dos programas nacionais de transferência de renda mencionados anteriormente, agora passando a se denominar “Bolsa Família” (PBF). Atualmente o PBF situa-se no âmbito da política de assistência social, por consistir em benefício de caráter não contributivo, vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Com a inauguração do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, o programa integra a rede de atenção básica³⁷ da política de assistência social.

³⁴ Conforme Lei n.º 10.219, de 11 de abril de 2001.

³⁵ Conforme Medida Provisória n.º 2.206-1, de 06 de setembro de 2001.

³⁶ Conforme Decreto da Presidência da República n.º n.º 4.102, de 24 de janeiro de 2002.

³⁷ Para uma melhor compreensão do modo em como está constituída a atenção básica e especial no âmbito do SUAS consultar resolução n.º 145, de 15/10/2004 do Conselho Nacional de Assistência Social (Diário Oficial da União de 28/10/2004) que resolveu aprovar a Política Nacional da Assistência Social; e resolução também do referido conselho que aprovou em 15/07/2005 a Norma Operacional Básica/SUAS. Tais documentos podem ser encontrados no site: www.mds.gov.br.



As famílias que pretendem participar do programa são cadastradas nas secretarias municipais de assistência social, sendo incluídas no CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – que se trata de um instrumento de coleta de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias em situação de pobreza existentes no país. No entanto, após o cadastro e, mesmo a família estando dentro dos critérios estabelecidos pelo PBF, não significa que a mesma será incluída no programa. Isso dependerá da disponibilidade de vagas para cada município, em função de uma estimativa de famílias pobres, com base em estudo realizado com o apoio do IPEA (Instituto de Pesquisas Aplicadas) e da pesquisa do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), além da provisão de recursos do orçamento público previstos para a execução do programa.

Quanto aos benefícios, eles podem ser³⁸: (1) Benefício Básico no valor de R\$ 77 concedido apenas a famílias extremamente pobres (renda mensal por pessoa menor de até R\$ 77); (2) Benefício Variável no valor de R\$ 35 concedido às famílias com crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade; (3) Benefício Variável à Gestante no valor de R\$ 35 concedido às famílias que tenham gestantes em sua composição, com pagamento de nove parcelas consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a gestação tenha sido identificada até o nono mês; (4) Benefício Variável Nutriz no valor de R\$ 35 concedido às famílias que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição, com pagamento de seis parcelas mensais consecutivas³⁹; (5) Benefício Variável Vinculado ao Adolescente no valor de R\$ 42 concedido a famílias que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos⁴⁰; (6) Benefício para Superação da Extrema Pobreza que é calculado caso a caso e que é transferido às famílias do PBF que continuem em situação de extrema pobreza (renda mensal por pessoa de até R\$ 77), mesmo após o recebimento dos outros benefícios.


O PBF prevê as seguintes condicionalidades⁴¹: na área de saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 07 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizas (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê. Na educação, todas as crianças e adolescentes entre 06 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência

³⁸ Conforme dados oficiais disponíveis em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios>. Acesso em 29/03/2015.

³⁹ Os benefícios variáveis acima descritos são limitados a 05 (cinco) por família.

⁴⁰ Limitado a 02 (dois) benefícios por família.

⁴¹ Conforme dados oficiais disponíveis em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>. Acesso em 29/03/2015.



escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%.

Também está previsto que as famílias que necessitem de acompanhamento social, este será feito por profissionais técnicos nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e/ou Centros de Referência Especializada de Assistência Social (Creas), de acordo com as situações de vulnerabilidade e risco identificadas. Além de terem direito, em determinadas situações, a participarem das ações sócio assistenciais.

Os Cras e Creas fazem parte do novo ordenamento jurídico-administrativo da política de assistência social iniciado em 2005 com a criação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS⁴²) que tem por objetivo constituir um sistema público que organiza os serviços sócio assistenciais no Brasil.


Existindo dois tipos de proteção social⁴³. O primeiro é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social com ações nos Cras. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos com ações nos Creas.

Com a criação do SUAS, observa-se que muito se avançou em termos de gestão administrativa e a construção de uma nova institucionalidade para política de assistência social no Brasil, ampliando os seus objetivos e estabelecendo uniformidade e unidade na prestação dos serviços. No entanto, como se insere no contexto das reformas neoliberais, alguns desafios precisam ser sinalizados conforme apontam os estudos de Couto et. al. (2010).

O primeiro elemento refere-se à necessidade de integração e articulação com as demais políticas sociais para o atendimento às reais necessidades da população. Outra questão é que a execução e a priorização da política de assistência social dependem de pactuações entre os gestores das esferas municipal, estadual e federal, colocando na ordem do dia um conjunto de

⁴² O Suas engloba também a oferta de Benefícios Assistenciais, prestados a públicos específicos de forma articulada aos serviços, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade. Também gerencia a vinculação de entidades e organizações de assistência social ao Sistema, mantendo atualizado o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social e concedendo certificação a entidades beneficentes, quando é o caso. Conforme dados oficiais disponíveis em <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas>. Acesso em 29/03/2015.

⁴³ Conforme dados oficiais disponíveis em <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas>. Acesso em 29/03/2015.



interesses políticos que muitas vezes impedem a plena execução do SUAS⁴⁴. A fragilidade do controle social de forma efetiva como preconiza a legislação também se constitui em outro desafio, que se deve tanto à dificuldade de mobilização dos usuários desses serviços, quanto às manobras políticas que são realizadas para tomada de decisões. Em relação ao atendimento às demandas da população, este ainda se apresenta de forma rotineira e existem dificuldades na proposição e ampliação desses atendimentos. Um último elemento que pode ser aqui destacado refere-se ao “primeiro-damismo” quando ainda se faz presente o caráter patrimonialista da política social, principalmente nos municípios de pequeno porte, em que esposas de governantes dirigem a condução da política de assistência social, assumindo-a com forte cariz filantrópico e de benemerência, reproduzindo a lógica histórica de constituição da assistência no Brasil, o que dificulta a criação de uma cultura pública dos direitos sociais.

No entanto, a constituição da Seguridade Social brasileira avançou no sentido da ampliação dos direitos sociais, se comparada ao seu histórico. Mas a sua implementação efetiva ainda é alvo de lutas e embates políticos e, portanto, é um projeto que ainda está em disputa.


Os programas e projetos de enfrentamento à pobreza, que estão sob a execução da política de assistência social, são alvo de constantes embates teórico-políticos no cenário contemporâneo. Coexistindo diferentes concepções de pobreza e de enfrentamento da mesma, bem como a forma como esses programas impactam na reprodução econômica e ideológica da população.

Nesse universo plural e democrático, nossa análise teórica e ídeo-política considera que o atual Programa Bolsa Família compõe um conjunto de ações já em curso que buscam aprofundar as medidas neoliberais, mas que agora assumem novas particularidades. Vejamos, então, as principais críticas ao Programa Bolsa Família (PBF) nesse sentido.

Programa Bolsa Família: apontamentos críticos

No período de dez anos de existência o PBF já atingiu 13,8 milhões de famílias o que significa quase 50 milhões de pessoas, o que corresponde a cerca de ¼ da população brasileira. Conta com investimento anual em torno de R\$ 24 bilhões, que pode ser considerado investimento baixo se comparado ao total de orçamento da união, pois equivalente a somente

⁴⁴ De acordo com a LOAS, as ações na área de assistência social são organizadas em sistema descentralizado e participativo. As ações das três esferas de governo na área de assistência social realizam-se de forma articulada, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos programas, em suas respectivas esferas, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.



0,46% da economia nacional⁴⁵. Portanto, aparentemente, um programa com custo-benefício bastante favorável para a gestão do Estado.

Além disto, um dos argumentos mais recorrentes dos defensores do PBF refere-se ao seu caráter altamente redistributivo que promove a redução da desigualdade no país (CONSTANZI; FAGUNDES, 2010). No entanto, os dados mostram o contrário. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013, o chamado Índice Gini, que varia de 0 a 1, piorou de 0,496 em 2012 para 0,498 em 2013⁴⁶. A respeito da renda média dos brasileiros, essa tem aumentado em 5,7%, passando para R\$ 1.681 por trabalhador, mas a média aumentou mais no topo da pirâmide (6,4%) do que na base (3,5%), não contribuindo para diminuir a desigualdade. Portanto, a forte desigualdade no país ainda continua presente uma vez que o contingente de 1% dos brasileiros mais ricos ainda ganha quase cem vezes mais que os 10% mais pobres. E que a renda média é de R\$ 235 por mês entre os 8,6 milhões de trabalhadores mais pobres, contra R\$ 20.312 entre os 864 mil no topo da pirâmide.

Mas, se comparados aos programas implementados no Brasil nos anos de 1990, podemos perceber que um dos avanços com o PBF foi o aumento do benefício pago às famílias – apesar de contar com valores muito baixos se comparado com o valor do salário mínimo⁴⁷ – além da capacidade de incorporação de um maior número de beneficiários que os programas anteriores. Isso revela que o PBF obteve impactos significativos sobre a reprodução física das famílias beneficiadas, possibilitando maior acesso ao consumo de alimentos essenciais e contribuindo para a movimentação da economia principalmente dos pequenos municípios. Em que pese esses aspectos “positivos” muitas famílias necessitam complementar sua renda e isso ocorre, na maioria dos casos, via trabalho informal e/ou precarizado. E ainda existem famílias em situação de pobreza absoluta que não conseguiram acessar ao programa.

A Cartilha do PBF indica como “portas de saída”: alfabetização, capacitação profissional, apoio à agricultura familiar, geração de ocupação e renda e microcrédito, acesso a serviços de saúde e educação (SILVA; YASBECK; GIOVANNI, 2008, p. 139). No entanto:


As únicas possibilidades de geração de renda que conseguem ter acesso, nesse contexto, são por meio da realização de faxinas esporádicas, da cata de latinhas e da

⁴⁵ Conforme dados oficiais disponíveis em <http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/node/124>. Acesso em 29/03/15.

⁴⁶ Dados obtidos através do site:

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/09/140918_desigualdade_ibge_brasil_pnad_rb Acesso em 04/04/15.

⁴⁷ A média de benefício destinado às famílias é em torno de R\$ 152,00 e o valor atual do salário mínimo é R\$ 788,00, o que também é considerado baixo se levarmos em consideração a pesquisa do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) que fez um cálculo medindo o preço dos produtos da cesta básica definiu que o valor do salário mínimo deveria ser de R\$ 3.118,62.



confeção de artesanatos. Muitas dessas atividades tiveram início a partir da participação, como beneficiárias do Bolsa Família, em cursos disponibilizados por instituições governamentais e não-governamentais envolvidas com execução do programa. (RODRIGUES, 2008, p. 234).

Podemos observar, então, que o PBF preconiza que as alternativas para superação da pobreza estão centradas no indivíduo e na sua inserção em diferentes políticas, programas e projetos. Portanto, a sua saída da pobreza vai depender da aquisição, ou não, de novas capacidades individuais. Não entra aqui em questão as determinações econômicas, políticas e sociais que fundam as relações desiguais sob o modo de produção capitalista.


Portanto, o PBF expressa o caráter liberal-conservador já proposto para as reformas neoliberais das políticas sociais desde os anos de 1990, não rompendo com suas bases fundamentais. Tal perspectiva, de matriz teórica positivista, centra seus estudos nas categorias como “capital humano”, “empoderamento”, “capacidades”, entre outras, e não se propõe a uma análise crítica mediada na relação desses trabalhadores com as políticas macrossociais e econômicas. Nesse sentido a aparente avaliação positiva desses programas se constitui quando:

As famílias inseridas no programa tiveram avanços significativos do ponto de vista do acesso e inserção. O resgate da autoestima das mulheres com seu fortalecimento pessoal foi bastante expressivo. Os relatos apresentados mostram que as pessoas se apropriam de novas capacidades, sobretudo aquelas voltadas para o âmbito das relações interpessoais. Se a pobreza é, antes de tudo, ruptura de vínculos sociais e introjeção da subalternidade, este resgate, não só pessoal como social, vem dar um novo sentido à vida dessas pessoas, rompendo com a humilhação que a pobreza lhes impõe (SANTOS, 2006, p. 01).

Essa política social segue os preceitos contidos nas orientações do Banco Mundial (2009) que ao declarar em documento quais seriam as estratégias de parceria com o Brasil para os anos 2008-2011, prevê para o “desenvolvimento humano”, o fortalecimento do capital humano e da força de trabalho, com um maior impacto dos serviços sociais e eficiência do gasto público. O Banco Mundial (2009) recomenda atuação em três áreas para o combate à pobreza:

I) Promover a oportunidade: Ampliar as oportunidades econômicas para os pobres, estimulando o crescimento geral, proporcionando-lhes mais bens (como terras e educação) e fazendo com que estes rendam mais, mediante uma combinação de ações públicas e privadas.) Facilitar a participação: Tornar as instituições estatais mais responsáveis perante os pobres, fortalecendo a participação dos pobres nos processos políticos e decisões locais e eliminando as barreiras sociais que resultam das distinções de sexo, etnia, raça, religião e condição social. III) Aumentar a segurança: Reduzir a vulnerabilidade dos pobres a doenças, crises econômicas, perda de colheitas, desemprego, catástrofes naturais e violência, bem como ajudá-los a enfrentar choques adversos. Grande parte desse esforço consiste em assegurar a existência de redes de segurança para mitigar o impacto de calamidades pessoais e nacionais (p. 24).

A ideia de capital humano apoia-se no conceito de “capacidades”, relacionado ao conjunto de bens que pode dominar para a expansão da sua liberdade em favor da




responsabilidade individual (STEIN, 2008). Ou seja, um “culto” ao individualismo e ao subjetivismo em detrimento da coletividade e das questões de classe, própria à ideologia liberal.

Na acepção liberal a ideia de justiça social está baseada em que todo o cidadão deve receber uma compensação para permitir que todas as pessoas disponham das mesmas possibilidades de escolha e das mesmas ocasiões no curso de suas vidas (Euzéby, 2004). No entanto, sabemos que sob o sistema capitalista isto é inviável, porque a desigualdade é inerente para a reprodução do sistema e que as possibilidades de escolhas estão determinadas por essa condição.

Na síntese das afirmações de Filgueiras e Gonçalves (2007) em suas críticas ao Programa Bolsa Família, podemos perceber como prevalece essa concepção hegemônica para justificar a pobreza e a desigualdade social:

- Transforma a pobreza em uma variável exógena aos mecanismos estruturais que reproduzem as desigualdades, bem como à estrutura e dinâmica do atual modelo de desenvolvimento capitalista, cuja explicação remete para o âmbito das famílias e indivíduos;
- Há uma desigual distribuição de “capital humano” entre os indivíduos e famílias, cujo fenômeno da pobreza decorre, fundamentalmente, do maior ou menor acesso à educação e saúde. Portanto, a pobreza é explicada pela ausência de “capital humano” nos indivíduos e famílias. Estabelece-se uma relação direta entre baixa escolaridade e pobreza, havendo uma única alternativa: políticas focalizadas de transferência de renda, condicionada a ações e iniciativas das famílias voltadas à educação dos filhos e cuidados com a saúde;
- A identificação das desigualdades se dá por meio das informações sobre os indivíduos e famílias sem relacioná-las com os rendimentos do capital⁴⁸. Portanto, a distribuição pessoal/familiar da renda diz respeito às desigualdades existentes entre os trabalhadores que passam a ser classificados como: muito pobres, pobres, não pobres e ricos, segundo os níveis de renda;
- Os estudos sobre desigualdades no âmbito dos rendimentos do trabalho, à medida que restringem às disparidades salariais e de outros rendimentos do trabalho, excluem qualquer reforma que interfira na distribuição da propriedade fundiária, bem como a estrutura e o

⁴⁸ A respeito desta discussão, Salvador (2009) destaca que: “diversos estudos revelam que a carga tributária brasileira aumentou muito nos últimos anos. De fato, já é mais alta que a de muitos países desenvolvidos. Mas, ao contrário desses países, o Brasil tira a maior parte de sua receita de tributos indiretos e cumulativos, que oneram mais o trabalhador e a classe média. Na composição da receita tributária, mais da metade da carga provém de tributos que incidem sobre bens e serviços, enquanto a tributação sobre a renda não ultrapassa 25% do total” (p. 15).



funcionamento do sistema financeiro;

- As políticas sociais consideradas mais eficientes e equânimes são aquelas que atingem os indivíduos mais necessitados, ou seja, cumprem com o objetivo da focalização, que são identificados por linhas de pobreza que subestimam as necessidades mínimas de sobrevivência de uma família.

A partir dessa análise, podemos perceber que tanto a explicação para a pobreza quanto as respostas para o seu enfrentamento contidas no PBF não ultrapassam os níveis mais imediatos das demandas sociais, excluindo suas relações estruturais com o modelo de produção e apropriação da riqueza no capitalismo. Ao permanecer no nível da aparência, não se alteram as bases fundantes da desigualdade social e da reprodução da pobreza. Do contrário, elas se perpetuam. Isso só faz afirmar que a cidadania assume o lugar de tensionamento que historicamente foi marcado pela luta de classes. Retira-se do cenário os conflitos entre capital e trabalho, para agora assumir a relação entre o Estado e os seus cidadãos.

As implicações ídeo-políticas desse processo só ampliam as dificuldades dos trabalhadores na tomada de consciência de classe e na luta por garantia e ampliação dos direitos, à medida que fragmenta suas condições, colocando-os uns contra os outros na luta pelos benefícios sociais, e transforma a pobreza em problema de gestão de recursos públicos apenas, sendo necessário focalizá-los para que se torne mais eficiente.


Mantendo a superpopulação relativa viva e ideologicamente coerente com as propostas neoliberais, o Estado, representando os interesses do capital, não necessita impulsionar reformas de cunho estrutural e assim, ameniza as contradições entre as classes sociais.

DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL

Diante das reflexões já realizadas, é necessário apontarmos, ainda que brevemente, para os desafios postos ao Serviço Social frente a atual conjuntura histórica. Desafios que sinalizam tanto para a formação profissional quanto para o exercício no cotidiano das instituições.

Primeiramente, é importante destacar que o assistente social, enquanto condição de trabalhador assalariado também sofre os impactos das medidas neoliberais, como na forma de contratação flexibilizada que muitas vezes ocorre por meio de contrato/projeto/assessoria tanto em instituições públicas quanto privadas. Além disso, vivencia a precarização do investimento nas políticas sociais, impactando na realidade cotidiana dos usuários e dos serviços e benefícios.

Por conta do aumento da pobreza, da institucionalização de novas questões contemporâneas e das formas de intervenção do Estado na questão social ocorre a ampliação




dos espaços sócio ocupacionais do Assistente Social. E nesse sentido, surgem novas “frentes” de trabalho para a profissão. Além dos tradicionais campos de atuação – a execução das políticas sociais – principalmente nas áreas da saúde, previdência e assistência social – emergem um conjunto de demandas para atuação junto à área sócio jurídica; aos programas e projetos que envolvem a questão urbana voltados à mobilidade e moradia popular; à área sócio ambiental; à esfera da educação pública a partir de políticas relacionadas à discriminação positiva que também abrangem políticas de acesso ou de inserção; à assessoria aos movimentos sociais que vem se ampliando, principalmente aos chamados “novos” movimentos sociais que defendem determinados segmentos sociais; e a consolidação da profissão enquanto área de conhecimento junto às ciências sociais (Mota, 2014).

Se historicamente, o assistente social era visto apenas para a execução imediata das políticas sociais, atualmente o Serviço Social ampliou as dimensões da prática profissional que fez alargar o universo de possibilidades da intervenção. Se por um lado, conta com a potencialidade para a inovação profissional, por outro, emergem um conjunto de requisições ligadas às outras áreas do conhecimento que precisam ser acionadas. O exemplo disto está na necessidade de apropriação sobre orçamento público, gestão de políticas sociais, elaboração de projetos, avaliação e monitoramento de projetos, programas e serviços, entre outros.

No entanto, devemos ficar atentos: se não forem apreendidas essas novas demandas institucionais na sua construção histórica e a partir do conjunto de mediações que a constituem, bem como se não nos apropriarmos de conhecimentos de outras áreas de forma crítica, tenderemos a responder a essas novas necessidades de forma imediata e pragmática. O que comprometerá análises mais totalizantes e por consequência, ações políticas sem o compromisso com a mudança social. Nesse sentido, a prática profissional voltada a fornecer respostas imediatas e emergentes às demandas institucionais pode trazer a centralidade do debate para a dimensão técnico-operativa da profissão relegando a um segundo plano o rigor teórico-metodológico e o compromisso ético-político.

Nesse sentido, queremos afirmar a necessidade do questionamento do pragmatismo no Serviço Social (GUERRA, 2013). Uma vez que este possibilita a ampliação de teorias neoconservadoras, dificultando a qualificação do exercício profissional no que tange às reflexões num caráter crítico.

Na contramão da postura pragmática, reforçarmos a dimensão política da profissão e a necessidade de aprofundamento da teoria social crítica. Nesse sentido, é fundamental avançar



cotidianamente na busca de identificar, reforçar e propor: iniciativas que evidenciem posturas anticapitalistas; processos de democratização das decisões; conquistas e possibilidades do exercício de direitos; mediações pedagógicas, éticas e formativas que contribuam para a formação da consciência crítica da população usuária (MOTA, 2014).

Portanto, há a necessidade de reafirmar o rigor teórico-metodológico tanto na formação quando na fundamentação do exercício profissional para que possamos estabelecer uma unidade entre teoria e prática, sem cairmos no ecletismo teórico.


Torna-se fundamental, então, recorrermos às teorias que conectam as intervenções do Estado com a crise do capital que impactam na reestruturação de novas demandas aos Assistentes Sociais para avançarmos na constituição de respostas estratégicas que venham, de fato, a contribuir com a implementação e aprofundamento do projeto ético-político profissional voltado à constituição de estratégias técnico-operativas que realizem o efetivo enfrentamento da pobreza e da desigualdade.

Este artigo foi uma tentativa de incitar o debate crítico acerca do programa de transferência de renda no Brasil – o Programa Bolsa Família – inserido no atual contexto da política de assistência social – o SUAS – para que os profissionais que trabalham junto à execução e gestão dessas políticas possam se qualificar tanto no aprofundamento teórico quanto nas posturas políticas cotidianas. E assim poder construir análises críticas e respostas políticas consistentes e coerentes frente às novas demandas que são postas à profissão pelas instituições e usuários dos serviços.

CONCLUSÕES

A partir desse artigo conseguimos refletir sobre as origens da questão social e sua relação com os processos de acumulação capitalista. É com base na relação entre as dimensões da economia e da política que avançamos no sentido de captar as principais determinações que envolvem as políticas sociais, em especial a de assistência social, essencialmente quando da implementação do Programa Bolsa Família (PBF).

Vimos como a execução do PBF é permeado por um conjunto de contradições que, por um lado proporciona acesso a bens de consumo da população, mas por outro, constitui-se de forma residual diante das demandas sociais da sociedade brasileira, principalmente no que se refere à área do trabalho. Tem como consequência a reprodução da pobreza nas suas múltiplas dimensões e a dependência de muitos trabalhadores aos programas sociais.



A relação histórica entre Estado e classe trabalhadora, no que tange à consolidação das políticas sociais, é marcado por contradições, avanços e retrocessos. Vimos que no desenvolvimento e institucionalização da política social brasileira a classe trabalhadora reivindicou arduamente seus direitos civis, políticos e sociais. Portanto, o atual conjunto de conquistas é fruto de muita luta social.

Esse conhecimento histórico é fundamental para compreendermos as políticas sociais na atualidade, especialmente após os avanços da Constituição Federal de 1988 e os retrocessos contemporâneos. Por isso este trabalho buscou sinalizar criticamente para aspectos centrais que permeiam a execução da Política de Assistência Social e, por consequência, o PBF, na sua relação com a acumulação de capital.

Tecendo essas mediações, conseguimos perceber os principais impactos à classe trabalhadora que, na sua relação com o Estado contemporâneo, reproduz as próprias condições de classe. Tais conhecimentos são fundamentais para diversas áreas de conhecimento e, em particular, aos profissionais de Serviço Social por ter a própria questão social como seu objeto de intervenção.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P.. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. & GENTILE, P. (org.) (1995). *Pós-neoliberalismo - As políticas sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BANCO MUNDIAL. (2009). *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001: Luta contra a pobreza*. Web site. Acessado em Janeiro 19, 2009 em <http://www.bancomundial.org.br>.


BEHRING, E. & BOSCHETTI, I. (2011). *Política Social: Fundamentos e história*. São Paulo: Cortez.

CARVALHO, J. M. (2011) *Cidadania no Brasil – um longo caminho*. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

COSTANZI, R. & FAGUNDES, F. (2010) Perfil dos beneficiários do Programa Bolsa Família. In: CASTRO, J. & MODESTO, L. *Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios*. Vol. 01. Brasília: IPEA, 2010. Web site. Acesso em Março 29, 2015 em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6604

COUTO, B. *O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?* São Paulo: Cortez, 2006.

COUTO, B.; YAZBEK, M. C; SILVA, M. O. & RAICHELIS, R. (org.) (2010). *O Sistema Único de Assistência Social: uma realidade em movimento*. São Paulo: Cortez.



EUZÉBY, A (2004). Proteção social, pilar da justiça social. In: SPOSATI, A. (org.). *Proteção social e cidadania – inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal* (11-32). São Paulo: Cortez.

FILGUEIRAS, L. & GONÇALVES, R. (2007). *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto.

GUERRA, Yolanda. *Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares*. Revista *Katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 39-49, 2013.

IAMAMOTO, M. & CARVALHO, R. (2005). *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. 18. Ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS.

IVO, A. *Viver por um fio: pobreza e política social*. (2008). São Paulo: Annablume; Salvador: CRH/UFBA.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. (1998) v.1. e v. 2. 3 ed. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural.

MAZZEO, A. (1997). *Estado e Burguesia no Brasil: Origens da autocracia burguesa*. 2. Ed. São Paulo: Cortez.

MOTA, Ana Elizabete. *Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do Assistente Social*. Revista *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 120, p. 694-705, out/dez.2014.

_____. *Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RODRIGUES, M. T (2008). Equidade de gênero e transferência de renda: Reflexões a partir do Programa Bolsa Família. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; SANTOS, S.M. & MIOTO, R.(org.). *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas* (220-241). São Paulo: Cortez.

SALVADOR, Evilásio. A elite deve pagar a conta. In: *Jornal Le Monde Diplomatique Brasil*, Janeiro de 2009, p. 15.

SANTOS, A. A. (2006) *Avaliação do programa de transferência de renda de Londrina: Um olhar para além da renda*. In: *Serviço Social em Revista*, v. 08, n.02, Londrina/PR, Universidade Estadual de Londrina.

SILVA, M. O.; YASBEK, M. C. & GIOVANNI, G. (2008) *A política Social Brasileira no Século XXI : A prevalência dos programas de transferência de renda*. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez.

STEIN, R.H (2008). Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; SANTOS, S. M. & MIOTO, R. (org.) *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas* (196-219). São Paulo: Cortez.



CAPÍTULO 3

EDUCAÇÃO FINANCEIRA VERSUS ENDIVIDAMENTO: ATITUDES E PRÁTICAS

Janaina Fernanda da Silva
Carlos Cesar Garcia Freitas

RESUMO

Poupar dinheiro e realizar planejamentos são atitudes que não fazem parte do cotidiano da maioria das pessoas. Diante desta realidade, educar-se financeiramente é de suma importância para mudar atitudes e práticas que costumam levar ao endividamento. A falta dessa educação colabora diretamente para níveis crescentes de endividamento entre muitos brasileiros, visto que, nos encontramos inseridos numa sociedade com características consumistas, com práticas e atitudes cada vez mais impensadas sobre as decisões de compra. O presente trabalho é resultado de uma pesquisa descritiva que buscou identificar hábitos e atitudes que levam ao endividamento, de pais e responsáveis pelas despesas mensais familiares. Como resultado, pode-se verificar que apesar da maioria dos entrevistados afirmarem possuir certo conhecimento sobre educação financeira, nem todos o colocam em prática.

PALAVRAS-CHAVE: Dinheiro. Endividamento. Planejamento Financeiro.

INTRODUÇÃO

Constantemente estamos envolvidos com as finanças, seja no ambiente familiar, escolar ou profissional. Poupar dinheiro de modo consistente e realizar planejamentos financeiros sistemáticos são atitudes atualmente, incomuns nas famílias brasileiras, seja por falta de costume e hábito, ou mesmo, pela falta de conhecimentos sobre o assunto. Os avanços tecnológicos e a sociedade consumista atual oferecem inúmeras possibilidades de gastos, e com isso, o número de pessoas que ascendem a uma vida endividada cresce cada vez mais.

Neste sentido, educar-se de maneira mais completa envolve também educar-se na relação entre a capacidade de ganhos e os limites dos gastos. A educação financeira está ligada diretamente à capacidade de tomar as melhores decisões e, por isso, configura-se como um aspecto fundamental no controle das operações pessoais, pois através dela é possível definir os caminhos, coordenar e controlar as ações que serão tomadas, para o alcance dos objetivos (GITMAN, 2001. p. 434).

Movidos por essa realidade foi realizada uma pesquisa descritiva com o objetivo de identificar atitudes e práticas potenciais que podem evitar ou, em outro extremo, levar as pessoas à condição de endividamento.



REFERENCIAL TEÓRICO


Endividamento da população

O endividamento da população tem ganhado importância, tanto no cenário econômico nacional como no cenário mundial, devido às consequências negativas não apenas para o indivíduo, como para toda a sociedade. No Brasil, grande parte da população enfrenta problemas ao administrar as finanças pessoais e acaba assumindo dívidas indesejadas.

Com o crescente grau de endividamento, é possível imaginar que haja uma grande parcela da população, com baixa educação financeira, propensa ao endividamento. Em abril de 2020, conforme pesquisa realizada pela CNC (2020), o país atingiu recorde histórico de endividamento e os fatores que colaboraram para estes resultados, não foram apenas a falta de recursos e o desemprego, mas também o despreparo ligado à administração das finanças pessoais. Cabe destacar, que pessoas com baixo grau de alfabetização financeira são mais propensas a assumirem compromissos que não terão condição de cumprir no futuro (LUSARD; TUFANO, 2009 apud DONADIO et. al, 2012).

Um dos principais responsáveis pelo endividamento dos indivíduos é, seguramente, o cartão de crédito, pois estimulados pela facilidade de parcelamento e pagamento mínimo, não conseguem visualizar em longo prazo as consequências de suas decisões e acabam acumulando compromissos que extrapolam sua capacidade financeira. O cartão de crédito segue em primeiro lugar nos principais tipos de dívida para 77,6% das famílias endividadas, seguido por carnês para 17,5%, e, em terceiro, por financiamento de veículos, para 10,2% (CNC, 2020).

Ainda, de acordo com a pesquisa, para se ter uma ideia, atualmente no Brasil, o percentual de famílias que declararam ter algum tipo de dívida, seja com cheque pré-datado, cartão de créditos, carnês, ou outras, atingiu 66% em abril deste ano. Os resultados reais da inadimplência para o indivíduo são bem conhecidos por todos, como a inclusão do nome em entidades de proteção ao crédito, ações judiciais e restrições a créditos para compras. Somado às consequências materiais da inadimplência, os consumidores ainda, devem lidar com os custos emocionais. O SPC Brasil desenvolveu em 2015 uma cartilha com o intuito de demonstrar os danos emocionais sofridos pelo endividamento, e entre eles, destaca-se os problemas de saúde e dificuldades de relacionamentos. Com o objetivo de captar os impactos das dívidas sobre os brasileiros, foi desenvolvido um termômetro com a capacidade de avaliar o sentimento das pessoas sobre suas dívidas e a percepção que tinham sobre elas.



Os indicadores elaborados pelo estudo apresentaram índices variados de sentimentos, como: alterações de apetite, vergonha de sua condição atual, infelicidade, insegurança/medo de não conseguir quitar os débitos, nervosismo/irritação/desespero, queda na autoestima, insônia e medo de atender ao telefone, são alguns dos sentimentos apresentados.

A pesquisa categorizou os resultados em níveis, como: muito confortável (que representa as pessoas que estão tranquilas em relação ao endividamento); levemente confortável (que são aquelas que consideram as dívidas como algo imperceptível); sem alteração (é caracterizado pelos endividados que não se deixam afetar pelas dívidas); já o nível levemente desconfortável (é aquele grupo em que o endividamento incomoda um pouco e, por vezes, há alterações nos sentimentos) e, por fim, o nível muito desconfortável (composto pelas pessoas que se sentem muito afetadas pelas dívidas).

A pesquisa SPC (2015), apontou que são grandes os fatores prejudiciais causados pelo endividamento e afetam diretamente o estado emocional dos consumidores endividados. Questões como: perda de sono, irritação, vergonha e baixa autoestima podem prejudicar o julgamento do consumidor e dificultar o processo de quitação das dívidas. Deste modo, os resultados mostram que o endividamento, devido ao intenso consumo, afeta não somente a situação financeira dos indivíduos, mas também, ocasiona problemas de saúde.

Martins (2004) lembra ainda que, a necessidade excessiva de ostentar e a vaidade pessoal, são emoções que levam a pessoa ao consumo exagerado, transformando-a numa espécie de máquina destruidora de dinheiro. Consumir desenfreadamente, bens e serviços que, são supérfluos e ultrapassam o limite das necessidades básicas, é um dos principais vilões do endividamento, pois o fato de consumir requer cautela, para que esse ato não seja prejudicial à saúde e ao orçamento.

Consumo versus consumismo

O ato de consumir sempre esteve presente no dia a dia das pessoas e é algo que pertence a todos os tipos de sociedades. Bauman (2008) nos apresenta o consumo como sendo uma condição e um aspecto permanente e irremovível, sem limites temporais ou históricos; um elemento inseparável da sobrevivência biológica que nós, humanos, compartilhamos com todos os outros organismos.

O consumo é algo comum, considerado até mesmo algo trivial. É uma atividade que realizamos todos os dias. Às vezes, de maneira comemorativa, quando nos reunirmos com amigos para celebrar um momento importante ou, simplesmente, para nos recompensar por



algo particularmente importante. Mas, na maioria das vezes, é por algo simples e rotineiro (BAUMAN, 2008). Entretanto, o consumismo subverte esta demanda natural, pois o indivíduo passa a buscar a satisfação incontrolável de desejos, sendo estimulado pelo próprio meio social, influenciado fortemente pelo regime capitalista.

A ideologia presente no consumismo parte da premissa que de “ter” para “ser” (LUIZ, 2005).


O consumismo trata-se de um tipo de arranjo social, que decorre da recuperação de necessidades e desejos humanos, rotineiros e permanentes, tornando-se o principal motor operativo da sociedade, além da formação dos indivíduos também pode coordenar o poder de reprodução sistêmica, integração e estratificação social, e ao mesmo tempo desempenhar um papel importante no processo de auto-identificação individual e grupal, bem como a implementação de políticas de vida pessoal (BAUMAN, 2008, p?).

Bauman (2008), portanto, distingue o consumo e a sociedade de consumo. Para ele o consumo é basicamente uma característica e ocupação humana, enquanto que o consumismo é um atributo social.

No cenário de uma sociedade de consumidores, tudo muda a todo o momento. As relações com as pessoas e o mundo passam a ser líquidas, ou seja, as relações passam a ser imprevisíveis, curtas e sem pretensão de continuidade. Nesta sociedade, apropriação e posse, não são mais um sinal de incentivo coletivo e valorização social, mas sim, um movimento constante de aquisição de bens, onde o que foi obtido ontem, já pode estar obsoleto no dia seguinte (BAUMAN, 2009). O consumismo é um aspecto da lógica da civilização, que é motivada e aprimorada por meio de seu principal componente de comunicação: a publicidade. Neste cenário, não é mais o mercado que domina a produção, mas a produção que domina o mercado (MORAES, 2012).

Com a intensificação da publicidade advinda do mercado, as pessoas sentem a necessidade de serem aceitas pela sociedade e, neste aspecto, a moda é um estilo de vida particular, que busca garantir uma tendência à igualdade social e outra ao isolamento social. Neste sentido, Bauman (2011) acrescenta que:

Parece que a moda se encaixa em uma válvula de segurança que foi aberta antes de a perspectiva de perda de energia causada pela submissão (paradoxalmente, o desejo é um dos impulsos básicos do ser humano para manter o processo da moda em constante estado de “devir”) atinge um nível que ameaça sua desaceleração, quanto mais esgota sua tentação. Se a entropia é o balanceador da diversidade, então a moda (repito, ganha força devido à falta de preferência humana pela distinção e desejo de unidade) multiplica e exacerba a distinção, diferença e desigualdade que ela promete amenizar e, em último caso, eliminar.



A sociedade de consumidores é composta por indivíduos que chegam a uma conclusão de compra, sem que haja real necessidade, um ato que ocorre de maneira irracional e não é submetido à nenhuma crítica interna. É uma cultura em que as pessoas tornam-se dependentes e viciadas do desejo de consumir, simplesmente por consumir (MORAES, 2012). A publicidade não tem fronteiras e ela usa de vários métodos para persuadir os consumidores a comprarem determinado produto. Ela sempre vende mais que um produto, ela vende estilo de vida, pensamento e status.

Portanto, saber conviver com as influências, em uma sociedade de consumidores, altamente consumista, requer discernimento em relação ao dinheiro e seu poder de compra e, é neste aspecto, que a introdução à educação financeira, torna-se papel chave para uma vida controlada financeiramente e com aceitável padrão de qualidade.

Educação financeira: atitudes e práticas


O tema educação financeira tem sido evidenciado nos últimos anos em razão da constatação da falta de controle financeiro, sendo que a falta de informação e planejamento por parte da sociedade, bem como seus reflexos na saúde financeira dos brasileiros e a sobrecarga que esta situação tem gerado para o sistema governamental, consistem em fortes motivos para se evidenciar este tipo de educação.

Desde a Idade Média, embora o termo “educação financeira” tenha sido criado posteriormente, o tema já era tratado com preocupação pelas pessoas, no que se diz respeito, ao consumo consciente. É o que nos apresenta Silva (2012, p. 8) através do pensamento de Aristóteles:

Como já dissemos, uma pessoa que tende a ser excessiva e vulgar, está além das despesas razoáveis. Fazer isso custa muito caro e, em alguns casos, mostra mau gosto [...]. Tudo dela, não é por motivos nobres, mas para mostrar sua riqueza e admirá-la por essa maneira de fazer; além disso, onde ela deve gastar muito dinheiro, ela gasta pouco, e onde deveria gastar pouco, acabada gastando muito.

Desta forma, a atenção ao tema, não é algo inédito, afinal, os antigos pensadores já dedicavam importância ao assunto, imaginando ações de conscientização ao consumo e processo de controle de orçamento financeiro. No entanto, o tema ganhou ciência e força anos mais tarde, devido aos intensos estudos sobre finanças.

No Brasil a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF foi instituída pelo decreto nº 7.397 em 22 de dezembro de 2010, com o objetivo de fortalecer a cidadania, a solidez e a eficiência do sistema financeiro nacional, visto que, a educação financeira pode ser um dos fatores fundamentais que garanta uma melhor qualidade de vida, de forma saudável e



equilibrada (BRASIL, 2010). A educação financeira pode ser considerada um instrumento capaz de promover uma mudança nas futuras gerações; seja entre crianças, jovens ou adultos, uma postura firme e assertiva, tanto para tomar melhores decisões como para evitar problemas desnecessários, podendo assim, mudar a realidade de um país.


O conceito de educação financeira é definido pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE (2004), como sendo o processo pelo qual o indivíduo aperfeiçoa o conhecimento sobre os produtos financeiros, de modo que, com informação, formação e orientação, possa adquirir as qualificações necessárias para avaliar riscos e oportunidades.

Desta forma, a educação financeira deve ser um processo continuado (OCDE, 2004) e devem existir práticas que concedam as mudanças para a implementação de uma sociedade emancipada. A proposição de uma educação financeira como política pública é de extrema necessidade, diante de uma sociedade de pessoas que consomem compulsivamente, em busca de felicidade e prazer, tornando-se cada vez mais endividadas. É inegável que a educação financeira deve ser vista como um elemento base para a sociedade brasileira, porque ela diz respeito às decisões econômicas individuais e familiares (SAVOIA et. al, 2007) e pode contribuir sensivelmente com mudanças de atitudes e práticas.

Os aspectos que afetam o comportamento do consumidor são inúmeros, como: cultura, sociedade, objetivos pessoais, status social, marketing, entre outros. Geralmente, são os valores e as percepções que inspiram os desejos e comportamentos pessoais (SILVA, 2008), desta forma, os consumos de bens e serviços geralmente são provocados, podendo gerar estímulos automáticos e, muitas vezes, impulsivamente.

Os fatores sociais que interferem no comportamento do consumidor estão relacionados a grupos de referência social, como família, amigos, cônjuge, filhos, e pessoas com status. Além destes fatores, a influência pessoal também inclui a idade e o estágio do ciclo familiar, situação financeira, ocupação, personalidade, autoestima, interesses, etc, afetarão diretamente as decisões do consumidor e por fim, fatores psicológicos como a percepção, aprendizagem, motivação, crenças e atitudes. (DENEGRÍ, 2007 apud SILVA, 2008).

Por meio da educação financeira é possível compreender a influência desses diversos fatores e evitar ou, pelo menos minimizar, o impacto desses, nas atitudes e práticas que os indivíduos por hábito costumam realizar; como é o caso da falta de planejamento dos gastos. A má gestão orçamentária, com a falta de controle financeiro são atitudes responsáveis por grandes níveis de dívidas adquiridas. O planejamento financeiro é um aspecto importante tanto



nas atividades de uma empresa, como de uma família; pois ele planeja a forma de orientar, coordenar e controlar as ações, para alcance dos objetivos (GITMAN, 2002).

Apesar de não ser regra, a falta de planejamento caminha de “mãos dadas” com a falta de controle; gastar e não controlar é uma prática muito ruim quando se trata de dinheiro, como diz o ditado “aquilo que não é controlado, não é administrado”. O resultado prático da falta de controle acaba sendo o descontrole dos gastos, levando as pessoas a assumirem compromissos que não podem cumprir ou pagar no caso financeiro. Sem o controle de gastos é grande a chance de cair na armadilha do crédito fácil.


As principais modalidades de créditos brasileiros são: cheque especial, empréstimo pessoal, cartão de crédito, crédito consignado, financiamento de casas e veículos, consórcios, crédito rural, entre outros (VIEIRA, 2014). A oferta de créditos é fornecida principalmente pelo sistema financeiro e, no Brasil, de acordo com a pesquisa da CNC (2020), a posição de liderança, se deve aos cartões de crédito.

Franco (2007), discorrendo sobre as facilitações quanto às ofertas facilitadas de crédito, afirma ainda que:

Nunca antes foi concedido tanto dinheiro aos jovens como agora. As ofertas podem ser encontradas nas ruas, nas lojas, na TV e até dentro das universidades. Basta apenas se inscrever para obter os ativos desejados, como cartão de crédito, financiamento, cheque especial. Talvez por nenhum outro motivo, mas para muitos, o desejo final é ter seus nomes na lista do Serasa como maus pagadores (FRANCO, 2007).

O crédito fácil é decorrente da facilidade com que se pode parcelar as compras, porém tal prática desvinculada do planejamento ou controle financeiro é um caminho rápido para o endividamento. Muitas pessoas só dão conta de que estão em desequilíbrio financeiro quando já é tarde (os compromissos já foram assumidos). No Brasil, muitas empresas oferecem a facilidade de pagamento de compras e dívidas através de parcelamento, sendo as formas mais comuns, o uso do cartão de crédito, carnês ou cheques pré-datados.

Cabe destacar que o consumo está ligado diretamente aos gastos que supram as necessidades básicas para a sobrevivência, no entanto, a característica presente numa sociedade consumidora, como é a nossa, é o desejo de consumir cada vez mais, sem uma real necessidade. O marketing é o principal responsável por estimular essas práticas, pois sempre visa vender mais que um simples produto ou serviço, almeja vender estilo de vida, conforto e valores. E a publicidade é o meio pelo qual os anunciantes podem entrar na mente dos consumidores para provar e estabelecer o posicionamento da marca, transmitindo suas informações e despertando a necessidade no consumidor




Lidar com toda essa pressão social não é algo fácil, ainda mais quando não se tem uma educação financeira, para estimular a poupança de recursos. O hábito de reservar dinheiro é uma atitude incomum entre os brasileiros, seja por falta de capital, ou por falta de conhecimento de sua importância. É imprescindível reservar uma parcela dos ganhos por mês, para formar investimentos que trarão segurança e estabilidade futuras (MENDES, 2015). No entanto, é uma prática pouco utilizada, apesar de toda a importância que representa para resguardar a qualidade de vida, muitas vezes adquirida com tanto esforço.

Por fim, os fatores que levam ao endividamento, apresentados nesta pesquisa, contam também com a influência dos objetivos pessoais e individuais, sendo, portanto, algo extremamente personalístico. Ou seja, na busca por alcançar determinados objetivos, por vezes, acabam adquirindo dívidas longas. Objetivos esses que vão desde a aquisição da casa dos sonhos, como o desejo por carros do ano, festas de casamento, etc, ou seja, objetivos absolutamente individuais.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa descritiva visa compreender as relações existentes na vida social, política e econômica, bem como as características do comportamento humano (CERVO, BERVIAN, 2002). Para atingir os objetivos deste trabalho, o tipo de pesquisa utilizada foi a descritiva. Este tipo de pesquisa visa descrever os fatos e fenômenos de uma realidade (TRIVINOS, 1987). Quanto a abordagem, o procedimento adotado foi de pesquisa quantitativa. A pesquisa quantitativa se preocupa com a objetividade, pois ela é influenciada pelo positivismo, e com isso, considera que só é possível compreender uma realidade a partir da análise de dados brutos, extraídos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros (FONSECA, 2002).

Para tanto, foi realizado o procedimento de pesquisa de campo, com aplicação de um questionário eletrônico, elaborado através da plataforma *google forms*. A divulgação do questionário foi por meio eletrônico, com compartilhamento nas redes sociais, principalmente pelo aplicativo *WhatsApp* de mensagens eletrônicas. O *link* foi compartilhado em grupos e repassado por amigos e familiares, durante um período de quatro dias, iniciando numa sexta-feira e finalizando na segunda-feira. O público alvo que a pesquisa procurou atingir foi pais ou responsáveis pelas despesas familiares, com o intuito de compreender os hábitos financeiros dos entrevistados, além da intenção de levantar informações sobre as atitudes e práticas relativas a comportamentos financeiros, com possível potencial para endividamento.



O questionário foi estruturado através de dois grupos de questões, sendo o primeiro direcionado à caracterização da amostra, como: sexo, idade, escolaridade, estado civil, filhos e responsabilidade familiar financeira; o segundo grupo direcionado a identificar as atitudes e práticas, foi composto por questões com alternativas de respostas de escala de Likert. Na escala de Likert (1932) os entrevistados escolhem somente uma das alternativas fixas, estipuladas em linha.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa atingiu ao todo 188 participantes, no entanto, como o objetivo principal era compreender os hábitos financeiros relacionados com a família, os entrevistados que não eram responsáveis pelas despesas financeiras, foram retirados dos resultados, para que fosse possível evidenciar somente os que responderam como responsáveis pelos orçamentos e despesas mensais, restando um total de 142 participantes.

Entre a amostra selecionada para objeto da pesquisa, 102 pessoas são do sexo feminino e outras 40 pessoas são do sexo masculino. Quanto à idade dos entrevistados a faixa etária variou entre os 18 anos até os 77 anos de idade. Com relação ao nível de escolaridade, grande parte dos respondentes afirmou possuir ensino superior completo, equivalendo a 76,8% dos resultados, enquanto 7,7% possuem ensino superior incompleto, contra 9,9% que responderam ter ensino médio completo. Em referência ao estado civil, 110 entrevistados se declaram casados ou amasiados, 23 solteiros e 9 separados ou divorciados.

Muitos estudos investigaram as decisões financeiras de pessoas casadas, solteiras, viúvas e divorciadas (SUNG e HANNA, 1996, FAFF, HALLAHAN e MCKENZIE, 2004 apud RIBEIRO et. al., 2009). Os estudos concluem que pessoas divorciadas têm menos tolerância ao risco do que os viúvos e que, estes são menos que os casados e menos ainda do que os solteiros. De acordo ainda com Spero (2000 apud RIBEIRO et. al., 2009), os recém casados têm menos experiência em lidar com dinheiro, enquanto que os recém viúvos são mais controlados, podendo levar à hipótese de que os solteiros apresentam maior nível de atitudes que levam ao endividamento.

Quanto ao número de filhos, a resposta era aberta para ser preenchida de acordo com a realidade de cada pessoa e os dados obtidos, foram: 46 pessoas responderam não possuir nenhum filho, 44 pessoas responderem ter 02 filhos, 39 pessoas revelaram ter apenas 01 filhos, 12 pessoas afirmam ter 03 filhos e uma pessoa declarou ter 04 filhos.

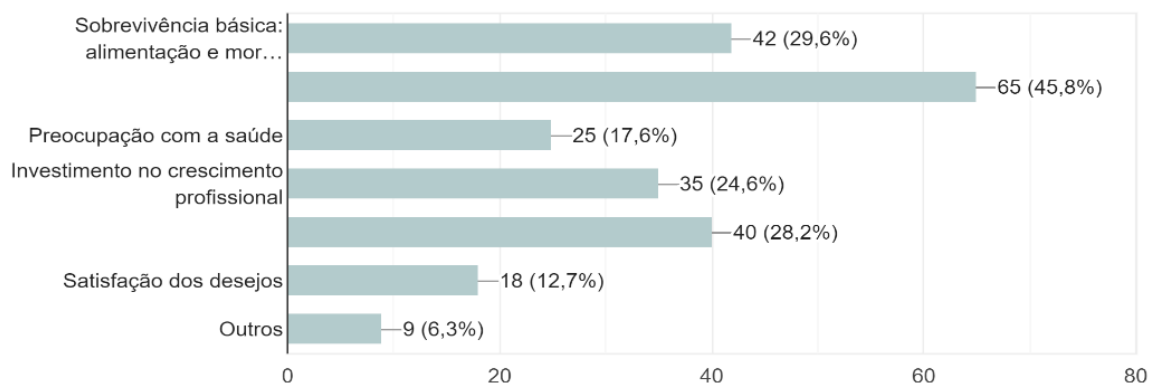
Sobre a situação profissional dos respondentes, a pesquisa apresentou como resultado, que 33,8% dos entrevistados trabalham em empresa privada, 32,4% deles atuam no setor público, 9,9% é formado por empresários e 10,6% como profissionais autônomos.

Análise das atitudes e práticas financeiras

Buscando compreender o poder de influência do marketing sobre a vida dos entrevistados, interferindo diretamente em suas decisões de compra, dentre os entrevistados, 23,2% já adquiriu algo para elevar seu padrão de vida e 19,7% já comprometeram o orçamento mensal comprando bens por impulso. Somando os percentuais de comprometimento de renda, com o de aquisições por impulso, é possível chegar ao total de 44,3% de pessoas que, alguma vez na vida, já se submeteram às estratégias e armadilhas do marketing e suas propagandas. O marketing envolve identificar e satisfazer as necessidades humanas e sociais. Basicamente, ele supre as necessidades lucrativamente (KOTLER; KELLER, 2006). Como forma de compreender as principais decisões financeiras dos entrevistados, interligadas as suas preocupações, o questionário trouxe como questão a seguinte pergunta: hoje suas principais decisões financeiras, estão voltadas a quais tipos de preocupações?

Figura 01: Direcionamento de recursos.

Suas principais decisões financeiras hoje estão voltadas a quais tipos de preocupações?
142 respostas

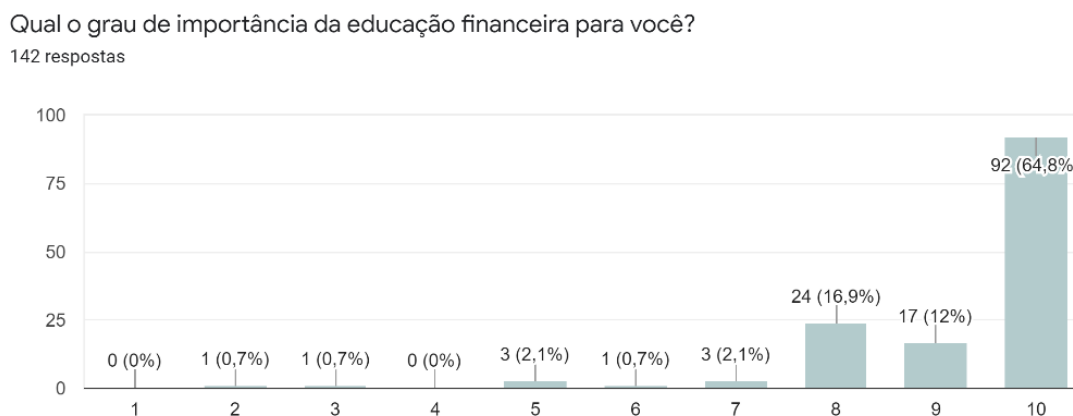


Fonte: Autoria própria.

Conforme demonstrado, o índice que mais preocupa os respondentes é a manutenção do padrão de vida: conseguir pagar as despesas, com 45,8% de respostas, totalizando 65 pessoas. Em segundo e terceiro lugar, vem a sobrevivência básica: alimentação e moradia com 29,6% e os investimentos com aumento do patrimônio, com 28,20%. Com o objetivo de determinar a importância da educação financeira para a sociedade, o questionário indagou o grau de

importância que as pessoas destinam a ela, onde 0 era pouco importante e 10 muito importante. Os resultados foram os seguintes:

Figura 02: Importância da educação financeira.



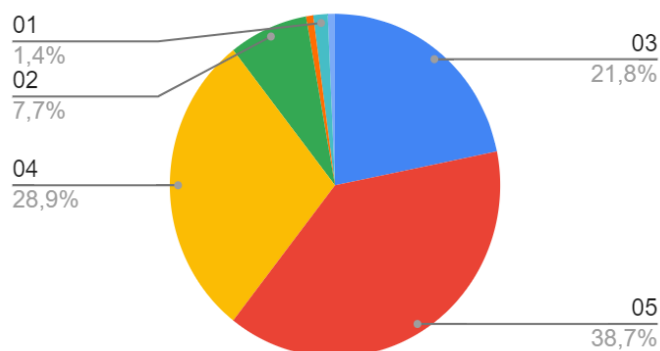
Fonte: Autoria própria.

Conforme os resultados acima, 64,8% avaliaram com nota 10 o grau de importância da educação financeira; 16,9% deram nota 08, e 12% avaliaram com nota 09. Deste modo, a grande maioria considerou a educação financeira como algo variável de importante a muito importante. Ainda sobre a importância do assunto, foi indagado sobre a relevância de implantação da educação financeira nas escolas, visto que, os aprendizados sobre ela, possibilitariam aos jovens uma visão positiva quanto ao futuro, incentivando o alcance dos próprios sonhos por meio da organização financeira (BECKER, BRONSTRUP, 2016). Ainda, 96,5% acreditam que é importante e 3,5% responderam como talvez seja importante essa implantação.

Por fim, a pesquisa buscou compreender os hábitos financeiros dos respondentes, como: controle dos gastos, planejamento dos gastos, definição de metas e/ou objetivos, reflexão antes de realizar uma compra extraordinária, uso do crédito consignado, uso de cheque especial, uso de empréstimo, uso do parcelamento do cartão de crédito, gastos preventivos com a saúde (planos de saúde, outros), gastos com seguros (casas e veículos), poupar ou guardar dinheiro e realização de investimentos. Observe-se que foi solicitado que respondessem a frequência da realização destes hábitos com: 01 – nunca, 02 – raramente, 03 – ocasionalmente, 04 – frequentemente e 05 – sempre. Com relação à administração orçamentária, os gráficos de controle de gastos e planejamentos dos gastos, apresentaram índices consideráveis de “nunca” e “raramente”. Entre o total dos entrevistados, 1,4% afirmaram nunca controlar todos os gastos, e 7,7% responderam que, raramente realizam o controle dos mesmos:

Figura 03: Controle orçamentário.

Controle de gastos

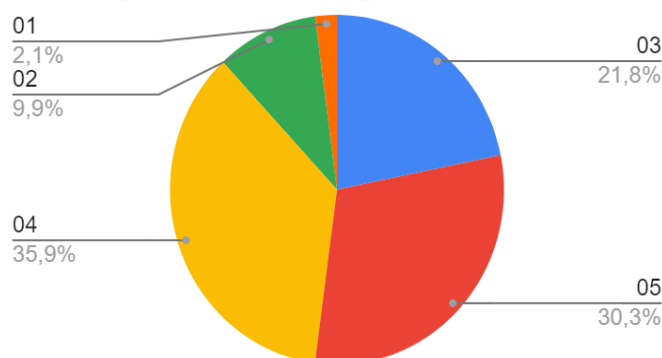


Fonte: Autoria própria.

Criar uma disciplina de planejamento, dentro dos limites de orçamento, configura-se como atitude indispensável para cidadãos que almejam uma situação financeira sob controle e que atenda às suas demandas de consumo. Desta forma, os hábitos de planejamento solicitados pela pesquisa, apontaram que 2,1% das pessoas nunca planejam os gastos e 9,9% raramente propõem-se a este planejamento.

Figura 04: Planejamento financeiro.

Planejamento dos gastos



Fonte: Autoria própria.

Quanto aos objetivos pessoais, com definição de metas e/ou objetivos, 2,1% afirmaram nunca terem tido esse comportamento de planejamento, enquanto que 14,1% raramente têm o hábito de definir metas e/ou objetivos, representando um número significativo de pessoas que planejam e almejam conquistas para o futuro.



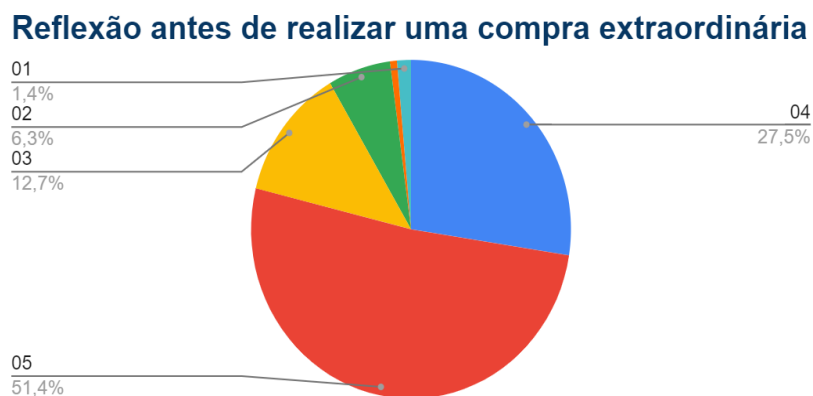
Figura 05: Metas e objetivos.



Fonte: Autoria própria.

Buscando compreender o hábito de reflexão antes da realização de compras dos entrevistados, foi possível chegar ao resultado de que 1,4% nunca refletiram, antecipadamente, sobre as decisões de compra de bens ou serviços, conforme demonstra o gráfico:

Figura 06: Reflexão antes da compra.

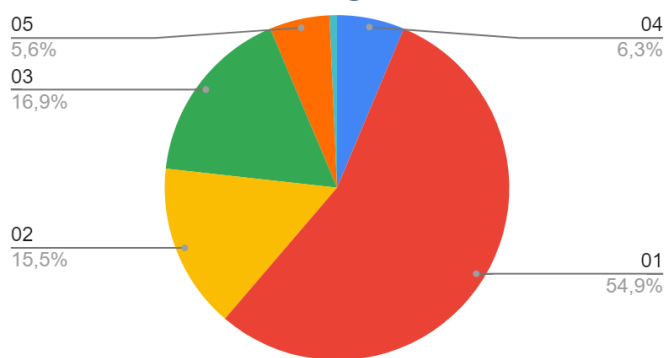


Fonte: Autoria própria.

Estudos afirmam que, o fato de se refletir antes de comprar, diminui impactos no orçamento familiar, como também diminui os impactos negativos contra a natureza (AKATU, 2017). Quanto às modalidades de crédito fácil e parcelamentos, como uso do crédito consignado, uso do cheque especial, uso de empréstimo e uso do parcelamento do cartão de crédito, nas respostas, em sua maioria, obtiveram índices superiores quanto aos apontamentos anteriores, indicando certa dependência e uso constante das modalidades de créditos fáceis:

Figura 07: Acesso a créditos fáceis.

Uso do crédito consignado

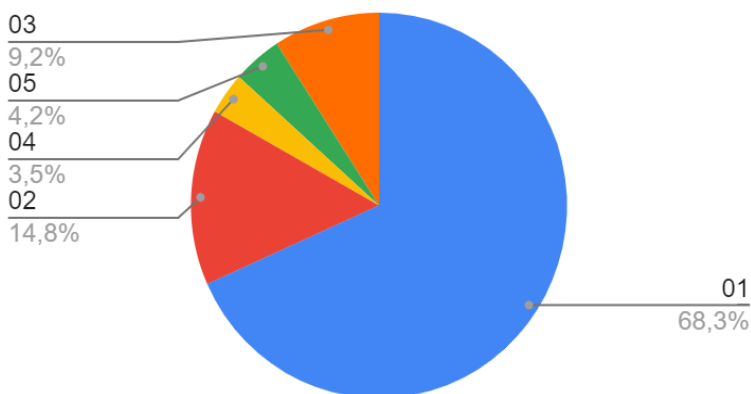


Fonte: Autoria própria.

Conforme o gráfico anterior, é possível concluir que 6,3% das pessoas frequentemente utilizam o crédito consignado em suas vidas, enquanto que 5,6% sempre precisam dele.

Figura 08: Cheque especial.

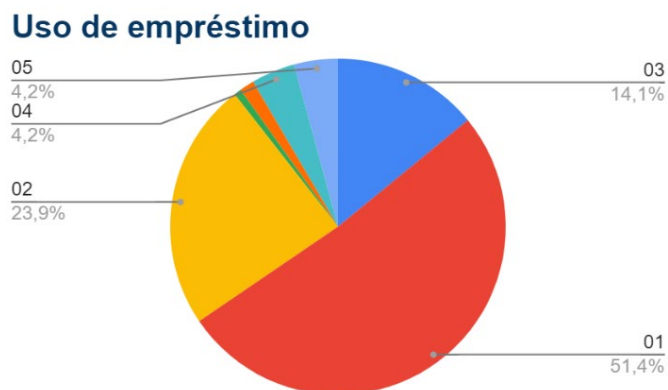
Uso do cheque especial



Fonte: Autoria própria.

A modalidade de cheque especial apresentou resultados menores quanto ao uso, comparando ao crédito consignado. Neste, 68,3% nunca o utilizaram e 4,2% sempre contam com ele.

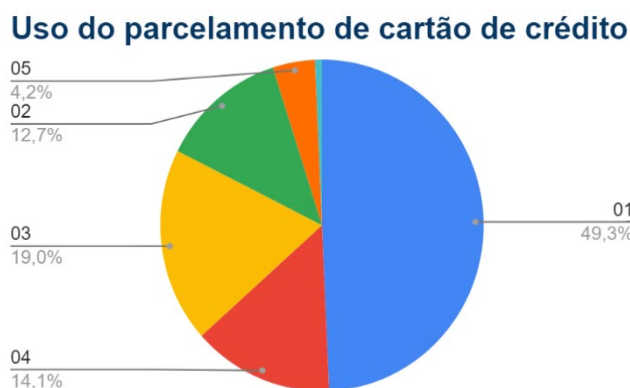
Figura 09: Empréstimo.



Fonte: Autoria própria.

Já o empréstimo, é consumido raramente por 23,9% dos entrevistados e 14,1% apontaram consumi-lo ocasionalmente. No entanto, a grande maioria, composta por 51,4% confessaram nunca recorrerem a ele.

Figura 10: Cartão de crédito.



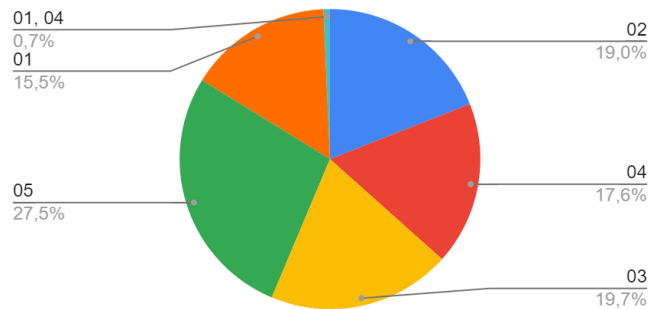
Fonte: Autoria própria.

A modalidade de parcelamento do cartão de crédito, foi a que apresentou maiores divergências comparando-se aos outros créditos fáceis. Enquanto 49,3% das pessoas nunca tiveram que parcelar o cartão, 19,0% ocasionalmente o parcelam, e 14,1% frequentemente têm o hábito de parcelá-lo.

O quesito saúde foi um dos fatores que mais surpreendeu devido aos resultados praticamente equalizados. Grande parte dos respondentes, com um total de 27,5%, afirmaram que sempre tem o hábito de dedicar parte do orçamento para a saúde, enquanto que, a segunda grande parte com 19,7% dos entrevistados, afirmaram preocuparem-se ocasionalmente com ela e, por fim, 17,6% responderam que, frequentemente, dedicam atenção à saúde:

Figura 11: Preocupação com a saúde.

Gastos preventivos com saúde (plano de saúde e outros)

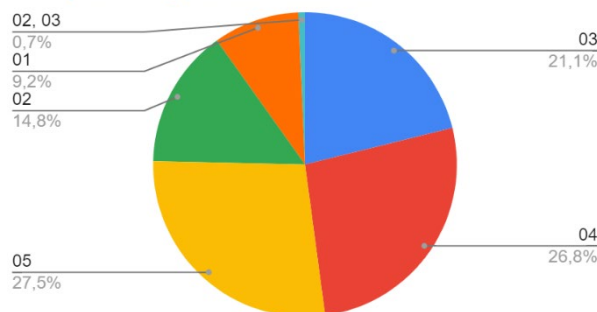


Fonte: Autoria própria.

O detalhe que mais chama a atenção é que, 19,0% dos participantes preocupam-se raramente, e 15,5% nunca dedicaram preocupação alguma à saúde. Ao somarmos os resultados de: nunca, raramente e ocasionalmente, é possível chegar ao total de 54,9%, ou seja, a saúde não é uma preocupação para quase metade dos entrevistados. Poupar, em regra geral, exige mudanças de hábitos, requisita diminuição de despesas, fixação de metas, de objetivos e persistência (BITTENCOURT, NEVES, 2015). E, diante deste hábito de reservar as economias, poupando ou guardando dinheiro, a presente pesquisa alcançou os seguintes resultados:

Figura 12: Reserva de economias.

Poupar ou guardar dinheiro



Fonte: Autoria própria.

A maioria dos entrevistados afirmou que sempre pouparam dinheiro, contando com 27,5% das respostas, enquanto que 26,8% deles, frequentemente também o fazem. Em terceiro lugar, 21,1% do total de respondentes, pouparam ou guardam dinheiro ocasionalmente.

É importante lembrar que poupar é diferente de investir. Investir é o fato de utilizar o dinheiro poupado, direcionando tais valores para aplicações que rendam juros ou outras formas de remunerações (PORTAL DO INVESTIDOR). No mercado brasileiro existem inúmeras opções de investimentos, que vão desde os mais simples, acessíveis a toda população, até os mais complexos e refinados, voltados a investidores especializados. Dentre os modelos de

investimentos, podemos citar: a poupança, tesouro direto, CDB, CDI, ações, fundos de investimentos e muitos outros. Entre os hábitos de investimentos dos entrevistados, os resultados ficaram divididos, conforme o gráfico abaixo:

Figura 13: Investimentos futuros.




Fonte: Autoria própria.

Dentre o total dos 142 entrevistados: 22,5% dos respondentes afirmaram que raramente realizam investimentos, 21,1% ocasionalmente, 21,8% frequentemente, 17,6% nunca e 15,5% sempre o realizam. Somando os totais de alternativas como, nunca, raramente, chegamos a um total de 61,20%, ou seja, muito mais da metade dos entrevistados não possuem o hábito de realizar investimentos no decorrer de suas vidas.

CONCLUSÃO

O cenário revelado por esta pesquisa deixa claro que a grande maioria dos entrevistados compreende a importância da educação financeira e também podem ser considerados consumidores conscientes e controláveis, de acordo com suas escolhas reveladas nos gráficos da pesquisa. O público-alvo, conforme já mencionado, era composto por pais ou responsáveis pelas despesas familiares e, no entanto, pouco mais das respostas foram de que as despesas mensais são compartilhadas entre o casal, o que leva a compreender os demais indicadores, como por exemplo a reflexão antes de realizar uma compra e também os níveis de controle dos gastos. Outro detalhe a ser considerado, é que mais da metade dos entrevistados, com 71,8% do público-alvo são pessoas do sexo feminino,

Apesar dos resultados apontarem para respostas conscientes perante as decisões financeiras, grande parte dos respondentes afirmaram já ter comprometido o orçamento mensal adquirindo bens e serviços, como também já adquiriram algo para elevar o padrão de vida. Se comparado com o restante das respostas, em que 55,6% afirmaram não comprar mediante influências, o nível de pessoas que já se inclinaram aos poderes do marketing, visando os desejos e não as necessidades, pode se constatar em quase metade do total das respostas. Deve



ser considerado também, que grande parte dos entrevistados, preocupa-se apenas em manter o padrão de vida, pagando somente as despesas fixas mensais, não direcionando recursos para outros investimentos, como: aumento do patrimônio e crescimento profissional. Portanto, é evidente a necessidade da constante educação financeira para os brasileiros, pois apesar de considerarem a educação financeira como algo importante, poucos ainda entendem o poder de influência dela sob suas vidas.

Foi possível identificar também, ao final desta pesquisa, o poder de consciência das pessoas sobre o nível de importância da educação financeira e a pouca colocação em prática, apesar de todo o entendimento. Como proposta futura, este artigo abre caminhos para a necessidade de trabalhos que objetivem a colocação prática da educação financeira na sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

AKATU, Diálogos. **Consumidores Conscientes: o que pensam e como agem.** São Paulo: Instituto Akatu, 2017. Disponível em: <https://www.akatu.org.br/wp-content/uploads/2017/04/23-pesq_5-Internet-Final.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

BAUMAN, Z. **A Cultura no Mundo Líquido Moderno.** Ed. Zahar. 2011

BAUMAN, Z. **A Arte da Vida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

BECKER, K. L.; BRONSTRUP; T. M. **Educação Financeira nas Escolas: estudo de caso de uma escola privada de ensino fundamental no município de Santa Maria (RS).** Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul. 2016.

BITTENCOURT, J. H.; NEVES, L. A. **Orçamento familiar.** Centro Universitário para o desenvolvimento Alto Vale do Itajaí. UNIDAVI. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/Artigo-John-Herbert-Bittencourt.pdf>>. Acesso em 15 dez. 2020.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Brasileira.** ENEF. Decreto 7.397 de 22 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm>. Acesso em 13 nov. 2020.

CNC, **Endividamento e Inadimplência do Consumidor.** Injeção de liquidez por conta da pandemia faz percentual de famílias endividadadas renovar record histórico em abril. Disponível em: <http://www.cnc.org.br/sites/default/files/2020-04/An%C3%A1lise%20Peic%20-%20abril%20de%202020_0.pdf>. Acesso em 18 dez. 2020.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 162 p.

DONADIO, R.; CAMPANARIO, M. A.; RANGEL, A. S. **O Papel da Alfabetização**

Financeira e do Cartão de Crédito no Endividamento dos Consumidores Brasileiros. Revista Brasileira de Marketing, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 75-93, jan/abr. 2012.

HILL, N. **Quem pensa enriquece.** São Paulo: Fundamento educacional, 2009.

OCDE. **Centro OCDE/CVM de Educação e Alfabetização Financeira para America Latina e o Caribe.** 2004. Disponível em: <[https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2020.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

FRANCO, T. C. **O Jovem e o Crédito: Uma estratégia de endividamento precoce?** 2007. Disponível em: <http://www.pucRio.br/pibic/relatorio_resumo2007/relatorios/dir/relatorio_thiago_franco.pdf>. Acesso em 22 set. 2020.

GITMAN, L. **Princípios de Administração Financeira.** Essencial: 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

KHOTLER, P. KELLER, L. K. **Administração de Marketing.** 12 ed. São Paulo: Person: Prentice Hall, 2006.

LIKERT, R. **A Technique for the Measurement of Attitudes.** Archives of Psychology. V. 22, n. 140, p. 44-53, 1932.

LUIZ, L. T. **A Ideologia do Consumismo.** Colloquium Humanarum, v. 03, n.2. Dez. 2005, p. 39-44.


MARTINS, José Pio. **Educação Financeira ao Alcance de Todos.** São Paulo: Fundamento Educacional, 2004. 103 p.

MENDES, J. S. **Educação Financeira Para uma Melhor Qualidade de Vida.** Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão-SC. 2015. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/TCC-JULIANA-DE-SOUZA-MENDES.pdf>>. Acesso em 28 nov 2020.

MORAES, A. C. **O Impacto da Mídia Publicitária e Relacional na Formação de Consumidores Jovens e Adultos.** Revista Luso-Brasileira de Direito do Consumo, n. 03, set. 2012, vol II, p. 95-111.

PORTAL DO INVESTIDOR. **Por que Investir?.** Disponível em: <https://www.investidor.gov.br/menu/primeiros_passos/antes_investir/antes_investir.html#:~:text=Investir%20%C3%A9%20empregar%20o%20dinheiro,ser%20desperdi%C3%A7ado%20quando%20mal%20investido>. Acesso em 15 dez. 2020.

RIBEIRO, C. A.; VIEIRA, K. M.; SANTOS, J. H. A.; TRINDADE, L. L.; MALMANN, E. I. **Finanças Pessoais: Análise dos Gastos e da Propensão ao Endividamento em Estudantes de Administração.** Universidade Federal de Santa Maria. 2009. Disponível em: <<http://sistema.semead.com.br/12semead/resultado/trabalhosPDF/385.pdf>>. Acesso em 10 dez. 2020.



SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. **Paradigmas da Educação Financeira**. RAP, Rio de Janeiro 41(6): 1121-41, Nov./Dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>. Acesso em: 12 nov. 2020.

SILVA, S. B. C. N. **Alfabetização Econômica, Hábitos de Consumo e Atitudes em Direção ao Endividamento de eEtudantes de Pedagogia**. Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/251759/1/Silva_SoniaBessadaCostaNicacio_D.pdf>. Acesso em 14 nov. 2020

SILVA, N. C. **Matemática Financeira – Economia Doméstica**. Educação Financeira. Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2012.

SPC BRASIL. **Impactos do Endividamento no Estado Emocional do Brasileiro**. 2015. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/analise_perfil_do_inadimplente_sentimento_s.pdf>. Acesso em 14 nov. 2020.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, J. F. **A Relação entre Endividamento e a Falta de Planejamento Financeiro Pessoal em um Grupo Acadêmico de Sétima Fase de uma Universidade do Município de Criciúma – SC**. 2014. 51 f. Monografia (Especialização) – Curso de Administração, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2014.

CAPÍTULO 4

EXPERIÊNCIAS COM CATALOGAÇÃO DE LIVROS E PRODUÇÃO DE BOLETIM INFORMATIVO PARA BIBLIOTECAS

João Paulo Hergesel

RESUMO


Este capítulo registra as atividades realizadas para o Estágio Supervisionado II do curso de Bacharelado em Biblioteconomia do Centro Universitário Leonardo Da Vinci (Uniasselvi), no 2.º semestre de 2021, que contou com orientação do professor tutor Jean Fernandes Brito. Os objetivos do estágio foram catalogar livros sugeridos pela tutoria, bem como produzir um boletim informativo. Os objetos de estudo, isto é, as obras que serviram como base para as atividades, foram os seguintes livros: *Arquitetura da informação na Câmara dos Deputados* (MIRANDA, 2016); *Almetria para bibliotecários: guia prático de métricas alternativas para avaliação da produção científica* (NASCIMENTO, 2017); *Avaliação e projeto no design de interfaces* (SANTA ROSA; MORAES, 2008); *Arquivística – teoria e prática de uma ciência da informação* (SILVA; RIBEIRO; RAMOS; REAL, 2009); e *Políticas de aquisição e preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa* (SILVA; OLIVEIRA, 2012). O percurso metodológico envolveu duas etapas: a catalogação e a produção do boletim, utilizando como embasamento teórico o livro de Juliana Frainer (2020). A fundamentação teórica contou, ainda, com uma revisão bibliográfica das ideias de Elisângela Cristina Aganette, Livia Marangon Duffles Teixeira e Karina de Jesus Pinto Aganette (2017), de Robson da Silva Teixeira (2015) e de Sirlene Pintro, Danielly Oliveira Inomata e Gregório Jean Varvakis Rados (2014). Fez-se o registro da vivência do estágio (resultados) e das impressões do estágio (considerações finais). Por fim, inferiu-se que a realização do estágio permitiu uma experiência focada em localizar informações fundamentais de um livro e elaborar fichas de catalogação, com base nas normativas vigentes.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteconomia. Catalogação. Boletim informativo.

INTRODUÇÃO

Este capítulo registra as atividades realizadas para o Estágio Supervisionado II do curso de Bacharelado em Biblioteconomia do Centro Universitário Leonardo Da Vinci (Uniasselvi), no 2.º semestre de 2021, que contou com orientação do professor tutor Jean Fernandes Brito. Devido à necessidade de distanciamento social ocasionada pela pandemia de COVID-19, os objetivos do estágio foram catalogar livros sugeridos pela tutoria, via trilha de aprendizagem, bem como produzir um boletim informativo.

Os objetos de estudo, isto é, as obras que serviram como base para as atividades, foram os seguintes livros: *Arquitetura da informação na Câmara dos Deputados* (MIRANDA, 2016); *Almetria para bibliotecários: guia prático de métricas alternativas para avaliação da*



produção científica (NASCIMENTO, 2017); *Avaliação e projeto no design de interfaces* (SANTA ROSA; MORAES, 2008); *Arquivística – teoria e prática de uma ciência da informação* (SILVA; RIBEIRO; RAMOS; REAL, 2009); e *Políticas de aquisição e preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa* (SILVA; OLIVEIRA, 2012).

O percurso metodológico envolveu duas etapas: a catalogação e a produção do boletim informativo. A etapa de catalogação consistiu em uma localização das informações fundamentais de cada um dos livros, categorizados a partir do modelo MARC2, disponibilizado eletronicamente. Também houve a elaboração de fichas catalográficas no Word, a partir desses dados coletados e organizados, a fim de desenvolver essa habilidade.


Já a etapa da produção do boletim informativo contou com a possibilidade de criação artística digital, por meio da manipulação de softwares de edição de textos e imagens, a partir de uma biblioteca fictícia inventada exclusivamente para essa atividade. Como estratégia de divulgação de cada um dos livros, privilegiaram-se informações como: título; dados da autoria ou organização; assunto principal, número de chamada e sinopse da obra, seguida da imagem da capa.

Para isso, utilizou-se como embasamento teórico o pensamento registrado nos livros de Juliana Frainer (2019; 2020). Também foram revisitados os artigos de Elisângela Cristina Aganette, Livia Marangon Duffles Teixeira e Karina de Jesus Pinto Aganette (2017), de Robson da Silva Teixeira (2015) e de Sirlene Pinto, Danielly Oliveira Inomata e Gregório Jean Varvakis Rados (2014).

FUNDAMENTAÇÃO TÉORICA

De acordo com Frainer (2019, p. 62), “a representação descritiva – catalogação, à medida que se desenvolveu e evoluiu, impulsionou o desenvolvimento e evolução de disciplinas especializadas, em especial nas instituições de ensino brasileiras”. A utilização desse tipo de atividade tem como objetivo, de acordo com a autora, “propiciar ao bibliotecário conhecimentos e habilidades técnicas para o adequado tratamento da informação” (FRAINER, 2019, p. 62).

Nesse contexto, o bibliotecário precisa cumprir com a função de “caracterizar a descrição (forma e conteúdo) dos recursos bibliográficos em ambientes informacionais convencionais ou digitais”, apontam Aganette, Teixeira e Aganette (2017, p. 186). Para os autores, esse profissional “deve estar atento para acompanhar as atualizações da catalogação, na modalidade de eventos, pesquisas, reuniões associativas, ou cursos de atualização”



(AGANETTE; TEIXEIRA; AGANETTE, 2017, p. 186), visando à qualidade no processo de representação descritiva.

Para realizar essa atividade, surgiu, em 1966, o formato *Machine Readable Cataloging*, denominado MARC, que, como explica Frainer (2019, p. 107), foi “elaborado pela Biblioteca do Congresso e reconhecido pelo ISO como instrumento normativo para a descrição bibliográfica”. O objetivo principal desse formato “era desenvolver procedimentos e programas de conversão, manutenção de arquivos e distribuição de dados compatíveis com o formato” (MACHADO, 2003, p. 49 *apud* FRAINER, 2019, p. 107).

Com o projeto ainda considerado piloto, o MARC passou por fases, como MARC I, destinado à catalogação exclusivamente de livros, e MARC II, que abrangia outras formas de informação. A respeito das etapas evolutivas, Frainer (2019, p. 55) esclarece: “Esse padrão ofereceu facilidades na acomodação e na codificação dos registros bibliográficos em relação ao método manual, evoluindo em 1999 para formato o MARC21, que prevalece atualmente”.

Ao retomar a bibliografia especializada, Frainer (2020, p. 102) argumenta:

De maneira geral, o MARC21 pode ser considerado um conjunto de padrões utilizados com o objetivo de identificar, armazenar e comunicar informações bibliográficas em um formato legível por computador, de forma que os diversificados programas consigam reconhecer, processar e estabelecer pontos de acesso dos elementos que compõem a descrição bibliográfica.

Além dos processos de catalogação, outra atividade desenvolvida pelo profissional de Biblioteconomia é a produção de um boletim informativo. Teixeira (2015, p. 221) define esse material como “uma ferramenta que oferece aos seus leitores, informações sobre o uso de produtos e serviços da Biblioteca, tais como: livros eletrônicos, variedades e novidades do acervo, dentre outros”. De acordo com o autor, que se concentra em uma biblioteca universitária, esse recurso faz “com que a Biblioteca alcance o seu objetivo de contribuir para a inovação e para o crescimento do ensino e pesquisa” (TEIXEIRA, 2015, p. 221).

Na linha dos boletins informativos, Pinto, Inomata e Rados (2014, p. 156) aventam que “o serviço de referência educativo em bibliotecas universitárias é uma inovação, é agente facilitador para obtenção da informação, uma vez que o usuário ganha autonomia para a pesquisa”. De acordo com os autores, “isso pode facilitar para que o serviço seja consumido sem a intervenção de um terceiro, ao longo do processo” (PINTRO, INOMATA; RADOS, 2014, p. 156).

RESULTADOS

O estágio iniciou com o acesso às informações disponibilizadas na Trilha de Aprendizagem da disciplina específica, em ambiente virtual de aprendizagem. No primeiro momento, fez-se o download do arquivo em PDF com as capas, folhas de rosto e folha de créditos dos livros sugeridos pela tutoria para catalogação e posterior produção de boletim informativo. Para melhor contextualização do trabalho, apresentamos uma sinopse de cada uma dessas obras.

Em *Altmtria para bibliotecários: guia prático de métricas alternativas para avaliação da produção científica*, de Andréa Gonçalves do Nascimento (2017), tem-se:

Conheça as principais ferramentas de altmetria usadas atualmente para avaliar e classificar artigos, periódicos, autores e instituições, incluindo sugestões de exercícios práticos para aqueles que queiram familiarizar-se com o uso das ferramentas de altmetria, além das iniciativas em curso para o desenvolvimento de políticas nacionais e internacionais para o uso de métricas alternativas. (AMAZON, 2021a, on-line).

Em *Políticas de aquisição e preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa*, organizado por Maria Celina Soares de Mello Silva e Lucia Maria Velloso Oliveira (2012), tem-se:

Este livro, que mostra a riqueza do trabalho atual da interdisciplinaridade arquivística, que permite preservar a memória, no caso a científica, por tantos meios que as escolhas cotidianas lhes permitem, evidencia que Ricoeur tem razão: o presente é o nó tanto do passado quanto do futuro, pois ao guardar o passado o arquivista está construindo o futuro. (MUSEU..., 2012, on-line).

Em *Avaliação e projeto no design de interfaces*, de José Guilherme Santa Rosa e Anamaria de Moraes (2008), tem-se:

Facilitar o acesso à navegação de sites e aprimorar a experiência interativa entre usuário e sistema. O livro de Anamaria de Moraes e José Guilherme Santa Rosa tem o objetivo de desenvolver no universo acadêmico soluções práticas da área de Interação. (AMAZON, 2021b, on-line).

Em *Arquivística – teoria e prática de uma ciência da informação*, de Armando Malheiro da Silva; Fernanda Ribeiro; Júlio Ramos e Manuel Luís Real (2009), tem-se:

À questão radical “é possível um conhecimento científico dos arquivos?”, os autores respondem pela afirmativa, definindo, porém, arquivo como sistema de informação (e não como fundo) e concebendo o método arquivístico como caminho de compreensão, interpretação e explicação e não um mero conjunto de procedimentos técnicos (descritivos, classificativos e viabilizadores do acesso) que só por si nada têm de científico. (FNAC, 2021, on-line).

Em *Arquitetura da informação na Câmara dos Deputados*, organizado por Roberto Campos da Rocha Miranda (2016), tem-se:

O livro é o resultado de uma iniciativa do Centro de Documentação e Informação (Cedi) e do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), é composto

de artigos com a essência dos trabalhos de conclusão de curso de servidores-alunos que realizaram especialização em Arquitetura e Organização da Informação, fruto da parceria entre o Cefor e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). (EDIÇÕES..., 2021, on-line).

Com o acesso a essas informações e às disponíveis no arquivo norteador, fez-se, inicialmente, uma catalogação no formato MARC21, em editor de texto (Word) e com orientações do site da Divisão de Bibliotecas e Documentação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (DBD/PUC-Rio). A página está disponível em: <https://www.dbd.puc-rio.br/MARC21/conteudo.html> e a consulta ocorreu no mês de novembro de 2021.

Com isso, foram elaboradas as cinco fichas de catalogação, tendo como exemplo a apresentada na figura 1:

Figura 1 – Exemplo de ficha de catalogação.

MARC– Modelo para cadastro de obras (livros)			
Nome	Cod.	Indicador	
ISBN / Formato	020		\$a 978-85-402-0493-5
Línguas	041		\$a por
A. Geográfica	043		\$a s-bj
Data	045		No documento fornecido, não há informações sobre o conteúdo
CDD	082		\$a CDU: 342.532:004(81)
Nº de Chamada	090		No documento fornecido, não há informações sobre o local de disponibilização da obra e seu referencial de chamada
Autor	100	1	A obra é identificada pelo seu título, considerando a existência de organizador (em vez de autor)
Tradução / obra com 2 títulos	240	0 0	Não se aplica
Título principal	245	1 0	\$a Arquitetura da informação na Câmara dos Deputados / \$ç Organização: Roberto Campos da Rocha Miranda
Edição	250		\$a 1
Pub. / Distrib.	260		\$a Brasília : \$b Câmara dos Deputados, Edições Câmara, \$c 2016
Desc. Física	300		\$a 293p.
Série	490	0	\$a Relatos de pesquisa \$v 7
Notas gerais	500		\$a Disponível, também, em formato digital (PDF)
Conteúdo	505		No documento fornecido, não há informações sobre o conteúdo
Locais	590		No documento fornecido, não há informações sobre o local de disponibilização da obra e suas possíveis notas
Ass. Pessoa	600	1 4	\$a Miranda, Roberto Campos da Rocha
Ass. Entidade	610	1 4	Não se aplica
Ass. Entidade	610	2 4	Não se aplica
Ass. Evento	611	1 4	Não se aplica
Assuntos	650	0 4	\$a Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados \$a Tecnologia da informação, Brasil \$a Gestão da informação, Brasil
Ass. Geográfico	651		4 Não se aplica
N. autorizado	697		Não se aplica
Ent. Sec. Pessoa	700	1	\$a Sousa, Gisele \$c projetista gráfico \$a Barbosa, Daniela \$c diagramadora \$a Diniz, Francisco de Assis \$c revisor \$a Carvalho, Lísia Freitas \$c revisora \$a Paiva, Luzimar Gomes de \$c revisora
Ent. Sec. Entidade	710	2	\$a Câmara dos Deputados, Brasil

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na sequência, elaborou-se a ficha catalográfica de cada um desses livros, tendo como base os Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a *International Standard Bibliographic Description* (ISBD). Apresenta-se, como exemplo, a figura 2:

Figura 2 – Exemplo de ficha catalográfica.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD	
A772	Arquitetura da informação na Câmara dos Deputados / Organização: Roberto Campos da Rocha Miranda. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. (Relatos de pesquisa, v. 7) ISBN: 978-85-402-0493-5 1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. 2. Tecnologia da informação, Brasil. 3. Gestão da informação, Brasil. I. Título. CDU: 342.532:004(81)

Elaborado por João Paulo Lopes de Meira Hergesel - UNIASSELVI

Fonte: Elaborado pelo autor.

Após a realização dessa atividade, fez-se o boletim informativo, reunindo as informações básicas do livro. Para isso, criou-se a biblioteca fictícia Jogo de Palavras, que hipoteticamente estaria situada no interior de São Paulo, no município de Alumínio, e teria como foco os livros de literatura e coleções de Ciências da Informação. A capa desse boletim está apresentada na figura 3.

Figura 3 – Capa do boletim informativo produzido.



Fonte: Elaboração do autor.

Para cada livro, listou-se um apanhado de informações, como título, autoria, assunto, localização (número de chamada) e sinopse, além da imagem de capa. Para exemplificar, apresenta-se a figura 4.

Figura 4 – Exemplo de página do boletim informativo.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Por fim, reuniu-se todo o material e fez-se a postagem no ambiente virtual de aprendizagem, no item destinado à produção acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizado para a disciplina Estágio Supervisionado II do curso de Biblioteconomia do Centro Universitário Leonardo Da Vinci (Uniasselvi), este trabalho consistiu em elaborar a catalogação de cinco livros recomendados pela tutoria, bem como a produção de um boletim informativo para cada um deles. Por ter sido realizado durante o período pandêmico, foram utilizados recursos como arquivos em PDF, Word e informações coletadas de páginas virtuais.

A etapa da catalogação possibilitou a prática desse processo tão relevante para a profissão de bibliotecário, incentivando a localização de itens fundamentais para cada veículo de informação. Já a etapa da produção de boletim informativo permitiu a manifestação da criatividade, além do aprendizado sobre a pertinência desse gênero textual para manutenção do contato com os usuários da biblioteca.

A realização do estágio permitiu uma experiência focada na gestão das tecnologias, a partir das habilidades de catalogar livros e produzir boletins informativos para os lançamentos. Embora não tenha sido possível comparecer presencialmente a algum local como estagiário, a vivência on-line, direcionada pelo tutor externo, foi uma estratégia plausível para superar os desafios impostos pelo período pandêmico.

REFERÊNCIAS

AGANETTE, Elisângela Cristina; TEIXEIRA, Livia Marangon Duffles; AGANETTE, Karina de Jesus Pinto. A representação descritiva nas perspectivas do século XXI um estudo evolutivo dos modelos conceituais. **Encontros Bibli – Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 22, n. 50, p. 176-187, set. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v22n50p176>. Acesso em: 26 nov. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2017v22n50p176>.

AMAZON. 2021a. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/dp/B01KYMPWOC>. Acesso em: 24 nov. 2021.

AMAZON. 2021b. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/dp/8586695467>. Acesso em: 24 nov. 2021.

EDIÇÕES Câmara. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3CKnHCJ>. Acesso em: 24 nov. 2021.

FNAC. 2021. Disponível em: <https://www.fnac.pt/a103677>. Acesso em: 24 nov. 2021.

FRAINER, Juliana. **Representação descritiva I** – catalogação. Indaial: Uniasselvi, 2019.

FRAINER, Juliana. **Representação descritiva II** – catalogação. Indaial: Uniasselvi, 2020.

MIRANDA, Roberto Campos da Rocha (org.). **Arquitetura da informação na Câmara dos Deputados**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

MUSEU de Astronomia e Ciências Afins. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3CNkoeg>. Acesso em: 24 nov. 2021.

NASCIMENTO, Andréa Gonçalves do. **Almetria para bibliotecários: guia prático de métricas alternativas para avaliação da produção científica**. São Paulo: Scortecci, 2017.

PINTRO, Sirlene; INOMATA, Danielly Oliveira; RADOS, Gregório Jean Varvakis. Serviço de referência de bibliotecas universitárias: tradicional e educativo. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 7, n. 2, jul./dez. 2014.

SANTA ROSA, José Guilherme; MORAES, Anamaria de. **Avaliação e projeto no design de interfaces**. Teresópolis: 2AB, 2008.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís. **Arquivística** – teoria e prática de uma ciência da informação. 3. ed. Porto (Portugal): Afrontamento, 2009.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso (org.). **Políticas de aquisição e preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa = Acquisition and preservation policies for collections in universities and research institutions**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012.

TEIXEIRA, Robson da Silva. A utilização de boletim eletrônico no setor de referência: um estudo de caso. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 219-229, abr./jun. 2015.



CAPÍTULO 5

O DESAFIO DO IDEALISMO À ABORDAGEM SOCIAL

Leonardo Luiz Silveira da Silva
Larissa Santos Rocha da Silva

RESUMO


A forte tradição marxista-materialista dos estudos sociais repele o idealismo como possibilidade de leitura da sociedade. Como reflexão necessária à denúncia e ao combate das injustiças sociais, as classes servem como entidade objetiva na qual se baseiam reivindicações de todo tipo. Defendemos o ponto de vista de que o idealismo, ao desconstruir materialidade de classes como cultura, raça e gênero, apresenta-se aprioristicamente como uma ameaça discursiva à tradição materialista. Negando a dicotomia entre matéria e ideias, propomos neste artigo avaliar a relação conflituosa entre idealismo e a abordagem social e sugerir a reflexão conciliatória de Augustin Berque acerca do conceito de trajeção.

PALAVRAS-CHAVE: Materialismo; Idealismo; Abordagem Social; Trajeção.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da abordagem cultural e social da geografia enfrentou certa paralisia na década de 1950, marcada pela grande divulgação do artigo de Fred K. Schaefer (1953), tido como o ponto de partida para a consolidação da chamada geografia quantitativa, amparada, por sua vez, pelo neopositivismo (CAPEL, 2013). Por sua vez, a passagem dos anos 1960 e 1970 marcou – não só na geografia como em uma ampla gama de disciplinas – notável ruptura paradigmática. A insatisfação com a hegemonia neopositivista conduziu à abordagem humanista (LEY, 1981; POCOCK, 1983; GOLD; GOODEY, 1983; LEITE, 1998), de viés idealista, e a abordagem crítica, de viés materialista, que viu no texto seminal de Yves Lacoste (2005) uma referência. Ambos movimentos ocorreram no seio de uma influência mais ampla, denominada virada cultural (MIKESELL, 1978; KONG, 1997; CLAVAL, 2001; VALENTINE, 2001; PEDROSA, 2016), movimento intelectual interdisciplinar que abrigou outras viradas, como a linguística. Esta última vai substanciar o pós-estruturalismo (GUELKE, 2003; WOODWARD, DIXON E JONES, 2009) e também, *inter alia*, o pós-modernismo (DEAR, 1988; 1994; EAGLETON, 1998; ANDERSON, 1999; LEMOS, 1999; CORRÊA, 2000; LYOTARD, 2009; MINCA, 2009).


Essa miríade de ideologias que proliferaram após a ascensão do quantitativismo na geografia não proporcionou um ambiente ideológico consensual. Desacordos entre o



materialismo e o idealismo bem como entre novas e tradicionais abordagens esquentaram o debate acadêmico, como foi possível notar na discussão envolvendo a atualidade dos pressupostos sauerianos e da escola de Berkeley, envolvendo Price e Lewis e outros proeminentes geógrafos culturais (PRICE; LEWIS, 1993; COSGROVE, 1993; DUNCAN, 1993; JACKSON, 1993; KONG, 1997; HOEFLE, 2008). O antagonismo entre o materialismo e humanismo trouxe, para além das repercussões no pensamento cultural, importantes questionamentos na abordagem social. A chamada nova geografia cultural tornou-se um palco importante desse debate. É impossível desvincular a nova geografia cultural das influências da virada cultural, que, como vimos, possui viés interdisciplinar. A *grosso modo*, enquanto a virada cultural ficou bem marcada pelo foco nas identidades, a nova geografia cultural, por sua vez, focou-se no social (GREGSON, 1992) e nas relações de poder (CORRÊA; ROSENDAHL, 2011), ainda que seja possível identificar diversidade dentro da abordagem. A congruência entre os elementos da virada cultural e da nova geografia cultural ficam evidenciados em sua busca comum por uma abordagem anti-positivista e no seu foco interdisciplinar. É possível considerar abordagens identificadas com a nova geografia cultural que “recebem aportes da fenomenologia, hermenêutica, materialismo histórico e dialético, das ciências sociais como a antropologia interpretativa, linguística, história da arte e semiótica” (CORRÊA, 2011, p.8). Pelas razões salientadas, há de ter em mente que – em algumas abordagens – os limites epistemológicos não são tão rígidos entre a virada cultural e a nova geografia cultural. De todo modo, as correntes de pensamento acabam se constituindo como rótulos, que tem muito mais serventia didática como uma forma de intermediar posições ideológicas do que de fato um compromisso com aquilo que é apropriado pela mente dos intelectuais da área.

Don Mitchell (1995) em seu notável e provocador artigo *there's no such thing as culture*, provocou e estabeleceu um debate posterior com autores por ele citados (COSGROVE, 1996, DUNCAN; DUNCAN, 1996; JACKSON, 1996; MITCHELL, 1996) justamente nas questões que envolvem a cultura como ideia e materialidade. Em um outro eixo analítico, mas com perspectivas advindas da virada cultural e do contexto das relações internacionais, o debate pós-colonial também contribuiu, ao seu modo, para a desconstrução da tangibilidade da cultura.


O extremo idealista das abordagens, que trabalha com um viés desconstrucionista da materialidade, cria sérias dificuldades para a abordagem social. É objetivo deste artigo avaliar a relação conflituosa entre o idealismo e o social, propondo uma conciliação, a partir da perspectiva de Augustin Berque (2017) acerca do conceito de trajeção. Para tanto, construiremos o arcabouço teórico passando pelo (a):

- 
- desconstrução da cultura realizada pela perspectiva pós-colonial;
 - debate proposto por Don Mitchell (1995) acerca da invalidação da abordagem ontológica da cultura;
 - reflexão sobre a intangibilidade cultural proposta por Silva e Costa (2018a; 2018b; 2020);
 - avaliação dos efeitos do idealismo na abordagem social;
 - abordagem conciliatória de Augustin Berque (2017).

A CULTURA E A PERSPECTIVA PÓS-COLONIAL

O pós-colonialismo é um movimento intelectual que visa analisar o impacto da colonização tanto nos países que foram colonizados quanto nos que foram colonizadores. Ganhou força no contexto da virada cultural e linguística, e, assim como qualquer corrente de pensamento, não pode ser entendido como um corpo coeso de abordagem. Aimé Césaire (2012), Albert Memmi (1977) e Frantz Fanon (2005; 2008) enquadram-se como detentores de um estilo manifesto de escrita – ainda que dotado de erudição – enquanto que Saïd (2000; 2007; 2011), Chakrabarty (2000), Spivak (2010), Eagleton, (2011); Hall (2006; 2013), Bhabha (2013), Nandy (2015), apresentam maior formalidade acadêmica. A influência do pós-estruturalismo é forte em muitos destes nomes, fazendo com que a tradicional abordagem da cultura sucumbisse frente ao seu impiedoso escrutínio.

Outro ponto que os une é a crítica quanto à tangibilidade cultural. No posfácio do livro *Orientalismo*, Saïd criticou agudamente a elaboração de Samuel Huntington (1996) acerca da divisão do mundo em civilizações. Para Saïd, a proposta é absurda, pois propõe a divisão do mundo em regiões culturais, desconsiderando a essência dinâmica, permeável e híbrida da cultura, que tornam impossível sua delimitação. Essa ideia encontra respaldo nos demais autores, alguns dos quais trabalham com o âmbito das identidades, como Bhabha (2013). Em *O local da cultura*, Bhabha argumenta que as identidades são sempre parcelas da totalidade, constituindo-se espacialmente fendidas e temporalmente adiadas, contribuindo para o entendimento das pessoas como individualizadas, apesar dos estereótipos que recaem sobre elas. Essa desconstrução de Bhabha ajuda a pensamentos como o de Alatas (1977), acerca da preguiça nativa. Halbwachs (1990) também desconstrói a integridade da identidade, a partir da junção de memórias individuais e coletivas, acrescentando mais elementos para pensarmos na excepcionalidade dos indivíduos e na dificuldade de representação coletiva.



A partir de uma crítica recorrente nos autores pós-coloniais, cria-se uma noção de que a descrição cultural é generalizadora e, portanto, cria-se uma estereotipação de um universo muito diverso a partir de poucos adjetivos. Este foi um dos pontos de crítica de Edward Saïd ao conjunto da obra de Bernard Lewis, que ao se propor especializar nos estudos regionais do Oriente Médio, passou pela rigorosa avaliação de Saïd, tendo algumas de suas obras (LEWIS, 2002; 2003; 2010) detalhadamente criticadas (SILVA, 2013). Estas generalizações que recaem sobre a cultura inspiraram Anthony P. Cohen (2011) a defender que as culturas deveriam ser abordadas no nível identitário, pois seriam generalizações grosseiras que não dão conta das variações extraordinárias contidas na diversidade humana.

MITCHELL E A CRÍTICA À ABORDAGEM ONTOLÓGICA DA CULTURA

O incômodo de Mitchell se manifestou no período imediatamente após à consolidação da chamada nova geografia cultural. No interior deste rótulo, as intencionalidades de contemplação das questões sociais fazem com que a estratégia comunicativa da reificação de categorias tais como raça, etnia e cultura tornem-se, também, uma estratégia político-ideológica. Uma vez sendo tratadas como entidades reificadas, raça, etnia e cultura podem ser utilizadas como instrumento de luta social. Sendo descritíveis e passíveis de delimitação, estas categorias podem, por exemplo, reivindicar certas políticas governamentais. Todavia, Mitchell parece crer que a reificação é mais nociva do que benéfica: acredita que a entificação, particularmente referente à categoria cultura (mas aplicável a outras categorias), “é uma imposição, um processo de nomear e definir que expõe o poder das classes dominantes e que permite a desmitificação de movimentos oposicionais” (MITCHELL, 1999, p.47). No mesmo tom desta abordagem de Mitchell, mas, no plano das relações internacionais, Karen Culcasi (2006) alertou que diversos mapeamentos produzidos nos Estados Unidos acerca do Curdistão negligenciavam a presença de curdos no sudeste da Turquia. A negligência em questão expressava deliberadamente o posicionamento dos Estados Unidos pró-Turquia.

Uma leitura incompleta ou apressada de Mitchell (1999) pode levar a crer que o autor é desprovido de sensibilidade social. Este, definitivamente, não é o caso de sua abordagem. Em uma conclusão importante, após criticar a ontologização da cultura, sugere que uma agenda relevante para a Geografia Cultural é a compreensão de como os grupos poderosos operacionalizam historicamente a noção de cultura⁴⁹. Deste modo, é crucial conceber que a


⁴⁹ Reflexão também incluída na abordagem de Caroline A. Mills (1988), que argumenta que a noção de hegemonia caminha ao lado da dominação cultural, fazendo-nos pensar acerca de quem domina o poder e, portanto, define as concepções de gostos e boas maneiras.



crítica quanto à reificação da cultura não é o mesmo que defender o fim das manifestações culturais, assim como à crítica quanto à reificação da raça não é o mesmo que assegurar que o racismo não existe. A desconsideração dessas diferenças nem tão sutis alimentam a ira de grupos militantes direcionada aos teóricos críticos às abordagens reificadas dessas categorias. Resta-nos refletir se tal ira reside no âmbito da incompreensão teórica ou simplesmente no ato político deliberado (afinal, crer na teorização não reificada exige do militante uma reinvenção do discurso). Ao mesmo tempo, fica claro em outro texto de Mitchell (1993) que o mesmo não prega a invalidade da abordagem material como componente do espaço (e, portanto, da paisagem e do lugar), mas que é necessário o desenvolvimento de uma teoria que contemple as complexas relações envolvendo a materialidade e a imaterialidade.

Como dissemos, o artigo provocador de Mitchell (1995) inaugurou um grande debate entre baluartes dos estudos culturais em geografia. Após sofrer críticas em diversos artigos-resposta, Don Mitchell teceu os seguintes comentários em sua tréplica:

- Discorda de Cosgrove (1996) ao afirmar que as metáforas – as que são utilizadas em sentido espacial para se referirem à cultura – precisam ser fundamentadas pelo fato de vivermos em um mundo social, em que a linguagem pode nos reservar armadilhas comunicativas;
- Mantém a posição que Jackson (1996) e os Duncans (1996) em trabalhos pretéritos não evitaram o problema da reificação da cultura;
- Reconhece que no artigo-resposta Jackson (1996) e os Duncans (1996) concordam com a premissa central de que não existe tal coisa ontológica como a cultura, confessando estar gratificado pelo fato destes autores agora queiram tornar sua posição tão explícita (MITCHELL, 1996);
- Reconhece que Jackson (1996) tem razão ao afirmar que a ideia trazida em seu artigo provocador (MITCHELL, 1995) pode levar ao entendimento equivocado de que exista uma defesa da separação plena entre a materialidade e as ideias. Mitchell (1996) acredita, inclusive, que Cosgrove (1996) e os Duncans (1996) justamente foram conduzidos a esta interpretação equívocada;
- Reforça que não vê a sua abordagem sobre a cultura como contraditória. Em suas palavras: “Só espero que fique claro que a “forma diferente” que precisa ser teorizada não é apenas uma questão de propor uma melhor noção ontológica de cultura” (MITCHELL, 2008, p.119);
- Acha injusta a crítica dos Duncans (1996) acerca da possibilidade de considerar os teóricos culturais, dentre eles os geógrafos, de irrealis sobre qual é exatamente seu objeto de




estudo. Elucida a suposta má compreensão dos Duncans ao afirmar que “os geógrafos (e outros teóricos culturais) citam continuamente noções reificadas de cultura mesmo quando não é essa a sua intenção e, por esse motivo, reificam a cultura em entidades distintas e delimitadas” (MITCHELL, 2008, p.120).

Torna-se claro que a questão envolvendo a dicotomia entre matéria e ideias foi um dos temas onde a polêmica se centrou. Esta divisão entre matéria e ideias é rejeitada por muitos autores (INGOLD, 1993; BERQUE, 2012; 2017), e pauta o entendimento que o idealismo e o materialismo apresentam-se teoricamente como ferramentas que não podem ser entendidas como detentoras do monopólio da análise espacial.

Anssi Paasi (2003) – sete anos após o *quid pro quo* entre Mitchell (1995) e os outros geógrafos culturais – escreveu um artigo sobre região e lugar que versava, principalmente, sobre o conceito de identidade regional. Mesmo sem entrar no mérito da discussão Mitchell-Jackson-Cosgrove-Duncans, Paasi apresenta uma abordagem não reificada sobre as identidades, que passa por fundamentos muito semelhantes aos discutidos pelo quinteto. Em sua reflexão metodológica sobre a identidade regional, Paasi (2003) argumenta que uma das maiores dificuldades que se associa ao fato de escrever ou falar sobre o assunto em questão é que estes atos criam, concomitantemente, uma agenda para entender a sua essência. Utilizando-se de Bourdieu, Paasi (2003) argumenta que palavras tem o poder de produzir “coisas”, criar fantasias, fobias, ou simplesmente imagens equivocadas. O autor considera ainda que o conhecimento humano é baseado na identificação e classificação. Este fato acaba por gerar demandas, no senso comum e na academia, por rótulos e imagens simplificadas que tornam menos dolorosa a tarefa comunicativa.

A INTANGIBILIDADE CULTURAL PROPOSTA POR SILVA E COSTA

Bebendo em fontes pós-estruturais e pós-coloniais, Silva e Costa (2018a; 2018b; 2020) rejeitaram a possibilidade de mapeamentos culturais serem realizados, justamente pela natureza intangível da cultura. Para tanto, deram o mesmo tratamento à cultura que Benedict Anderson (2009) reservou à nação: uma comunidade imaginada. Até mesmo as categorias propriamente geográficas podem estar sujeitas a este debate sobre sua essência ontológica. Richard Hartshorne asseverou que a região, sendo uma área de localização específica, parte do princípio da diferenciação das áreas que estão além dos seus limites. A natureza da distinção espacial, alma da região, é determinada pelo pesquisador que empregar o termo (HARTSHORNE, 1978 p.138). Suas escolhas, arbitrarias, entificam certa porção do espaço em região e se impõem



subjetivamente às impressões alheias, que, ainda que apresentem questionamentos sobre a espacialização em questão, assimilam imageticamente o ente. Assim, é de se questionar se a região existe fora do limite da interpretação de quem a propõe.

Sobre a natureza mítica de uma cultura pretensamente expressa de forma totalizante, Silva e Costa argumentam:


Cremos que a cultura é uma imaginação coletiva detentora de um conjunto estereotipado de elementos. Nesse sentido, não estamos negando a existência da cultura, mas acreditamos que a pretensão de determinação de sua totalidade é mítica, o que é explicado, por sua vez, pela natureza intersubjetiva de sua delimitação (tanto em sua descrição como em seu alcance espacial). Vivendo como entidade mítica, a cultura e os elementos que são reconhecidos como integrantes do seu corpo intangível, atuam dialética e permanentemente no cotidiano dos indivíduos, produzindo, contudo, efeitos muito distintos. Esses elementos identificados como componentes da cultura passam a ser tão reconhecidos que são repetidos em verso e prosa, ainda que não façam parte de experiências essencialmente ligadas ao convívio cotidiano de uma parcela importante de pessoas que os reconhece (SILVA; COSTA, 2018b).

Esta abordagem desconstrói a materialidade da cultura, e, por esta razão, os autores pontuam que as regionalizações culturais são generalizações indevidas. Esta abordagem, que poderia ser mais cautelosa quanto à relação entre matéria e ideias, sintetiza dificuldades enfrentadas pelo idealismo no que diz respeito às abordagens culturais.

EFETOS DO IDEALISMO SOBRE A ABORDAGEM SOCIAL

Como vimos, a chamada “virada cultural” que se desenvolveu na década de 1970 destacou-se pelo foco dado à construção de identidades. Por outro lado, as relações sociais amparadas pelas normas, códigos de comportamento, sentimentos e valores morais ficaram legadas a um segundo plano (JACKSON, 1997) em sua abordagem. Foi marcada também pela crença de que o debate cultural é o *locus* privilegiado do anúncio das inadequações das formas marxistas de explicação social, além da oposição ao quantitativismo positivista. Para Barnett (2004), os argumentos identificados com a virada cultural são fortemente dependentes da crítica pós-modernista acerca das epistemologias totalizantes e essencialistas, das quais o marxismo – taxado de economicista, reducionista, determinista e baseado em classes – é um suspeito primário. Por outro lado, é comumente dito que a virada cultural marginalizou a geografia social e perdeu consistência política⁵⁰ (VALENTINE, 2001), percepção que pode ter fomentado a

⁵⁰ A dita geografia cultural tradicional também sofreu críticas similares àquelas que foram observadas na virada cultural. Geógrafos sociais, sobretudo na Alemanha, classificaram o período morfológico que tem em Otto Schlüter e Sauer expoentes como um momento estéril, que representou em “verdadeiro empecilho para o desenvolvimento da Geografia Social” (SEEMANN, 2004, p.73).




guinada em direção à abordagem social dos anos 1980. Em uma crítica ampla à virada cultural, Gill Valentine assevera

Os críticos à virada cultural argumentam que a abordagem centrada em significados, identidade e representações talvez tenham conduzido geógrafos a perder a referência das consequências e efeitos muito reais das identidades sociais e processos, ignorando a economia política da diferença e as relações de poder (VALENTINE, 2001, p.168).

A nova geografia cultural surge no espaço destas críticas e ganhou força nos anos 1980 a partir das publicações de autores como Peter Jackson, Denis Cosgrove, e James Duncan. Desvinculou-se da preocupação da constituição das identidades, centrando-se no entendimento da produção simbólica e em seu papel em ordenar o espaço. Em contraste com a tradicional geografia cultural americana que se tornou alvo de suas críticas, a nova geografia cultural “estava fortemente ligada à sociologia e à geografia britânica, apresentando-se profundamente preocupada com as questões ligadas ao espaço, relações de poder e a diversidade cultural das práticas cotidianas” (SCOTT, 2004, p.24). Para Tim Cresswell (2010), a nova geografia cultural que teve “o seu chamado à guerra” em meados da década de 1980, trata-se de um projeto inacabado. Este status não é explicado por alguma deficiência teórica em seus pressupostos, mas pelo fato do mundo ser marcado pelas desigualdades e injustiças e ainda existir o motivo da academia ser o espaço de denúncia e se constituir como ferramenta de conscientização. Quanto utiliza a palavra injustiça, Cresswell refere-se “ao tipo que envolve a sistemática assimetria de arranjo de poder que permitem a ocorrência da opressão e exploração” (CRESSWELL, 2010, p.172).

As divergências de foco daqueles que, por um lado, centravam-se nas identidades e na discussão sobre significados (chegando ao ponto de Mitchell cravar que a cultura não existe da forma em que entendemos) e, por outro, nas questões sociais mais amplas e nas relações de poder, movimentaram críticas, réplicas e trélicas nas principais revistas e fóruns de discussão nos Estados Unidos e Reino Unido. Este se tornou um debate infundável dentro da geografia cultural. Mesmo posicionando-se no campo de pesquisa sobre o consumo e o comportamento consumista, Peter Jackson alerta que “precisamos transcender o dualismo existente entre o “econômico” e o “cultural” se quisermos fazer sérios progressos na compreensão das culturas comerciais e sua associação com as formas materiais” (JACKSON, 1997, p.187), mostrando que a abordagem radical que apartou temas e métodos assumindo em alguns casos tons partidários na academia é mais nociva do que útil. É importante notar que, a oposição ao marxismo característica da virada cultural fez com que alguns autores da nova geografia cultural que, porventura, trabalhassem hermeneuticamente elementos passíveis de serem




identificados como marxistas, pudessem ser alvos de críticas, o que nos mostra que os rótulos muitas vezes colaboram para a incompreensão: existem gradações que variam do mais grosseiro ao mais sutil no que diz respeito às apropriações teóricas, o que garante a existência de formas híbridas do pensar.

A discussão a respeito do entendimento da cultura presente no embate Mitchell-Jackson-Cosgrove-Duncans teve como um dos seus focos a oposição entre ideias e materialidade. Dentro deste escopo, a categoria raça foi analogamente posicionada como a categoria cultura, no que diz respeito à reflexão entre conceitos imateriais e materiais. É uma discussão que possui partidários em ambas as frentes. Guimarães (2002) – na mesma linha que James e Nancy (1996) – acredita que o termo raça é inadequado para apontar as diferenças de cor, mas que o racismo⁵¹ se pratica por intermédio desta categoria. Paul Gilroy (1998), por sua vez, declara-se contrário à utilização da palavra raça, negando a sua materialidade. Sua posição é endossada pelos seguintes argumentos:

- No tocante à espécie humana não existem raças biológicas;
- O conceito de raça é parte de um discurso científico errôneo e de um discurso político racista, autoritário, anti-igualitário e antidemocrático;
- O uso do termo “raça” apenas reifica uma categoria política abusiva.

Assim se desenha divergências que podem ser grosseiramente descritas em suas extremidades: por um lado, aqueles que se opõe ao uso do conceito de raça pelas ciências sociais. Estes se baseiam na negativa da biologia de conceber raças humanas ou na consideração de que esta noção é tão impregnada de ideologias opressivas que o seu uso não poderia ter outra serventia senão perpetuar e reificar as justificativas naturalistas para as desigualdades entre os grupos humanos. Por outro lado, a crença de que seja possível construir um conceito de raça propriamente sociológico, que prescindia de qualquer fundamentação natural, objetiva ou biológica (GUIMARÃES, 2009). Para Guimarães (2009, p.22), somente “uma definição nominalista de raça seria capaz de evitar o paradoxo de empregar-se de modo crítico (científico) uma noção cuja principal razão de ser é justificar uma ordem acrítica (ideológica)”.


⁵¹ Na linguagem diária, na imprensa e mesmo na literatura especializada, a palavra racismo tem muitos significados diferentes, ainda que correlatos. Racismo, em primeiro lugar, é referido como sendo uma doutrina, quer se queira científica, quer não, que prega a existência de raças humanas, com diferentes qualidades e habilidades, ordenadas de tal modo que as raças formem um gradiente hierárquico de qualidades morais, psicológicas, físicas e intelectuais. Mesmo entre os que aceitam esta acepção de racismo *qua* doutrina, pode-se, ainda, distinguir aqueles para quem a simples crença em raças humanas já constitui racismo e aqueles outros para quem tal crença é tida apenas como racialismo, chamando estes últimos de racismo tão-somente as doutrinas que pregam a superioridade ou inferioridade das raças (GUIMARÃES, 2004, p.17).



As palavras raça e cultura reúnem muitas coincidências. Ambas enfrentam essa discussão que envolve a sua materialidade/imaterialidade. A abordagem reificada de ambas categorias não se sustenta no aspecto visível, tangível. O uso material destas categorias conduz, deliberadamente ou em um nível subliminar, à política. Como nos lembra Mitchell (1996): a cultura serve como um instrumento para ordenar, dominar e, talvez resistir. O mesmo pode ser dito sobre a categoria raça. Peter Jackson (1998) – que se mostrou mais afeito as ideias do polêmico artigo de Mitchell – aprofundou novamente nesta discussão ao dizer que é geralmente reconhecido que a raça e o gênero são construções sociais, enraizadas na política e história mais do que na genética e na biologia.

Assim como no idealismo, as críticas à falta de sensibilidade social recaem sobre os pós-modernistas. O processo comum de desconstrução de significados cria um problema discursivo para a militância. Edward Relph salienta: “Não sei como é possível desenvolver uma visão e advogar por reformas sociais se nós não podemos ter clareza em como descrever o mundo” e ainda prega: “é desonesto desistir da visão de uma sociedade justa simplesmente porque o mundo pós-moderno é uma bagunça” (RELPH, 2001, p.150). No materialismo marxista, o sujeito começa a ser pensado como nação, cultura, classe social, raça, ou seja, como um sujeito coletivo (LEMOS, 1999). A desconstrução idealista, pós-estrutural e pós-modernista rompe com esta ideia. A negação absoluta acerca da identificação das pessoas com classes pode conduzir à situações que causam estranheza, como o fato de negar que Donald Trump seja capitalista (EAGLETON, 1998). Defendendo a razoabilidade das classes como categoria analítica, Terry Eagleton (1998) complementa que não há razão de assumir que para as coisas pertencerem a mesma classe precisem todas apresentarem exatamente as mesmas características essenciais.

É justamente este argumento de Eagleton que vemos como problemático. Primeiramente, a afirmação do autor nos faz pensar como as pessoas de fato entendem as coisas inseridas na mesma classe. O fato de não haver razão de pensar que exista diferença no interior da classe social garante que as pessoas assim o entendam e ajam conforme esta premissa? No papel de proeminente intelectual, Terry Eagleton tem essa clareza e deve se policiar constantemente de modo a evitar a tentação totalizante. O pensamento estrutural notavelmente detém a hegemonia da observação à *prima facie*, como, por exemplo, nos faz opor o cru e o cozido (LÉVI-STRAUSS, 1964). Em segundo, acreditamos que no caso das pessoas, não devem ser as características essenciais que as definem como pertencentes ao grupo “A” ou “B”. O deslocamento dessa decisão deve ser feito para o âmbito do sujeito, independente das




características. Mediante a natureza híbrida e permeável das culturas que o próprio Eagleton (2011) reconhece, não parece ser assertivo, à luz do idealismo, estabelecer uma linha arbitrária para definir a quantidade de características compartilhadas que possa nos fazer decidir sobre o enquadramento de elementos em uma dada tipologia.

O problema é quando a teorização idealista esbarra nas políticas públicas. Sem uma definição tangível sobre o que seja povo, nação, raça, dentre outras categorias, o discurso político de atendimento à subalternidade se esvazia. A mobilização política, por sua vez, também depende da ideia de consenso de grupo, tanto no que diz respeito às pautas reivindicatórias quanto na construção dos simbolismos, dogmas e pressupostos que servem de amálgama das identidades em torno do grupo social. Nesse sentido, Terry Eagleton (1998) lamenta a colaboração do pós-modernismo para a desconstrução da ideia de uma história material, que poderia servir como narrativa apropriada à militância social e política. Acredita que o fato de não existir uma narrativa para amparar as vítimas das injustiças ser algo a lamentar. Temos aqui outro desacordo teórico: o fato de múltiplas narrativas serem consideradas como interpretações da realidade intangível não significa que devemos dar o mesmo valor a todas as interpretações. Particularmente entramos também em desacordo com pós-modernistas radicais. Nosso argumento nesta tentativa de mediação entre Terry Eagleton e a posição idealista quintessencial é de que desconstruir o monopólio da verdade de qualquer narrativa não implica automaticamente na impossibilidade de hierarquizar as versões. Neste caso, a opressão e a subalternidade histórica se constituem como potenciais juízes, faltando-nos um mecanismo que liga estes árbitros metafóricos ao domínio das práticas. É justamente este vácuo que pode abrigar as manifestações intelectuais, a luta social e até mesmo a violência, em uma forma teórico-prática explorada por Hannah Arendt (2009). No campo teórico, todavia, sempre é importante lembrar que as narrativas são impressões espaço-temporais. Como a história continuará submetida à inexorabilidade temporal, a hierarquização das narrativas também precisa de revisões e ajustes constantes, por parte de quem as elabora e de quem as interpreta.

A ABORDAGEM CONCILIATÓRIA DE AUGUSTIN BERQUE (2017)

Cosgrove (1978) e Ingleton (1993) são alguns dos muitos autores que se opõem à divisão entre a matéria e as ideias. O conceito de *geogramas* cunhado por Berque (2012) expressa o entendimento que congrega a materialidade e a imaterialidade dos conceitos e assemelha-se ao argumento de Cosgrove (1983) acerca da atividade humana. Para o autor, toda atividade humana é, ao mesmo tempo, material e simbólica, produção e comunicação. A forma



de Augustin Berque elaborar a materialidade e a imaterialidade constitui-se como uma maneira de resolver a dicotomia entre o idealismo e o materialismo. Na verdade, na dimensão de Augustin Berque (2017), matéria e ideias são extensões de um mesmo fenômeno, sendo sua dicotomia, *stricto sensu*, falaciosa. De certa forma os *geogramas* apresentam-se periféricos ao seu pensamento, que tem no conceito de *trajecção* o seu microcosmo.


A trajetção, por sua vez, é o processo evolutivo no qual o ambiente é antropizado pela técnica e humanizado pelo símbolo, o que faz um meio humano e onde, simultaneamente, em retorno, este meio condiciona o humano para, indefinidamente, humaniza-lo de volta e assim por diante (BERQUE, 2017, p.6).

Assim Berque define que o ambiente e o homem estão em constante interação material e imaterial, de tal maneira que se torna desafiante separar estas duas dimensões interativas. Desta forma, contestando a dicotomia entre a materialidade e a imaterialidade que guiam a interpretação da paisagem, o autor define que “em suma, a realidade do meio não é propriamente objetiva (porque ela pressupõe uma interpretação), nem propriamente subjetiva (porque ela pressupõe o ambiente). Ela é *trajetiva*” (BERQUE, 2017, p.7).

Augustin Berque conseguiu sintetizar e dar nome aos processos nos quais a materialidade e a imaterialidade dialogam e se fomentam. Seus méritos concentram-se na capacidade de explicação acerca da complexa interação entre homem e ambiente. Na concepção de Berque, não há uma zona de contato entre as elaborações objetivas e subjetivas. A *trajecção* representa uma franca relação retroalimentada e permanente de constituição daquilo que Sauer (2008) chamou de “fatos geográficos”. É como se a *trajecção* fosse o fenômeno em si, e não um processo que une fenômenos. Esta perspectiva defendida por Berque concilia as distintas visões acerca das categorias sociais, como cultura, raça e gênero: as mesmas são fruto de uma relação dialética entre matéria e ideias. Há a dimensão excepcional da mente humana sobre o seu entendimento, e, ao mesmo tempo, efeitos materiais que podem ser mensurados. Esta dialética, todavia, é posta em movimento no tempo e no espaço e, também, passível de distintas interpretações de acordo com aquele que a interpreta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A virada cultural e o apelo pós-estruturalista ajudaram a criticar o monopólio da materialidade na interpretação dos fatos geográficos. Abordagens de vieses idealistas, das mais radicais às mais comedidas, propuseram uma nova forma de ver o mundo que se afastou do cânone científicista de seu tempo. O entendimento de que todas as categorias sociais, como cultura, raça e gênero são produtos das ideias, pode conduzir um intérprete àquilo que



correspondeu a uma das mais severas críticas do materialismo: a separação entre as elaborações mentais e as materializações.

A forte tradição marxista materialista presente nas abordagens sociais muitas vezes não concebe a desconstrução idealista da materialidade, como ficou claro no artigo de Mitchell (1995). O autor, no seu artigo não existe aquilo que chamamos de cultura, deixou claro que não se posiciona no extremo idealista, ao afirmar que não nega os efeitos materiais das construções sociais. Nesse sentido, é pontual e assertiva a abordagem de Augustin Berque (2017), que por intermédio do conceito de *trajeção*, propõe uma conciliação entre os extremos material e imaterial, objetivo e subjetivo, matéria e ideias, sujeito e objeto, que constituem como dicotomias falsas: o ambiente interfere no sujeito e, dialeticamente, o sujeito interfere no ambiente. A conciliação proposta por Berque (2017) ajuda-nos a pensar no sentido dialético das categorias sociais, sem excluir as dimensões materiais e imateriais, vendo-as, propriamente, no domínio trajetivo.

REFERÊNCIAS

- ALATAS, Syed Hussein. **The Myth of the lazy native**. London: Frank Cass and Company, 1977.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BARNETT, Clive. A critique of cultural turn (in): DUNCAN, James S.; JOHNSON, Nuala C.; SCHEIN, Richard H. **A companion to cultural geography**. Malden: Blackwell Publishing ltd, 2004.
- BERQUE, Augustin. Geogramas, por uma ontologia dos fatos geográficos. **Geograficidade**, v.2, n.1, verão, p.4-12, 2012.
- BERQUE, Augustin. A cosmofania das realidades geográficas. **Geograficidade**, v.7, n.2, p.4-16, inverno, 2017.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2013.
- CAPEL, Horácio. Neopositivismo e Geografia Quantitativa. (in): Capel, Horacio. **Ruptura e continuidade no pensamento geográfico**. Maringá: EDUEM, 2013.
- CÉSAIRE, Aimé. **Diário de um Retorno ao País Natal**. São Paulo: Edusp, 2012.



CHAKRABARTY, Dipesh. **Postcolonial thought and historical difference**. New Jersey: Princeton University Press, 2000.

CLAVAL, Paul. The cultural approach and geography – the perspective of communication. **Norsk Geografisk Tidsskrift – Norwegian Journal of Geography**, v.55, n.3, p.126-137, 2001b.

COHEN, Anthony P. Culture as identity: An Anthropologist's view. **New Literary History**, v.24, p.195-209, 1993.

CORRÊA, Margarida Maria da Silva. A pós-modernidade e as atuais orientações da geografia humana. **Boletim Goiano de Geografia**, v.20, n.1-2, p.43-76, jan/dez, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Sobre Carl Sauer: uma introdução. (in) CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.) **Sobre Carl Sauer**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. Denis Cosgrove – a paisagem e as imagens. **Espaço e Cultura**, UERJ, n.29, p.7-21, jan-jun, 2011.

COSGROVE, Denis. Place, landscape, and the dialectics of cultural geography. **Canadian Geographer**, v.XXII, n. 1, p.66-72, 1978.

COSGROVE, Denis E. Towards a radical cultural geography: problems of theory. **Antipode**, v. 5, Issue I, p.1-11, 1983.

COSGROVE, Denis. On “the reinvention of Cultural geography” by Price and Lewis. **Annals of the Association of American Geographers**, v.83, n.3, p.515-517, 1993. .

COSGROVE, Denis. Ideas and culture: a response to Mitchell. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v.21, p.574-575, 1996.

CRESSWELL, Tim. New cultural geography – an unfinished project? **Cultural geographies**, v.17, n.2, p.169-174, 2010.

CULCASI, Karen. Cartographically constructing Kurdistan within geopolitical and orientalist discourses. **Political Geography**, v.25, p.680-706, 2006.


DEAR, Michael. The Postmodern Challenge: Reconstructing Human Geography. **Transactions of British Geographers**, new series, v.13, n.3, p.262-274, 1988.


DEAR, Michael. Postmodern Human Geography: A Preliminary Assessment. **Erdkunde**, v.48, n.1, p.2-13, march, 1994.

DUNCAN, James. Commentary. **Annals of the Association of American Geographers**, v.83, n.3, p.517-519, 1993.

DUNCAN, James; DUNCAN, Nancy. Reconceptualizing the Idea of Culture in Geography: A Reply to Don Mitchell. **Transactions of the Institute of British Geographers**, new series, v.21, n.3, p.576-579, 1996.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

- 
- EAGLETON, Terry. **A ideia de Cultura**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.
- FANON, Frantz. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Salvador: Editora UFBA, 2008.
- GILROY, Paul. Race ends here. Abingdon, Oxford: **Ethnic and racial studies**, v.XXXI, nº5, pp.838-847, 1998.
- GOLD, John R.; GOODEY, Brian. Behavioural and perceptual geography. **Progress in Human Geography**, v.7, p.578-586, 1983.
- GREGSON, Nicky. Beyond boundaries: the shifting sands of social geography. **Progress in Human Geography**, v.16, n.3, p.387-392, 1992.
- GUELKE, Leonard. Nietzsche and postmodernism in geography: An idealist critique. **Philosophy & Geography**, v.6, n.1, p.97-116, 2003.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Preconceito e Discriminação**. São Paulo: Editora 34, 2004.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. São Paulo, Editora 34, 2009.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, Stuart. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior (in): HALL, Stuart - Sovik, Liv (org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2013.
- HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- HOEFLE, Scott William. Debates recentes na geografia Cultural anglo-americana: uma apreciação antropológica e filosófica. **Espaço e Cultura**, Edição comemorativa, p.123-135, 2008.
- HUNTINGTON, Samuel. **O Choque das Civilizações**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- INGOLD, Tim. The temporality of the landscape. **World Archaeology**, v.25, n.2, p.152-174, 1993.
- JACKSON, Peter. Berkeley and Beyond: Broadening the Horizons of Cultural Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v.83, n.3, p.519-520, 1993.
- JACKSON, Peter. The idea of culture: a response to Don Mitchell. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v.21, p.572-573, 1996. Não está mais disponível no site.



JACKSON, Peter. Geography and the cultural turn. **Scottish Geographical Magazine**, v.113, n.3, p.186-188, 1997.

JACKSON, Peter. Constructions of “whiteness” in the geographical imagination. **Area**, v.30, n.2, p.99-106.

KONG, Lily L.L. A “new” cultural geography? Debates about invention and reinvention. **Scottish Geographical Magazine**, v.113, n.3, p.177-185, 1997.

LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, antes de tudo, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 2005.

LEITE, Adriana Filgueira. O lugar: Duas Acepções Geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências-UFRJ**, v.21, p.9-20, 1998.

LEMOS, Amalia Inés Geraiges. Geografia da modernidade e geografia da pós-modernidade. **Geosp**, v.3, n.1, p.27-39, 1999.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Le cru et le cuit**. Paris: Plon, 1967.

LEWIS, Bernard. **O que deu errado no Oriente Médio?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

LEWIS, Bernard. **Os assassinos: os primórdios do terrorismo no islã**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.

LEWIS, Bernard. **A descoberta da Europa pelo islã**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

LEY, David. Cultural/humanistic geography. **Progress in Human Geography**, v.5, p.249-257, 1981.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MIKESELL, Marvin W. Tradition and innovation in cultural geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v.68, n.1, p.1-16, march, 1978.

MILLS, Caroline A. “Life on the upslope”: the postmodern landscape of gentrification. **Environment and Planning D: Society and Space**, v.6, p.169-189, 1988.

MINCA, Claudio. Postmodernism/Postmodern Geography. (in) KITCHIN, Rob; THRIFT, Nigel. **Encyclopedia of Human Geography**. Elsevier, Amsterdam, 2009.

MITCHELL, Don. There's No Such Thing as Culture: Towards a Reconceptualization of the Idea of Culture in Geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, new series, v.20, n.1, p.102-116, 1995.

MITCHELL, Don. Explanation in Cultural Geography: A Reply to Cosgrove, Jackson and the Duncans. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v.21, n.3, p.580-582, 1996.



MITCHELL, Don. Explicação em Geografia Cultural: uma resposta a Cosgrove, Jackson e aos Duncans. **Espaço e Cultura**, UERJ, Edição Comemorativa, p.117-121, 2008.

NANDY, Ashis. **A imaginação emancipatória: desafios do século 21**. Organização de Lucia Rabelo de Castro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

PAASI, Anssi. Region and place: regional identity in question. **Progress in Human Geography**, v.27, n.4, p.475-485, 2003.

PEDROSA, Breno Viotto. O império da representação: a virada cultural e a geografia. **Espaço e Cultura**, UERJ, n.39, jan./jun, p.31-58, 2016.

POCOCK, Douglas C. D. The paradox of human geography. **Area**, v.15, n.4, p.355-358, 1983.

PRICE, Marie; LEWIS, Martin. The Reinvention of Cultural Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v.83, n.1, p.1-17, 1993a.

PRICE, Marie; LEWIS, Martin. Reply: On Reading Cultural Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v.83, n.3, p.520-522, 1993b.

RELPH, Edward. The critical description of confused geographies (in): ADAMS, Paul C.; HOELSCHER, Steven; TILL, Karen E. **Textures of Place**. Minneapolis and London: Minnesota University Press, 2001.

SAÏD, Edward. Invention, Memory, and place. **Critical Inquiry**, v.26, winter, p.175-192, 2000.

SAÏD, Edward. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SAÏD, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

SAUER, Carl. A morfologia da paisagem. (in): OAKES, Timothy S; PRICE, Patricia L (eds). **The Cultural Geography Reader**. New York: Routledge, 2008.

SCHAEFER, Fred K. Excepcionalism in Geography: A methodological examination. **Annals of the Association of American Geographers**, v.43, n.3, p.226-249, 1953.

SCOTT, Heidi. Cultural Turns (in): DUNCAN, James S.; JOHNSON, Nuala C.; SCHEIN, Richard H. **A companion to cultural geography**. Malden: Blackwell Publishing ltd, 2004.

SEEMANN, Jörn. A morfologia da paisagem cultural de Otto Schlüter: marcas visíveis da Geografia Cultural. **Espaço e Cultura**, UERJ, n.17-18, p.65-76, jan-dez, 2004.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. A evidência de práticas orientalistas como instrumento do imperialismo no pós-11 de setembro. **Geografias**, v.9, n.2, p.56-74, 2013.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. A inadequação das regionalizações culturais mediante os pressupostos do pós-colonialismo. Salvador: **Geotextos**, v.14, n.1, p.225-247, 2018a.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. Cultura como comunidade imaginada: uma crítica à abordagem ontológica da cultura nos estudos geográficos. **Geografias**, v.16, n.1, p.27-41, 2018b.



SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. Questionando as delimitações cartográficas da cultura. **Caminhos de Geografia**, v.21, n.73, p.445-457, 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2010.

VALENTINE, Gill. Whatever happened to the social? Reflections on the “cultural turn” in British Human Geography. **Norwegian Journal of Geography**, v.55, p.166-172, 2001.

WOODWARD, K; DIXON, D. P; JONES, J. P. Poststructuralism/Poststructuralist Geographies. (in) Kitchin R; Thrift N. (eds). **International Encyclopedia of Human Geography**. Oxford: Elsevier, v.8, p.396-407, 2009.



CAPÍTULO 6

TURISMO RELIGIOSO: O CASO DO MUSEU DE ARTE SACRA DE SANTA MARIA/RS

Luciana de Aguiar Belizio
Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad

RESUMO

O presente artigo trata da temática do turismo religioso, como uma importante atividade para o setor cultural, a partir da museologização de artefatos religiosos considerados bens histórico-artísticos em Museus de Arte Sacra, potencializando experiências importantes através da fé. Apresentar-se-á ainda o Museu de Arte Sacra de Santa Maria-RS, que pode ser considerado como uma das principais instituições da região voltada ao estudo, conservação e exposição de objetos relacionados à arte sacra. A presente pesquisa utilizou-se dos referenciais da pesquisa bibliográfica e documental. A título de conclusão destaca-se a importância de atividades culturais dessa natureza, bem como do potencial sócio-econômico-cultural destes empreendimentos, como denota-se pela apresentação do Museu de Arte Sacra de Santa Maria-RS.

PALAVRAS-CHAVE: Museu; Arte Sacra; Museu de Arte Sacra de Santa Maria-RS.


INTRODUÇÃO

O turismo religioso tem por objetivo, entre outros, o conhecimento de espaços de fé por meio dos museus e das igrejas que possuem artefatos religiosos considerados bens histórico-artísticos⁵². A atividade turística no setor religioso contribui para a valorização e proteção do patrimônio cultural da religião, visto que a atividade visa proporcionar ao visitante uma experiência e compreensão do destino visitado e promover um diálogo e aprendizagem por meio da fé. Desta forma, o turismo religioso.

Pode-se dizer que o turismo religioso e os museus de arte sacra se relacionam, já que o museu é um espaço que visa transmitir/socializar a cultura e o valor de seus bens por meio de exposições e ações que promovam a compreensão de se preservar o patrimônio cultural e o turismo religioso através de suas práticas de visitação, possibilitando ao visitante criar um elo com a cultura, interagindo com o patrimônio religioso do bem visitado.

As instituições museológicas de artefatos sacros têm como função não só a preservar, salvaguardar os bens culturais, como também comunicar a importância desses bens à população

⁵² Organização Mundial do Turismo – OMT (2007)



por meio de exposição, educação informal e ações socioculturais. O Museu de Arte Sacra de Santa Maria- RS não foge dessa função por ter sido idealizado com o intuito de preservar os bens culturais que identificam o catolicismo na sociedade santa-mariense, a fim de que estes bens/valores possam ser transferidos às gerações futuras, incluindo moradores e turistas da cidade de Santa Maria.

Desta forma, o turismo religioso, em espaços museológicos, tem o intuito de fortalecer o papel do museu para preservação do patrimônio religioso, de aprendizado, de lazer e de visitação, definindo o museu como instituição permanente que está a serviço da sociedade, aberta ao público, com a finalidade de estudo, educação, lazer e fé⁵³. Conseqüentemente o turismo religioso se torna uma atividade para impulsionar a visitação de espaços culturais com arte sacra.

TURISMO RELIGIOSO


O turismo é uma atividade que tem o intuito de atingir um número significativo de pessoas que desejam se deslocar para vários destinos por motivo de lazer, negócios, cultural ou religioso. Compreende-se atividade turística por ter vários atrativos e por ser muito abrangente, sucedendo à necessidade de segmentá-las por áreas de interesse frente ao destino trabalhado. Para Beni (1990) o turismo é uma atividade que resulta do somatório de recursos naturais do meio ambiente, culturais, sociais, religioso e econômicos.

A segmentação, utilizada na caracterização de cada destino turístico visa organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado. Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda. Ainda que o turismo na segmentação religiosa traga consigo combinações com outros segmentos, é inegável sua articulação com o o turismo cultural. No entanto, a denominação de turismo religioso vem da ação de viajar motivado pela fé e vincula-se com o turismo cultural por ser a religião identificada como uma expressão cultural.

Segundo Daniel Nepomuceno⁵⁴, Ministro do Turismo Interino, ressalta a importância que as atividades turísticas têm na movimentação dos diversos segmentos da economia local, gerando mais emprego e renda para os cidadãos. "Esse tipo de turismo (religioso) promove um

⁵³3º artigo do Estatuto do International Council of Museum - ICOM

⁵⁴Fé movimenta setor turístico no Brasil: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/viagens-e-turismo/2019/08/fe-movimenta-setor-turistico-no-brasil>. Acesso em 02 jan. 2022.



movimento muito interessante de dar oportunidades às pequenas e médias cidades de se beneficiarem da atividade turística”.

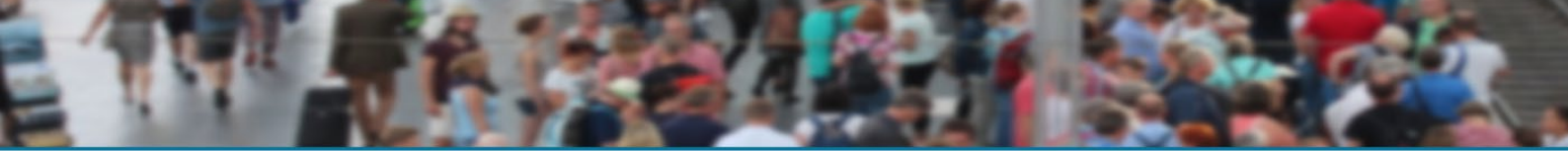
Da mesma forma: “Nesse caso, o segmento religioso, marca a motivação do turista de se deslocar especialmente com a finalidade de vivenciar os aspectos e situações que são peculiares da cultura e da religião” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010). Assim, os espaços e os destinos que são atrativos turísticos do segmento religioso normalmente são as romarias, festas, espetáculos e atividades com a temática religiosa (DIAS, 2003).

De modo que, o turismo religioso possibilita que os habitantes da cidade e visitantes, obtenham uma noção sociocultural e religiosa da cidade, uma vez que, o turismo a partir da cultura, hábitos, costumes, promove o processo de valorização. Essa valorização possibilita também, o respeito sobre os traços culturais e suas religiões, além, da pluralidade de costumes e hábitos mantidos nos habitantes da cidade (BARRETTO, 2000). Também contribui para o desenvolvimento de uma memória, onde é possível visualizar na prática social, a identidade religiosa e cultural presente na formação da cidade. Nessa memória, encontramos a identidade cultural religiosa, formando um mosaico presente na imagem da cidade, resultando num ecletismo cultural religioso, como um componente que forma uma oferta turística.

O segmento do turismo religioso possibilita desmistificar as várias religiões existentes em um território e entender a religião a partir da sua fé e as práticas de cada sociedade. No século XIX para o XX, a influência católica e a formação da identidade nacional estavam relacionadas à devoção católica e a uma postura intelectual católica, isso configurou uma identidade brasileira católica. Apesar de o Brasil ser considerado majoritariamente católico, em torno de mais de 60% da população se declarou no Censo de 2010 do IBGE⁵⁵, existe um pluralismo religioso, que no mesmo censo 2010, foi identificado por meio de várias outras crenças e religiões. Isso demonstra que o Brasil por mais que tenha uma identidade católica possui outras expressões religiosas. Esse ponto de vista, só expõe a circulação entre os diferentes códigos da existência de um substrato cognitivo e/ ou cultural comum às religiões populares brasileiras.

No Brasil, as festas religiosas e espaços sagrados têm atraído sobremaneira um grande número de fiéis, devotos e romeiros. Esses agentes sociais criam uma mobilidade anual através dos deslocamentos aos santuários, procissões e festas de padroeiro, tornando o segmento do turismo religioso relacionado à religiosidade popular, uma das principais atividades turísticas no país (ARAGÃO, 2014, p. 1).

⁵⁵Censo Demográfico 2010 - IBGE <http://biblioteca.ibge.gov.br> acesso em 02 jan. 2022.



Com base na diversidade religiosa e expressão cultural que o Brasil possui, a atividade turística pode dar acesso à religião por meio da expressão cultural e social de forma diferenciada, ou seja, experienciada. Nesse sentido, o turismo religioso auxilia o visitante a conhecer a cultura e a religião local e a respeitá-la por meio de experiências que estimule a compreensão.

Essa transmissão resulta no desenvolvimento de uma sensibilização sobre a religião e bem visitado, ou seja, o valor do bem patrimonial que representa a religião. Muitas igrejas, templos e centros religiosos são considerados bens patrimoniais culturais no país. Um exemplo disso, é o posicionamento de Joel Portella Amado⁵⁶ que assevera que a religião em si, expressa o reconhecimento do quanto nossos antepassados fizeram, a corresponsabilidade entre Igreja e Estado na preservação dos bens culturais materiais e o respeito pela destinação religiosa. Portanto, cuidar desse acervo é cuidar também da memória e dos valores mais profundos de um povo, respeitando sua história, preservando seu passado para colaborar na construção do futuro.


O turismo religioso apresenta características que coincidem com o turismo cultural, devido à visita que ocorre num entorno considerado como patrimônio cultural, os eventos religiosos constituem-se em expressões culturais de determinados grupos sociais ou expressam uma realidade histórico-cultural expressiva e representativa de determinada região (DIAS, 2003, p. 17).

Assim, o entendimento sobre o patrimônio religioso cultural surge do pressuposto que toda ação humana produz uma herança e história e tornam-se reflexo da sociedade por meio do legado dos bens. De modo que, o tempo passado se modela para o tempo atual, promovendo uma história adaptada sem perder os significados do período anterior. Laraia (2004) ressalta que as investigações históricas servem para descobrir a origem dos traços culturais, bem como para interpretar um determinado conjunto sociocultural. De tal modo, que a religião pode ser considerada uma manifestação, um conjunto de atividades que definem modos de comportamento de devoção e fé de pessoas que dividem um mesmo espaço e manifesta a religião em sociedade.

Assumindo a forma de uma experiência ampla e difusa, de certo modo, alterar os conceitos tradicionais de religião ou a maneira como indivíduos e grupos concebem suas relações com o sagrado. (CONTINS; PENHA– LOPES; ROCHA, 2015 p.9).

Contudo, o turismo possibilita que os visitantes tenham acesso à cultura, religião e patrimônio a fim de obter conhecimento por meio da vivência turística com o intuito de

⁵⁶Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Teologia, com ênfase em Antropologia Teológica e Teologia Pastoral, atuando principalmente nos seguintes temas: evangelização, inculturação, pastoral urbana, teologia e urbanização.



aproximar o público dos bens religiosos, para proporcionar-lhes a aquisição de conhecimento sobre a religião, a cultura, o patrimônio e a história local.

MUSEU E SUA EXPRESSÃO RELIGIOSA E CULTURAL

Os museus são espaços de memória para se conhecer a cultura de um local, preservam a memória e contam a história; tornando-os importantes para preservação do seu acervo. Como componente do produto turístico, vincula-se à difusão de testemunho cultural que servem como instrumento para o turismo cultural (VASCONCELOS, 2006) e juntamente com as ações de preservação do patrimônio cultural, podem promover a aquisição do conhecimento sobre o patrimônio cultural do museu de forma agradável, vinculando esse conhecimento ao lazer e ao interesse de um grupo social, pois a compreensão dos seus bens culturais será desencadeada no processo de descoberta da histórica, da memória, da identidade e do patrimônio cultural.


Pode-se inferir que os museus precisam desenvolver atividades e atrações que promovam suas ações enquanto instituição cultural e que possibilite a aquisição do conhecimento com base nos registros históricos do acervo. Assim, o acervo de um museu é considerado um bem cultural, e o espaço museológico tem o princípio de preservar elementos importantes do seu acervo⁵⁷. Pode-se dizer que a memória e os museus se relacionam, já que o museu é um espaço que visa transmitir a cultura e o valor de seus bens por meio de exposições e ações que promovem a compreensão de se preservar o patrimônio cultural.

A atividade de um museu como instituição cultural contribui para a valorização e proteção do patrimônio, pois a atividade visa proporcionar ao visitante uma experiência e compreensão do acervo visitado e promover um diálogo e aprendizagem por meio da memória e da história do bem cultural exposto. Desta forma, espaços museológicos, tem o intuito de fortalecer o seu papel como um espaço de preservação, de aprendizado, de lazer e de visitação, definindo o museu como instituição permanente que está a serviço da sociedade, aberta ao público, com a finalidade de estudo, educação e lazer⁵⁸.

As instituições museológicas têm como função não só a preservar, salvaguardar os bens culturais, como também comunicar a importância desses bens à população por meio de exposição, educação informal e ações socioculturais. Logo, o museu possui a função de preservar os bens culturais, a fim de que estes bens possam ser transferidos às gerações futuras,

⁵⁷Instituto Brasileiro de Museus - http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/12/Museus_e_Turismo.pdf
Acesso em 02 jan. 2022.

⁵⁸3º artigo do Estatuto do International Council of Museums - ICOM



incluindo moradores e visitantes de uma cidade. Os Museus têm como missão desenvolver ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural, estimulando, por meio da exposição do seu acervo, a compreensão e a apreensão da informação a partir dos estudos dos artefatos histórico-culturais, pois servem como fonte de pesquisa histórica.

O Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN)⁵⁹ classifica como museu: uma instituição permanente, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, que adquire, conserva, pesquisa, expõe e divulga as evidências materiais e os bens representativos do homem e da natureza com a finalidade de promover o conhecimento, a educação e o lazer. Deste modo, acredita-se que uma das finalidades do Museu é a de propagar o conhecimento e contribuir para o desenvolvimento da sociedade por meio de serviços que disponibilizam seu acervo através da exposição de suas coleções ao público.

As diversas combinações da cultura e do religioso configuram o segmento de Turismo Cultural e Religioso, marcado pela motivação do turista de se deslocar especialmente com a finalidade de vivenciar os aspectos e situações que são peculiares da nossa cultura e fé (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p.11). Isso impulsiona que a atividade turística trabalhe com a cultura e a religião de forma diferenciada, ou seja, por meio da experiência. Nesse sentido, o turismo religioso auxilia o visitante a conhecer a religião local e a respeitá-la por meio de experiências que estimule a compreensão da expressão cultural e da identidade religiosa do lugar visitado.

MUSEU: ESPAÇO DE PRESERVAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)⁶⁰ ressalta que o museu é o lugar em que sensações, ideias e imagens de pronto irradiadas por objetos e referenciais ali reunidos iluminam valores essenciais para o ser humano. A atratividade do museu está direcionada aos valores essenciais do público que se relaciona com as sensações, ideias e imagens, através da disponibilidade de informações e do entretenimento que o museu fornece como espaço atrativo para experiências sensoriais e cognitivas que cada sujeito pode usufruir. O Museu com a sua finalidade de promover o conhecimento e desempenha um papel educativo com a finalidade de contribuir para o despertar da consciência do indivíduo em relação ao patrimônio que herda e do seu potencial em termos de ensino e aprendizagem (VASCONCELOS, 2006).

⁵⁹ Site do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN). Acesso pelo endereço: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12810&retorno=paginaIphan>. aceso em 02 jan. 2022.

⁶⁰ Site do O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Acesso pelo endereço: <http://www.museus.gov.br/os-museus/> aceso em 02 jan. 2022.



A memória partilhada ao transmitir o legado de um grupo ou povo corrobora com a valorização e a preservação da cultura de grupos étnicos (SANTOS, 2005). A partir de Aguirre (1997), pode-se balizar a proposta desse estudo quando o autor ressalta que a comunidade deve reconhecer e valorizar as tradições, os costumes, as experiências, o que retoma a concepção de que o patrimônio cultural é todo o conhecimento que uma sociedade tem de si mesma e sobre as outras (BOSI, 1993). Portanto, o patrimônio possui vínculos com a memória e com a identidade, produzindo valores de pertencimento.

Nesse sentido, a identidade preenche um espaço entre o interior e o exterior, entre o mundo pessoal e o mundo público, projetando assim os nós próprios das identidades culturais e religiosas, ao mesmo tempo em que internalizamos seus significados e valores tornando-os parte de nós, uma espécie de auxílio para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo sociocultural (HALL, 2005).

Do mesmo modo, o ser humano em sociedade, procura identificar-se através da comunicação, seja ela gestual, falada, escrita, visual, virtual, buscando características culturais na sociedade (MORAES, 2001, p.8), pois “as melhores tradições culturais permanecem e vão expandir-se no território vivenciado pelo homem”. Assim, o Museu enquanto espaço de preservação, pode ser considerado como um facilitador de interpretação da cultura ao público através de ações que legitimam a preservação da informação (LEWIS, 2004).

Segundo Lewis (2004), os espaços museológicos, além de serem espaços de preservação e facilitadores da cultura, devem dispor ao público informações e tecnologias da comunicação. Tornar disponível o seu papel na preservação dos objetos históricos, legitima esses bens e faz com que os artefatos museológicos venham a ser importantes registros da produção humana. Para Cury (2009), no ternário homem, objeto e Museu, este último se constitui no cenário que permite a relação entre o homem e a realidade de uma forma particular

O Museu pode ser considerado um meio que, para Vasconcelos (2006), guarda o testemunho cultural para servir de instrumento para promover a aquisição do conhecimento sobre o patrimônio cultural. A atividade turística poderá promover a aquisição do conhecimento sobre o patrimônio cultural religioso de um Museu de forma agradável, vinculando esse conhecimento ao lazer e ao interesse de um grupo social, pois a compreensão dos seus bens culturais será desencadeada no processo de descoberta da histórica, da memória, da identidade e do patrimônio cultural.

MUSEU DE ARTE SACRA DE SANTA MARIA- RS

O Museu de Arte Sacra de Santa Maria, localizado na região central do Estado do Rio Grande do Sul, a qual recebe um fluxo contínuo e significativo, não só de estudantes, também de militares e pessoas que realizam o turismo de negócios na cidade. O Museu é privado pertencente à Paróquia da Catedral Metropolitana de Santa Maria e está localizado nos fundos da edificação do templo, tendo como missão desenvolver ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural da Igreja Católica em Santa Maria, estimulando, por meio da exposição do seu acervo, a compreensão e a apreensão da informação a partir dos estudos dos artefatos histórico-culturais, pois servem como fonte de pesquisa histórica sobre diferentes temas relacionados à igreja católica e à religiosidade.

O Museu foi idealizado e constituído durante a última reforma da Catedral Metropolitana, que ocorreu entre os anos de 1998 a 2004, durante a gestão do padre Antônio Bonini, com o apoio do Conselho Paroquial e membros da comunidade. A inauguração do Museu ocorreu em 08 de dezembro de 2005, em virtude de um projeto aprovado pela Lei Municipal de Incentivo à Cultura (LIC municipal). O seu acervo é constituído pelos artefatos referentes ao ofício do sacerdócio e a religiosidade popular, tendo como parte seccional as obras de arte de Aldo Locatelli⁶¹ e Emílio Sessa⁶² no interior da Catedral. O acervo fotográfico é referente às personalidades políticas e eclesiásticas, consideradas agentes sociais da Diocese de Santa Maria.


A Catedral Metropolitana de Santa Maria se torna um exemplo de atrativo turístico cultural e religioso pelo seu aspecto religioso e sua constituição entrelaçada com a edificação da Catedral Metropolitana, tombada como Patrimônio Histórico de Santa Maria pela Lei Municipal nº 4.616, de 29 de outubro de 2002, sendo por isso considerado um exemplo na ação de preservar os bens patrimoniais da Igreja Católica, e também valorizar o tombamento da Catedral Metropolitana.

Art. 1º. Fica considerado Patrimônio Histórico do Município de Santa Maria, o prédio do templo da Catedral Diocesana, localizado na Avenida Rio Branco, número 823, na sede desse Município.

Art. 2º. Fica o Executivo Municipal autorizado a determinar processo Administrativo de Tombamento através da Secretaria de Município de Cultura, conforme Lei Municipal de nº 2255, de maio de 1982 e da Lei Municipal nº 3999, de setembro de 1996 (LEI MUNICIPAL Nº 4616, 2002).

⁶¹ Pintor ítalo-brasileiro, de grande importância no cenário artístico do estado do Rio Grande do Sul, nascido em 1915 na Itália e falecido em 1962 em Porto Alegre-RS/BR.

⁶²Emilio Sessa (Bérgamo, 13 de agosto de 1913 — Bérgamo, 4 de fevereiro de 1990) foi um pintor, muralista e decorador italiano,[1] que deixou inúmeras obras na Itália e no Brasil .



Por essas considerações e por reconhecer que os objetos litúrgicos também apresentam memória e história referente ao legado católico da cidade, o Museu de Arte Sacra de Santa Maria, em decorrência do projeto aprovado pela Lei Rouanet⁶³, possibilitou a restauração das pinturas de Aldo Locatelli e Emílio Sessa e a reforma do antigo porão da Catedral para sediar o Museu.

Os objetos que constituem o seu acervo vieram de doações dos membros da Casa Paroquial e do Arcebispo Dom Hélio Adelar Rubert, que guardaram esses objetos desde os anos quarenta. As primeiras peças doadas pertenceram aos bispos Dom Antônio Reis e a Dom Luiz Victor Sartori, bem como ao primeiro Bispo de Santa Maria, Dom Miguel de Lima Valverde⁶⁴.

Desse modo, a estruturação do Museu de Arte Sacra de Santa Maria foi uma ação baseada nas diretrizes do Estatuto de Museu da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009.

Art. 1º. Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (LEI FEDERAL Nº 11.904 2009).


Diante da Lei nº 11.904/2009, o Museu de Arte Sacra de Santa Maria foi instituído para ser um espaço de conservação e para dar acesso à população e turistas de Santa Maria às informações sobre os bens culturais que compõem seu acervo, além de ter um planejamento, uma gestão e uma missão, juntamente com o compromisso social. O Museu, para Desvallées e Mairesse (2013), está a serviço da sociedade e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio. Assim, o Museu Sacro de Santa Maria, enquanto espaço de preservação, pode ser considerado como um facilitador de interpretação da cultura religiosa ao público através de ações que legitimam a preservação da arte sacra através do turismo religioso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conceber o turismo religioso como atrativo traz implícito o turismo cultural de qualquer cidade ou região. A atividade turística se torna aliada para colocar os Museus Sacros sua história e seu acervo nas rotas turísticas de destinos religiosos com o intuito de impulsionar o conhecimento da cultura religiosa do país. Por mais que o turismo tenha segmentações para executar seus objetivos, esta atividade visa também dar acesso ao direito à cultura e à religião.

⁶³ O mecanismo de incentivos fiscais da **Lei Rouanet** é uma forma de estimular o apoio da iniciativa privada ao setor cultural. Lei nº 8.313, 23 de dezembro de 1991.

⁶⁴ Entrevista com Marta Rosa Borin - SHOWROOM no Canal 20 - 28/01/2009- Link: <https://www.youtube.com/watch?v=6wtAv2VuBqg>. Acesso em 02 jan. 2022.



Assim, o turismo tem por objetivo, entre outros, o conhecimento de acervos e sítios histórico-artísticos religiosos⁶⁵.

No entendo, deve-se pensar no turismo religioso como atrativa que vincula a história e os espaços de expressam cultural religiosa. De tal modo, que os Museus são considerados espaços privilegiados para se conhecer a cultura sacra da religião católica, como exemplo o Museu de Arte Sacra de Santa Maria do Rio Grande do Sul, local que preserva e conta a história da igreja católica da cidade de Santa Maria e região. Portanto, a instituição museológica de Santa Maria pretendente a Catedral Diocesana tem a função não só de preservação, salvaguardar os bens culturais, como também, comunicar a importância desses bens à população por meio de exposição, educação informal e ações socioculturais.

O turismo religioso propõe a instituição museológica ficar aberta permanentemente ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, que adquire, conserva pesquisa, expõe e divulga as evidências materiais e os bens representativos do homem e da natureza com a finalidade de promover o conhecimento, a educação e o lazer. Deste modo, acredita-se que uma das finalidades do Museu Sacro seja a propagação do conhecimento dos seus artefatos que integram seu acervo e da exposição de suas coleções ao público. Deste modo, atratividade do Museu Sacro está direcionada aos valores essenciais do público que se relaciona com as sensações, ideias e imagens, através da disponibilidade de informações e do entretenimento que o Museu fornece em seu espaço como atrativo turístico religioso.


Logo, o turismo religioso por ser uma atividade que além de trazer desenvolvimento econômico e fluxo de turistas, possibilita a aquisição de conhecimento e proporcionar o conhecer à fé do outro pelo acesso a novas estruturas culturais religiosas que a atividade turística proporciona em sua proposta, por isso, o turismo religioso vincula-se aos museus sacros para trazer ao turista conhecimento pautado na história e em instituições que são importantes na salvaguarda da cultura, da história da fé pertencente ao país.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, A. **Cultura e Identidade Cultural**. Barcelona: Bardenas, 1997.

ARAGÃO, I. R. Reflexões acerca do Turismo Cultural Religioso e Festa Católica no Brasil. v. 23 n. 36/37 (2014): Dossiê Temática Livre. Disponível em: <https://doi.org/10.22295/grifos.v23i36/37.2521>. Acesso em 19 jan 2022.

⁶⁵Organização Mundial do Turismo – OMT (2007)

- 
- BARRETO, M. **Turismo e legado cultural**. Campinas: Papirus, 2001.
- BENI, M.C. **Análise estrutural do turismo**. 9.ed. São Paulo: Senac, 2003.
- BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo, Cia. das Letras, 1993.
- CURY, M. X. **Novas Perspectivas para a Comunicação Museológica e os Desafios da Pesquisa de Recepção em Museus**. Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, Volume 1, 2009.
- CONTINS, M; PENHA-LOPES, V.; ROCHA, C. S. M. (org.). (2015). **Religiosidade e Performance: diálogos contemporâneos**. Rio de Janeiro: MauadX: FAPERJ.
- DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. (dir.). **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, 2013.
- DIAS, R.; SILVEIRA, E. J. S. da (orgs.). **Turismo religioso: ensaios e reflexões**. Campinas: Alínea, 2003
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: DR & A, 2005
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Museu e Turismo: Estratégias de Cooperação**. BRASÍLIA, DF: IBRAM, 2014.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL MINISTÉRIO DA CULTURA. **Portaria Normativa nº 1de 5 de julho de 2006: Elaboração do Plano Museológico dos museus**.
- LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. 17 Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- LEI Nº 4616/2002 – **Considera Patrimônio Histórico do Município de Santa Maria o prédio do Templo da Catedral Diocesana**. 29 de abril de 2002.
- LEI Nº 11.904 - **Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências**. 14 de janeiro de 2009.
- LEWIS, G. Como Gerir um Museu: Manual Prático. In: **O Papel dos Museus e o Código de Ética Profissional**. ICOM – UNESCO, 2004.
- MORAES, D. **O concreto e o virtual: mídia, cultura e tecnologia**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- VASCONCELOS, C. M. **Turismo e Museus**. São Paulo: Aleph, 2006.



CAPÍTULO 7

JUVENTUDE(S): UM CONCEITO EMERGENTE

Diovane da Rosa Dill
Janaína da Rosa Dill
Juliana de Ávila Pacheco
Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad
Rodson Oldani Casanova
Susana da Costa Mota

RESUMO

O presente artigo de revisão bibliográfica, resulta de uma sistematização introdutória acerca da temática da juventude, tomando como referência principal os estudos do sub campo de conhecimento denominado sociologia da juventude, cujo objetivo é compreender as diferentes possibilidades de entender essa categoria social juventude, analisando a emergência e o desenvolvimento histórico do conceito de jovem. Podemos apontar a título de considerações da dificuldade de uma definição unívoca para essa categoria, que vem sendo tratada por diferentes áreas do conhecimento e sendo concebida em uma perspectiva plural - juventude(s), além de identificar a efetivação de um conjunto de políticas públicas para os jovens.

PALAVRAS CHAVES: Juventude; Sociologia da Juventude, Juventudes(s); Jovem.

INTRODUÇÃO

A temática da Juventude, elemento de importância central em nossa investigação, merece um maior aprofundamento dada a sua complexidade e caráter relativamente novo na bibliografia. Nesse sentido faremos alguns apontamentos acerca das discussões que as ciências humanas e sociais vêm fazendo a esse respeito, assim como alguns desafios que são postos diante cenário atual onde podemos identificar uma crescente preocupação e organização de grupos juvenis, governos, instituições públicas e privadas, o que potencializa múltiplas percepções de juventude(s).

Nesse sentido,

A visibilidade que a 'juventude' vem adquirindo nos espaços públicos de lutas e demandas tem favorecido, também, a ampla mobilização do Terceiro Setor (ONGs, fundações privadas e públicas, OSCIPs), cuja vertiginosa expansão no Brasil tem se ocupado, crescentemente, dos segmentos juvenis. De acordo com dados do Censo promovido pelo GIFE (Grupo de Instituições, Fundações e Empresas), que aglutina as maiores empresas e bancos privados no Brasil, os jovens – entre 15 e 24 anos – compõem um dos destinos que mais recebe o investimento social privado deste grupo (GIFE, 2014). (CASTRO, 2017, p.8)



A EMERGÊNCIA DE UMA CATEGORIA SOCIAL

Passaremos agora a expor brevemente alguns apontamentos da sociologia da juventude acerca do conceito de juventude(s). Essa subárea da sociologia tem o propósito compreender as diferentes possibilidades de entender essa categoria social juventude, analisando a emergência e o desenvolvimento histórico do conceito de jovem presente hoje e do campo de estudos sobre alguns dos principais temas envolvendo jovens.

Cabe destacar que nas investigações sociológicas, a juventude ganha um papel cada vez mais importante, buscando entender e renovar esse olhar sobre os jovens.


Desdemedados do século passado, teorias a respeito dos jovens e das juventudes que trazem importantes indícios sobre as complexas relações que têm se estabelecido entre ciência, educação e políticas públicas.(GROPPO, 2017, p. 8)

Grosso informa a existência de duas grandes correntes teóricas em sociologia que tratam da questão da juventude, a saber: teoria tradicional da juventude e teorias críticas da juventude.

A principal **teoria tradicional da juventude** decorre das sistematizações do estrutural-funcionalismo de Parsons, oriundo dos EUA, cujo apogeu ocorreu em meados do século XX e que concebe nas estruturas sociais como naturais sem imaginar transformações na sociedade.

Nesse sentido, a socialização secundária é a principal característica ou função da categoria etária da juventude, visto que a mesma complementa a socialização primária iniciada na infância (familiar+ensino fundamental), encaminhando os jovens a um contexto que supera a vida privada e o mundo familiar. A juventude, tal qual a infância, a maturidade e a velhice, é uma faixa etária mais ou menos evidente, natural e universal, determinada biopsicologicamente, de sorte que cabe ao meio social reconhecer as características da mesma que é ser uma transição entre a infância e a vida adulta.(GROPPO, 2017, p. 10)

As teorias críticas da juventude são divididas em três: duas reformistas e uma mais revolucionária. As reformistas de Karl Mannheim(teoria das gerações) com a noção de moratória social e do psicanalista Erik Erikson(moratória social) mesmo reconhecendo o papel transformador das juventudes, tinham dúvidas acerca da radicalidade dos movimentos juvenis afirmando que os mesmos pregavam uma reforma da sociedade moderna e não sua superação.(GROPPO, 2017, p.10).



A terceira concepção, que Pais, citado por Groppo (2017, p. 10), denomina de “classista”, identifica com a perspectiva “revolucionária”, teve sua sistematização na Universidade de Birmingham com base na noção de “subculturas juvenis”. Nesse sentido,

A “corrente classista” no interior das teorias críticas da juventude tem como um dos seus principais méritos desmistificar a noção de uma cultura juvenil extra-classes, bem como de uma juventude ou geração jovem uniforme.(GROPPO, 2017. p. 10)

As **teorias pós-críticas de juventude** desenvolvidas a partir dos anos 1970 relativizam significativamente e até mesmo negam a assertiva da sociologia da juventude, que identificava o jovem como uma categoria em transição à vida adulta. As teorias pós-críticas da juventude, algumas, são informadas pelo pós estruturalismo e pós-modernismo, negam a permanência ou a validade da estrutura das categorias etárias, afirmando que as juventudes vivenciavam inúmeras sociabilizações.


Acerca dessa temática Groppo menciona:

Elas advogam, não a superação da sociedade moderna, mas uma mudança profunda no interior dela própria, engendrando uma segunda modernidade. Esta mudança torna mais difíceis e instáveis as transições pelas idades, em especial a vivência da juventude. Por outro lado, a socialização se torna mais plural, admite reversibilidades e tem participação ativa dos sujeitos. (Cf., por exemplo, Beck; Giddens; Lash, 1997 e Bauman, 2003). (GROPPO, 2017. p. 11)

HISTORICIZANDO A EMERGÊNCIA DA CATEGORIA SOCIAL NO BRASIL

Ainda que seja importante referir uma maior preocupação com esse grupo social identificada no cenário internacional, decorrente do Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ) adotado em 1995, pela Assembleia Geral da ONU, cuja recomendação foi que os países dedicassem especial atenção aos direitos dos jovens considerados mais vulneráveis, privilegiarei o caso brasileiro, destacando a centralidade do tratamento da questão identificada primordialmente nas últimas duas décadas.

Nesse sentido usarei como marcador cronológico a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) que foi organizada a partir da orientação de um Grupo Interministerial, no ano de 2004, com o propósito de fazer um diagnóstico da juventude brasileira e dos programas do governo federal destinados aos jovens. Sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Grupo reuniu representantes de 19 Ministérios, recomendou a criação da Secretaria, do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), instituídos em 30 de junho de 2005, pela Lei nº 11.129.(BRASIL, SNJ). Vinculada à Secretaria-Geral, cabe à SNJ a tarefa de formular, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude, além de promover programas



de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para as políticas juvenis. (BRASIL, SNJ).

Já o Conselho Nacional de Juventude é responsável por formular e propor diretrizes da ação governamental, voltadas para os jovens, bem como elaborar estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica desse público. (BRASIL, SNJ).

O Brasil foi o primeiro país da América Latina a instituir um Conselho específico para a Juventude. O CONJUVE é composto por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 da sociedade civil, que é maioria no colegiado e reflete as diversas formas de organização e participação da juventude brasileira.(BRASIL, SNJ).

O segundo elemento que auxilia a compreensão da importância da temática da juventude nas últimas décadas diz respeito à promulgação do Estatuto da Juventude, ocorrida no ano de 2013 através da Lei nº 12.582 que estabeleceu um conjunto de direitos dos jovens, além de princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, criando ainda o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE.

Entre outras questões o Estatuto, no seu artigo 2º, estabelece um conjunto de princípios que devem orientar o tratamento aos jovens, a saber:

- I - promoção da autonomia e emancipação dos jovens;
- II - valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;
- III- promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;
- IV- reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;
- V- promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;
- VI - respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;
- VII - promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e
- VIII - valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações.(BRASIL,2013)

A temática da juventude via de regra é tratada a partir de dois pressupostos, a saber: a percepção da juventude como uma fase problemática ou como fase preparatória da vida, sendo pois a relação entre juventude e ordem social muito frequente nas análises atuais.

O termo juventude é um conceito bastante polissêmico, podendo receber inúmeras interpretações. Castro, acerca da historicidade do mesmo informa que:

Jovem é um termo usado pelo senso comum, pelo campo acadêmico e mesmo em espaços políticos desde o século XIX, inicialmente em uma concepção geracional que opunha jovens e velhos, ou jovens e adultos. No final do século XX e neste início do século XXI, vem ocorrendo um grande impulso no debate sobre a juventude. (CASTRO, 2012, p. 437)



A mesma autora chama a atenção para o cuidado em não usar a categoria como autoevidente, privilegiando aspectos de ordem meramente etária ou comportamental, visto que a mesma não pode ser concebida através de um caráter universalizante.

Os estudos realizados no final do século XIX até meados dos anos de 1960 enfatizavam a dimensão etária da juventude, estabelecendo a faixa etária dos 15 aos 16 anos como o limite para a entrada na vida adulta.(CASTRO, 2012, p.437).

O intervalo etário de 15 a 24 anos, usado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), pretende padronizar esse grupo tendo como parâmetro o ingresso no mundo do trabalho e o término da escolarização. (CASTRO, 2012, p.438).

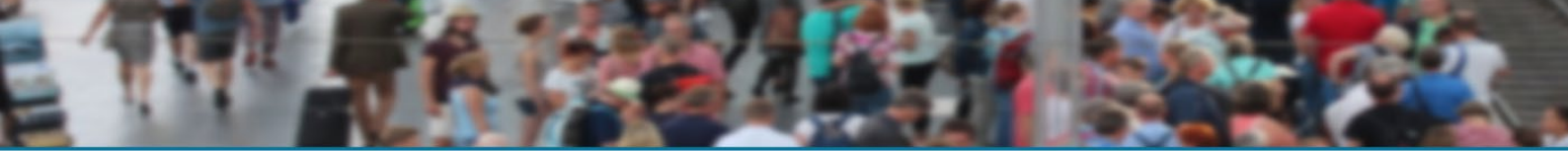
Não há consenso em torno dos limites de idade que definem a juventude, pois esta é uma categoria em permanente construção social e histórica, variando no tempo, de uma cultura para a outra, e até mesmo no interior de uma mesma sociedade.

Para operacionalizar o conceito analiticamente, adotar-se-á na pesquisa o mesmo recorte etário com que trabalham a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e que é adotado no artigo 1º do Estatuto da Juventude, de 15 a 29 anos, com os subgrupos de 15 a 17 (jovem-adolescente), de 18 a 24 anos (jovem-jovem) e de 25 a 29 anos (jovem-adulto), cabe informar que a adoção deste recorte etário no âmbito das políticas públicas é bastante recente.

Até o Estatuto da Juventude era considerado “jovem” a população na faixa etária entre 15 aos 24 anos. A ampliação para os 29 anos não é uma singularidade brasileira, sendo uma tendência mundial, decorrente do aumento da expectativa de vida para a população em geral e maior dificuldade dos jovens em ganhar autonomia em função das mudanças no mundo do trabalho

Castro informa que a classificação etária de juventude é bastante polêmica, referindo que deve-se observar os limites destas definições e questionar a naturalização da associação entre juventude e uma dada faixa etária (CASTRO, 2012).

Os estudos sobre juventude, pós décadas de 1980 e 1990, privilegiaram a diversidade, sendo mais pertinente falar em ‘juventudes’ (CASTRO, 2012, p.440).



A juventude pode ser concebida ainda como um período da vida, uma fase de transição para a vida adulta, sendo uma categoria transitória e, como experiência individual, como identidade social ou, ainda, identidade política ela pode assumir contornos mais perenes.

.Nesse sentido devemos destacar ainda que para pensar a terminologia juventude, temos de pensar ainda na sua origem histórica, sendo fundamental ter em mente os seguintes pressupostos:

De um contexto a outro, de uma época a outra, os jovens desenvolvem outras funções e logram seu estatuto definidor de fontes diferentes: da cidade ou do campo, do castelo feudal ou da fábrica do século XIX. Tampouco se pode imaginar que a questão juvenil permaneça a mesma em sociedades caracterizadas por modelos demográficos totalmente diferentes (LEVI e SCHMITT, 1996 p. 17).


É essencial salientar que o termo juventude como o concebemos no contexto atual, é temporalmente situado na modernidade onde o conceito passa assumir a roupagem e os sentidos que o mesmo possui hoje, isto porque é justamente por balizadores pautados no cientificismo, dos séculos XIX que entendemos os(as) jovens, bem como a juventude, haja vista o fato de que:

A modernidade traz consigo um processo de cerceamento político, policial, moral empírico e científico do indivíduo. As ciências médicas e a psicologia buscam uma definição exaustiva, detalhada e objetiva das fases de maturação desse indivíduo, bem como propõe métodos de acompanhamentos apropriados a cada fase dessa evolução do indivíduo à maturidade ou idade adulta. Trata-se de um fenômeno de naturalização e objetivação das faixas de idade pelas técnicas sociais e pelas ciências médicas e humanas, que enfatizou principalmente a infância e a juventude. (GROPPO, 2000, p. 59).

Por vezes, o autor acima afirma que os termos juventude e adolescência se inter cruzam ou se confundem, haja vista que quando a psicologia e a medicina criaram a terminologia adolescência era a princípio um período de tempo situado entre a infância e a idade adulta. Nesse sentido, segundo Campos (2020), a juventude é vista como um estágio de transição, uma passagem da infância para o estágio adulto.

Posteriormente, outras ciências também vieram tratar de questões referentes à adolescência, sendo que a encaixaram sempre dentro de um padrão evolucionista. Nisto, foi bastante significativa as contribuições científicas advindas de áreas tanto da sociologia quanto da psicanálise, mas não somente delas, haja vista que outros fatores contribuíram para tanto, isto porque:

Não só as ciências modernas contribuíram com este processo de constituição de uma imagem social da juventude, pois o direito e a legislação, entre outras formas de ação estatal, vem para reforçar isto, criando especificidades no que se refere ao mercado de trabalho, ao processo de educação escolar, ao processo político e também produzindo um conjunto de responsabilidades sociais. (VIANA,2009, p. 150).



Há ainda, outros fatores a serem levados em consideração quando o que está em questão é a construção do termo juventude, sendo que o mercado e os meios de comunicação de massa tiveram um papel de extrema relevância na produção de uma imagem da juventude, porque segundo Moreira 2015, o jovem é um sujeito, tem a posse de sua vontade e de seus desejos mas transita em uma cultura midiática cujas estratégias de sedução , persuasão e encantamento e consumo ocupam principalmente todo o campo de consumo. Neste sentido, faz-se necessário compreender que:

Os meios de comunicação de massa também vão ter um papel cada vez mais importante na formação dessa imagem, pois não só passa a vulgarizar a produção científica, como também passa a ser um mecanismo da publicidade num sentido de construir um mercado consumidor específico, a juventude que passa a consumir produtos específicos (VIANA, 2009, p.150)

Nesta perspectiva imagética evolucionista, o(a) jovem é então alguém que tendo as condições adequadas se tornará um(a) adulto(a) padrão, o que significa dizer que para tanto, será necessário que ele(a) perpassa por etapas, cresça, evolua e se torne um(a) indivíduo apto(a) a viver na sociedade adulta.


Contudo falar em juventude, significa também pensar, que ela é uma condição, e como tal, implica sempre em algum grau de provisoriedade haja vista a possibilidade de mudança da mesma. Dessa forma, abordar esta temática, significa ter que entender de quais jovens se está falando, pois pode-se fazer uma infinidade de recortes e inferências sobre o assunto.

É lugar comum saber que a vida dos(as) jovens de estratos sociais menos abastados é muitas vezes bastante difícil, pois acabam em muitos casos, conhecendo desde muito cedo, as dificuldades financeiras, de acesso a determinados meios culturais, saúde etc. Neste sentido, é de extrema relevância a seguinte afirmação:

Podemos constatar que a vivência da juventude nas camadas populares é dura e difícil: os jovens enfrentam desafios consideráveis. Ao lado da sua condição como jovens, alia-se a da pobreza, uma dupla condição que interfere diretamente na trajetória de vida e nas possibilidades e sentidos que assumem a vivência juvenil (DAYREL, 2007, p. 1105-1128).

Faz-se necessário ainda, ressaltar o quão importante é levarmos em conta a questão espacial ao tratarmos do conceito de juventude, tendo em vista que o espaço é fundamental para os(as) jovens. Segundo Dayrel (2007) os(as) jovens tendem a transformar os espaços físicos em espaços sociais, pela produção de estruturas particulares de significados.

Por outro lado, implica salientar que os(as) jovens inseridos em contextos sociais menos favorecidos, não atribuem ao lugar onde vivem apenas um sentido de carência, seja de infraestrutura, espaços de lazer, de atenção do poder público, muito menos ainda percebem-no



apenas como um mero palco de violência. Não que na maioria absoluta dos casos não seja de fato, acontece porém, que esses jovens atribuem sentidos aos mais variados lugares em especial as praças, esquinas, bares, parques. É justamente por isto, que Pais (1983), afirma que a configuração espacial onde os jovens estão inseridos é também socialmente construída.

Além da espacialidade, outra categoria precisa ser considerada quando se está buscando compreender o conceito de juventude, que é o de temporalidade, haja vista estarmos todos inseridos em um espaço tempo. No caso dos jovens, impera o tempo presente, isto porque:

Aliada ao espaço, a condição juvenil expressa uma forma própria de viver o tempo. Há predomínio do tempo presente, que se torna não apenas a ocasião e o lugar, quando e onde se formulam questões as quais se responde interrogando o passado e o futuro, mas também a única dimensão do tempo que é vivida sem maiores incômodos e sobre a qual é possível concentrar a atenção. E mesmo no tempo presente é possível perceber formas diferenciadas de vivenciá-lo de acordo com o espaço das instituições (escola, trabalho, família) que assumem uma natureza institucional, marcados pelos horários e a pontualidade (DRAYEL, 2007, p. 1105-1118).

Para além de todos esses pressupostos, cabe ressaltar um fator de suma importância que diz respeito a identidade da juventude, que é sua autoimagem, a qual se dá a partir de determinados marcadores utilizados pelos adultos para defini-la e conceituá-la, como já foi dito, estado, família, meios de comunicação. Entretanto, como ressalta Viana (2009), parte da juventude recusa essa produção externa de identidade e assim se lança a contestação, criando uma identidade diferenciada, fundada na rebeldia, na irreverência.

Além disso, é importante salientar que, para além do fato de a autoimagem da juventude se dar mediante a um emaranhado de fatores, tais como tempo, espaço, estrato social, o que contribui de maneira mais incisiva para a criação da mesma sem sombra de dúvidas está relacionada principalmente:

A experiência social dos jovens, que encontram milhares de exemplos que seguem o modelo proposto pelo mundo adulto, e isto produz um sentimento de pertencimento ou uma necessidade de pertencimento por parte dos jovens, pois escapar disso seria anormalidade e provocaria um afastamento daqueles indivíduos da mesma faixa etária com os quais se convive e possui relações sociais semelhantes. Assim, a autoimagem da juventude é constituída socialmente, e acaba englobando parcialmente, rebeldia e contestação, exemplos de vitalidade jovem(...) (VIANA, 2009, p. 153).

Há que se levar em conta que a contemporaneidade de alguma forma, segundo Melucci (1992), marca as identidades juvenis com um profundo desejo de viver em grupo, fazer-se na relação com o outro. O eu é relacional e móvel para responder a uma contemporaneidade que exige flexibilidade.


CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta breve reflexão apontamos a complexidade da categoria social da juventude, concebida no plural – juventude(s) em razão das inúmeras possibilidades interpretativas para a mesma, sempre acionadas a partir de um contexto sócio-histórico específico viabilizadores de culturas juvenis distintas. Identificamos nas últimas décadas do século XX e primeiros anos do século XXI um movimento significativo no sentido do ‘protagonismo juvenil’ que resultou, no cenário mundial e brasileiro, em um conjunto de políticas públicas destinadas à essa categoria social.

A importância do conhecimento da trajetória histórica dessa categoria implica capacidade de mobilização dos conceitos e as problemáticas levantadas juvenis, de sorte a garantir a compreensão do papel dos jovens nos processos sociais e políticos de reconhecimento e reivindicação de direitos civis, políticos, sociais e humanos, bem como desenvolver modelos explicativos para os principais problemas vivenciados pelos jovens brasileiros na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas Juvenis**, São Paulo: Editora Página Aberta, p. 27-53 e p. 81-99.
- BOURDIEU, Pierre. “A Juventude é apenas uma palavra”. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. P. 112-121
- BRASIL. **Guia de políticas públicas de juventude**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.
- CASTRO, E. G. JUVENTUDE RURAL, DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. **REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - POLÍTICA & TRABALHO**, [S. l.], v. 1, n. 45, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/30734>. Acesso em: 29 dez. 2021.
- _____. Juventude do Campo. In: CALDAR, Roseli Salate et all. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro e São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.. p. 437-444.
- CONJUVE. **Conselho Nacional de Juventude et al (Org.) Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006
- FORACCHI, Marialice. **A Juventude na Sociedade Moderna**. São Paulo: Ed. Pioneira, p. 11-32.



_____. Juventude. In: Almeida, H. B. de; Szwako, J. (org.). **Diferenças, igualdades**. São Paulo: Berlindis e Vertecchia, 2009. p. 194-226

DAYRELL, J. **A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil**. Educ. Soc. Campinas, vol.28, n.100- Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

GADEA, Carlos A. **Realidade Juvenil e Violência Intersubjetiva em Bairros de Porto Alegre**. Porto Alegre: Cirkula, 2015, p. 13-38.

GROPPO, Luís Antônio. “A Juventude como Categoria Social”, *Juventude: Ensaio sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000, p. 7-27.

_____. L. A. **Juventude. Ensaio sobre sociologia e história das juventudes modernas**. São Paulo: Difel, 2020.

Las.EVI, G.; SCHMITT, J. C. (org.) (1996): **História dos jovens. Vol.1. Da antiguidade à era moderna**. São Paulo: Companhia das Letras.

MOREIRA, Benedito Dielcio. Participar com os jovens e adolescentes da experiência de aproximação com o mundo adulto: o desafio da Educação. **Educação & Sociedade [online]**. 2015, v. 36, n. 133 [Acessado 30 Dezembro 2021] , pp. 1137-1155. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES0101-7330201564973>>. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/ES0101-7330201564973>.

PAIS, José Machado. “Buscas de si: expressividades e identidades juvenis”. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de. e EUGENIO, Fernanda (orgs.) *Culturas Jovens – novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2006, p. 7-21.

SILVA, Roselani Sodrê da e Silva, VINI Rabassa da Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios. *Caderno CRH [online]*. 2011, v. 24, n. 63 [Acessado 18 Fevereiro 2022] , pp. 663-678. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000300013>>. Epub 24 Feb 2012. ISSN 1983-8239. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000300013>.

SNJ-<https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/secretaria-nacional-da-juventude> - acesso em 20jan.2022.

VIANA, N. **Juventude e identidade**. Estudos, Goiânia, v.36, n. ½, p. 145-154, jan./fev. 2009.

WAISELFISZ, J. J. (Coord.). **Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília**. São Paulo: Cortez Editora/Unesco, 1998.



CAPÍTULO 8

DEMOCRACIA E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS: REQUISITOS GERAIS DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA LIBERAL

Susana Da Costa Mota
Leonice Aparecida De Fátima Alves Pereira Mourad
Diovane Da Rosa Dill

RESUMO

O presente artigo apresenta uma revisão bibliográfica acerca da Democracia Representativa, tema de suma importância para a Ciência Política. O objetivo da reflexão é apresentar a perspectiva de diferentes autores sobre essa modalidade de participação política no contexto brasileiro, destacando ainda o sistema proporcional de lista aberta e a formação das bases eleitorais dos deputados federais, bem como a descrição de como se dá a distribuição dos votos para deputado federal e a organização do Legislativo brasileiro. A presente pesquisa utilizou dos pressupostos da pesquisa bibliográfica, identificando a complexidade e os entraves que a acometem e enfraquecem a confiança do público eleitoral no sistema em tela.


PALAVRAS CHAVE: Democracia Representativa; Instituições Políticas; Liberalismo.

INTRODUÇÃO

A Democracia Representativa é o exercício do poder político pela população eleitoral feita de maneira indireta através de seus representantes, por si designados, com mandato para atuar em seu nome e por sua autoridade, isto é, legitimados pela soberania popular. Em uma Democracia Representativa, o povo elege representantes para criar e votar em leis, políticas e outras questões de governo em seu nome, ao contrário do que acontecia na Democracia Direta, na qual as próprias pessoas votavam todas as leis ou políticas em todos os níveis de governo, o que devido ao constante crescimento populacional tornou-se insustentável.

Os poderes dos representantes eleitos são definidos por uma constituição que estabelece as leis básicas, princípios e estrutura do governo. A Constituição pode prever algumas formas de Democracia Direta limitada, como as eleições. Os representantes eleitos também podem ter o poder de selecionar outros líderes governamentais, como um primeiro-ministro ou presidente. Um órgão judiciário independente, como o Supremo Tribunal, pode ter o poder de declarar as leis promulgadas pelos representantes como inconstitucionais.

Olavo Brasil de Lima Júnior (1993) começa seu livro, *Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos anos 80*, explicando os porquês da representação, refletindo sobre a



cidadania e a Representação Política no Brasil, nessa obra o autor analisa a transição e a crise da representação, apresentando o pensamento liberal das nações capitalistas como o principal motivo para a consolidação das Instituições Democrático-Representativas.

O autor lembra que em algumas Democracias Representativas com legislaturas bicamerais, a câmara não é eleita pelo povo, pois membros da Câmara dos Lordes do Parlamento Britânico e do Senado do Canadá obtêm suas posições por meio de nomeação, hereditariedade ou função oficial e “sua resistência parlamentar ao absolutismo do poder central, associada à progressiva liberação das franquias eleitorais” (LIMA JUNIOR, 1993, p.13) levou ao governo partidário, o qual, com o voto universal resultou na formação dos partidos de massa (LIMA JUNIOR, 1993).


Por sua vez, considerando o sistema proporcional de lista aberta e a formação das bases eleitorais dos deputados federais, Barry Ames descreve o Brasil como “um país em que a governabilidade é um problema permanente” (AMES, 2003, p.15).

O autor fundamenta essa afirmação ao explicar sobre os percalços que Fernando Henrique Cardoso encarou em seu governo, pois mesmo contando com todo o apoio da opinião pública e com mais de 400 deputados, “número suficiente para garantir a aprovação da legislação ordinária e até de emendas constitucionais” (AMES, 2003, p.16), Fernando Henrique Cardoso teve muitos problemas para avançar sua agenda administrativa, levando Barry Ames a concluir que a culpa é da mal funcionalidade das Instituições Políticas Brasileiras, principalmente o sistema partidário e o Legislativo, que segundo o autor são fracos e não são capazes de legislar por iniciativa de seus membros em questão de interesse nacional.

Gustavo Müller contribui para o debate ao descrever sobre as três interpretações neoinstitucionalista acerca da organização do Legislativo, em seu texto *A Representação Política: neoinstitucionalismo em perspectiva comparada*.

Jairo Nicolau explica sobre a sessão na Câmara dos Deputados, do dia 17 de abril de 2016, que deliberava sobre acolher ou não o pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff. O autor lembra que, nesse momento, a maioria da população reclamou e disse não se sentir representada pelos candidatos e seus discursos, quando na verdade, segundo Jairo Nicolau, a maioria da população já nem devia lembrar em quem votou na eleição para deputado de 2014, “ou, o que é pior, anulou ou deixou seu voto em branco”.

Sendo assim, Jairo Nicolau ressalta que os eleitores brasileiros desvalorizam a votação para cargos proporcionais, lembrando que essas escolhas são as últimas a serem feitas e as



primeiras a serem esquecidas, o que corrobora para a contínua desconfiança dos eleitores em relação a seus representantes.

O artigo visa realizar uma revisão bibliográfica em obras de autores que se debruçam em refletir sobre a Democracia e as Instituições Políticas Brasileiras, apresentando os requisitos gerais da Democracia Representativa Liberal e descrevendo a recente experiência brasileira. Ao longo do texto será explanado sobre o sistema proporcional de lista aberta e a formação das bases eleitorais dos deputados federais, bem como será apresentada a descrição de como se dá a distribuição dos votos para deputado federal e a organização do Legislativo brasileiro.


REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Lima Junior os partidos devem representar as demandas da sociedade seja canalizando e estruturando os conflitos (partidário estatal) ou não (partidos modernos), o autor lembra que, conforme Sartori, “um partido político é qualquer grupo político identificado por nome oficial que se apresenta em eleições e é capaz de apresentar, em eleições livres ou não, candidatos aos postos públicos” (SARTORI, 1976, *apud* LIMA JUNIOR, 1993, p. 14).

Lima Junior afirma que a democracia de massa pressupõe a representação e a mediação de partidos para o exercício do governo e que os princípios que os regem tem origem democrática e liberal embora mantenham a soberania política da sociedade. Considerando o fortalecimento do Parlamento que passou de corpo consultivo, com princípio de representação proporcional, para órgão deliberativo, com princípio majoritário, o responsável pelo ideal liberal de representação afirmando que “Parlamento governado, eleito por maioria, leva à estabilidade política; Parlamento consultivo, eleito proporcionalmente, reflete a vontade nacional” (LIMA JUNIOR, 1993, p.15) e assim o autor questiona a governabilidade e a estabilidade política no Brasil.

Pois ao descrever a experiência brasileira recente Lima Junior lembra que o Brasil “já experimentou onze métodos eleitorais ao longo de sua história como país independente, todos inspirados no princípio majoritário e no proporcional” (LIMA JUNIOR, 1993, p.16), mas ressalta que só recentemente começaram a ser avaliados, apresentando como conceitos-chave a representação proporcional praticada entre instituições e o comportamento político de macro atores.

Para tal avaliação o autor considera duas questões centrais: a questão eleitoral e a questão partidária no plano federal, revendo principais eleições, seus resultados e como elas



refletiram na composição partidária do Congresso Nacional; e a questão do eleitorado, enfatizando sua expansão e sua distribuição pelo território nacional (LIMA JUNIOR, 1993).


Com isso Lima Junior afirma que o sistema partidário parlamentar afastou-se do sistema partidário eleitoral com a criação de partidos no Congresso que não foram aprovados pelas urnas além de uma migração individual de parlamentares para os partidos assim criados (LIMA JUNIOR, 1993).

Segundo Barry Ames, o Brasil adota o sistema de lista aberta para determinar sua representação política e nesse tipo de regime, os partidos, no embate pelo poder político, dependem dos votos recebidos por cada candidato no momento das eleições e, dependendo do impacto eleitoral que um dado candidato possui em sua região, a relação de poder entre partido e candidato altera-se consideravelmente. Além disso, candidatos que atraem muitos votos não apenas passam a possuir maior poder no âmbito do partido, como também não estão tão sujeitos aos mecanismos de controle político do próprio partido (AMES, 2003).

Barry Ames explica que sob o regime de lista aberta, cada candidato, apesar de continuar vinculado a seu partido, tem uma candidatura independente, recebendo diretamente os votos de seus eleitores. Os votos são contabilizados para todo o partido, somando um total que, posteriormente, definirá quantos de seus candidatos serão eleitos. Após a definição do número de cadeiras do Legislativo que o partido conseguiu obter, elas são empossadas pelos candidatos mais votados dentro desse partido. Com lealdade partidária e troca de partidos a versão do sistema de representação política de lista aberta personaliza a política e entrava o desenvolvimento dos partidos (AMES, 2003).

Nesse sistema é o partido ou coligação que define a lista de candidatos a deputado, mas não há qualquer ordenamento ou hierarquização prévia entre eles. O eleitor tem somente um voto para cada cargo e deve indicar um único candidato, embora o sistema também permita escolher apenas a legenda e os votos nominais recebidos pelos candidatos determinam a ordem de colocação deles na lista (AMES, 2003).

Sendo assim, o total de votos obtidos por uma lista (aqueles somados pelos candidatos mais os atribuídos apenas à legenda), submetido à fórmula eleitoral (quociente eleitoral e distribuição de sobras), indica a quantidade de cadeira que ela conquistou. A distribuição desse contingente em cada lista é realizada segundo a ordem de colocação dos candidatos (BRASIL, 1965) e que quem estiver além do limite de vagas obtidas fica como suplente, também segundo a ordem de classificação (AMES, 2003).



Segundo Barry Ames, a representação proporcional de lista aberta em distritos de grande magnitude são condições necessárias, mas provavelmente não suficientes para a auto representação, pois a inevitável vagueza dos laços entre eleitor e deputado no Brasil torna fácil ocultar dos eleitores a auto representação, que também é estimulada pela tradição de corporativismo estatal do Executivo (AMES, 2003).


E essa não é a única crítica do autor ao sistema de lista aberta, pois há ainda segundo Barry Ames, o personalismo, isto é, a supervalorização das características pessoais e particulares do candidato, e não suas propostas ou aptidão técnica para o cargo, que acaba tornando-se o maior peso no processo de escolha do eleitorado. A interação direta entre político e seu eleitorado, ao contrário da interação mediada entre partidos, favorece a tomada de conhecimento de problema e anseios locais e específicos, o que, em tese, diminuiria a distância entre Instituição Política e sociedade (AMES, 2003).

Barry Ames afirma que todos os membros da lista colaboram para a conquista da vaga, mas são os votos pessoais que fazem com que o candidato se classifique em melhor posição na lista e obtenha a cadeira, a atribuição de vagas aos candidatos obedece à outra fórmula, a da maioria relativa. Portanto, as vagas são ocupadas por um princípio majoritário, quem fizer mais votos ganha (AMES, 2003).

O que, para o autor, é contraditório em relação à lógica da representação proporcional, como muito raramente um candidato consegue sozinho atingir o quociente eleitoral, a situação mais comum é, na prática, os votos dos menos preferidos ajudarem os mais preferidos a ficar com a cadeira (AMES, 2003).

Barry Ames lembra que nos processos de votação empregados desde 1945(a cédula impressa pelos partidos, a cédula oficial e a urna eletrônica), para votar nas eleições para Câmara dos Deputados no Brasil só era preciso escrever o nome ou o número de um candidato sem qualquer menção aos outros componentes da lista. Tal fato, associado à escolha de outros cargos pelo sistema majoritário na mesma eleição, acabou contribuindo para reforçar nos eleitores a falsa impressão de que as eleições para a Câmara dos Deputados são feitas segundo uma regra majoritária em que todos os candidatos concorrem entre si e muitos eleitores dão importância à reputação pessoal do candidato na hora de decidir o voto, em detrimento do partido, evidenciando a personalização das campanhas (AMES, 2003).

Segundo o autor a lista aberta seria responsável, também, pelas dificuldades que os partidos enfrentam para controlar suas bancadas, identificável pela indisciplina do voto em



plenário e pelo déficit de coesão, manifestado especialmente por meio da troca de legendas. Isso porque tais parlamentares levam para a arena parlamentar a mesma lógica individualista e personalista a partir da qual se elegeram (AMES, 2003).


Uma das comprovações deste fato reside no fato de os deputados terem uma ação paroquial e particularista, eles procuram garantir a continuidade da carreira política e bons resultados nas próximas eleições por meio de políticas distributivas, ou seja, a concentração do oferecimento de benefícios aos municípios que formam seus redutos eleitorais, notadamente por meio de emendas ao orçamento, pois conforme constata Barry Ame a reeleição é o objetivo primordial dos parlamentares (AME, 2003).

March e Olsen afirmavam que o neoinstitucionalismo é um movimento teórico iniciado nos anos 1980, que tem como premissa principal o poder das Instituições Políticas de redesenhar as estratégias de seus atores, fazendo com que estes condicionem seus comportamentos de forma a otimizar os resultados desejados, a partir do conjunto de regras formais e informais que orientam o funcionamento dessas instituições (March e Olsen, 1989, *apud* MÜLLER, 2009).

Gustavo Müller ressalta que no que tange o Legislativo e o sistema de comissões, a escola neoinstitucionalista produziu três linhas interpretativas: a distributivista, a informacional e a partidária, então, conforme Müller, as três linhas possuem "núcleos" explicativos próprios e autores centrais, o ponto em comum entre elas é o peso conferido à estrutura institucional nas estratégias empreendidas pelos membros do parlamento (MPs), mas o que as diferencia é o grau de autonomia com que os MPs atuam nas comissões. Para as linhas distributivista e informacional, prevalece a premissa individualista (MÜLLER, 2009).

Ainda segundo Müller, “no caso das distributivistas, as comissões são vistas como instrumentos para os MPs tentarem atender suas bases visando aumentar as chances de reeleição” (MÜLLER, 2009). Sendo assim, a composição das comissões ocorre por meio da auto seleção, permitindo que os MPs escolham as comissões cujas áreas a que dizem respeito correspondam às demandas de suas bases, salientando assim a atividade parlamentar como a busca permanente pelas políticas públicas.

Conforme o autor, a linha informacional também parte da premissa da autonomia das preferências individuais dos MPs no recrutamento para as comissões, “o que a diferencia da linha distributivista é o peso da *expertise* no processo Legislativo”(MÜLLER, 2009).




Embora, conforme Krehbiel de acordo com a linha informacional, “o que estaria em jogo não seria o imperativo eleitoral, ao menos na forma de distribuição de recursos, mas, sim, a necessidade de análises mais acuradas sobre os possíveis efeitos de determinados projetos” (KREHBIEL, 1991, *apud* MÜLLER, 2009). Sendo assim, as sucessivas reeleições de determinado parlamentar, associadas à sua permanência em uma única comissão, elevariam de tal forma seu grau de especialização, que o partido seria constrangido a não substituí-lo por um novato, preservando assim sua vaga na comissão.

A linha partidária, conforme Cox e McCubbins “atribui aos partidos, por intermédio de seus líderes, o papel de arbitrar os conflitos coletivos” (Cox e McCubbins, 1993, *apud* MÜLLER, 2009). E segundo o autor “essa interpretação partidária ressalta o poder de agenda conferido aos líderes como um dos instrumentos por meio dos quais é possível assegurar o *government* partidário sobre suas bancadas, reduzindo assim os espaços para condutas individualistas”(MÜLLER, 2009).

Ou seja, na linha distributiva o papel das comissões provem recursos para as bases eleitorais, o processo seletivo é de auto seleção e o poder decisório é descentralizado. Na linha informacional o papel das comissões é produzir informações qualificadas, o processo seletivo é por meio de *seniority* e o poder decisório também é descentralizado. Já na linha partidária o papel das comissões é executar as metas definidas pelos partidos, o processo seletivo é por indicação do líder e o poder decisório é centralizado (MÜLLER, 2009). Assim sendo, conforme Müller:

Para as comissões desempenharem efetivamente os papéis distributivista e informacional, é necessário que a estrutura organizativa do Legislativo seja descentralizada e que essas comissões possuam prerrogativas que lhes confirmem autonomia para analisar e deliberar a respeito das matérias a elas subordinadas. Já para a linha partidária o que conta é o poder de agenda conferido ao líder do partido, garantindo que todas as esferas do processo Legislativo sigam as metas partidárias (MÜLLER, 2009).

Jairo Nicolau apresenta uma descrição da distribuição dos votos para deputado federal ao explicar sobre a sessão na Câmara dos Deputados, do dia 17 de abril de 2016, que decidia em acolher ou não o pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff, ressalta que a maioria da população reclamou e se disse não representada pelos candidatos e seus discursos, quando na verdade a maioria da população já nem devia lembrar em quem votou na eleição para deputado de 2014, “ou, o que é pior, anulou ou deixou seu voto em branco”. Sendo assim o autor constatou que os eleitores brasileiros desvalorizam a votação para cargos proporcionais, pois “essas escolhas são as últimas a serem feitas e as primeiras a serem esquecidas”,



corroborando para a contínua desconfiança dos eleitores em relação a seus representantes (NICOLAU, 2017).


Nesse momento político específico tratado no texto, o afastamento entre o mundo político e a sociedade brasileira estava mais acirrado com as investigações da Lava-Jato, a prisão e averiguação de dezenas de políticos, as denúncias que levaram à cassação do mandato de Eduardo Cunha, a crise no PT e o afastamento de Dilma, entre outras situações em que a população mais expressava seu estranhamento ao comportamento dos seus representantes, pois a maioria não se sentia representada (NICOLAU, 2017).

Assim, o autor abarcou sobre o sistema representativo brasileiro, que analisou por cerca de vinte anos, com a intenção de “acrescentar alguns ângulos diferentes à análise das instituições eleitorais e dos partidos do Brasil”. Com isso descreveu o sistema eleitoral, a representação dos estados na Câmara dos Deputados, o comportamento dos eleitores, a mudança de partidos de deputados durante o mandato, a distribuição de poder parlamentar e a reforma política. No primeiro capítulo Jairo Nicolau tratou das regras para a eleição dos deputados federais do Brasil, da apuração dos votos à distribuição de cadeiras entre os partidos (NICOLAU, 2017).

No Brasil há quatro maneiras de se votar para deputado estadual e deputado federal numa urna eletrônica: votar em branco, votar errado e anular o voto, votar na legenda ou escolher um candidato específico pelo seu número. Mas o processo eleitoral não é tão simples como parece, é complexo e cheio de enigmas, as vezes candidatos com muitos votos não se elegendem e candidatos com poucos votos são eleitos, pois o voto de uma pessoa em um candidato contribui para eleger outros em quem ela não votou, ou até mesmo um concorrente do candidato escolhido (NICOLAU, 2017).

Jairo Nicolau afirma que o próprio processo eleitoral através de urna eletrônica colabora para que as pessoas ignorem o processo na íntegra, pois quando era em cédula de papel havia mais envolvimento da população, as pessoas acompanhavam a apuração dos votos de perto, agora são os computadores que fazem a contagem e em minutos divulgam os resultados, não há tanto envolvimento da população e nem muito interesse em saber como se chega ao resultado final (NICOLAU, 2017).

Tomando como exemplo as eleições de deputados federais no estado do Rio de Janeiro de 2014, o autor mostra como “milhões de votos são contados de modo a distribuir as cadeiras da Câmara dos Deputados entre partidos e candidatos no Brasil”. Dividindo em cinco os passos




da representação proporcional brasileira, lembrando que o mesmo procedimento é usado tanto para a distribuição de cadeiras de deputados federais quanto para a eleição de deputados estaduais e vereadores (NICOLAU, 2017).

- 1º Passo: jogar fora os votos nulos e em branco- só são considerados votos válidos, mas nulos e em branco são importantes para cálculo do quociente eleitoral.
- 2º Passo: somar os votos em candidatos aos votos de legenda de um partido (coligação)- não importa se o eleitor votou em um candidato específico ou na legenda, ambos vão definir o total de votos de uma lista (lista aberta), que pode ser um partido concorrendo sozinho ou uma coligação de dois ou mais partidos.
- 3º Passo: calcular o quociente eleitoral e eliminar os votos de alguns partidos- divide-se o total de votos válidos (nominais e de legenda) pelo número de cadeiras do estado na Câmara dos Deputados. Quanto menos cadeiras tem o estado, mais difícil é para o partido conquistar uma cadeira proporcionalmente. Quando um partido não atinge o seu quociente eleitoral os votos dados ao partido são desprezados na distribuição de cadeiras, ou seja, são jogados fora como os votos nulos e os em branco.
- 4º Passo; distribuir as cadeiras entre os partidos- os votos de cada partido são divididos pelo quociente eleitoral que dirá o total de cadeiras que o partido receberá, há uma simetria ente a votação de cada partido/coligação e a representação parlamentar obtida por eles, por isso se chama representação proporcional.
- 5º Passo: preencher as cadeiras com os candidatos de cada partido- no Brasil há um sistema majoritário para esse fim assim as cadeiras são ocupadas pelos candidatos mais votados de cada lista.

Sendo assim, o autor afirma que o sistema proporcional de lista brasileiro pode apenas prometer que cada lista terá uma representação próxima aos seus votos, pois o número de votos de cada deputado depende de uma série de fatores: o sucesso eventual de alguns nomes que se tornam puxadores de legenda, o padrão de disputa entre os candidatos de uma lista e o total de votos de legenda (NICOLAU, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lima Junior (1993) sustenta sua avaliação sobre o arcabouço institucional, afirmando que os brasileiros apresentam uma falta de homogeneidade política devido aos limites impostos por sua cidadania eleitoral alienada com seu absenteísmo, votos brancos e nulos e uma



Constituição atrasada que devido ao vai e vem em suas leis não supri as necessidades da grande diversidade partidária muito menos da diversidade eleitoral que possui.


Conforme Barry Ame (2003), o sistema eleitoral brasileiro influi ao mesmo tempo na formação das bases eleitorais dos deputados federais, nos tipos de candidatos que concorrem às eleições, em suas estratégias de campanha e na maneira como se conduzem ao poder, e com isso as regras eleitorais também afetam o número de partidos políticos viáveis, sua coesão e disciplina, pois cada parlamentar age conforme seus interesses, então cabe ao Executivo lutar permanentemente para reunir apoio dentro do Congresso, e isso foi o que, segundo Barry Ame, atrapalhou o governo de Fernando Henrique Cardoso reforçando a ideia de fragilidade e incapacidade funcional das Instituições Políticas Brasileiras que o autor se refere, afirmando que as Instituições Políticas tem vida própria e são apenas meros agentes dos atores que as criaram.

Gustavo Müller (2009) assevera que, em especial no Brasil, a arquitetura institucional adotada a partir da democratização, no intuito de assegurar a governabilidade, conferiu ao executivo um amplo poder de controle da agenda e de iniciativa legislativa (FIGUEIREDO E LIMONGI, 1999), embora a maioria dos legislativos do continente conte com sistemas de comissões cujas atribuições correspondam às pastas ministeriais

Jairo Nicolau (2017) produz tendo no horizonte as pessoas que querem saber mais sobre as regras eleitorais, os partidos e o comportamento dos deputados no Brasil, mas não estão interessadas nos debates internos da corporação de estudiosos e nem sempre têm acesso aos resultados das pesquisas acadêmicas, deixando transparecer a sua visão acerca da “boa política”.

Considerando tudo que foi explanado através da revisão bibliográfica constata-se que os autores debruçam seus estudos sobre a Democracia e as Instituições Políticas Brasileiras descrevendo, caracterizando e refletindo sobre os entraves que a acometem e enfraquecem a confiança do público eleitoral.

Jairo Nicolau afirma que, sim, podemos melhorar o sistema eleitoral afim de torná-lo mais inteligível para os eleitores, e sobretudo para suprimir a adulteração da vontade eleitoral promovida pelas coligações, e sim, podemos ter partidos mais consistentes, que ajudem a organizar melhor a competição política e o trabalho parlamentar, sugerindo que a mudança de legenda não deve ser uma escolha somente do político, quando ele estiver no exercício do mandato, deve se estabelecer limites para esses casos, assim como, segundo o autor, é possível



se pensar em reduzir e a fragmentação partidária, pois o Brasil é, ao lado da Itália, o país em que os políticos mais trocam de legenda no mundo e temos o sistema partidário mais fragmentado entre os conhecidos em todas as democracias.

REFERÊNCIAS

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ. Editora FGV. 1ª edição. 2003.

BRASIL, **Código Eleitoral**, Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.art. 109, §2º. Acessado em 05 de janeiro de 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14737compilado.htm#:~:text=2%C2%BA%20Todo%20poder%20emana%20do,na%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20e%20leis%20espec%3ADficas.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. **Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos anos 80**. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1993.

MÜLLER, Gustavo. **Representação política: neoinstitucionalismo em perspectiva comparada**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.24 no.69, São Paulo, Fevereiro de 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092009000100008>

NICOLAU, Jairo. **Representantes de Quem? Os (des) caminhos do seu voto da urna à câmara dos Deputados**. 2017.



CAPÍTULO 9

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS INTERAÇÕES SOCIAIS E O IMPACTO DO METAVERSO

Nandara Luiza Deprá Antunes
Leonice Aparecida De Fátima Alves Pereira Mourad
Susana Da Costa Mota

RESUMO

Esse artigo de revisão, é parte de investigação em andamento feita pela primeira autora sob a orientação da segunda acerca do novo ambiente virtual conhecido como Metaverso e o padrão de comportamento existente entre usuários de redes online de compartilhamento, assim como as novas formas de relações que se estabeleceram em meio a este fenômeno social. A primeira sessão tem como foco a apresentação do Metaverso e a discussão acerca de como isso influenciou a criação de diversas tecnologias desde então, bem como a mudança que este ciberespaço pode trazer ao mundo das redes. A segunda questiona o uso massivo dessas redes e levanta questões sobre dependência, intensificação de problemas psicológicos e a criação de personagens online aceitáveis diante de uma nova idealização do “eu”. A metodologia utilizada para a elaboração do presente consiste na pesquisa bibliográfica, com especial destaque a livros, artigos e sites sobre o tema, além da análise filmica nas obras indicadas no texto. A pesquisa ainda está em fase de elaboração de sorte a não ter conclusões efetivas, sendo apropriado referir, no entanto, sobre o impacto dessas novas tecnologias nas formas de sociabilidade da contemporaneidade.


PALAVRAS-CHAVE: Cibercultura, Dependência Tecnológica; Metaverso; Interações Sociais.

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe discutir as formas de relações que se estabelecem no mundo virtual e como esse problema pode se intensificar com a chegada do Metaverso. Além disso, retrata as consequências que essa nova forma de se relacionar gera no ser humano.

A primeira sessão se dispõe a explicar o surgimento do Metaverso e discorrer sobre sua proposta, trazendo uma perspectiva otimista aos olhos da ciência, buscando interpretar este futuro acontecimento como parte do processo de evolução e progresso científico da sociedade.

Na segunda, busca-se uma compreensão pela perspectiva das ciências sociais, de como o indivíduo através da tecnologia se torna um ser virtual com hábitos, relações e emoções projetadas para além do seu ciclo real de convívio, e quais as consequências que a nossa sociedade enfrenta e ainda enfrentará diante desse novo padrão de comportamento.



Dessa forma discutiremos como o processo civilizatório vem nos adaptando enquanto atores sociais ao longo da história de todas as sociedades, nos habituando a naturalizar novas condições de existência, considerando que nos adaptamos às tecnologias, assim como as gerações atuais já nascem introduzidas a esta realidade. Podendo assim questionar os efeitos que as redes de compartilhamento online podem causar a curto e longo prazo na sociedade ocidental.

O METAVERSO COMO UMA NOVA FORMA DE RELAÇÕES SOCIAIS

Desde o seu surgimento, a internet é uma das maiores invenções humanas, uma ferramenta que possibilitou a criação e o desenvolvimento da maioria das tecnologias que conhecemos hoje. A criação de redes de compartilhamento vem modificando nossas perspectivas, nossas capacidades e as formas de nos relacionarmos.

Ainda que não se possa afirmar exatamente como o metaverso vai funcionar na prática, de acordo com idealizadores, será o auge do avanço do ciberespaço em nossa sociedade, unindo tecnologias de realidade aumentada, realidade virtual e o sistema das criptomoedas, o que é um aspecto interessante para empresas interessadas nessa nova lógica de mercado. Segundo José Fernando Machado, sobre a importância das redes de compartilhamento para o mercado (2013, p. 55):

A liberdade dos mercados é elemento decisivo. A possibilidade da livre mobilidade de mercadorias, capitais e informações cria uma economia mundial em que a inovação nos processos de produção, circulação e consumo são o diferencial.


Mesmo que já estejamos familiarizados com ferramentas cuja dinâmica inclui conectar pessoas de diferentes lugares em um único ambiente digital, o metaverso é idealizado para que tenha o maior grau de realismo já atingido pelo mundo virtual, um espaço onde a matéria se recria como uma expansão da nossa realidade, onde poderemos vivenciar uma rotina inteira sem sair de casa.

Podemos entender metaverso como programas computacionais de alto desempenho que viabilizam uma projeção de identidade em uma realidade simulada em gráficos tridimensionais, interagindo com outros usuários por meio de personagens digitais, ou avatares. (PEREIRA, 2009, p. 14)

Com potencial para se tornar a maior rede de compartilhamento da internet, o metaverso chega para mudar radicalmente nossa percepção sobre as relações online. Além das realidades virtual e a aumentada, hologramas⁶⁶ também são previstos pelos idealizadores desse projeto. O usuário poderá criar seu próprio avatar⁶⁷ em 3D para trabalhar, estudar, namorar e fazer suas

⁶⁶ Imagens virtuais reproduzidas no ar através de raios de luz a laser.

⁶⁷ Personagem virtual criado para representar as pessoas no ciberespaço.



compras. A ideia é que o indivíduo seja mais que um observador participante, que seja parte da plataforma.

O termo Metaverso surgiu no ano de 1992, em um livro de ficção científica chamado “Snow Crash” do escritor inglês Neal Stephenson, que conta como um vendedor de pizza vive a vida de um samurai em uma realidade virtual. A história inspirou o lançamento de filmes como Matrix e episódios famosos da série Black Mirror, onde em ambos os exemplos, a trama funde completamente o mundo real com o mundo virtual.

Black Mirror⁶⁸ é uma série britânica de ficção científica que retrata o lado problemático da tecnologia e como isso afeta nossas relações interpessoais. A série foi lançada em 2011, no canal Channel e posteriormente comprada e disponibilizada no catálogo da Netflix, contando com cinco temporadas.


No primeiro episódio da quinta temporada de Black Mirror, dois amigos se reencontram em um aniversário depois de um tempo afastados, e um dos personagens presenteia o outro com a nova versão de realidade virtual de um jogo que eles costumavam jogar quando dividiam apartamento. Durante a trama os dois protagonistas se relacionam sexualmente através do videogame, usando seus avatares, trazendo à tona discussões sobre traição e o uso de tecnologias com a finalidade de fugir da realidade, visto que um dos personagens é casado e ambos assumem posições sociais de homens heterossexuais.

Matrix⁶⁹ é uma saga de quatro filmes, que contam a história de um sistema de inteligência artificial que cria um mundo paralelo para aprisionar os humanos enquanto usa seus corpos para produzir energia. Nessa trama o protagonista *Neo*, interpretado por Keanu Reeves, é um programador que após ter sonhos estranhos, descobre o sistema Matrix e se envolve com um grupo de indivíduos destinados a lutar para devolver a liberdade e o mundo real para os humanos.

Através de analogias e metáforas, Matrix também levanta reflexões sobre a nossa relação com a tecnologia e a forma como isso pode vir a nos prejudicar no futuro. Em ambos os exemplos apresentados, tanto no Filme Matrix, quanto no episódio Stricking Vapers da série Black Mirror, podemos encontrar tecnologias que estão previstas para o Metaverso, e questões

⁶⁸ Estreou em 4/12/2011, conta com 5 temporadas disponíveis atualmente no serviço de transmissão Netflix.

⁶⁹ Estreou 21/05/1999, são 4 filmes oficiais e mais alguns curtas lançados pela franquia ao longo dos anos. Os 4 filmes oficiais da saga estão disponíveis no HBO MAX.



a serem discutidas acerca dessas tecnologias, bem como o avanço da produção e do consumo desenfreado das mesmas.

Existem algumas experiências que, apesar de não contarem com as ferramentas mais avançadas projetadas para o metaverso, se aproximam bastante de sua proposta. O jogo “Fortnite”, lançado em 2011 pela *Epic Games* pode ser considerado um exemplo dos mais recentes, essa plataforma conta com uma das maiores redes de usuários da internet.

No Fortnite os indivíduos contam com outras opções além de jogar e conversar com seus amigos, a plataforma também promove eventos como os shows dos artistas Ariana Grande e Travis Scott. Segundo o site *Meio bit*, a “*turnê da fenda*”, como se intitulou o show de Ariana, aconteceu em agosto de 2021, reunindo mais de 1,1 milhão de pessoas, e a “*turnê astronomical*” de Travis, reuniu 12,3 milhões de usuários em abril de 2020. O rapper *EMICIDA*⁷⁰ é o primeiro brasileiro previsto para fazer show dentro do Fortnite, segundo o site *Pop Line*, mas ainda não há data divulgada.

O metaverso promete revolucionar a política, a cultura, a economia e a educação, introduzindo o indivíduo em um mundo paralelo onde tudo é possível, desde uma simples compra de supermercado até um passeio pela linha do equador em tempo real durante uma aula de geografia. Mark Zuckerberg, criador da rede social *Facebook*, é um dos principais idealizadores desse projeto, o empresário anunciou em outubro de 2021 que o metaverso é sua prioridade agora, inclusive ao entrar nas redes sociais *Facebook* e *Instagram* já podemos nos deparar com o nome “meta” ao lado de um símbolo na parte inferior da página.

ZUCKERBERG AFIRMOU QUE PRETENDE USAR TODO O CAIXA DA EMPRESA PARA O PROJETO E QUE ESTÁ DISPOSTO A FAZER DE TUDO PARA TORNÁ-LO REALIDADE. SÓ NA EUROPA, AO LONGO DOS PRÓXIMOS CINCO ANOS, SERÃO ABERTAS DEZ MIL VAGAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO METAVERSO. OUTRAS GIGANTES, COMO A MICROSOFT E A PLATAFORMA ROBLOX, TAMBÉM ESTÃO TRABALHANDO EM UM METAVERSO. PARECE QUE O MUNDO ESTÁ EM UMA CORRIDA PARA O METAVERSO, COMO SE ELE FOSSE A PRÓXIMA TENDÊNCIA QUE PRECISA SE TORNAR REALIDADE. (HEEMANN, 2022, P. 1)

É difícil descrever um universo virtual que ainda não existe de fato, estamos diante de algo desconhecido, ainda que familiar. O que podemos constatar, com o recolhimento das informações presentes nesse capítulo é que será até então o ápice do avanço tecnológico em nossa sociedade.

⁷⁰ Cantor e compositor brasileiro considerado uma das maiores revelações do hip hop do Brasil da década de 2000. Idealizador e protagonista do documentário “AmarElo”

A REPRESENTAÇÃO DO “EU” NO CIBERESPAÇO

Um ciberespaço onde o indivíduo pode reproduzir sua identidade, seus hábitos, e suas relações sem precisar estar fisicamente presente não causa estranhamento ou surpresa, já estamos habituados a nos depararmos com novas tecnologias em filmes, séries e livros antes mesmo destas serem materializadas e lançadas na nossa sociedade. O autor Pierry Lévy, sociólogo e principal pesquisador sobre este tema nas Ciências Sociais, definiu o conceito de ciberespaço:

O ciberespaço (que também chamarei de 'rede') é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. (LÉVY, 1999, p. 17)

Estar conectado em tempo integral já é algo normalizado desde que surgiram as redes sociais e os aplicativos de troca de mensagens, até mesmo quem opta por um estilo de vida mais offline acabou tendo que se adaptar a estas condições de interação para não ficar de fora do mercado de trabalho, como é o caso do *home office*, que cresceu consideravelmente durante o período de pandemia.

A disseminação dos usos da Internet alcançou, em menos de duas décadas, todos os setores da nossa sociedade, construindo uma nova forma de articulação entre os Estados, as empresas, o mercado, a sociedade e as instituições. Criou um novo padrão de sociabilidade que, apropriado pela juventude, multiplicou o uso da internet. Essa geração, que chegará à maturidade na segunda metade do século XXI, nasceu sob o signo do informacional, tem a sociabilidade virtual integrada às relações de sociabilidade reais, transfere-as do mundo real para o virtual e, de maneira mais importante, usa o mundo virtual como ferramenta de comunicação e de transformação social através de redes sociais e sistemas de mensagens. (MACHADO, 2013, p.8)

Mas até que ponto a tecnologia pode ser compreendida apenas como parte do processo evolutivo do ser humano, sem que fatos como novas condições de trabalho, novas formas de desigualdade e novos problemas psicológicos sejam discutidos? Estar online o tempo todo pode ser um problema, de acordo com uma matéria publicada no site *tecmundo* no dia 10 de junho de 2018, um estudo feito com mais ou menos três mil pessoas nos EUA, entre os períodos de 2014 e 2017, aponta aumento nos sinais de depressão em jovens devido ao excesso no uso de games e smartphones.

Os resultados do cruzamento apontam que, quanto mais esses jovens ficam diante da tela ao longo do dia, menor é o tempo dedicado ao sono e maiores são os sinais de depressão. A conclusão é simples: a utilização quase indiscriminada de dispositivos eletrônicos, que já vinha sendo associada ao desenvolvimento de problemas de saúde física e mental e ao aumento da probabilidade de isolamento social, é também a vilã que afeta o bem-estar e o rendimento dos indivíduos em idade escolar. (SÁNCHEZ, 2018, p. 1)



Estudos recentes sugerem que a dependência de aparelhos eletrônicos e de mídias digitais aumenta os sintomas de ansiedade e depressão, além de intensificar o isolamento social e a privação do sono. Fábio Alves dos Reis, professor e especialista em análise do comportamento, concedeu uma entrevista publicada no site do jornal *O Tempo*, na cidade de Belo Horizonte em 28 de agosto de 2018, onde afirma que 30% dos brasileiros sofrem relação abusiva com a internet.


Segundo o especialista, a tendência é que a dependência digital seja reconhecida como problema de saúde mental, pois na medida em que o ambiente virtual estimula áreas do cérebro que geram sensação de satisfação e recompensa, a abstinência dessas ferramentas provoca sintomas iguais aos da abstinência de drogas. Entre os sintomas ele cita ansiedade, irritação, desatenção, tremores, taquicardia e dores de cabeça.

Nos últimos dois anos, eu atendi cerca de 20% a mais de casos relacionados à dependência digital. O que se percebe é um aumento significativo de pacientes que relatam preocupação e sofrimento ao ficar sem internet e não poder acompanhar integralmente a vida no mundo virtual. Esse sentimento ganhou o nome de “fomo”, sigla em inglês que significa “fear of missing out”, e seria correspondente a “medo de estar perdendo algo”. Algumas pessoas sentem grande mal-estar ou ansiedade quando não estão com o celular ou quando não podem usá-lo no momento para checar suas mídias sociais. (REIS, 2018, p. 1)

No ciberespaço, estamos expostos a todo tipo de informação, comentários e propagandas, isso pode ser interpretado tanto de uma forma positiva quanto de uma forma negativa, pois ao mesmo tempo em que este fenômeno social facilita nossas experiências, também nos faz consumir diretamente muitas ideias que prejudicam nosso desenvolvimento e as nossas relações, como a distorção de imagem, a busca por aprovação, a autoafirmação e o medo de rejeição.

As características peculiares da adolescência potencializam ao jovem um encontro mais imediato com aquilo que almejam na busca de sua autoafirmação enquanto indivíduos que precisam do outro para formar sua identidade, no qual aspectos como número de amigos, identificação com os grupos de interesses, manter-se atualizado com o grupo de amigos e se sentir em um espaço mais amplo, contribuem para que os adolescentes fiquem cada vez mais na frente da tela de um computador. (NUERNBERG, GONÇALVES, 2012, p. 179)

Se pensarmos em uma época não muito distante e compararmos com os dias atuais, nossa comunicação já foi muito limitada. Desde as cartas até as nossas melhores opções hoje, avançamos muito em benefício da transmissão de informações e o contato entre pessoas de diferentes lugares do mundo em questão de segundos através dessas tecnologias.



O ciberespaço incentiva o relacionamento distante, onde é desnecessário ocupar o mesmo espaço geográfico para se comunicar instantaneamente. É possível duas pessoas estarem muito longe, mas se comunicarem sincrónicamente (LÉVY, 1999, p. 49).

Porém, pesquisas sugerem que mesmo estando mais próximos online, a dependência de ferramentas tecnológicas nos afasta das pessoas que convivem conosco diariamente, amigos, família, colegas de trabalho e namoros acabam sendo afetados pela nossa ausência no momento presente. Segundo estudos, a internet deixou de ser apenas uma ferramenta facilitadora do desenvolvimento humano, se tornando também um problema de saúde mental pública, pois a grande maioria dos usuários de redes sociais e jogos online enxergam a internet como uma fuga de sua realidade, um espaço onde não precisam lidar com os problemas que encontram no cotidiano.

Os problemas relativos à adicção na internet se manifestam na falta de interação com o outro no mundo real, pois a tela do computador traz segurança aos adolescentes, assim evitam-se frustrações, rejeições, sentimentos que encontrariam na vida real e teriam de enfrentar. Desta forma, pode-se dizer que a internet serve como uma fuga da realidade muitas vezes, e, dependendo do nível da fuga, essa dependência precisa de tratamento, principalmente, quando interfere diretamente na qualidade de vida. (GONÇALVES, NUERNBERG, 2012. p. 179)


No mundo virtual o indivíduo pode ser quem desejar e como desejar, sem que haja julgamento ou responsabilidade sobre isto, como acontece com perfis falsos. O perfil falso é nomeado como “fake” pelos internautas e é uma prática bem comum na internet, principalmente entre os jovens, que criam perfis em redes sociais utilizando fotos de famosos ou personagens queridos para que possam interagir entre si anonimamente.

Em 3 de março de 2020 saiu uma matéria no site do *canaltech*, sobre uma entrevista que o jornalista Nathan Vieira fez com duas psicólogas especialistas em *Terapia Cognitivo Comportamental (TCC)*, onde ambas expõem suas perspectivas sobre a necessidade que as pessoas sentem de criar perfil falso nas redes sociais.

Trata-se da possibilidade de agir e ser alguém diferente do que demonstra no cotidiano e com as pessoas ao redor, seja por falta de coragem de assumir quem realmente é ou mesmo por achar que dessa forma pode ser livre para agir como quiser sem precisar lidar com o julgamento de terceiros. (MORAES, 2020, p.2.)

Ainda nessa matéria, a outra psicóloga sugere que existem evidentemente diversas motivações para alguém criar um perfil fake, mas que a principal é a necessidade de manter o anonimato e não se expor.

Se divertir, conhecer novas pessoas, atender a necessidades não satisfeitas na vida real como “se sentir amado ou apreciado”, testar hipóteses prévias de que, por exemplo, “seria tratado diferente se tivesse a aparência de um famoso”, para controlar e checar comportamentos do parceiro, para se expressar de maneira ríspida ou se vingar sem



ser identificado ou até por sentir prazer em enganar adolescentes e pessoas inocentes. (FRANCO, 2020, p.2)

Quando criamos um perfil em redes sociais somos direcionados a dar informações sobre nós mesmos e nossas características, podendo expor coisas normais que acontecem no nosso cotidiano ou criar outra personalidade que gostaríamos de expor aos nossos seguidores.


Conectados assumimos as posições de telespectador e produtor de conteúdo, temos liberdade de escolher o que publicar, além de contar com veículos de comunicação que nos oferecem ferramentas e nos ensinam técnicas para distorcer nossa imagem e nossas vivências com o intuito de atrair a atenção de terceiros, projetando aquilo que idealizamos e que é idealizado no senso comum.

O sociólogo Erving Goffman, observando o padrão de comportamento dos indivíduos em determinados grupos, criou uma analogia através da perspectiva de dramaturgia em uma de suas obras mais conhecidas “*a representação do eu na vida cotidiana*”, publicada em 1959, onde comparou interações humanas com a dinâmica teatral, sugerindo que os indivíduos são atores interpretando diversos papéis sociais, conduzindo ações para que as situações em que estão inseridos se desenvolvam da forma esperada tanto por eles, quanto pelas outras pessoas envolvidas.

Erving divide os atores em “cínicos” que agem conscientemente, e “sinceros”, que acreditam sinceramente em seus papéis e encenações. Em outras palavras, Goffman afirma que nós idealizamos nossas interações e nos comportamos de acordo com regras e expectativas presentes em cada cenário, seguindo o roteiro que nos é proposto e aceitável socialmente para manter a “fachada”:

QUANDO O INDIVÍDUO DESEMPENHA UM PAPEL, IMPLICITAMENTE SOLICITA QUE SEUS OBSERVADORES LEVEM A SÉRIO A IMPRESSÃO SUSTENTADA PERANTE ELES. PEDE-LHES PARA ACREDITAREM QUE O PERSONAGEM QUE VÊEM NO MOMENTO POSSUI ATRIBUTOS QUE APARENTA POSSUIR, QUE O PAPEL QUE REPRESENTA TERÁ AS CONSEQUÊNCIAS IMPLICITAMENTE PRETENDIDAS PARA ELE E QUE, DE MODO GERAL, AS COISAS SÃO O QUE PARECEM SER. [...] SERÁ CONVENIENTE COMEÇAR O ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES INVERTENDO A QUESTÃO EXAMINANDO A PRÓPRIA CRENÇA DO INDIVÍDUO NA IMPRESSÃO DE REALIDADE QUE TENTA DAR ÀQUELES ENTRE OS QUAIS SE ENCONTRA. (GOFFMAN, 1959, P. 29)

Apesar de estar se referindo ao contato de indivíduos no mesmo espaço físico, e em uma época onde as tecnologias atuais ainda não existiam, este sociólogo produziu reflexões e perspectivas que encaixam perfeitamente nos nossos modos interativos de hoje. Para pensarmos o padrão de comportamento humano nas redes sociais e a sua forma de estabelecer relações online sob a perspectiva dessa obra, é interessante focar na ideia de que a vida é um



teatro e nós somos atores encenando diferentes personagens, em tempo integral e diante de diferentes cenários, manipulando nossa imagem para assim também manipular a impressão que outras pessoas criam sobre nós.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as discussões acerca da criação do metaverso e o uso intenso de tecnologias na sociedade atual, constata-se, até o momento, visto que nossa investigação está em curso, que é preciso compreender a existência de um sentido ambivalente na era tecnológica. Ao mesmo tempo em que contamos com diversas ferramentas e técnicas que facilitam a vida humana em seu cotidiano, estamos expostos aos seus efeitos colaterais muitas vezes de forma automatizada e sem filtro.

Ainda que o avanço tecnológico seja admirável e venha abrindo caminhos inimagináveis em todo campo sócio-econômico-cultural, e que hoje possamos nos conectar uns aos outros em um ambiente virtual onde temos nosso próprio espaço e tempo, é preciso pensar nas formas de relações que estamos estabelecendo nesse espaço e como estamos utilizando nosso tempo dentro dele, bem como é preciso pensar de que maneira isso afeta nossa personalidade e o nosso “eu” social.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Johnatan. **Metaverso: o que é esse novo mundo virtual?**. Disponível em:<<https://blog.nubank.com.br/metaverso-o-que-e/>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2022

EMICIDA fará show no Game fortnite, disponível em: <https://portalpopline.com.br/emicida-fara-show-fortnite/>> Acesso em 12 de fev.2022

file:///C:/<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862017000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 16 de janeiro de 2022.

FORTNITE disponível em <Fortnite, Ariana Grande e a construção de um Metaverso - Meio Bit (tecnoblog.net)> Acesso em 12 de fev.2022

GOFFMAN, Ervin. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GONÇALVES, Bruna Goudinho, NUERNBERG, Denise. **A dependência dos adolescentes ao mundo virtual**. Rev. de Ciências Humanas, Florianópolis, V.46. N 1, p. 165-182 abril de 2012 disponível em: <<Users/Usuario/AppData/Local/Temp/26826-Texto%20do%20Artigo-87826-1-10-20121023.pdf>>

<https://canaltech.com.br/redes-sociais/por-que-as-pessoas-fazem-perfis-fakes-161172/>> Acesso em: 15 de dezembro de 2021.



LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999. (Coleção TRANS).

MACHADO, José Fernando. **Os significados da internet e das redes sociais para a juventude**. 2013. 230 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Ubêrlândia, Ubêrlândia, 2013.

MATTOS, Litza. **30% dos brasileiros têm uma relação abusiva com a internet**. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/interessa/30-dos-brasileiros-tem-uma-relacao-abusiva-com-a-internet-1.2019303>> Acesso em: 09 de dezembro de 2021.

PAREDES, Rodrigo Sánchez. **Estudo diz que games em excesso podem causar depressão (mas pela insônia)**. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/software/131074-uso-excessivo-games-smartphones-deixa-jovens-insones-depressivos.htm>>. Acesso em: 27 de dezembro de 2021.

PEREIRA, Itamar de Carvalho. **Metaverso: interação e comunicação em mundos virtuais**. 2009. 109 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, Thayse de Oliveira; SILVA, Lebiam Tamar Gomes. **Os impactos sociais, cognitivos e afetivos sobre a geração de adolescentes conectados às tecnologias digitais**. Rev. psicopedag., São Paulo, v. 34, n. 103, p. 87-97, 2017. Disponível em:

VIEIRA, Nathan. **O que leva uma pessoa a criar um perfil fake?**. Disponível em: <https://canaltech.com.br/redes-sociais/por-que-as-pessoas-fazem-perfis-fakes-161172/> acesso em 12 de fev.2022.



CAPÍTULO 10

A CATEGORIA TRABALHO PARA MARX: ALGUMAS APROXIMAÇÕES

Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad
Diovane da Rosa Dill
Janaína da Rosa Dill
Juliana de Ávila Pacheco
Rodson Oldani Casanova
Susana da Costa Mota

RESUMO


Esse artigo tem como propósito apresentar, de forma introdutória algumas reflexões, fundadas em pesquisa bibliográfica, sobre a categoria trabalho na perspectiva de K. Marx, além de sinalizar algumas apropriações contemporâneas pelas ciências sociais, com especial ênfase na obra de Ricardo Antunes autor que subsidiará os debates que estamos fazendo para a elaboração das respectivas dissertações que, ao tratar do trabalho, fazem uso freqüente do estudioso supracitado, cujas reflexões estão assentadas nos estudos de K. Marx e de G. Lukács, em um claro contraponto às reflexões propostas por J. Habermas, sobre a não centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea, posição esta que, segundo a bibliografia consultada, vem ganhando destaque na atualidade.

PALAVRAS CHAVES: Ontologia do Trabalho; trabalho e capitalismo; contemporaneidade.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como propósito apresentar, de forma introdutória algumas reflexões sobre a categoria trabalho na perspectiva de K. Marx, além de sinalizar algumas apropriações contemporâneas pelas ciências sociais, com especial ênfase na obra de Ricardo Antunes autor que subsidiará os debates que estamos em projeto de pesquisa sobre trabalho e contemporaneidade, faz uso freqüente do estudioso supracitado, cujas reflexões estão assentadas nos estudos de K. Marx e de G. Lukács, em um claro contraponto às reflexões propostas por J. Habermas, sobre a não centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea, posição esta que, segundo a bibliografia consultada, vem ganhando destaque na atualidade.

Cabe destacar que trataremos da categoria trabalho tanto na perspectiva ontológica que privilegia o que denominamos de *humanização do humano*, quanto, e com maior ênfase, em razão de nosso objeto de pesquisa de mestrado, o trabalho adstrito a um determinado modo de produção, qual seja o capitalismo, caracterizando aquilo que Marx denomina de *trabalho alienado*, cabendo destacar que esse arranjo do capital é capaz de utilizar, por mais paradoxal



que possa parecer, inclusive o trabalho escravo contemporâneo, uma vez que ao reduzir o trabalhador a uma condição análoga a escravo⁷¹, esse trabalhador deixa de ser proprietário de sua força de trabalho transformando-se em mercadoria.

Nesse artigo privilegiaremos duas possibilidades de compreender o trabalho: na sua acepção ampla, ou como aponta Antunes, como categoria *onto-teleológica primaria e trabalho alienado*, típico do modo de produção capitalista para, na sequência, apresentarmos alguns apontamentos sobre a negação da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea.

TRABALHO E TRABALHO ALIENADO PARA KARL MARX

A bibliografia consultada aponta, de maneira consensual, a diversidade de abordagens atribuídas a categoria trabalho nos textos de Karl Marx, enfatizando que na obra *O Capital*, o trabalho aparece com diferentes conotações, com especial destaque a trabalho em seu sentido geral, trabalho concreto, trabalho abstrato, trabalho produtivo, trabalho alienado, trabalho em diferentes modos de produção, entre outros.

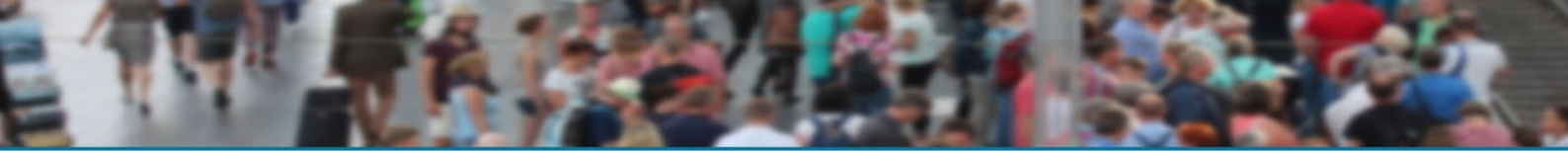
As discussões acerca do tema trabalho são centrais na obra de Marx, sendo esse autor identificado “[...] como o fundador da análise sobre a categoria trabalho como base ontológica para o homem em sociedade.” (ANTUNES, 1999, p.135)

A razão dessa ontologia está relacionada ao fato de Marx explicar a própria constituição do ser social, decorrente de sua habilidade, diferenciada em relação a outros seres vivos, para - ao intervir/modificar a natureza transformando o meio em que vive – promover também uma profunda modificação em si próprio, o que pode implicar em novas intervenções/modificações na natureza num processo contínuo.

Para Marx o trabalho, no seu sentido lato, pode ser compreendido como:

[...] um processo em que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza [...] põe em movimento as forças naturais de seu corpo[...] a fim de apropriar-se dos recursos da natureza imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 2002, p. 211)

⁷¹ O trabalho escravo contemporâneo (TE) é uma das mais injustas e persistentes problemáticas sociais do Brasil e está previsto no artigo 149, do Código Penal Brasileiro e implica em: “Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência. § 1º Nas mesmas penas incorre quem: I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho. § 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido: I – contra criança ou adolescente; II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.



Cabe destacar que somente o ser humano é capaz de realizar trabalho, sendo essa atividade inerentemente humana, pois nesse processo contínuo de transformação da natureza impacta a sociedade como um todo. Marx chega a afirmar: “Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana”(idem). As atividades realizadas pelos animais, não são consideradas trabalho, pois trata-se de uma ação decorrente de seu instinto.

Para Marx a principal distinção entre trabalho humano e ação animal é a questão da intencionalidade e a elaboração mental prévia realizada pelo humanos, que antes de intervirem na natureza idealizam mentalmente o produto de sua futura ação. É importante destacar ainda que, invariavelmente, a ação mentalmente planejada, quando concretizada já produziu mudanças no indivíduo que necessitou desenvolver habilidades específicas para atingir seu propósito, de tal sorte que ocorre não somente uma mudança material, mas também subjetiva no próprio indivíduo. Já o animal, ao realizar suas ações, age espontânea e irracionalmente, não havendo a presença da elaboração ou re-elaboração de conhecimento anterior.


É celebre a afirmação de Marx, no sentido de: “[...] o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador.” (ibidem, p.211-2)

Para Marx (2002) é o processo de trabalho, fundamento de sua teoria, que permite a transformação do natural em social e esse processo pode ser compreendido através de três pressupostos que na seqüência passamos a expor.

O trabalho identificado como uma atividade destinada a um fim dizendo respeito ao que é retirado da natureza; o objeto do trabalho é a matéria na qual o trabalho é aplicado, conhecido também como matéria prima, sendo oportuno destacar que para Marx: “Toda matéria prima é objeto de trabalho, mas nem todo o objeto de trabalho é matéria prima.” (idem) e, por fim, o instrumental de trabalho que se refere aos meios de trabalho produzidos pelo próprio homem. (ibidem,p. 213).

Souza, ao referir tal elemento destaca que:

O homem é o único ser capaz de realizar trabalho e a prova disso é que ele fabrica instrumentos de trabalho e ao utilizá-los adquire potencialidades que não os possuía, possibilitando assim, a construção de ferramentas mais elaboradas e sofisticadas. Diferentemente do que ocorre com os animais que praticam sempre os mesmos atos sem o auxílio de u instrumental para guiá-los, dando continuidade ao seu processo primitivo de ‘trabalho’ e vida. (2008, p. 14)



É preciso destacar ainda, como bem aponta Antunes(1999) que os meios de trabalho contemplam também as condições materiais para o efetivo processo de trabalho, com especial destaque aos instrumentos e aos locais nos quais os trabalhadores desenvolvem suas atividades.

A concretização do processo de trabalho ocorre quando conclui-se o produto ou objeto do trabalho, o que na perspectiva positiva de trabalho para Marx, identifica-se como *valor de uso* por corresponder a um bem capaz de satisfazer a necessidade humana através da transformação da denominada matéria prima.

Para Marx o trabalho deve, pensado em seu sentido lato e positivo, cumprir essa função, qual seja a satisfação das necessidades dos trabalhadores, sendo, portanto essencial à vida humana, estando presente neste contexto, os elementos anteriormente descritos, quais sejam: o planejamento e a ideação de um determinado bem e a sua objetivação em razão da transformação efetiva da natureza, com fundamento na intencionalidade de suprir uma determinada necessidade, de tal forma a estarmos diante do denominado *valor de uso* que “[...] pode ser considerado matéria prima, meio de trabalho ou produto, dependendo inteiramente da sua função no processo de trabalho” (MARX, 2002, p. 215).

Ainda no que diz respeito a temática do consumo, potencializado pelo *valor de uso*, Marx destaca que:


O trabalho, como sua chama, delas se apropria, como se fosse parte de seu organismo, e, de acordo com a finalidade que o move, lhes empresta vida para cumprirem suas funções, elas são consumidas, mas com o propósito que as torna elementos constitutivos de novos valores-de-uso, de novos produtos que podem servir ao consumo individual como meios de subsistência ou a novo processo de trabalho como meios de produção. (MARX, 2002, p. 217)

Ainda no sentido de destacar a centralidade da categoria trabalho na produção de Marx, que deve ser percebida como constituinte da humanidade, transcrevemos Antunes que, ao referir-se a Lukács, concebe o trabalho “como protoforma do ser social [...] onde o ato teleológico se manifesta pela primeira vez em sua plenitude.” (1999, p. 136 e 156), de tal sorte a tratar outras formas do social, como decorrentes ou como atos teleológicos secundários. Antunes chega a afirmar que:

O trabalho constitui-se como categoria intermediária que possibilita o salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social. Ele está *no centro do processo de humanização do homem*. Para compreender a sua essencialidade é preciso, pois, vê-lo tanto como momento de surgimento do pôr teleológico, quanto como protoforma da práxis social. (1999, p. 136)

Na sequência encontramos a seguinte assertiva:

O fato de buscar a produção e a reprodução da sua vida societal por meio do trabalho e luta por sua existência, o ser social cria e renova as próprias condições de sua



reprodução. O trabalho é, portanto, resultado de um pôr teleológico que (previamente) o ser social tem ideado em sua consciência, fenômeno esse que não está essencialmente presente no ser biológico dos animais. (Idem).

Antunes, parafraseando Marx, afirma que: "O trabalho não é entendido como uma das diversas formas fenomênicas da teleologia geral, mas como o único ponto onde a posição teleológica pode ser ontologicamente demonstrada como um momento efetivo da realidade material."(1999, p. 137)

Fica evidente pelos apontamentos apresentados até o momento, a concepção de trabalho como categoria primária e central para Marx, momento em que o homem se relaciona diretamente com a natureza, com o propósito de criar bens que satisfaçam as suas necessidades, caracterizando-se como valor de uso.

Passaremos agora a tecer considerações sobre o trabalho alienado, identificado por Karl Marx como próprio do modo de produção capitalista, quando estamos diante de uma valorização do capital pela crescente produção de mercadorias que transcendem a satisfação das necessidades de seus produtores – nesse caso os trabalhadores – como valor de uso, tornando-se valor de troca, quando os produtos do trabalho humano ganham a forma de mercadorias produzidas - não para serem consumidas diretamente por seus produtores - mas para serem comercializadas no mercado assumindo pois a condição de valor de troca.

A transformação de bens, materiais ou imateriais, em mercadorias, pressupõe uma modificação profunda no processo produtivo, cujos desdobramentos acabam por provocar o que Marx denomina de *alienação* ou *estranhamento*, que passaremos a descrever na sequência e que caracterizam a face negativa do trabalho num modo de produção específico.

Marx identifica no capitalismo um esforço crescente em produzir para além do que se gasta, sendo que a produção de mercadorias enquanto *valor de troca* ocorre em um contexto onde:

[...] produzir valor-de-uso que tenha um valor-de-troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria [...] de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isso é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de um valor-de-uso, quer produzir mercadoria, além de valor-de-uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais valia) (MARX, 2002, p. 220)

A leitura da citação anterior demanda a reflexão sobre a exploração presente nas relações de trabalho no modo de produção capitalista, nas quais aquele que detém o capital tem o controle e comando sobre o trabalho, valendo-se dos seus interesses em um processo caracterizado por relações de comando verticais, provocando a exploração e a *alienação*, num claro domínio do capital sobre o trabalhador.



A *alienação*, produto do trabalho no modo de produção capitalista, para Marx é resultado de alguns processos que passaremos a descrever:

O trabalhador não possui nenhum controle sobre o processo de produção que realiza, pois o mesmo não participa de todo o processo, cabendo-lhe, pela divisão do trabalho⁷², apenas algumas atribuições específicas via de regra mecânica e rotineira, havendo um estranhamento no interior da atividade.

Outro momento, daquilo que Marx denomina de alienação, diz respeito ao fato do trabalhador, com o seu salário, não ter condições de comprar a mercadoria que produziu, alienando-se em relação ao produto de seu trabalho que passa a ser visto como estranho.

Por fim, o processo de produção ocupa um tempo mais ampliado do que aquele que é remunerado mediante salário, o que Marx denominou de *mais valor* ou *mais valia*, que é o valor excedente, pois o produto final tem um valor maior do que o capital empregado, não sendo resultado da simples adição de valores.

Cabe ainda destacar que a *mais valia* ocorre quando da circulação, momento - no capitalismo – em que o valor da mercadoria é superior ao que foi pago pela força de trabalho e pela matéria prima.

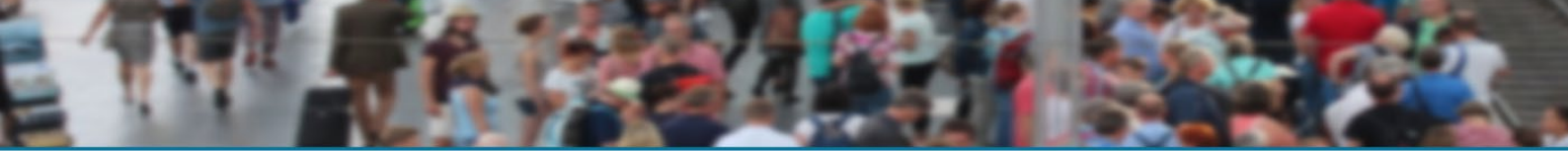
Tumolo, ao tratar dos Manuscritos de Marx, afirma que:

O trabalhador vende sua propriedade, a força de trabalho, para o capitalista que, ao comprá-la passa a ser seu proprietário durante o tempo em que a comprou. É justamente nesse tempo, ou melhor, nessa jornada de trabalho que o consumo do valor de uso da sua força de trabalho pelo capitalista produz valor e mais valia, que vai resultar num movimento incessante e insaciável de valorização do valor, do capital. (2005, p. 8)

Marx faz uma distinção entre a *produção de valor* e a *produção de mais valor*, afirmando que:

Comparando o processo de produzir valor com o de produzir mais-valia, veremos que o segundo só se difere do primeiro por se prolongar até certo ponto. O processo de produzir valor simplesmente dura até o ponto em que a força de trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente. Ultrapassando esse ponto, o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais-valia (valor excedente). (MARX, 2002, p. 228).

⁷² Aqui precisamos destacar que divisão do trabalho não é exclusiva do sistema capitalista de produção, mas nesse sistema, atinge um contexto profundamente excludente. Marx fez distinção entre *divisão social do trabalho* e *divisão do trabalho na manufatura*, apresentando esse último arranjo como negativo e potencializador da alienação do trabalhador.



A leitura da citação antes transcrita atenta para a necessária distinção entre a produção de mercadorias e a produção capitalista de mercadoria, sendo essa última produtora de alienação.

Cabe destacar ainda que para Marx o trabalho alienado está diretamente associado à propriedade privada, só ocorrendo em sociedades baseadas nela, daí resultando o fato de que só a superação da propriedade privada provocará o fim do trabalho alienado, com a conseqüente afirmação da essência humana.

A combinação de estranhamentos que leva a alienação tem como desfecho crucial o distanciamento entre os homens e em relação a si mesmo, visto que:

A alienação do trabalhador no objeto exprime-se assim nas leis da economia política: quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem de consumir; quanto mais valores cria, tanto mais sem valor e mais indigno se torna; quanto mais refinado o seu produto, tanto mais deformado o trabalhador; quanto mais civilizado o produto tanto mais bárbaro o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, tanto mais impotente se torna o trabalhador; quanto mais brilhante e pleno de inteligência o trabalho, tanto mais o trabalhador diminui em inteligência e se torna servo da natureza (MARX apud LUZ e BAVARESCO, 2010, p.145).


Em razão desses estranhamentos Marx aponta que o trabalho, na forma assumida no modo de produção capitalista, acaba por desumanizar o humano, pois deixa de ser um fator de redenção, na perspectiva onto-teleológica apontada no início desse artigo, para assumir feições de sofrimento, de fardo provocando a exaustão e não mais bem estar, de forma que o homem só se sente humano, quando está afastado do trabalho, o que no capitalismo se torna cada vez mais raro.

O trabalho deixa de ser lócus de realização passando a ser imposto e forçado, criando-se um paradoxo, qual seja: se trabalhando o indivíduo se desumaniza é no exercício de funções primárias partilhadas com os animais – comer, dormir, procriar, é que ele se sente livre, de forma que:

[...] o trabalho perde o caráter formador do ser humano, deixa de ser a ferramenta de mediação a partir da qual o ser humano desenvolve as potencialidades que lhe inerem. Não é uma expressão, nem o resultado das capacidades humanas, mas é algo estranho àquele que o executa. Por isso, desumaniza e oprime o trabalhador. (LUZ e BAVARESCO, 2010, p.144).

Importante reflexão sobre o trabalho alienado investigado por Marx, encontramos em Luz e Bavaresco, que afirmam:

O sistema capitalista, mundialmente dominante, no que diz respeito à produção de bens e riquezas, tem como meta o constante aumento e acumulação dessa produção, pouco se preocupando com o desenvolvimento de ser humano enquanto tal. Essa despreocupação se justifica, à medida que o ser humano interessa, tão-somente, como instrumento que possa colaborar para a consecução das finalidades desse sistema.



Portanto, o ser humano interessa ao sistema capitalista somente enquanto força de trabalho e não como um ser que sente, que sofre, que tem necessidades e desejos, e que quer desenvolver plenamente as suas potencialidades. (2010, p. 139)

Feitas essas considerações sobre a transformação do trabalho em trabalho alienado para Marx, passaremos agora a expor de maneira sumária, alguns posicionamentos presentes na contemporaneidade, que negam a centralidade da categoria trabalho para a constituição do humano, tomando como referência as reflexões do Ricardo Antunes, ratificando posicionamento de Lukács e problematizando as reflexões de Habermas que tem orientado, na sua maioria, os defensores da não centralidade do trabalho.

As discussões sobre a não centralidade do trabalho, bastante em voga na atualidade, fundamentam-se a rigor nas significativas transformações produtivas que marcam o capitalismo na sua fase atual, o que Ricardo Antunes denomina de *mutações* ou *metamorfozes no mundo do trabalho*, cujo desdobramento mais significativo seria a crescente substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto; o caráter informacional da nossa sociedade; o caráter imaterial que o trabalho vem assumindo nos nossos dias, entre outras características, o que também tem provocado uma crescente desmobilização dos trabalhadores, inaugurado para esses autores um novo paradigma.


O marco temporal inicial, frequentemente apontado pelos defensores dessa tese, pode ser identificado no pós Segunda Guerra Mundial, ou mais precisamente meados dos anos 60/70 do século passado quando, inegavelmente, estávamos diante de um novo padrão de acumulação do capital que impactou as relações de produção na sua totalidade, em especial pela redução da demanda de trabalhadores em razão do esgotamento do *taylorismo/fordismo* e sua produção em série, para o *Sistema Toyota* que eliminou estoques e precarizou relações de produção, ainda que tenha aumentado a produtividade, de tal sorte a levar o trabalho a perder a característica de estruturador das relações sociais.

Antunes aponta, a título de exemplo dessa posição, as reflexões de André Gorz⁷³ e Clauss Offe⁷⁴, o último inequivocadamente fundamentado em Habermas, para quem:

[...] a centralidade do trabalho foi substituída pela centralidade da esfera comunicacional ou da intersubjetividade. [...] o constructo habermasiano relativiza e minimiza o papel do trabalho na sociabilização do ser social, na medida em que na contemporaneidade esta é substituído pela esfera da intersubjetividade, que se converte no momento privilegiado do agir societal. (ANTUNES, 1999, p. 146-7).

⁷³ Para maiores esclarecimentos indicamos a leitura da obra do autor **Adeus ao Proletariado**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

⁷⁴ Para maiores esclarecimentos indicamos a leitura da obra **Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.



Antunes refere que André Gorz e Clauss Offe ao postularem o fim da utopia da sociedade do trabalho estão equivocados, e que a *sociedade do tempo livre* apregoada por Gorz seria ilusória, de tal sorte que o trabalho mesmo diante das mutações e metamorfoses ainda é uma categoria central sendo a ‘protoforma da práxis social’, criticando veementemente a afirmação que a ciência seria a principal força produtiva, pois a mesma necessita de trabalho, afirmando que:

O saber científico e o saber laborativo mesclam-se mais diretamente no mundo produtivo contemporâneo sem que o primeiro” faça cair por terra” o segundo. Varias experiências, das quais o projeto saturno da General Motors é exemplar, fracassaram quando procuraram automatizar o processo produtivo minimizando e desconsiderando o trabalho. As máquinas inteligentes não podem substituir os trabalhadores (ANTUNES, 1999, p. 123).

Antunes, contrapondo a tese da não centralidade do trabalho na sociedade contemporânea, afirma que os ‘tipos mais evoluídos de práxis social’ decorrem e tem por base a atividade laborativa, pois:

O aparecimento de formas mais complexificadas da vida humana, as posições teleológicas *secundárias*, que se constituem como momento de interação entre seres sociais, de que são exemplos a *práxis política*, a *religião*, a *ética*, a *filosofia*, a *arte* etc., que são dotadas de maior autonomia em relação às posições teleológicas *primárias*, encontra o seu fundamento *ontológico-genético* a partir da esfera do trabalho. (ANTUNES, 1999, p. 142, grifos do autor)

Ainda devemos destacar, como bem aponta Antunes, que o equivoco mais significativo daqueles de defendem a não centralidade do trabalho enquanto categoria ontológica da práxis social, decorre de tratarem trabalho no seu sentido lato como *trabalho alienado* típico de um determinado modo de produção, qual seja o capitalismo, no qual o trabalho ao invés de viabilizar a emancipação humana tem sido responsável pela ausência de liberdade dos trabalhadores, não sendo pois o trabalho, no seu sentido lato, que vem perdendo a sua condição de elemento aglutinador das relações sociais.

A breve exposição que fizemos acerca das discussões que sustentam a não centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea, justifica-se pela importância que o tema trabalho - da forma como foi formulado por Marx ainda no século XIX – tem para os estudos contemporâneos sobre o capitalismo, quer para ratificar as elaborações marxistas, como o faz Ricardo Antunes – fundamentado em Lukács, quer para negar a centralidade que Marx atribui a categoria trabalho, de tal sorte que a leitura de Marx é indispensável pois o debate sobre o papel ocupado pelo trabalho coloca-se como fundamentalmente atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como propósito apresentar as contribuições de Karl Marx para a compreensão da categoria trabalho, categoria essa central para a investigação que estamos desenvolvendo, cujo tema é o trabalho e contemporaneidade

O trabalho como ele se configura na contemporaneidade intensifica, no seu limite máximo, a desumanização do trabalhador que se vê premido a realizar trabalho sem nenhum tipo de proteção social, sem nenhum controle sobre o processo produtivo ou sobre as mercadorias produzidas, impactando profundamente a sua humanidade, decorrendo daí o tema ser tratado como violação de direitos humanos.

As contribuições teóricas marxistas no que diz respeito aos valores fundamentais do trabalho emancipador e ao trabalho como categoria fundante da sociedade, são indispensáveis para contrapor o *trabalho alienante* ou o discurso positivado das sociedade sem trabalho, rompendo com a lógica de dominação do capital sobre o trabalho, de forma que somente a superação do *trabalho alienado* permitirá a o efetivo enfrentamento ao um sistema que impede o desenvolvimento do ser humano.


Como bem destaca Antunes: "Se o trabalho se torna *autodeterminado, autônomo e livre*, e por isso *dotado de sentido*, será também (e decisivamente) por meio da *arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do uso autônomo do tempo livre e da liberdade* que o ser social poderá se humanizar e se emancipar em seu sentido mais profundo. (1999, p. 143, grifos do autor)

A compreensão efetiva do papel ocupado pelo trabalho na sociedade, reflexão essa iniciada, no modo de produção capitalista, por Marx, é – a nosso juízo - apropriada e indispensável përa pensar a sociedade atual, o que para os defensores ou não dessa centralidade, demanda a leitura criteriosa do tema tomando como ponto de partida os escritos de Karl Marx.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Centralidade do trabalho: A polêmica entre Lukács e Habermas. In: **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, Agosto 2003a. Cap. VIII, pp. 135-165.

_____. Qual crise da sociedade do trabalho? In: **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 9. ed., São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2003b. Cap. IV, pp. 81-104.



_____. Fim do trabalho? (ou as novas formas do trabalho material e imaterial). In: **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 9. ed., São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2003b. pp. 159- 164.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

LESSA, Sérgio. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. In: **Serviço Social & Sociedade**. nº 52, ano XVII, Dezembro 1996. pp. 7-23.

_____. A categoria trabalho. In: **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3. ed., rev. E ampl., Ijuí: Ed. Unijuí, 2007a. Cap. II, pp. 33-52. (Coleção filosofia; 19)

LUZ, Ricardo Santos da e BAVARESCO, Agemir. Trabalho alienado em Marx e novas configurações do trabalho in **Revista Princípios**. Natal, v.17, n.27, jan./jun. 2010, p. 137-165.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de

produção do capital. v. I. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Cap.I.

_____. Processo de trabalho e processo de produzir mais-valia. In: **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. v. I. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Cap.V, pp. 207-231.

OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

SOUZA, Carla Manuela Araujo de. **A Relevância da Categoria Trabalho como Base Ontológica Central para Lukács**. 115 f. Monografia(Serviço Social) Faculdade de Serviço Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

TUMOLO, Paulo Sérgio. O Trabalho na Forma Social do Capital e o Trabalho Como Princípio Educativo: Uma Articulação Possível? In **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 90, p. 239-265, Jan./Abr. 2005 disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> acesso em 1 de jun de 2021.



CAPÍTULO 11

LUCIDEZ, CONSCIÊNCIA E AUTORIDADE MARCAM O DISCURSO DE MULHERES CHEFES DE GOVERNO A FRENTE DO COMBATE A PANDEMIA, EM 2020, POR COVID-19

Leticia Arantes Jury

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo compreender o discurso das mulheres, que estiveram como chefes de Governo dos seus países com a missão desenvolver estratégias de combate a pandemia por Covid 19, o enfrentamento a doença, a diminuição do contágio, das mortes e promover investimentos na área de assistência a saúde, assim como a retomada econômica, por meio das relações comerciais, a geração de emprego e renda. Neste sentido, a busca pelo estabelecimento da ordem, ao enfrentamento da doença e dos problemas estruturais, à cooperação internacional e críticas a corrupção marcam a centralidade do discurso das chefes de governo, Maia Sandu, da Moldávia; Katerina Sakellaropoulou, da Grécia; Samia Suluhu Hassan, da Tanzânia; Tsai Ing-wen, de Taiwan, e Angela Merkel, da Alemanha, em 2021. Por meio da metodologia de análise do discurso, tendo como objeto de pesquisa, entrevistas concedidas a veículos de imprensa no referido ano investigado, e embasados nos estudos de van Dijk, observamos dentre outros aspectos, lucidez, consciência, autoridade, engajamento, centralidade e coerência.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso, Mulheres chefes de Governo, Pandemia por Covid-19.

INTRODUÇÃO

O artigo busca apresentar o resultado de uma investigação em veículos de comunicação, em 2021, que analisou o discurso de Maia Sandu, da Moldávia; Katerina Sakellaropoulou, da Grécia; Samia Suluhu Hassan, da Tanzânia; Tsai Ing-wen, de Taiwan, e Angela Merkel, da Alemanha. O que elas têm em comum? São as primeiras mulheres a se tornarem chefes de governo de seus países e serem protagonistas no combate a pandemia por Covid19.

Para o estudo foram escolhidas entrevistas, publicadas em veículos de imprensa, que tinham como pauta informar a realidade da pandemia em seus países, em contextos sociais, políticos, culturais e econômicos diversos, ou seja, enquanto a Moldávia, de Maia Sandu, é um dos países menos desenvolvido da Europa e apresenta o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e a Grécia de Sakellaropoulou passa por grave crise econômica, provocada pela alta dívida pública; a Alemanha, de Angela Merkel, tem a mais importante economia da Europa e a quarta do mundo.



A Tanzânia, de Hassan, é essencialmente agrícola, em que 80% da sua população trabalha no campo. O país é marcado pela baixa expectativa de vida, altas taxas de mortalidade infantil e analfabetismo, o que se contrapõe a realidade de Taiwan, de Tsai Ing-wen, um Estado independente, que se destaca na economia mundial por suas fábricas de produtos eletrônicos, ferro, aço, tecidos, automóveis; e qualidade de vida dos seus moradores.

Para Kovach e Rosentiel (2003), a finalidade do jornalismo não é definida pela tecnologia, pelos jornalistas ou pelas técnicas utilizadas no dia-a-dia, os princípios e a finalidade do jornalismo são definidos por alguma coisa mais elementar – a função exercida pelas notícias na vida das pessoas.

De fato, não importa quanto o jornalismo tenha mudado. Sua finalidade tem permanecido extraordinariamente constante, embora nem sempre bem servida, desde que a noção de imprensa surgiu há mais de trezentos anos. E apesar de todas as mudanças na velocidade, técnicas e a natureza da difusão das notícias, sempre existiram uma teoria e uma filosofia claras do jornalismo, que fluem da própria função das notícias. (KOVACH, ROSENTIEL, 2003, p. 30).

Os autores destacam que a imprensa funciona como uma guardiã, “pois tira as pessoas da letargia e oferece uma voz aos esquecidos” (KOVACH, ROSENTIEL, 2003, p. 31). O jornalismo é tão fundamental para essa finalidade que as sociedades que querem suprimir a liberdade devem primeiro suprimir a imprensa. As pessoas precisam de informação por causa de um instinto básico do ser humano, que Kovach e Rosentiel (2003), chamam de Instinto de Percepção. Elas precisam saber o que acontece do outro lado do país e do mundo, estar a par de fatos que vão além de sua própria experiência.

A análise foi embasada nos estudos de van Dijk (2015), que nos diz que o processo de informações políticas é frequentemente uma forma de processamento discursivo, também porque boa parte da ação e da participação política é realizada pelo discurso e pela comunicação.

Dessa forma um representante, ao fazer um discurso no parlamento, o que no presente estudo são mulheres chefes de governo durante o enfrentamento a pandemia, por meio de entrevistas publicadas na imprensa, expressa suas crenças políticas e pessoais de uma maneira única e em um contexto único.

Ao mesmo tempo, alerta van Dijk (2015), a pessoa fala como um membro do Parlamento ou Congresso, como membro de um partido político e como representante de um eleitorado e expressa normas e valores culturais compartilhados por todos os outros grupos da mesma cultura (2015, p.198).



O autor nos chama a atenção para analisarmos o papel do contexto político do discurso e como ele é definido cognitivamente e gerenciado pelos atores políticos na produção e compreensão da fala e escritas políticas.

No presente estudo em que analisamos os discursos das chefes de governo em enfrentamento a pandemia por Covid19, destacamos que no momento em que a pesquisa foi realizada, em março de 2021, a Moldávia registrada 226 mil casos e 4.785 mortes; a Grécia, 253 mil casos e 7.826 mortes; a Tanzânia, 509 mil casos e 21 mortes; Taiwan 1020 casos e 10 mortes; e a Alemanha com 2,78 milhões de casos e 75.915 mortes.


O segundo aspecto apresentado por van Dijk (2015) e que utilizamos como base para a nossa análise é que as estruturas discursivas políticas, tais como tópicos, pronomes, metáforas políticas, também requerem descrição e explicação em termos de representações mentais subjacente, que por sua vez, possam ser relacionadas a processos políticos. “Em outras palavras, a cognição política serve como a interface teórica indispensável entre as dimensões pessoal e coletiva da política e do discurso político” (VAN-DJIK, 2015, p. 199).

Outro autor que contribui para a nossa pesquisa, Charadeau (2006), define o discurso político como um fenômeno complexo (2006, p. 251), pois ele resulta de um conjunto de fatos, sendo eles políticos, sociais, jurídicos e morais, que pertencem a ordens diferentes, mas que ao mesmo tempo se cruzam constantemente.

Para o autor, o discurso político não tem sentido fora da ação, o que se relaciona ao exercício de um poder. “Discurso e ação são dois componentes da troca social que, ao mesmo tempo, têm autonomia própria e se encontram em uma relação de interdependência recíproca, mas não simétrica” (CHARADEAU, 2006, p. 253).

O princípio de alteridade, de influência e de regulação encontrado nos discursos que são analisados neste estudo, vão ao encontro ao que Charadeau (2006) diz ser os princípios fundadores do ato de linguagem, que as inscrevem, no caso as chefes de Governo– em um quadro de ação e enfrentamento a pandemia.

Tais discursos, que têm força de verdade, estão incorporados aos atributos de autoridade pessoal, que Maia Sandu, da Moldávia; Katerina Sakellaropoulou, da Grécia; Samia Suluhu Hassan, da Tanzânia; Tsai Ing-wen, de Taiwan, e Angela Merkel, da Alemanha exercem, somado a plataforma digital em suas entrevistas foram veiculados, os portais de imprensa, que podem ser acessados em diferentes países do mundo.



Nesta posição em que ocupa – de serem mulheres e estarem a frente da política do seu país – as palavras, as frases construídas, as metáforas, utilizadas pelas líderes estudadas, demonstram que há uma desordem mundial causada pelo Covid19, que as coisas não vão bem em todo o mundo, que o número de contágio é crescente, no período em que a pesquisa foi realizada, assim como a quantidade de mortes, mas elas enfrentam a situação por meio de discursos inteligentes, sensatos, estratégicos, planejados, para reinserir seus países em um novo contexto.

A postura das chefes de governo, que tiveram suas entrevistas analisados, nos remete a Charadeau, que define o discurso como gerador de impacto, o que no caso específico deste estudo, impacta o destino e a realidade de milhões de moradores das regiões afetadas pela pandemia por Covid19. É o papel decisivo do emissor do discurso, conforme apresenta o autor no trecho abaixo.

Decisão de intervir ou não em um conflito, decisão de orientar a política econômica em uma outra direção, decisão de editar leis, atos que são realizados por uma palavra decisional que significa ao mesmo tempo anormalidade, necessidade e performatividade. (CHARADEAU, 2006, p.260).


METODOLOGIA

A metodologia utilizada para este estudo é a Análise Crítica do Discurso. Conforme Brandão (2004), a linguagem enquanto discurso não constitui um universo de signos que servem apenas como instrumento de comunicação ou suporte de pensamento, ela é enquanto discurso interação e um modo de produção social; “ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso é o lugar privilegiado de manifestação da ideologia” (BRANDÃO, 2004, p. 11).

Brandão (2004) define o discurso como o elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade; e a linguagem como o lugar do conflito, do confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais. Seu estudo não pode estar desvinculado de suas condições de produção.

Fairclough (2001) apresenta a análise do discurso em uma perspectiva tridimensional, como texto, prática discursiva e prática social. Para o autor é um modo de ação, uma forma que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também uma forma de representação em uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social. (FAIRCLOUGH, 2001, p.91).

A contribuição deste autor para a nossa pesquisa, ao analisar o discurso das chefes de governo, é observar que as falas contribuem para a constituição de todas as dimensões da



estrutura social, que direta ou indiretamente, o moldam e os restringem. “O discurso é uma prática não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”. (FAIRCLOUGH, 2001, p.91).

O discurso para Fairclough (2001), constrói identidades sociais, e posições de sujeito para os sujeitos sociais; contribui para a construção das relações sociais entre as pessoas; para a construção de sistemas de conhecimento e crenças. Neste sentido, a prática discursiva contribui para reproduzir a sociedade, como identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crenças; mas também contribui para transformá-la.


Para o autor, a prática social tem várias orientações – econômica, política, cultural, ideológica -, e o discurso pode estar implicado em todas elas, sem que se possa reduzir qualquer uma dessas orientações do discurso. Sobre o discurso como prática política, para Fairclough (2001) ele cumpre o papel de estabelecer, manter e transformar as relações de poder e as entidades coletivas, entre as quais exigem relações de poder.

Por meio da metodologia da Análise Crítica do Discurso, as entrevistas analisadas em veículos de imprensa, das líderes Maia Sandu, da Moldávia; Katerina Sakellarpoulou, da Grécia; Samia Suluhu Hassan, da Tanzânia; Tsai Ing-wen, de Taiwan, e Angela Merkel, da Alemanha é possível depreender que a linguagem não se restringe ao seu aspecto gramatical, a produção do discurso é histórico e social, remetem ao lugar de fala, se configura como a manifestação da ideologia, não é abstrato, reflete valores e crenças de um país, de um povo, de um grupo social, diante de uma pandemia que afetou praticamente todos os países do mundo, e neste contexto, o discurso das autoridades locais fez toda a diferença no enfrentamento ou não da doença.

NA EUROPA, CONSCIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Na produção discursiva, van Dijk (2015) nos orienta a analisar os modelos mentais dos falantes, que se organizam em crenças subjetivas e também depende das restrições estruturais do contexto vigente, incluindo por exemplo, o cenário, o tipo de evento, o gênero, as metas, as ações correntes, assim como seus papéis e conhecimento.

Para proceder a análise vamos seguir alguns tópicos apresentados pelo autor como o conhecimento político, as opiniões e atitudes, as ideologias, o discurso e suas estruturas. Ao iniciar pela economista Maia Sandu, a primeira mulher presidente da Moldávia, é importante contextualizar que a mesma foi líder do "Partido Ação e Solidariedade" e primeira-ministra



(2018-2019), mas já havia sido ministra da Educação (2012-2015) e membro do Parlamento da Moldávia, de 2014 a 2015, e depois em 2019.

O discurso analisado foi retirado da matéria ‘Moldávia e mais nove países recebem apoio da UE em troca de reformas’, publicada no Portal Euronews, no dia 24 de março de 2021, em que a equipe de reportagem esteve em uma região rural do país, que vive da indústria de laticínios e devido às consequências da pandemia e à seca, os agricultores se encontravam em uma situação dramática, conforme a matéria.

A presidente Maia Sandu, em entrevista ao portal, avaliou a corrupção em seu país como o maior entrave para criar estratégias políticas e econômicas de retomada econômica, pois na sua avaliação isto impede a cooperação internacional e o apoio financeiro, em decorrência do falta de credibilidade.


“A economia precisa desesperadamente dessa ajuda. As empresas da Moldávia não receberam qualquer apoio no ano passado. E não há dinheiro no orçamento atual para apoiar a economia. O que significa que vamos perder empregos e rendimentos. Para muitas pessoas, significa um aumento da pobreza”. (EURONEWS, 2021, s/p).

Ao analisar o discurso da presidente, nos remetemos a van Dijk (2015), quando o autor diz que muito do discurso político é o que ele denomina de conhecimento de grupo, e isto é observado quando Maia Sandu expõe um desejo coletivo de que “a economia precisa desesperadamente dessa ajuda”, quando se refere ao auxílio que a União Europeia iria destinar aos nove países, mais pobres da Europa, não apenas com o envio de vacinas, mas ajuda financeira.

Durante a entrevista Maia Sandu analisa que muitos empregos serão perdidos, assim como rendimentos e a pobreza irá aumentar. A presidente fala sobre a importância de receber ajuda internacional para combater a pandemia, e por meio do seu discurso, destaca que este é o desejo da população, da qual ela se coloca como porta voz.

Neste sentido observa-se que sua opinião não se restringe a algo estritamente pessoal, mas a um anseio coletivo de um enfrentamento da crise econômica ocasionada pela pandemia. É um discurso político de uma visão econômica, de que medidas para a geração de emprego e renda precisam ser tomadas e isto será possível por meio da ajuda da União Europeia, ou seja, além de destacar o problema, Maia Sandu, apresenta a possível solução.

Outra fala da presidente, que foi escolhida para a análise, foi publicada também no Portal Euronews, na reportagem ‘Moldávia só tem vacinas da Covid 19 para 1% da população’, veiculada no dia 25 de março de 2021. Segundo o matéria, além das questões financeiras, a



vacinação sofria atrasos devido à burocracia, à desconfiança da população, que é alimentada pelas suspeitas de corrupção e pela instabilidade política. Diante deste contexto, a presidente se pronunciou,

“Há Estados em melhor posição do que nós, que têm instituições mais fortes e que, mesmo assim, enfrentam desafios. Pode imaginar as dificuldades de um Estado com instituições fracas como a Moldávia. Devo dizer que o nosso Estado está muito enfraquecido devido à corrupção. Por isso, a luta contra a corrupção e a reforma da justiça são temas fundamentais da minha agenda e uma prioridade para as pessoas. É óbvio que, com instituições fracas, é mais difícil organizar as coisas e estar à altura das expectativas das pessoas. Mas isso é mais uma razão pela qual é preciso fazer reformas. Temos de melhorar a governança e livrar-nos das pessoas corruptas que estão a tentar ganhar dinheiro, inclusive com a situação atual”. (EURONEWS, 2021, s/p).


Por este discurso, depreendemos as seguintes intenções de fala da presidente moldava:

- (a) Há Estados em melhor posição que nós, que enfrentam desafios, então não somos uma exceção;
- (b) A Moldávia possui instituições fracas, por isso enfrenta desafios também;
- (c) Quem enfraqueceu o país foi a corrupção;
- (d) Acabar com a corrupção e colocar as pessoas como prioridade são as metas;
- (e) Para isto as reformas são importantes;
- (f) É preciso impedir que a corrupção impeça a governança e a resolução de problemas, principalmente em tempos de pandemia.

Ao analisar o discurso político expresso da presidente e o papel que ele desempenha no processo político, observa-se a clara sintonia entre os desejos imediatos da população que a elegeu para a construção de um modelo de nação, que se preocupa com o combate a corrupção e busca a retomada econômica.

A segunda análise deste estudo é do discurso de Aikaterini Katerina Sakellariopoulou, que antes de ser eleita presidente da Grécia, já esteve a frente do Conselho de Estado, a alta corte administrativa do seu país, o que a faz detentora de um conhecimento das relações institucionais.

Durante a entrevista ao portal Xinhua Português, na matéria ‘Pandemia de COVID-19 destaca necessidade de cooperação internacional para gerenciar crise, segundo presidente grega’, veiculada no dia 7 de outubro de 2020, ela ressalta a importância da cooperação internacional ao se referir que a pandemia intensificou os contrastes econômicos, financeiros e sociais, e que neste sentido a ajuda internacional é uma saída para a crise.



Em seu discurso, é possível observar que a presidente tem como proposta a união desforços para o enfrentamento da pandemia, de forma engajadas, e não por meio de ações isoladas.

"A pandemia só deixou contrastes mais fortes. Em toda a Europa, há uma preocupação crescente com a saúde pública e a prosperidade. A pandemia deixou claro que é necessária coordenação internacional e supranacional para lidar com a crise. Nossa vulnerabilidade comum ao vírus destacou as infinitas possibilidades de cooperação entre estados e organizações internacionais" (XINHUA PORTUGUÊS, 2020, s/p).

O modelo mental de discurso, que nos é apresentado por Van-Dijk (2015), para esta análise, nos permite inferir por meio desta entrevista da presidente, a maneira como ela interpreta a situação econômica vivida pelo seu país dentro do contexto europeu:

- (a) Os contrastes sempre existiram e a pandemia os deixou mais fortes;
- (b) Existe uma preocupação de toda a Europa quanto a saúde pública e a prosperidade econômica;
- (c) A crise existe e é necessária a cooperação internacional para lidar com ela;
- (d) O vírus demonstrou que todos são vulneráveis e atingidos, desta forma é necessária a cooperação.

Ao contextualizar o discurso político que aponta para a cooperação internacional, é importante citar na análise que ele está de acordo com a ideologia de Sakellaropoulou, que graduada em direito constitucional e ambiental, fez seus estudos em Atenas e na Sorbonne, em Paris, e foi eleita com suas posições em defesa dos direitos dos refugiados, das minorias e das liberdades civis.

É por isto que palavras como contrastes, preocupação crescente, necessária coordenação, vulnerabilidade comum ao vírus, são para nós uma forma real de expressão de defesa de minorias, da consciência de desigualdades, e de que o vírus acentuou ainda mais tais problemas que já existiam, não apenas na Grécia, mas em todo o mundo.

Ainda no continente europeu, buscamos para este estudo o discurso de outra mulher a frente do seu país em tempos de enfrentamento da pandemia por Covid19, a análise de trechos de entrevistas da chanceler Angela Merkel, que teve seu pronunciamento, em combate a pandemia, citado como o discurso do ano em 2020, pelo portal DW. "Discurso feito em março pedindo aos alemães que levem covid-19 a sério demonstra de forma impressionante como a boa retórica pode levar à ação, diz júri do prêmio. Fala se destaca quando comparada a de outros líderes" (DW, 2020, s/p).



O discurso feito pela chanceler federal alemã, Angela Merkel, em 18 de março deste ano, conclamando os alemães a levarem a sério a pandemia de coronavírus, foi eleito o "Discurso do Ano" de 2020 por um painel de especialistas em retórica. Em comunicado, o júri da Universidade de Tübingen disse que, no discurso televisivo, "Merkel demonstra de maneira impressionante [...] como a razão, auxiliada pela retórica, pode levar à ação, e como a boa retórica pode fomentar o sentimento de coesão na comunidade". O texto afirma ainda que o discurso "histórico" foi de importância central para o gerenciamento bem-sucedido da primeira onda da pandemia. "Este discurso televisionado provavelmente influenciou diretamente a população alemã de uma forma que quase nenhum outro discurso dos últimos anos fez", avaliaram os especialistas. (DW, 2020, s/p).


Ao analisar o seu discurso é possível depreender que, por parte da chanceler, não houve negacionismo e sim a aceitação de que o problema existe e que o mesmo afeta diretamente a vida todos: "o Coronavírus está mudando a vida do nosso país de maneira dramática. Nossa ideia de normalidade, vida pública e interação social está sendo posta à prova como nunca antes" (CNN, 2020, s/p).

O compromisso de que medidas governamentais serão tomadas de forma precisa e a presença do Estado está fortalecida, podem ser analisadas em outro trecho da entrevista: "o Estado continuará funcionando, o fornecimento continuará garantido e queremos preservar o máximo de atividade econômica possível".

A chanceler apresenta uma postura de autoridade constituída ao afirmar que "Restrições como nunca antes se viu na República Federal", serão tomadas para impedir o contágio da doença. Mas não deixa de reiterar que tais ações não se configuram como atos antidemocráticos, "em uma democracia [essas restrições] nunca devem ser decididas com pressa e só temporariamente. Mas, no momento, são indispensáveis para salvar vidas". (CNN, 2020, s/p).

Merkel, tida como uma das mulheres mais poderosas do mundo, chanceler desde 2005, apresenta o discurso político de autoridade, como apresenta Van-Dijk, perpassado por quem fala, com quem, como, em que ocasião e com quais objetivos muito coerentes com a sua personalidade e cargo que ocupa.

Outra entrevista escolhida para esta análise, publicada também no portal DW, intitulada 'Merkel alerta sobre retrocessos para mulheres na pandemia', no dia 7 de março de 2021, também demonstra sua postura de líder centrada e coerente com a sua responsabilidade enquanto chefe de governo. Durante a entrevista, ela alertou ao mundo sobre a pandemia e os possíveis retrocessos aos direitos das mulheres. "Temos que garantir que a pandemia não nos leve a cair novamente em velhos padrões de gênero que pensávamos ter superado" (DW, 2021, s/p).



“A principal área de preocupação é o mundo do trabalho”, disse Merkel. Ela apontou que mais de 75% dos profissionais da saúde são mulheres, que, por sua vez, ocupam apenas 30% dos cargos de liderança no setor. “É inaceitável que as mulheres desempenhem um papel decisivo no apoio à nossa sociedade, mas, ao mesmo tempo, não participem igualmente de decisões importantes na política, na economia e na sociedade”, disse Merkel. (DW, 2021, s/p).

Por meio deste discurso, Merkel demonstra que faz parte de um grupo ideológico, que em meio pandemia por Covid19, precisa estabelecer a luta pelos direitos, ao utilizar, conforme Van-Dijk de que mecanismos retóricos que levam a ênfase de significados, como:

- (a) As mulheres são a maioria no enfrentamento a pandemia, no entanto ocupam poucos cargos de liderança;
- (b) A situação é inaceitável;
- (c) A mulher ocupa papel de liderança e não é valorizada;
- (d) Não há participação igualitária na política, na economia e na sociedade.

DISCURSO DE UNIDADE


Samia Suluhu Hassan, com mestrado em "desenvolvimento econômico comunitário" pela Universidade Livre da Tanzânia, em Dar-es-Salaam, e pela Universidade de Southern New Hampshire, nos Estados Unidos, se tornou presidente após a morte do negacionista, contrário ao uso de máscaras e vacinas, John Magufuli, por Covid.

Ela havia sido empossada, na época em que este estudo foi realizado, em uma das suas primeiras entrevistas, dentre elas a que foi escolhida para esta análise, publicada no dia 19 de março de 2021, pelo portal G1, ‘Tanzânia tem sua 1ª presidente mulher após morte de negacionista’.

Segundo a reportagem, Samia Suluhu Hassan assumiu o cargo de presidente da Tanzânia e se tornou a primeira mulher a ocupar o cargo após uma rápida cerimônia na capital Dar es Salaam. Muçulmana de 61 anos, Hassan era vice de John Magufuli, que dizia que a Tanzânia estava livre da Covid-19 devido a orações, tinha sido reeleito no ano passado e morreu cercado de mistério. (G1, 2021, s/p).

Em seu discurso de posse, ela destacou que era o momento de enterrar as diferenças e “sermos como uma nação”. Com o objetivo de preservar a memória do seu antecessor, destacou que: “não é um momento para apontar dedos, mas sim para dar as mãos e seguir em frente juntos” (G1, 2021, s/p).

Na matéria publicada pela agência de notícias AFP, ‘Samia Suluhu Hassan se torna a primeira mulher presidente da Tanzânia’, a presidente demonstrou sua intenção de união, em



contraste ao presidente anterior, que possuía características centralizadoras e de pouco diálogo. Está análise foi possível de ser compreendida, por meio da frase: “sejamos pacientes e nos unamos para avançar” (AFP, 2021, s/p).

Outra entrevista da presidente, escolhida para análise, foi retirado da matéria ‘Samia Suluhu Hassan: construtora de consensos e primeira Presidente mulher da Tanzânia’ veiculada pelo portal Público, no dia 19 de março de 2021. “Não falo num tom violento, como outros o fazem. Para falar com alguém de forma que me entendam, não é necessário gritar. Posso falar consigo num tom sereno, mas fazendo-me entender” (PÚBLICO, 2021, s/p).

A fala nos remete a Van-Dijk ao dizer que para entender as estruturas do discurso político, é preciso dizer mais sobre as representações políticas em gerais, ou seja, como são de fato representadas as atitudes e ideologias políticas, e qual é o papel dos valores e normas políticas em tais representações.

Isto é possível de se observar, na trajetória de vida de Zanzibar, que:

(a) Ingressou no Programa Mundial de Alimentos (PMA) da ONU, onde permaneceu por quase uma década;

(b) Depois de deixar o PMA, dirigiu por dois anos a associação de ONGs do arquipélago, Angoza;

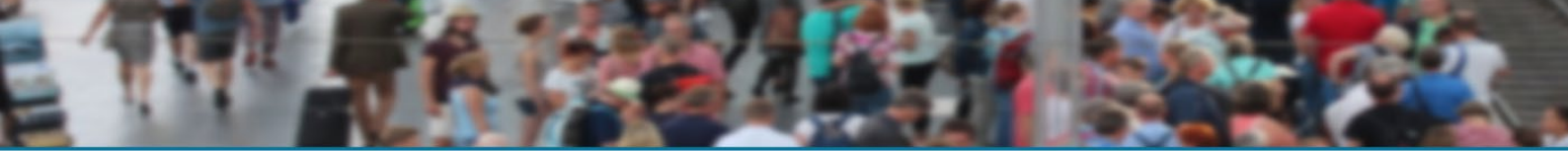
(c) A carreira política de Hassan começou em 2000, quando foi nomeada membro do Parlamento de Zanzibar pelo partido presidencial tanzaniano Chama Cha Mapinduzi (CCM), ainda hoje no poder.

(d) Mais tarde, foi eleita para a Assembleia Nacional da Tanzânia.

(e) Hassan foi ministra várias vezes: em Zanzibar (Mulheres e Juventude, depois Turismo e Comércio) entre 2000 e 2010, e em nível nacional a partir de 2014, à frente da pasta de Assuntos Sindicais, no governo de Jakaya Kikwete. (RFI, 2021, s/p).

O discurso condiz com a autoridade política da presidente, ao observar o uso por ela das palavras ‘não falo em um tom violento’, ao se referir a pacifismo; ‘não é necessário gritar’, o que remete ao diálogo respeitoso; e por fim, ‘posso falar em um tom sereno’, que indica como será o seu discurso a frente do seu país e principalmente em tempos de pandemia.

Tsai Ing-wen, última presidente que o discurso foi analisado, tem mestrado em Direito pela Universidade Cornell e PHD em Direito pela London School of Economics. Após o término de seus estudos retornou a Taiwan, onde lecionou Direito na Universidade de Soochow e na Universidade Nacional de Chengchi, ambas em Taipei.



Presidente reeleita de Taiwan, país que é exemplo de combate a Covid no mundo, com 1.020 casos e apenas dez mortes, no momento em que o estudo foi realizado, o seu discurso, definido para análise, publicado no portal UOL, e intitulado Líderes mundiais contra a Covid 19: Tsai Ing-Wen, é marcado pelo reconhecimento do empenho dos profissionais de saúde. “Nos últimos meses, vimos incontáveis atos de bravura e sacrifícios de agentes de saúde em todo o mundo. É nosso dever como cidadãos globais dar-lhes todo apoio. Precisamos intensificar a cooperação global”. (UOL, 2021, s/p).

O discurso de Tsai Ing-wen é alinhado com a memória e as representações do seu país, o que Van-Dijk chama de memória social. O conhecimento, crença e a opinião da presidente são materializados na sua fala quando ela ressalta os “atos de bravura e sacrifícios dos profissionais de saúde”. A opinião da presidente é partilhada por meio de atitudes, valores, normas e ideologias da sua nação.


Desta forma, ao analisar a entrevista escolhida, depreendemos que ela expressa uma opinião pessoal, mas também do grupo que representa enquanto chefe de governo:

- (a) É nosso dever como cidadãos globais dar todo apoio aos profissionais de saúde;
- (b) É preciso intensificar este apoio por meio da cooperação global;
- (c) Como podemos retribuir, enquanto cidadania global, a dedicação dos profissionais de saúde;

Em outra entrevista analisada para este estudo, publicada no portal da revista IstoÉ, ‘Presidente de Taiwan recebe secretário de Saúde dos EUA e irrita a China’, no dia 10 de agosto de 2020, Tsai Ing-wen opina que “as considerações políticas nunca deveriam estar acima dos direitos à saúde” (Istoé, 2020, s/p), o que demonstra mais uma vez que na sua avaliação o enfrentamento a doença passa pela união de esforços, independentemente das diferenças políticas.

É importante contextualizar o discurso da presidente com os problemas que ela enfrentou junto a Organização Mundial de Saúde, em que o país informou os casos atípicos em Wuhan, e foi ignorada. No entanto, medidas próprias foram tomadas de controle de fronteiras além de uso de tecnologia.

Segundo matéria publicada no dia 15 de abril de 2020, na Gazeta do Povo, ‘Taiwan acusa OMS de ter ignorado informações sobre coronavírus na China. Entenda as críticas’, a Organização Mundial de Saúde é criticada no cenário internacional por não aceitar Taiwan como membro, já que Pequim a considera parte do território chinês e que, portanto, não teria



direito a pertencer a organismos internacionais. Taiwan, localizada a cerca de 180 quilômetros da costa da China, se considera uma nação independente há 70 anos. (GAZETA DO POVO, 2020)

A presidente de Taiwan, Tsai Ing-wen, deu uma das respostas mais rápidas à pandemia no mundo. No dia 31 de dezembro, ela determinou que todos os passageiros retornando de Wuhan deveriam ser investigados. Somente alguns dias depois é que a OMS viria a declarar que o vírus era transmissível entre humanos. Em janeiro, dois meses antes de a OMS declarar a pandemia, Tsai apresentou 124 medidas para evitar que o vírus se espalhasse sem ter de recorrer ao isolamento total, que viria a ser adotado em vários países mais tarde. (GAZETA DO POVO, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS


O presente estudo em que analisamos o discurso das líderes Maia Sandu, da Moldávia; Katerina Sakellariopoulou, da Grécia; Samia Suluhu Hassan, da Tanzânia; Tsai Ing-wen, de Taiwan, e Angela Merkel, da Alemanha, que são mulheres de diferentes continentes e realidades sociais, econômicas, políticas e culturais, diante do mesmo desafio, o combate a pandemia por Covid19, nos mostra que a credibilidade das mesmas alçadas aos cargos que ocupam e as imagens que construíram em suas trajetórias precursoras na política, se mantiveram ao longo do período analisado de enfrentamento à doença.

Os principais resultados desta investigação, em que o discurso das líderes não foi dissociado do contexto, nos mostrou por exemplo uma Moldávia, com cerca de 3,5 milhões de habitantes, com taxas de mortalidade mais elevadas da Europa, enfrentando dificuldade em se conseguir vacinas da União Europeia, buscando a vacina russa, em meio a um sistema de saúde enfraquecido e uma grave crise econômica.

O contexto grego, durante a pesquisa, foi de um país que viu 76% da sua receita despencar em 2020, enquanto na Tanzânia, a recém empossada presidente, enfrenta o maior número de mutações do Coronavírus identificado até agora, segundo cientistas, que pedem um maior monitoramento do país.

Taiwan segue sendo referência no mundo, como um das taxas de Covid per capita mais baixas do mundo, com um registro de 11 mortes desde o início da pandemia. Já na Alemanha, a preocupação de Angela Merkel é com a chegada de mais uma onda.

Por isso, a chefe de governo continua com a postura de assumir o controle da resposta à pandemia e adotar restrições mais rígidas, que até então eram implementadas pelos Estados para garantir que houvesse uma estratégia nacional de enfrentamento do vírus.



A investigação realizada por este estudo corrobora a reportagem veiculada no dia 22 de abril de 2020, pela BBC News, ‘Coronavírus: por que países liderados por mulheres se destacam no combate à pandemia?’. A matéria diz que da Nova Zelândia à Alemanha, Taiwan ou Noruega, alguns países liderados por mulheres estão vendo relativamente menos mortes pela covid-19. (BBC News, 2020, s/p).

E estas lideranças estão sendo elogiadas na mídia e nas redes sociais por suas atitudes, bem como pelas medidas que introduziram em face da atual crise global de saúde. Um artigo recente da colunista Avivah Wittenberg-Cox na revista Forbes as considerou "exemplos de verdadeira liderança". "As mulheres estão se colocando à frente para mostrar ao mundo como gerenciar um caminho confuso para a nossa família humana", escreveu. (...) Embora também haja outros fatores sociais e econômicos que favoreçam estes países no enfrentamento à pandemia, analistas acreditam que as trajetórias sociais das mulheres — e não qualquer condicionamento biológico — tornem sua conduta como líderes também diferentes. (BBC News, 2020, s/p).

As entrevistas escolhidas para análise vão ao encontro do que Charaudeau (2006) nos diz sobre ethos de lucidez, que é a consciência do que está sendo dito; de engajamento, que expressa a vontade de agir; de autoridade, que está atrelado a responsabilidade da investidura do cargo; da virtude, de demonstrar as qualidades que lhes são exigidas. (Charadeau, 2006, p.266).

O discurso político proferido pelas mulheres estudadas nesta pesquisa e que foram direcionadas aos receptores, que são os cidadãos que ultrapassam as fronteiras dos seus países; oscila entre “a ordem da razão e a ordem da paixão”, misturando “logos, ethos e pathos”, como nos diz Charaudeau (2006, p.268). Persuadem pela lógica dos argumentos apresentados; pelos seus caracteres, que são dignos de fé; e pela emoção e sentimentos que deixam transparecer em suas falas. A mulher, transpondo para a política, suas principais características femininas.

REFERÊNCIAS

AND. **Angela Merkel alerta sobre retrocessos para mulheres na pandemia**. DW. Germany, 2021. Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/merkel-alerta-sobre-retrocessos-para-mulheres-na-pandemia/a-56798453>. Acesso em 25 de março de 2021.

AFP. **Samia Suluhu Hassan se torna a primeira mulher presidente da Tanzânia**. AFP, 2021. Disponível em <https://br.financas.yahoo.com/noticias/samia-suluhu-hassan-se-torna-125923352.html>. Acesso em 28 de março de 2021.

BRANDÃO, N. H. H. Introdução. In: **Introdução à Análise do Discurso**. 2.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004. pp. 7-12.

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso político**. In: Análise do discurso: gênero, comunicação e sociedade/ Wander Emediato, Ida Lúcia Machado, William Menezes (org). Belo Horizonte:

Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

CNN BRASIL. **PANDEMIA SÓ TERMINARÁ QUANDO O MUNDO SE VACINAR, DIZ MERKEL.** CNN, 2021. DISPONÍVEL EM [HTTPS://WWW.CNNBRASIL.COM.BR/INTERNACIONAL/2021/02/20/PANDEMIA-SO-TERMINARA-QUANDO-O-MUNDO-SE-VACINAR-DIZ-MERKEL](https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2021/02/20/pandemia-so-terminara-quando-o-mundo-se-vacinar-diz-merkel). ACESSO EM 27 DE MARÇO DE 2021.

DIJK, Teun A. van – **Discurso político e cognição política.** In: Discurso e poder. São Paulo: Contexto, 2015. pp. 197-232.

DW. **Pronunciamento de Merkel sobre pandemia é eleito discurso do ano.** DW, 2020. Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/pronunciamento-de-merkel-sobre-pandemia-%C3%A9-eleito-discurso-do-ano/a-55993002>. Acesso em 27 de março de 2021.

DW. **Merkel alerta sobre retrocessos para mulheres na pandemia.** Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/merkel-alerta-sobre-retrocessos-para-mulheres-na-pandemia/a-56798453>. Acesso em 27 de março de 2021.

EURONEWS. **Moldávia e mais nove países recebem apoio da UE em troca de reformas.** Euronews, 2020. Disponível em <https://pt.euronews.com/2021/03/24/moldavia-e-mais-nove-paises-recebem-apoio-da-ue-em-troca-de-reformas>. Acesso em 25 de março de 2021.

EURONEWS. **Moldávia só tem vacinas da Covid 19 para 1% da população.** Euronews, 2020. Disponível em <https://pt.euronews.com/2021/03/19/moldavia-so-tem-vacinas-da-covid-19-para-1-da-populacao>. Acesso em 27 de março de 2021.

FAIRCLOUGH, Norman. Teoria Social do Discurso. In: **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. pp. 89-132.


GAZETA DO POVO. **Taiwan acusa OMS de ter ignorado informações sobre coronavírus na China. Entenda as críticas.** Gazeta do Povo, 2020. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/taiwan-entenda-acusacoes-organizacao-mundial-da-saude-oms-coronavirus/>. Acesso em 31 de março de 2021.

G1. **Tanzânia tem sua 1ª presidente mulher após morte de negacionista.** G1, 2021. Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/03/19/tanzania-tem-sua-1a-presidente-mulher-apos-morte-de-negacionista.ghtml>. Acesso 26 de março de 2021.

ISTOÉ DINHEIRO. **PRESIDENTE DE TAIWAN RECEBE SECRETÁRIO DE SAÚDE DOS EUA E IRRITA A CHINA.** ISTOÉ DINHEIRO, 2020. DISPONÍVEL EM [HTTPS://WWW.ISTOEDINHEIRO.COM.BR/PRESIDENTE-DE-TAIWAN-RECEBE-SECRETARIO-DE-SAUDE-DOS-EUA-E-IRRITA-A-CHINA/](https://www.istoedinheiro.com.br/presidente-de-taiwan-recebe-secretario-de-saude-dos-eua-e-irrita-a-china/). ACESSO EM 26 DE MARÇO DE 2021.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. Para que serve o Jornalismo. **Os elementos do jornalismo.** São Paulo: Geração Editorial, 2003. pp. 27-57.

PUBLICO. **Samia Suluhu Hassan: “construtora de consensos” e primeira Presidente mulher da Tanzânia.** Público, 2021. Disponível em



<https://www.publico.pt/2021/03/19/mundo/noticia/samia-suluhu-hassan-construtora-consensos-primeira-presidente-mulher-tanzania-1955154>. Acesso em 27 de março de 2021.

RFI. Primeira presidenta da Tanzânia assume sob pressão de clã do líder morto por suspeita de Covid-19. RFI, 2021. Disponível em <https://www.rfi.fr/br/%C3%A1frica/20210318-primeira-presidenta-da-tanz%C3%A2nia-assume-sob-press%C3%A3o-de-cl%C3%A3-do-l%C3%ADder-morto-por-suspeita-de-covid-19>. Acesso em 28 de março de 2021.

UOL. Líderes mundiais contra a Covid 19: Tsai Ing-Wen. UOL, 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/eco/amp-stories/lideres-contra-covid-19-tsai-ing-wen/index.htm>. Acesso em 26 de março de 2021.

XINHUA PORTUGUÊS. Pandemia de COVID-19 destaca necessidade de cooperação internacional para gerenciar crise, segundo presidente grega. Xinhua Português, 2020. Disponível em http://portuguese.xinhuanet.com/2020-07/10/c_139202453.htm. Acesso 26 de março de 2021.

CAPÍTULO 12

A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DE ANÁLISE POR ATOR/ÓRGÃO DE SUAS NORMATIVAS^{75,76}

Mailson Santos Pereira
Nilson Weisheimer

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar parte do resultado da pesquisa de Mestrado em Ciências Sociais desenvolvida no âmbito do PPGCS/UFRB, que buscou analisar criticamente as normativas de implementação de uma política pública para a primeira infância no Brasil, implementadas pelo Governo Federal, no período da gestão Temer: o Programa Criança Feliz, visando identificar o modelo de implementação deste Programa adotado pela gestão federal. A fundamentação teórica se encontra alicerçada nos estudos de políticas públicas, a partir de uma perspectiva descritiva, considerando as legislações que dão fundamento ao Programa (decretos, resoluções, instrução normativa e portarias) como instrumentos de políticas públicas utilizados para tentar garantir a sua implementação. Metodologicamente partiu-se da análise documental, de cunho qualitativo, utilizando-se de fontes primárias que foram coletadas em sítio eletrônico do Ministério do Desenvolvimento Social, nos anos de 2016 a 2018, tendo sido identificadas vinte e sete normativas emitidas tanto pela Presidência, pelo MDS, pela SNAS, pela SHPDH, pelo CNAS e pela CIT. Essas legislações foram tratadas e analisadas segundo o método da análise de conteúdo, sendo construídas duas perspectivas analíticas: uma abordagem cronológica/temporal e outra abordagem por ator/órgão. Apresenta-se aqui, de forma analítica-descritiva, a abordagem por ator/órgão dessas publicações federais apontando os posicionamentos e tensionamentos ocorridos nas relações institucionais destes órgãos. Esta perspectiva analítica auxiliou na verificação da hipótese da produção dissertativa realizada, a saber, a adoção do modelo de implementação por parte do Governo Federal foi do tipo *top-down*, tendo como expressão visível deste modelo, a migração da responsabilidade pelo Programa, da SNAS para a SHPDH. Esta ação se deu sustentada pela publicação de normativas para legislar sobre o PCF, como instrumentos de políticas públicas, que fundamentaram e garantiram a implementação *top-down* por parte do Governo Federal.


PALAVRAS-CHAVES: Políticas para a primeira infância; Implementação *top-down*; Instrumentos de políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para a primeira infância, por meio do desenvolvimento de programas de apoio às famílias baseados em evidências

⁷⁵ O conteúdo deste artigo faz parte do quarto capítulo da dissertação “Modelo de implementação federal do Programa Criança Feliz: uma análise crítica dos seus instrumentos normativos”, desenvolvida com bolsa da FAPESB e defendida pelo autor no PPGCS/UFRB, sob a orientação do coautor, em 2019.

⁷⁶ Este trabalho foi inicialmente apresentado no GT – Democracia, Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais, do I Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, estando também disponível nos anais do evento.




científicas, com foco no exercício da parentalidade e apoio ao desenvolvimento infantil, tem sido um fenômeno recente que é possível observar em vários países. No âmbito da América Latina é possível identificar a implementação de programas de parentalidade como Programa Educa a Tu Hijo, em Cuba, em 1983; Chile Crece Contigo, no Chile, em 2007; Uruguay Crece Contigo, no Uruguai, em 2012; Cuna Más, no Peru, em 2012; e, Programa Criança Feliz, no Brasil, em 2016.

Os programas voltados para a primeira infância com foco na parentalidade e baseados em evidências científicas afirmam que as experiências vivenciadas pelo bebê, durante a gravidez, e pela criança, nos primeiros anos de vida são determinantes para um desenvolvimento saudável e duradouro. Esses programas partem ainda da compreensão de que o investimento na primeira infância pode impactar na diminuição da pobreza e são vistos como iniciativas economicamente rentáveis, no sentido do capital humano que geram.

Por outro lado, pesquisas brasileiras apontam que programas como esses configuram-se como ações que buscam o controle dos corpos desses sujeitos e de suas famílias, objetivando e normalizando essas questões no campo dos direitos. Silva (2016), por exemplo, denuncia “[...] a constante tentativa de primazia dos discursos científicos pragmatizantes, para constituir parâmetros que subsidiem o gerenciamento dos que vivem” (SILVA, 2016, p. 81).

Sendo assim, este trabalho aborda a temática das políticas públicas para a primeira infância no Brasil, implementadas pelo Governo Federal, no período da gestão Temer, por meio do desenvolvimento de programas de apoio às famílias baseados em evidências científicas, com foco no exercício da parentalidade e apoio ao desenvolvimento infantil, a saber: o Programa Criança Feliz – PCF. A plataforma desenvolvida pelo Governo Federal brasileiro se encontra fundamentada no Marco Legal da Primeira Infância, estabelecido em março de 2016 e que prevê princípios e diretrizes para o desenvolvimento “[...] de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano [...]” (BRASIL, 2016a). Foi com base nessa legislação que, no âmbito nacional, o Governo Federal lançou em outubro de 2016 o Programa Criança Feliz, através do Decreto n. 8.869/2016.

No intuito de analisar esta política pública para a primeira infância no Brasil, a pesquisa buscou-se fundamentação nos estudos de políticas públicas de cunho descritivo, utilizando o modelo institucional de políticas públicas para compreender o Programa Criança Feliz com seus arranjos institucionais; e o modelo processual do ciclo das políticas públicas, em



específico, os estudos e teorias sobre o processo de implementação e dos instrumentos de políticas públicas. O Programa Criança Feliz como uma das iniciativas estatais para o público-alvo que se encontra na faixa etária do zero aos seis anos de idade, - estabelecida no Brasil, através da Lei n. 13.257/2016 como a primeira infância, - é um fenômeno, a partir do qual é possível analisar o Estado em ação.

A análise das práticas político-administrativas da implementação do PCF pela gestão federal é o que interessa aqui, necessariamente, das peças normativas que dão base às ações orientadoras do PCF nos estados e municípios. Com base na perspectiva do ciclo da política pública, o objetivo deste texto foi analisar o modelo de implementação do Programa Criança Feliz pelo Governo Federal do Brasil a partir da abordagem por ator/órgão.

Como procedimento metodológico partiu-se da análise documental, de cunho qualitativo, utilizando-se de fontes primárias, a saber, documentos publicados pelo Governo Federal no intuito de operacionalizar a implementação e execução do Programa Criança Feliz nos estados e municípios. Identificou-se essas normativas publicadas no período de 2016 a 2018, realizando a busca e coleta dessas legislações em sítios eletrônicos do Ministério do Desenvolvimento Social do Governo Federal. Foram identificadas vinte e sete normativas, entre decretos, resoluções, instrução normativa e portarias, emitidas tanto pela Presidência, pelo MDS, pela SNAS, pela SNPDPH, pelo CNAS e pela CIT. Essas legislações foram tratadas e analisadas segundo o método da análise de conteúdo, sendo construídas duas perspectivas analíticas: uma abordagem cronológica/temporal e outra abordagem por ator/órgão. Apresenta-se neste trabalho as sistematizações realizadas em torno da abordagem por ator/órgão, conforme é possível verificar abaixo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a realização das análises da abordagem por ator/órgão o *corpus* da pesquisa foi organizado em um quadro (Quadro 1), no qual foram alocados cada documento encontrado, com a designação do órgão responsável pela sua publicação, a saber: a Presidência, o MDS, a SNAS, a SNPDPH, o CNAS, a CIT. O Quadro 1 apresenta a organização dos instrumentos normativos de políticas públicas do Programa Criança Feliz e sua operacionalização no SUAS: o Programa Primeira Infância no SUAS a partir da incidência de cada ator/órgão, sendo possível identificar dois decretos emitidos pela Presidência; onze portarias pelo MDS; duas peças normativas pela SNAS; três portarias pela SNPDPH; quatro resoluções pelo CNAS, e; cinco resoluções pela CIT. Essa organização permitiu identificar o posicionamento de cada instância,

visibilizando as tensões e disputas (direcionamento) da pauta. A seguir apresenta-se os posicionamentos de cada órgão específico.

Quadro 1: Normativas sobre o PCF por ator/órgão.


Órgão	Documento
Presidência	Decreto n. 8.869/2016 Decreto de 7 de março de 2017
MDS	Portaria MDS n. 295/2016 Portaria MDS n. 323/2016 Portaria MDS n. 359/2016 Portaria MDS n. 422/2017 Portaria MDS n. 488/2017 Portaria MDS n. 498/2017 Portaria MDS n. 956/2018 Portaria MDS n. 958/2018 Portaria MDS 1.375/2018 Portaria Interministerial n. 01/2018 Portaria MDS n. 2.496/2018
SNAS	Instrução Operacional MDS/SNAS n. 01/2017 Portaria MDS/SNAS n. 141/2017
SNPDH	Portaria MDS/SNPDH n. 03/2017 Portaria MDS/SNPDH n. 05/2018 Portaria MDS/SNPDH n. 17/2018
CNAS	Resolução CNAS n. 19/2016 Resolução CNAS n. 20/2016 Resolução CNAS n. 07/2017 Resolução CNAS n. 08/2018
CIT	Resolução CIT n. 04/2016 Resolução CIT n. 05/2016 Resolução CIT n. 05/2017 Resolução CIT n. 02/2018 Resolução CIT n. 06/2018

Fonte: Elaboração própria.

A presidência

A Presidência da República enquanto instância máxima do executivo, responsável pela regulamentação das políticas públicas no Brasil, pode sancionar leis que estabeleçam determinadas políticas públicas, bem como pode publicar decretos específicos estabelecendo determinadas ações, projetos e programas em torno de uma pauta específica.

Em maio de 2016, a Presidência da República (Dilma Rousseff) sancionou a Lei n. 13.257/2016, conhecida como o Marco Legal da Primeira Infância. Ocorre que, com a mudança governamental, no plano federal após o golpe/impeachment, foi constituída uma situação de oportunidade para determinados atores politicamente relevantes na pauta da primeira infância no Brasil, em específico, o ex-deputado federal Osmar Terra, que veio a assumir o Ministério do Desenvolvimento Social, na gestão Temer. A partir desse lugar de destaque, o então Ministro do Desenvolvimento Social estruturou o processo de migração de escala do Programa Estadual Primeira Infância Melhor, do Rio Grande do Sul, para o plano federal, no desenho do Programa




Criança Feliz e articulou, junto ao gabinete do Presidente da República, a publicação do Decreto n. 8.869/2016, que instituiu o Programa Criança Feliz, com caráter intersetorial e cuja finalidade explicitada diz respeito a “[...] promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida, em consonância com a Lei n. 13.257, de 8 de março de 2016” (BRASIL, 2016b).

Referente à criação desse Programa, no cenário pós-golpe/impeachment da presidenta Dilma Rousseff, Sposati (2017, p. 533) denuncia que “[...] não há inovação no PCF que possa justificar sua presença na gestão governamental, completando resultados que os sistemas públicos de atenção social já operam quanto ao estímulo aos cuidados familiares das crianças”. No cenário de uma gestão que retoma os princípios e a ótica neoliberal de forma exacerbada como horizonte de uma nova/velha política de gerir o país e as ações do governo, o PCF cumpre a tarefa de ser um Programa exemplar desse perfil de gestão neoliberal. Nesse sentido, o rompimento da lógica de garantia integral dos direitos das crianças e dos adolescentes, através do desenvolvimento de ações de focalização cada vez maior, direcionada aos que são considerados miseráveis, buscando o governo dos corpos e das vidas desses sujeitos, assim como por meio do resgate da perspectiva do primeiro-damismo, baseada na benemerência e não na efetiva garantia de direitos, se configura como uma ação de policiamento e tutelamento das famílias empobrecidas.

A outra publicação da Presidência trata-se do Decreto sem numeração, de 07 de março de 2017, que instituiu, no âmbito do MDS, o Comitê Intersetorial de Políticas para a Primeira Infância, com a tarefa de assegurar a articulação de ações destinadas à proteção e a promoção dos direitos da criança em primeira infância. A coordenação desse Comitê Intersetorial ficou a cargo do próprio MDS. Este Comitê tinha sua previsão estabelecida no artigo sétimo do Marco Legal da Primeira Infância – Lei 13.257/2016, mas não necessariamente vinculada a uma pasta específica. Tendo em vista o acúmulo do desenvolvimento da pauta da criança e do adolescente nas estruturas de governo e a consolidação dessas temáticas em coordenação, diretorias, superintendências específicas dos direitos da criança e do adolescente, causa estranhamento de que a pauta da primeira infância não esteja vinculada a esses espaços, considerando que a partir dessas estruturas institucionais governamentais seria possível ganhar incidência nas políticas setoriais, desenvolvendo a articulação intersetorial das ações necessárias.

A normatização dessas questões acima (instituição do PCF e instituição do Comitê Intersetorial da Primeira Infância) por parte da Presidência indica a centralidade da responsabilidade dessa instância na regulamentação de pautas, ações, projetos, programas e




políticas no âmbito do executivo, principalmente, por estabelecer também qual instância da estrutura administrativa do Governo Federal teria legitimidade para tratar da pauta em questão podendo dialogar e definir, com protagonismo, frente às outras estruturas administrativas, as decisões e rumos em torno das ações do Estado para a primeira infância.

O MDS

O Ministério do Desenvolvimento Social faz parte da estrutura administrativa do Governo Federal, tendo sido criado em 2004 com a tarefa de coordenar as ações das políticas nacionais de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de assistência social e de renda de cidadania. Enquanto instância responsável pela coordenação de políticas sociais importantes para o desenvolvimento social no Brasil seus atos e orientações são normatizados através da publicação de portarias que regulamentam as questões relacionadas às políticas específicas de sua competência. Apesar disso, no que tange à normatização das questões referentes à política de assistência social tais competências de legislar são de responsabilidade das seguintes subestruturas administrativas que compõem o MDS: a SNAS, enquanto instância do executivo; a CIT e o CNAS, enquanto instâncias de pactuação e deliberação do SUAS.

Com o advento da nova gestão do Governo Federal, após o golpe/impeachment no ano de 2016, esse Ministério foi aos poucos ganhando outras subestruturas que têm tensionado com a SNAS a gestão da política de assistência social, numa perspectiva de duplo comando, em específico, a partir da pauta da primeira infância, através da Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano – SNPDPH. A publicação de normativas por parte do MDS foi dando lastro para que a SNPDPH viesse a ganhar centralidade na coordenação das ações da pauta da primeira infância no escopo do MDS. No período de 2016 a 2018 o Ministério, através de seu gabinete, publicou onze portarias quanto ao Programa Criança Feliz, sendo dez específicas apenas do MDS e uma com caráter interministerial.

Entre as portarias publicadas pelo MDS nesse período, parte delas se debruça sobre o processo de financiamento federal das ações do Programa Criança Feliz, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, implementadas por meio do Programa Primeira Infância no SUAS, e suas consequentes alterações, a saber: a Portaria MDS n. 295/2016; a Portaria MDS n. 359/2016; a Portaria MDS n. 442/2017; a Portaria MDS n. 498/2017; a Portaria MDS n. 1.375/2018 e; a Portaria MDS n. 2.496/2018. Estas portarias regulamentam as formas e as regras do repasse dos recursos; estabelecem a metodologia de cálculo e financiamento das ações do Programa Criança Feliz, com elementos de meta física e de composição das equipes; fazem




alterações no valor por público-alvo acompanhado; assim como estabelecem e alteram as etapas do programa.

Dentre essas normativas destaca-se a Portaria MDS n. 442/2017, - que dará lastro posteriormente para a publicação da Portaria MDS n. 956/2018, - por ser uma portaria que figura como um “divisor de águas”. Nessa normativa a referência ao Programa Primeira Infância no SUAS aparece apenas uma vez, quando se refere ao registro das visitas no Prontuário Eletrônico do SUAS. Já a expressão Programa Criança Feliz, ou seu correlato, PCF, é referenciado 25 (vinte e cinco vezes), em uma demarcada normatização do que já vinha sendo operacionalizado no âmbito das práticas discursivas, no sentido do Programa Primeira Infância no SUAS ser apenas uma roupagem para a operacionalização do PCF. Através desta Portaria que a SNPDPH ganha centralidade pela coordenação das ações do Programa seja pela responsabilidade de definir a metodologia de capacitação das equipes dos municípios; seja por figurar como a responsável por realizar o pagamento do Programa; pelas questões de normatizar alteração das metas pactuadas e; receber as solicitações de desistência do Programa.

Outras três portarias publicadas pelo MDS estão relacionadas à composição/recomposição do Comitê Gestor do PCF e quanto ao regimento interno deste comitê: a Portaria MDS n. 323/2016; a Portaria MDS 488/2017 e; a Portaria MDS n. 958/2018. Também aqui, no processo de estruturação do Comitê Gestor do Programa e suas responsabilidades especificadas no regimento interno dessa instância a SNPDPH ganha centralidade seja pelas representações do MDS que são designadas para compor esse comitê, seja pela SNPDPH figurar como a responsável pela secretaria-executiva do referido Comitê.

Quanto à Portaria Interministerial n. 01/2018, que tem como foco a promoção da intersetorialidade, a mesma definiu as ações do PCF a serem desenvolvidas pelas políticas de assistência social, saúde, cultura, direitos humanos e direitos das crianças e dos adolescentes, elencando as competências específicas de cada ministério responsável por essas pastas. Verifica-se que, ao responsabilizar o Comitê Gestor do Programa Criança Feliz por fazer o papel de monitoramento da efetivação da intersetorialidade, a Portaria Interministerial n. 01/2018 colabora com a centralidade da SNPDPH também no que tange à articulação intersetorial.

Já a Portaria MDS n. 956/2018 tem uma importância singular no processo de regulamentação do Programa Criança Feliz, pois ela dispõe sobre o Programa Criança Feliz no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social, retomando as questões já explicitadas nos



diversos documentos anteriores, identificando o público beneficiário, os objetivos e os componentes do Programa, em consonância ao Decreto n. 8.869/2016. Define ainda as categorias multiplicadores, supervisores e visitadores, além de demarcar a competência da SNPDPH pela coordenação do Programa.


Esta portaria tem a singularidade de ser a primeira portaria sobre o PCF emitida após a XI Conferência Nacional de Assistência Social, - espaço no qual havia sido aprovada uma moção solicitando a extinção do PCF e uma deliberação indicando a necessidade de desvinculação do Programa Criança Feliz da política de assistência social. Nesse sentido, é possível afirmar que tal portaria vem como resposta do Governo Federal à militância da política de assistência social contrária ao PCF. Com esta portaria, a perspectiva de implementação *top-down* de políticas públicas por parte do Governo Federal, na gestão Temer, fica nítida. No âmbito do MDS, o Programa Criança Feliz pertence à SNPDPH, mesmo que sua operacionalização se dê através da política de assistência social por meio da mera roupagem do Programa Primeira Infância no SUAS. O texto normativo da Portaria MDS n. 956/2018, busca assegurar que o desenho elaborado no plano federal seja implementado nas realidades municipais, principalmente, por tentar fazer com que a capacitação e educação permanente dos agentes que irão operacionalizar o Programa tenha um caráter homogêneo e padronizado, conforme consta em seu artigo dezesseis:

Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que aderirem ao Programa, zelarão pelo cumprimento das etapas de capacitação e educação permanente, a fim de garantir homogeneidade e padrão nacional às capacitações do Programa Criança Feliz, observadas a carga horária, a metodologia e os conteúdos definidos pela Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano (MDS, 2018b).

Por meio da regulamentação do Programa através de portarias emitidas pelo Gabinete do Ministério as tensões internas provenientes da SNAS, da CIT e principalmente, do CNAS, assim como as tensões externas da militância da política de assistência social das entidades representativas das/os trabalhadoras/es do SUAS e dos espaços mais amplos de participação social foram sendo enfrentadas e a estrutura administrativa da SNPDPH foi servindo como esse espaço institucional do MDS que parece “blindar” o Programa Criança Feliz.

A SNAS

A Secretaria Nacional de Assistência Social é a instância executiva do Governo Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social e compõe a estrutura administrativa do Ministério do Desenvolvimento Social, devendo buscar a articulação das funções de proteção social, defesa social e vigilância social, funções essas da própria PNAS.




Por se tratar da instância administrativa responsável pela política de assistência social em nível federal, a SNAS tem a tarefa de coordenar as ações, projetos, programas, benefícios e serviços do Sistema Único de Assistência Social existentes e que venham a ser reformulados e/ou criados.

Na ocasião da instituição do Programa Primeira Infância no SUAS, pelas instâncias de pactuação da própria política de assistência social, a competência de coordenação em âmbito nacional das ações foi designada para a Secretaria Nacional de Assistência Social. No entanto, por meio da análise das normativas relacionadas ao Programa, identificou-se que essa competência foi sendo migrada para outra estrutura organizacional do MDS, quer seja, a SNPDPH. No período de 2016 a 2018 a SNAS publicou apenas duas normativas quanto ao Programa, a primeira, em maio de 2017, que se tratava da Instrução Operacional MDS/SNAS n. 01/2017, a qual continha as orientações acerca da utilização dos recursos do financiamento federal do Programa. E a segunda, em agosto de 2017, a Portaria MDS/SNAS n. 141/2017, que estabeleceu o novo período de adesão ao Programa Primeira Infância no SUAS. Após essas publicações, a SNAS não veio a normatizar nenhuma outra questão referente ao Programa, no período analisado. Todas as demais publicações ficaram a cargo do próprio Ministério ou da SNPDPH.

Observa-se que consolidação da política de assistência social como dever do Estado e direito de quem dela necessitar encontra-se em risco, sendo que a “desautorização” da SNAS de normatizar acerca de um Programa do SUAS pode ser encarada como um dos indícios da fragilização e da fragmentação da política de assistência social, haja vista a criação de outra estrutura administrativa para coordenar as ações do Programa.

A SNPDPH

A Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano foi criada em 29 de dezembro de 2016, através do Decreto n. 8.949/2016, - que aprovava a nova estrutura regimental do Ministério de Desenvolvimento Social, - ficando responsável pelas ações referentes à promoção do desenvolvimento humano de crianças, adolescentes, jovens e idosos. Uma instância da SNPDPH, o Departamento de Atenção à Primeira Infância, foi ganhando centralidade e se ocupando da coordenação do Programa Criança Feliz. No período analisado, a migração de responsabilidade da SNAS para a SNPDPH foi se apresentando de forma visível na publicação dos documentos normativos acerca do Programa, principalmente por parte do MDS.



A primeira normativa publicada pela SNPDPH acerca do Programa foi do final de 2017, já assumindo uma responsabilidade cuja competência pertencia à SNAS, a saber, a abertura de um novo período de adesão ao Programa Criança Feliz – Primeira Infância, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, através da Portaria MDS/SNPDPH n. 03/2017, que posteriormente foi alterada pela Portaria MDS/SNPDPH n. 05/2018.


Com a publicação da Portaria SNPDPH n. 03/2017 identificou-se que o Programa Criança Feliz e o Programa Primeira Infância no SUAS começam a aparecer normativamente como que sinônimos, indicando assim que o PCF se restringe às ações desenvolvidas na política de assistência social; e que o Programa Primeira Infância no SUAS é apenas uma roupagem para a operacionalização do PCF, seja por utilizar do instrumento da assistência social de financiamento por transferência de recursos fundo a fundo para estados, Distrito Federal e municípios, através do FNAS para os FEAS, o FAS/DF e FMAS, e; da adesão à plataforma do Programa no SUAS, pelas instâncias de gestão da política de assistência social nos estados, Distrito Federal e municípios, com a consequente aprovação do aceite pelos CEAS, CAS/DF e CMAS, por exemplo.

A outra normativa publicada pela SNPDPH foi sobre o aumento das metas de atendimento do Programa Criança Feliz – Primeira Infância no SUAS em municípios que já haviam realizado o aceite ao Programa, respaldada nas Portarias MDS n. 442/2017 e MDS n. 956/2018 que atribuíam a SNPDPH a possibilidade de expandir as metas pactuadas pelos municípios. Enquanto uma estrutura administrativa nova, a SNPDPH vem se configurando como um comando duplo que tensiona e disputa a primazia das ações da política de assistência social com a SNAS, ainda que a partir inicialmente de apenas um Programa.

O CNAS

O Conselho Nacional de Assistência Social é uma instância colegiada de deliberação da política de assistência social, instituído pela Lei Orgânica de Assistência Social – Lei n. 8.742/1993, com representação paritária do poder público e da sociedade civil, sendo responsável pela normatização e regulamentação das ações relacionadas à política de assistência social. Cumpre observar que a representação da sociedade civil deve ser composta por “[...] representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do setor[...].” (BRASIL, 1993).

Em vista de regulamentar a entrega setorial da política de assistência social ao Programa Criança Feliz, - demarcando que o PCF se tratava de algo maior, que extrapolava o SUAS e



que, caso houvesse ações na política de assistência social para esse Programa, essas ações deveriam respeitar as regulamentações e normatividades do Sistema Único de Assistência Social, - o CNAS publicou a Resolução CNAS n. 19/2016 e a Resolução CNAS n. 20/2016 referentes ao que poderia ser a responsabilidade da política de assistência social quanto à pauta da primeira infância, a saber: o Programa Primeira Infância no SUAS.

Ao propor que a entrega do SUAS ao PCF, sob a responsabilidade da SNAS, se tratasse de um programa específico, o Conselho Nacional de Assistência Social demarcou a lógica da política de assistência social que deveria reger a estruturação desse novo programa. No escopo da política de assistência social os programas devem ter a função de fortalecer e potencializar os benefícios e serviços socioassistenciais existentes, como prevê a Lei Orgânica de Assistência Social. Verifica-se que o desenho do Programa Primeira Infância no SUAS seguiu ainda os fluxos estabelecidos na Resolução CNAS n. 15/2016 para a criação, implantação e/ou alteração de serviços, programas, projetos e benefícios da política de assistência social, quanto a apreciação e aprovação no espaço e esfera do controle social em que o Programa foi estabelecido.

Além das resoluções acima, o CNAS publicou ainda duas outras resoluções, uma em 2017 e outra em 2018. A Resolução CNAS n. 07/2017, aprovava os mesmos critérios de partilha para a expansão do financiamento federal do Programa Primeira Infância no SUAS no exercício do 2017 definidos pela Resolução CIT n. 05/2017. Essa resolução permitiu a abertura de um novo período de adesão ao Programa por parte do MDS, retirando o critério dos municípios terem “média municipal do Índice de Desenvolvimento do CRAS maior ou igual a três”, presente na Resolução CNAS n. 20/2016. Já a Resolução CNAS 08/2018, alterava a Resolução CNAS n. 20/2016, referente ao financiamento dos estados para o ano 2018, indicando que “os estados e o Distrito Federal serão financiados no ano de 2018 mediante a execução de 80% do valor do financiamento federal repassado nos exercícios de 2016 e 2017” (CNAS, 2018).

Verifica-se que apesar do esforço do CNAS para explicitar o que seria a entrega específica da PNAS ao PCF, através da regulamentação de um programa dentro da lógica da política de assistência social, observa-se que o Programa Primeira Infância no SUAS tem figurado apenas como uma roupagem e forma legal pela qual o Ministério tem conseguido operacionalizar as ações do PCF nos municípios, da forma já descrita anteriormente. É possível verificar isso nas normativas do MDS e da SNPDPH, nas quais o termo “Programa Primeira Infância no SUAS” quase não é utilizado ou quando aparece, figura como sinônimo de “Programa Criança Feliz”.




A CIT

A Comissão Intergestores Tripartite da Política de Assistência Social é um dos espaços de articulação entre os gestores da referida política, no qual representantes do governo federal, em específico, da SNAS; dos governos estaduais, através do Fórum Nacional de Secretários/as de Estado da Assistência Social – FONSEAS, e; dos governos municipais, por meio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS debatem e definem aspectos operacionais da Política de Assistência Social, funcionando assim como uma importante instância de negociação e pactuação dessa política com caráter deliberativo. Após as deliberações nesse espaço, as temáticas/pautas e suas definições são encaminhadas para discussão, negociação e pactuação no Conselho Nacional de Assistência Social.

Ao longo do período aqui analisado, a CIT publicou cinco resoluções referentes à entrega da política de assistência social ao Programa Criança Feliz, tendo sido duas em 2016, uma em 2017 e duas em 2018, sendo essas: a Resolução CIT n. 04/2016; a Resolução CIT n. 05/2016; a Resolução CIT n. 05/2017; a Resolução CIT n. 02/2018, e; a Resolução CIT n. 06/2018. As primeiras resoluções, de 2016, apresentaram os objetivos do Programa em sua especificidade para a política de assistência social, os princípios, o público-alvo, as principais ações e delimitação da vinculação dos profissionais de nível médio e superior que atuem no Programa dentro do escopo da política de assistência social e das normativas do CNAS, assim como o referenciamento do planejamento e das visitas domiciliares aos Centros de Referência de Assistência Social. Estabeleceu ainda as competências de cada ente federado e as especificidades dos critérios de partilha federal para os estados e Distrito Federal e para os municípios, em sua especificidade do ano 2016 e quanto ao prazo limite para a adesão em 2017. A terminologia adotada pela CIT para as ações do PCF na política de assistência social ia ao encontro do definido pelo Governo Federal: “Programa Criança Feliz no SUAS”. Já a resolução de 2017 versava sobre os critérios de partilha para a expansão do financiamento federal do Programa Primeira Infância no SUAS no exercício de 2017 – Resolução CIT n. 05/2017, permitindo ao MDS a abertura de um novo período de adesão ao Programa, retirando o critério dos municípios terem “média municipal do Índice de Desenvolvimento do CRAS maior ou igual a três”, presente na Resolução CIT n. 05/2016.

As resoluções dessa instância, publicadas em 2018, tiveram como objetivo regulamentar as questões referentes ao financiamento dos estados para o ano em questão, através da Resolução CIT n. 02/2018, e; pactuar, através da Resolução CIT n. 06/2018, os critérios de financiamento do Programa Primeira Infância no SUAS para os municípios e Distrito Federal,




visando ampliar o público-alvo do Programa, através da inclusão das “famílias com gestantes e crianças na primeira infância, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, inseridas no **Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico** [...]” (CIT, 2018b, grifo nosso). Essa alteração, além de possibilitar um quantitativo maior de pessoas que poderiam ser atendidas pelas ações do Programa, faria com que todos os municípios do Brasil pudessem aderir à plataforma do PCF, assim como, realizarem aumento de suas metas iniciais.

Verifica-se que as pautas e demandas do Governo Federal para a expansão e implementação do Programa Criança Feliz, com algumas alterações no perfil dos municípios elegíveis e do público-alvo a que se destinava o Programa, encontraram ressonância positiva no espaço da CIT, incidindo sobre as normativas quanto ao Programa Primeira Infância no SUAS. Tal questão não ocorreu da mesma forma no espaço colegiado de deliberação e pactuação do poder público e da sociedade civil: o CNAS.

CONSIDERAÇÕES

Apresentou-se aqui a perspectiva analítica da abordagem por ator/órgão e como a análise das ações e posicionamentos de cada órgão a respeito da implementação do PCF auxiliou no alcance do objetivo do estudo realizado. Todo esse percurso feito possibilitou confirmar a hipótese aventada no início da pesquisa do mestrado, de que as tensões de poder existentes nessa plataforma de ação do Estado revelam a adoção de um modelo de implementação *top-down*, sendo que a utilização da publicação de instrumentos de políticas públicas de regulamentação e normatização da implementação do Programa Criança Feliz, por parte da gestão federal, tem sido um dos elementos que explicitam essa abordagem de implementação adotada pelo Governo Federal, na gestão Temer.

Verifica-se que a assunção do governo de Michel Temer revela nitidamente a centralidade do cenário de implementação de uma gestão neoliberal, com o desenvolvimento de plataformas de políticas públicas desconectadas do desenvolvimento da política de assistência social que vinha se consolidando. Silva (2017, p. 242) demarca que “Michel Temer [...] optou pela ortodoxia neoliberal, que tem reforçado a seu favor, o que existe de mais tradicional na área da assistência social”. Neste sentido, ações como a do Programa Criança Feliz se encontram “[...] pautadas na racionalidade neoliberal, onde os sujeitos são convocados a investirem em si mesmos desde a gestação para que no futuro sejam capazes de concorrer no jogo econômico e não se tornem uma despesa ao Estado” (CAPILHEIRA, 2018, p. 09).



O Programa Criança Feliz, para a sua devida implementação só poderia partir de uma perspectiva de implementação de cima para baixo, no qual a gestão federal assume a centralidade da normatização e o devido controle para que a operacionalização da plataforma seja conforme o desenho nacional desenhado. No PCF tal garantia foi se dando com a primazia de publicação de diversas portarias regulamentadoras da ação do Programa por parte do MDS e pela criação de uma nova estrutura administrativa, a SNPDPH, que permitiu certa “blindagem” das tensões que vinham sendo forjadas em torno do Programa.


O desenvolvimento da perspectiva analítica-descritiva da abordagem por ator/órgão visibilizou as contradições e tensões em torno do processo de implementação do Programa Criança Feliz, identificando a centralidade da estrutura do Gabinete do MDS na publicação de peças legislativas que foram regulamentando a primazia da responsabilidade da SNPDPH na coordenação das ações quanto ao Programa Criança Feliz, revelando assim o modelo de implementação adotado pela gestão federal. No objetivo aqui proposto, para Lascoumes e Le Galès (2012, p. 32) “[...] quanto mais a ação pública se define por seus instrumentos, mais as questões da instrumentação correm o risco de realçar conflitos entre diferentes atores, interesses e organizações”. Essas tensões e conflitos de poder entre os diversos órgãos responsáveis pela implementação do Programa se fazem presentes nitidamente no instrumento de políticas públicas normativas/legislações do PCF, principalmente por ter como pano de fundo a abordagem de implementação do tipo *top-down*.

Observa-se ainda que ao operacionalizar o Programa Criança Feliz por meio da política de assistência social, através da plataforma do Programa Primeira Infância no SUAS, com seus instrumentos de políticas públicas (repasso fundo a fundo e normatização) e, gerida através do arranjo complexo (CIT, CNAS, SNAS, SNPDPH, MDS), o PCF amplia a complexificação do arranjo institucional já existente no âmbito da política de assistência social com a criação da SNPDPH, Comitê Gestor do Programa e Comitê Intersetorial da Primeira Infância, gerando uma nova configuração de arranjo institucional que precisa ser melhor estudado por novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 8.742**, de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social, 1993. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742compilado.htm>.

BRASIL. **Lei n. 13.257**, de 8 de março de 2016. Marco Legal da Primeira Infância, 2016a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2018.



BRASIL. **Decreto n. 8.869**, de 5 de outubro de 2016. Programa Criança Feliz, 2016b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8869.htm>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2018.

BRASIL. **Decreto**, de 7 de março de 2017. Comitê Intersectorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/dsn/Dsn14452.htm>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2018

CAPILHEIRA, Carolina Dias. **O Programa Criança Feliz e o governo da infância contemporânea**. 2018. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2018.

CIT. **Resolução CIT n. 04**, de 21 de outubro de 2016. Brasília, 2016a.

CIT. **Resolução CIT n. 05**, de 21 de outubro de 2016. Brasília, 2016b.

CIT. **Resolução CIT n. 05**, de 03 de maio de 2017. Brasília, 2017.

CIT. **Resolução CIT n. 02**, de 07 de fevereiro de 2018. Brasília, 2018a.

CIT. **Resolução CIT n. 06**, de 18 de junho de 2018. Brasília, 2018b.

CNAS. **Resolução CNAS n. 19**, de 24 de novembro de 2016. Brasília, 2016a.

CNAS. **Resolução CNAS n. 20**, de 24 de novembro de 2016. Brasília, 2016b.

CNAS. **Resolução CNAS n. 07**, 22 de maio de 2017. Brasília, 2017.

CNAS. **Resolução CNAS n. 08**, de 12 de abril de 2018. Brasília, 2018.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 09, n. 18, p. 19-44, jul.-dez. 2012.

MDS. **Portaria MDS n. 295**, de 08 de dezembro de 2016. Brasília, 2016a.

MDS. **Portaria MDS n. 359**, de 28 de dezembro de 2016. Brasília, 2016b.

MDS. **Portaria MDS n. 323**, de 13 de dezembro de 2016. Brasília, 2016c.

MDS. **Portaria MDS n. 422**, de 26 de outubro de 2017. Brasília, 2017a.

MDS. **Portaria MDS n. 498**, de 29 de novembro de 2017. Brasília, 2017b.

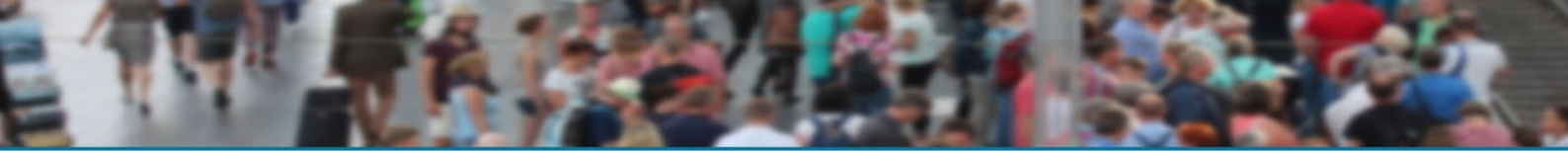
MDS. **Portaria MDS n. 488**, de 01 de dezembro de 2017. Brasília, 2017c.

MDS. **Portaria MDS n. 958**, de 22 de março de 2018. Brasília, 2018a.

MDS. **Portaria MDS n. 1.375**, de 04 de abril de 2018. Brasília, 2018b.

MDS. **Portaria MDS n. 956**, de 22 de março de 2018. Brasília, 2018c.

MDS. **Portaria Interministerial n. 01**, de 04 de abril de 2018. Promoção da intersectorialidade, no âmbito do Programa Criança Feliz, 2018d.



MDS. **Portaria MDS n. 2.496**, de 17 de setembro de 2018. Brasília, 2018e.

PEREIRA, Mailson Santos Pereira. **Modelo de implementação federal do Programa Criança Feliz: uma análise crítica dos seus instrumentos normativos**. 2019, 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2019.

SILVA, Lenir Nascimento da. **A invenção da primeira infância e a constituição contemporânea das práticas de governamentalidade**. 2016, 199 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SNAS. **Instrução Operacional SNAS n. 01**, de 05 de maio de 2017. Brasília, 2017a.

SNAS. **Portaria SNAS n. 141**, de 04 de agosto de 2017. Brasília, 2017b.

SNPDH. **Portaria SNPDH n. 03**, de 12 de dezembro de 2017. Brasília, 2017.

SNPDH. **Portaria SNPDH n. 05**, de 19 de março de 2018. Brasília, 2018a.

SNPDH. **Portaria SNPDH n. 17**, de 22 de agosto de 2018. Brasília, 2018b.

SPOSATI, Aldaíza. Transitoriedade da felicidade da criança brasileira. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 130, p. 526-546, dez. 2017.



CAPÍTULO 13

A POLÍTICA DE COTAS ÉTNICO-RACIAIS COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL: em questão a Lei 12.990/2014

Salvador de Souza Freitas
Gabriela do Rosário Silva
Shirlena Campos de Souza Amaral

RESUMO


O presente artigo traz à baila o caráter inclusivo da Lei nº 12.990, de 2014, legislação que reserva 20% (vinte por cento) das vagas para negros (pretos e pardos) nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. O estudo é elaborado a partir da eficácia de políticas públicas de ações afirmativas, as quais trazem, em seu cerne, o intuito de promover a igualdade econômica e/ou social, viabilizar a inserção da população negra na sociedade, sobretudo, a garantia do direito fundamental previsto no Artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988), acerca do princípio da igualdade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, em caráter bibliográfico e documental. O texto parte da marca histórica do país, a escravidão, que perdurou por mais de 3 (três) séculos, e deixou como herança marcas profundas na sociedade, com destaque para a discriminação, a marginalização e a exclusão social da população negra e seus descendentes.

PALAVRAS-CHAVE: Ações Afirmativas. Concursos Públicos. Negros. Instituições Federais. Inclusão Social.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como escopo analisar a constitucionalidade concernente à Lei nº 12.990, de 2014, normativa que determina a reserva de 20% (vinte por cento) das vagas para negros (pretos e pardos) nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Para tanto, o estudo traz como cerne observar os aspectos do princípio da igualdade, providos pelo texto constitucional, sobretudo, o Artigo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, doravante (CRFB/1988), que preconiza que “[...] todos somos iguais perante a lei”. Em esfera infraconstitucional, a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, é respaldada pelo Estatuto da Igualdade Racial, a Lei 12.288/2010, a qual determina ao Poder Público a incumbência de suscitar medidas que garantam à população negra a igualdade de oportunidades



no mercado de trabalho, incluindo-a nas contratações de setor público, conforme salienta o Artigo 39.


O artigo parte de uma demarcação histórica, que instaura a formação e a construção do Brasil: o período de exploração do grupo populacional negro, por intermédio da escravidão e do pós-abolição. O período no qual vigorou o regime escravocrata no Brasil não pode ser desconsiderado em estudos que abarcam questões sociais, culturais e históricas do país, tendo em conta que, na época do Brasil Colonial, as atividades econômicas concentravam-se em importação de pessoas oriundas da África para a venda e, posteriormente, exploração da sua mão de obra. Assim, crianças, homens e mulheres eram sequestrados do seu lugar de origem e transportados, de forma desumana, para outros continentes, nos denominados “navios negreiros”. Entre 1550 e 1850, desembarcaram no Brasil cerca de Cinco milhões de africanos, a fim de serem explorados e escravizados por quase quatro séculos, o que reverbera em preconceitos aos descendentes da população que foi subjugada à escravidão (LEIRIA 2020).

Por intermédio da publicação da Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, também conhecida por Lei Áurea, foi declarada abolida a escravidão de seres humanos no Brasil. Todavia, no texto da promulgada Lei, não consta a garantia de indenização e direitos aos recém-libertos. No ano de 1988, um século após a abolição da escravidão, foi decretado o Estatuto Cidadão, normativa que estabelece ao Estado regulamentos que assegurem direitos e proteção à comunidade afrodescendente.

Atualmente, dentre os países que não pertencem ao continente Africano, o Brasil é o que detêm a maior população negra do mundo, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016). Os dados elucidam que negros (somatório de pretos e pardos) compõe 54,9%, e representam a maior parte da população Brasileira. Cabe salientar que essa população permanece em desigualdade na sociedade, por posição social e/ou condições econômicas, em consequência de um passado/presente de exclusão.

Nessa perspectiva, as Políticas e os Programas de Ações Afirmativas, com destaque para a modalidade cotas, visam descontinuar o ciclo de exclusão social incidente sobre a população negra, tornando mister o dever do Estado em reparar e corrigir a histórica negação de direitos humanos aos afrodescendentes.

Dentre as diversas propostas de políticas com enfoque afirmativo, destacam-se os concursos públicos da esfera federal, em que um percentual ínfimo de negros se faz presente nos cargos públicos dessa instância. Assim, a partir de um Projeto de Lei, apresentado em 2013,




pelo Poder Executivo, foi aprovada a Lei 12.990, em 9 de junho de 2014 asseverando a urgência na adoção de política de cotas étnico-raciais nos concursos públicos da administração pública. A lei reserva 20% das vagas para candidatos que se autodeclararem negros, no âmbito da Administração Federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e/ou das sociedades de economia mista (Artigo 1º, caput, da Lei n. 12.990/2014).

A referida Lei foi elaborada a partir do resultado de inúmeras pesquisas que esboçam e divulgam a notória disparidade social entre a população branca e a população negra, sobretudo, no que tange à desigualdade na composição racial entre os servidores negros e brancos no âmbito da administração pública federal, nas carreiras mais reconhecidas e/ou cargos de nível superior. O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou, em Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC 41), que a publicada lei é legal, de modo a não se discutir sua validade (BRASIL, 2017).

O Artigo 5º da CRFB/1988 estabelece que o princípio da igualdade seja um direito primordial, e reconhece que “[...] todas as pessoas são iguais perante a lei, sem discriminação de qualquer natureza”, corroborando a ideia de igualdade formal; isto é, a lei deve tratar todos igualmente, sem distinção de grupos (classe social, sexo, raça, idade). Destarte, essa premissa deve ser entendida de forma relativa e não absoluta: “todos são iguais”, mas só há direitos se houver equidade de oportunidades sociais e/ou econômicas. Mediante o exposto, as leis devem ser compreendidas como mecanismos com o intuito de reduzir desigualdades sociais, proporcionando a todos e todas as mesmas possibilidades de acesso a bens e serviços.

Para Leiria (2020), compete aos legisladores equilibrar e/ou identificar as discrepâncias sociais e/ou econômicas existentes na sociedade, principalmente no que diz respeito aos direitos básicos. Segundo a autora, para atender à isonomia prescrita pela CRFB/1988, o Estado, ao verificar os fundamentos discriminatórios e/ou as argumentações aceitáveis para acatar o critério desigualador adotado, professou o princípio da igualdade material. A Política de Cotas étnico-raciais para ingresso no serviço público, já declarado anteriormente, visa combater o racismo institucional, promover a distribuição igualitária de bens e/ou riquezas e o reconhecimento da população afrodescendente.

Assim, investiga-se como problema de pesquisa: em que medida a Lei nº 12.990, de 2014, incide em um instrumento de inclusão social para o contingente populacional negro no Brasil, a considerar a presença de tais grupos na esfera pública federal?




Portanto, a presente pesquisa traz por objetivo geral analisar a efetividade da reserva de vagas, a partir da Lei 12.990/2014 – como instrumento de concretização do princípio da igualdade no acesso ao emprego e/ou contratação de negros/as em repartições públicas federais – que tem em seu escopo a redução das desigualdades étnico-raciais. A mencionada redução da desigualdade concretiza-se, essencialmente, a partir do acesso e da admissão de afrodescendentes em cargos de destaque e/ou visibilidade no âmbito da administração pública, efetivando, assim, a democracia, no que tange à diversidade étnico-racial e/ou inclusão social de segmentos populacionais historicamente excluídos. Cabe salientar que as ações afirmativas, possuem caráter transitório com a validade de dez anos, contados a partir de sua implementação. Conforme preconiza o Artigo 6º, a Lei nº 12.990/2014 será reavaliada e revisada, seguindo um critério de reavaliação de dados levantados, considerando as metas estabelecidas para a equiparação racial, social e econômica entre brancos e negros na sociedade brasileira.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, em caráter bibliográfico e documental, embasada por materiais disponibilizados nas bases de pesquisas Scielo e Google Acadêmico, em que foram selecionados artigos, dissertações e teses referentes às políticas de ações afirmativas pautadas na lei nº 12.990/2014, com o fito de trazer à baila a implementação, e, a *posteriori*, como as medidas adotadas pelo Governo Federal reverberam na vida da população negra.

PERSPECTIVA HISTÓRICA E SOCIAL: O (A) NEGRO (A) NO BRASIL

Para entender a gênese das desigualdades raciais, é imprescindível observar a crucial marca histórica do país que assolou a população negra: a escravidão. Por aproximadamente quatro séculos, durante o período Brasil colonial, o país explorou, de forma perversa, os seres humanos oriundos da África, transformando-os em escravos. Por conta desse vasto período de exploração, a desigualdade racial é vista como normal, práticas discriminatórias concebidas como naturais e, como efeito, é habitual a invisibilidade da população negra nas empresas, em órgãos públicos, universidades, em emissoras de televisão, nos teatros (ALMEIDA, 2015).

De acordo com Leiria (2020), no início do primeiro século, a mão de obra escrava era regida pelos povos indígenas, sendo estes atraídos pelos produtos oferecidos pelos portugueses que aqui desembarcavam. Posteriormente, a mão de obra a ser explorada foi substituída por negros (as) oriundos da África, raptados e arrancados de seu continente de origem, com o fito de serem feitos escravos e/ou cumprirem uma longa jornada de trabalho, sem remuneração e em situações precárias.



Para Gomes (2019, p. 24),


O Brasil foi o maior território escravista do hemisfério ocidental por quase três séculos e meio. Recebeu, sozinho, quase 5 milhões de africanos cativos, 40% do total de 12,5 milhões embarcados para a América. Como resultado, é atualmente o segundo país de maior população negra ou de origem africana do mundo. Os afrodescendentes brasileiros, classificados nos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como pretas e pardas, somam hoje cerca de 115 milhões de pessoas, número inferior apenas à população da Nigéria, de 190 milhões de habitantes, e superior à da Etiópia, o segundo país africano mais populoso, com 105 milhões. O Brasil foi também a nação que mais tempo resistiu a acabar com o tráfico negreiro e o último a abolir oficialmente o cativo no continente americano, em 1888 – quinze anos depois de Porto Rico e dois depois de Cuba.

O rapto e, posteriormente, o transporte sistemático desumano de milhares de pessoas – composto por homens, mulheres, crianças – nos navios negreiros, projetados para o tráfico de escravos, tinham a capacidade de transporte para seiscentas pessoas, porém essa capacidade ultrapassada, tornava a viagem uma travessia de horrores, marcada pela escassez de água e comida, e/ou pela constante ameaça de doenças e mortalidade. A travessia do oceano tinha uma duração de um a dois meses. Consonante Pinsky (2004), sobre os navios negreiros, este ambiente disseminava doenças, e/ou fazia com que o fundo do mar, se transformasse no ponto final para muitos, durante a longa jornada de viagem.

Ainda segundo o autor, os sobreviventes que desembarcavam no Brasil, após uma longa jornada de viagem em situações desumanas e/ou precárias, seguiam para o comércio de escravos, eram expostos como mercadorias, e/ou vendidos a seus “donos”. Cabe salientar que muitos deles tinham que lidar com o sofrimento da separação da família, da comunidade, da identidade, do idioma materno e da religião de origem.

Naquele período, foram sancionadas leis que vetavam direitos aos povos oriundos da África com fins a escravidão. A Lei nº 1 de 1837, também conhecida como a Lei da Educação, que proibia no seu artigo 3º, o acesso de escravos, dos pretos africanos, ainda que livres (ou libertos), de frequentar as escolas públicas. A Lei de Terras nº 601, sancionada em setembro de 1850, por Dom Pedro II, estabelecia, no seu artigo 1º, que terras deveriam ser adquiridas somente pelo mecanismo de compra; a mencionada lei proibia a obtenção de terras por intermédio do trabalho.

No ano de 1850, foi promulgada a Lei nº 581, intitulada a Lei Eusébio de Queiroz, que determina a proibição do tráfico de Africanos, sobre pressão dos ingleses. Todavia, a instaurada lei não coibiu o contínuo tráfico de oriundos da África, os traficantes mantiveram o “comércio” de forma ilícita entre 1850 a 1856. Há estimativas de que neste período, ainda desembarcaram trinta e oito mil africanos no Brasil.



No ano de 1831, já existia uma lei nacional que regulava a proibição de tráfico negreiro. Porém intitulada como lei para “inglês ver”, foi publicada a fim de ser cumprido o acordo assinado com a Inglaterra, a qual pressionava o Brasil e outros países para o fim da escravidão e exportação de africanos. A posteriori, esta lei foi utilizada pelos abolicionistas como recurso jurídico, sob o seguinte argumento: todas as importações, desde o período da sua vigência, eram ilegais.


Em consequência dos movimentos abolicionistas pelo fim da escravidão no Brasil, fomentou-se uma série de debates políticos dentro e fora do país, —em torno de uma abolição imediata. Tal movimentação política coadunou com opinião pública que defendia o fim da exploração da mão de obra escrava, a qual exigia resposta imediata ao império, que em 28 de setembro de 1871, sancionou a “Lei do Ventre Livre” que declarava formalmente livres os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir da data da sua publicação. Não obstante, essas crianças cooperavam na atividade econômica do Brasil Colonial. Por conseguinte, tais crianças eram comercializadas como mão de obra mais barata, eram indiretamente forçadas a labutar nas áreas de pequenas e grandes lavouras e nas casas, isto é, estavam submetidas ao trabalho escravo infantil (LEIRIA 2020).

No ano de 1885, a Lei do Sexagenário cooperou com a expansão do movimento abolicionista, a lei estabelecia que os escravizados tivessem direito à “liberdade” após os 60 (sessenta) anos de idade. Ressalta-se, não obstante, a nítida inutilidade do referido decreto, devido a ínfima expectativa de vida de uma pessoa escravizada, muito aquém de 6 (seis) décadas. Por conseguinte, na visão dos abolicionistas, tal lei não corroborava com fins da extinção da escravidão no País.

No ano de 1888, a Princesa Isabel sancionou a Lei nº 3353, que declarou a abolição da escravidão no Brasil. Contudo, e a citada lei não contemplou os recém-libertos a nenhum tipo de indenização e garantia de direitos à terras, à educação e ao trabalho remunerado. Siss (2003, p.31-32) salienta que,

Apesar da abolição da escravidão no Brasil ter-se dado com a promulgação da Lei n.º 3.353, de 13 de maio de 1888, na prática, o alcance da cidadania pela população negra não ocorreu simultaneamente. Nesse aspecto, Siss (2003: 31-32), destaca que a exclusão social dos negros libertos se acentuou com os fluxos imigratórios de brancos vindos da Europa que trouxe como consequência ‘o agravamento da redução das chances de ingresso e de competição dos afrobrasileiros por posições diferenciadas no mercado de trabalho urbano emergente’.

Destinados ao desemprego, ao subemprego, à criminalidade, à prostituição, à fome, à miséria, às doenças, e, sobretudo, à violência praticada por grupos racistas, os ex-escravos



sucumbiam no País. As circunstâncias mencionadas resultaram na discriminação racial e na segregação que se estende desde aquela época. No cenário em que os negros estavam inseridos como propriedade e cativos dos senhores, essa população se tornou um problema para as elites da sociedade brasileira naquela época. Segundo Gomes (2019), a escravidão acabou em 1888, mas o Brasil, em nenhum tempo, se declinou-se a resolver “o problema do negro”. A liberdade jamais significou para os ex- escravos e seus descendentes, oportunidades de mobilidade social ou melhoria de vida. Não tiveram direito a terras, moradias descentes, bons empregos, assistência médica dentre outros privilégios concedidos aos brancos. Não foram tratados como cidadãos.


POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA COMO EQUIDADE: AS COTAS COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL

O termo Ação Afirmativa (affirmative action) aplicadamente é sinônimo de discriminação positiva (positive discrimination) e de ação positiva (positive action). A primeira é utilizada no Direito Norte Americano; a segunda, por sua vez, no Direito Europeu desde 1976 (GILLIAM,1997; MOEHLECKE, 2002). Tratam-se de políticas que declaram critérios específicos, adotadas com a finalidade de eliminar disparidades existentes em determinados segmentos da sociedade, a fim de que tais desequilíbrios sejam minimizados e/ou neutralizados, em que por meio de providências efetivas se alcançam pessoas em posições desvantajosas (MENEZES, 2001). Dentre as diversas categorias de ações afirmativas, angariam destaques as políticas de cotas, conceituadas por Amaro (2015, p.101) como:

As premissas de ação afirmativa são o reconhecimento de segmentos historicamente excluídos, por preconceitos arraigados culturalmente, devem receber tratamento diferenciado na promoção da justiça social, dado que sem isso estarão destituídos da efetiva cidadania, preconizada e assegurada constitucionalmente. Cumpre esclarecer que ações afirmativas não são sinônimas de cotas, ou seja, um percentual de vagas a ser preenchido pelo segmento excluído em um dado espaço ou organização social. Isso porque englobam outros e mais ampliados mecanismos voltados a estimular a diversidade e o acesso a condições sociais e oportunidades que, dadas a hierarquias raciais instituídas, dificilmente incorporariam ou seriam permeáveis ao sujeito negro.

As Políticas de Ações Afirmativas ganharam visibilidade mundial e têm sua gênese nos Estados Unidos da América. O presidente democrata John Kennedy utilizou a expressão oficialmente em um texto no dia 06 de março de 1961 (MEDEIROS, 2004), com o objetivo de gerar medidas positivas de oportunidades iguais para todas as pessoas qualificadas no governo (CASHMORE, 2000).

Segundo Gomes (2003, p.21), as ações afirmativas podem ser definidas como “[...] políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade



material e ao combate dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física”


Tais políticas fundamentam-se em três conceitos basilares: Justiça compensatória na concepção de reparação, justiça distributiva ou social, e justiça como reconhecimento de identidade respeito à diversidade para assegurar um tratamento especial (PIOVESAN, 2005; FERES JÚNIOR, 2006).

No Brasil, a decisão que todos fossem tratados de forma isonômica perante a lei consta em ordem jurídica constitucional desde a carta Imperial do ano de 1824, apesar de nesse tempo – em plena vigência do regime escravista – a Carta Magna não considerasse “[...] todo indivíduo gente, muito menos igual”.

No ano de 1990, o presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) – apontado como pioneiro a programar medidas para a promoção da igualdade racial no país – principia a criação de medidas para a promoção da igualdade entre as raças – surgem então grupos interministeriais de trabalho, que apontam dados através de pesquisas com cerne a erradicação de todas as formas de racismo, nos mais diversos âmbitos sociais. No ano de 2001, o ex-presidente Luís Inácio “Lula” da Silva durante a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, assumiu o compromisso de estabelecer políticas públicas antirracistas no Brasil (LEIRIA, 2020).

No país, as primeiras medidas adotadas em ações afirmativas surgiram em 2003 – *à priori*, com a promulgação do Estatuo da Igualdade Racial e da Lei de cota -, no Rio de Janeiro, por meio da lei estadual nº. 4.151/2003, que estabeleceu a reserva de 20% das vagas a estudantes autodeclarados negros ou indígenas e/ou insuficiência financeira comprovada, nas universidades estaduais do Rio de Janeiro, à época, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) (RIO DE JANEIRO, 2003). Sendo assim, a política de cotas foi absorvida pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a Universidade de Brasília (Unb), que passaram a adotar medidas semelhantes às universidades do Rio de Janeiro, até que no ano 2012, a Lei Federal nº 12.711 determinou a reserva de vagas para autodeclarados negros, de acordo com o percentual de negros em cada unidade da federação, mediante o levantamento do perfil da população realizado pelo IBGE (BRASIL, 2012).

A partir dos anos 2000, e pela intervenção do Estado, as políticas afirmativas foram implementadas em vários setores da sociedade: na saúde, no desenvolvimento agrário, na



educação, no trabalho e no emprego, na administração pública e nas relações exteriores. Contudo, o avanço das políticas de ações afirmativas ocorreu a partir de 2003, durante o governo do presidente Luís Inácio “Lula” da Silva, o qual, durante os primeiros meses de sua gestão, programou a Secretaria de Promoção de Políticas da Igualdade Racial (SEPPIR), que tem o dever de articular programas interinstitucionais e sociais, com o propósito de impulsionar a reparação dos malefícios gerados pela escravidão, e a cidadania dessa população explorada, excluída e negligenciada, durante quase quatro séculos, da sociedade brasileira (LEIRIA, 2001).


Cabe salientar que, no meio de inúmeras iniciativas por parte do Governo Federal para representar a manifestação das reivindicações, por longos anos do Movimento Negro Brasileiro, foram aprovadas as leis nº 10.639/03 nº 11.645/08, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Indígena e Africana, no currículo oficial das escolas públicas e privadas de Educação Básica.

Em síntese, as ações afirmativas representam um campo de enfrentamento pelo reconhecimento efetivo da igualdade social, de consciência e de respeito à dignidade humana. Ademais, as políticas de ações afirmativas têm o objetivo de conceder tratamento diferenciado a uma parte da população brasileira.

A POLÍTICA DE COTAS A PARTIR DA LEI Nº 12.990 DE 2014

Por meio da Lei nº 6.738, proposta pelo Poder Executivo em novembro de 2013, teve origem a Lei de Cotas nº 12.990/2014, a qual constitui, em regime de urgência constitucional, de acordo com o artigo 64º, §1da CRFB/1988, sob o argumento do indispensável combate acerca das desigualdades sociais e/ou raciais no Brasil, sobrepondo o debate sobre Ações Afirmativas e os avanços institucionais, desse modo, corroborar o comprometimento com a igualdade racial a partir da seguinte emenda: Reservam aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e/ou empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

A criação da referida lei teve, em sua base, as informações acerca dos estudos em consonância a desigualdade social da população negra em relação à branca, mesmo com todos os esforços para amenizar a disparidade por meio de programas sociais, bem como a referida Lei nº 12.288, de 2010, que define em diversos artigos ações para beneficiar os afrodescendentes.



Outro argumento é a apuração da disparidade na composição racial entre os servidores negros e brancos em âmbito de administração pública federal, que, demonstrado pelos dados no ano-2016 IBGE. No Poder Executivo Federal, esse percentual diminuiu para 30%, tendo em consideração os dados registrados e informados pelos servidores no sistema referente à raça e/ou cor (IBGE, 2012).


Mediante muitas polêmicas e questionamentos sobre as políticas de ações afirmativas, ao ser notificado e se pronunciar sobre a temática, declarou a constitucionalidade das estratégias de ações afirmativas. No ano de 2017, por meio de Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), nº 41, o STF frisou o caráter constitucional da lei 12.990/2014, ressaltando adicionalmente que: (a) é incumbência de o Estado instituir mecanismos que evitem o acometimento de irregularidades e/ou fraudes no expediente da reserva de vagas para pessoas negras em concursos públicos; (b) recomenda-se que os 20% dos postos laborais reservados às pessoas negras devem abranger as vagas decorrentes de todas as fases do concurso (e não apenas do edital de abertura) e; (c) é proibida às organizações públicas, quando da divulgação do edital do concurso, valer-se do expediente do fracionamento das vagas de acordo com a especialização exigida, com a intenção deliberada de burlar a lei de cotas raciais nos concursos públicos e, por conseguinte, não reservar as vagas destinadas às pessoas negras (STF, 2017).

Nos primeiros anos de aplicação da Lei nº 12.990, de 2014, bastava aos candidatos negros a autodeclaração, atestando a sua autopercepção enquanto negra (o), para que fizessem jus ao direito proposto pela aludida legislação, que se baseava em perspectiva do pertencimento racial manifestado pela própria pessoa. Tal sistemática ocasionou o temor de que não seriam inesperadas as fraudes, que mesmo pertencendo a outro grupo racial, declararíamos – de modo burlista e ilegal – sua autopercepção enquanto negro (a), para se beneficiar pela Lei de Cotas (PALMA, 2019).

A reserva de cotas raciais no serviço público baseia-se no princípio da isonomia. Assim, o escopo dessa ação é garantir a igualdade material, combatendo o racismo institucional, por meio da distribuição democrática de bens e riquezas, e o reconhecimento da população afrodescendente.

CONCLUSÃO

O presente artigo objetivou analisar o caráter inclusivo da Lei nº 12.990, de 2014, legislação que reserva 20% (vinte por cento) das vagas para negros nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal,



das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Para tanto, no desenvolvimento do estudo, adotou-se o princípio da igualdade, previsto no texto constitucional, compreendido em duas dimensões: (1) formal e (2) material. A igualdade material foi adotada pelo Estado com a finalidade de promover justiça social entre os cidadãos brasileiros, por intermédio da implementação das políticas de Ações Afirmativas.


Inicialmente, a pesquisa trouxe a historicidade sobre a construção da sociedade brasileira, a partir do período colonial e prosseguindo até a contemporaneidade, com o mote de justificar a gênese da exclusão social da população negra, com o início da assinatura da Lei Áurea, normativa que aboliu a escravidão no Brasil. No tocante a tais exclusões – raciais, étnicas, sociais e históricas -, vale apontar: o Estado reconheceu seu dever de reparação e correção das discrepâncias sociais e históricas sobre a população negra somente a partir do ano de 2012.

Estatisticamente, a população negra representa 54,9% (cinquenta e quatro por cento) do total dos habitantes brasileiros. Todavia, essa se encontra em muitas desvantagens se comparado ao grupo populacional branco, principalmente no tocante às desigualdades sociais, raciais e econômicas.

A implementação da política de cotas étnico-raciais para ingresso nas universidades, no Ensino Superior e no serviço público é uma ação afirmativa instalada pelo Poder Público para superar desigualdades sociais entre a população negra e a branca. Tem em seu cerne, combater o racismo estrutural evidente em nossa sociedade. A política de cotas que garantem às comunidades afrodescendentes o acesso nesses espaços pelo mecanismo de políticas de cotas tem previsão legal no Estatuto da Igualdade Racial, a partir da Lei 12990/2014, constitucionalizada, com unanimidade de votos, pelo (STF).

Cabe salientar que a lei supracitada foi instaurada a partir da constatação da reduzida presença de pessoas negras em determinados cargos, especialmente nos mais reconhecidos ou no ensino superior. A Lei 12.990/2014 tem vigência pelo período de 10 (dez) anos. Entretanto, será revista e reavaliada de acordo com as metas estipuladas e alcançadas.

Ademais, cabe mencionar que o assunto abordado, tão complexo e caro ao Brasil, fomenta a implementação de adoção da política de cotas raciais no serviço público, porém, não abona o mérito dos concorrentes não cotistas, pois a Lei nº 12.990/2014, não exclui a aprovação do candidato concorrente pela vaga no certame. Assim sendo, é controversa a discussão acerca



da defesa da meritocracia, analisando que tal visão não deveria ser conferida dentro do contexto histórico e da construção da sociedade brasileira.

Destarte, a política de cotas a partir da Lei nº 12.990/2014 no serviço público federal coaduna com a CRFB/1988, é amparada pelo Estatuto da Igualdade Racial, e garante direitos fundamentais destinados à população negra mediante a aplicação das diversas ações afirmativas previstas no referido estatuto. Cabe salientar que essa ação afirmativa assegura à população negra a justiça social e/ou distributiva,

Destaca-se, ainda, que a Lei de Cotas no serviço público é compatível com a CRFB/1988, especialmente, a política é amparada pelo Estatuto da Igualdade Racial, o qual expande a garantia dos direitos fundamentais destinados à população negra, mediante a aplicação das diversas ações afirmativas previstas no referido estatuto. Ademais, essa modalidade de ação afirmativa assegura à população negra a justiça social ou distributiva, que expande para o núcleo familiar melhorias da situação econômica e, assim, permitindo que as futuras gerações dos afrodescendentes tenham uma vida em igualdade de condições ou de oportunidades.

REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. **Racismo, igualdade racial e políticas de ações afirmativas no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. “Estado, Direito e Análise Materialista do Racismo”. In: KASHIURA JR, Celso Naoto; AKAMINE JR., Oswaldo; MELO, Tarso de (orgs.). **Para a Crítica do Direito- Reflexões sobre teorias e práticas jurídicas**. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015, p. 747-767.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Ação Declaratória de Constitucionalidade 41**, 2017 Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/consultarprocessoeletronico.jsf?seqobjetoincidente=4917166>. Acesso em : 09/06/2021

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

BRASIL. **LEI 12.990 DE 2014. Análise da constitucionalidade da reserva de vagas em concursos Públicos Federais para negros e pardos, a partir de uma perspectiva histórica e sociológica**. Rio Grande do Sul: Puc-Rs, 2020. Disponível em: https://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2020/04/ada_leiria.pdf. Acesso em: 18 maio 2021.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2000. 598p.

FERES JÚNIOR, João. **Comparando justificações das políticas de ação afirmativa: EUA e Brasil**. Rio de Janeiro: Revista Ciência Política, v.5, n.30, 2006. p.1-21.

GILLIAM, Ângela. **O ataque contra a ação afirmativa nos Estados Unidos – um ensaio para o Brasil**. In: SOUZA, Jessé. (Org.). Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, p.39-61, 1997.

GOMES, Laurentino. Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. volume I. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o Direito como instrumento de Transformação Social. A experiência dos EUA. 1.ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2001. 444p.

_____. **O debate constitucional sobre as ações afirmativas**. In: SANTOS, Renato Emerson dos e LOBATO, Fátima (Orgs.). Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, p.15-58, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD – Distribuição da população por cor e raça**. 2016. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores>. Acesso em: 12 de Junho de 2021.

LEIRIA, Ada Elise de Araújo. **LEI 12.990 de 2014: ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DA RESERVA DE VAGAS EM CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS PARA NEGROS E PARDOS, A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA E SOCIOLÓGICA**. Puc, Rio Grande do Sul, p. 01-27, 11 abr. 2020. Disponível em: https://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2020/04/ada_leiria.pdf. Acesso em: 25 jun. 2021.

MEDEIROS, Carlos Alberto. **Na lei e na raça: legislação e relações raciais, Brasil Estados Unidos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. 174p.

MENEZES, Paulo Lucena de. **A ação afirmativa (affirmative action) no direito Norte Americano**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. 173p.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação afirmativa: história e debates no Brasil**. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, v.3, n.117, p.197-217, 2002.

PALMA, Vanessa Cristina Lourenço Casotti Ferreira da. **Educação, democracia e inclusão racial: análise da efetividade da lei de cotas para negros em concursos docentes de universidades federais**. 2019. 334f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2019.

PINSKY, Jaime. **Escravidão no Brasil**. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PIOVESAN, Flávia. **Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos**. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, v.35, n.124, p.43-55, 2005.



SISS, Ahyas. **Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas**. Rio de Janeiro: Quartet, 2003. 207p.

STF – Supremo Tribunal Federal. **Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 41 – Distrito Federal**. 2017. Diário de Justiça Eletrônico, 08 de junho de 2017. 186p.



CAPÍTULO 14

O DIREITO FUNDAMENTAL À PRIVACIDADE NA INTERNET 4.0: A INSERÇÃO DE “PORTAS NO CAMPO”

Valéria Ribas do Nascimento

RESUMO


O objetivo deste texto trata do direito fundamental à privacidade na internet 4.0, que seria a quarta fase pela qual tem passado a evolução da web ao longo do tempo. Também chamada de internet preditiva, busca antever o futuro através de um mapa de dados e caminhos deixados pelos usuários, e com isso, buscar alternativas as suas necessidades. Ademais, o artigo refere que existe uma famosa expressão que se relaciona a web que é a possibilidade ou não, de se “colocar portas no campo”, pois não há nenhum regulamento *ius cogens*, como norma geral e obrigatória, para delimitar as regras e limites referentes ao tema. Vale ressaltar que dentro da pesquisa, aborda-se sobre a (im)possibilidades de “novos” direitos vivenciados pela sociedade em rede como: direito fundamental à privacidade na internet, direito ao esquecimento e direito à intimidade. Com relação ao método utilizado opta-se pela dialética aliada a hermenêutica filosófica, pois é impossível interpretação sem compreensão.

PALAVRAS-CHAVE: direito fundamental à privacidade; internet; usuários.

INTRODUÇÃO

Existe uma frase bastante utilizada quando se discute a respeito de internet (web) na era da sociedade da informação que é a famosa expressão de se colocar “portas no campo”, pois ao se tratar do papel da rede é como se estivesse diante de uma “terra virgem, sem nenhuma lei escrita”. Antes mesmo da edição de uma legislação nacional ou internacional que trate do tema, novos problemas surgem e o dilema se perpetua. Por outro lado, a rede possibilita novos usos para normas antigas, possibilidades de ampliar legislações sem necessidade de reformar velhos documentos que formam a base da sociedade atual Tascón *apud* Touriño (2014).

Assim, os dilemas em torno dos usos e abusos que se faz da internet são recorrentes em diversas áreas do conhecimento, como por exemplo, as ciências sociais, ciências econômicas, ciências jurídicas etc. Para ilustrar essa realidade mutante, basta lembrar da própria evolução da rede. Normalmente, ela é dividida em três, ou até mesmo quatro fases. O objetivo inicial da internet 1.0 era basicamente a busca e obtenção de informação por parte do usuário. Já a web 2.0. – termo criado por Tim O’Reilly – identificou-se com uma maior participação do usuário na elaboração e formação de conteúdos dos sites, por isso, foi chamada de web colaborativa. Na web 3.0, ou web semântica, ocorre um avanço no sentido do alargamento da comunicação,




onde o usuário encontra resposta a suas perguntas de forma rápida e simples para problemas habituais da vida cotidiana. A amplitude em relação à web 2.0 está relacionada à série de resultados possíveis direcionados pela própria rede. E, ainda, há quem refira sobre a web 4.0, ou web preditiva, relativo ao que se afirma com antecipação. Dessa forma, a internet não se limitaria a mostrar a informação, mas além disso, dar alternativas concretas às necessidades do usuário Touriño (2014).

Essas poucas linhas introdutórias visam demonstrar que o objeto deste artigo gira em torno da sociedade da informação, mais especificamente, do direito fundamental à privacidade que é diretamente atingido pelas diferentes conexões mantidas na rede. Até mesmo o alcance do direito à privacidade é questionado, surgindo diferentes perspectivas ou desmembramentos, sendo que alguns autores acreditam até mesmo em “novos” direitos, como por exemplo, direito fundamental à privacidade na internet, o direito ao esquecimento e o direito à intimidade.

Salienta-se que no presente texto, utiliza-se o termo direito fundamental à privacidade, pois é uma expressão já consolidada no direito interno e internacional que trata do tema.

O direito fundamental à privacidade na internet é exemplificado com base na obra de Paul Bernal, na qual este se baseia em quatro direitos-base: o direito de navegar com privacidade na internet; monitorar quem monitora; deletar os dados pessoais e proteger a identidade “on-line”. Percebe-se que os dois últimos estão diretamente relacionados ao chamado direito ao esquecimento e ao direito à intimidade, já que o direito ao esquecimento justamente defende a possibilidade de apagar ou não definitivamente os dados pessoais e o direito à intimidade liga-se a seara de proteção pública, privada ou “extima” dos dados “on-line”. De qualquer modo, objetiva-se demonstrar a necessidade de uma tutela transversal da privacidade, não apenas interna ou internacional, mas de dimensões verticais e complementares.

Este trabalho é fruto de pesquisas desenvolvidas no período de Pós-doutoramento na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) sob orientação do prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet, no período de abril de 2016 até dezembro de 2017, bem como se relacionada com problemáticas trabalhadas no interior de Grupo de Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), denominados “Núcleo de Direito Constitucional” (NDC). Ressalta-se que não é objeto do presente texto, traçar a evolução do direito à privacidade, mas sim produzir questionamentos em torno do termo e de como este envolve-se com as novas tecnologias ou tecnologias de comunicação e informação (TIC). Ainda




que a pesquisa indique a utilização de método de abordagem dialético, em vertentes conservadoras, não é possível a interpretação sem a compreensão, uma vez que, para interpretar, antes é preciso compreender Gadamer (2003). Por isso, opta-se por não fazer uso de métodos tradicionais, já que esses se fecham à realidade, bem como podem ser todos e nenhum com o decorrer do tempo. Assim, entende-se que a metodologia da fenomenologia é mais adequada aos objetivos desta proposta de pesquisa. Portanto, com relação ao método utilizado opta-se pela dialética aliada a hermenêutica filosófica, pois é impossível interpretação sem compreensão. Para tanto, o presente trabalho será dividido em dois tópicos. No primeiro, abordar-se-á o direito fundamental à privacidade, dentro de uma perspectiva do direito da personalidade. No segundo, será pontuado o direito fundamental à privacidade na internet, correlacionando-se ao direito ao esquecimento e ao direito à intimidade.

O DIREITO FUNDAMENTAL À PRIVACIDADE: LIMITES E POSSIBILIDADE DE “NOVOS” DIREITOS DA PERSONALIDADE

É inegável que vários direitos fundamentais estão sendo diretamente atingidos quando se trata da utilização da internet em ambientes públicos e privados na era da sociedade da informação. Neste texto, opta-se pela expressão “sociedade da informação”, apenas com o intuito didático para acompanhar a doutrina de base utilizada na pesquisa, como exemplo cita-se Danilo Doneda (2006) e Ingo Wolfgang Sarlet *et. al* (2016). Ademais, ressalta-se que essa expressão surgiu na Europa, na conferência internacional de 1980, na qual a Comunidade Econômica Europeia reuniu estudiosos para avaliar o futuro de uma nova sociedade, tendo em vista a regulamentação da liberdade de circulação de serviços, buscando medidas para a implementação de maior acesso por parte dos Estados membros. Na ocasião, foi utilizada pela primeira vez a expressão TIC – Tecnologias da Informação e da Comunicação Martins (2014).

Salienta-se que Antonio Enrique Pérez Luño (2012) utiliza o termo “sociedade tecnológica” ou “sociedade informacional”, enquanto Jan Van Dijk e Manuel Castells preferem o termo “sociedade em rede”. Jan Van Dijk sustenta que a sociedade em rede evidenciaria um tipo moderno de sociedade, com infraestruturas de redes sociais e de mídia que caracteriza seu modo de organização em diversos níveis, começando inicialmente pelos indivíduos, depois os grupos, organizações e, por fim, a própria sociedade. Destaca-se a diferença apresentada entre as sociedades ocidentais - nas quais a conexão por redes tem se tornado básica para sociedade em geral- e nas sociedades orientais, enquanto as conexões ainda se manteriam dentro dos grupos familiares Van Dijk (2012). Já o sociólogo espanhol afirma que a informação sempre existiu, o que ocorreu de inovação teria sido a necessidade de abandonar o ponto de vista



estático das relações de outrora para um novo paradigma dinâmico, de complexos informacionais, os quais seriam organizados em redes, sendo que estas, modificariam substancialmente os processos de produção, experiência, poder e cultura Castells (2005).


Conforme Antonio Enrique Pérez Luño (2012), atualmente, é notório que um arsenal de valores, princípios e direitos das sociedades avançadas está sendo constantemente submetido a muitas transformações, em consequência do impacto das novas tecnologias (NT) e das tecnologias de informação e comunicação – TIC. Além disso, originalmente os direitos humanos/fundamentais⁷⁷ formaram-se no seio de sociedades lentas e paulatinas, enquanto hoje, tudo acontece muito mais rápido e as informações são passadas quase que instantaneamente.

Nesse sentido, quando se trata da privacidade é importante – inicialmente – ponderar o que está sendo abordado, pois existem inúmeros outros termos sendo utilizados. Além da “privacidade” propriamente dita, podem ser lembrados os seguintes vocábulos: vida privada, intimidade, segredo, sigilo etc. O fato é que nem mesmo a doutrina estrangeira apresenta uma única alternativa a esse problema.

Como exemplo, ainda podem ser analisadas as teorias norte-americanas, que contam com um vocábulo consolidado que seria “privacy” ou “right to privacy”. Em que pese, esse direito possa estar relacionado com um vasto campo de situações, muitas das quais o jurista brasileiro seria temeroso em vincular com a privacidade. O problema vai além da contraposição entre os modelos da “civil law” e da “common law”, pois as concepções de “right to privacy” modificam-se consideravelmente entre os Estados Unidos e o Reino Unido. No mesmo sentido, os países de tradição da “civil law” seguiram caminhos particulares até uma recente tendência à unificação de seu conteúdo através, por exemplo, da Diretiva 46/CE da União Europeia Doneda (2006).

Assim, resultaram consideráveis divergências de concepção sob o que seria privacidade. Para evidenciar mais o problema cita-se termos que são inseridos dentro do conceito de direito à privacidade: garantir a ilicitude da publicação de retratos sem consentimento, o direito de abortar ou a inviolabilidade de domicílio etc. É possível observar que tais exemplos insinuam

⁷⁷ Não é objeto do presente artigo aprofundar a discussão a envolvendo o uso dos termos direitos do homem, direitos humanos, direitos fundamentais e direito humanitário. Entretanto, destaca-se que a doutrina majoritária utiliza o termo direito do homem para se referir aqueles direitos inatos, que existiram durante toda a história; já o termo “direitos humanos” é aquele inserido em tratados, convenções e acordos internacionais ou, em outras palavras, os direitos do homem positivados na esfera externa. Quanto ao termo “direito fundamentais”, optou-se pelo uso interno, nas Constituições de cada Estado; e, por último o termo direito humanitário é referido para o direito de guerra, quando se vive situações excepcionais, onde se aplicam as Convenções de Genebra. Para aprofundar o tema, consultar, Ingo Wolfgang Sarlet (2010).



uma certa manipulação pelo próprio ordenamento. Porém, Danilo Doneda (2006) afirma que essa indefinição deve ser tomada mais como uma característica intrínseca da matéria, do que como um defeito ou obstáculo.

A palavra “privacidade” em si mesma, tem origem latina, do verbo “privare”, significando o que seria íntimo e pessoal ou de grupo definido de pessoas, muito embora seu uso intenso tenha sido empregado na língua inglesa, a tal ponto de se constar o emprego em sua literatura já no século XVI Dicionário Aurélio (2016).

Nos Estados Unidos, a despeito de inexistir previsão expressa na Constituição de 1787 e nas subsequentes emendas, o juiz da Suprema Corte Louis Brandeis afirmou que o direito à privacidade seria o mais abrangente e valioso de todos os direitos para o homem civilizado Sarlet *et al.* (2013). No caso brasileiro, foi apenas na Constituição Federal de 1988⁷⁸ que a proteção da vida privada e da intimidade - além da honra e imagem- foram objeto de reconhecimento expresso.


No ordenamento brasileiro, como também em diversos outros, percebe-se a relação com a doutrina de Heinrich Hubmann, que utiliza um esquema de esferas concêntricas para representar os diferentes graus de manifestação da privacidade. Em um primeiro momento, visualiza-se a esfera da intimidade (ou do segredo), depois a esfera privada e, em torno delas, a esfera social, que abrangeria a vida pública, incluindo os direitos à imagem e à palavra, mais abrangente do que a intimidade e privacidade. Mencionada teoria, atualmente chega a ser jocosamente chamada de teoria da “pessoa como uma cebola passiva” Hubmann apud Doneda (2006).

Segundo Antonio Enrique Pérez Luño “as noções de intimidade e vida privada trazem consigo uma carga emotiva que as faz equívocas, ambíguas e dificulta a precisão de seu significado” (1987, p. 327). Aqui, cita-se, novamente, Danilo Doneda (2006) quando este afirma que é relevante afinar a pergunta, isto porque, alguns doutrinadores⁷⁹ reconhecem a diversidade dos dois termos e propõe diferenciar certas particularidades.

Dirley da Cunha Junior (2008) afirma que a Constituição Federal brasileira distingue o direito à intimidade de outras manifestações típicas da privacidade. Defende que a Carta Magna

⁷⁸ Para aprofundar a discussão em torno da evolução do constitucionalismo, cita-se a tese de doutorado da autora Nascimento (2011). Também, sublinha-se importante obra relacionada às transformações do Estado, com ênfase a crise constitucional, de José Luis Bolzan de Moraes (2002).

⁷⁹ A título de exemplo cita-se: Gilmar Ferreira Mendes (2008); Dirley da Cunha Junior (2008); José Adércio Leite Sampaio (1997); etc.



disciplinou o direito à intimidade, separando-o dos demais direitos da personalidade e atribuindo-lhe, natureza de direito subjetivo autônomo

Em que pese, essa vertente defenda a distinção entre os dois institutos, tal posição é difícil de ser sustentada, principalmente em virtude da fluidez entre as diversas situações da vida cotidiana. Com efeito, aqui se adota a noção abrangente, incluindo a intimidade no âmbito de proteção mais ampla do direito à privacidade Sarlet (2013).

Ainda, sustenta-se a necessidade de se questionar: se fossem utilizados dois termos diversos, seria possível visualizar duas hipóteses que deveriam ser valoradas de formas diferentes? A resposta seria não, pelos seguintes motivos:


(i) A ausência de uma clara determinação terminológica na doutrina e jurisprudência, além do fato de ser a primeira vez que o tema ganha assento constitucional, podem ter sugerido ao legislador optar pelo excesso, até pelo temor de reduzir a aplicabilidade da norma; (ii) a discussão dogmática sobre os limites entre ambos os conceitos, visto o algo grau de subjetividade que encerra, desviaria do foco do problema principal, que é a aplicação do direito fundamental da pessoa humana em questão, em sua emanção constitucional (DONEDA, 2006, p. 110)

Sendo assim, segue-se a doutrina majoritária pela necessidade de construir um sistema capaz de alcançar por completo a privacidade e, por isso, utiliza-se deste vocábulo. O termo é específico para distinguir-se da imagem, honra ou identidade pessoal e claro o suficiente para especificar seu conteúdo, além de unificar os valores expressos pelos termos intimidade e vida privada.

Nesse sentido, é importante a posição de José Afonso da Silva (2001) que, ao trabalhar com o art. 5º, inc. X, da Constituição, utiliza o termo “direito à privacidade”, afirmando que seria um termo mais genérico e amplo, de modo a abarcar todas as manifestações da esfera íntima, privada e da personalidade, que o texto constitucional consagrou.

Depois de se apresentar, algumas ponderações sobre a discussão terminológica, ainda vale ressaltar que o interesse no tema ultrapassa o cunho puramente semântico, pois é necessário – atualmente - a busca de um conceito relacional, que determine o nível de vinculação da própria personalidade individual com as outras pessoas e com o mundo exterior sem a pressão de mecanismo de controle. Assim, brevemente, passa-se a expor o desenvolvimento histórico da privacidade.

Na época da “pré-história” da proteção a privacidade, frisa-se que a mesma era entendida por outros instrumentos, diferentes arquiteturas das estruturas sociais e políticas, não necessariamente reguladas pelo direito. É possível observar a busca pelo isolamento através das ciências naturais, por exemplo, quando diferentes tipos de animais também procuram um



espaço próprio. Ou mesmo na antropologia, evidencia-se que o diferente nível de formação aborigine se justifica pela esfera de delimitação da privacidade, seja de alguns, como de todos os membros. Percebe-se que a natureza foi o primeiro grande desafio do homem que, em busca de maior segurança, passa a se associar a outros homens Doneda (2006).


Na filosofia antiga, pode-se buscar várias citações que remetem à privacidade, relacionando-a com a solidão, retiro ou interiorização, porém, para o homem grego a vida coletiva tinha um valor expressivo representativa da “polis”. Já, para os romanos, esta “privacidade” era mais que tudo, um refúgio dos negócios da “res publica”. De qualquer forma, sublinha-se que nesse período antigo, qualquer consideração sobre a privacidade deve partir do pressuposto de que não seja possível identificar algo equivalente aos atuais direitos individuais, pois a liberdade era exercida basicamente na esfera pública Doneda (2006).

Também, durante a Idade Média, ainda não é possível verificar-se um sistemático anseio das pessoas pela privacidade ou isolamento. Daí que é no início do século XVI que começa uma mudança de costumes no que concerne a vida cotidiana, até mesmo, devido a nova disposição arquitetônica das cidades. Para Hannah Arendt (2001) ocorreu um enriquecimento da esfera privada como consequência do individualismo ou em razão da moderna privacidade estruturar-se em oposição a esfera social e não política como ocorreu na antiguidade. A privacidade passa a ser prerrogativa de uma emergente classe burguesa. O sentido dessa delimitação alcança seu cume na famosa expressão francesa “la vie privée doit être murée”⁸⁰ Duby apud Doneda (2006).

Diante do que foi mencionado, percebe-se que no século XIX, a propriedade era concebida como essencial ao desenvolvimento da própria pessoa e à realização do indivíduo, como consequência disso, o direito a propriedade era condição inafastável para se chegar à privacidade. No entanto, junto com a revolução industrial, os meios materiais que – em um primeiro momento – estavam apenas a disposição da burguesia passaram a ser massificados. Tal fato, somado ao surgimento dos meios de comunicação de massa, modificaram a expectativa do sentido da privacidade. Por isso, não é de se espantar ter sido exatamente esse tipo de inconformismo que levou o advogado Samuel Warren, com seu colega Louis Brandeis, a escrever o famoso artigo “The right to privacy”⁸¹, em 1890.

⁸⁰ “A vida privada deve ser murada (fechada com muros, para os outros, de fora). Salienta-se que todas as traduções em língua estrangeira foram feitas livremente pela autora.

⁸¹ Um dos motivos que justificam o artigo é o casamento da filha de Samuel Warren, pois devido à suntuosa e lindíssima comemoração, foi objeto de intensa divulgação da imprensa local. Ao mesmo tempo, a mídia local expôs toda sua família, como esposa, sogro, filha e ele próprio Warren; Brandeis (2006).



A moderna discussão doutrinária sobre direito à privacidade costuma citar o artigo de Samuel Warren e Louis Brandeis como referência histórica sobre o tema. Porém esse assunto já se fazia presente na jurisprudência da “common law”⁸².

Vale salientar que mesmo sendo referido que na Inglaterra existia uma menção ao tema, o artigo “The right to privacy” propõe uma força inédita ao tema, fazendo estender sua influência por determinadas características:


(i) partia-se de um novo fato social, que eram as mudanças trazidas para a sociedade pelas tecnologias de informação (jornais, fotografias) e a comunicação de massa, fenômeno que se renova e continua moldando a sociedade futura; (ii) o novo “direito à privacidade” era de natureza pessoal, e não se aproveitava da estrutura da tutela da propriedade para proteger aspectos da privacidade; (iii) no que interessa somente aos EUA, o artigo abriu caminho para o reconhecimento (que porém ainda tardaria décadas) do direito à privacidade como um direito constitucionalmente garantido (DONEDA, 2006, p. 139).

Assim, verifica-se que delimitar o sentido do direito fundamental à privacidade não é um problema puramente dogmático, mas sim, relaciona-se à concretização de valores da humanidade em cada sociedade e cultura. Atualmente, a preocupação das pessoas não é apenas relacionada à vida pessoal e grupos de amigos; indo além, atingindo temas que vinculam transversalmente diferentes Estados em momentos instantâneos. Como por exemplo, cita-se a ação de grupos terroristas, diferentes epidemias que se alastram ou proteção de dados, que ganham novos contornos na sociedade global.

Nessas circunstâncias, os efeitos de violação da privacidade ganham outras dimensões que acabam por aumentar a necessidade de se criar um fio condutor em torno do qual se possa estruturar essa proteção. É fundamental sublinhar o entendimento de Stefano Rodotà (1996), quando o mesmo afirma que o problema da privacidade não é o mesmo de outros momentos históricos, devendo ser considerado dentro de atual quadro da organização de poderes, do qual justamente a infra-estrutura informativa representa hoje um dos seus principais componentes.

Hoje a informação pode ser guardada ou disponibilizada, individualmente, por grupos de pessoas ou bancos de dados; logo, ela se refere não apenas ao direito de manter seu caráter confidencial de fatos pessoais abarcando, igualmente, o direito de saber quais informações

⁸² Cita-se a discussão sobre a publicação não autorizada da correspondência entre o poeta Alexandre Pope e o romanista Joanathan Swift, como o caso mais antigo no qual se discute o tema da “privacy”. Para aprofundar o caso em que a decisão discute o direito de propriedade do autor da missiva sobre as palavras que escreve relacionando privacidade diretamente como atributo da personalidade, consultar a obra “Privacy e costituzione. L’esperienza statunitense” Baldassarre (1974).



sobre si próprio são armazenadas e utilizadas por outras pessoas, bem como o direito de manter essas informações atualizadas e verdadeiras⁸³.

Aqui se percebe claramente uma mudança de perspectiva adequando-se a tutela da pessoa às novas tecnologias de informação. Dessa forma, é possível afirmar que o direito fundamental à privacidade ganha novos contornos que podem se bifurcar em outras denominações na era da sociedade da informação.

O DIREITO FUNDAMENTAL À PRIVACIDADE NA INTERNET: DO DIREITO AO ESQUECIMENTO PARA O DIREITO À EXTIMIDADE


Como já foi mencionado no início do texto, a sociedade marcada pelo desenvolvimento das novas tecnologias é relativamente recente. Por exemplo, o termo sociedade em rede teria sido originalmente aplicado pelo professor norueguês Braten, no ano de 1981, na obra intitulada “Roots and collapse of empathy: human nature at its best at its worst”, como uma relação conceitual estabelecida para definir modelos de sociedade aplicados à sociologia e à psicologia social Molinaro; Sarlet (2014).

Essa expressão foi trabalhada inicialmente por Jan Van Dijk, sendo utilizada também por Manuel Castells. Em 1996, o doutrinador espanhol propôs outros sentidos para o conceito, sendo que um ponto marcante seria a predominância de um espaço e tempo dotados de fluxos informacionais que se sobrepõe aos espaços físicos que constituíram as sociedades pré-modernas, tornando-se a manifestação espacial dominante das sociedades atuais Castells (2005).

No mesmo ano de 1996 o juiz Frank Easterbrook questionou a utilidade de um direito direcionado ao estudo do ciberespaço, referindo que a disciplina seria tão útil quanto um “direito do cavalo”. O jurista argumentava no texto intitulado “Cyberspace and the Law of the horse”, que em vez de tratar o ciberdireito como uma disciplina, os operadores jurídicos seriam mais bem servidos se dominassem princípios jurídicos fundamentais e, posteriormente, aplicassem esses princípios a novos fatos que pudessem surgir Easterbrook (1996).

Assim, a expressão “direito do cavalo” foi um termo constantemente usado em meados da década de 1990, para se referir ao estágio embrionário em que se encontrava a internet. Essa

⁸³ Essas novas dinâmicas ligadas à sociedade da informação levam ao surgimento de uma discussão em torno da expressão “Big Data” que seria o tratamento algorítmico das informações que permite a coleta massificada e generalizada de dados e de meta-dados oriundos das atuais práticas comunicacionais virtuais cotidianas, coleta essa que nutre a “nova tecnologia informática” Saldanha (2015).



exposição é destacada por Stéfano Rodotá, quando o meio jurídico considerou seu curso de “Tecnologias e direito”, como aulas extravagantes. De acordo com o autor:

(...) Pareciam ser questões marginais, pareciam ser questões que com o direito tinham pouco a ver, enquanto hoje sabemos muito bem que os temas ligados à bioética e à informática são não apenas temas capitais para a pesquisa jurídica, mas temas que transformam profundamente também o modo como o jurista olha a realidade e obrigaram-no a rever categorias como o corpo e a pessoa. São categorias que estavam fora da atenção do jurista (RODOTÁ, 2008, p. 04-05).


Posteriormente, a tese de Frank Esterbrook foi contestada por diversos pesquisadores na área. Destaca-se a recente tese de doutorado em direito defendida no Brasil por Vinícius Borges Fortes em 2015, o qual cita Lawrence Lessig para responder explicitamente a teoria ora mencionada, argumentando que as percepções e regras jurídicas necessitam evoluir assim como o ambiente do ciberespaço precisa ser desenvolvido e ampliado. Dessa forma, muito mais importante do que a regulação do espaço real, a tutela do ciberespaço representa uma troca no paradigma de regulação, sendo necessário definir mudanças no estabelecimento e desenvolvimento de princípios que ajudem a guiar os novos caminhos do direito, tanto no âmbito real como no virtual Fortes (2016).

Nessa seara, deve ser pontuado que este trabalho se filia à categoria de Paul Bernal (2014), que defende não apenas o reconhecimento do direito à privacidade na internet, mas na definição de um “conjunto de privacidade na internet”. Aqui podem ser inseridos o que alguns autores denominam de “direito ao esquecimento” e “direito à extimidade”⁸⁴, como se demonstrará, a seguir.

Com a leitura de Paul Bernal (2014) é possível observar que existe a necessidade do reconhecimento de direitos-base para a efetiva proteção jurídica da privacidade e dos dados pessoais na internet, bem como a incorporação de fundamentos para efetivação e consolidação do conceito de direitos de privacidade na internet. Assim, passa-se a especificar quais seriam os direitos-base identificados pela doutrina, para que se possa extrair deles o que alguns autores chamam de direito ao esquecimento e direito à extimidade.

São considerados quatro direitos-base que constituem os direitos de privacidade na internet ou, como são denominados originalmente, “Internet Privacy Rights”: o direito de

⁸⁴ Frisa-se que dentro do ordenamento interno brasileiro não há consenso sobre a possibilidade de denominação desses “novos” direitos fundamentais, os quais ainda se apresentam como propostas interpretativas sobre o direito a privacidade e o princípio da dignidade da pessoa humana, sem a existência de uma norma prévia que os regulamente.



navegar com privacidade na internet; monitorar quem monitora; deletar os dados pessoais e proteger a identidade “on-line” Bernal (2014).


O primeiro direito, vincula-se à possibilidade de navegação por diversas páginas da internet, seja na busca de informação, procura de dados, compra de produtos etc., com a expectativa razoável de fazê-lo com privacidade, não como um padrão absoluto, mas como uma regra geral⁸⁵. O segundo – complementar ao anterior – refere-se ao direito de saber quem monitora, o que monitora e para quais fins o faz, pois assim como há momentos em que o usuário deseja navegar com privacidade, há outros, em que não há problema de monitoramento Bernal (2014). O terceiro direito, ligado a possibilidade de deletar dados pessoais, merece aqui uma consideração especial, pois relaciona-se com as bifurcações mencionadas, como o direito ao esquecimento e o direito à intimidade.

Já foi referido no presente texto, que a expressão norte-americana “right to be let alone” trazida por Samuel Warren e Louis Brandeis, para configurar o direito de ser deixado em paz, conferiu início do reconhecimento do direito à privacidade - entendido no sentido atual do termo. Entretanto, tal expressão é frequentemente relacionada como sinônimo de um direito ao esquecimento Fortes (2016). Vale pontuar que de encontro ao entendimento mencionado, Paul Bernal refere que a adequada conceituação para direito ao esquecimento seria “right to be forgotten”, visto que vai além da simples proteção da vida privada, conferindo a possibilidade de um usuário deletar dados e informações pessoais na internet Bernal (2014).

Nesse sentido, Eric Schmidt, em conferência na New York University, referiu que um dos grandes desafios do futuro da internet é a criação de um “botão delete”, para que as pessoas tenham a oportunidade de apagar publicações relacionadas a atos realizados no passado, para os quais não desejam mais exibir resultados de busca ou de páginas indexadas na Web Fortes (2016).

Com relação à origem do termo direito ao esquecimento, pode-se dizer que este foi utilizado primeiramente pelo Tribunal Constitucional da Alemanha. Um dos julgados que ganhou destaque, originário da jurisprudência alemã, é o Caso Lebach, que foi uma Reclamação decidida pelo Tribunal Constitucional alemão em 5 de junho de 1973. Em síntese, no processo conhecido como Caso Lebach, discutia-se o conflito entre liberdade de imprensa e afronta aos direitos da personalidade, tratando de um pedido liminar, formulado por um reclamante que,

⁸⁵ Vinícius Borges Fortes (2006) pondera que evidentemente sugerir isso significa colocar em xeque todos os modelos de negócio que se utilizam integralmente da internet para interagir com os usuários e que estão fundamentados na Web simbiótica.



juntamente com outros dois homens, se envolveram em empreitada criminosa que resultou na morte de quatro soldados, deixando um gravemente ferido. O crime ocorreu à noite, quando os soldados protegiam um depósito de munições que foram roubadas Martinez (2014).

Em agosto de 1970, os dois principais acusados foram condenados à prisão perpétua. Um terceiro partícipe, em razão do auxílio na preparação da ação criminosa, foi condenado a seis anos de reclusão. Momentos antes de ganhar a liberdade por meio de livramento condicional a ZDF (“ZwitesDeutschesFernsehen” – Segundo Canal Alemão), em razão do interesse da opinião pública no caso, produziu um documentário sobre o ocorrido. Apesar da tentativa de impedir a exibição do programa, ele foi ao ar, tendo em vista que seu pleito foi negado diante dos tribunais ordinários (Tribunal Estadual de Mainz e Tribunal Superior de Koblenz), que visualizaram interesse público na divulgação das informações. No entanto, em sede de Tribunal Constitucional alemão, a Reclamação Constitucional foi julgada procedente, pois os julgadores entenderam haver violação ao direito de desenvolvimento da personalidade Martinez (2014).

Ressalte-se que, no caso citado, a reprodução dos fatos se daria citando os nomes e mostrando as fotos dos acusados, com detalhes da relação existente entre eles, incluindo suas relações homossexuais Martins (2014). Sendo assim, mostra-se acertada a decisão do Tribunal Constitucional alemão, já que resta evidente que a exposição de questões de foro íntimo dos acusados, cuja pena já havia sido praticamente cumprida, não apresentava interesse público relevante.

Na Espanha, com relação à proteção dos direitos da personalidade, uma das decisões que adquiriu notável celebridade, em âmbito de Tribunal Constitucional, refere-se à ação movida por Isabel Pantoja em face da comercialização de um vídeo que reproduzia a agonia de seu marido, o toureiro Paquirri, decisão esta de outubro de 1986. O Tribunal Constitucional anulou decisão anterior na qual o Tribunal Supremo entendia que a morte do toureiro não constituía sua esfera íntima. O Tribunal Constitucional entendeu que as cenas vividas dentro da enfermaria não faziam parte do espetáculo taurino Pérez Luño (2012).

Em âmbito internacional, no ano de 2013, o termo direito ao esquecimento foi utilizado pelo Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), quando ele entendeu ser exigível dos mecanismos de busca que estes deixassem de apresentar determinados resultados. Verifica-se que na Europa, assim como em grande parte do mundo ocidental, a proteção de dados possui




um caráter muito importante, podendo-se afirmar que o “derecho al olvido” já é considerado um direito tradicional.

Vale referir que a decisão do TJUE tem relação com o Processo n.º. C-131/12, do qual são partes a “Google Spain SL” e a “Google Inc.” em face da Agência Espanhola de Protección de Datos (AEPD) e Mario Costeja González. No caso em tela, algumas informações relacionadas a Mario Costeja González haviam sido publicadas por um jornal espanhol, em duas de suas edições impressas, no ano de 1998, sendo republicadas, em data posterior, em sua versão eletrônica, disponibilizada na Internet. Desde então, toda a vez em que se pesquisava pelo nome do autor, nos mecanismos de busca, a referida informação era disponibilizada. Não obtendo êxito por meio de requerimento junto à “Google Spain”, o cidadão Mario Costeja González apresentou uma reclamação à Agência Espanhola de Protección de Datos –AEPD, requerendo que fosse exigido a eliminação ou modificação da publicação, para que seus dados pessoais deixassem de ser exibidos Infocúria (2013).

Na data de 13 de maio de 2014 foi realizado o julgamento do referido processo, garantindo-se o direito ao esquecimento ao cidadão europeu no caso em concreto. No referido “leading case”, o Tribunal Europeu reconheceu a responsabilidade das ferramentas de busca pelo processamento de dados pessoais exibidos nos resultados, devendo o direito ao esquecimento, na hipótese concreta, prevalecer sobre o direito do público de conhecer e ter fácil acesso à informação. A informação a ser excluída deve ser interpretada segundo o seu contexto, tendo sido considerada, no caso, ultrapassada e irrelevante, diante do que não seria necessária a sua preservação Martins (2014).

É importante destacar que em âmbito nacional, a jurisprudência igualmente já citou em vários casos a expressão direito ao esquecimento, principalmente depois da edição dos Enunciados n. 531 e 676 do Conselho de Justiça Federal. No primeiro enunciado consta que “a tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento” Justiça Federal (2013); enquanto no segundo ficou assentado que “o direito ao esquecimento pode ser assegurado por tutela inibitória Justiça Federal (2015). Nesse contexto, muitos tribunais já vêm utilizando os referidos Enunciados para tomar suas decisões, seja aplicando o direito ao esquecimento, seja entendendo pela impossibilidade de sua aplicação.

Interessante abrir parênteses para relacionar o terceiro direito-base de Paul Bernal com o quarto, pois deletar os dados pessoais e proteger a identidade “on-line”, de certa forma estão




relacionados, já que apagar ou não informação que remetam à identidade, relacionam-se com a proteção “on-line”.

Quando se trata de proteção “on-line” é cabível entrar-se na seguinte discussão: qual a dimensão pública e/ou privada da internet nos dias de hoje? Deve a internet ser considerada um espaço público ou espaço privado? Dimensionar essa resposta mostra-se absolutamente complexo.

A resposta perpassa, necessariamente, pelo questionamento sobre o que é ciberespaço e o que é internet? Quem defende que na prática a internet é propriedade pública vai ao encontro da possibilidade efetiva dos usuários reivindicarem seus direitos e vê-los respeitados, valendo isso para normas comerciais, propriedade intelectual, difamações etc. Entretanto, é relevante refletir sobre quais partes da internet deveriam ser consideradas públicas ou privadas e, conseqüentemente, de quais espécies de direito alguém que utilize cada uma dessas partes poderá gozar. Assim, a resposta mais adequada a essa pergunta é que todos os espaços da internet deveriam ser públicos, exceto se houver razão conveniente para o contrário. Paul Bernal (2014), ainda, cita uma mudança de paradigma em prol de uma natureza mista, na qual em um espaço privado, os indivíduos controlariam suas próprias configurações de privacidade, enquanto em um espaço público, eles requisitariam a proteção por meio de direitos de privacidade. Com essa mudança a proteção da privacidade torna-se regra geral, sendo que aqueles que desejarem monitorar pessoas ou coletar, utilizar, armazenar dados pessoais precisariam justificar os motivos para a vigilância Bernal (2014).

Nesse cenário, percebe-se que a ideia do privado migra da perspectiva do “privado” para o “pessoal, momento em que os direitos tutelados são as informações pessoais e não necessariamente privadas. Stéfano Rodotá (2008) afirma que se antes a ordenação lógica era “pessoa-informação-sigilo”, agora é “pessoa-informação-circulação-controle-gestão”, significando dizer que uma pessoa não possui apenas o direito de interromper uma informação de sua privacidade que tenha escapulado, mas ao contrário, possui o direito de controlar passiva e ativamente a mesma circulação.

Dessa discussão pode ser inferido o que, atualmente, alguns autores denominam de um novo espaço chamado de extimidade. Este termo é uma construção teórica desenvolvida por Jacques Lacan, que se fez acessível a outras áreas do conhecimento pelos estudos de Serge Tisseron. Assim, extimidade seria a maneira pela qual algumas questões referentes à intimidade são oferecidas aos olhos dos outros, objetivando sua validação ou invalidação e, com isso, a



reapropriação em nova perspectiva daquelas formulações, transformando em maior ou menor medida a primeira pessoa Tisseron (2001).

Aqui é importante colocar que extimidade não seria o oposto de intimidade como afirma Luís Flávio Gomes (2016), em citação na qual menciona que extimidade é lançar ao público algo da privacidade, sendo o oposto a intimidade. Segundo a leitura de Serge Tisseron (2001), a extimidade trata de um desvio do segredo interno, que a partir de uma linha tênue, passa do seu local natural e íntimo para um outro local externo e que indivíduo deseja revelar.

A extimidade pode ser considerada o ato de lançar ao público algo da privacidade, mas não o oposto a mesma, como sublinha o penalista brasileiro. Ou, em outra definição, seria a manifestação ou exteriorização explícita da liberdade de expressão. Daí que extimidade e intimidade não se trata de matérias antagônicas, mas sim uma mesma matéria com destinação distinta.

Para Jon Miller (2011) a extimidade não é o oposto da intimidade, sendo a primeira complementação da segunda. Portanto, Miller (2011) afirma que a extimidade seria a intimidade exteriorizada.

Esse novo espaço, já leva alguns estudiosos a utilizarem o termo “direito à extimidade”, como é o caso de Iuri Bolesina (2016), entendendo o direito à extimidade como direito de gozar ativamente da intimidade, através da exposição voluntária de informações da intimidade em face de terceiros. Certamente, a intimidade que se revela na internet deixa de ser íntima; todavia, ela não se torna pública e sim extima Bolesina (2016). Tal inovação é principalmente utilizada em âmbito virtual, onde o público e o privado se mesclam.

Definitivamente, a internet acabou com os binômios “visível/invisível” e “não visível/privado” e, dessa forma, transformou o espaço público-privado, no que Dominique Cardon chama de cenário de um “jogo de luz e sombras”, um degradê no qual os extremos são a alta e a baixa visibilidade, mas que possui um meio termo de zonas de interação Cardon (2012). Essa mistura entre o público e o privado na internet é certamente uma nova forma de interpretação desses espaços, porque se valendo dessa nova zona entre a baixa e alta visibilidade passa a existir um espaço nem público, nem privado, mas apenas mais ou menos visível.

As francesas Nicole Aubert e Claudine Haroche lançaram um estudo sobre as questões em torno dessa discussão intitulado “Les tyrannies de la visibilité”⁸⁶. Nesse livro, que trata da

⁸⁶ A tirania da visibilidade. Ser visível para existir? Consultar livro em sua versão francesa Aubert; Haroche (2011).



tiranía da visibilidade e da necessidade de se tornar visível para realmente existir, as escritoras afirmam que a palavra visibilidade suscita uma profunda ambivalência, nela se confundindo dois pólos aparentemente antagônicos: o desejável e o indesejável Aubert; Haroche (2011). Nesse mesmo sentido, Serge Tisseron (2011) afirma que os relacionamentos considerados “significativos” passaram da intimidade para extimidade.

Zygmunt Bauman também trata do tema ao trazer uma referência a Alain Ehrenberg, analista do trajeto histórico do indivíduo moderno, quando ele escolhe um acontecimento da década de 1980, no qual certa Vivianne – uma “francesa comum”, declara num “talk show” de TV, logo, diante de milhões de telespectadores, que devido ao fato do marido Michel sofrendo de ejaculação precoce ela nunca teria experimentado o orgasmo Ehrenbert *apud* Bauman (2012). Dois fatos chamaram a atenção de Alain Ehrenberg: atos essencialmente privados foram revelados e foram abertos ao público sem controle Bauman (2012). Na verdade, o que está evidenciado no referido caso, é a eliminação antes sacrossanta entre as esferas públicas e privadas da vida humana. O sociólogo polonês afirma que hoje se vive em uma “sociedade confessional”, realidade esta até então desconhecida, em que microfones são instalados dentro de confessionários, sendo que a partir deles os mais íntimos segredos podem ser revelados Bauman (2012). Para ele teria ocorrido o fim da privacidade, pois atualmente não seria tanto a possibilidade de violação da privacidade que assusta o homem, mas seu oposto, ou seja, que se fechem as portas de saída da privacidade.

Pelo que foi exposto, pode-se perceber que, realmente, a atual sociedade da informação acarretou muitas transformações de sentido no que se pode entender sobre direito à privacidade e seus possíveis desdobramentos como intimidade e vida privada. Assim, a teoria exposta por Paul Bernal sobre direitos de privacidade na internet pode ser uma importante contribuição no aperfeiçoamento desses novos conceitos.

É impossível negar que nas redes sociais existem trocas de diversas informações em um tempo instantâneo, que podem revelar segredos, expor pessoas, notícias, negócios etc. Tudo isso leva a necessidade repensar formas de se refundar a proteção da pessoa humana, sem descuidar da possibilidade de circulação de dados e da negociação com grandes empresas prestadores dos serviços informáticos na busca por uma boa estrada a ser trilhada, conciliando aos interesses da internet com os direitos humanos/ fundamentais.




CONCLUSÃO

A citação colocada na epígrafe do texto, trazendo uma alusão a Aristóteles, reflete o eterno sentir humano que se perpetua de geração em geração. No entanto, Alejandro Touriño (2014) afirma que, na atualidade, é necessário acrescentar uma importante variável a citação do filósofo antigo: o risco do desconhecido. Além disso, pode-se acrescentar o fato de que tudo acontece muito mais rápido; micro e macro informações são trocadas instantaneamente; os dados pessoais são transmitidos, repartidos e transformados mundialmente via internet etc. Mesmo com essas constatações, não é possível concordar com autores que referem ser a internet o maior de todos os males, porque ela é uma realidade irreversível. Logo, é necessário procurar novos contornos para ela, com doutrina, legislação e perspicácia para trilhar possíveis caminhos de destino.

Como já foi demonstrado no decorrer do texto, delimitou-se a pesquisa no direito fundamental à privacidade na internet - conceito de Paulo Bernal - que reconhece quatro direitos-base para efetiva proteção jurídica da privacidade de dados pessoais na internet: o direito de navegar com privacidade na internet; monitorar em monitora; deletar os dados pessoais e proteger a identidade “on-line” Bernal (2014).

Assim, o direito de navegar com privacidade se liga à possibilidade de entrar em diversas páginas da internet, com expectativa de fazê-lo com privacidade; a tutela de monitorar quem monitora vincula-se ao direito de estar navegando com a segurança de saber se está ou não sendo vigiado; o terceiro e o quarto direito sobre a possibilidade de deletar dados e proteger a identidade “on-line”, relaciona-se as bifurcações mencionadas nesse artigo, como o direito ao esquecimento e o direito à intimidade, pois o cidadão merece ter a possibilidade de ter retirada da internet informações que não lhe são mais caras ou que lhe exponham em demasia, prejudicando sua imagem e personalidade.

A possibilidade ou não do direito ao esquecimento e do direito à intimidade serem chamados de “novos” direitos, ainda é um tema recente e por faltar bases consolidadas a respeito, filia-se ao entendimento de que se configuram como desdobramento do direito fundamental à privacidade. É inegável que as novas tecnologias propiciaram diferentes tipos de problemas pessoais e necessidade de outras esferas de regulação, até o ponto em que se menciona uma zona que não é nem pública e nem privada, mas sim “extima”, ou seja, uma informação pode ser tão importante e íntima até o ponto de ser revelada para um número maior



de pessoas que possa ser abarcada para além da zona privada, mas nem tão desprovida de intimidade que possa se tornar pública.

Esse é um problema que gira em torno da necessidade atual das pessoas se tornarem visíveis para existir. Aqui, pode-se mencionar que devido à falta de legislação efetiva, bem como, o tema ainda estar sendo debatido e constantemente alterado, é preciso se recorrer à tutela geral e ampla dos direitos fundamentais para conciliar a proteção integral da pessoa humana com os interesses das grandes empresas envolvidas no fluxo de tecnologias e informações.

REFERÊNCIAS

AUBERT, Nicole; HAROCHE, Claudine. *Les tyrannies de la visibilité. Être visible pour exister?* Toulouse: Éditions Érès, 2011.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10 ed., Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2001.

BALDASSARRE, Antonio. *Privacy e costituzione. L'esperienza statunitense*. Roma: Bulzoni, 1974.

BAUMAN, Zygmunt. **Isto não é um diário**. Rio de Janeiro/RJ: ZAHAR, 2012.

BERNAL, Paul. *Internet Privacy Rights: Rights to protect autonomy*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2014.

BOLESINA, Iuri. Direito à intimidade no ciberespaço e a transformação do binômio público-privado. In: Mostra de pesquisa de direito civil constitucionalizado. **Unisc**. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/ecc/article/view/14341/2783>. Acesso em: 22 mar 2016.

BOLZAN DE MORAIS, José Luis. **As crises do Estado e da Constituição e a transformação espacial dos direitos humanos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

CARDON, Dominique. **A democracia internet: promessas e limites**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

CASTELS, Manuel. **A sociedade em rede**. Trad. Roneide Venâncio Majer com colaboração de Klauss Brandini Gerhard. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

DA CUNHA JUNIOR, Dirley. **Curso de Direito Constitucional**. 2.ed. Salvador: JUSPODIVM, 2008.

DICIONÁRIO AURÉLIO DA LINGUA PORTUGUESA. **Versão on-line**. Disponível em <https://dicionariodoaurelio.com/privacidade>. Aceso em: 27 jul 2016.

DONEDA, Danilo. **Da privacidade à proteção de dados pessoais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

EASTERBROOK, Frank. Cyberspace and the Law of the horse. *University of Chicaco Legal Forum*, 1996.

FORTES, Vinícius Borges. O direito fundamental à privacidade: uma proposta conceitual para a regulação da proteção dos dados pessoais na internet no Brasil. **Universidade Estácio de Sá**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://WWW.academia.edu/17425692/Odireitofundamentalàprivacidade_uma_proposta_conceitual_para_a_regulamentação_da_proteção_dos_dados_pessoais_na_internet_no_Brasil. Acesso em: 28 jul 2016.

GADAMER, Hans-Gerg. **Verdade e Método**. 5. ed. São Paulo: Vozes, 2003.

GOMES, Luiz Flávio. Lei Carolina Dickman e sua (in)eficácia. **IAB - Instituto Avante Brasil**. 2013. Disponível em: <http://institutoavantebrasil.com.br/lei-carolina-dickman-e-sua-ineficacia/>. Acesso em: 19 jun 2016.

INFOCÚRIA. **Jurisprudência do Tribunal de Justiça**. Processo C-131/12. 2013. Disponível em: <http://curia.europa.eu/juris/document/document.jsf?text=&docid=138782&pageIndex=0&doclang=pt&mode=req&dir=&occ=first&part=1&cid=206540>. Acesso em: 14 dez 2015.

JUSTIÇA FEDERAL. **Enunciado 531**. 2013. Disponível em: <http://www.cjf.jus.br/enunciados/pesquisa/resultado>. Acesso em: 03 out 2013.

JUSTIÇA FEDERAL. **Enunciado 576**. 2015. Disponível em: <http://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/publicacoes-1/jornadas-cej/vii-jornada-direito-civil-2015.pdf>. Acesso em: 12 jun 2016.

MARTINEZ, Pablo Domingues. **Direito ao esquecimento**: a proteção da memória individual na sociedade da informação. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2014.

MARTINS, Guilherme Magalhães. Nota do coordenador. *In*: MARTINS, Guilherme Magalhães (coord.). **Direito Privado e Internet**. – São Paulo: Atlas, 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.


MILLER, Jacques Alain. **Extimidad. Los cursos psicoanalíticos de Jacques-Alain Miler**. Trad. Nora A. Gonzáles. Buenos Aires: Paidós, 2011.

MOLINARO, Carlos Alberto; SARLET, Ingo Wolfgang. Breves notas acerca das relações entre a sociedade em rede, a internet e o assim chamado estado de vigilância. *In*: LEITE, George Salomão; LEMOS, Ronaldo (coord). **Marco civil da internet**; São Paulo: Atlas, 2014.

NASCIMENTO, Valéria Ribas do. **O tempo das reconfigurações do constitucionalismo. Os desafios para uma cultura cosmopolita**. São Paulo: LTr, 2011.

PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. **Derechos humanos, estado de derecho y constitución**. Madrid: Tecnos, 1987.

PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. **Los derechos humanos en la sociedad tecnológica**. Madrid: Editorial S.A., 2012.



RODOTÁ, Stéfano. **A vida na sociedade da vigilância: a privacidade hoje**. Trad. Danilo Doneda e Luciana Cabral Doneda. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

RODOTÁ, Stéfano. **Tecnologie e diritti**. Bologna: Il Mulino, 1995.

SALDANHA, Jânia Maria Lopes. **Qual direito para os dados pessoais em tempos de “Big data”**. In: Justificando. Disponível em: <http://justificando.com/2015/03/16/qual-direito-para-os-dados-pessoais-em-tempos-de-big-data/>. Acesso em: 29 jul 2016.

SAMPAIO, José Adércio Leito. **Direito à intimidade e à vida privada**. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SARLET, Ingo Wolfgang, et al. **Acesso à informação como direito fundamental e dever estatal**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

SARLET, Ingo Wolfgang, et al. **Curso de direito constitucional**. 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 19 ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

TISSERON, Serge. Intimité et extimité. In: **Communication**, 88 (Cultures Du numérique), 2011.

TOURIÑO, Alejandro. **El derecho al olvido y a la intimidad en internet**. Madrid: Catarata, 2014.

VAN DIJK, Jan. **The network society**. London: Sage Publications, 2012.

WARREN, Samuel; BRANDEIS, Louis. **The right to privacy**. Disponível em: http://groups.csail.mit.edu/mac/classes/6.805/articles/privacy/Privacy_brand_warr2.html. Acesso em: 27 jul 2016.

CAPÍTULO 15

PRÁTICAS ESPACIAIS: A LÓGICA DE EMPRESAS MINERADORAS NA (RE) ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO⁸⁷

Ana Regina Ferreira da Silva

RESUMO


A principal questão discutida nesta análise evidencia o espaço como resultado das relações que se estabelecem na sociedade, as quais produzem um conjunto de práticas sociais. O objetivo é contribuir para realização de uma discussão conceitual sobre a organização do território, problematizando a lógica de atuação de empresas do ramo da mineração na seleção e apropriação do espaço geográfico. A base empírica de análise foca na instalação de dois empreendimentos mineradores em uma região da Amazônia brasileira, localizadas no município de Serra do Navio, no estado do Amapá, e na região do Vale do Jari, no estado do Pará. Metodologicamente, além de levantamento bibliográfico, a análise conta com entrevistas realizadas *in loco*, em trabalho de campo, desenvolvido no ano de 2011, no âmbito da pesquisa que deu suporte à nossa dissertação de mestrado, concluído no mesmo ano. Os entrevistados são atores sociais locais e agentes públicos atuantes nos municípios em questão. Conceitualmente, dialogamos com vários autores, com ênfase na abordagem de Corrêa (2009), para quem o espaço é produto das relações sociais, é condição para a reprodução social e também meio pelo qual a própria sociedade garante sua existência. Enfatizou-se também o pensamento de Santos (2004), notadamente sobre a formação do espaço, sendo esta realizada por um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, de modo interativo, em que formas e conteúdos, em ação mútua, agem na formação e na transformação do espaço. Como resultado, conclui-se que por meio da implantação das atividades industriais, os empreendimentos da mineração promovem intervenções nos lugares e, desse modo, realizam um conjunto de práticas sociais que interferem, mobilizam e modificam a forma urbana, a economia, e o cotidiano social local. Porém, ainda que as expectativas sejam as melhores em termos de lograr incremento no desenvolvimento socioeconômico para a população local-regional, a instalação dos empreendimentos nos locais escolhidos, apenas promove a apropriação do território local e regional, aumentando o aprofundamento das desigualdades sociais. É o que aponta o exame dos estudos realizados a partir da realidade vivida em Serra do Navio e na região do vale do Jari.

PALAVRAS-CHAVE: espaço, território, Amazônia, mineração industrial.

INTRODUÇÃO

A questão central no presente trabalho é evidenciar o espaço como resultado das relações que são estabelecidas na sociedade, as quais produzem um conjunto de práticas sociais. É por meio dessas práticas que ocorrem os diversos processos que mantêm, desfazem e refazem

⁸⁷ Esse trabalho integra ações do projeto “Transfronteirizações na América do Sul: dinâmicas territoriais, desenvolvimento regional, integração e defesa nas fronteiras meridional e setentrional do Brasil” (Edital CAPES PRÓ-DEFESA), do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da FAPERGS e do LABETER.



as interações e as formas espaciais resultantes das condições dadas por cada sociedade, em dado momento histórico, e das técnicas que se dispõem para o engendramento da organização espacial.

Deriva desse processo a reprodução das relações sociais de produção da sociedade. Ou seja, o produto que advém dessas relações ao mesmo tempo determina suas condições de reprodução. A partir dessa relação se fazem as escolhas para o melhor aproveitamento do espaço, bem como, seu controle e sua gestão ao ser territorializado e, assim, diferenciado, selecionado, dividido e disputado pelas práticas sociais.

É dessa forma que ao projetarem seus empreendimentos, as empresas comerciais planejam sua intervenção nos lugares onde deverão se instalar e, desse modo, normalmente contribuem para o desenvolvimento de projetos que interferem, mobilizam e modificam a forma urbana, a economia, e provocam outras influências no âmbito do social. Tais interferências muitas vezes podem ser até de ordem política, já que após a seletividade, o uso do espaço depende de decisões articuladas e apoiadas pela ação governamental.


Assim, ao se tornarem sede dos empreendimentos empresariais implantados, os lugares são afetados diretamente pelas transformações de ordem física e socioespaciais, já que fenômenos como migração, mobilidade e urbanização são alguns dos processos desencadeados por ações desenvolvidas a partir da lógica de intervenção de determinadas empresas que, dessa maneira, interferem na organização do território.

A partir dessas considerações iniciais, objetivamos neste artigo, realizar uma breve discussão conceitual acerca da organização do território, problematizando a lógica de atuação de empresas mineradoras na seleção e uso do espaço geográfico, tendo como base a instalação de dois desses empreendimentos no município de Serra do Navio e na região do Vale do Jari, nos estados do Pará e do Amapá.

Metodologicamente, além de levantamento bibliográfico esse trabalho conta com entrevistas realizadas *in loco* em trabalho de campo, desenvolvido no ano de 2011, no âmbito da pesquisa que deu suporte à nossa dissertação de mestrado (SILVA, 2011).

CONCEITUANDO PRÁTICAS SOCIAIS NO ESPAÇO E NA ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Um pensamento-chave para a ciência geográfica é o conceito de espaço e este, segundo Corrêa (2009), não é qualquer produto, mercadoria, coisa, objeto ou instrumento. Para o mesmo autor, o espaço também não pode ser visto como um vazio, puro ou absoluto, nem como o lugar



da instrumentalização de ações políticas ou apenas o produto das relações que se estabelecem na sociedade. Nesse sentido, o espaço é o lócus da reprodução das relações sociais de produção.


Compreende-se assim, que o espaço é resultado das relações que ocorrem na sociedade e das vivências cotidianas que estabelecem estreita relação com as práticas sociais. E para, além disso, o produto dessas relações determina suas condições de reprodução. Portanto, para Corrêa (2009), o espaço é produto das relações sociais, é condição para a reprodução social e também meio pelo qual a própria sociedade garante sua existência.

Consideramos também o pensamento de Santos (2004, p. 63), para quem “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não analisados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Há, portanto, um movimento de interação entre os sistemas, pois ao mesmo tempo em que os sistemas de objetos condicionam a maneira como ocorrem as ações, o sistema de ações possibilita a criação de novos objetos ou se realiza sobre outros já existentes. Isso quer dizer que são formas e conteúdos sociais, que em ação mútua, agem na formação e na transformação do espaço.

Ponderamos assim, que a realização das práticas espaciais sugere, e ao mesmo tempo requer, o controle do espaço. Por meio dessas práticas ocorrem os processos de territorialização, de gestão, planejamento e de organização ou ordenamento do território. É, portanto, o território um espaço onde se projetou trabalho, energias e informação, revelando relações marcadas pelo poder (RAFESTTIN, 1993). Porém, mesmo que se apoie no espaço, o território não se confunde com este, visto que o território é uma produção a partir do espaço inscrito num campo de poder.

Nesta acepção, o espaço antecede o território, e este, apenas se concretiza por meio das relações sociais que se efetivam naquele. Ou seja, espaço e território se complementam e também se sobrepõem (CANDIOTO; SANTOS, 2009). Há uma relação em que o espaço ao ser transformado socialmente constrói o território, e este, por sua vez, e ao mesmo tempo, apropria-se desse espaço. Assim, a construção do território “... não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço” (RAFESTTIN apud SAQUET, 2009, p.78-9).

Portanto, o território é produto da ação humana que se efetiva no espaço, a qual é dada pela realização das atividades de produção, ações políticas, redes de circulação e de comunicação, representações simbólicas, tessitura de malhas, enfim, é onde ocorre uma diversidade de relações e onde se constituem as diversas territorialidades.



Portanto, o processo de construção da sociedade ocorre pelo conjunto das ações humanas exercidas sobre determinado espaço e realizadas de forma consciente, em que se sabe identificar as melhores condições existentes para o atendimento das necessidades de seu tempo. Esse conjunto de ações são práticas espaciais classificadas e discutidas por Corrêa (2009) e darão suporte a esta análise. Assim, devemos considerar que:

No processo de organização de seu espaço o Homem age seletivamente. Decide sobre um determinado lugar segundo este apresente atributos julgados de interesse de acordo com os diversos projetos estabelecidos. A fertilidade do solo, um sítio defensivo, a proximidade da matéria-prima, o acesso ao mercado consumidor ou a presença de um porto, de uma força de trabalho não-qualificada e sindicalmente pouco ativa, são alguns dos atributos que podem levar a localizações seletivas (CORRÊA, 2009, p. 36).


Esta abordagem do autor relativa à seletividade do espaço mostra uma melhor compreensão sobre a atuação de grandes empresas no processo de construção social do espaço geográfico. No caso daquelas que exploram o ramo das atividades mineradoras, há uma prática identificada historicamente por vários estudos, que influencia diretamente na transformação geográfica dos lugares, como no surgimento de periferias urbanas e até de novas cidades, bem equipadas ou não, em função das expectativas de geração de trabalho oferecidas pelas mesmas.

Podemos identificar de imediato, pelo menos três situações decorrentes da instalação de empreendimentos da mineração industrial em espaços escolhidos por antemão. Primeiro, as empresas projetam uma ampla logística nos lugares, como na edificação de núcleos urbanos, identificados por *company towns* ou cidade-empresa, a fim de abrigar seu quadro de pessoal previamente selecionado. Segundo, em busca de trabalho, muitas pessoas migram e se alojam em espaços nas proximidades da atividade mineradora, e, mesmo não conseguindo o emprego desejado, constroem ou alugam casas em áreas precárias em saneamento básico. Terceiro, trabalhadores contratados com baixos salários, também se alojam em bairros carentes de infraestrutura básica e, assim como no segundo caso, é um processo que contribui para o surgimento ou ampliação de periferias urbanas e/ou de novas cidades.

As cidades de Serra do Navio, Vitória do Jari e Laranjal do Jarí, sedes de municípios de nomes idênticos, situados no estado do Amapá, na região Norte do Brasil, são exemplos do surgimento de cidades como produto da prática empresarial na exploração da atividade mineral.

A ATUAÇÃO DA INDÚSTRIA DA MINERAÇÃO NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO GEOGRÁFICO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

A cidade de Serra do Navio, no estado do Amapá, teve origem com a chegada da Empresa Sociedade Indústria e Comércio de Minérios Ltda. (Icomi), a qual se estabeleceu a

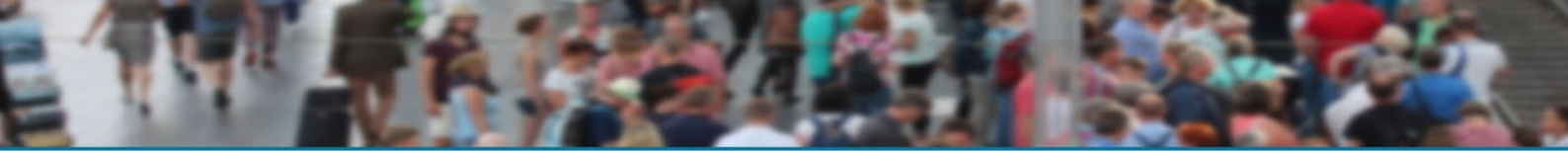


partir dos anos de 1940, com a exploração do mineral manganês. Além da construção de uma estrada de ferro para a exploração da mineração e outras intervenções no espaço, o empreendimento projetou e construiu uma vila operária sob padrões modernos e a chamou de Serra do Navio. A finalidade foi garantir saneamento, água tratada, energia elétrica, escolas, hospital, áreas esportivas e recreativas, e outros benefícios de infraestrutura, para instalar seus funcionários e seus dependentes. Porém, a vila deveria acolher somente os trabalhadores da Icomi, ou seja, as pessoas que não trabalhavam no empreendimento não tinham acesso a esses serviços.

A exploração da atividade da mineração industrial em Serra do Navio foi iniciada com o estudo do potencial hidráulico do rio Araguari, garantido pelo Decreto nº 35.701/1954 (PORTO et. al., 2009). Posteriormente a esta etapa, o poder público instituiu o manganês como reserva nacional, por meio do Decreto-Lei nº 8.958/1946, o qual foi revisto no ano de 1950. Em 1953 o governo autorizou a Icomi a explorar a mina de manganês em Serra do Navio por 50 anos, porém, em 1998 a empresa anunciou o encerramento de suas atividades. Com isso, a mesma foi vendida para a empresa Tocantins Mineração Ltda., em 2003, pelo valor simbólico de um real, sendo um ato realizado como artifício para evitar processos judiciais. Em fevereiro de 2014, após o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) reconhecer que cerca de 3,9 milhões de toneladas daquele minério que estavam estocados em Serra do Navio pertencem à Icomi, a Tocantins Mineração anunciou a retomada das atividades paralisadas desde 2007 (Amapá, 2014).

Já na região do Vale do Jari, localizada entre os estados do Amapá e do Pará, na confluência dos rios Jari e do Amazonas, mais especificamente na abrangência do município paraense de Almeirim, podemos observar outro exemplo de intervenções no espaço geográfico que transformaram a realidade local e regional. Neste município está instalado o Projeto Jari⁸⁸, um complexo econômico de vasta dimensão, que engloba simultaneamente, atividades da indústria, da agricultura e de extração mineral e vegetal.

⁸⁸ O Complexo Industrial do Jari está situado na região do Vale do Jari e foi implantado em meados da década de 1970 objetivando fornecer celulose para o mercado mundial (PORTO, 2010). Em 1978 foi instalada a Caulim da Amazônia S.A. (Cadam) no distrito de Munguba (Almeirim – PA), porém, depois de sucessivos entraves econômicos nos anos 1980 e 1990, o programa foi repassado a um novo grupo de empresários originários de São Paulo, o grupo ORSA, uma das principais organizações brasileiras no setor de madeira, celulose, papel e embalagens, com atuação também no mercado de produtos florestais não madeireiros, e que reúne a ação integrada de três empresas – Jari Celulose, Papel e Embalagens S.A, Orsa Florestal e Ouro Verde Amazônia (BRACELPA, 2014).



Para suprir necessidades desse empreendimento foi construída uma sofisticada logística, composta por agrovilas e demais equipamentos de prestação de serviços urbanos, no distrito de Monte Dourado, pertencente à Almeirim, para acolhimento dos funcionários da empresa e da população residente na localidade. Entretanto, a referida logística criou uma situação bastante peculiar entre Monte Dourado e a sede do município em que, ambos, vivem em separado, realidades completamente distintas. A situação vivenciada em Almeirim é atípica, pois na prática, é como se fossem dois municípios diferentes.

No distrito de Monte Dourado existe uma relação de dependência com as empresas que prestam serviço terceirizado ao Projeto Jari, como no caso do Grupo Orsa e da Cadam, entre outras. Por essa razão, a prestação dos serviços é realizada de forma diferenciada. É o caso do serviço de telefonia móvel, por exemplo, que é subsidiada de forma precária na sede do município, enquanto que o distrito de Monte Dourado é assistido por todas as operadoras. Entretanto, mesmo Monte Dourado sendo favorecido pelas empresas e contando com serviços de forma totalmente diferenciada com relação à sede do município, sua gestão é da prefeitura de Almeirim.

Milton Santos analisa, no prefácio do livro de Piquet (1998), sobre o atrelamento da vida cotidiana ao comando de determinada empresa:

O território e as coletividades nele instaladas ficam submetidos a uma duplicidade de atores normativos {...}. Essa interdependência põe em relevo um certo papel condutor da iniciativa privada: os empregos que cria acabam sendo mais dinâmicos que os produzidos pelo poder público, porque agem em sistema sobre as outras atividades e desse modo influenciam a vida regional e local. Os orçamentos municipais tornam-se, desse modo, induzidos mais do que indutores, paralelamente mais conduzidos que condutores; a própria cidade, como paisagem e como espaço econômico e social, acaba tendo a sua vida atrelada à da empresa; e, finalmente, a política da cidade e da região fica subordinada a um duplo comando, no qual os interesses particulares tendem a dominar sobre os interesses coletivos (SANTOS, apud PIQUET, 1998, p. vii e viii).

Essa é a realidade vivenciada no município de Almeirim, na qual o distrito de Monte Dourado é equipado com serviços para atender às demandas da espacialidade do empreendimento minerador, porém, concorre com a administração da sede do município, que não consegue oferecer serviços de qualidade à população local. Ou seja, o empreendimento empresarial construiu a sua cidade e a equipou segundo suas necessidades, por isso é proprietário dos equipamentos urbanos nela instalados. Dessa forma, essa dinâmica socioeconômica promove processos de segregação funcional, de marginalização de segmentos sociais e, portanto, de desigualdades sociais.



Nesse sentido, a lógica de atuação dessas empresas deixa a população local e de seu entorno dependente não apenas de emprego, mas também, de vários outros aspectos da vida cotidiana, o que na prática funciona como controle da vida das pessoas. Assim, quando as empresas resolvem retirar o “apoio” ora oferecido, essa relação de dependência pode trazer grandes prejuízos tanto para a gestão pública municipal quanto para a população, que é a primeira a ser atingida em suas necessidades básicas. É exatamente isso que ocorreu em Almeirim, como visto no depoimento do secretário de administração e planejamento:

O hospital de Monte Dourado possui 112 leitos. É um hospital de primeiro mundo. Mas está agora parecendo um elefante branco, bem dizer, só funcionando o pronto socorro. Porque as empresas que mantinham o hospital, a Jari, a Cadam e as outras, fizeram o hospital deles e abandonaram o hospital que atendia a população. E agora o município tem que arcar com os dois hospitais e não tem condições. Antigamente o hospital de Monte Dourado era referência na região, vinha gente do estado do Amapá e da capital Macapá para ser atendido lá. Já teve época dele ter quinze, vinte médicos. Mas a empresa Jari, que é um projeto grande, dava esse apoio ao governo. Agora não dá mais. Então o nosso problema maior é esse no momento: a questão de ter duas cidades para administrar. E aí nos ficamos com esse peso nas costas (Antonio Barros, secretário de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Almeirim. Entrevista concedida em 16/03/2011)

No relato se manifestam várias facetas dessa realidade, perpassando de forma muito clara pela dimensão política, inclusive da própria incapacidade administrativa da gestão, em encontrar alternativas para o bom atendimento público à população local. Na sede municipal não há hospital e a prefeitura recebe uma estrutura de “hospital de primeiro mundo” e é incapaz de mantê-la, revelando a fragmentação da gestão do território por parte da administração pública. Segundo Tostes et al (sd), com a saída da Icomi nos anos de 1990, a prefeitura de Serra do Navio também enfrentou muitas dificuldades no direcionamento político do município e no controle sobre o patrimônio deixado pela empresa, além de demonstrar fragilidade na arrecadação dos tributos.

Mas também, é um exemplo de uso corporativo do território, com valor de troca, transformado em mercadoria, como prática espacial de apropriação segundo a lógica de gestão empresarial baseada no atendimento dos interesses privados, sem considerar a dinâmica social de seu entorno. Por outro lado, as práticas espaciais das empresas são alicerçadas em planejamentos de ação para o seu próprio funcionamento e, também, para assistir aos locais descobertos como aptos ao desenvolvimento de sua atividade. Sendo que os planos de ação e de intervenção nos lugares se estendem desde os campos do econômico, do social e do urbano, ao político.

No planejamento de intervenção espacial e política, as empresas projetam o controle de porções diferentes do espaço, no caso, os considerados em potencial para que haja uma




complementaridade da atividade mineradora, em função de sua própria expansão e fortalecimento econômico. Entretanto, se por um lado, a construção de equipamentos urbanos de padrões modernos, como na Vila Operária de Serra do Navio e de Monte Dourado, foi minuciosamente arquitetada para o bom atendimento de um público específico, por outro, a impossibilidade em atender de forma satisfatória a demanda gerada por mão de obra, boa remuneração e padrão de vida de qualidade, cria consequências socioespaciais que aprofundam o quadro de desigualdades sociais no entorno onde se instalou o empreendimento.

Outras cidades, como Laranjal do Jari e Vitória do Jari, ambas pertencentes ao estado do Amapá e integrantes da região do vale do Jari, surgiram da necessidade de sobrevivência das pessoas que não tiveram sua mão de obra absorvida pelo Complexo do Jari. O depoimento do chefe de departamento do distrito de Monte Dourado (da Prefeitura de Almeirim – PA), que também é morador de Laranjal do Jari, assim constata:

Quando fizeram o projeto, eles não pensaram o outro lado da coisa. Surgiu Laranjal e Vitória como reflexo negativo do projeto, porque eles não pensaram sobre como fazer uma cidade mais detalhada, mais estruturada. O pessoal vinha, trabalhava na empresa, e quando ela não os queria mais, mandava embora. Como eles não tinham pra onde ir, a alternativa foi fundarem essas duas cidades na beira do rio. E também a empresa fez represálias a essas pessoas que tentaram se instalar do outro lado. Mas foi indo, foi tendo resistência, e hoje nós temos o município de Laranjal e o município de Vitória, nascidos assim. Porque não se tinha para onde ir (os trabalhadores sem emprego). Aqui não podia ficar porque era privado. As casas só eram para quem era funcionário da empresa, então quem não era teria que voltar para casa. (Magnandes Costa Cardoso, chefe do Departamento do Distrito de Monte Dourado da Prefeitura Municipal de Almeirim – PA. Entrevista concedida em 16/03/2011)

A ocupação da vila em Monte Dourado, quando de sua implantação na década de 1970, foi prevista para 10.000 habitantes, entretanto, no ano de 1988 esse número chegou a cerca de 60.000 pessoas (CARNEIRO, 1988). Foi assim também que surgiu Laranjal do Jari, inicialmente um povoado denominado “Beiradão”, às margens do rio Jari quando muitos trabalhadores com pouca instrução e capacitação migraram para a região em busca de trabalho. Não diferente, Vitória do Jari, inicialmente chamada “Beiradinho”, por enfrentar as mesmas condições com a construção de casas de madeira sobre o rio, foi posteriormente desmembrada de Laranjal do Jari, constituindo-se em imensa palafita fluvial com sérios problemas socioambientais (TOSTES, 2008).

Portanto, a partir da industrialização empreendida, o projeto Jari estimulou intenso fluxo migratório para a região no seu entorno e contribuiu decisivamente para um processo de urbanização de dupla face. De um lado a edificação de um padrão moderno devidamente planejado no distrito de Monte Dourado. Por outro, a constituição de uma situação de




marginalização de um expressivo contingente populacional, o suficiente para o surgimento de duas cidades sem qualquer planejamento prévio e, assim, sujeitas à precarização social.

Esse quadro denuncia um processo de fragmentação do espaço que o diferencia política e socialmente: há aqueles que concentram a riqueza produzida e aqueles que são expropriados, configurando fenômenos de segregação socioespacial. Pode-se deduzir, com isso, que a produção do espaço está inserida na lógica da acumulação do capital, onde a relação de uso e de troca se apresenta hegemônica pela ação das empresas mineradoras. Estas, para manter suas estratégias de dominação e lógica de reprodução econômica causam degradação da vida das pessoas, que outrora, viam nessas empresas, uma perspectiva de inserção social bastante diferente.

Compreende-se assim, a forma como o espaço-território vem sendo apropriado pela sociedade, principalmente a partir no final século XX, com a emergência do fenômeno da globalização, o que tem proporcionado um processo de alienação e uso corporativo do território (SANTOS, 1996). A dinâmica de atuação das empresas seleciona e planeja os lugares, e ao mesmo tempo, realiza adaptações de fechamento ou de abertura de novos postos de trabalho, de modo a garantir a reprodução de sua atividade. Nesse sentido, lugares anteriormente atrativos à reprodução do capital, em momento diferente podem ser abandonados devido à exaustão de suas riquezas, por falência ou por diferentes motivos, enquanto que outros, antes vistos sem aptidão econômica, podem ser potencializados pelo capital.

Os investimentos realizados constituem-se, via de regra, verdadeiros complexos infraestruturais abrangendo extração, produção, transporte, instalações urbanas, entre outros, que oferecem possibilidades de trabalho e de melhores condições de vida e, por isso, atraem milhares de pessoas que estão em busca de empregos. Entretanto, no caso da atração de fluxos migratórios intensos e da concentração de investimentos em determinados eixos do território regional, entre os resultados imediatos, os impactos no crescimento urbano e, com isso, a estruturação e reestruturação dos municípios-sede dos empreendimentos, implicam no aprofundamento das desigualdades socioespaciais.

Nesse contexto, aferimos que as práticas espaciais das corporações empresariais devem ser analisadas dentro do amplo contexto sociopolítico do País, já que se constituem na base dos arranjos que contribuíram para desencadear, além dos processos de urbanização e industrialização, outros fenômenos de migração, favelização e marginalização socioespacial. Nesta conjunção, devemos considerar a atuação do governo federal que planeja a execução de



políticas públicas de âmbito estadual, nacional e regional, com implicações na política econômica internacional.

Desse modo, a combinação dos incentivos governamentais, fiscais e investimentos de infraestrutura resultam na estruturação e/ou reestruturação de novas áreas urbanas e estimulam o surgimento de novas atividades, notadamente de prestação de serviços, porém, com base em modelos que privilegiam setores econômicos particulares.


CONSIDERAÇÕES FINAIS

A espacialização e o desenvolvimento da atividade de exploração de riquezas minerais da indústria da mineração se desdobram em um conjunto de práticas espaciais que exercem grandes influências na organização do espaço geográfico, notadamente nas escalas local e regional do País. São influências que exercem pressão sobre a configuração do espaço imediato utilizado pela atividade ao demandar grande suporte logístico para atender às etapas de extração, beneficiamento e transporte do bem mineral, bem como, na atração de grande contingente de pessoas em busca de trabalho. Tudo isso implica em fortes impactos sobre a sociedade, principalmente na reconfiguração do território, sobretudo local e regional.

As ações dos empreendimentos mineradores inscritos em determinado município-sede extrapolam a espacialidade de sua ação de extração mineral, ensejando transformações de natureza física, socioespaciais e socioeconômicas que afetam diretamente a dinâmica regional de dada realidade territorial. As alterações na vida local e regional são sentidas imediatamente em decorrência do rápido aumento da população, pois o atendimento nas áreas da educação, saúde, moradia, assistência social e em outras necessidades básicas, não são suficientes para contemplar todo o novo contingente populacional local.

Portanto, a lógica de atuação de empresas mineradoras na seleção e ocupação do espaço, com base na análise da instalação dos empreendimentos no município de Serra do Navio e na região do Vale do Jari, evidencia a ocupação do território como resultado das relações que as mesmas estabeleceram na sociedade. Por meio de suas ações os empreendimentos da mineração industrial produzem sua intervenção nos lugares e, desse modo, realizam um conjunto de práticas sociais que interferem, mobilizam e modificam a forma urbana, a economia, e o cotidiano social local.

E embora as expectativas sejam as melhores em termos de lograr incremento no desenvolvimento socioeconômico para a população local-regional, com a instalação dos empreendimentos nos locais escolhidos, nos exemplos tomados a partir da realidade em Serra



do Navio e na região do vale do Jari, particularmente na região amazônica, os mesmos promoveram, na verdade, a apropriação do território regional estimulando o aprofundamento das desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ. **Empresa diz que retomará exploração de minério em Serra do Navio, no AP.** G1 Amapá Rede Amazônica. Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2014/06/icom-diz-que-retomara-exploracao-de-minerio-em-serra-do-navio-no-ap.html>. Acesso em 24/09/2014.

AZEREDO, Sérgio de; GUIA, Virgínia Rennó dos Mares. **Governança metropolitana e reforma do estado - o caso de belo horizonte.** Revista brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, nº 3 /Out, 2000.

BRACELPA. Grupo Orsa. **Associação Brasileira de Celulose e papel.** Disponível em: <http://bracelpa.org.br/bra2/?q=node/305>. Acesso em 24/09/2014.

CANDIOTTO, L. Z. P.; SANTOS, R. A. dos. Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009, p.315-40.

CARNEIRO, Glauco. **Jari, uma responsabilidade brasileira: origens e nacionalização do controle do projeto Jari.** São Paulo: Lisa, 1988, 96 p.

CARVALHO, Guilherme; MALERBA, Juliana. Direitos territoriais e a expansão da fronteira de exploração mineração sobre a Amazônia. IN: BARROS, Joana; SILVA, Evanildo Barbosa da; DUARTE Livia. (Orgs.). **Cidades, indústrias e os impactos do desenvolvimento brasileiro.** Cadernos de Debates 3. Rio de Janeiro: FASE, 2015, p. 75-96.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas.** 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. P. 15-47.


COELHO, Maria Célia Nunes, et al. **Regiões do entorno dos projetos de extração e transformação mineral na Amazônia Oriental.** Novos Cadernos do NAEA. Vol. 8, num, 2, 2005. Belém: NAEA/UFPA, 2005, p. 73- 107.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.

MONTEIRO, Marcílio de Abreu. **Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional.** Estudos Avançados, São Paulo, v.19, n.53, jan./abr. 2005.

PIQUET, Rosélia. **Cidade-Empresa: Presença na paisagem urbana brasileira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

PORTO, Jadson Luiz Rebelo et. al. **Dilemas territoriais amapaenses: a (des) configuração de um estado em construção.** XII Encontro de Geógrafos da América Latina. Montevideu, 2009.



_____. **Interações espaciais entre territórios periféricos no norte da América do Sul.** In: I Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder, 2009, Curitiba-PR. Disponível em: <<http://www.unicuritiba.edu.br/simposio>>. Acesso em: 13 out. 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: ____; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs). **Territórios e territorialidades** – teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p.73-94.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço** – técnica e tempo, razão e emoção. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2004. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, M. **O retorno do território.** In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território:** globalização e fragmentação. Anpur/Hucitec: São Paulo, 1996.

_____. Milton. Prefácio. In: PIQUET, Rosélia. **Cidade-Empresa:** Presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

SPOSITO, Eliseu S.; SPOSITO, Maria E. Beltrão.; SOBARZO, Oscar (Org.). **Cidades médias:** produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SILVA, Ana Regina F. da. **Perspectivas das políticas territoriais na faixa de fronteira internacional da Amazônia oriental brasileira:** estados do Pará e do Amapá. Belém: Publit, 2011.

TOSTES, José Alberto. **Implicações e transformações na paisagem urbana das cidades de Oiapoque (norte) e Laranjal do Jari (sul) no estado do Amapá.** Seminário Internacional – Amazônia e Fronteiras do Conhecimento – NAEA/UFPA, Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/siteNaea35/anais/html/geraCapa/FINAL/GT5-209-1224-20081123112418.pdf>. Consultado em 23 de jul de 2015.

_____. et al. **Serra do Navio: o mito da cidade no meio da selva.** Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT3-556-457-20080515094101.pdf>. Consultado em 23 de jul 2015.

CAPÍTULO 16

CULTURAS, TERRITÓRIOS E IDENTIDADES: DIALOGICIDADE ENTRE SUJEITOS POLÍTICOS

Gáudia Maria Costa Leite Pereira
João Batista de Oliveira
Wagner Lins Lira
Jorge Luiz Schirmer de Mattos

RESUMO


Ao fazer imersões nas regiões de desenvolvimento do Estado de Pernambuco, como parte da estratégia didática do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT), buscou-se compreender a complexidade das relações que, historicamente, foram sendo construídas, forjando sistemas de interconexões entre os diferentes sujeitos. Esse estudo tem como objetivo elucidar três conceitos: Identidade, Cultura e Territorialidades, através de levantamento bibliográfico, de modo que seja possível perceber as diferentes abordagens e a interação desses conceitos nas relações do cotidiano da população local, destacando a qualidade da relação com o Estado como importante para produzir incidências em prol de justiça social. Percebeu-se que, embora o espaço físico seja geograficamente localizado, seus contornos de limites não são rígidos, mas o pertencimento identitário manifestado em fenômenos culturais comuns distingue o Território da Chapada do Araripe dos demais territórios do Semiárido.

PALAVRAS CHAVES: Meio Ambiente; Pernambuco; Semiárido; Territorialidade.

INTRODUÇÃO

O Território da Chapada do Araripe está localizado no Semiárido brasileiro, abrangendo os Estados de Pernambuco, Ceará e Piauí. Ao ser abordado como objeto de estudo no PPGADT foi considerado como sendo palco de diversas manifestações culturais e identitárias, bem como meio ambiente complexo, pois reúne os biomas de brejo de altitude e caatinga.

Para fazer essa reflexão almejando entendimentos dos conceitos de Cultura, Identidade e Território, tendo como referência as dinâmicas mais amplas do Semiárido brasileiro e a Agroecologia como alternativa para uso racional dos recursos do Território, serão consideradas na literatura as dimensões ambiental, social, econômica e cultural, através de olhares por diversas perspectivas: movimentos sociais, agricultores familiares e pesquisas acadêmicas. Bem como, a descrição busca propiciar uma visão sistêmica desses conceitos que interagem nas situações complexas presentes nas relações interpessoais no Território do Araripe e no Semiárido, enquanto campo de disputas de muitos interesses antagônicos.



Nesse contexto, os termos Culturas, Identidades e Territórios devem ser compreendidos sempre no plural, pois no mesmo ambiente comum ao sertanejo caatingueiro, o Semiárido se nos apresenta com várias feições que interagem, entre si, de forma multifacetada.

Esse estudo buscou, portanto, elucidar três conceitos: Identidade, Cultura e Territorialidades e está dividido em três partes, a primeira traz conceituações sobre cultura, identidade e território e, a segunda, aborda o Semiárido enquanto cenário de múltiplas manifestações culturais e a terceira parte coloca o Estado enquanto agente protagonista.

Essa reflexão se justifica pelo fato de que para entender as dinâmicas sociais da população local e suas relações com o meio ambiente, é necessário que seja compreendido como as percebem a si e seus instrumentos sociais (instituições) e o seu meio, tido como fonte de recursos para a sobrevivência física e espiritual. Bem como, compreender quais elementos subjetivos permeiam as relações entre ambos e servem de referência para a atribuição de sentido aos eventos.


CONCEITOS

Conceito de culturas

O sentido de cultura é vasto e atende a várias situações, mas a necessidade de sua afirmação e distinção, enquanto um conceito, só se faz necessário em situações de choques de interpretações da realidade – choque cultural. Antes disso, a cultura está tão arraigada no modo de vida da sociedade que é imperceptível.

Para essa compreensão, a Antropologia tem contribuído ao colocar elementos que favoreçam o entendimento e a tolerância entre os povos, respeito aos valores sociais particulares de cada grupo e enfatizando que os modos de vida sejam relativizados e não operem como fatores que produzam exclusão social ou operem fomentadores de discórdias e violências. Essa temática das culturas tem estado presente nas discussões dos vários países e é uma preocupação relevante, tanto dos líderes mundiais quanto regionais, conforme destaca a UNESCO (2009).

Para alguns, a diversidade cultural é intrinsecamente positiva, na medida em que se refere a um intercâmbio da riqueza inerente a cada cultura do mundo e, assim, aos vínculos que nos unem nos processos de diálogo e de troca. Para outros, as diferenças culturais fazem-nos perder de vista o que temos em comum como seres humanos, constituindo assim a raiz de numerosos conflitos. Este segundo diagnóstico parece hoje mais crível na medida em que a globalização aumentou os pontos de interação e fricção entre as culturas, originando tensões, fraturas e reivindicações relativamente à identidade, particularmente a religiosa, que se convertem em fontes potenciais de conflito. Por conseguinte, o desafio fundamental consistiria em propor uma perspectiva coerente da diversidade cultural e, assim, clarificar que, longe de ser ameaça, a diversidade pode ser benéfica para a ação da comunidade internacional 1). (UNESCO, 2009, p. 1).



Historicamente, o termo “Cultura” passou a ser estudado pela Antropologia, surgida como uma extensão e ruptura da sociologia. (LARAIA, 2001), a partir de uma nova abordagem teórica, quando pesquisadores europeus e estadunidenses buscaram compreender as formas de vida dos povos diferentes do “mundo ocidental” – tido como civilizado e desenvolvido. Por essa perspectiva eurocêntrica, os estudiosos pesquisaram os chamados “povos primitivos”, especialmente nos continentes africanos e sul-americanos.

Um dos importantes teóricos da Antropologia, Franz Boas, chegou à conclusão de que existem culturas no plural, pois são tão diversas quanto há sociedades e agrupamentos humanos. (BOAS, 2005). Para Roberto da Matta, a cultura opera como um mapa que guia e orienta todas as ações das pessoas e, enquanto categoria de análise, pode receber diferentes significados:


Outro dia ouvi uma pessoa dizer que “Maria não tinha cultura”, era “ignorante dos fatos básicos da política, economia e literatura”. Uma semana depois, no Museu onde trabalho, conversava com alunos sobre “a cultura dos índios Apinayé de Goiás”, que havia estudado de 1962 até 1976, quando publiquei um livro sobre eles (Um mundo dividido). Refletindo sobre os dois usos de uma mesma palavra, decidi que esta seria a melhor forma de discutir a ideia ou o conceito de cultura tal como nós, estudantes da sociedade a concebemos. Ou, melhor ainda, apresentar algumas noções sobre a cultura e o que ela quer dizer, não como uma simples palavra, mas como uma categoria intelectual é um conceito que pode nos ajudar a compreender melhor o que acontece no mundo em nossa volta (MATA, 2012, p. 121).

Conceituações sobre Territórios

Considerando que as culturas se manifestam em territórios geográficos ou simbólicos, o conceito de Território também tem sido objeto de muitas reflexões e estudos, especialmente, quando se discute mecanismos de desenvolvimento buscando superar o atual modelo hegemônico, generalista e focado na dimensão econômica.

Para pensar um modelo de desenvolvimento que seja sustentável, a ser implantado em um território, é fundamental que se compreenda o ambiente onde serão realizadas as operações antrópicas. Percebido por esse viés teórico, o Território, além do aspecto espacial geográfico, é também um local de Cultura, de Identidades e de Ecossistemas. Tem potencial, mas também tem limites e exige uma relação dialógica, includente e sistêmica, tanto com as pessoas e culturas locais quanto com o meio ambiente. (ROCHA, 2010).

O conceito de Território, entendido como espaço administrativo, tem estado presente ao longo da história (nações, reinos, comarcas, dioceses...). No entanto, adquire complexidade e exige um esforço para compreensão a depender do lugar social de quem o menciona (PEREIRA, 2018). Silva (2009) apresenta três possíveis enfoques para compreender o



Território. Ele pode ser material (localizado geograficamente); simbólico (valores e práticas comuns de um grupo); e espaço de ação social (portadores de alguma necessidade especial, gênero, geração, grupos vulneráveis). (DELEUZE; GUATTARI, 1995, 1996; GIDDENS, 1991; RAFFESTIN, 1993)

Portanto, o entendimento de que território seja um espaço homogêneo e com delimitações rígidas não é mais possível, pois não dá conta de responder às demandas da sociedade plural que o compõe. Surge então a compreensão de Territórios de Identidades, pois nele coexistem diferentes formas de organização social e esses espaços se entrecruzam pelas relações interpessoais, interétnicas e várias ideologias. (JAMESON, 1996).


Vários grupos e subgrupos delimitam o seu território conforme seus valores, preferências e necessidades e vários territórios coexistem, se somam, dividem e se sobrepõem de modo dinâmico e constante. Em princípio, cria-se uma situação nova para os gestores acostumados com territórios geográficos e fixos. Agora sabem que, a dinâmica interna que faz sentido para as pessoas, se dá por um movimento que perpassa através de fluxos simbólicos, sociais e econômicos. (SANTOS 1994). Daí, a “desterritorialização” do mundo e a “reterritorialização”, identificadas por Haesbaert (1991) ao estudar Gilles Deleuze e Felix Guattari (PEREIRA, 2018, p. 59).

Uma abordagem sobre Identidades do Semiárido

O Semiárido, nessa abordagem, é reconhecido como um território geográfico e no seu interior interagem grupos identitários e apresenta questões ambientais com características peculiares, dentre elas, as secas periódicas que castigam os sertanejos, obrigando-os a migrações forçadas para escapar da fome, cenário em que diferentes etnias interagem de forma sistêmica. Essa situação produziu um Território rico em manifestações culturais que colocam em evidência as diversas identidades que exigem o seu reconhecimento pela sociedade envolvente.

Território dentro do Território: no interior do Semiárido, o Território da Chapada do Araripe tem suas peculiaridades sociais, econômicas, humanas e geográficas. Fica, assim, demonstrada a complexidade dos conceitos de Cultura, Território e Identidades, pois operam de forma imbricada e ganham contornos e significados conforme a perspectiva do observador (TEIXEIRA, 2016).

O Semiárido e os "subterritórios" que o compõem operam como palco de uma história dinâmica, remonta ao período da colonização, quando o Sertão Nordeste se transformou no espaço de criação de gado para abastecer os canaviais do litoral e a exploração de minério nas Minas Gerais. Desde então, tem sido cenário de importantes mobilizações sociais e resistências,



adaptações, conflitos e ressignificações dos elementos culturais, os caatingueiros construíram um modo particular de vida. (DOURADO, 2012).

Nesse contexto, os grupos identitários locais reivindicam ser reconhecidos e tratados como sujeitos (índigenas, quilombolas, camponeses), as culturas precisam ser respeitadas, o meio ambiente tratado com equilíbrio e a viabilidade financeira, compreendida nessa relação, deve assegurar práticas respeitadas entre os diversos agentes. As ações devem ser racionais e planejadas, as soluções devem ser construídas coletivamente, através de mecanismos de participação que favoreçam a geração de consenso, assegurem produção e fluidez de informações de boa qualidade, gestão participativa dos projetos, controle social dos recursos, planejamento estratégico de curto, médio e longo prazo, respeito aos direitos humanos e superação de mazelas sociais geradoras de injustiças (ANA, 2021).

Por fim, o Território do Sertão do Araripe, dentro do Território Semiárido, possui características que apresentam semelhanças e diferenças entre si, conforme a perspectiva dos diferentes olhares e conforme afirmam aqueles que se autoidentificam como sujeitos pertencentes a um ou outro grupo identitário.


O Estado como espaço de negociações e conflitos das culturas, identidades e territórios

O Estado atua deixando à margem setores sociais que são ignorados e invisibilizados, a quem não é tratado como sujeito. (CUNHA JÚNIOR, 2016). Entretanto, a realidade social mostra haver uma pluralidade de manifestações que interagem em constante fricção e ajustes culturais através de rupturas, rearranjos e ambivalências. (FANON, 2008).

Nesse cenário multifacetado, é fundamental que a abordagem sociopolítica favoreça “comunicação autêntica” que seja “um processo pelo qual se instaura uma compreensão recíproca e se forma um sentido compartilhado” (ZARIFIAM, 2001, p. 165). Diálogo só se torna possível se as relações forem justas, entre sujeitos em condições simétricas, com as mesmas possibilidades, sendo autônomos (FREIRE, 2003).

É de interesse dos grupos dominantes neutralizar as manifestações identitárias, pois é mais fácil dominar e ter o controle quando a sociedade é simplificada e homogênea. Um só povo, o brasileiro; uma só agricultura, o agronegócio; um só gênero, o humano... São expressões recorrentes difundidas por quem está no poder e não quer ser incomodado.

Para Fialho (2011), ao caracterizar e distinguir identidades culturais ou étnicas, devido às diferenças múltiplas, não há um padrão, mas isto não foi problema para os colonizadores que negam a existência de todas e quaisquer manifestações que fujam ao seu padrão próprio de



conquistador, que se autopercebem como superior, civilizado, sujeito da razão e desenvolvido. No entanto, ao afirmar uma identidade, não se está reivindicando isolamento nem exclusão, pois as culturas interagem através de suturas entre formas e maneiras de se relacionar com o mundo (BHABHA, 1998).

Nas situações atuais, ao reivindicar inclusão social, soa como uma denúncia da globalização que “de fato, para a grande maior parte da humanidade, a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades” (SANTOS, 2003, p. 10).

Buscando superar essa abordagem monocultural generalista, situação em que a posse da razão está com o colonizador, vem sendo construída a teoria decolonial a partir de uma matriz cultural da América Latina (ALMEIDA; SILVA, 2015). Para Quijano (2005), dentre os principais fatores que disciplinam e sustentam o Estado Moderno, está o conhecimento e é este que legitima e permite as relações de espoliação, fazendo com que se naturalize a relação de colonizador *versus* colonizado, adaptada ao longo do tempo. Sendo que o colonizado “aceita” ser tido como dependente da razão e da bondade do colonizador. “A maldade, a barbárie e a incontinência são marcas “identitárias” do colonizado, enquanto que a bondade, a civilização e a racionalidade são próprias do colonizador” (CASTRO-GÓMES, 2005, p. 91).

Sem a disciplina imposta pelo colonizador e legitimada e reconhecida pelo colonizado, o Estado Moderno, efetivado em seus diferentes mecanismos institucionais de controle, não se sustenta. Formar sujeitos conscientes e comportados (sujeito disciplinado) (FOUCAULT, 1997) e buscar a inclusão social (inserção no mercado de produção e consumo) são expressões presentes nos objetivos das políticas sociais, especialmente no sistema de educação. A sociedade dominante impõe valores que acabam sendo absorvidos pelas culturas minoritárias e marginais, que os incluem em suas atitudes e hábitos, a fim de construir aproximação com o dominante, com o qual, em algum estágio, compactua.

A liberdade de reação, todavia, não se mostra possível quando os grupos culturais não dispõem de recursos suficientes para sobreviver. Por isso, é apenas aparente o sentimento de independência e autonomia, não são reais (FANON, 2005). Ou há situações em que os grupos, ao conseguirem sucesso e a situação lhes seja favorável, reproduzem as práticas dos colonizadores, sem abrirem mão do lugar de poder e determinação sobre o lugar a que cabe o outro (excluído ou incluído) (BOURDIEU, 2007; FOUCAULT, 1997; FREIRE, 2003).



Políticas Públicas Territoriais

As Políticas Públicas voltadas ao Desenvolvimento Territorial são discutidas por Pereira (2018). A autora destaca que a abordagem territorial está vinculada às ações em favor da agricultura familiar enquanto estratégia para o desenvolvimento sistêmico. Tais políticas vinham sendo incrementadas desde 2003 com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT) / Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e fortalecimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), sob a gerência da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). Tais políticas foram interrompidas com o Golpe-2016.


Sobre os resultados da implantação dessa estratégia, Favareto (2009) escreve:

Quando se trata de analisar a consistência das políticas postas em funcionamento sob essa inspiração, nem sempre o resultado é satisfatório. Ao contrário, um dos grandes desafios parece ser a necessidade de se passar de uma inovação retórica para um verdadeiro processo de mudança institucional. Para tanto, um primeiro passo importante é o reconhecimento das várias práticas em curso. Por aí é possível não só reconhecer que esforços estão sendo postos em marcha, mas também e, sobretudo, identificar o estágio atual desta transição de uma visão setorial em direção a uma verdadeira abordagem territorial (FAVARETO, 2009, p. 3).

Para que haja efetiva transformação que impacte na vida das pessoas, é necessário que haja mudanças de paradigmas também no sistema de educação. Sobre isto, Morim (s/d) sugere sete lições a serem adotadas pelos Sistemas de Educação: “as cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão; os princípios do conhecimento pertinente; ensinar a condição humana; ensinar a identidade terrena; enfrentar as incertezas; ensinar a compreensão; e a ética do gênero humano” (UOL, s.d.).

Por fim, faz-se necessário o reconhecimento dos diferentes entendimentos sobre a realidade conforme presente nos diferentes grupos e segmentos sociais para que haja possibilidade de construir alternativas que sejam sustentáveis. Se, por um lado, temos uma sociedade dividida por classes e uma desigualdade absurda entre os estratos sociais e, por outro, havendo consenso quanto ao Estado Democrático que deve tratar a todos igualmente precisa-se encontrar modos de lidar com esse paradoxo.

A mesma sociedade, mais vulnerável, se manifesta com sentimentos de abandono e se percebe como excluída das políticas públicas. No entanto, quando o Estado chega com seus projetos de desenvolvimento desagrega a sociedade local, produz discriminação seletiva e o resultado ou é estéril ou nocivo para a própria população, a exemplo das grandes obras energéticas, de infraestrutura, exploração mineral etc.



O diálogo é o único meio para avançarmos nas propostas de Agroecologia enquanto modelo incluyente que, através dos agroecossistemas de caráter interdisciplinar, preserva o meio ambiente, inclui as mulheres e os jovens, melhora a renda, favorece a organização local e fortalece as instituições dos Agricultores familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Território da Chapada do Araripe, ao compor o mosaico geoambiental no interior do Semiárido brasileiro, traz características peculiares como modos de vida, música, alimentação, crenças e relação com o meio ambiente e se insere na problemática geral do Semiárido: estiagens, migrações, ocupação colonizadora. Ao olhar para essa realidade, a partir de um Programa de Pós-Graduação que tem compromisso em considerar, em suas análises, as várias faces de um problema, e que o enfrentamento seja coletivo, protagonizado pela população local, exige que os agentes estejam cientes da complexidade das situações a serem levadas em conta nas relações interpessoais.

Sendo o Território espaço de disputa, onde diferentes atores sociais interagem com interesses diversos, fazer planos com estratégias abrangentes e incluyentes, pressupõe diálogos constantes, ajustes e rearranjos ao manejar as correlações de forças. Por isso, é fundamental perceber quem são esses protagonistas (identidades étnico-social) e os significados atribuídos aos eventos (subjetividades) da população local para moderar conflitos e construir consensos.

A presença do Estado como um agente impulsionador de mudanças, reconhecido pela população local como relevante, ao ser acionado nem sempre chega de modo adequado e, muitas vezes, desorganiza as dinâmicas locais produzindo injustiças e desigualdade, a exemplo de políticas públicas em favor de grandes empreendimentos que operam como fonte de poluição, concentração de renda e devastação ambiental. Paradoxalmente, o Estado é fonte de prestação de serviços sociais, criador e aplicador de leis, socorro nas emergências etc. Como conciliar essa relação conflituosa do Estado com a sociedade?

Por fim, evidenciou-se aqui que as situações complexas precisam ser tratadas de forma ampla, considerando as diferentes dimensões: sociais, econômicas, ambientais e culturais. Em todos os espaços do território, geográfico ou simbólico, há interesses diferentes se sobrepondo. O processo de ocupação colonizadora que vitimou o Semiárido criou marcas na vida da população e as características ambientais, principalmente as secas, representam elemento importante que orienta os comportamentos adaptativos da população.

REFERÊNCIAS

ANA, A. N. DE A. **Municípios agroecológicos e políticas de futuro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: ANA, 2021.

ALMEIDA, E. A. DE; SILVA, J. F. DA. Abya Yala Como Território Epistêmico: Pensamento Decolonial Como Perspectiva Teórica. **Interritórios**, v. 1, n. 1, 2015.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Tradução: Myriam Ávila; Tradução: Eliana Lourenço de Lima Reis; Tradução: Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOAS, F. **Antropologia cultural**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2005.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP, 2007.

CASTRO-GÓMES, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da ‘invenção do outro’. In: LANDER, E. (Ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Tradução: Júlio César Casarin Barroso Silva. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 80–87.

CUNHA JÚNIOR, J. L. da. **Educação escolar indígena em Pernambuco: interculturalidade, retomadas e sujeitos indígenas**. Recife: UFRPE, 2016.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**. Tradução: Ana Lúcia De Oliveira; Tradução: Lucia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1995.

_____. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**. Tradução: Peter Pál Pelbart; Tradução: Janice Caiafa. Rio de Janeiro: Editora 34 Ltda, 1996.

DOURADO, J. A. L. Camponês caatingueiro: reflexões sobre o campesinato no Semi-Árido brasileiro. **GeoTextos**, v. 8, n. 1, p. 97–120, 2012.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Tradução: Enilce Albergaria Rocha; Tradução: Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

_____. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução: Renato Da Silveira. Salvador: Edufba, 2008.


FAVARETO, A. Retrato das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil. **Dinâmicas Territoriais Locais**, n. 26, 2009.

FIALHO, V. Tensões e dinâmicas territoriais: povos e comunidades tradicionais no contexto do desenvolvimento de pernambuco. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 31, n. 1, p. 153–163, 2011.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 36ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2003.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. Tradução: Raul Fiker. 5ª Reimpre ed. São Paulo: UNESP, 1991.



JAMESON, F. **A lógica cultural do capitalismo tardio pós modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio.** São Paulo: Ed. Ática, 1996.

LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico.** 14ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2001.

MATA, R. da. **Explorações: ensaios de Sociologia Interpretativa.** Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

PEREIRA, G. M. C. L. **Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável: espaços de poder da agricultura familiar.** Garanhuns: UNIVASF, 2018.

QUIJANO, A. A Colonialidade do Poder - Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Ed.). **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas.** Tradução: Júlio César Casarin Barroso Silva. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107–126.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

ROCHA, G. DE F. F. A territorialidade quilombola ressignificando o território brasileiro: uma análise interdisciplinar. **e-cadernos CES**, n. 07, p. 146–162, 1 mar. 2010.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, C. H. DA. Território: Uma combinação de enfoques – material, simbólico e espaço de ação social. **Revista Geografar**, v. 4, n. 1, p. 98–115, 2009.

TEIXEIRA, M. N. O sertão semiárido. Uma relação de sociedade e natureza numa dinâmica de organização social do espaço. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 3, p. 769–780, 2016.

UNESCO. Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural. **Relatório Mundial da UNESCO**, p. 40, 2009.

UOL, E. **Os sete saberes necessários à educação no futuro: pequeno grande clássico leitura obrigatória para educadores.** Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/resenhas/os-sete-saberes-necessarios-a-educacao-no-futuro.htm?cmpid=copiaecola&cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

ZARIFIAM, P. Comunicação e subjetividade nas organizações. In: DAVELL, E.; VERGARA, S. C. (Eds.). **Gestão com pessoas e subjetividade.** São Paulo: Atlas, 2001.

CAPÍTULO 17

FERRAMENTA DE REGIONALIZAÇÃO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE REGIÕES METROPOLITANAS NO ESTADO DA PARAÍBA – BRASIL

Julia Diniz de Oliveira
Raimundo Nonato Júnior

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir o processo de criação das regiões metropolitanas instituídas no estado da Paraíba. No plano dos procedimentos metodológicos, foram realizadas: pesquisa bibliográfica e levantamento documental, obtido junto aos órgãos oficiais, como Assembleia Legislativa da Paraíba e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Em síntese, os resultados apresentam uma análise normativa da criação destas unidades territoriais, bem como, indícios que a sua normatização está associada a uma ferramenta de regionalização.


PALAVRAS-CHAVE: Processos de Regionalização, Região Metropolitana, Paraíba.

INTRODUÇÃO

Pensar os mecanismos de regulamentação de uma Região Metropolitana é um desafio no mundo contemporâneo, isto porque a região metropolitana é um objeto de investigação complexo, onde se discute perspectivas urbanas, econômicas, sociais e políticas. Trata-se então, de um objeto híbrido e multifacetado, cuja institucionalização passa pela formação política até efetivas demandas da dinâmica do território. Nesse sentido, compreender como existem as regiões metropolitanas passa necessariamente pela análise normativa da criação destas unidades territoriais, objetivo este de análise do presente artigo.

Pensar a região metropolitana sob este viés obriga-nos a refletir sobre as redes de articulação entre a dimensão regional e outras escalas que impactam o espaço geográfico. Tomada pela imbricação entre o fato e a ferramenta, Ribeiro (2004) propõe que analisemos a regionalização contemporânea através de dois processos distintos: a regionalização como fato e a regionalização como ferramenta.

A regionalização como fato independe da ação hegemônica, ou seja, pelas forças políticas e econômicas que dominam o território. A regionalização como ferramenta resulta da ação hegemônica da conjuntura atual, quando recortes espaciais assumem a forma-conteúdo historicamente determinada do planejamento conduzido pelo Estado (RIBEIRO, 2004). É a partir da regionalização enquanto ferramenta que se tomou como objetivo discutir o processo de criação das regiões metropolitanas instituídas no estado da Paraíba.



Para o desenvolvimento da pesquisa o caminho metodológico adotado envolve considerar o fazer metodológico da análise regional, destacando-se, no caso específico desse objeto, a análise documental que recorreu junto aos órgãos oficiais, como Assembleia Legislativa da Paraíba e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A argumentação dos resultados está organizada em duas frentes de análise: a primeira apresenta o processo criação de regiões metropolitanas no Brasil, considerando a trajetória jurídica desse fenômeno, considerando as Constituições Federais entre 1930 a 1988, com ênfase em seu marco normativo o Estatuto da Metrôpole de 2015. E a segunda, discute o processo de criação dos recortes políticos-administrativos instituídos entre 2003 a 2014 totalizam doze regiões metropolitanas no estado da Paraíba.


A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE REGIÕES METROPOLITANAS NO BRASIL

As manifestações de unidade regional, na história brasileira, estão presentes desde o período imperial e dos primórdios da república, por meio de associação de municípios que permitiam aos estados o direito de definirem acordos intermunicipais. Ao longo do tempo, esses contornos foram ganhando diferentes formas-conteúdo, e podem ser observadas na forma de associação de bairros, consórcios administrativos, aglomerações urbanas, mesorregiões, microrregiões, regiões de desenvolvimento econômico integrado, regiões geoadministrativas, regiões geográficas intermediárias, regiões geográficas imediatas, regiões metropolitanas entre outras formas (TEIXEIRA, 2005).

Em 1933, por meio do anteprojeto de constituição da comissão do Itamaraty, tem-se pela primeira vez a ideia de agrupamento municipal. Esse documento autorizou os estados a organização de um grupo de municípios contíguos a formar uma região, com autonomia para a administração de suas funções de interesse comum. Ainda nesse período, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio do estudo “Problemas de Base do Brasil” sugeriu a formação de departamentos de consórcio de municípios, como possibilidade para minimizar as dificuldades econômicas dos municípios (CARNEIRO, 1953 *apud* TEIXEIRA, 2005).

Em 1937, com a constituição do Estado Novo, municípios localizados em uma mesma região poderiam agrupar-se, mediante regulamentação do Estado para instalação, exploração e administração de serviços públicos. A partir dessa determinação, duas ideias importantes são apresentadas:

A primeira é que a Constituição reservou para si a faculdade da previsão do agrupamento, a segunda é que a Carta de 1937 conferia aos estados-membros a regulação das condições de constituição dos agrupamentos municipais e a forma de



sua gestão, respeitando-se, a uma só vez, o princípio da federação e a autonomia estadual (TEIXEIRA, 2005, p. 61).

A redemocratização do país, marcada pela constituição de 1946 não apresentou diretrizes a esse respeito, visto que o cenário político estava direcionado para autonomia do Estado-membros. Em 1964, o Governo Militar apresentou alguns contornos relevantes para o processo de regionalização. Nesse período, foi nomeada a comissão para estudar o modelo institucional da região, agrupando vários municípios para subsidiar o projeto constitucional de 1967. Em outras palavras, naquele momento, tínhamos os primeiros esforços oficiais direcionados para a criação de regiões metropolitanas, contudo o regime instaurado, marcado pela centralização das decisões definiu que a criação dessas unidades territoriais seria responsabilidade da União, por meio de lei complementar, retirando assim a autonomia dos estados (TEIXEIRA, 2005).

Em 1973, por meio da Lei Complementar (LC) número 14, de 8 de junho, são criadas as primeiras RMs brasileiras: São Paulo, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belo Horizonte, Belém e Fortaleza. No ano seguinte, o Rio de Janeiro por meio da LC nº 20, de 1 de julho de 1974, estabelece para sua manutenção um fundo contábil metropolitano. Com os contornos políticos, econômicos e sociais que permearam o cenário Nacional, o debate e a criação de novas RMs foram silenciados.

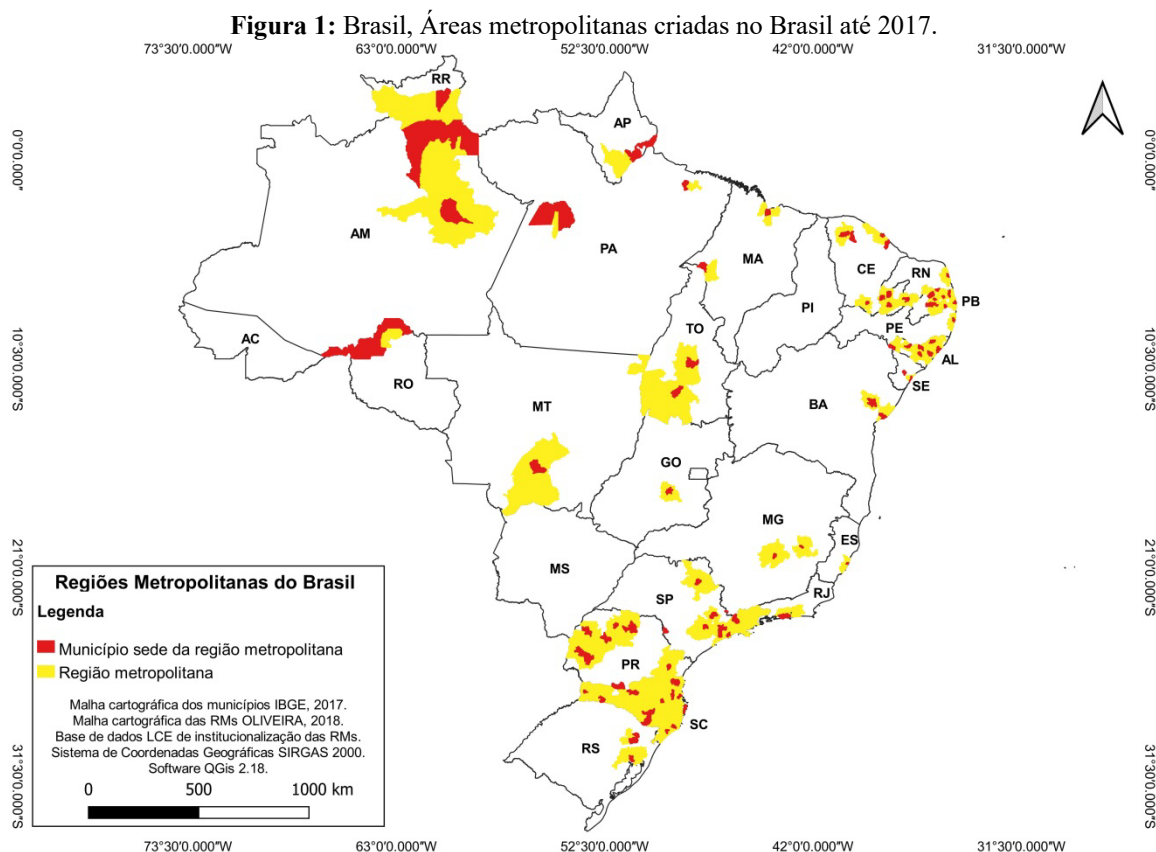
A partir da criação da Constituição Federal de 1988, esse tema ganha novos direcionamentos, com estruturas flexíveis e adequadas às peculiaridades regionais. Visando descentralizar e democratizar a gestão, o processo de institucionalização tornou-se responsabilidade dos estados. No artigo 25, fica estabelecido que:

os estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões constituídas por agrupamento de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum (BRASIL, 1988, p. 31).

Ferramenta de regionalização, ausente de parâmetros nacionais para a delimitação, planejamento e gestão dessas unidades político-administrativas, as RMs tornaram-se um recorte espacial atrativo, com desdobramentos distintos sobre o Território. Atualmente, o Brasil possui mais de setenta RMs criadas, alvos de intensa discussão, principalmente no que se refere aos critérios para sua delimitação e efetivação enquanto metrópole (MOURA *et al.*, 2006; FIRKOWSKI, 2012; MAIA, 2015).

A distribuição das RMs no Brasil se apresenta de forma heterogênea: Amapá, Amazonas, Rondônia, Rio Grande do Norte, Sergipe, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso,


Espírito Santo e Rio de Janeiro possuem uma delimitação política-administrativa por estado. Tocantins, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais e Rio Grande do Sul contemplam duas RMs cada um. Já Pará e Roraima possuem três RMs cada um. Os estados de Alagoas e São Paulo possuem seis RMs cada um. O Paraná oito, Santa Catarina dez e a Paraíba com doze RMs, portanto, este último é o estado com maior quantitativo de RMs institucionalizadas (EMPLASA, 2016) (Figura 1).



Fonte: Elaborado pelos autores.

Em 2015, a União promulga o Estatuto da Metrôpole, Lei Nº 13, de 12 de janeiro. Naquele momento, as RMs ganham novos contornos, uma vez que essa lei define regras que orientam a constituição de novos recortes no País e a obrigatoriedade do cumprimento de funções públicas de interesse comum.

É importante destacar que as RMs até então delimitadas continuam institucionalizadas e os estados da federação ainda são responsáveis pelo processo de criação de suas respectivas unidades. Contudo, essa lei possibilitou alguns avanços, entre eles: o estabelecimento de regras para constituição de novas RMs, a obrigatoriedade de moldar a governança interfederativa, a promoção de instrumentos integrados de desenvolvimento urbano, além do apoio da União para implementação (MOURA; HOSHINO, 2015).



Afora uma extensão territorial com grande complexidade interna, formada pela conurbação de vários municípios, com elevada centralidade na oferta de bens e serviços, o Estatuto determina alguns elementos que precisam ser claros no processo de criação da RM (BRASIL, 2015, p.3). Entre eles, destacam-se:


- I – Os municípios que integram a unidade territorial urbana;
- II os campos funcionais ou funções públicas de interesse comum que justificam a institucionalização da unidade territorial urbana;
- III – A conformação da estrutura de governança interfederativa, incluído a organização administrativa e o sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas;
- IV – Os meios de controle social da organização do planejamento e da execução de funções públicas de interesse comum (idem).

A governança interfederativa da RM ganha contornos importantes no Estatuto da Metrópole (2015), pois nele são estabelecidos os princípios e as diretrizes para o planejamento e gestão territorial dos recortes políticos-administrativos. Como princípios ficam definidos:

- I- Prevalência do interesse comum sobre o local;
- II- Compartilhamento de responsabilidade para a promoção do desenvolvimento urbano integrado;
- III- Autonomia dos entes da Federação;
- IV- Observância das peculiaridades regionais e locais;
- V- Gestão democrática da cidade;
- VI- Efetividade do uso dos recursos públicos;
- VII- Busca de desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2015, p. 4).

Esses princípios implicam em uma série de desdobramentos territoriais que devem atender as necessidades regionais de forma integrada e transparente. Mediante a configuração metropolitana presente no Brasil, adotar um conceito de Região Metropolitana que atenda teoria e empiria torna-se um desafio. O Estatuto da Metrópole considera a RM como sendo uma “aglomeração urbana que configure uma metrópole” por sua vez, metrópole é definida como “espaço urbano com contiguidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência de uma capital regional, conforme os critérios adotados pela fundação IBGE” (BRASIL, 2015, p. 2).

Soares (2013) entende este recorte político-administrativo como um território institucionalizado para diferentes finalidades, entre elas, administrativas, políticas e estatísticas que reconhece o processo de metropolização, mas não necessariamente apresentam critérios socioespaciais de espaços metropolizados. Portanto, essas unidades devem apresentar alta complexidade de funções exercidas no espaço urbano, principalmente a cidade-polo (CP) que constitui o centro metropolitano, que por sua vez possui fortes relações com o seu entorno (LENCIONI, 2014). Nas palavras de Alves (1998, p. 21), a RM constitui-se por:



Mandamento legal que, reconhecendo a existência de uma comunidade socioeconômica com funções urbanas altamente diversificadas, especializadas e integradas, estabelece o agrupamento de Municípios por ela abrangidos, com vistas à realização integrada e organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum exigidos em razão daquela mesma integração urbano-regional (ALVES, 1998, p. 21).

Sob este prisma, a essência desses perímetros metropolitanos instituídos em lei está na intensa urbanização, na concentração populacional, na complexidade de serviços e bens ofertados, marcados por funções privadas e públicas exercidas (GRAU, 1983; ABRUCIO e SOARES, 2001).

Embora a dificuldade em adotar único conceito de RM faça parte das inquietações daqueles que se debruçam sobre o tema, não se pode negar que certos aspectos lhe são comuns, tais como: a presença de uma grande região urbana, mediante o entrelaçamento territorial dos municípios vizinhos decorrente de processos de natureza socioeconômica; e a organização, o planejamento e a execução de políticas públicas de interesse comum (TEIXEIRA, 2005; FREITAS, 2009; MOURA; HOSHINO, 2015; FERNANDES; ARAÚJO, 2015; MACHADO et al., 2016).


FERRAMENTA DE REGIONALIZAÇÃO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE REGIÕES METROPOLITANAS NA PARAÍBA

No estado da Paraíba, localizado no Nordeste brasileiro, com 56.469.778 km², 223 municípios e população estimada em 4.025.558 milhões (IBGE, 2017). O processo de regionalização assume diferentes configurações territoriais.

Os recortes políticos-administrativos de caráter metropolitano instituídos entre 2003 a 2014 totalizam doze RMs. As propostas de criação de unidades metropolitanas adotam como base normativa as diretrizes definidas na Constituição Estadual (CE), de 05 de outubro de 1989, especificamente, o capítulo IV “Regiões Metropolitanas, Aglomerações urbanas e Microrregiões” dos artigos 24 a 29.

No artigo 24, são definidos critérios que devem ser seguidos para institucionalização de RMs, aglomerações urbanas e microrregiões:

O Estado poderá, mediante lei complementar, ouvidos os Municípios a serem integrados, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, assegurando, paritariamente, a participação dos Municípios envolvidos e da sociedade civil na gestão regional (PARAÍBA, CE, 1989, p. 29).



A criação das unidades metropolitanas resulta de projeto de lei complementar apresentado por deputado estadual/governador junto à Assembleia Legislativa. Todavia, os municípios a serem regulamentados devem estar cientes e em acordo com a proposta de lei.

Quanto à criação de órgãos técnicos para apoiar a gestão territorial das RMs, o artigo 25 faculta “a criação de órgãos ou entidades de apoio técnico, de âmbito regional, para organizar, planejar e executar as ações públicas de interesse comum”. No artigo 26, define-se que a LC que instituir os perímetros metropolitanos, também, disporá sobre as questões públicas de interesse comum. Os recursos financeiros destinados ao planejamento e execução da gestão territorial são tratados nos artigos 27 e 28, em que:

Art. 27. Para a organização, planejamento e execução das funções públicas de interesse comum, no âmbito das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, serão destinados recursos financeiros do Estado, previsto nos orçamentos anuais.


Art. 28. Será instituído, por lei complementar, mecanismo de compensação financeira aos Municípios que sofrerem diminuição ou perda de receita, por atribuições e funções decorrentes do planejamento regional (PARAÍBA, CE, 1989, p. 29-30).

Por fim, o artigo 29, estabelece que a LC aprovada deve contemplar condições para integração das regiões em desenvolvimento, bem como composição dos organismos regionais, integrantes por meio de planos estaduais e municipais de desenvolvimento econômico e social.

Com base nessas normas, entre 2003 a 2015, foram apresentados dezenove Projetos de Lei (PL) que propunham a criação de RMs no estado. Em 2003, o PL número 17, de autoria do então governador Cássio Cunha Lima, propunha a criação da RM de João Pessoa. Apenas em 2009, esse tema volta à Assembleia Legislativa em formato de PL. O deputado estadual Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro apresenta o PL de nº 20, em que instituía a RM de Campina Grande.

Em 2011, essa ferramenta ganha destaque na Assembleia Legislativa, nove PL foram apresentados por deputados estaduais. O PL nº 04, de autoria de Léa Toscano, institui a RM de Guarabira. Arnaldo Monteiro, por meio do PL nº 07, institui a RM de Esperança. O PL nº 10, apresentado por Francisco de Assis Quintans, pleiteou a criação da RM de Sumé. Francisca Motta, por meio do PL de nº 11, institui a unidade metropolitana de Patos.

O perímetro metropolitano de Cajazeiras foi proposto por José Aldemir Meireles, por meio do PL de nº 12. Mamanguape se insere no debate metropolitano por meio do PL de nº 13, apresentado por Maria Hailéa Araújo Toscano, em que institui a RM do Vale do Mamanguape. O PL de nº 14 cria a RM de Barra de Santa Rosa. O município de Sousa é apresentado como CP por meio do PL nº 15 cujo autor corresponde a André Avelino P. Gadelha. Por fim, o PL



de nº 17, de João Gonçalves de Amorim Sobrinho, institui o perímetro metropolitano de Itabaiana.

No ano de 2012, dois PL foram apresentados: o nº 26, de Wilson Braga, que institui a RM do Vale do Piancó; e, proposto por Olenka Targino Maranhão Pedrosa, o nº 27, que cria a RM de Araruna.

É importante frisar que entre 2003 e 2012 foram apresentados treze PL que institui regiões metropolitanas e dispões sobre sua organização e funções. No entanto, apenas o PL nº 10 que propunha a criação da RM de Sumé não foi aprovado.

Entre 2013 e 2015, foram apresentados seis PL, nenhum sendo aprovado. A RM de Solânea, apresentada no PL nº 40 de 2013 por Dominiciano Cabral. João Henrique com três PL, o de nº 43 de 2014 e nº 06 de 2015, instituía a unidade metropolitana de São Bento e o PL nº 09 criava a RM de Monteiro. Ainda em 2015, foram apresentados os PL nº 08 e 11, por Janduy Carneiro e Caio Roberto, que instituía a RM de Pombal e Catolé do Rocha, respectivamente.

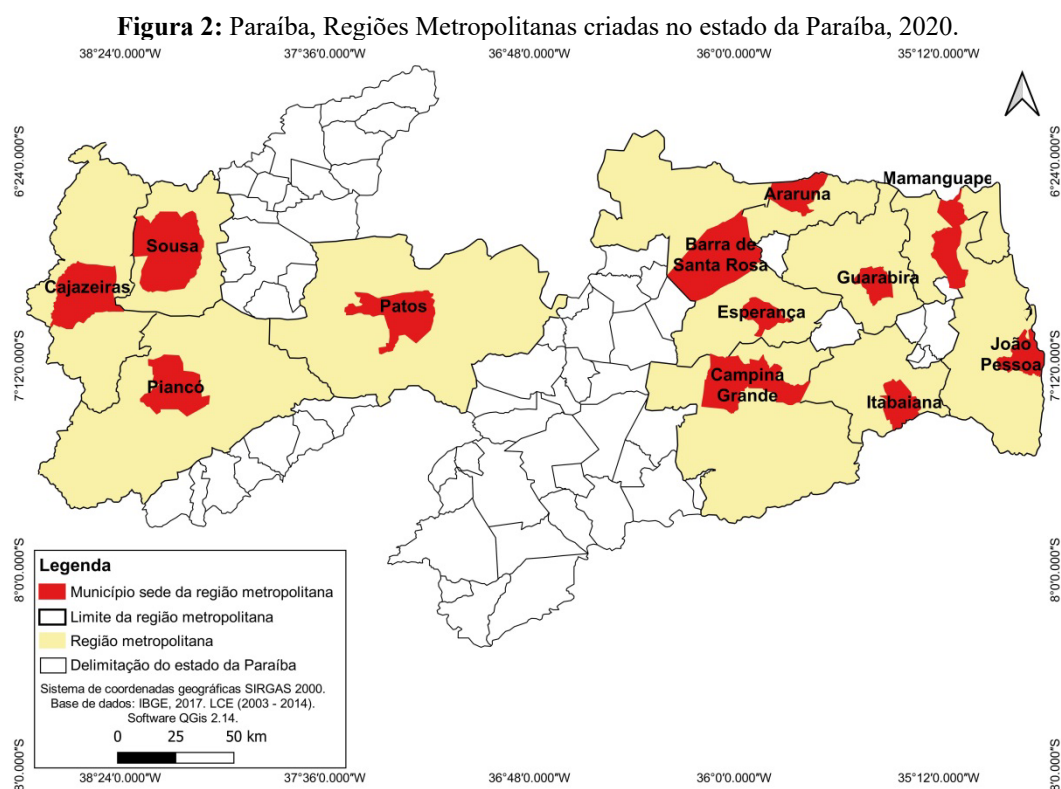
Os PL apresentados possuem características comuns. Além da delimitação do núcleo e seu colar metropolitano, todos afirmam que vão estabelecer conselho administrativo, deliberativo ou consultivo. Reconhecem a necessidade de: elaborar um plano de desenvolvimento integrado (PDUI); estabelecer política de diretrizes de desenvolvimento; estimular ação integrada dos agentes públicos; elaborar regimento interno; e convocar audiências públicas.

É, também, comum a todas as propostas o entendimento que a criação da unidade territorial possibilitará administrar problemas comuns de cidades limítrofes, por meio do planejamento, organização e execução das funções públicas de interesse comum. A partir disso, pretende-se abranger os serviços e os instrumentos que repercutem além do âmbito municipal e provocam impacto no ambiente metropolitano.

Entre esses elementos, pode-se citar como exemplos: proteção do meio ambiente, combate a poluição, aproveitamento dos recursos hídricos, criação de central de abastecimento para a região, planejamento integrado do desenvolvimento econômico, definição de diretrizes metropolitanas de política de saúde, sistema de telecomunicações, serviços, exploração do turismo ecológico-histórico-cultural, preservação da reserva ambiental e do patrimônio histórico.


Em geral, os PL demonstram que a criação da unidade territorial metropolitana configura-se como ferramenta de gestão do território, em que os municípios que formam a RM estarão alinhados ao desenvolvimento e terão a oportunidade de pleitear vantagens, entre as mais citadas, destacam-se: recursos do governo federal para a região conurbada, modelos de planejamento e gestão, unificação de tarifas telefônicas, compartilhamento de custos de planejamento e racionalização dos fluxos de transportes, enfrentamento à pobreza, destinação dos resíduos sólidos em parceria, receber verbas de programas específicos de segurança pública, viabilidade de programas sustentáveis para turismo, políticas de investimento nos segmentos industriais, moradia e política ambiental.

Como resultado dos PL, o processo de metropolização no estado ganha dimensão espacial a partir de Lei Complementar Estadual. A configuração territorial do estado apresenta doze RMs, distribuídas em cento e sessenta municípios, nos quais estima-se 3.380.474 milhões de habitantes (IBGE, 2018) (Figura 2).



Fonte: Elaborado pelos autores.

A LC nº 59, de 2003, oficializa o primeiro perímetro metropolitano no estado, ao instituir a RM de João Pessoa. A segunda maior cidade da Paraíba, Campina Grande, instituída por meio da LC de número 92. Entre 2011 e 2013, são criadas as RMs: Patos, Guarabira, Barra de Santa Rosa, Vale do Píancó, Esperança, Cajazeiras, Sousa, Vale do Mamanguape, Itabaiana e Araruna.



Mesmo havendo mais de um modelo de regionalização no estado, os quais foram criados como instrumento para gerir o território a partir de critérios e interesses distintos, não se pode negar que certas características lhe são comuns: configuração territorial de algumas unidades instituídas, a saber: João Pessoa, Campina Grande, Patos, Itabaiana, Guarabira e Mamanguape. Essas unidades são sedes regionais das regiões geográficas intermediárias ou imediatas, regiões geoadministrativas e metropolitanas.

Assim, como o intuito de adotar tais modelos como recortes políticos-administrativos para o planejamento de políticas setoriais, estabelecimento de meios compartilhados de organização administrativa, sistema integrado de alocação de recursos, execução compartilhada dos planos e realização de serviços ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No conjunto das análises documentais realizadas neste artigo é possível perceber dois grandes movimentos: ausência de instrumentos normativos para efetivar gestão territorial metropolitana; e definição de cidades-polos associada ao processo histórico e ofertas de serviços desses municípios.

As RMs não possuem conselho administrativo, cuja finalidade é fomentar uma gestão metropolitana. A ausência de uma representatividade desse tipo se desdobra na falta de articulação entre os municípios da RM. Há a ausência também: de audiências públicas e debates com a participação de gestores e da sociedade para discutir problemas comuns ao território instituído; de um plano de desenvolvimento integrado; de plano diretor, como é o caso da Cidade-Polo de Barra de Santa Rosa.

Assim, a criação das RMs assume caráter político partidário, visto que a criação de nenhuma delas está associada aos atributos metropolitanos, nem tampouco partiu de reivindicação dos perímetros instituídos, sendo proposta apenas do Legislativo estadual. Portanto, as RMPBs mostram-se como ferramenta de regionalização com baixo impacto territorial, uma vez que não conseguem desenvolver políticas de gestão metropolitana.

AGRADECIMENTOS

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa junto ao programa de pós-graduação em Geografia.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L.; SOARES, M.M. **Redes Federativas no Brasil: cooperação intermunicipal no Grande ABC**. 1. Ed. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

ALVES, Alôar Caffé. Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões: novas dimensões constitucionais da organização do Estado. In: FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin (Org.). **Temas de direito ambiental e urbanístico**. São Paulo: Max Limonad. 1998. V.3.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, Diário oficial da República Federativa, 1988.

_____. Casa Civil. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. **Estatuto da Metrópole**. 2015.

EMPLASA, Empresa Paulista de Desenvolvimento metropolitano. **Brasil: Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento e Aglomerações Urbanas** Legislação, Data de Criação, Número de Municípios e Municípios-Sede. 2016. Disponível em <<https://www.emplasa.sp.gov.br/pdf>>. Acesso janeiro de 2018.

FERNANDES, A.; ARAÚJO, S. A criação de municípios e a formalização de regiões metropolitanas: os desafios da coordenação federativa. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**. n, 7 (3). p, 295-309, set/dez, 2015.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. Por que as Regiões Metropolitanas no Brasil são Regiões mas não são Metropolitanas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. n. 122, p.19-38, jan/jun, 2012.

FREITAS, Ruskin. Regiões Metropolitanas: uma abordagem conceitual. **Revista Humanae**, v.1, n.3, p. 44-53, dez, 2009.

GRAU, Eros Roberto. Direito Urbano: regiões metropolitanas. Solo Criado, Zoneamento e controle ambiental. **Revista dos tribunais**. São Paulo, 1983.


LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. 1. Ed. São Paulo: Edusp, 2014.

MACHADO et al. O fetiche metropolitano: colocando as ideias em ordem com o Estatuto da Metrópole. **Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Paraná**. n, 5 p, 24-41, dez, 2016.

MAIA, I.L.B. O regime constitucional das regiões metropolitanas e seus desafios. **Revista Jurídica da Procuradoria- Geral do Distrito federal**. Brasília. v, 40. n,º 1. Jan/jun. 2015.

MOURA, Rosa.; LIBARDI, Diócles.; BARION, Maria Isabel. Institucionalização de regiões metropolitanas: qual o sentido?. **Revista de Desenvolvimento**. n, 111, p. 129-143, jul/dez, 2006.

MOURA, Rosa; HOSHINO, Thiago de Azevedo Pinheiro. A. P. Estatuto da metrópole: enfim, aprovado! Mas o que oferece à metropolização brasileira?. **Observatório das metrópoles**. p.1-16, 2015.



PARAÍBA. Assembleia Legislativa da Paraíba. **Constituição do Estado da Paraíba. Promulgada em 1989 e modificada em 2009.** João Pessoa, 2009.

_____. Assembleia Legislativa. Projeto de Lei Complementar nº 04, de 2011. **Institui a Região Metropolitana de Guarabira e dá outras providências.** Site Institucional – Assembleia Legislativa da Paraíba, abril 2018.

_____. Assembleia Legislativa. Projeto de Lei Complementar nº 07, de 2011. **Dispõe sobre a criação da Região Metropolitana de Esperança -RME e cria o conselho de Desenvolvimento RME, modifica dispositivo da lei complementar de 92 de dezembro de 2011 e dá outras providências.** Site Institucional – Assembleia Legislativa da Paraíba, abril 2018.

_____. Assembleia Legislativa. Projeto de Lei Complementar nº 11, de 2011. **Institui a Região Metropolitana de Patos e dá outras providências.** Site Institucional – Assembleia Legislativa da Paraíba, abril 2018.

_____. Assembleia Legislativa. Projeto de Lei Complementar nº 12, de 2011. **Institui a Região Metropolitana de Cajazeiras e dá outras providências.** Site Institucional – Assembleia Legislativa da Paraíba, abril 2018.

_____. Assembleia Legislativa. Projeto de Lei Complementar nº 14, de 2011. **Institui a Região Metropolitana de Barra de Santa Rosa e dá outras providências.** Site Institucional – Assembleia Legislativa da Paraíba, abril 2018.

_____. Assembleia Legislativa. Projeto de Lei Complementar nº 26, de 2012. **Institui a Região Metropolitana do Vale do Piancó, e dá outras providências.** Site Institucional – Assembleia Legislativa da Paraíba, abril 2018.

_____. Assembleia Legislativa. Projeto de Lei Complementar nº 40, de 2013. **Dispõe sobre a criação da Região Metropolitana de Solânea - e cria o Conselho de Desenvolvimento das RMS.** Site Institucional – Assembleia Legislativa da Paraíba, abril 2018.


_____. Assembleia Legislativa. Projeto de Lei Complementar nº 43, de 2014. **Institui a Região Metropolitana de São Bento, dispõe sobre sua organização e funções e dá outras providências.** Site Institucional – Assembleia Legislativa da Paraíba, abril 2018.

_____. Assembleia Legislativa. Projeto de Lei Complementar nº 06, de 2015. **Dispõe sobre a criação da Região Metropolitana de São Bento e cria o seu Conselho de Desenvolvimento na forma que menciona.** Site Institucional – Assembleia Legislativa da Paraíba, abril 2018.

_____. Assembleia Legislativa. Projeto de Lei Complementar nº 08, de 2015. **Institui a Região Metropolitana de Pombal/PB e determina providências correlatas.** Site Institucional – Assembleia Legislativa da Paraíba, abril 2018.

_____. Assembleia Legislativa. Projeto de Lei Complementar nº 09, de 2015. **Dispõe sobre a criação da Região Metropolitana de Monteiro e cria o seu Conselho de desenvolvimento na forma que o menciona.** Site Institucional – Assembleia Legislativa da Paraíba, abril 2018.

_____. Assembleia Legislativa. Projeto de Lei Complementar nº 11, de 2015. **Dispõe sobre a criação de Região Metropolitana de Catolé do Rocha e cria o seu Conselho de**



Desenvolvimento na forma que o menciona. Site Institucional – Assembleia Legislativa da Paraíba, abril 2018.

_____. Assembleia Legislativa. Lei Complementar nº 102, de 12 de julho de 2011. **Cria a Região Metropolitana de Guarabira.** Diário oficial, 2011.

_____. Assembleia Legislativa. Lei Complementar nº 103, de 27 de dezembro de 2011. **Cria a Região Metropolitana de Patos.** Diário oficial, 2011.

_____. Assembleia Legislativa. Lei Complementar nº 106, de 08 de junho de 2012. **Cria a Região Metropolitana de Esperança.** Diário oficial, 2012.

_____. Assembleia Legislativa. Lei Complementar nº 107, de 08 de junho de 2012. **Cria a Região Metropolitana de Cajazeiras.** Diário oficial, 2012.

_____. Assembleia Legislativa. Lei Complementar nº 109, de 06 de julho de 2012. **Cria a Região Metropolitana do Vale do Piancó.** Diário oficial, 2012.

_____. Assembleia Legislativa. Lei complementar nº 116, de 21 de janeiro de 2013. **Cria a Região Metropolitana do Vale do Mamanguape.** Diário oficial, 2013.

_____. Assembleia Legislativa. Lei Complementar nº 117, de 21 de janeiro de 2013. **Cria a Região Metropolitana de Sousa.** Diário oficial, 2013.

_____. Assembleia Legislativa. Lei Complementar nº 118, de 21 de janeiro de 2013. **Cria a Região Metropolitana de Itabaiana.** Diário oficial, 2013.

_____. Assembleia Legislativa. Lei Complementar nº 119, de 21 de janeiro de 2013. **Cria a Região Metropolitana de Araruna.** Diário oficial, 2013.

_____. Assembleia Legislativa. Lei Complementar nº 59, de dezembro de 2003. **Cria a região metropolitana de João Pessoa.** Diário oficial, 2003.

_____. Assembleia Legislativa. Lei Complementar nº 92, de 11 de dezembro de 2009. **Cria a Região Metropolitana de Campina Grande.** Diário oficial, 2009.

SOARES, Paulo Roberto. Região Metropolitana ou Aglomeração Urbana? O debate no Rio Grande do Sul. **Revista Ensaios FEE.** v, 36, n. 2, p. 323-342, set, 2013.

TEIXEIRA, Ana Clara Wanderley. **Região metropolitana:** institucionalização e gestão contemporânea e a dimensão participativa. 1. Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2005.

CAPÍTULO 18

O TEMOR DA SOLIDÃO E A (AUTO) DESCONSTRUÇÃO/ (RE) CONSTRUÇÃO⁸⁹ IDENTITÁRIA DE LAURA MENDOZA EM *NOVIA, ESPOSA Y AMANTE* (1981)

Ana Rafaela Oliveira e Silva

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar no filme mexicano *Novia, esposa y amante*, (1981), o processo de desconstrução/reconstrução identitária da protagonista feminina Laura Mendoza. Para tanto, ambos os processos são respaldados, antes de mais nada, pela representação discursiva da referida personagem, feita a partir de seu maior temor, a solidão, o que a fará assumir ao longo do enredo três distintas posições já indicadas no título da película: *novia*, *esposa* y *amante*, estas duas últimas igualmente frustrantes à protagonista. Nesse sentido, o trabalho está embasado teoricamente nas discussões sobre o ethos discursivo: Maingueneau (2008; 2018; 2015); Heine (2012), Fiorindo (2012) e nos estudos culturais: Bauman (2011); Beauvoir (2016a; 2016b); Hall (2005); Duschatzky; Skliar (2001); Woodward (2000). Os resultados indicam que, todo o processo pelo qual passa a personagem interpretada pela atriz Daniela Romo não só vai contra conquistas importantes alcançadas pelas mulheres ao longo do tempo, como também demonstram que o pensamento machista que ainda impera na sociedade é imposto sobre os mais vulneráveis tendo como ponto de partida seus maiores temores, com fins a demonstrar forças em um jogo de poder do dominador sobre o dominado.


PALAVRAS-CHAVE: Ethos; identidade; sociedade; machismo.

INTRODUÇÃO

Novia, esposa y amante é uma produção cinematográfica mexicana de 1981 protagonizada pela atriz Daniela Romo. Com um enredo simples e personagens cheios de nuances, o filme conta a história de Laura Mendoza, uma jovem bonita, de alto poder aquisitivo, aspirante à atriz, que acredita ser independente e ter um espírito livre. No entanto, ao longo da película, narrada *in media res*⁹⁰, a protagonista narra de além-túmulo como foi sua vida com cada um dos homens com quem se relacionou enquanto namorada, esposa e amante. Em cada uma dessas posições, a figura feminina passa pelo processo de autodesconstrução e consequente

⁸⁹ Ana Rafaela Oliveira e Silva (PPgEL/UFRN/CAPES).

⁹⁰ O processo de filmagem *in media res* consiste na seleção de uma cena entre o meio e o fim da história, a partir da qual o enredo começa a seguir uma linearidade, encaminha-se para o início, retoma o ponto onde o filme começou e, então, conduz-se para o final. Para tanto, são utilizados alguns recursos, a exemplo do flashback. Em *Novia, esposa y amante*, a trama se inicia quase no fim, quando Laura está prestes a ser enterrada. A câmera faz a função do olhar da personagem, enfocando cada um dos três homens com quem ela se relacionou. De Além-túmulo, por meio do flashback, ela narrará seus relacionamentos amorosos com Juan, Esteban e Rodolfo.



reconstrução de sua identidade. Será, pois, o comportamento discursivo de Laura, elaborado a partir de seu medo da solidão, o elemento desencadeador de ambos os processos.

Tomando esta produção, portanto, como objeto de estudo, este trabalho está organizado em três seções: na primeira, serão discutidas as representações discursivas que o sujeito faz de si próprio por meio de seu discurso, ou seja, o ethos discursivo. A segunda seção abordará as representações identitárias em sociedade, e na terceira, será aludido o processo de autodesconstrução/reconstrução da identidade da personagem do filme *Novia, esposa y amante* com base no conceito de ethos discursivo e amparados pelos estudos identitários. Por fim, o trabalho traz as considerações finais acerca das análises realizadas sobre a personagem e o filme supracitados.

ETHOS DISCURSIVO: A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO PELO SEU PRÓPRIO DIZER

O que há por trás das impressões que os interlocutores deixam uns nos outros no momento em que interagem em uma dada situação sociocomunicativa? Que razões existem para que algumas imagens levem ao convencimento de outrem, enquanto outras não? Para responder a essas perguntas, é necessário entender que o processo de comunicação ocorre dentro de esferas sociais, com um ou mais interlocutores interagindo pela linguagem, seja ela verbal ou escrita e em determinada enunciação. É preciso ter em mente também que ao enunciar, os interlocutores objetivam convencer o outro construindo uma imagem de si por meio dos discursos que proferem. A esse processo dá-se o nome de ethos, categoria que é “[...] por natureza, [...] um *comportamento* que, como tal, articula verbal e não-verbal, provocando nos destinatários efeitos multi-sensoriais” (MAINGUENEAU, 2008, p. 16, grifo do autor).

Ao mencionar comportamento verbal e não verbal, Maingueneau (2008) refere-se ao comportamento linguístico do falante no momento em que cria para si uma imagem ética. Nesse sentido, ao enunciar, seja pela oralidade, seja pela escrita, o enunciador mobiliza diferentes recursos com fins de construir sobre si uma imagem discursiva, a qual, por sua vez, não necessariamente corresponde a uma imagem real de sua figura. Além disso, esse sujeito construído discursivamente também é dotado de caráter e corporalidade, ou seja,

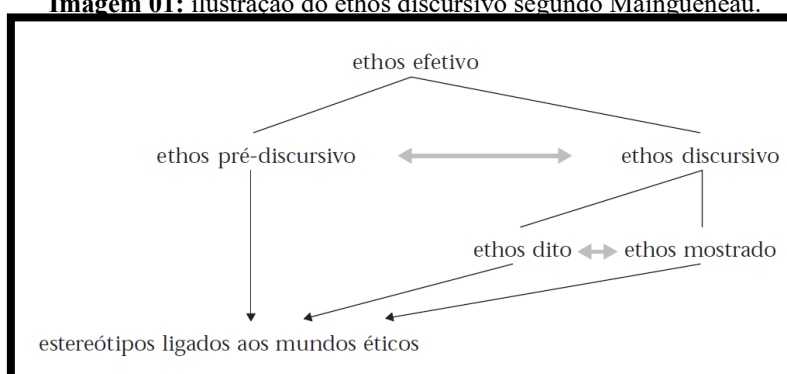
[...] o destinatário constrói a figura de um *fiador* dotado de propriedades físicas (*corporalidade*) e psicológicas (*caráter*), apoiando-se sobre um conjunto difuso de representações sociais avaliadas positiva ou negativamente, de estereótipos que a enunciação contribui a fortalecer ou a transformar. (MAINGUENEAU, 2018, p. 322, grifos do autor).

Assim sendo, é pelo discurso que imagens poderão ser confirmadas, rechaçadas e novas poderão surgir a partir dessa negativa. Além disso, essas imagens não são fixas, já que nem toda enunciação ou interlocutores são iguais. Por isso, construir uma imagem discursiva exige dos enunciadores um constante refazer-se, dado que

ao encarnar uma voz que dará sustentáculo ao discurso, o enunciador, independente da veracidade do que diz, mostra uma atitude, uma performance, já que, independente de ser verdade ou não, o sujeito da enunciação deverá convencer o ouvinte através da autoridade demonstrada no caráter performático (FIORINDO, 2012, n/p).

Diante das discussões estabelecidas por Fiorindo (2012), observe-se o esquema a seguir para se compreender como ocorre o funcionamento do ethos discursivo:

Imagem 01: ilustração do ethos discursivo segundo Maingueneau.




Fonte: Dominique Maingueneau (2008).

Na representação anterior, Maingueneau (2008) esquematiza como ocorre o processo de construção do sujeito por meio do discurso, o qual é sempre complementar, nunca individual, conforme demonstram as flechas de sentido duplo. O ethos efetivo é o resultado do ethos pré-discursivo e do ethos discursivo, sendo o ethos pré-discursivo correspondente às imagens que os co-enunciadores formulam de seus enunciadores. Nele estão incluídos além dos discursos verbais, expressões corporais, roupas, maquiagens e acessórios que usa o enunciador. Assim, este consegue passar uma imagem de si, geralmente positiva. Complementar ao ethos pré-discursivo, está o ethos discursivo, o qual Maingueneau dividiu em dois: ethos dito e ethos mostrado. O primeiro diz respeito aos discursos dos enunciadores sobre si mesmos, ou seja, uma autoimagem discursiva, enquanto o segundo será o responsável por confirmar ou não o ethos dito, isto é, as palavras do enunciador serão sempre passíveis de análise, já que

– o ethos é fundamentalmente um processo *iterativo* de influência sobre o outro;
– é uma noção fundamentalmente *híbrida* (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica.” (MAINGUENEAU, 2008, p. 17, grifos do autor).

Em vista disso, a imagem do enunciador construída no outro a partir de seu discurso sempre será povoada por discursos e imagens arquitetadas socialmente ao longo do tempo, visto



que “na base do esquema [estereótipos ligados aos mundos éticos] estão os estereótipos, através dos quais o coenunciador utiliza-se de representações culturais fixas, de modelos pré-construídos para atribuir características ao enunciador” (FIORINDO, 2012, n/p, grifo nosso), logo pode-se inferir que o ethos discursivo colabora para as construções identitárias dentro da sociedade, pois estas também são produzidas pelo discurso e nas relações de alteridade com o outro, não sendo, em vista disso, fixas. A respeito desse assunto, se discutirá na seção seguinte.

AS REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS DENTRO DA SOCIEDADE

Um vidro inteiro, liso e transparente, permite que quem observe através dele veja nitidamente o que está do outro lado. No entanto, ao ser atingido por um outro objeto qualquer, esse mesmo vidro fragmenta-se e não mais permite uma boa visão do observador. Dependendo do impacto, rompe-se por completo a ponto de precisar ser substituído por um novo. Assim ocorre também com as identidades, sempre fluidas e cambiantes, construídas em relações de alteridade nem sempre harmônicas e em contextos socioculturais em intenso processo evolutivo.

Dessa forma, é preciso pensar a construção identitária em sentido plural – *identidades* – já que os sujeitos as ressignificam por toda a vida e sempre perseguindo “o último grito da moda.” Sendo assim, verbos como *ser*, *ter* e *parecer* são frequentes na construção identitária, sobretudo o primeiro, que deixa de ser empregado em sentido afirmativo “eu sou!” e passa a ser utilizado em sentido interrogativo “eu sou?,” é isso o que atribui o significado de fragmentação identitária, “crise de identidade,” bem como ressignificação, num processo curvilíneo e constante. Conforme Hall (2005):

A identidade unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2005, p. 13).

A crise de identidade, característica da Modernidade Líquida (2001), termo cunhado pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2001) para caracterizar o período em que a efemeridade é palavra-chave porque, “tudo ou quase tudo em nosso mundo está sempre em mudança” (BAUMAN, 2011, n/p), é elemento necessário à construção e reconstrução identitária do sujeito, uma oportunidade de aperfeiçoamento pessoal, de assumir posições-de-sujeito e de compreender o estar no mundo numa percepção espaço-temporal. Semanticamente, os verbos supramencionados, empregados afirmativamente, caracterizam o sujeito da Modernidade Sólida, período em que se pressupunha que as identidades eram fixas e definidas



socio culturalmente. Por sua vez, empregados interrogativamente, os mesmos verbos representam outro momento social, a Modernidade Líquida e, conseqüentemente, outro tipo de sujeito, agora inquieto, que constantemente busca redefinir a si próprio ao mesmo tempo em que permite que o outro também o redefina por meio do olhar exterior, porque “cabe ao outro atribuir sentido de completude ao ‘eu’, pois constitui sua identidade, uma vez que lhe concebe acabamento por meio da visão exotópica que possui de seu ser. Visão que o eu não consegue ter de si mesmo” (PAULA; LUCIANO, 2020a, p. 16).

Assim, construir uma identidade não é simples, pois tanto envolve o *outro* – relação de alteridade – como o *eu* – relação do *eu* comigo mesmo – o que gera não apenas conflitos externos “[...] uma identidade é sempre produzida em relação a uma outra” (WOODWARD, 2000, p. 47), como também internos, capazes de fazer com que o sujeito se sinta solitário, mesmo estando no meio de uma multidão, conforme Bauman (2011): “estamos todos numa solidão e numa multidão ao mesmo tempo.”

Em face do exposto, para se entender a identidade, é necessário compreender que na base desse iceberg estão, em linhas gerais, sujeitos, língua, sociedade, cultura, transformações, emoções e estados de ânimo, e mais que isso, considerar que “os processos históricos que aparentemente, sustentavam a fixação de certas identidades estão entrando em colapso e novas identidades estão sendo formadas, muitas vezes por meio da contestação política” (WOODWARD, 2000, p. 39), ou também das imagens discursivas que os sujeitos elaboram de si mesmo a partir de suas maiores fragilidades, como ocorre com Laura, protagonista do filme *Novia, esposa y amante*, abordada na próxima seção.

O ETHOS DE LAURA NO FILME NOVIA, ESPOSA Y AMANTE (1981)

Laura, protagonista do filme mexicano *Novia, esposa y amante* (1981), assumirá ao longo da história, como o próprio título já mencionado indica, três diferentes posições em relações amorosas nas quais se envolve. Em vista disso, a personagem que visivelmente se projeta como jovem, rica, independente e segura de si, revela-se discursivamente e a todo instante como alguém solitário e que ainda assim teme a solidão, conforme ela mesmo revela, já no início da película, ao finalizar um bilhete escrito ao seu pai a fim de avisar-lhe que iria encontrar-se com Juan, futuro namorado, para gravar o filme do qual era protagonista: “te devuelvo una de las tantas rosas amarillas que me enviabas al internado para mis cumpleaños. *Tu hija que no quiere estar sola*, Laura” (NOVIA, 1981, grifo nosso). Será esse temor o responsável por fazê-la relacionar-se, aos 21 anos de idade, com três homens distintos: Juan,



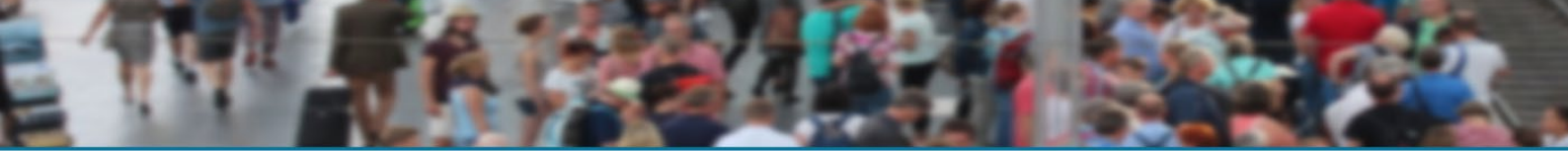
Esteban e Rodolfo, estes dois últimos, personagens egocêntricos, interesseiros, machistas e bem mais velhos do que ela.

Nessa perspectiva, o ethos de uma mulher bem-apessoada, projetado pré-discursivamente, irá perpassar todas as três posições amorosas de Laura – *namorada, esposa e amante* e a estas duas últimas, respectivamente, serão somadas também as projeções de um ser solitário e vulnerável com o fim de sinalizar as metamorfoses sofridas pela personagem em razão das ações de seus companheiros. Laura, por conseguinte, apresenta, em termos de caráter, o ethos corpóreo oposto ao ethos psicológico. Ambos passam por mudanças, no entanto, o ethos corporal sempre a projetará como alguém sensual e elegante, enquanto o psicológico a mostrará como alguém instável emocionalmente, haja vista que,

o “caráter” corresponde a um feixe de traços psicológicos. Quanto à “corporalidade”, ela está associada a uma compleição física e a uma maneira de vestir-se. Mais além, o ethos implica uma maneira de se mover no espaço social, uma disciplina tácita do corpo apreendida através de um comportamento (MAINGUENEAU, 2008, p. 18).

Além disso, toda representação discursiva pressupõe ainda uma cena de enunciação, que, pela mobilidade verbal e corporal de seus participantes, é sempre viva, dinâmica e mutável. Por cenas de enunciação entendem-se nas como sendo “[...] ao mesmo tempo, o espaço bem delimitado no qual são representadas as peças [...], e as sequências das ações verbais e não verbais, que investem este espaço” (MAINGUENEAU, 2015, n/p). No que se refere à cenografia do filme *Novia, esposa y amante*, observa-se três cenas distintas: (i) *novia*, (ii) *esposa* e (iii) *amante*, nas quais o temor de Laura, o medo da solidão, não apenas sempre estará presente, como também a fará buscar abrigo em relações equivocadas.

Na primeira cena, a personagem assume a posição de *novia* ao começar um relacionamento com Juan. O jovem casal tem aspirações divergentes, o que transforma a relação em algo breve. Em termos discursivos, na posição mencionada anteriormente, a protagonista se projeta previamente ao telespectador do filme como uma bela jovem pertencente à classe média alta, aluna de teatro, aspirante à atriz, decidida, dona de si e ambiciosa, como ela mesma se define: “soy ambiciosa, quiero ser alguien y para eso, necesito sentirme libre” (NOVIA, 1981). No entanto, no íntimo de seu lar e de suas conversas com seu pai, ela se revela uma pessoa solitária, insegura, dependente emocionalmente da figura paterna e temente ao futuro: “me siento mal, pa. He querido hacer veinte cosas y no soy nada, cómo que se me está yendo mi juventud, a lo tanto, tengo mucho miedo del futuro, te necesito mucho, pa, nunca me dejes sola” (NOVIA, 1981). Nessa perspectiva, o ethos mostrado confirma o ethos dito, pois além de solitária, ela demonstra ser carente afetivamente, inexperiente nas relações amorosas, ao mesmo



tempo em que tem em mente o perfil de homem com quem deseja casar-se. Isto posto, Juan, o protagonista que assume a posição de namorado, por fugir a esse perfil masculino e não ter as mesmas aspirações de sua namorada, não faz parte dos planos futuros dela, que se mostra indecisa quanto a continuar com ele, em seguida, terminando a relação dos dois.


Na segunda cena, Laura assume a posição de *esposa*, onde vive a experiência de um matrimônio com uma pessoa mais velha do que ela, Esteban, e com vivências sociais e experiências amorosas distintas das suas. Inicialmente, o ethos pré-discursivo da posição de noiva se repete aqui, assim como se repete também o ethos dito. No entanto, o ethos mostrado a projeta como alguém que além de solitária é também triste, isolada, inconformada e que se sente prisioneira em um casamento fadado ao fracasso. É o que ela revela em conversa com o único confidente que tem, seu pai, a quem não apenas revela a verdadeira personalidade de Esteban, descoberta recentemente, como também confidencia como se sente estando casada com um homem instável e autoritário: “me siento frustrada, totalmente inútil [...] me siento muy sola, pa, y yo no sé estar sola, solo te tengo a ti” (NOVIA, 1981).

Por fim, na terceira cena, a posição de *amante* projeta Laura ainda como uma jovem bonita e rica. No entanto, diferentemente de como se projetou como namorada e esposa, aqui ela se apresentará previamente como um ser solitário e vulnerável que não conseguiu livrar-se de seus piores temores. Sabendo disso, Rodolfo, seu amante, tirará proveito em benefício próprio, ações que a farão sentir-se “comprada, degradada, muñeca de escapatate [...] él solo quiere algo caro y nuevo que mostrar” (NOVIA, 1981). O ethos mostrado confirmará além do ethos dito, também o ethos pré-discursivo da personagem e ela será projetada como alguém carente, profundamente triste, inconformada com o fracasso dessa e das demais relações amorosas e, ferida moralmente, atentar-se contra a própria vida.

A personagem Laura se constrói enquanto sujeito discursivo por meio do discurso de solidão, o qual conforme se viu anteriormente, muda de acordo com a cenografia em que ela está inserida e, por sua vez, será o responsável pela autodesconstrução/reconstrução discursiva e identitária da protagonista, visto que, conforme se viu na primeira seção deste trabalho,

o ethos é a imagem do enunciador no discurso, enunciador esse que carrega as marcas sociais e históricas que o constituem e que aparecem, na sua enunciação, identificadas, principalmente, através dos estereótipos (HEINE, 2012, n/p, grifos da autora).

Ademais, ressalta-se que ao deixar claro ao seu marido e ao seu amante o quão solitária se sente, Laura tenta persuadi-los a assumir um comportamento cavalheiresco e cordial, pois o “poder de persuasão de um discurso deve-se, em parte, ao fato de ele constranger o destinatário



a se identificar com o movimento de um corpo, seja ele esquemático ou investido de valores historicamente especificados” (MAINGUENEAU, 2008, p. 29). Ela, porém, não obtém sucesso, uma vez que tanto um como o outro continuam agindo com insensibilidade e truculência, o que revela uma educação machista característica de uma sociedade patriarcal.

AS REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS DE LAURA NO FILME *NOVIA, ESPOSA Y AMANTE* (1981)

As transformações identitárias pelas quais passa Laura ao longo do filme passarão desde o comportamento da personagem até sua forma de se vestir. O mote para isso será, como mencionado anteriormente, o seu maior temor, o medo da solidão. Além disso, para se compreender o processo de desconstrução/reconstrução da identidade da referida personagem, é importante observar outros detalhes que, aliados ao seu maior temor, auxiliam a entender o seu fim trágico, são eles: (i) a organização textual do título da película, (ii) o significado do nome de Laura, (iii) a previsão das cartas de tarô, (iv) as relações amorosas da protagonista. Esses aspectos serão abordados a partir de agora nas subseções a seguir.

A organização textual do título da película

No filme em análise, o título abaixo surge na tela aos 0,35 segundos e permanece até os 0,44 segundos. Ao surgir, parece ser escrito por uma mão invisível em letras pretas e fundo branco, traços finos e ao mesmo tempo fortes, bem como delicada caligrafia, possivelmente, feminina. Ao mesmo tempo em que aparece, uma melodia triste é tocada enquanto a câmera acompanha o movimento de um carro entrando em um cemitério. Diante disso, a imagem a seguir, recortada da película, apresenta o título em primeiro plano e ao fundo, alguns túmulos e um céu azul muito claro. Toda essa construção verbal, sonora e imagética evoca o conceito de verbivocovisualidade desenvolvido por Paula (2017) a partir dos estudos do Círculo de Bakhtin.

Nessa perspectiva, [...] a verbivocovisualidade constitui a linguagem em qualquer materialidade enunciada, com maior ou menor vigor, como potencialidade a ser explorada, a depender do projeto arquitetônico autoral e genérico realizado” (PAULA; LUCIANO, 2020b, p. 708), isto é, a linguagem concebida na interação do eu com o outro e em uma relação social manifesta-se tridimensionalmente em toda e quaisquer materialidades linguísticas e em consonância com o projeto de dizer dos sujeitos discursivos. “O autor-criador arquiteta seu projeto de dizer enunciativo ao tramar o conteúdo temático que quer abordar, a partir de uma

forma composicional e um estilo, tanto autoral quanto genérico” (PAULA; LUCIANO, 2020a, p. 20).

Em face dessas considerações, a arquitetura verbivocovisual do título de *Novia, esposa y amante* revela um projeto de dizer permeado por um implícito jogo semântico relacionado tanto às posições-sujeito da protagonista quanto às suas representações identitárias construídas nas relações de alteridade do eu para mim e do outro para mim, conforme pode-se visualizar na imagem seguinte:

Imagem 02: Título do filme “Novia, esposa y amante”.



Disponível em: www.youtube.com.br.

A leitura do título do filme sinaliza que a protagonista será uma mulher, porém, não é possível identificar sua faixa etária ou condição social. Em uma observação preliminar, nota-se que paira sobre a figura feminina um determinista olhar masculino, uma vez que esse sujeito submeterá a mulher-protagonista à condição de namorada, esposa e amante, segundo a sua vontade e posição de sujeito hegemônico dentro da sociedade patriarcal, visto que “os homens tendem a construir posições-de-sujeito para as mulheres tomando a si próprios como ponto de referência” (WOODWARD, 2000, p. 10).

No que se refere à organização visual em formato de degraus, sendo novia o primeiro degrau e amante o último, esta escolha gráfica e visual salienta não apenas os estágios de relacionamentos amorosos estabelecidos em uma sociedade, como também e, principalmente, a decadência moral da personagem, cujo nome é Laura, haja vista que a cada relacionamento estabelecido, ela declina do significado positivo de seu nome, assunto a ser abordado no próximo item, e se aproxima de seu temor com fins a cumprir o seu destino, algo do qual ela não pode fugir. Ademais, pela referida organização textual é possível inferir que a posição de namorada é a que menos a aprisiona enquanto a de amante é a que mais a destrói, pois, “como indivíduos, podemos passar por experiências de fragmentação nas nossas relações pessoais e no nosso trabalho” (WOODWARD, 2000, p. 31).

O significado do nome de Laura

Segundo o dicionário de nomes próprios, Laura significa “loureiro, vitoriosa, triunfadora.” No entanto, a Laura, protagonista de *Novia, esposa y amante*, destoa da positividade que tem seu nome. Em primeiro lugar, porque em sua essência é uma jovem solitária já que além de ser órfã de mãe, não tem qualquer tipo de amizade, sobretudo de uma figura feminina que lhe sirva de exemplo, seu pai é sua principal referência, ainda que este comporte-se como seu amigo. De acordo com Woodward (2000),


os indivíduos vivem no interior de um grande número de diferentes instituições, que constituem aquilo que Pierre Bourdieu chama de ‘campos sociais,’ tais como as famílias, os grupos de colegas, as instituições educacionais, os grupos de trabalho ou partidos políticos (WOODWARD, 2000, p. 31).

A ausência dessas referências – família e amigos- interferem na formação identitária da personagem, tornando-a um ser vulnerável e manipulável pela vontade do outro, nesse caso, seus relacionamentos amorosos, principalmente, marido e amante. Em segundo lugar, sua tristeza aparente e seu desfecho trágico confirmam que a personagem supracitada vai na direção contrária do significado de seu nome, um ser vitorioso, triunfador, transferindo essa característica aos seus ex-companheiros, que não a amaram, mas moldaram-na segundo seus interesses pessoais e/ ou profissionais, portanto, Laura, por ser mulher, faz parte das minorias sociais, isto é, ela é o outro diferente “[...] o depositário de todos os males [...] o portador das *falhas* sociais” (DUSCHATZKY; SKLIAR, 2001, p. 124, grifo dos autores) que a ótica masculina sujeita e molda como lhe convém.

A previsão das cartas de tarô para Laura

De acordo com Bauman (2011), “o destino é o apelido para todas as coisas sobre as quais não temos nenhuma influência: é o que acontece conosco, mas não foi causado por nós.” Diante disso, Laura, assim como Édipo Rei, não pode fugir a seu destino. Tanto na tragédia grega, como no filme, ambos os personagens descobrem antecipadamente o que seus destinos lhes reservam, ainda que lutem para desviar-se das previsões, sem que percebam, seus temores os aproximam de cumprir as profecias do Oráculo de Delfos e das cartas de tarô.

Nessa perspectiva, Laura, desde o começo do filme, vê-se como atriz, mãe e esposa, porém, conforme avança em suas relações amorosas, percebe que seus sonhos estão longe de serem concretizados, tanto pela ação de seus companheiros que a enxergam como namorada, esposa e amante, nestas duas últimas posições, ela será vista como uma propriedade, um objeto a ser exibido em público seja para fins de ego ou transações comerciais, como do próprio destino, que consultado por meio de cartas de tarô revelou-lhe, já na posição de amante, sua




condenação à solidão, conforme exemplifica a fala do vidente: “desdicha, fracaso y sobre todo, soledad, tu destino te condena a ella” (NOVIA, 1981). Assim, a combinação entre o destino e o comportamento machista do esposo e do amante da personagem em questão, reflexo de uma sociedade patriarcal, não apenas serão os obstáculos para que Laura seja independente e livre, como também os elementos que a farão, sem perceber, encaminhar-se mais e mais para junto daquilo que a atormenta, a solidão e, conseqüentemente, cumprir seu destino, morrer sozinha.

Novia, esposa y amante: As relações amorosas de Laura

As relações de Laura dentro filme, dado que ela não tem referências femininas em quem se espelhar, serão com homens, inicialmente seu pai, e posteriormente seus relacionamentos amorosos como namorada, em seguida como esposa e, por fim, como amante. Vale salientar que tudo o que se passa com a personagem até seu fim trágico, o suicídio, vai na contramão de conquistas femininas logradas ao longo do tempo, sobretudo o direito ao corpo. Assim, o que se observa no decorrer da película é uma mulher submissa unicamente à vontade masculina, principalmente quando assume as posições de esposa e amante em que a sobreposição de forças masculino x feminino não apenas fica mais evidente, como também confirma o pensamento de Beauvoir (2016a, p. 12) de que “a humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo”. Assim sendo, Laura não percebe a influência do outro sobre ela, também não percebe que seu medo da solidão e seu estado depressivo já são resultantes da influência desse outro sobre si, inicialmente seu pai, que, supostamente por razões trabalhistas, a interna quando criança em um internato, posteriormente, seus companheiros, sobretudo esposo e amante.

Perante o exposto, o primeiro relacionamento de Laura será na posição de namorada, na qual se relacionará com Juan, um aspirante a cinegrafista, cheio de sonhos, mas de poucos recursos financeiros. Mesmo sentindo algo diferente, ela não tem certeza se deseja seguir adiante na relação, pois não vê futuro ao seu lado, dada a suposta falta de aspirações do rapaz: “con Juan, no se puede llegar a ninguna parte. El tiempo que dure ya y muere, no hay que pedir más” (NOVIA, 1981), e como toda mulher que nasceu e cresceu dentro de uma sociedade tradicional, Laura deseja formar uma família e, dessa forma, cumprir “o destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher [...] o casamento” (BEAUVOIR, 2016b, p. 185), porém com alguém que, assim como ela, tenha uma boa posição financeira e lhe garanta o mesmo padrão de vida com o qual cresceu e está acostumada, afinal “a identidade está vinculada *também* a condições *sociais e materiais*” (WOODWARD, 2000, p. 14, grifos da autora).




Ao levar em consideração determinadas questões, Laura deixa de perceber que nesse relacionamento continua tendo um comportamento típico de uma jovem de sua idade -veste-se de forma jovial e sensual, é livre para ir aonde deseja e chegar a hora que bem entender, não tem necessidade de dar satisfação a ninguém, nem mesmo a seu pai. Em linhas gerais, a personagem ainda é atravessada pelo espírito de liberdade com o qual foi educada, tanto que não sofre a perda desse amor, ao contrário, Juan é quem sente pelo término da relação e, dos três companheiros, o único que se preocupa verdadeiramente com ela.

O segundo relacionamento de Laura será com Esteban, um diretor de teatro mais velho do que ela, recém-divorciado e pai de dois filhos. Usando um papel em uma peça para a qual Laura fez teste de elenco, ele a conquista. É a partir deste relacionamento que todos os seus temores começam a ganhar vida, haja vista que pouco a pouco ela passa a abdicar de seus sonhos porque Esteban lhe alimenta a ideia de que não tem talento para ser atriz: “no, Laura. Tienes que darte cuenta de que tú no sirves para esto” (NOVIA, 1981). Enquanto ele segue com sua profissão e aspirações de fazer uma peça teatral de sucesso, ela é convencida a viver a vida de dona de casa. Com isso, percebe-se que

[...] o casamento tradicional não convida a mulher a transcender com ele; confina-a na imanência. Ela não pode, portanto, se propor a nada, a não ser construir uma vida equilibrada, em que o presente, prolongando o passado, escape às ameaças do dia seguinte, isto é, precisamente, edificar uma felicidade (BEAUVOIR, 2016b, p. 217-18).

Diante das considerações de Beauvoir (2016b), observa-se que em *Novia, esposa y amante* Laura vive um casamento tradicional, onde o marido continua a exercer suas atividades profissionais, sociais e paternais, pois tem filhos de seu primeiro casamento, em contrapartida, ela cada vez mais vive um casamento infeliz, no qual praticamente não tem autonomia e sequer sabe o seu papel dentro dessa relação, o que a leva a questionar Esteban sobre isso: “no sirvo ni para ser actriz, ni para ser tu esposa, ni para tener un hijo, ¿para qué me quiere, entonces, a tu lado?” (NOVIA, 1981). Confinada ao ambiente doméstico, faz sala aos convidados do marido, em público, acompanha-o a eventos sociais e, vestida sensualmente, mas como uma senhora casada, serve de objeto de contemplação dos demais presentes.

A tão sonhada felicidade que Laura pretendia encontrar no casamento dissipa-se a cada dia vivendo em um relacionamento conturbado com um homem alcoólatra, ciumento, inconformado pelo fim de seu primeiro casamento, e violento. Ao buscar libertar-se de uma vida de opressão com a qual não estava acostumada, sofreu violência doméstica e só não morreu porque foi socorrida a tempo pela empregada da casa. É assim, de forma tão abrupta, que ela se




livra de seu segundo relacionamento e cada vez mais se sente só, pois a essa altura já é também órfã de pai.

O terceiro relacionamento amoroso da protagonista será com Rodolfo Morales, um Licenciado a quem conhece ainda estando casada com Estaban, o que foi motivo de muitas discussões entre o então casal, mesmo que ela não correspondesse à suas investidas. A princípio, Rodolfo mostra ser um amigo com quem Laura pôde contar quando ainda se recuperava das agressões provocadas por Esteban, de além-túmulo ela assim o define: “el frío, el calculador Rodolfo, pero fuiste mi única compañía cuando me sentí tan sola” (NOVIA, 1981), no entanto, não suportando a solidão, e não percebendo o quão egocêntrico e dominador é, ela cede e com ele inicia um relacionamento extraconjugal, com direito a uma casa de alto padrão para viver.

Assim como no relacionamento com Esteban, Laura continua a ser objeto de contemplação masculina, mas desta vez, os motivos de Rodolfo ultrapassam as fronteiras do ego e perpassam para o âmbito socio financeiro. As configurações identitárias assumidas por Laura a partir da vontade do outro masculino vão de encontro à perspectiva de estrutura social dos estudos antropológicos, segundo a qual “[...] as mulheres são identificadas com a arena privada da casa e das relações pessoais e os homens com a arena pública do comércio, da produção e da política” (WOODWARD, 2000, p. 53).

Nesse relacionamento, Laura não somente continuará no ambiente doméstico, como também será um troféu nas mãos de Rodolfo que, ao contrário dos demais companheiros, será o mais cruel com ela, pois mesmo que suas agressões não cheguem ao plano físico, como fez Esteban, elas continuam presentes na vida da protagonista, sobretudo no plano psicológico, e são manifestadas de diversas formas, dentre as quais: uma pintura seminua, imposição de decisão sobre a interrupção de uma gravidez e, por fim, a não aceitação de uma traição de Laura.


A pintura seminua exposta na sala da casa em que Laura mora e se encontra com seu amante é significativa no filme porque não tem apenas a função de destacar sua beleza e sensualidade jovial, mas ser um deleite aos olhos masculinos dos amigos de Rodolfo e razão da vergonha da protagonista. É o que se observa, por exemplo, na fala de um engenheiro que faria uma milionária transação financeira com Rodolfo, enquanto dança com Laura: “quería tener esta nueva y maravillosa sensación de tener una hermosa mujer vestida entre mis brazos, mientras la puedo admirar desnuda en ese cuadro” (NOVIA, 1981). Além disso, o referido quadro é também uma forma de Rodolfo afirmar seu caráter dominador em relação às mulheres,



já que para ele “el verdadero placer con las mujeres está en domarlas” (NOVIA, 1981), manter-se superior à Laura e manifestar claramente a ela qual a sua real posição naquele relacionamento. Nesse contexto, o corpo exposto semidesnudo corrobora a construção de uma identidade edificada na mulher como objeto sexual, haja vista que “o corpo é um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem nós somos, servindo de fundamento para a identidade – por exemplo, para a identidade sexual” (WOODWARD, 2000, p. 15).

Além disso, esse é o primeiro indício do assujeitamento do ser feminino ao sujeito masculino, ou seja, Laura na função de esposa ou de amante apenas obedece a ordens de seus companheiros, reproduzindo um modelo de educação feminina imperante dentro de uma sociedade patriarcal em que a elas cabe obedecer ao que o homem diz e determina e, nessa última posição praticamente não tem vez nem voz porque “[...] a prostituta não tem os mesmos direitos de uma pessoa; nela se resumem, ao mesmo tempo, todas as figuras da escravidão feminina” (BEAUVOIR, 2016b, p. 364). Outros fatores que sinalizarão a passividade de Laura dentro desse relacionamento serão o não direito ao corpo, pois será obrigada a abortar quando engravidar de Rodolfo e não poder trair o seu companheiro. Tais atitudes são manifestações claras da imposição masculina na sociedade patriarcal, onde “ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o ‘sexo’ para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente” (BEAUVOIR, 2016a, p. 12), ainda que contra a sua vontade, como é o caso de Laura enquanto amante e objeto de contemplação sexual dos amigos de Rodolfo Morales.

Tendo vivenciado três relações amorosas fracassadas, das quais em duas Laura foi agredida, humilhada e empurrada ao encontro de seu maior temor, a solidão, suicida-se. Diante disso, a cena final do filme - o cemitério ficando vazio enquanto o túmulo fica repleto de coroas de flores e de rosas, sobretudo amarelas, que assim como o nome da personagem, culturalmente, tem significados positivos – possibilita dois possíveis significados: (i) a concretização do maior temor de Laura, a solidão, já que ao atentar contra a própria vida na casa em que viveu com seu pai ela está sozinha; (ii) a consolidação de seu destino, do qual ela não pôde escapar, mesmo tendo boas condições socio financeiras e tendo a possibilidade de recomeçar ao lado de Juan, quem nunca a esqueceu e, ao contrário dos demais, sempre acreditou no potencial dela. No entanto, além dessa morte física, é importante salientar que Laura Mendoza não morre só uma vez no filme, há outras mortes simbólicas da personagem que são indicadas e mesmo responsáveis pela acentuação de sua tristeza – a morte do pai, o aborto



forçado, o fracasso como atriz e as decepções amorosas são exemplos da morte em vida da personagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face das discussões estabelecidas ao longo deste trabalho sobre ethos e identidade feminina na sociedade patriarcal a partir da personagem Laura, protagonista do filme *Novia, esposa y amante* (1981), pode-se concluir que sendo o outro diferente apenas pelo fato de ser mulher em uma sociedade de base patriarcal, o sexo feminino está sempre à mercê do outro que se posiciona como alguém que, enquanto livre das amarras sociais, oprime, machuca, mata física e psicologicamente. Além disso, as imagens discursivas que criamos sobre nós mesmos muitas vezes não apenas contribuem para embasar representações identitárias já calcadas em sociedade, como também dão margem para que o outro superior tire proveito em benefício próprio, independente do sofrimento do oprimido. Nesse sentido, o filme retrata com riqueza de detalhes os dramas conjugais de mulheres que vivem relacionamentos abusivos, mas mantém as aparências em eventos sociais ou com amigos e conhecidos para não conflitar com o parceiro. Por sua vez, Laura e seus dramas pessoais e emocionais são a representação de todo o processo sócio-histórico e cultural pelo qual tem passado a mulher ao longo do tempo dentro de uma sociedade patriarcal, em que muito já se logrou, mas não é possível falar ainda em igualdade de sexos.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. Sobre escrever cartas... de um mundo líquido moderno. In: _____. **44 cartas do mundo líquido moderno**. Trad. de Vera Pereira. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. não paginado.


BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Trad. de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

BEAUVOIR, Simone de. Introdução. In: _____. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Trad. de Sérgio Milliet. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a. p. 09-27.

BEAUVOIR, Simone de. Segunda parte: situação. In: _____. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Trad. de Sérgio Milliet. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b. p. 185-407.

DUSCHATZKY, Silvia; SKLIAR, Carlos. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LAROSSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Orgs.). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p, 119-138.

FIORINDO, Priscila Peixinho. Ethos: um percurso da retórica à análise do discurso. **Revista Pandora Brasil**, n. 47. “não paginado,” 2012.



FRONTEIRAS DO PENSAMENTO. Zygmunto Bauman – *fronteiras do pensamento*, 2011. 30 min., son., color. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=POZcBNo-D4A>>. Acesso em: 08 ago 2021.

HALL, Stuart. A identidade em questão. In: _____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 07-13.

HEINE, Palmira. O ethos feminino em propagandas de cerveja. **Revista Pandora Brasil**, n. 47. “não paginado,” 2012.

LAURA. In: Dicionário de Nomes Próprios. Disponível em: < <https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/laura/>>. Acesso em: 15 ago 2021.

MAINGUENEAU, Dominique. **A propósito do ethos**. p. 11- 29. In: Motta, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Org.). *Ethos Discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. Retorno crítico à noção de ethos. **Letras De Hoje**, v. 53, n. 3, p. 321-330, 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. Gênero de discurso e cena de enunciação. In: _____. **Discurso e Análise do Discurso**. Trad. de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, “não paginado.”

NOVIA, esposa y amante. Produção de Televisine. Direção: Tulio de Michelli, 1981. Drama. 1 “31,” son. color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=e9zEB3PSsxI>>. Acesso em: 13 jun 2021.

PAULA, Luciane de; LUCIANO, José Antônio Rodrigues. Dialogismo verbivovisual: uma proposta bakhtiniana. **Polifonia**, Cuiabá-MT, v. 27, n. 49, p. 15-46, out.- dez. 2020a.

PAULA, Luciane de; LUCIANO, José Antônio Rodrigues. A filosofia da linguagem bakhtiniana e sua tridimensionalidade verbivocovisual. **Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), v. 49, n. 2, p. 706-722, jun. 2020b.

ROMO, Daniela. *Daniela Romo/ novia, esposa y amante*. 2021. 9 min, son., color. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=oN3yfKGze60>>. Acesso em: 02 jul. 2021.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da, (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 07-72.

CAPÍTULO 19

SINGULARIDADES DE NOSSO PROCESSO HISTÓRICO-SOCIAL COMO CAMINHOS DE REFLEXÃO SOBRE A ATUALIDADE

Greice Martins Gomes

RESUMO

Neste ensaio teórico busca-se discutir singularidades de nosso processo histórico-social e como isto se mostra na dinâmica do espaço organizacional. Para tanto alguns objetivos específicos foram delimitados: i) discutir a concepção de um “sentido” da Colonização a partir da obra ‘Formação Brasil Contemporâneo’ (2011) de Caio Prado Junior e a partir disto ii) tecer um diálogo sobre a noção de ‘racismo estrutural’ tomando como base a obra de autoria de Silvio de Almeida ‘O que é racismo Estrutural?’ (2018). Este material trata-se de um esforço, de cunho introdutório, no sentido de estimular apropriação do Pensamento Social Brasileiro no campo da Administração a fim de aludirmos sobre caminhos que remetam a uma reflexão crítica quanto as problemáticas que nos são fundantes.


PALAVRAS-CHAVE: Pensamento Social Brasileiro, Estudos Organizacionais, Racismo.

INTRODUÇÃO

Iniciemos ponderando sobre a seguinte questão: o que podemos entender como ‘Pensamento Social Brasileiro (PSB)’? Para Schwarcz e Botelho (2011) uma resposta a esta pergunta nos conduz a seguinte noção:

“[trata-se de] um Campo multidisciplinar não restrito apenas a antropologia, a ciência política e a sociologia, como ainda a história, a teoria literária e a filosofia política, entre outras disciplinas” (SCHWARCZ ; BOTELHO, 2011, p. 11).

De maneira que, por sua característica voltada para um debate plural, preocupa-se não apenas de produção do conhecimento, mas também de diferentes formas de conhecimento. Trata-se de um Campo do estudos que busca investigar os fenômenos do viver em transição que podem envolver tanto violência urbana, pluralização religiosa, associativismo, as redefinições das relações de gênero e raciais, transformações do mundo do trabalho, judicialização da política, financeirização da economia bem como os novos equilíbrios nas relações internacionais. Em síntese, a disciplina de Pensamento Social Brasileiro (PSB) desenvolve-a a partir de um interesse sobre aquilo que pode influenciar a ordem social como também servir como elemento disparador para as possibilidades de ação coletiva e mudança social (BRANDÃO, 2005). Ainda, conforme Brandão (2005), originando-se da (rica) tradição de pensamento social e político brasileiro ela parte de alguns ‘clássicos’ para observar os engendramentos sociais a nós atinentes, como por exemplo, as obras de Sílvio Romero, Joaquim




Nabuco, Ruy Barbosa, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Nestor Duarte, Caio Prado Jr., Raymundo Faoro, Victor Nunes Leal, Guerreiro Ramos, Florestan Fernandes e Celso Furtado. A partir de todo esse amplo capital teórico disponível para análise, nos deparamos com a seguinte questão: qual seria um caminho possível para interpretarmos uma realidade que é, em larga medida, sempre movente e nunca totalizada, tal como a nossa?

Entendemos que uma trajetória possível seria aquela que busca ultrapassar determinada visão que emerge de um programa cultural, resultante de uma orquestração política, em que o Brasil ‘oficial’ não coincide com o Brasil ‘profundo’ e “cuja meta era tornar os brasileiros orgulhosos” (ROCHA, 2010, p. 12). Consideraremos, neste sentido, para fins de debate, que o maior legado de um sistema escravocrata que nos é basilar, não seria a noção de uma mestiçagem a unificar a nação - ou como coloca SCHWARCZ (2019, p.16) “mistura não era (e nunca foi) sinônimo de igualdade”. Tal proposição nos levou (e ainda por limitações de espaço/necessidade de síntese) a fazer escolhas. Foi assim, que julgamos apropriado pautar a reflexão ora proposta revisitando a noção de "sentido da colonização" a partir de Caio Prado Jr. em articulação com a obra de Silvio Luiz de Almeida (2018) na tentativa de trazer o debate para nossos dias.

UM EMPREENDIMENTO CHAMADO BRASIL

Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo “sentido”. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo (PRADO, 2011. p. 15)

Para esta seção nos apoiaremos na obra *Formação do Brasil Contemporâneo* (2011) de Caio Prado Jr. Três partes centrais estruturam a obra sendo elas: “Povoamento”, “Vida Material” e “Vida Social”. Já no primeiro Capítulo, Prado (2011) argumenta que o sentido da colonização é algo a ser compreendido a partir da história do desenvolvimento do comércio e da expansão ultramarina europeia. Nesta obra observamos que o processo de colonização do Brasil não pode/deve, necessariamente, ser vista como um fato isolado que remeteria a uma aventura ‘casual’ da sociedade portuguesa da época. Ao contrário, precisa ser compreendida como o desdobramento de uma grande expansão marítima de países europeus depois do século XV, ou como coloca “todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar de ‘descobrimientos’, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu” (PRADO, 2011, p. 17). Este é um modelo de visão que nos conduz a observar a colonização do Brasil não exatamente ligada a um caráter conquistador




baseado em ideias imperialistas, mas sim pautada em uma ótica da expansão do capital comercial.

Caio Prado Junior é uma das referências mais importantes na tríade dos ‘interpretes do Brasil’ (Caio Prado Junior, Sergio Buarque de Holanda e Gilberto Freire) considerada a base da historiografia nacional. Sua obra irá marcar todo o pensamento marxista brasileiro principalmente por se distanciar da visão mais “tradicional” desenvolvida dentro de uma perspectiva marxista embasada, por exemplo, no pensamento de Gilberto Freyre (2000) caracterizado, entre outras coisas, por uma visão ligada ao passado. Tampouco pode ser relacionada ao “*ethos* do aventureiro” de Holanda (1995). Caio Prado, justamente, irá seguir em uma direção oposta, ou seja, ele pensa o país pelas suas potencialidades, isto é, pelo que ele pode vir a ser (NOVAIS, 1983).

Prado (2011) vai inaugurar uma reflexão a partir do materialismo histórico. Sua grande questão de reflexão poderia ser descrita da seguinte forma: por que somos o que somos e como podemos mudar (a partir de um processo histórico)? E, como dito, sua tese fundamental baseia-se no que seria o sentido da colonização (PRADO, 2011). Assim, esse autor vai analisar o Brasil e a colonização como sendo parte de um projeto internacional de expansão mercantil do capitalismo mundial. Ele não olhará, portanto, a organização interna do Brasil e sim o país enquanto um elemento que é parte de um processo, a partir de uma noção de ‘empresa colonizadora’ e de um ‘empreendimento colonizador’ de caráter mercantil. Na sua ótica, o que se implanta nos trópicos é uma empresa colonizadora com uma realidade voltada para o mercado externo baseada, inicialmente, na ideia de extração, i.e., de retirada daquilo que possuísse valor de forma simples, rápida e preferencialmente sem a necessidade primeira de um povoamento, ou como escreve:

A ideia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum [povos europeus]. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América; [...] ocupar com povoamento efetivo, isso só surgiu como contingência, necessidade imposta por circunstâncias novas e imprevistas. (PRADO, 2011, p. 20)

Segundo defende, só é possível perceber o sentido da colonização a partir da sua independência, porque a nação que sobra [da independência] mostra o que realmente ‘é’ e para PRADO (2011) ela é singularmente: uma empresa colonial. A independência, argumenta, não altera as condições econômicas fundamentais do país, que continua sendo/tendo uma economia marcada por um ideário colonial. Assim, a presença da escravidão no Brasil durante centenas de anos deixará marcas na estrutura da sociedade brasileira. Nossa colonização toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, voltada à exploração dos recursos naturais em proveito do




comércio europeu e, segundo o autor, este seria o “verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social [...]” (PRADO, 2011, p.28).

De forma geral, a relevância do trabalho de Caio Prado Jr. está em não olhar as características do Brasil a partir unicamente de elementos circunstanciais do seu processo de formação, mas de como este processo está vinculado ao próprio sistema capitalista. É um autor que irá pensar o processo de passagem, assim como os seus desafios e continuidades, de um Brasil colônia para o que virá a se formar enquanto uma nação. Ainda, a noção do sentido da colonização não pode ser vista como uma categoria economicista, teleológica ou embasada em uma noção finalista/fatalista de realidade, como sugerem alguns críticos. A ideia do econômico não se põe no sentido de imutabilidade ou mesmo inevitabilidade sobre nossa forma de ser/estar em sociedade. Ao contrário, propõe o desvelamento sobre a totalidade de um processo que nos remete justamente a necessidade de determinadas mudanças estruturais para transformar o curso da história. O sentido da colonização, faz-se, portanto, não restrito a descrição de um período histórico, mas como uma lógica fundante. E é justamente parte desta lógica fundante que destacaremos, para fins de debate: o trabalho escravo. Para Prado (2011) nosso modelo produtivo baseado na escravidão torna-se o elemento basilar da célula orgânica da sociedade colonial que virá a ser “o berço do nosso ‘clã’, da grande família patriarcal brasileira” (PRADO, 2011, pp. 304-305). É a partir deste elemento que partimos para o segundo momento de nossa discussão tomando como base a obra de Almeida (2018).

Discutindo (nosso) racismo estrutural


De acordo com Almeida (2018) seus escritos versam sobre uma Teoria Social, não sendo sua obra “um livro especificamente sobre raça ou racismo” (ALMEIDA, 2018, p.16), contudo, destaca que tanto os atributos biológicos, quanto as características étnicoculturais - determinaram e hierarquizaram - as potencialidades dos sujeitos. Embora a inexistência de raças humanas tenha sido comprovada, ‘raça’ continua sendo uma categoria política utilizada para justificar as desigualdades existentes. Segundo esclarece, preconceito racial está profundamente ligado a ideia de estereótipos acerca de indivíduos que façam parte de um determinado grupo social e que pode, ou não, resultar em práticas discriminatórias. Já a discriminação racial liga-se a noção de um tratamento diferenciado a membros racialmente identificados. Enquanto o primeiro acontece de pessoa para pessoa o segundo é caracterizado por ocorrer entre grupos.



O autor caracteriza o conceito de racismo a partir de três visões: individual, institucional e estrutural. O racismo individual remete a ideia de “patologia” de caráter individual ou coletivo, ele se dá através da discriminação racial. O racismo institucional diz respeito aos ‘efeitos’ causados pelos modos de funcionamento das instituições que concede privilégios a determinados grupos tomando como balizador a raça. Nesta perspectiva as instituições são elementos basilares no sentido e estabelecer e regulamentar as normas e os padrões que devem conduzir as práticas dos/entre os sujeitos, influenciado com isto comportamentos e modos de pensar. As instituições seriam, portanto, a materialização das determinações formais na vida social. São princípios discriminatórios que produzidos e difundidos acabam naturalizando a hegemonização de uns sobre outros. Já no racismo estrutural, diretamente ligado ao institucional, manifesta-se através de uma ordem social (pré)estabelecida.

Este último, surge como um tópico que nos serve de elemento relacional com a abordagem que apresentamos de Caio Prado no seguinte sentido: se o trabalho escravo (refletido na pessoa do negro, do afrodescendente) para este autor, trata-se do modelo produtivo que virá a ser a norma balizadora e estruturante “da grande família patriarcal brasileira” (PRADO, 2011, pp. 304-305) faz sentido pensar que o racismo é parte fundamental de nossa ordem social. Em outras palavras, se admitirmos, por exemplo, que a ‘instituição família’ pode ser vista como algo que forma os primeiros sentidos, as primeiras noções sobre as normas e padrões que devem conduzir às práticas dos sujeitos, no Brasil, a sua gênese - fruto de uma sociedade que não apenas nasce, mas vive quase trezentos anos em um regime de escravidão – acaba promovendo todo um processo de continuidade de princípios discriminatórios. Esses últimos, à medida que (re)produzidos e difundidos, acabam solidificando cada vez mais o que seria uma naturalização sobre as formas de pensar, sentir e agir no ser e estar social.

Outro ponto de interseção no diálogo proposto remete-nos a noção que nossa origem, enquanto nação, é baseada em uma razão primeira que se justifica com base em um fundamento comercial/mercantil, como já dito, fruto de um processo de expansão mercantil europeu. Seguindo por este caminho, podemos refletir que grande parte de uma ideologia marcada por uma noção mercantil, pauta-se, entre outras coisas, na construção de um pensamento individualista, competitivo e concorrente que conduz os indivíduos a creditarem que tudo que obtiveram foi (ou é) exclusivamente por mérito próprio. Esta é uma percepção da realidade que irá olhar o mundo ao redor e considerar que todos têm indubitavelmente as mesmas possibilidades de consegui-lo. Argumentamos que tal modo de existência social metamorfoseia-se nos dias de hoje, em formas de representação coletiva muito própria e




particulares, entre elas destacaremos a ideia de meritocracia. Mas para falarmos sobre meritocracia, alguns elementos substanciais se fazem necessários, ao passo de nos permitiremos um breve momento de digressão.

Iniciemos refletindo que uma das funções da ‘instituição Estado’ é a conservação da ordem que se dá pela internalização das contradições mediante coerção física e/ou reprodução da ideologia que fundamenta os processos de dominação. A autonomia alcançada pela instituição Estado, dentro de nosso sistema capitalista, impulsiona que grupos específicos ocupem posições de poder, permitindo-se com isto a manutenção dos seus próprios interesses e necessidades. Seria o mesmo que dizer que determinado repertório cultural constrói o significado da ação coletiva e este, por sua vez, se apoia em conjunto de interesses, normas e valores de determinado grupo. Assim, modelos de dominação como os discursos pautados na meritocracia priorizam resultados individuais e acabam naturalizando as desigualdades (ALMEIDA, 2018). Vale comentar que a prática da meritocracia oculta, por trás de uma aparente ideia de merecimento, uma desumana ética do desempenho. Contudo, argumentamos, em uma sociedade como a brasileira, de condições tão violentamente desiguais - formada por pessoas que não só são diferentes entre si, mas principalmente possuem condições diversas (culturais, econômicas, estruturais) - merecimento e desempenho tornam-se palavras contraditórias entre si. Isto posto, somos provocados a considerar questões tais: mas como se ‘vive’ a desigualdade racial? E uma resposta para isso seria: em forma de pobreza. E, como se ‘manifesta’ a desigualdade racial? Através das instituições (ALMEIDA, 2018).

Seguindo por esta linha argumentativa, dentre algumas formas de exemplificar o racismo institucional, Almeida (2018), destaca os espaços de poder que são dominados por homens brancos, como e.g.; o judiciário, o legislativo, o ministério público, a diretoria de empresas e as reitorias de universidades que - a partir de normas de exclusão internalizadas - dificultam e/ou impedem que negros (e outras populações de menor poder social) possam acessar tais lugares de forma equânime. Muitas formas de desigualdade estão ligadas a questão racial, basta olharmos quem são as maiorias nas universidades⁹¹ e quem são as maiorias no sistema carcerário brasileiro. Assim, segundo Almeida (2018) o racismo é parte de um processo

⁹¹ O percentual de negros no nível superior deu um salto e quase dobrou entre 2005 e 2015. Em 2005, um ano após a implementação de ações afirmativas, como as cotas, apenas 5,5% dos jovens pretos ou pardos, na classificação do IBGE e em idade universitária, frequentavam uma faculdade. Em 2015, 12,8% dos negros entre 18 e 24 anos chegaram ao nível superior de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes a 2015. Também conforme dados do IBGE, nos presídios brasileiros quase 70% da população carcerária são afrodescentes e quase 80% dos mortos no nosso país são jovens negros, entre 15 e 29 anos. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em 28 de setembro de 2019.



- social, histórico e político - que reforça mecanismos para que pessoas e/ou grupos sejam discriminados de maneira contínua. É desta maneira que, ao entender o racismo como uma regra e não exceção, o autor considera que para a efetivação de uma mudança é necessário adotar práticas antirracistas, como a criação de políticas internas nas instituições. Além disso, perceber o racismo como integrante da estrutura social não exime a responsabilidade dos indivíduos que cometem ações de discriminação, ao que nos lembra ainda: o silêncio também funciona como um dispositivo de manutenção do racismo. Racismo este que marca de nascença do Brasil sendo o ingrediente presente desde o ‘sentido’ da colonização que - apesar de ser fruto da expansão de um capitalismo mundial iniciada a mais de quinhentos anos atrás - ainda nos assombra em atos, ações, indicadores sociais e na realidade diária de milhões de brasileiros: recorrentemente negros, tragicamente pobres. E, pensando e sentindo disto tudo é que temos, hoje e sempre, caminhos de luta pela frente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018
- BRANDÃO, Gildo Marçal. "Linhagens do pensamento político brasileiro." **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 48, n. 2, 2005.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil**. 41. ed. São Paulo: Record, 2000.
- NOVAIS, Fernando. "Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica". **Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. São Paulo, 1969.
- PRADO JÚNIOR, Caio. O Sentido da Colonização. In: **Formação do Brasil Contemporâneo**. Formação do Brasil Contemporâneo-Colônia. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 2011.
- ROCHA, João Cezar de Castro. O paradoxo como método para entender o Brasil. **Entrelivros: retratos do Brasil**. São Paulo: Duetto, n. 8, p. 8-13, 2010
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André. Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma. **Revista de Cultura e Política**, n. 82, p. 11-16, 2011.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. História não é bula de remédio. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CAPÍTULO 20

A PROCURA POR BENEFÍCIOS SOCIAIS PELOS IMIGRANTES VENEZUELANOS NO CRAS/PINTOLÂNDIA/RR

Rumenigge Ferreira da Silva
Joani Silvana Capiberibe de Lyra

RESUMO

Esse estudo objetiva identificar as possibilidades e limitações de políticas socioassistenciais, ofertadas pelo CRAS, no atendimento às famílias venezuelanas. Deste modo, ela fundamenta-se na realidade apresentada pelo contexto migratório vivenciado nos últimos anos no Brasil, mais especificamente, no Estado de Roraima e faz uma reflexão sobre as políticas socioassistenciais disponíveis para o público migrante. O trabalho de campo ocorreu de 29 dezembro de 2021 a 19 de janeiro de 2022 no CRAS-Pintolandia/Boa Vista/RR. A amostra foi composta por quatro Técnicos de Referência e sete Imigrantes Venezuelanos que participaram de entrevista semiestruturada. Com isso, foi possível perceber que eles apresentam inquietações semelhantes, sendo estas atinentes a barreira linguística e a documentação de regularização no Brasil. Além disso, percebeu-se que o acesso à política pública brasileira por parte deles é complexo e para que se torne mais eficiente é necessário repensar a forma como as informações estão disponíveis e são repassadas.


PALAVRAS-CHAVE: Benefícios sociais. CRAS-Pintolândia. Venezuelanos.

INTRODUÇÃO

A presença dos imigrantes venezuelanos no Estado de Roraima acarretou discussões sobre os impactos nos mais diferentes âmbitos dos serviços públicos porque gerou demandas devido a pobreza, ao desemprego e a falta de moradia, entre outras vulnerabilidades.

Conforme afirmam Silva e Sousa (2019) alguns organismos têm sido responsáveis por tornar os impactos da migração venezuelana mais brandos. Entre os organismos internacionais estão a Organização Internacional de Migração (OIM) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e entre os nacionais, a Polícia Federal e o Exército Brasileiro, por meio da Operação Acolhida.

As políticas públicas existentes no Brasil contemplam diversos setores, entre os quais, o da saúde, da educação e da assistência social, sendo esta última responsável por atender apenas 2,2% da população venezuelana, já que 48,4% dela não faz uso de nenhum tipo de serviço público (SIMÕES, 2017). Diante deste fato, cabe a reflexão sobre os motivos que os levam a não os utilizar plenamente, ainda que na sua maioria se encontrem em situação de vulnerabilidade.




Diante do exposto, a presente pesquisa faz uma reflexão sobre a política pública brasileira no que concerne aos serviços socioassistenciais disponíveis para a população de imigrantes venezuelanos. Para isto, fez-se a pesquisa de campo em um Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de Boa Vista – RR. Ela foi conduzida pelo seguinte problema: quais as possibilidades e limitações da assistência social no CRAS Pintolândia para atender ao público venezuelano em Boa Vista/RR?

É notório que o crescente processo de imigração venezuelana tem aumentado a demanda por serviços públicos em Roraima, especialmente em Boa Vista e Pacaraima. Assim sendo, tem sido um desafio para os diversos segmentos das políticas públicas enfrentar as complexidades da chegada desta população, especialmente por todo o histórico de convívio de brasileiros em Santa Elena de Uairén/VE e por causa do Linhão de Guri (interconexão do complexo hidrelétrico de Guri-Macáguas com Boa Vista/RR para fornecer energia limpa e mais barata) que perdurou desde sua inauguração em 13 de agosto de 2001 até 7 março de 2019, quando a Venezuela parou de enviar energia para Roraima.

O interesse em refletir sobre o panorama atual das políticas públicas socioassistenciais, no contexto da imigração venezuelana, partiu principalmente da observação da imigração, das consequências deste fluxo na saúde, educação e trabalho, além de ter sido uma oportunidade de aliar a pesquisa com a prática profissional,¹ de um dos pesquisadores, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)/Pintolândia.

O desemprego, a situação de rua, a prostituição, o trabalho infantil e a insegurança alimentar são exemplos de entraves vivenciados por esta população, mas que no Brasil dispõem de políticas públicas que visam atenuá-los. No tocante as políticas socioassistenciais, os Centros de Referência de Assistência Social têm por função a oferta pública do trabalho social com famílias por meio do serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias (PAIF) e da gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica, que se apresenta como alternativa para este público resolver sua carência de proteção social básica. Com isso, a presente pesquisa pode ser um meio de a população imigrante dispor de informações terminantes sobre os seus direitos e de avaliarmos de que maneira o CRAS tem sido acionado pelos venezuelanos.

Na análise dos dados foram utilizados trechos das entrevistas com os Técnicos de Referência e com os Imigrantes Venezuelanos, bibliografias sobre migração, além dos manuais oficiais dispostos na plataforma do Ministério da Cidadania - MDS e de informações da



Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

ANÁLISE DA PROCURA DOS SERVIÇOS DO CRAS-PINTOLÂNDIA PELOS IMIGRANTES VENEZUELANOS


De acordo com o Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes do Comitê Federal de Assistência Emergencial (CFAE), instituído pela Resolução Nº 3, de 2 de maio de 2018, referente aos dados da migração venezuelana, entre janeiro de 2017 e novembro de 2021, a entrada deles totalizou 662.862 e a saída somou 366.746, em um saldo de movimentação de 296.116 pessoas. No movimento de saída, 20% ocorreu pela fronteira com a Venezuela, pela cidade de Pacaraima, enquanto 35% por outros países (SUBCOMITÊ FEDERAL PARA RECEPÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E TRIAGEM DOS IMIGRANTES, novembro de 2021).

O Comitê Federal de Assistência Emergencial se direciona ao acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Enquanto órgão deliberativo, no inciso I e II do Art. 2º, menciona que a ele compete articular ações, projetos e atividades com apoio do poder público no âmbito da assistência emergencial, bem como estabelecer as diretrizes e as ações prioritárias para a implementação da assistência emergencial (BRASIL, 2021).

Entre os garantidores de assistência social vinculada ao CFAE está o CRAS, que é a unidade de referência nos territórios para oferta de atenção no âmbito da proteção básica, a quem também compete atender os imigrantes. Não sabemos ao certo quantos venezuelanos vivem atualmente em Boa Vista e estão aptos ao atendimento do CRAS, mas podemos dizer que desde 2019 o fluxo deles para o Brasil se intensificou, o que forçou o governo brasileiro a reconhecer a Venezuela como país em grave e generalizada violação de direitos humanos e simplificar a análise de processos migratórios para o Brasil.

A presença de Venezuelanos em Boa Vista/RR hoje é rotineira, especialmente porque o estado faz fronteira com a Venezuela, mas historicamente não há registros de um fluxo migratório tão expressivo como o que vem ocorrendo desde 2015.

Por ser a região do Brasil com menor densidade demográfica, em termos numéricos, o fluxo migratório ganha destaque significativo, tendo em vista que a entrada dos venezuelanos pela fronteira entre Pacaraima e Santa Elena de Uairén é noticiada com números muito altos em comparação com a população residente no Estado (SILVA, 2017).



Para se ter noção da relevância da situação, antes mesmo da formação do Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes, dados de 2017, obtidos até o dia 26 de setembro, apontavam que pelo posto migratório de Pacaraima já tinham passado 63.011 venezuelanos, sendo 42.497 ingressos e 20.514 saídas, constituindo um saldo de entrada de 21.983” (SILVA, 2017, p. 9). Naquele momento, comparando com anos anteriores, representava um aumento de mais de 100%.

Simões (2017) coloca como principal causa do deslocamento dos venezuelanos para o Brasil as crises econômicas e políticas do país. Mas Viana (2017), na coleta de dados realizada com 299 venezuelanos que se encontravam em diferentes lugares da cidade de Boa Vista em 2017, apontou que foram vários os problemas que os fizeram deixar seu país, mas que os principais foram a corrupção dos políticos (25,42%), a inflação e os altos preços (22,41%) e a crise econômica (15,05%). Inclusive ela apontou que não eram somente os problemas econômicos que os afligiam, haja vista que quase 10% apontaram que o fator determinante da imigração foi a violação dos direitos humanos, superando o problema do desemprego (6,69%).

Tabela 1 - Problemas mais graves da Venezuela

Problema mais grave da Venezuela	Frequência	Porcentagem
Anulada	9	3,01
Conflito armado	4	1,34
Corrupção dos políticos	76	25,42
Crise econômica	45	15,05
Delinquência e crime	26	8,70
Desemprego	20	6,69
Desigualdade	13	4,35
Estradas em	1	0,33
Falta de Transporte Público	1	0,33
Inflação, altos preços	67	22,41
Narcotráfico	1	0,33
Energia	1	0,33
Protestos	1	0,33
Qualidade da educação	1	0,33

Precariedade do acesso à Saúde pública	1	0,33
Sequestro	1	0,33
Tráfico e consumo de droga	2	0,67
Violação dos Direitos Humanos	29	9,70
Total	299	100,00

Fonte: Viana (2017).

Como vemos na tabela, a corrupção incomodava mais de um quarto dos informantes de Viana (2017), mas eram muitos os problemas que os afligiam. O perfil traçado por Simões (2017) demonstra que, naquele momento, os venezuelanos que estavam insatisfeitos se deslocaram para o Brasil de ônibus de linha ou alugado, em sua grande maioria. Mas a crise se agravou ainda mais, de modo que principalmente no período de fechamento da fronteira os deslocamentos passaram a ocorrer em veículos clandestinos, inclusive motos, e muitas vezes a pé, em jornadas longas e exaustivas.

Simões (2017), aponta que a busca por refúgio representava 82,4% do motivo pelo qual os venezuelanos entraram no Brasil. Todavia, devemos observar que até março de 2020 predominavam as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado e que entre julho de 2018 e março de 2020, assim como a partir de julho de 2021 cresceu bastante o número de registros de residência na Polícia Federal.

Simões (idem) aponta no perfil de estadia dos imigrantes venezuelanos, que em 2017 a moradia por meio do aluguel representava parte significativa da realidade deles e que a sua ocupação se dava por três ou mais pessoas que gastavam em média R\$ 300,00 de aluguel. Essa mesma realidade se estende aos venezuelanos que vivem em outros estados, tanto que em abril de 2021 a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Juventude (SMDSJ) de Mossoró concedeu aluguel social por um período de um ano para cinco famílias venezuelanas não indígenas que ali vivem (PREFEITURA DE MOSSORÓ, 22/04/2021) e em maio de 2021 a justiça determinou a inclusão de cerca de 60 venezuelanos da etnia Warao que viviam em uma casa improvisada na cidade de Araguaína/TO.

A ação civil pública no Tocantins pedia condições melhores e assistência às famílias, além da “inscrição em programas de transferência de renda; acompanhamento regular das famílias de refugiados indígenas da etnia Warao pela Funai; realização de testes periódicos para Covid-19 e outros” (G1 TOCANTINS, 04/05/2021).



Em Boa Vista, ainda em 2017, a Prefeitura anunciou o Programa Aluguel Solidário, ou aluguel social, para amenizar a situação das famílias venezuelanas que viviam nas ruas da Capital. Mas elas protestaram no dia 28 de agosto daquele ano porque o aluguel para eles seria por apenas seis meses, pedindo igualdade e transparência nas ações voltadas a eles.

Os venezuelanos têm tentado resolver o problema de moradia com iniciativas próprias, como foi o caso de um grupo de famílias Warao e Eñepa que em 2019 formou a comunidade Ka Ubanoko, localizada no Conjunto Servidor, antigo Clube do Trabalhador, como alternativa para moradia de forma comunitária, mas que abrigava imigrantes venezuelanos indígenas e não-indígenas. Os 850 imigrantes da comunidade foram despejados pela Operação Acolhida em janeiro de 2021.


Após serem despejados, buscaram alternativas, como é o caso de um grupo que conseguiu economizar com ganhos obtidos na coleta de materiais recicláveis, no trabalho como diarista, em bicos e com a ajuda emergencial do governo brasileiro durante a pandemia de Covid-19 e, que deu entrada em alguns terrenos a 35 km do centro de Boa Vista.

Além dessa iniciativa, recentemente um grupo de famílias venezuelanas se juntou para adquirir quatro terrenos no conjunto Pérola para construir um condomínio para 21 famílias de imigrantes, em parceria com a “Pastoral da Criança, o Escritório Modelo de Arquitetura e Engenharia da Estácio da Amazônia, e a ONG Engenheiros sem Fronteiras” (FOLHA WEB, 05/01/2021) para garantir que a sua construção tenha acompanhamento técnico e especializado e siga a legislação brasileira.

Esse problema de moradia, além de outros que dependem de assistência social intensificaram-se, já que o fluxo migratório aumenta a cada ano. Ou seja, não houve redução do número de entrada de venezuelano em território brasileiro e, em 2018 a situação se agravou e grande parte da população começou a entrar em Roraima sem documento, de forma ilegal e a fazer das ruas seu local de moradia.

Simões (2017) alega que em 2017 o perfil dos imigrantes venezuelanos era de uma população relativamente jovem e com idade laboral, mas que não conseguia se inserir no mercado de trabalho. Ele apontava como alternativa para inseri-los no mercado de trabalho a viabilização de políticas públicas que os capacitasse para tal fim..

A vulnerabilidade torna os venezuelanos elegíveis para os programas de benefícios sociais, mas grande parte deles não os acessam. No intuito de entender os motivos que os impedem de fazê-lo, consideramos oportuno escutar os profissionais que estão na linha de frente



dos atendimentos nos CRAS, no caso, os técnicos de referência, bem como os usuários venezuelanos.


No caso dos primeiros, escutamos quatro destes profissionais para avaliar vários questionamentos que surgiram ao longo do trabalho e que foram incluídos no roteiro de entrevista. Primeiro perguntamos a eles: “Quais serviços à população venezuelana busca no CRAS-Pintolândia?”. O Técnico 1 relatou que grande parte dos usuários buscam os benefícios de transferência de renda, benefícios eventuais como cesta básica, além de outros serviços como isenção em concurso, desconto na tarifa de energia, ID Jovem, carteira do Idoso⁹² e projetos sociais. Para a mesma pergunta, o Técnico 2 noticiou que eles buscam a inscrição no Cadastro Único, a transferência de renda especialmente nas categorias o Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada – BPC e pela Carteira do Idoso. O Técnico 3 opinou que a busca pelo Cadastro Único, auxílios, Benefício de Prestação Continuada – BPC, programas e projetos sociais são os mais procurados pelos venezuelanos. Já o Técnico 4 expôs que a busca pelo Cadastro Único e por benefícios de transferência de renda são os mais procurados pelos vizinhos fronteiriços.

Percebeu-se de modo geral, que os técnicos deram basicamente a mesma resposta, diferenciando-se apenas nos detalhes a respeito dos serviços. Os argumentos se direcionaram a busca por Cadastro Único e pelos serviços de transferência de renda. Trata-se de um dos mais importantes programas porque seus principais objetivos são combater a desigualdade e a fome e estimular a emancipação sustentada das famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza.

Por conseguinte, perguntamos aos técnicos de referência: “Entre os Benefícios socioassistenciais existentes atualmente, quais os que a população venezuelana tem direito?”. Os técnicos afirmaram que qualquer cidadão residente no país dispõe dos mesmos direitos dos brasileiros. Na legislação brasileira é garantido o acesso aos serviços assistenciais a quem deles necessitar, independente da nacionalidade. Percebe-se que a fala dos técnicos está de acordo com a política de assistência brasileira, bem como com a legislação do país.

Conforme o MDS, a Política Nacional de Assistência Social prevê atendimento integral e igualitário ao público estrangeiro. Tendo em vista esta prerrogativa e levando em consideração a resposta dos técnicos sobre a oferta de serviços aos estrangeiros, os profissionais estão agindo

⁹² Um dos direitos de quem tem acima de 60 anos é ter a Carteira do Idoso que garante benefícios complementares e que pode contribuir para o acesso a serviços diversos.



com os imigrantes de acordo com a legislação vigente, bem como mostraram conhecimento a respeito dos direitos socioassistenciais que a eles cabem.


Dando sequência as entrevistas, perguntamos aos Técnicos de referência: “Quais as limitações vivenciadas na oferta das políticas públicas socioassistenciais ao público venezuelano?”. O Técnico 1 expôs que o idioma é a principal dificuldade para a oferta de um serviço de qualidade. Relatou, também, que grande parte do público venezuelano é indígena, o que a acentua, pois é possível manter a comunicação em espanhol, mas no que se refere aos indígenas é necessário um tradutor, pois existem variedades linguísticas que são entraves para que haja uma comunicação mínima e o CRAS não dispõe de pessoal capacitado para atender essa demanda. Além do idioma, também foi mencionada a documentação. Ela acarreta dificuldade porque para que as famílias sejam atendidas pelo CRAS se faz necessário apresentá-la.

Devido a pandemia da COVID-19, a fronteira Brasil-Venezuela ficou fechada por vários meses, mas nem por isso os venezuelanos deixaram de entrar no Brasil e o fizeram de modo ilegal, acarretando óbices quanto a documentação, pois a polícia federal e receita federal não a emitem nessa condição, fato que segundo um dos técnicos, faz com que até hoje tenha famílias que não conseguiram regularizar a documentação. Inclusive o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em estudo realizado em 2021, também evidenciou que a documentação é um entrave para estadia e acesso deles aos serviços públicos no Brasil.

Para o IPEA, do público migratório que já é bastante vulnerável, os venezuelanos indígenas são ainda mais acometidos pela dificuldade de regularização da sua estadia no país, pois conforme dados, muitos não possuem registro de nascimento e fica mais vulnerável a situações de violência e de deportação.

Vale ressaltar, a respeito do público venezuelano indígena, que o território do CRAS-Pintolândia abrange um abrigo coletivo para eles, o que acarreta a busca deles pelos serviços do CRAS e ao mesmo tempo, acentua a barreira linguística, que é menor no caso dos venezuelanos não indígenas.

Sobre as limitações na oferta de serviços aos venezuelanos, o Técnico 2 pautou como principal dificuldade a localização desse público. Ele explica que devido a diversas situações (condições financeiras, interiorização, mudança de abrigos) eles costumam mudar-se com muita frequência. Além da mudança de endereço tem, também, a de telefone. Segundo o técnico, para que as famílias tenham acesso aos serviços é necessário, em muitos casos, entrar



em contato através de visitas domiciliares ou contato telefônico, e se as famílias estão em constante mudança e não procuram o CRAS para atualizar os dados, o trabalho fica inviável.

Sobre a mesma questão, o técnico 3 indica como principal dificuldade a falta da documentação em consequência da entrada irregular dos estrangeiros e porque os órgãos que são responsáveis por emití-la ficaram com os serviços presenciais suspensos no ápice da pandemia. Mesmo com o retorno, não há celeridade devido à grande demanda.

O técnico 4 relatou a mesma dificuldade apresentada pelo técnico 1 no que diz respeito ao idioma. Conforme o profissional, muitos dos imigrantes não compreendem o português e o acesso à informação fica muito delicado. Ele menciona que para a resolução deste entrave é necessário viabilizá-lo, no caso, publicar os informes em espanhol, o que o CRAS na verdade já o faz.

Dados levantados pela UNICEF em 2019 também apontaram que um dos principais desafios no atendimento à população de imigrantes venezuelanos é a questão da documentação. A falta dela dificulta o acesso aos serviços no país e priva os imigrantes dos direitos básicos, a exemplo do acesso à educação formal. Esses dados também foram identificados na presente pesquisa quando os técnicos foram questionados sobre a principal limitação no atendimento à população venezuelana, de modo que dos quatro que participaram da pesquisa, dois apontaram a documentação como fator limitante.

Em pesquisa realizada por Barbosa, Sales e Souza (2020) sobre os reflexos da imigração venezuelana, o idioma apareceu como principal barreira na oferta dos serviços, mesmo entrave constatado na fala de dois dos quatro técnicos entrevistados:

Uma dessas limitações é a língua. Muitas vezes os nossos informativos, além de ser na língua portuguesa, procuramos ter outros tipos de informativos na língua inglesa como na língua espanhola...a gente procura falar com eles de forma pausada com paciência e pedindo que eles repitam devagar para pode entender aquilo que eles estão querendo e tem dado certo neste momento (TÉCNICO DE REFERÊNCIA 1, jan. 2022).

A principal dificuldade é a língua, muitos não compreendem o português e o acesso à informação fica muito delicado, alguns devido ao tempo que já estão no Brasil já conseguem compreender. A política de assistência é bem ampla muitas vezes os próprios brasileiros tem dificuldade em compreender como funciona como será a inclusão, imagina uma pessoa de outro local. O acesso à informação eu vejo como a principal barreira então é importante que as normativas, os informativos sejam disponibilizados nas duas línguas, aqui no CRAS em que sou técnica, a gente tem essa preocupação, mas é algo que preocupa, a falta de acesso à informação prejudica e necessariamente vai inviabilizar o acesso. (TÉCNICO DE REFERÊNCIA 4, jan. 2022).

O Técnico de referência 1 expôs a dificuldade do idioma e já propôs uma solução, atentando-se para a importância de os informativos serem traduzidos para o espanhol, de se dar um atendimento mais humanizado e com mais empatia, para a apreensão por parte do imigrado.

Assim como o técnico de referência 1, o técnico 4 atenta para um atendimento humanizado, relatando o papel da paciência no atendimento, além da importância das normativas e dos informativos estarem em espanhol. O técnico também notifica que muitas vezes os próprios brasileiros têm dificuldade de entender a política de assistência do Brasil, fato que se aprofunda para os imigrantes.

Para constatar com as respostas dos técnicos, a seguir vamos apresentar as respostas dos usuários venezuelanos, os principais interessados nos serviços do CRAS, especialmente porque se torna imperativo monitorar e entender melhor as implicações dos benefícios sociais ou da falta deles em suas vidas.


Após consultar um número maior de venezuelanos sobre o interesse em participar da pesquisa, apenas sete deles concordaram em colaborar. Como nossa amostra foi aleatória, o quadro do perfil deles, mostrado a seguir, revela que nenhum tinha menos de dois anos vivendo em Boa Vista, bem como que os serviços do CRAS são demandados tanto por mulheres quanto por homens.

Quadro 2 - Perfil dos venezuelanos entrevistados nesta pesquisa.

Entrevistado	Sexo	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Profissão	Residência em BV	Nacionalidade	Cidade natal
Usuário 1	F	20	Solteira	SR	Autônoma	3 anos	Venezuela	Barcelona
Usuário 2	F	19	Solteira	Ensino médio	estudante	3 anos	Venezuela	Maturín
Usuário 3	F	25	Solteira	6ª série	Autônoma	2 anos	Venezuela	El Tigre
Usuário 4	M	25	União estável	3º ano do EM	Soldador	4 anos	Venezuela	Maturín
Usuário 5	M	27	Casado	Nunca estudou	Pescador	4 anos	Venezuela	Delta Amacuro
Usuário 6	M	73	Casado	1º ano do EM	Sapateiro	4 anos	Venezuela	Caracas
Usuário 7	F	43	União estável	SR	Dona de casa	2 anos	Venezuela	Maturín

Fonte: próprios autores.

Observa-se que a faixa etária da amostra é de pessoas jovens e em idade laboral, com exceção do Usuário 6. Apesar disso, nenhum está em emprego formal (são autônomos). Ademais, a maior escolaridade entre eles é o ensino médio completo. Inclusive o Usuário 5 relatou não ter experiência de estudo formal.



É importante salientar que, embora os sujeitos da pesquisa já residam no Brasil há alguns anos, a barreira linguística ainda é um óbice. As entrevistas foram realizadas com auxílio de um profissional do CRAS na função de intérprete, mas mesmo com este suporte ainda foi difícil conduzi-la. Vale refletir sobre os mecanismos necessários para atingi-los de modo satisfatório, visto que a tradução literal dos serviços não se mostrou eficaz.

A amostra selecionada expõe a realidade de pessoas com baixa escolaridade e pouca instrução, além do pouco domínio do português, fatores relevantes que podem influenciar na entrada delas no mercado de trabalho. Mas conforme dados do relatório publicado pelo IPEA existem diversos fatores que podem ser responsáveis pela ausência de imigrantes venezuelanos no mercado formal de trabalho:

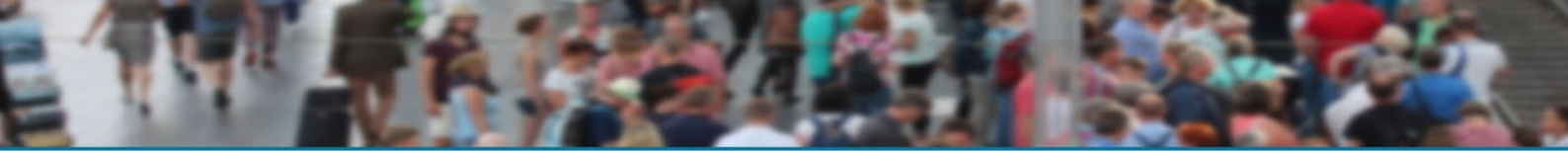
(...) os migrantes são tidos como indesejados, e, portanto, acabam por serem rejeitados pela sociedade de uma forma geral, por razões como língua, religião, aparência e hábitos. Eles também são vistos como concorrentes no mercado de trabalho e como aqueles que aumentam as demandas sociais e de políticas públicas (MOREIRA, 2021, p. 30).

Em relação ao tipo de ocupação dos venezuelanos no Brasil, observa-se entre os nossos interlocutores que as funções são diversas: soldador, sapateiro, doméstica, e vendedores ambulantes, o que corrobora com os dados apresentados no relatório de Moreira (2021), publicado pelo IPEA.

De uma forma geral, trabalhadores migrantes, ao chegarem a seus destinos, se inserem em setores de atividades econômicas que possuem salários muito baixos e condições de trabalho degradantes...Entre as principais ocupações dos migrantes venezuelanos, estão aquelas de ambulante, garçom e ajudante de lanchonetes ou em barracas de “churrasquinho”, no período noturno. Eles também prestam serviços domésticos, realizam a limpeza de quintais e participam de trabalhos eventuais na agricultura familiar ou em fazendas” (MOREIRA, 2021, p. 31).

Os dados da OIM mostram que mesmo os venezuelanos mais qualificados muitas vezes não têm alternativa que não seja o mercado informal.

Em relação aos venezuelanos terem direito a benefícios e serviços sociais disponíveis no Brasil, tivemos diferentes opiniões. A Usuária 1 teve muita dificuldade no entendimento da pergunta, mesmo com o auxílio da tradutora, mas conseguimos que ela compreendesse a pergunta, após insistirmos. Sua resposta foi: “Acho que não, não tem que ter direitos aqui por que não somos exatamente daqui, não temos todos os direitos que vocês, somente uns” (USUÁRIA 1, 2022). A Usuária 2 tem um posicionamento totalmente oposto, pois entende que os venezuelanos têm os mesmos direitos aos serviços e benefícios sociais que os brasileiros e esses direitos devem ser concedidos com sua chegada ao território nacional.



A Usuária 3 e o Usuário 6 não conseguiram compreender a questão, confirmando a realidade apresentada pelos técnicos de referência na questão do idioma enquanto um dos principais desafios na promoção do acesso às políticas públicas para esta população. Portanto, promover o acesso aos serviços vai muito além da tradução de uma frase ou de um manual informativo, visto que mesmo dispondo desta ferramenta, nem sempre é possível acessar a pessoa.

O Usuário 4 relata que o acesso aos serviços e benefícios não deve ser concedido a todos os venezuelanos. Ele acredita que os “*que merecem*” devem ter esse direito garantido. Ele o associou com um bom comportamento, ou seja, aqueles “que não fazem coisas erradas aqui, tem direito a ajuda” (USUÁRIO 4, 2022).


O Usuário 5 relatou: “não, tem que esperar um tempo. Tem gente que vem sem documentos, caminhando pelos “*trotos*” e não tem documentos, então é problema” (USUÁRIO 5, 2022). A expressão “*trotos*” é utilizada em referência a entrada ilegal no país.

Como pode ser observado nas respostas dos usuários a respeito dos seus direitos enquanto imigrantes residentes no país, apenas uma pessoa apontou que tanto o brasileiro como o estrangeiro possuem os mesmos direitos. Isso demonstra desconhecimento s porque a oferta de atendimento aos imigrantes no SUAS:

Destina-se à população que tem acesso precário ou nulo aos serviços públicos, fragilização de vínculos afetivos e comunitários ou discriminações (etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências), entre outras, independente da nacionalidade. A unidade de referência nos territórios para oferta de atenção no âmbito da proteção básica é o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Além dos serviços socioassistenciais destaca-se na proteção social básica os benefícios assistenciais e os programas de transferência de renda, entre os quais o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (BRASIL, 2016, p.11).

A legislação brasileira ampara o público estrangeiro e concede acesso a todos os serviços relativos à assistência social, sendo o único critério adotado para tal, que ele atenda aos critérios de vulnerabilidade social (BRASIL, 2016).

Para compreender mais sobre o acesso e demanda dos venezuelanos aos serviços do CRAS, perguntamos sobre quais benefícios nossos interlocutores tinham conhecimento. A Usuária 1 explicou que “só o bolsa família e agorinha, porque eu não sabia” (USUÁRIA 1, 2022). A Usuária 2 também informou só conhecer o mesmo programa. Já a Usuária 3 afirmou que não conhece nenhum tipo de benefício socioassistencial específico, mas que ela vê no CRAS a possibilidade de uma “ajuda”. O Usuário 4 informou que conhece apenas o auxílio emergencial.



Muitas vezes os usuários chegam ao CRAS sem ter noção do que estão buscando e de que benefícios são oferecidos, tanto que o Usuário 5 mencionou que não conhece nenhum benefício. Ele informou que alguém falou que o CRAS cadastra para o Bolsa família e para a ajuda humanitária, mas ele não sabe bem o que é isso.


O Usuário 6 contou que conhece o Bolsa Família e o auxílio emergencial. Já a Usuária 7 alegou que recebe o cartão alimentação no valor de R\$ 100,00, por seis meses, referindo-se a um benefício concedido pelo governo do Estado de Roraima. Ela contou, também, que conhece o auxílio emergencial.

Como ficou esclarecido com as respostas, o conhecimento dos benefícios sociais se limita ao Bolsa Família (atualmente Auxílio Brasil). Nota-se, também, que alguns usuários desconhecem qualquer tipo de serviço e que o procuram na tentativa de obter algum tipo de “ajuda”, a qual recai sobre o viés marcadamente assistencialista que ainda tem resquícios na política de assistência social brasileira e se estabelece como um desafio a ser superado.

A questão seguinte foi: “como ficou sabendo que poderia recorrer aos benefícios sociais em Boa Vista?” A Usuária 1 falou que alguém disse a ela que no CRAS poderia receber ajuda de comida e dinheiro. A Usuária 2 relatou que a mãe entrava em contato e informava que ela precisava procurar o CRAS mais próximo de casa para poder fazer a atualização da inscrição do cadastro. A Usuária 3 informou que foi por meio de “uma venezuelana que já morava aqui e que falou para mim que poderia cadastrar para receber uma ajuda” (USUÁRIA 3, 2022). O Usuário 4 explicou que quando recebia o auxílio emergencial na pandemia falaram que ele tinha que se cadastrar e que foi quando ela o procurou. O Usuário 6 expôs que recebia o Bolsa Família porque vivia com uma mulher no Brasil. A Usuária 7 contou que “muitas pessoas falavam que tinha o CRAS e que aqui se conseguia os benefícios sociais” (USUÁRIA 7, 2022)

Percebe-se que a forma mais comum na obtenção de informação sobre o CRAS ocorreu através de terceiros, ou seja, de um amigo, um familiar, um vizinho ou algum conhecido e, que a informação mais recorrente em relação ao tipo de serviço que o CRAS oferta está relacionada a possibilidade de obter alguma “ajuda”.

Os dados levantados indicam uma falha da política pública brasileira enquanto mediadora do serviço oferecido e do acesso à informação por parte do usuário, pois quando ela chega a eles através de terceiros, os quais podem não ter o conhecimento correto do serviço, pode ser direcionada a uma ideia equivocada da política de assistência social.




Em relação a pergunta “Como o (a) Senhor (a) ficou sabendo que precisava fazer inscrição no Cadastro Único? Os usuários não conseguiram compreendê-la e, por vezes, reproduziram a resposta da pergunta anterior. Eles mostraram desconhecimento do que é o Cadastro Único, mesmo tendo buscado o CRAS para a inscrição ou atualização de cadastro. Eles o fazem porque ao chegarem em busca da inscrição para o bolsa família, o referênciam o guia a preenchê-lo. Isso certifica que há desconhecimento do serviço do CRAS e do Cadastro Único, mas desde o Decreto N° 8.805, de 07 de julho de 2016, para solicitar o Benefício Assistencial da Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS (BPC) é obrigatório se cadastrar no Cadastro Único.

A incompreensão da questão não ocorreu por falha do roteiro de entrevista, mas pela falta de conhecimento de alguns venezuelanos do Cadastro único enquanto ferramenta para unificar, em um único banco de dados, o cadastro dos beneficiários dos vários programas sociais.

Os venezuelanos ainda responderam a seguinte questão: Entre os benefícios oferecidos aos cidadãos em Roraima, quais que o senhor (a) gostaria de ser beneficiado? A Usuária 1 foi direta e disse que “preferiria o da comida”. A Usuária 2 relatou que não conhece todos, mas gostaria de receber o Bolsa Família. A Usuária 3 disse que gostaria de receber o pai idoso. O Usuário 6 explicou que “Gostaria de receber o bolsa família” (USUÁRIO 6, 2022) e o Usuário 7 que “Gostaria de receber cesta de alimentação” (USUÁRIA 7, 2022). É possível inferir com esse *feedback* que há desconhecimento ou conhecimento limitado dos serviços oferecidos no CRAS.

A usuária 3 procurou o CRAS para conseguir um benefício para o pai que é idoso, mas desconhecia o nome do benefício e de que modo funciona. Neste sentido, os agentes públicos devem cumprir com as prerrogativas da PNAS enquanto responsáveis em transmitir as informações corretas e necessárias aos usuários dos serviços sobre seus direitos.

A próxima pergunta que fizemos dá dimensão real do motivo que levou o usuário ao CRAS: “Por qual motivo procurou o CRAS- Pintolândia?” A Usuária 1 respondeu que foi “pra uma ajuda”. A Usuária 2 falou: “procurei o CRAS para fazer atualização” (USUÁRIA 2, 2022). A Usuária 3 explicou que o procurou porque é o mais perto da casa dela. O Usuário 4 recorreu ao CRAS porque precisa de ajuda. O Usuário 5 expôs: “A primeira vez eu vim para cadastrar minha mãe e fazer um cadastro para receber ajuda” (USUÁRIO 5, 2022). Já a Usuária 7 o procurou para obter uma vaga para inscrever a filha em algum projeto.




Os usuários recorreram ao CRAS-Pintolândia porque era o mais acessível e porque lá poderiam obter alguma ajuda, de acordo com seus interesses. A próxima pergunta só reforça essa ideia: “Quais os serviços o senhor (a) acredita que o CRAS disponibiliza para a população?” A Usuária 1 respondeu que ajudam com comida e no caso de quem tem bebês pequenos, ajudam com leite. A Usuária 3 declarou que não sabia como funciona o serviço do CRAS, assim como o Usuário 4 não soube explicar. O Usuário 5 citou que “ajuda a gente cadastrando a quem necessita e a quem não necessita também” (USUÁRIO 5, 2022). O Usuário 6 não soube responder e a Usuária 7 falou apenas que disponibiliza ajuda.

Tanto a pergunta sobre o que motivou a procura pelo CRAS, quanto sobre quais serviços o CRAS disponibiliza para a população levaram os entrevistados a resultados similares, vinculados para a política pública brasileira como um serviço que oferece “ajuda”. Contudo, os CRAS são unidades de execução dos serviços de Proteção Social Básica e que agem em nome do estado e acompanham as famílias em relação ao cumprimento das condicionalidades dos programas.

Conforme disposto na PNAS, o rompimento com a ideia de ajuda é um dos desafios da Assistência social na sua consolidação como política pública, e para isso cabe ao poder público a responsabilidade enquanto agente garantidor das medidas necessárias para reverter esse entendimento.

Para encerrar nossas perguntas, solicitamos os usuários que nos dissessem “Qual a principal dificuldade enfrentada ao buscar o serviço do CRAS? A Usuária 1 informou que “o idioma dificulta um pouco, mas a maior dificuldade foi ter que dormir aqui para conseguir atendimento” (USUÁRIA 1, 2022). A Usuária 2 explicou: “às vezes fico com vergonha de falar” (USUÁRIA 2, 2022). A Usuária 3 relatou que não enfrentou nenhuma dificuldade e o Usuário 4 mencionou “que todos estão interessados em alguma ajuda, pode ser brasileiro ou venezuelano, então tem que ter paciência” (USUÁRIO 4, 2022). O Usuário 5 não conseguiu compreender a pergunta e não soube responder, o mesmo que ocorreu com o Usuário 6. A Usuária 7 contou que não enfrentou nenhuma dificuldade, “só a documentação que faltou pro atendimento, mas fora isso não tiveram outras coisas” (USUÁRIA 7, 2022)

Observa-se que a dificuldade do idioma é o principal fator de entrave mencionado pelos entrevistados, que não conseguem discorrer o que desejam ao procurar o serviço e nem captar a informação que lhes é passada. Os participantes da pesquisa não são recém-chegados ao Brasil, já que a média de tempo de residência é de 3 anos, como exposto na tabela de



caracterização da amostra, e ainda assim a comunicação é incognoscível. Esse fator foi confirmado na pesquisa, tanto que nem sempre os usuários dos serviços do CRAS entendiam as perguntas desta pesquisa, mesmo com o auxílio de um tradutor.

A superlotação do CRAS foi mencionada pela Usuária 4 como uma dificuldade que ela enfrentou. Esse dado é interessante de ser observado, pois devido a Pandemia da COVID-19 e as mudanças realizadas pelo Governo Federal em algumas políticas sociais, especialmente no Programa Bolsa Família, ocorreram impactos significativos nos atendimentos, pois o CRAS é a porta de entrada para esses serviços e qualquer alteração na oferta dessas políticas faz com que os beneficiários e os que almejam o benefício o procurem e sobrecarreguem a demanda.


O anúncio do fim do Programa Bolsa Família e a chegada do Auxílio Brasil ocorreu de forma brusca e sem as normativas necessárias, tanto para o entendimento dos usuários sobre o novo benefício, como para os trabalhadores dos equipamentos, motivando dúvidas generalizadas sobre o novo auxílio.

A realidade dos venezuelanos é complexa, delicada e cheia de entraves em diversos campos como moradia, trabalho, educação, saúde e assistência pública, de modo geral. Ainda assim, eles desconhecem seu direito aos benefícios socioassistenciais, assim como a concepção que eles possuem do serviço é equivocada, pois resgata a ideia da política pública brasileira com viés assistencialista, o que se configura como uma barreira que ainda precisa ser rompida.

É preciso, ainda, pensar a questão dos venezuelanos indígenas, que são ainda mais incompreendidos e cuja língua se impõe como um obstáculo quase intransponível e que os deixa invisíveis ao acesso a qualquer coisa, inclusive aos benefícios sociais. Isso os torna mais suscetíveis ao preconceito, ao abuso, ao maltrato e a violência. Pela dificuldade de se fazerem entendidos, muitas vezes falta empatia para com eles.

A língua é uma barreira que precisa ser superada, mas que fique claro que o aprendizado de uma nova língua não tem a ambição de anular a de origem, mas mantê-la enquanto elemento essencial de identidade pessoal, de vínculo essencial da própria origem pessoal e cultural, que os liga aos seus familiares, sua história e que se mantém como único vínculo com uma parte essencial da vida que eles tiveram que abandonar.

No caso dos indígenas da etnia Warao, eles passam pelo desafio do aprendizado do espanhol e do português, mas foi na sua língua de origem que passaram a se perceber como pessoas, como membros de um grupo social e na qual desenvolveram valores importantes para suas vidas. Talvez seja direcionada a eles a preocupação de um dos técnicos de referência



quando recomenda que se tenha paciência com os usuários venezuelanos, porque se trata da deferência a história do outro e, sobretudo, paciência para compreender a situação de vulnerabilidade do outro para prestar-lhe os benefícios cabíveis.

No que concerne a iniciativa da assistência social local, seria interessante fazer um trabalho em rede com os demais CRAS da cidade de Boa Vista, no tocante ao atendimento à população de imigrantes e, com isso, pensar formas e mecanismos para um atendimento mais humanizado e eficaz.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Loeste; SALES, Alberone; SOUZA, Lara. Reflexos da imigração venezuelana na assistência em saúde no maior hospital de Roraima: análise qualitativa. **Saúde Soc. São Paulo**, v.29, n.2, p.1-11, 2020.

BRASIL. Decreto Nº 10.917, de 29 de dezembro de 2021. Dispõe sobre o Comitê Federal de Assistência Emergencial. **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**. 30/12/2021, Edição: 246, Seção: 1, Página: 10.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **O papel da assistência social no atendimento aos migrantes**. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Guia/guia_migrantes.pdf>. Acesso em: 28 de Jan. de 2022.

_____. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004**: Norma Operacional Básica – NOB / SUAS. Brasília: MDS/SNAS, 2005.


FOLHA WEB. Trabalho integrado: projeto visa construir condomínio familiar para venezuelano. 05/01/2021. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Projeto-visa-construir-condominio-familiar-para-venezuelanos/71834>. Acesso em: 11 jan. 2022.

G1 TOCANTINS. Justiça determina inclusão de venezuelanos em programa social; 60 pessoas vivem em casa improvisada em Araguaína. 04/05/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/05/04/justica-determina-inclusao-de-venezuelanos-em-programa-social-60-pessoas-vivem-em-casa-improvisada-em-araguaina.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MOREIRA, Paula. **Imigração Venezuela-Roraima**: Evolução, Impactos e Perspectivas. Brasília: IPEA/Ministério do Desenvolvimento Regional, 2021. (Relatório de pesquisa).

PREFEITURA DE MOSSORÓ. Aluguel social beneficia famílias venezuelanas. 22/04/2021. Disponível em: <<https://www.prefeiturademossoro.com.br/noticia/aluguel-social-beneficia-familias-venezuelanas>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SILVA, F.; SOUSA, E. A migração venezuelana e o aumento da pobreza em Roraima. **Tensões Mundiais**, v. 14, n. 27, p. 105–119, 2019.



SIMÕES, Gustavo da Frota (Org.) **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba: Editora CRV, 2017.

SUBCOMITÊ FEDERAL PARA RECEPÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E TRIAGEM DOS IMIGRANTES. Operação Acolhida. **Informe migração venezuelana janeiro de 2017 a novembro de 2021**. Novembro de 2021. Disponível em: <<https://www.r4v.info/sites/default/files/2021-12/informe-migracao-venezuelana-jan2017-nov2021.pdf>>. Acesso em 11 fev, 2022.

TÉCNICO DE REFERÊNCIA 1. TÉCNICO DE REFERÊNCIA 2. TÉCNICO DE REFERÊNCIA 3. TÉCNICO DE REFERÊNCIA 4. **Entrevista**. [jan. 2010]. Entrevistador: Rumenigge Ferreira da Silva. Boa Vista, 2022. 4 arquivos do celular do entrevistador.

USUÁRIO 1. USUÁRIO 2. USUÁRIO 3. USUÁRIO 4. USUÁRIO 5. USUÁRIO 6. USUÁRIO 7. **Entrevista**. [jan. 2010]. Entrevistador: Rumenigge Ferreira da Silva. Boa Vista, 2022. 7 arquivos do celular do entrevistador.

VIANA. Jacirene da Silva. **Uma análise do governo de Nicolás Maduro, na Venezuela, no que concerne ao conceito de totalitarismo de Hannah Arendt**. 2017. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais – habilitação em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Roraima, Boa vista, 2017.

CAPÍTULO 21

O ESTADO CONTRA O POVO: O DIREITO COMO MERCADORIA E A EDUCAÇÃO EM DIREITOS COMO FERRAMENTA DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E PROMOÇÃO DA CIDADANIA⁹³

Josué José Guimarães de Araújo
Alcidiran de Jesus Sá Pereira
Marjorie Evelyn Maranhão Silva

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade discutir os rumos do manuseio dos instrumentos jurídicos em nosso país, na busca pela efetivação de direitos fundamentais. Para isso, questiona-se: Em que medida a ausência de políticas públicas efetivas de popularização dos direitos e de uma promoção de uma educação em direitos contribui para que se multipliquem as violências e para o agravamento das desigualdades? Trazendo uma perspectiva crítica do Direito, busca-se, neste trabalho, demonstrar como a mercantilização do Direito e de seu ensino torna o Estado cúmplice e, muitas vezes, também protagonista das violações, na medida em que este se omite em tornar este instrumento acessível às massas, permitindo que seja instrumentalizado apenas pelas classes dominantes e com maior poder econômico e social. Assim, buscando melhor compreender como o pleno exercício da cidadania depende do conhecimento acerca dos direitos fundamentais de cada cidadão, este trabalho objetiva apontar as formas que o corpo social encontrou para se organizar diante das classes dominantes e, muitas vezes, do próprio maquinário estatal, a fim de participar dos negócios do Estado e cobrá-lo pela efetivação de direitos já garantidos no texto legal. Neste diapasão, busca-se discutir o papel dos movimentos sociais na difusão dos direitos humanos, ao se proporem a educar as pessoas e cooptá-las à luta.

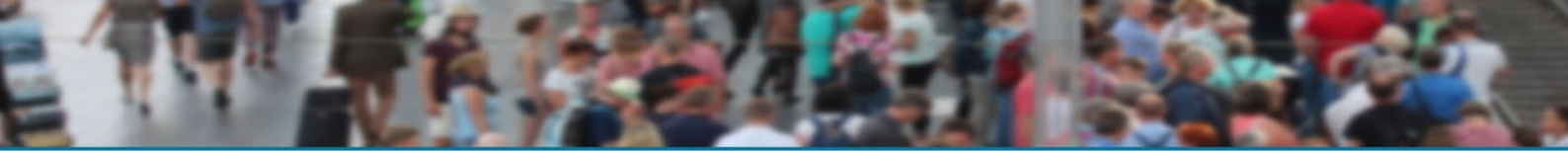
PALAVRAS-CHAVE: Direitos humanos; educação popular; opressão social; liberdade; cidadania.

INTRODUÇÃO

As discussões em torno das limitações do poder do Estado perduram há muitos anos e sempre se questionou se este deveria ter mais ou menos poderese, até mesmo, se deveria existir ou não. Todavia, estas indagações conduzem-nos sempre ao mesmo dilema: reduzir (ou destruir) as violências de todos contra todos, o que normalmente resulta na permanência do Estado como mediador das relações sociais.

Contudo, o que acontece quando o Estado, deixa de atuar como mediador das relações e passa a agir como defensor dos interesses de uma classe em detrimento da(s) outra(s), violando a soberania popular e, conseqüentemente, enfraquece a cidadania?

⁹³ Instituição fomentadora: Universidade CEUMA, através da Liga Acadêmica e Coletivo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (CAJUP) Catarina Mina.



Assim, este trabalho busca responder este questionamento e apontar as problemáticas em torno de algumas ações do Estado que se opõem ao povo, conferindo qualidade de vida e acesso a direitos fundamentais de forma ampla apenas a algumas pessoas, que, por regra, pertencem a uma classe específica e que, agindo com vistas à submissão das outras classes, dobra o Estado às suas vontades, afastando e retirando do povo seu principal instrumento de proteção contra as violações estatais: o Direito.

Ao tornar o Direito inacessível (ou mesmo de difícil acesso) às classes oprimidas, a classe dominante retém para si os instrumentos e a força necessários para impor, através do maquinário estatal, suas vontades e subjugar as classes populares, fazendo com que sejam constituídos senhores sobre o soberano (povo).

No mais, este trabalho traz uma perspectiva crítica do direito em que nos utilizamos de análises bibliográficas de diversos autores de áreas não necessariamente jurídicas, mas das ciências sociais, a fim de fundamentar nossa argumentação central aqui apresentada.

Portanto, no primeiro capítulo discutiremos o papel que os movimentos sociais têm desempenhado ao longo dos anos, na difusão do conhecimento do Direito e popularização do mesmo. Ainda, refletiremos sobre como essa prática contribui para o fortalecimento da cidadania no Brasil, trazendo como exemplo principal o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) que possuem práticas de ação e metodologias de ensino popular específicas para trabalhar com as populações o Direito de forma mais acessível às mesmas.

Em seguida, no segundo capítulo, trataremos do fenômeno da violência como uma manifestação cultural nociva e sobre como seus desdobramentos ameaçam a soberania popular quando não se encontra no Estado uma solução efetiva (antes encontrando mais violência legitimizada, inclusive). Em tal tópico, buscamos demonstrar como as manifestações violentas do Estado contribuem para a generalização da violência na sociedade e, conseqüente, para a destituição da soberania popular.

Por fim, no capítulo seguinte, discutiremos o Direito como instrumento de emancipação dos sujeitos ou, em oposição a isso, de reafirmação do *status quo*, sendo instrumentalizado na promoção das opressões e garantindo a soberania de grupos sociais privilegiados, que acabam se utilizando dele para dominar o corpo do povo através da manipulação e instrumentalização do maquinário estatal.



O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA DIFUSÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Ao nos propormos a falar sobre educação em direitos, não poderíamos deixar de mencionar, com a relevância que possui, o papel dos movimentos sociais na difusão e popularização dos direitos humanos, visto que têm exercido tal papel com louvor, mesmo antes da redemocratização em nosso país.

Mesmo com as dificuldades de organização e de terem sua legitimidade reconhecida amplamente - tanto pelos componentes da população quanto pelo próprio Estado - os movimentos sociais cumprem papel fundamental na popularização e difusão dos direitos humanos e, conseqüentemente, no fortalecimento e manutenção da democracia.


Nesse sentido, ao nos referirmos ao fortalecimento e manutenção da democracia, é preciso ter em mente que esses movimentos sociais, por terem como sua característica principal a valorização do coletivo e atuação conjunta, criam costumes e noções de democracia diversos das noções apregoadas em massa pelas classes dominantes, visto que defendem uma participação mais direta e assídua do povo nos negócios do Estado, ampliando, assim, as noções da cidadania sobre as quais se fundamenta o Estado Democrático de Direito.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, se destaca, dentre muitos outros grupos dos movimentos sociais, por sua história singular de luta e organização diária em torno de um bem comum: a terra. Com concepções singulares a respeito dos direitos sociais e coletivos, o Movimento se organiza de modo a valorizar a pluralidade de seus sujeitos e fortalecer o sentimento de coletividade existente nos assentamentos por eles organizados.

Assim, trazendo como exemplo parte da atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), podemos observar alguns fatores que devem ser destacados, tanto no que diz respeito ao seu papel de popularizar os direitos humanos, quanto ao concernente às tentativas de coibir sua atuação popular.

[...] o MST contribui para redimensionar os conflitos no campo, que passam de meras contendas em torno do direito de propriedade, para tornarem-se conflitos sociais e políticos diretamente relacionados a questões estruturais da sociedade brasileira (SAUER; SOUZA *in* COSTA, 2017, p. 161).

Assim, podemos observar como o MST tem contribuído para o fortalecimento da democracia, oferecendo às pessoas que integram a luta pela terra noções acerca do direito à propriedade, culminando no pleno exercício da cidadania quando se propõe a reivindicar, junto



às instituições do Estado, soluções para os conflitos fundiários, fazendo com que haja pressão popular sobre o Estado, ultrapassando as limitações impostas pela frágil democracia brasileira, que se mostra deficiente ao não oportunizar maiores intervenções do povo nos negócios do Estado:

[...] é fundamental reconhecer processos sociais de construção da democracia - mobilizações populares para reivindicar direitos[...] e da cidadania, ou seja, processos de luta que garantem sujeitos históricos conscientes de seus direitos. (SAUER; SOUZA *in* COSTA, 2017, p. 161).

Sujeitos históricos e conscientes são cidadãos que exercem sua soberania sem temor diante do Estado, tendo plena convicção de que as figuras ocupantes dos cargos de governo no poder público, em quaisquer de seus níveis, não detém a soberania e devem ao povo a satisfação de seus anseios e resolução de suas demandas.


Insta frisar que, para que haja democracia efetiva, é essencial que seja levada à efeito a promoção e manutenção dos direitos da pessoa humana e que as liberdades públicas estejam em harmonia com a mesma, não sendo possível haver democracia plena sem a garantia efetiva de direitos.

Ao se articular coletivamente na luta pela garantia e efetivação de direitos, os movimentos sociais acabam por pressionar o poder público para a efetivação destes direitos que já são formalmente garantidos, mas que carecem de vontade moral das figuras que ocupam o poder nas instituições do Estado para serem, de fato, efetivados. Isto que se apresenta está diretamente ligado às noções de soberania popular que trataremos mais a fundo nos tópicos seguintes.

Na Idade Moderna, só se pode considerar democrático o regime político fundado na soberania popular, e cujo objetivo último consiste no respeito integral aos direitos fundamentais da pessoa humana. A soberania do povo, não dirigida a realização dos direitos humanos, conduz necessariamente ao arbítrio da maioria. O respeito integral aos direitos do homem, por sua vez, é inalcançável, quando o poder político supremo não pertence ao povo (SAUER; SOUZA *in* COSTA *apud* COMPARATO, 2017, p. 140).

A cidadania está diretamente ligada ao pleno exercício dos direitos humanos, conforme demonstrado acima, sendo esta ampliada pela participação direta do povo nos negócios do Estado. Os mecanismos constitucionais criados para a facilitação desta participação têm sido esquecidos ou têm seu acesso dificultado, o que acaba restringindo a soberania popular à escolha de legisladores e governantes. Assim, o que os movimentos sociais acabam por fazer é exercer pressões sobre o Estado para que as classes populares organizadas sejam não apenas ouvidas, mas atendidas em suas exigências pela garantia de direitos.

[...] a soberania deve implicar a possibilidade de intervenção dos governados nos mecanismos de funcionamento do poder estatal: na legislação, no estabelecimento de



políticas de governo, no julgamento dos atos públicos [...] A ideia de que a sociedade é composta de indivíduos abstratos e iguais entre si contribui notavelmente para organizar o Estado segundo a vontade e os interesses das minorias dominantes (SAUER; SOUZA *in* COSTA *apud* COMPARATO, 2017, p.144).

Não haveria qualquer necessidade de organizações sociais populares se proporem ao enfrentamento cotidiano para exercer pressão sobre o Estado e sobre grupos de minorias dominantes que cerceiam seus direitos constitucionalmente garantidos, caso houvesse aplicação básica das garantias legais que já foram conquistadas.

Ora, para que haja aplicação básica dessas garantias é preciso que o direito não seja hegemônico, desconsiderando a vasta pluralidade do povo brasileiro, ignorando as especificidades dos sujeitos e tomando-os como se um só fossem. É preciso um Direito mais dialético e plural e menos positivista e hegemônico.


O que ocorre em nosso país é a condensação de todas as classes em um nicho só, como se uma mesma coisa fossem, como se fossem iguais e possuíssem vontades iguais e pensamentos idênticos, o que não é verdade. Com base nisso, restringe-se a participação popular e, conseqüentemente, sua soberania, à escolha dos representantes do Legislativo e do Executivo.

[...] qualquer sociedade moderna pressupõe a existência de conflitos, de diferenças de interesses e aspirações, configurando grupos sociais ou mesmo movimentos organizados em prol de certas demandas e direitos. [...] apesar de a Constituição de 1988 estabelecer quatro mecanismos para expressão concreta da soberania popular [...] essa não tem materialidade política (SAUER; SOUZA *in* COSTA, 2017, p. 143).

Ao reconhecer as diferenças existentes no contexto social, o Estado poderia aplicar a lei de forma diversa, solucionando mais facilmente os conflitos existentes em cada contexto. Todavia, não o faz. E a ausência do Estado nestes negócios cria a necessidade de organização popular. E é desta necessidade que surgem os movimentos sociais.

A formação histórico-social do Brasil inclina-se às opressões. Isso também inclui os latifúndios e o desequilíbrio econômico nas relações no campo. Como já vimos anteriormente, o Estado, ao se ausentar da resolução de conflitos (e, muitas vezes, fazer pior que isso, tomando partido nestes mesmos conflitos porque está sob domínio das classes dominantes), atuou e continua atuando na retirada de direitos, o que culmina na necessidade de organização de diversos setores sociais.

Nesse sentido, o MST surge como uma alternativa dos camponeses oprimidos pela classe burguesa (que monopolizava e monopoliza a terra, ajudada por um Estado conivente e atuante contra as classes populares). Tendo em vista, ainda, que outros grupos organizados que lutavam pelo direito à terra, existentes mesmo antes da criação do referido movimento social, estavam sob constante ataque e deslegitimação.



Tendo em vista as ocupações de terra, que antecedem o surgimento do MST; a crise dos sindicatos rurais, burocratizados; e as limitações do trabalho organizativo realizado através da Igreja, o MST surge como alternativa de auto-organização dos trabalhadores do campo (LIMA. *in*NUNES *et al*, 2016, p. 170).

Para que seja possível compreender o motivo da necessidade de organização, em especial, desse movimento social é preciso que se compreenda o problema de moradia existente no Brasil. Assim, tomando como base o livro de Guilherme Boulos (2012), que narra as problemáticas da moradia no Brasil, com foco principal no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), pode-se observar como, apesar de ser garantia constitucional, ainda existem inúmeras dificuldades para a efetivação de muitos dos direitos humanos em nosso país.

Conforme narra o autor na obra “Porque Ocupamos?”: “[...] o déficit habitacional quantitativo no Brasil é de 6.273.000 famílias, o que representa cerca de 22 milhões de pessoas que não tem casa [...]” (BOULOS, 2012, p. 14) cumpre-nos destacar, acerca disso, o que está determinado no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 sobre os direitos e garantias fundamentais:


Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (grifonosso).

Comparando os dois textos citados acima, podemos ter em mente que a garantia formal não basta para que os direitos sejam devidamente efetivados, sendo necessária a vontade dos ocupantes do poder para que sejam devidamente garantidos. Conforme demonstraremos melhor nos tópicos a seguir, a soberania popular se mantém em constante violação, pois os sujeitos que ocupam os espaços de poder, que deveriam ser representativos, servem aos interesses das classes dominantes.

Por essas razões, a organização popular em torno da garantia do direito humano à moradia e à terra se mostra tão relevante para a difusão dos direitos humanos, pois na medida em que se organiza, a fim de garantir e lutar por mais direitos, também conscientiza aqueles que se propõem à luta, fazendo com que se percebam enquanto sujeitos de direito, culminando na consciência cidadã que faz com que estas organizações exijam seus direitos frente ao Estado.

Ademais, é essencial que seja aqui trazido o recorte de classe, pois os dados alarmantes sobre a habitação no Brasil levam em conta não apenas a posse de um imóvel ou terreno, mas a qualidade de vida de quem vive nesses imóveis. E essa falta de qualidade de vida não atinge a classe com maior poder monetário. Pelo contrário, muitas vezes é causada por ela:

Os brasileiros que sofrem com o problema de moradia – seja pela falta, seja pela inadequação das casas ou ausência de serviços básicos – são os trabalhadores mais pobres, em especial aqueles que vivem nas periferias urbanas. Os dados mostram: 90%



das famílias que não têm casa no Brasil vivem com renda menor que 3 salários mínimos por mês (BOULOS, 2012, p. 15).

Assim, é possível notar que as classes mais afetadas pela precariedade de moradia urbana e rural são as classes que possuem menores recursos financeiros e, por consequência, piores condições de vida, possuindo menos acesso a direitos, seja em sua realização material, seja em sua consciência dos mesmos. Ora, o texto constitucional garante a todos o direito à moradia e a um salário mínimo que garanta ao cidadão a qualidade de vida necessária para sua subsistência. Deste modo, a necessidade do Direito se estender e ultrapassar as limitações impostas pela sua mercantilização e alcançar as populações que dele necessitam mostra-se inadiável.


Nesse sentido, mais uma vez, demonstra-se que a mercantilização do Direito se apresenta de forma a servir às classes dominantes, uma vez que as pessoas que sofrem com as opressões cotidianas não são as abastadas, mas comumente são as da classe trabalhadora e mais pobre da camada social, às quais é negado constantemente o acesso aos mais básicos direitos sociais.

Os índices negativos sobre a moradia se demonstram de maneira muito conexas com a questão de classe, visto que se apresentam de forma mais acentuada nas regiões mais pobres do país.

Na região nordeste, 82% das famílias que ganham menos que 2 salários mínimos sofrem com a carência de serviços, mas no caso das que ganham mais que 10 salários, o número desce para 2%! E quem acha que isso só ocorre no nordeste está enganado: na região metropolitana de São Paulo, a mais rica do país, as coisas não são muito diferentes (67% das famílias com menos de 2 salários sofrem com essa situação; no caso das famílias com mais de 10 salários, o número é 1,7%) (BOULOS, 2012, p. 16).

É possível observar que, mesmo havendo déficits habitacionais, tanto na região mais pobre quanto na região mais rica do país, as diferenças ainda são alarmantes na quantidade de pessoas que vivem nessas condições.

Assim, os mecanismos de luta empreendidos pelo MTST para a garantia do direito à moradia não agradam às grandes empreiteiras e aos latifundiários e, por essa razão, os poderosos sentem a necessidade de lhes invalidar a luta, fazendo com que sejam lidos como pessoas violentas, como vândalos e invasores. Para combater essa desinformação proposital orquestrada pelas classes dominantes é que é procedida uma educação em direitos, com enfoque no direito à moradia e incluindo também o direito à cidade, visto que não basta morar, é preciso morar com qualidade.



Essa educação direciona-se às classes populares, visto que esta muitas vezes é influenciada pelas falácias criadas contra os movimentos sociais, a fim de frear seus efeitos.

Então, se é assim, por que as ocupações são vistas de forma negativa? Porque muitas vezes os trabalhadores são influenciados por uma visão fabricada pela mídia, que tem horror a qualquer forma de organização e resistência dos mais pobres, apresentando a luta como “baderna”, “coisa de vagabundo”, “vandalismo”. Mídia esta que é controlada por grandes empresários, algumas vezes eles próprios investidores do mercado imobiliário, ou que tem dentre seus clientes/anunciantes as grandes construtoras (BOULOS, 2012, p. 44).

Deste modo, vê-se como a educação em direitos mostra-se fundamental para que haja uma mudança social efetiva e para que exista a possibilidade de organização das classes populares na luta por mais direitos. Estar educado em direitos é essencial para o pleno exercício da cidadania, pois os indivíduos somente podem cobrar soluções do poder público se tiverem ciência de que possuem aquele direito.

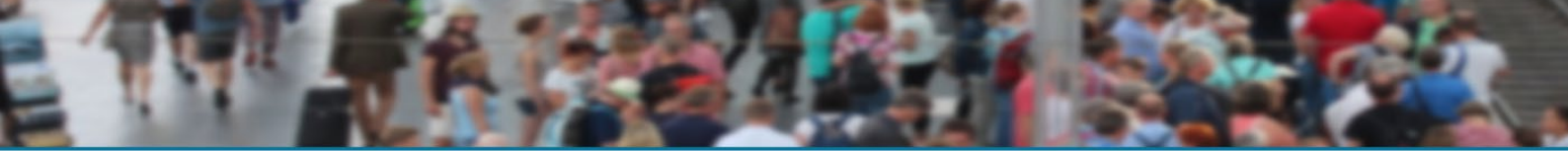
Somente é possível a garantia da soberania popular com a participação constante do povo nos negócios do Estado, sem que este seja rechaçado ou hostilizado, sem que o povo seja criminalizado ao se organizar para exigir a materialização de um direito que já lhe é formalmente garantido.

Essa criminalização dos movimentos sociais, seja por figuras ocupantes do poder público, seja por figuras do setor privado, trata-se de mais uma forma de violência imprimida contra a soberania popular que tem sido reduzida ao poder de voto. Essa forma de instrumentalizar o Direito como ferramenta de opressão, violentando o povo e restringindo o exercício da cidadania, é que trabalharemos no tópico que se segue.

A CULTURA DE VIOLÊNCIA COMO AMEAÇA À SOBERANIA POPULAR

Um dos principais temas de debates na atualidade do mundo jurídico é o fenômeno da violência e sua relação com o Direito. Espera-se que os mecanismos legais, mais especificamente o Código Penal (CP) e o Código de Processo Penal (CPP), exerçam a função que o imaginário popular acredita ser sua: a de punir o mais duramente possível sujeitos criminosos, em geral vistos como violentos.

Todavia, todo esse desejo em torno da punição dos indivíduos é proveniente não apenas de uma cultura punitivista, mas principalmente de uma cultura de violência nomeada “sociabilidade violenta” (SILVA, 2004). Isso que se apresenta é notável, pois a cultura seria meramente punitivista caso a exigência fosse única e exclusivamente a punição. Entretanto, a sociedade somente se satisfaz quando sabe que a pena é aplicada de maneira cruel e violenta.



O que pretendemos demonstrar neste tópico é como a falta de conhecimento acerca dos direitos contribui para que seja mantida e até mesmo criada uma cultura de violência, que faz com que os sujeitos busquem formas de justificação para as ações violentas por eles sofridas, ou por seus semelhantes, de forma a aceitar com maior naturalidade o fato violento ocorrido, criando costumes e moldando as relações sociais em torno da violência cotidiana.

[...] existe uma expressão muito difundida e coletivamente aceita pelas populações urbanas para descrever cognitivamente e organizar o sentido subjetivo das práticas que envolvem o que legalmente se define como crime comum violento e suas vítimas atuais ou potenciais – violência urbana. Narrativas que visam explicar motivos da ação, assim como avaliações morais de condutas e fenômenos da vida cotidiana nas grandes cidades fundamentam-se nesta expressão para serem aceitas e compreendidas. (SILVA, 2004, p. 57).


No trecho narrado acima, o autor se restringe a comentar acerca da violência urbana. Contudo, no mesmo comentário, demonstra como a mesma contribui para a criação de costumes e narrativas para melhor aceitação e compreensão destas mesmas situações. Isto resulta no que se estabelecerá como uma forma de vida, fazendo com que os componentes do tecido social naturalizem formas de violência para que consigam lidar com ela.

Isto permite tomar a violência urbana como uma representação coletiva, categoria de senso comum constitutiva de uma “forma de vida”. [...] Analisada em seus conteúdos de sentido mais essenciais, a representação da violência urbana seleciona e indica um complexo de práticas que são consideradas ameaças a duas condições básicas do sentimento de segurança existencial que costuma acompanhar a vida cotidiana rotineira – integridade física e garantia patrimonial (SILVA, 2004, p. 57).

Assim, a ausência de direitos resultante, em parte, do desconhecimento acerca dos mesmos, somada às ações violentas cotidianas com as quais os indivíduos se acostumaram a lidar, para além de criar uma cultura que naturalize a violência, faz com que os sujeitos estejam em total desamparo em relação àquele que deveria ser o principal instrumento de combate à violência – o Direito.

Destarte, é necessário aqui compreender que a violência não é um fenômeno restrito à área urbana. E por ter se tornado uma cultura e moldar as relações sociais, ela se apresenta de diversas formas e parte de diversos sujeitos diferentes, inclusive do próprio Estado contra os seus cidadãos, que se encontram ainda mais vulneráveis, em virtude do desconhecimento acerca de seus próprios direitos, que, em tese, deveriam limitar o poder estatal.

Nesse sentido, sabendo-se que a violência se traduz, principalmente, na relação de força nela imprimida (SILVA, 2004) e que parte desta também é originada no próprio Estado, atuando dentro da possibilidade criada, dentre outros fatores, pelo desconhecimento acerca dos direitos, podemos destacar a respeito da multiplicação da violência e da fragilização das relações sociais



o que diz a obra “Pedagogia do Oprimido” sobre o exercício da violência entre os próprios cidadãos (oprimidos) em virtude da situação de “imersão” em que se encontram.

Imersão num estado de inconsciência acerca das opressões que sofrem, o que aqui coloca-se como violações a direitos, sendo essa imersão entendida aqui como o desconhecimento. Vejamos:

Na “imersão” em que se encontram, não podem os oprimidos divisar, claramente, a “ordem” que serve aos opressores que, de certa forma, “vivem” neles. “Ordem” que, frustrando-os no seu atuar, muitas vezes os leva a exercer um tipo de violência horizontal com que agridem os próprios companheiros (...) (FREIRE, 1987, p. 31).


Deste modo, é possível observar que, além de serem atingidos pela violência verticalizada na relação Estado/cidadão, são alvejados ainda com as violações que são praticadas na relação horizontal cidadão/cidadão. Uma vez que, havendo uma cultura de violência, ou uma cultura de violação a direitos, os sujeitos veem, uns nos outros, não um indivíduo vítima das violações, mas um violador em potencial, como preconiza Paulo Freire (1987, p. 13):

É possível que, ao agirem assim, mais uma vez explicitem sua dualidade. Ao agredirem seus companheiros oprimidos estarão agredindo neles, indiretamente, o opressor também “hospedado” neles e nos outros. Agrirem, como opressores, o opressor nos oprimidos.

Nesse sentido, é imperioso ressaltar a relevância das normas garantidoras dos direitos humanos como ferramentas de limitação do poder do Estado, seja a Constituição Federal de 1988, sejam Tratados e Convenções internacionais. Tais normas existem para garantir a soberania popular e assegurar que o Estado esteja sempre subordinado ao povo, ou seja, coibir a violência do Estado contra o Povo. Todavia, depara-se com o seguinte impasse: se o povo, que é soberano, não tem conhecimento do instrumento que garante a sua soberania, como poderá exercê-la?

O DIREITO EMANCIPADOR COMO GARANTIDOR DA SOBERANIA POPULAR E O DIREITO OPRESSOR COMO SEU VIOLADOR

Ao tratarmos de soberania é preciso ter em mente que, ao monopolizar o Direito e mantê-lo longe do alcance das classes populares - que constituem a maioria da população -, deixando-o acessível apenas àqueles que podem pagar por ele, o Estado, agindo sob o controle da classe dominante, acaba promovendo a dissolução da soberania popular, uma vez que “a soberania é inalienável” (ROUSSEAU, 2016, p. 42). Isso ocorre quando os interesses de alguns são postos acima do interesse da coletividade, pois, como preconiza Rousseau (2016, p. 42), “A vontade particular tende por sua natureza às preferências, e a vontade geral tende a igualdade”:



[...] a soberania, não sendo senão um exercício da vontade geral, nunca pode alienar-se e que o soberano, que não é senão um ser coletivo, só pode ser representado por ele mesmo; o poder pode perfeitamente ser transmitido, mas não a vontade. (ROUSSEAU, 2016, p. 42).

Assim, é notável que a soberania popular vem sendo constantemente violada, visto que a promoção de um monopólio sobre o Direito retira das mãos do povo o instrumento garantidor de sua soberania, restringindo o seu alcance, sendo, assim, garantidor da soberania de alguns - e não de todos -, permitindo que haja “senhores” que comandem sobre “o soberano” (ibid.).

A mercantilização do Direito é um golpe contra a soberania popular. É uma clara limitação do poder do povo, que se dissolve sob a égide de um Estado elitista e opressor, que age sob as ordens de uma classe que se propõe à exploração, sobrepujando as demais e retirando delas o direito a ter direitos.

O que existe em nossa sociedade é a anulação da soberania do povo através de sua dissolução. Por isso, refletimos neste trabalho sobre o modo como o desconhecimento acerca dos direitos contribui para a manutenção do *status quo*, mantendo sob jugo desigual as classes sociais afetadas por tal desconhecimento, de quem são retirados os direitos, tendo suas vontades ignoradas, como se não integrassem o corpo social com outro objetivo, que não o de servir aos opressores.

[...] se o povo promete simplesmente obedecer, ele se dissolve nesse ato, perde sua qualidade de povo; no instante em que há um senhor, não há mais soberano, e com isso o corpo político é destruído. [...] A vontade ou é geral, ou não existe; ou é a vontade do corpo do povo, ou somente de uma parte (ROUSSEAU, 2016, p. 42-43).

Nesse sentido, o que se percebe é que, por desconhecer seus próprios direitos, o povo (soberano) é submetido a ter de obedecer àqueles que têm o conhecimento do Direito. E é nesse ato de obediência indiscutível que o povo se dissolve enquanto instituição política, hierarquizando as relações sociais e promovendo a existência de “senhores”.

Extingue-se, assim, a soberania popular, pois seguem sendo soberanos aqueles que detêm o monopólio dos instrumentos de garantia da soberania e que, por sua vez, não fazem qualquer questão de promover sua distribuição e descentralização democrática.

Essa exclusão narrada acima não é utilizada apenas nos dias atuais e não foi criada ou começou a ser instrumentalizada apenas recentemente. Ao contrário disso, vem sendo executada meticulosamente há anos e é proveniente de um ciclo de violências sociais que perduram desde o século XVI, com as explorações colonialistas, que dizimaram inúmeros povos e culturas ao redor do mundo e que refletem nos dias atuais, podendo ser identificadas em diversos fatores sociais, tais como: o encarceramento e alta taxa de mortalidade da



população negra; o recorde numérico de mortes de pessoas LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis, *queer*, intersexuais, assexuais, pansexuais e outras); o genocídio indigenista e a recusa de demarcação de suas terras, entre outras incontáveis situações. Tudo isso é resultante dessas divisões que negam direitos às classes populares e que impedem o acesso ao Direito, impossibilitando o exercício pleno de sua soberania.


Neste sentido, essas divisões sociais que promovem uma hierarquização dos grupos, mantendo a maioria destes em situação de subalternidade (como vimos no tópico anterior) é originária de uma cultura colonialista e eurocêntrica que, além de produzir normas principiológicas acerca dos direitos humanos de forma hegemônica, contribuiu para a perpetuação do pensamento etnocêntrico, que se reflete não mais apenas contra povos e culturas diferentes, mas também se traduz em ações violentas cotidianas contra grupos sociais que sejam considerados menos humanos que os grupos majoritários (da classe dominante e hegemônica).

Etnocentrismo é uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados esentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. No plano intelectual, pode ser visto como a dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade, etc. Perguntar sobre o que é etnocentrismo é, pois, indagar sobre um fenômeno onde se misturam tanto elementos intelectuais e racionais quanto elementos emocionais e afetivos (ROCHA, 1988, p. 06).

Sabemos que o problema de violência aqui narrado não se trata de etnocentrismo em sua forma pura e simples, visto que nos restringimos ao Brasil citamos questões recorrentes no corpo social de uma forma geral. Isso que seapresenta pode ter em seu contexto a inclusão do etnocentrismo como uma das expressões da violência, manifestada de forma explícita contra indígenas, quilombolas, imigrantes e quaisquer grupos de pessoas de expressões culturais que divirjam da expressão cultural dominante.

Todavia, as semelhanças com asopressões sofridas pelos demais grupos que não são necessariamente étnicos (LGBTQIAP+, classe trabalhadora, mulheres, etc.) são notáveis, vez que o fundamento destas opressões, muitas vezes, é o mesmo e se traduz na incapacidade de enxergar o “eu” no “outro”.

Nossas próprias atitudes frente a outros grupos sociais com os quais convivemos nas grandes cidades são, muitas vezes, repletas de resquícios de atitudes etnocêntricas. Rotulamos e aplicamos estereótipos através dos quais nos guiamos para o confronto cotidiano com a diferença. As idéias etnocêntricas que temos sobre as “mulheres”, os “negros”, os “empregados”, os “paraibas de obra”, os “colunáveis”, os “doidões”, os “surfistas”, as “dondocas”, os “velhos”, os “caretas”, os “vagabundos”, os gays e todos os demais “outros” com os quais temos familiaridade, são uma espécie de “conhecimento” um “saber”, baseado em formulações ideológicas, que no fundo



transforma a diferença pura e simples num juízo de valor perigosamente etnocêntrico (ROCHA, 1988, p. 09).

Assim, ao nos remetermos ao que Paulo Freire aponta na obra “Pedagogia do Oprimido” (1987), já citada anteriormente, quando demonstra a incapacidade dos opressores de verem nos oprimidos a figura humana - vendo apenas sujeitos cuja existência serve somente para afirmar a sua própria concepção de humanidade, através da caridade pelos opressores realizada, cuja necessidade foi criada através das opressões por eles mesmos causadas -, vê-se que os opressores tomam por objetos os oprimidos, conferindo a estes quaisquer funções baseadas no juízo de valor etnocêntrico por eles realizado, a fim de reafirmar a humanidade que, para os opressores, se restringe às suas próprias experiências e concepções individuais, sem levar em consideração o direito dos oprimidos de se autodeterminarem enquanto sujeitos.


Cumprido destacar que o etnocentrismo, apesar de ser comum em todas as civilizações, nem sempre se manifesta de maneira violenta. E que nas culturas ocidentais capitalistas existem formas de negar a imagem dos indivíduos oriundos de outras culturas ou etnias, seja pelo apagamento sociocultural, seja de forma mais explícita:

Aqueles que são diferentes do grupo do eu – os diversos “outros” deste mundo – por não poderem dizer algo de si mesmos, acabam representados pela ótica etnocêntrica e segundo as dinâmicas ideológicas de determinados momentos. Na nossa chamada “civilização ocidental”, nas sociedades complexas e industriais contemporâneas, existem diversos mecanismos de reforço para o seu estilo de vida através de representações negativas do “outro” (ROCHA, 1988, p. 08).

Esses mecanismos são utilizados para promover uma segregação e marginalização desses grupos, que não são lidos como normativos dentro da sociedade ocidental capitalista industrializada, permeando os mais diversos campos, desde propagandas em *outdoors* e na televisão a livros didáticos nas escolas de ensino básico e fundamental.

Nesse sentido, podemos exemplificar os tratamentos dispensados à população negra no Brasil, vez que o racismo tem suas raízes fundadas na xenofobia, que possui como um de seus principais pilares o etnocentrismo. Os traços do sentimento eurocentrista colonizador demonstram-se na atualidade, através de toda uma cultura de massa voltada para a valorização do homem branco e a inferiorização das pessoas não-brancas.

Assim, a rejeição à cultura de pessoas não-brancas, ou que estejam forados padrões da normatividade produzida pela branquitude, mostra-se maior que a de pessoas brancas ou de grupos que sigam estes padrões pré-estabelecidos, tendo sido construída desde o princípio da história da colonização, conforme preconiza Antônio Bispo dos Santos (2019), ao se referir às



nomenclaturas que os colonizadores designaram aos refúgios de pessoas negras e indígenas antes escravizadas:

No período colonial, tais comunidades foram denominadas pelos colonizadores como Mocambos, Quilombos, Retiros [...] consideradas pela legislação vigente como organizações criminosas. [...] Vale ressaltar que os Quilombos permaneceram como organizações criminosas desde o início da colonização do Brasil até a promulgação da Lei Áurea, em 13 de Maio de 1888, que aboliu a escravidão no Brasil [...] (SANTOS, 2019, p. 36).

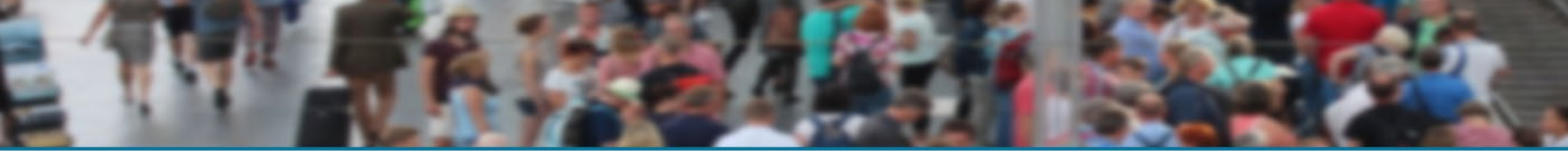
Assim, os corpos humanos que se distanciam deste padrão da branquitude e dos demais padrões sociais pré-estabelecidos são vistos socialmente como menos que humanos, conferindo aos demais grupos dominantes o poder sobre seus corpos, sendo sempre percebidos como estranhos e não pertencentes àqueles espaços. Visto que o entendimento do que é “estranho”, “estrangeiro” e “não pertencente” não se restringe apenas a territorialidade do sujeito, mas também às suas características físicas e culturais, como aponta Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2016, p. 21):

[...] O fato de os corpos humanos apresentarem cores, traços diacríticos e formas variadas e diferentes fez com que emergisse a noção de raça para classificá-los e, inclusive hierarquizá-los.[...] A própria tese de que a humanidade não tivera uma origem comum [...] mas teria surgido a partir de diferentes matrizes raciais, o que se chamou de tese poligenista, contribuiu para dar um caráter científico ao racismo, ou seja, a visão hierarquizadora das raças, depreciando e inferiorizando os corpos pertencentes ao que se vai denominar de raças inferiores. [...] O Estado Nacional emerge como instituição responsável pelos corpos daqueles que habitam sua nação, tornando-se hostil aos corpos daqueles que dela estão excluídos.

Sendo assim, é possível perceber a semelhança na conceituação das opressões narradas pelos autores e a conceituação de etnocentrismo, que coloca no centro da percepção o grupo dominante, produzindo hegemonia.

Deste modo, é a partir desta concepção que reduz grupos humanos a sub-humanos e que impede os opressores - ou classes dominantes - de enxergarem o “eu” no “outro”, culminando nos processos de centralização do poder e produção de uma hierarquização social, que se traduz na subtração da soberania popular. Isto porque ela coloca um grupo menor como detentor dos instrumentos garantidores da soberania - o Direito, por exemplo - e retira o *status* político de soberano da coletividade, restringindo apenas àqueles que possuem tais ferramentas garantidoras. E estes se tornam “senhores”, não existindo mais “o soberano”.

Assim, o Direito, quando usado para a justificação do poder da forma narrada acima, mostra-se não como um Direito emancipador, visto que o mesmo é claramente instrumentalizado na produção e manutenção das opressões. Mas, antes, mostra-se como um Direito opressor, que



silencia as classes populares e não alcança os sujeitos mais vulneráveis, retirando destes o amparo necessário para a garantia de sua soberania enquanto povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os direitos humanos e garantias fundamentais são prerrogativas legais garantidas a todas as pessoas, em todas as esferas sociais, em quaisquer contextos que estejam inseridas. Todavia, apesar de serem formalmente garantidos na letra da lei, têm dificuldades extremas de ser efetivados materialmente.


Essa dificuldade tem raízes na distância que o Direito tem mantido dos sujeitos vulneráveis, em virtude do sistema social de dominação que se perpetua no âmago da sociedade brasileira. Essa distância é causada, dentre outros fatores, pelo desconhecimento acerca dos direitos humanos e garantias fundamentais, que se mostra não como um acontecimento casual, mas como um projeto de poder político e social que pretende manter as classes populares subjugadas.

Deste modo, é imperioso destacar a relevância da promoção de uma educação em direitos, a fim de garantir que seja criada uma consciência geral de direitos no corpo do povo, para que sejam então compreendidos os conceitos de soberania culminando no pleno exercício da cidadania.

Só assim será possível, então, mitigar os impactos da cultura de violência que se perpetua no seio da sociedade e afeta a vida de todos direta e indiretamente. É evidente que não apenas com a educação em direitos far-se-á o combate efetivo à cultura nociva de violações, mas é possível afirmar que um grande avanço será dado.

Então, sabe-se que a não popularização do ensino do Direito, que restringe seu alcance a quem pode pagar por ele, não agindo pela emancipação, mas pela opressão, faz com que o povo, como um todo, seja violentado.

Dentro do Direito aprende-se que uma das principais funções da lei é a limitação do poder do Estado e a consequente garantia da soberania popular. Contudo, ao se restringir o acesso ao conhecimento dos direitos - ou mesmo limitar sua aplicação àqueles que podem pagar por ele - restringe-se, assim, o exercício da soberania, passando este a ser exercido por quem conhece e sabe manusear o instrumento que garante sua soberania e limita o poder do Estado.



Isto que se apresenta faz com que o Estado esteja sob domínios das classes dominantes e instrumentalize o Direito na manutenção do *status quo*, agindo verdadeiramente como um Direito opressor.

Assim, refletimos sobre como o ensino do Direito e sua monopolização traz consequências danosas ao tecido social, mantendo-o distante daqueles que deveria proteger. Portanto, mostra-se essencial que seja pensado um Direito plural e popular, que esteja próximo dos cidadãos e não se confine nos escritórios e tribunais da tradicional advocacia, para que assim se transforme em verdadeiro instrumento de emancipação dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D.M. **Xenofobia Medo e rejeição ao estrangeiro**. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

BOULOS, Guilherme Castro. **Porque Ocupamos?** São Paulo: Scortecci Editora, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em:

01/12/2020.

COSTA, Alexandre Bernardino. **O Direito Achado na Rua nossa conquista é do tamanho da nossa luta**. Vol. 3. Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ROCHA, Everardo Pereira Guimarães. **O que é etnocentrismo**. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. 1. ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 2016.

SANTOS, Antonio Bispo dos. **Colonização, Quilombos Modos e significações**. 2 edição. Brasília, Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, UnB, fapdf, CNPq, Ministério da educação, 2019.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília. v. 19, n. 1. Jan./Jun, 2004.

CAPÍTULO 22

GENOCÍDIO DO POVO NEGRO: RACISMO ESTRUTURAL

Mônica A. P. C. Luz
Flávia Abud Luz

RESUMO


Este artigo tem como objetivos discutir a questão do patriarcado no Brasil e a relação existente deste com o racismo estrutural; denunciar os ataques sucessivos aos povos negros e o número de homicídios, que de acordo com o Atlas da Violência, de 2021, vem apresentando elevação entre as mortes ocorridas no Brasil das pessoas negras, em especial dos jovens negros. É fato que as mortes de pessoas negras foram tematizadas e discutidas pelas organizações que fazem parte do Movimento Negro no Brasil e assim, puderam especificar o caráter racial da violência letal, nomeando os diferentes modos de violência, como por exemplo, discriminação racial, violência racial e genocídio negro. Diante destas colocações, nos interessa abordar o genocídio negro, uma vez que dados coletados pelo IPEA de 2019, apontavam que os negros (pretos e pardos) representavam 77% das vítimas de homicídios para cada 100 mil, enquanto os não negros (brancos, amarelos e indígenas) a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil. Por que se matam mais negros, pretos e pardos? O racismo é um processo histórico, cruel, estrutural, que insere o no corpo negro uma inferioridade a ponto de naturalizar ausência de pessoas negras em segmentos tidos como importantes na nossa sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo. Genocídio. Violência. Corpos. Negros.

INTRODUÇÃO

Uma análise mais atenta do Atlas da Violência 2019, aponta o aumento da desigualdade racial e sócio- econômica no Brasil, com base em dados que cobrem o período de 2007 a 2017. Em 2017, o referido documento aponta 75,5% das vítimas no país eram negros (auto declarados pretos e pardos), de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Outro ponto a destacar é a desigualdade na taxa de homicídios entre brancos (brancos, amarelos e indígenas) e não brancos, sendo que os últimos possuem uma taxa de homicídio três vezes maior se comparada aos brancos.

No Brasil, segundo Almeida (2019), o racismo faz parte da sociedade brasileira e se configura exatamente pela exclusão das pessoas negras das estruturas sociais, econômicas, políticas, culturais. Assim, as instituições preferem as pessoas não negras no momento de oferecer um cargo, uma vaga, uma oportunidade de certo status quo. Para o autor, na primeira metade do século XX, a Ciência colaborou no fortalecimento do discurso sociopolítico ligado



à democracia racial, que buscava fornecer uma espécie de racionalidade para ideias e práticas racistas, parte da cultura popular.

A ideologia do racismo acaba por afetar assim, pessoas negras por meio de dois canais bastante claros: a cor da pele e a situação econômica. A perpetuação do negro como perigoso, malandro; inapto para o trabalho, ser sem alma, desqualificado para o trabalho, só vem aumentando a vitimização de pessoas negras, muitas vezes inocentes, além de causar sérios danos na imagem distorcida que o negro acaba fazendo de si mesmo. A invisibilidade do negro e a pobreza de certa forma, se constituem em armadilhas perigosas do racismo estrutural. Segundo Borges Pereira (1996)


(...)Dentre tantas outras características do modelo racial brasileiro - características que o definem e não permitem que seja comparado com outros que o mundo conhece – a ambiguidade é uma delas. Combatê-la, sim. Estigmatizá-la não conduz a lugar algum. Ignorá-la, também não. A ambiguidade é o dado de uma realidade desafiadora e movediça, plena de meios – tons, e como dado deve ser tratada (1996, p.75)

A morte, a luta, a resistência, a violência e o racismo sempre estiveram ao lado da população negra. Atualmente a morte tem sido o algoz dos jovens assassinados por balas perdidas, ações errôneas por parte da polícia. Os jovens querem e precisam viver.

Apesar dos movimentos de resistência e dos movimentos negros estarem ganhando espaço nas mídias com protestos, músicas, denúncia de abusos e descasos, a discriminação racial, a injúria racial e o racismo fazem arte do cotidiano.

Para Gomes (2012), o racismo precisa ser entendido como a principal causa do extermínio da juventude negra. A partir das teses de dois filósofos, o italiano Roberto Esposito (2017) e o camaronês Achille Mbembe, dois conceitos a biopolítica e a necropolítica, terão destaque para abordar a raça como fator determinante para o estabelecimento e manutenção da política de morte no Brasil, fortalecida pelo poder das normas legais do país, que, apesar de “apregoar” a igualdade e garantir o direito à vida, no cotidiano alguns cidadãos são considerados pelo Estado aptos a viver e outros marcados para a morte a partir de um determinante racial.

Esposito (2017) traça os caminhos de discussão do tema biopolítica durante o nazismo, onde se faria o uso de um dispositivo tanatológico que contraditoriamente busca o cuidado da vida por meio da proliferação da morte. O autor estuda possibilidades de estabelecimento de uma biopolítica positiva, após o fim do nazismo. Assim, todas as questões de interesse público na sociedade seriam interpretadas a partir de uma conexão profunda e imediata com a esfera do bíos, o que revela o achatamento tendencial da política sobre os corpos. Um dos pontos seria a



reflexão de como transformar a “norma de vida”, um dispositivo político criado pelo nazismo, fundada em um caráter de pureza racial, em uma política da vida. Deste modo

A estrutura jurídica nazista estaria fundamentada na afirmação de que “somente uma vida já decidida segundo uma determinada ordem jurídica pode constituir o critério natural de aplicação do direito” (ESPOSITO, 2017, p.232)


Para Mbembe (2016) uma política da vida estaria fundada no princípio de equivalência ilimitada para todas as formas de vida singulares (a norma seria emanada na própria capacidade de existência do sujeito). No ensaio sobre a *necropolítica* (2016), o autor apresenta a política de morte sustentada na dimensão da racialização, na subalternidade reservada aos negros, no poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Assim se estabelece conforme o autor reitera “a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é”. (MBEMBE, 2019, p.41).

Para Mbembe (2016) a noção de biopoder é insuficiente para explicar as formas contemporâneas de subjugação, assim o autor articula colonialidade, racismo e violência de Estado para argumentar sobre as formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte. Vivenciamos na sociedade brasileira uma crise que possui como característica elementos do estado de exceção estritamente ligados ao biopoder.

Segundo Giorgio Agamben (2002) a exceção está inserida na democracia, configurando espaços de ilegalidade e violência que fazem parte da estrutura social. O biopoder, conceito utilizado por Michael Foucault (2010) em suas análises sobre o poder, reitera as práticas voltadas para a regulação da vida das populações. Como manter esses jovens vivos? Eles lutam, resistem, mas é necessário muito mais para quebrar o paradigma colonial, patriarcal, eurocêntrico que está no imaginário social, cometendo crimes, genocídios e afins, além de aniquilar com a identidade desses jovens.

Um país de homens escravizados com castigos, chibatadas e mortes autorizadas pela lei vigente. A falácia da democracia racial pregada vastamente por Freyre (1995) tentou mostrar o quanto nosso povo era bom com o negro, aqui expressado como mestiço. Assim, os problemas continuaram, as contradições quanto a raça, cor, classe social, cruzamento racial, branqueamento. Uma sociedade que ainda hoje é marcada pela desigualdade social, econômica, cultura, educacional, racial e de direitos; guiada atualmente pela política do clientelismo, das discriminações, da xenofobia, do fascismo e do racismo.

Uma sociedade doente, que precisa aniquilar o suposto inimigo a pauladas, sem nenhum tipo de constrangimento, culpa, nem mesmo interdição da própria sociedade, que vê, mas nada



faz. Flauzina (2008), reitera que os mecanismos de destruição das vidas negras se aperfeiçoam mais e mais no contexto neoliberal, trazendo formas diferenciadas e sofisticadas de extermínio do negro, que vão muito além do encarceramento. Para ela

As imagens e os números que cercam as condições de vida da população negra estampam essa dinâmica. As imagens e os números que cercam as condições de vida da população negra estampam essa dinâmica, a expulsão do escolar, a pobreza endêmica, a negligência com a saúde da mulher negra e a interdição da identidade negra seriam, juntamente com o sistema prisional, partes de uma engrenagem social de dor e de morte (FLAUZINA, 2008, p.141- 142)

Diante da demografia, onde a população brasileira é constituída majoritariamente de negros (pretos e pardos), é difícil entender e conceber as barbáries que vem se repetindo quase que diariamente. A ausência do Estado nas questões raciais é vergonhosa ao menos, pois aqui caberiam muitos outros adjetivos. A falta de propostas e de um projeto nacional que combata o racismo, impede o enfrentamento do mesmo no campo simbólico e prático.

A abolição da escravatura (1888) libertou os negros “oficialmente”, mas na prática a discriminação e a submissão da população negra aos brancos continuavam na vida cotidiana. O Estado não propôs nenhum plano de assistência que visasse à inclusão dos ex-escravizados na nascente sociedade de classes.

Uma vez ignorados também pela República, que se preocupou mais em trazer milhares de imigrantes europeus com o indisfarçável objetivo de promover o branqueamento da população brasileira, os negros e os mulatos acabaram por ser preteridos pelos imigrantes no mercado de trabalho.

Os negros tiveram que suportar subempregos por causa da discriminação da população branca, discriminação essa que Fernandes (1965) atribui à falta de ética de trabalho de uma parte da população negra. Eles precisavam competir com a quantidade de libertos existente, com o imigrante mais bem estruturado, contra o preconceito de cor e de classe que decaía sobre seus ombros pela sua recente história de escravidão.

Sobre a existência do preconceito, Fernandes (1965) reitera que, mesmo antes de dialogar com o branco, o negro precisava conhecer a si mesmo e vencer as resistências, para poder reconhecer a sociedade e transformá-la. Apontou que o negro responde ao branco e a todas as pressões sociais com serenidade ou veemência. E exemplifica Fernandes (1965, p. 504): “[...] a afirmação de que no Brasil não existe preconceito contra o negro é uma balela. O preconceito existe. O que não existe, claramente, do ponto de vista legal, é uma discriminação racial, de resto existem as restrições e uma acentuada intolerância contra o negro”.



No nível econômico, poucas foram as mudanças que vieram com a emancipação nacional do Brasil e com a formação da ordem capitalista comercial. Contrariamente, na nova ordem, a produção escravista foi mantida como a base material do sistema.


Para Fernandes (1965), o povo brasileiro sempre foi mantido num controle social impedindo-o de se tornar sujeito. Segundo ele, somente quando o povo brasileiro se tornar sujeito, haverá mais igualdade social. O autor reitera que foram precisos quase três quartos de século para que o negro e o mulato encontrassem em São Paulo perspectivas comparáveis àquelas com que se defrontaram os imigrantes e seus descendentes.

Este artigo é fruto de leituras bibliográficas, análise de dados que compõem o Atlas da Violência de 2019, além de fatos expostos na mídia, que nos deixam cada dia mais revoltados e assustados. Ao mesmo tempo, este artigo se configura em uma espécie de denúncia pública, contra todos os crimes cometidos a contra a população negra. Por mais leituras e análises que possamos fazer, não há explicações para esse genocídio em massa ou me questiono faxina étnica? É preciso atentar para a participação dos agentes dos sistemas de justiça e de segurança, além do cidadão “comum” nas no genocídio negro.

O jovem negro parece ter sido eleito alvo, suspeito principal de crimes, roubos, dentre outros. Um padrão foi-lhes atribuído e com ele, um estereótipo do perigo, do estranho, do assassino. O Estado criminaliza os jovens negros, reforçando a visão estereotipada da sociedade sobre eles e nenhuma discussão ou debate é desenvolvida sobre isso. Não podemos deixar de mencionar que o nosso sistema política é perverso, nega a existência do racismo mesmo diante dos números que refletem a desigualdade entre negros e brancos, que são pontuadas por marcadores sociais.

Além disso, o sistema político não desenvolve ações para combater o racismo, uma vez que o nega permanentemente. Poderia o Estado tentar diminuir as distorções para com o povo negro, tomando medidas como ampliação de cotas raciais nas universidades, ofertar sistema saúde, educação, emprego mais dignos. O não reconhecimento do outro marca uma experiência social repleta de desigualdades crescentes, que ultrapassam a violência simbólica.

Outra faceta deste processo de exclusão é a impossibilidade da obtenção de direitos segundo reitera Arendt (1990) “a existência de um direito a ter direitos, provada por uma lógica que entende que existem grupos aos quais a única saída é o extermínio (ARENDR,1990, p.330)”. Partindo desta premissa, Foucault (2010) aponta que o racismo além de ser uma ideologia e uma prática, é também uma tecnologia do poder, utilizado pelas autoridades de



regulação, promoção e controle sobre a vida, o que denomina biopolítica, que na modernidade, se justifica pelo controle, exploração e extermínio dos povos colonizados. Para Mbembe

O biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico- do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros (MBEMBE, 2016, p.128)

Sabemos que existem inúmeras maneiras de matar, além das armas de fogo. A privação de direitos exemplifica todo o controle sobre os corpos e o próprio racismo estrutural vigente na nossa sociedade. Segundo Lima (2018)


(...)nos contextos brasileiros, o poder necropolítico se faz visível no sistema carcerário, na população em situação de rua, nos apartheid urbanos e nas grandes e pequenas cidades brasileiras, em dados relevantes, no genocídio da população negra, que em sua maioria é jovem e masculina, na eclosão de grupos de justiceiros, nos hospitais psiquiátricos, nas filas das defensorias públicas, nas urgências hospitalares, entre tantos outros lugares. (2018, p.28)

Neste viés, o Estado passaria a selecionar quem pode viver e quem pode morrer, indicando quem ou quais grupos deveriam ser exterminados, ou seja, a política da morte está posta.

Vivemos no Brasil a inclusão excludente, que insere as pessoas no mundo capitalista e ao mesmo tempo demarca os lugares que elas podem ocupar, transitar, viver. Assim, precariza toda forma de direito: a saúde, a educação, ao lazer, ao trabalho, a vida. Não é à toa, que a população mais pobre é a população negra no Brasil. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020) apontam dentre os autodeclarados pardos e pretos que: os pretos apresentam 11,2% de analfabetos no Brasil, 11% dos pardos são analfabetos e 5% dos brancos são analfabetos; fruto de um sistema excludente. O negro neste contexto educacional não aparece fisicamente e está colocado no lugar do facilmente descartável. Um epistemicídio dos negros, além das identidades apagadas e negadas, sem autoestima, cultura, historicidade. No tocante a identidade, cabe lembrar que segundo Munanga (1988)

(...) o conceito de identidade recobre uma realidade muito mais complexa do que se pensa, englobando fatores históricos, psicológicos, linguísticos, culturais, político-ideológicos e raciais. (MUNANGA, 1988, p.143).

As diferenças de oportunidades de ascensão social e o racismo operante, mantém as desigualdades entre brancos e negros num processo de ciclo de desvantagens cumulativas e quase irreparáveis. Neste contexto perverso, como os negros poderiam construir sua identidade diante de uma cultura expropriada?



Talvez por meio da decolonialidade e pensamento pedagógico emancipatório, pautado em experiências sociais. Para Arroyo (2012) pelas ações coletivas por libertação e emancipação se produzem outros sujeitos políticos e de políticas. Exigem reconhecimentos, constroem seus autorreconhecimentos. Pressionam o Estado por outro projeto de campo, de cidade, de sociedade. (2012, p.15).

CONSIDERAÇÕES FINAIS


Diante da extrema desigualdade e inúmeras formas de discriminação da população negra no Brasil, podemos inferir que o racismo estrutural tem contribuído para exclusão social e para o genocídio da população negra. Assim, indagamos quais os meios existentes para combater o extermínio desta população, bem como quais políticas públicas poderiam ser instituídas como forma de combate aos efeitos decorrentes do racismo estrutural e institucional no Brasil?

Quanto as causas e as motivações da violência contra a população negra, entendemos como fator principal a construção do racismo como processo histórico que poderá visualizar-se os efeitos decorrentes da escravização na naturalização do racismo e consequentemente do genocídio da população negra. Apesar da abolição ter ocorrido em 1888, é como se os efeitos desta ainda estivessem presente na vida de cada afrodescendente deste país, uma vez que arditosamente a população negra segue sendo submetida a obstáculos que lhe impedem de alcançar um patamar de igualdade com a população branca. Ainda que se sustente a ideologia da democracia racial, os negros continuam não possuindo.

Mesmo que a igualdade esteja prevista em nossa carta magna, a mesma para com a população negra ocorre tão somente no plano formal, pelo contrário; à população negra está sendo vítima de um genocídio em sua forma violenta e simbólica.

Sobre o genocídio em sua forma violenta, observamos execução desta população por meio dos atos da polícia, no entanto, esta força também parte do Estado, que faz a construção errônea da figura negra dentro das instituições e para além destas.

A normatização das desigualdades ocorre de modo que os indivíduos brancos não reconhecem seus privilégios em razão de não serem não brancos e acreditam que o contexto se encontra normal, ora que não reconhecem incessante desigualdade entre brancos e negros, ora que a estruturação da sociedade sempre fora desta maneira, como afirma Almeida (2019), o racismo é parte de um processo social que ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição.



É incontestável que o elevado número de homicídios contra pessoas negras é proveniente das discriminações raciais, que a todo instante marginalizam as possibilidades vitais da presença negra no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Produção Editorial, 2019.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

BRASIL. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública** (Org.). “Atlas da violência 2019”. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

BRASIL. **IBGE. Pesquisa Nacional por amostra de domicílios**, 2016. IBGE, 2016. *luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1987.

ESPOSITO, Roberto. Filosofia do Bíos. In: **Bios: biopolítica e filosofia**. Tradução Wander Melo Miranda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FLAUZINA, Ana L. P. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. Rio de Janeiro: Contratempo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus, 1965.

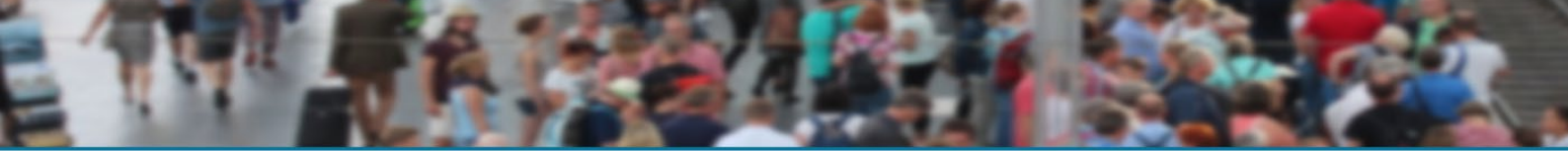
FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Record, 1995.

GOMES, N. L. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando da raça. **Educação e Sociedade**, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set.2012.

LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault y Achille Mbembe. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 70, n. spe, p. 20-33, 2018.

MBEMBE, Achille. **A necropolítica: biopoder, soberania, Estado de exceção, política da morte**. Arte & Ensaios, Rio de Janeiro, n.32, p.123-151, 2016.

MUNANGA, Kabengele. Construção da identidade negra: diversidade de contextos e problemas ideológicos. In: CONSORTE, Josildeth Gomes; COSTA, Márcia Regina de (Orgs.). **Religião, política, identidade**. São Paulo: Educ-séries Cadernos PUC, p.143-146, 1988.



PEREIRA, João Baptista Borges. A questão racial brasileira na obra de Florestan Fernandes. **Revista USP**, n. 29, p. 34-41, 1996.

CAPÍTULO 23

LAZER – RELEVANTE FORMAÇÃO SOCIAL

Adelcio Machado dos Santos

RESUMO

O lazer se converteu em formação social de relevância. A estratificação constitui ingrediente importante das sociedades modernas, e o lazer adotado pelas pessoas é influenciado por sua classe ou condição social, embora alguns possam argumentar que esta influência é atualmente menor do que no pretérito. O crescimento das organizações de turismo e de lazer contribuiu para modelar a forma como a maior parte das pessoas goza de seu lazer. De muitas maneiras se explica o significado de lazer, muitas das proposições utilizadas são provenientes da Grécia antiga, de onde se delineia a mudança histórica do lazer a partir dos tempos medievais, especialmente no tempo disponível e na experiência do lazer em relação ao labor. O mesmo pode ser definido de três maneiras distintas, a saber: uma delas considera as vinte e quatro horas do dia e subtrai os períodos que não são de lazer, tais como: trabalho, sono, alimentação, atendimento às necessidades fisiológicas, etc.

PALAVRAS-CHAVE: Lazer. Ócio. Industrialização. Sociedade.

INTRODUÇÃO

O lazer configura direito social, uma afirmação que volta a ser discutida nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, posto que negligenciado pela História. O lazer aparece como uma necessidade do homem social, que se relaciona e interage internamente no mundo globalizado. Ter garantido momentos de ócio ou lazer, faz o homem contemporâneo “recarregar as baterias”.

A escalada de produção, a competitividade e as emoções a flor da pele levam o homem a viver momentos conflitantes no trabalho, desenvolvendo quadros de depressão, angústia, estresse, cansaço físico e mental, causando alta taxa de absenteísmo, conseqüentemente afeta o processo produtivo da estrutura econômica. (PINHEIRO, 2021).

O autor inglês Robert Parker escreveu que o lazer é uma combinação entre o tempo e o espaço livres da obrigação do trabalho e de outras atividades rotineiras. É momentos e as atividades que motivam um sentimento de liberdade, o verdadeiro lazer. (PARKER, 1968). O lazer está relacionado às esferas da vida como a religião (mente e espírito), a família (pais e filhos pequenos, amigos), ao trabalho (realização e sobrevivência) e a educação (atividades culturais e artísticas). (OLIVEIRA, 2017).



De acordo com Parker (1978), observam-se pontos de divergência sobre o que deveria configurar a definição ontológica acerca do lazer. Uma segunda definição refere-se à qualidade da atividade a que alguém se dedica. Tais definições concebem o lazer como uma atitude mental e espiritual, não apenas o resultado de fatores externos, não pode ser considerado o resultado inevitável do tempo de folga.


Pode ser identificado também, com qualidades de refinamento, considerando-o único porque muitas vezes está associado a valores espirituais e artísticos. O lazer, conforme Oliveira (2017 *apud* Polato, 2003) funciona nas relações sociais como um espaço de qualificação do ser humano na busca do desenvolvimento das condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas. Esse tipo de definição, também é utilizado para dar ênfase às qualidades do termo “liberdade”.

No entanto, o filósofo francês Parker (1978, p. 22) idealiza “o lazer como liberdade de regras e de modelos de comportamento aceitos ou socialmente impostos”. Manifestamente, tal tipo de acepção envolve julgamentos de valor, ou seja, afirmações sobre que atributos da atividade de lazer ou da pessoa são considerados desejáveis.

Um terceiro tipo de definição tenta combinar os dois primeiros conceitos. Existindo nela um componente residual, ou de tempo, acompanhado de afirmação normativa sobre o que o lazer deveria ser. Parker (1978) nomeia o lazer fora do espaço de tempo das 24 horas do dia, então o autor exclui de lazer as horas utilizadas pelo indivíduo para as atividades fisiológicas (repouso, alimentação, trabalho, etc.) necessárias à sobrevivência do homem.

Uma compreensão adequada de lazer exige que seja considerada tanto a sua dimensão de tempo de que se dispõe para o lazer que determina o que pode ser feito neste período – se é possível somente inserir um breve intervalo em um horário sobrecarregado, ou empreender um longo processo de aquisição de nova habilidade lúdica, tal como tocar um instrumento musical ou viajar para alguma parte distante.

Referindo-se ao pesquisador americano Max Kaplan e suas observações sobre o lazer, Parker (1978) sugere que qualquer fenômeno ou qualquer outra atividade específica, com dimensões de autonomia e liberdade, pode configurar a base para o lazer, do qual alguns elementos básicos são antítese a labor, enquanto função econômica, um mínimo de compromissos sociais impostos, uma percepção psicológica de liberdade, um âmbito que vai da inconsequência e do descaso à seriedade e importância, frequentemente caracterizado por um aspecto lúdico e de lembranças agradáveis.



O lazer é a oposição ao trabalho, mas pode ser uma atividade de complemento do trabalho, tornando-se fonte de auto realização e prazer. (KAPLAN, 1960). Kaplan sugere alguns questionamentos: as pessoas são o interesse principal da atividade do lazer? Qual a importância das regras da atividade? O indivíduo vai à busca da experiência ou o mundo vai a ele?

Portanto, diante dessa apresentação, o artigo tem como objetivo analisar as funções ou propósitos atendidos pelo lazer, tanto para o próprio indivíduo como para a sociedade da qual este faz parte.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de revisão sistemática, descritiva e reflexiva. As fontes bibliográficas são artigos, livros, dissertações e apresentações em congressos que abordem o lazer na formação social. Na análise de dados surgem três categorias descritas no próximo tópico.


O LAZER NA FORMAÇÃO SOCIAL

Reflexões sobre trabalho e lazer

Antes do período industrial, o homem habitava pequenas comunidades rurais e trabalhava como empregado em serviços agrícolas. Não existiam limites físicos entre a produção de bens e a casa do trabalhador, muito do que era produzido acontecia no interior das habitações. Trabalho e diversão estavam interligados, sem uma dicotomia clara entre tempo e espaço, para viver era preciso produzir (vestuário, alimentos, entre outros). (DIAS, 2018).

A formação e consolidação da indústria desloca o homem das comunidades rurais para a cidade. Postos de trabalhos foram criados, cada vez mais o homem se consolida como um trabalhador de uma indústria ou fábrica de uma grande ou média cidade. Na busca de habitar um lugar o mais próximo do local de trabalho o homem criou os adensamentos populacionais, também o consumo de bens e serviços, deixando para trás os benefícios tradicionalmente vivenciados no campo. (DIAS, 2018).

A Revolução Industrial consolida o trabalho como uma função inerente do ser humano, desse modo o homem se percebe como um ser social, coletivo e político, com ações individualistas para um bem maior do sistema econômico a sociedade. (BARBOSA; SILVA, 2011). Portanto, o trabalho é uma ação humana e o resultado do trabalho não é do homem. Assim, a vida do homem se divide em sacrifício (trabalho expropriado) e a redenção (lazer). (AMORIM, 2010, p. 31).



Como reconhecimento de atividade o lazer alcançou *status* a partir do século XIX, com discussões no continente europeu sobre o ócio. Os estudos avançam no século XX, além dos limites do continente europeu e dos sistemas econômicos. Alguns marcadores foram colocados em pauta, por Barbosa e Silva (2011), sobre o lazer:

- Entre 1924 e 1964, nos países socialistas da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) os trabalhadores participavam mais de atividades artísticas e intelectuais do que os trabalhadores franceses e americanos;

- Em 1930, inicia a escalada industrial na fabricação de televisores, primeiro na Alemanha, Estados Unidos da América (EUA) e União Soviética, chegando em 1950 ao Brasil. De forma democrática, os televisores adentram aos lares nas diferentes camadas sociais, com conteúdos artísticos e culturais, e também com os reclames publicitários dos patrocinadores;

- Entre 1955 e 1965, pesquisas francesas apresentam o aumento do tempo livre entre os trabalhadores ocasionando um maior número de atividades voltadas para o lazer;


- Em 1965, a facilidade de descolamento com o uso dos automóveis facilitou as atividades de lazer. Nesse período, 50% da população tinha um automóvel;

- Em 1972, foi lançado o primeiro jogo eletrônico chamado *Pong* pela empresa *Atari*. Atualmente, existem várias máquinas de jogos como as comerciais *ârcades* (fliperama) e as domésticas e populares *consoles* (videogame).

Um dos primeiros encontros acadêmicos para discussão e apresentação de pesquisas sobre lazer foi a 7ª Conferência *Past and Present.*, a conferência aconteceu na cidade de Londres em 1964. O artigo apresentado na conferência pelo historiador Keith Thomas é um marco na pesquisa historiográfica e na própria historiografia do lazer. (DIAS, 2018).

O artigo apresentado por Thomas abordava aspectos antropológicos relativos às sociedades tradicionais dos ilhéus de *Trombiant* aos *Maori* da Nova Zelândia, as sociedades denominada mais “primitivas” não estabelecem uma divisão entre trabalho e lazer. Assim como a sociedade do povo *Dogon*, da etnia *Mali*, da África Central, que utilizam a mesma palavra para o cultivo da terra e as danças religiosas estabelecendo que as duas atividades sejam extremamente importantes para o povo. O pesquisador não conseguiu distinguir onde se inicia e onde termina - o trabalho e o lazer - para estas sociedades. (DIAS, 2018).

Thomas conclui que o trabalho e o lazer se relacionam da mesma forma como estão organizadas as sociedades. As sociedades “primitivas” vivem no período pré-industrial onde



não existe separação entre trabalho e lazer, já as sociedades pós-industrialização existe claramente a separação entre trabalho e lazer, “o lazer possui traços específicos, característicos da civilização nascida da Revolução Industrial”. (DUMAZEDIER, 1999, 26).

A evolução das atividades de lazer e ócio

As atividades de lazer evoluem conforme a sociedade se estabelece, cresce e aperfeiçoa os códigos sociais e morais.


No texto produzido por Rocha e Oliveira (2018), a partir da entrevista com o professor Luiz Octávio de Lima Camargo um estudioso sobre lazer, educação, turismo e animação sociocultural, o entrevistado apresenta algumas considerações sobre lazer. O entrevistado afirma que existia lazer nas sociedades gregas antigas a chamada *skolé* grega, um tempo utilizado para exprimir suas preferências pessoais. O lazer aparecia nas comunidades rurais na forma de trabalhos artesanais.

A expressão lazer, como utilizada no mundo contemporâneo, surge como tempo livre após a industrialização, utilizada pelos barões da indústria americana para quem o não - trabalho era para ser mostrado com um consumo ostentatório da sua condição social privilegiada de classe dominante. (ROCHA; OLIVEIRA, 2018).

Importante citar e apresentar a linha de tempo construída por Lopes (2008) sobre lazer e ócio, um levantamento bibliográfico da obra de vários autores realizado para fornecer a evolução do tema numa visão diacrônica contemporânea. A seguir, algumas observações importantes por década realizada por (LOPES, 2008):

Entre as décadas de 60 e 70, o lazer é visto como o contrário de trabalho, momentos de simples ócio, se estabelecendo como períodos de descanso, encontros sociais, momentos educativos e de cultura, tempo livre e de diversão, um estilo de vida construído a partir do contexto social.

Na década de 80, o lazer ou ócio ganha subdivisões: ócio formação (atividades culturais e artísticas, enriquecimento espiritual); ócio entretenimento (distração, passatempo ou diversão); ócio descanso (aspectos físico, mental e espiritual); ócio do aborrecimento (mau aproveitamento do tempo livre); ócio do consumo (para ter lazer é preciso consumir). Neste período surgem os sofrimentos mentais como a depressão, a insegurança resultado da violência urbana e o consumo das drogas ilícitas.



Nos anos 90, o ócio apresenta três perspectivas: ócio – tempo livre (hábitos socioculturais); ócio – expansão cultural/aprendizado; ócio – tempo livre (diminuir a passividade e a alienação humana). Outras atividades estão relacionadas ao lazer nesta época como a educação para à saúde, alimentação saudável, sexo seguro, atividades solidárias, atividades de cunho social, cultural e educativo.

Na década 2000, o lazer está associado às desigualdades, diferenças e desconectados. O homem interpreta o ócio como sinônimo de ociosidade, uma atividade negativa que precisa ser corrigida com programas de educação. O lazer assume cinco dimensões: lazer – tempo; lazer – atividade; lazer – estado; lazer – um todo; lazer – modo de vida. Aparece a negação que lazer é sinônimo de consumismo, lazer e um meio de energização e de interação humana com atividades lúdicas e educativas.


Lazer e recreação

A recreação é o termo mais indicado para àqueles que desaprovam o lazer inútil ou dissipado, uma atitude sem dúvida bem retratada na expressão recreação sadia. Todavia, é também elemento que tem levado muitos estudiosos a comparar a recreação ao lazer.

Para Paiva (1995), estudos que estabelecem a relação entre o turismo e o lazer enfatizam o segundo como elemento dinâmico do desenvolvimento cultural, desempenhando funções essenciais nas estruturas físicas e psíquicas dos indivíduos, como um exercício de liberdade e criatividade e, em nível coletivo, como fator de integração social. Entretanto, em contrapartida, a mercantilização do lazer por via do turismo, através da oferta de produtos massificantes, pode levar a recreação a se transformar em fator alienante e de desagregação social.

De sua parte, o alemão Karl Marx considera algures o trabalho como a necessidade primeira do homem, especificando, no entanto, que apenas a apropriação coletiva da máquina possibilitará a conquista de tempo livre, que findará por humanizar o trabalho. (SANTOS *et al.*, 2016).

De acordo com Andrade (2021), Marx acrescenta que o trabalho é um processo do qual participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla o intercambio do material com a natureza. Destarte operando sobre a natureza externa e a modificando, entrementes modifica a própria ontologia. Já para o filósofo francês Auguste Comte, posto que em posição diversa a Marx quanto à sociedade futura, atribuí a mesma importância à conquista do lazer pelo progresso técnico e emancipação social. (BOVO; MARTINS, 2016).



O jornalista franco-cubano Paul Lafargue escreve, em 1880, o livro *O Direito à Preguiça*, denunciando a "santificação" do trabalho por escritores, economistas e moralistas. À época, os trabalhadores parisienses trabalhavam 12 ou 13 horas por dia, chegando muitas vezes a jornadas diárias de 15 a 17 horas. (SANTOS *et al.*, 2016).

Os trabalhadores tinham uma paixão obsessiva pelo trabalho, convencidos dos benefícios do mesmo como uma atividade enobrecedora e dignificante, alienados ao prejuízo físico e mental, causado pelo sofrimento e miséria para as massas trabalhadoras.

Uma estranha loucura dominou as classes operárias das nações onde reina a civilização capitalista. Essa loucura traz como consequência misérias individuais e sociais que há séculos torturam a triste humanidade. Essa loucura é o amor ao trabalho, à paixão moribunda que absorve as forças vitais do indivíduo e de sua parte até o esgotamento. (LAFARGUE, 2003, p. 19).

No mundo contemporâneo as atividades profissionais exigem dos trabalhadores envolvimento pessoal e intensidade na produção, em um mundo globalizado e tecnológico cada vez mais os postos de trabalho são extintos, exigindo do ponto de vista humano, como meta de vida, o emprego estável. Os desgastes frente às novas exigências no campo do trabalho fazem com que o indivíduo busque por atividades diferentes daquelas realizadas rotineiramente, garantindo a recuperação das energias.

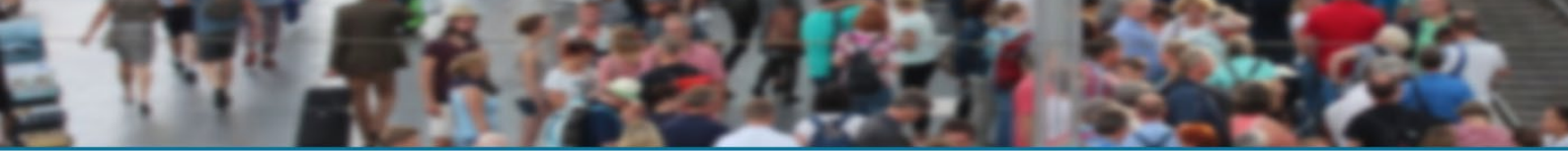
Para Santos *et al.* (2016, *apud* Castro, 2002), as atividades realizadas entre as jornadas de trabalho, denominadas tempo de lazer ou tempo de ócio, consistem em isenção de *labor*. Como exemplo podemos citar o futebol, para poucos uma atividade laboral que gera subsistência e para muitos uma atividade de lazer que gera diversão.

O filósofo Joffre Dumazedier (1973) afirma que:

[...] qualquer que seja as funções do lazer ele é inicialmente, liberação e prazer. Mas as funções mais importantes são: a) as de descanso ou repouso, b) as de diversão, recreação e entretenimento, c) função de desenvolvimento da personalidade ou de enriquecimento de seus conhecimentos e de sua participação social.

Destarte, Santos *et al.* (2016, p. 63-64), a partir das reflexões de Dumazedier (1973), analisa as funções do lazer esboçadas pelo filósofo:

- 1) Descanso: recuperação, libertação da fadiga, reparação das deteriorações físicas ou nervosas provocadas pelas tensões consecutivas ao exercício das obrigações e, em modo particular, do trabalho;
- 2) Divertimento: libertação da fadiga e do tédio por meio de atividades reais e fictícias. Entre as atividades reais, podem-se citar viagens, jogos e esportes. Quanto às atividades fictícias promovem identificação e projeção como recurso à vida imaginária. Entre elas estão à participação em espetáculos de teatro e de cinema, ou até mesmo leitura de romances;
- 3) Desenvolvimento da personalidade: o lazer promove a integração voluntária na vida de agrupamentos recreativos, culturais, sociais, donde advém a adoção de



atitudes ativas no emprego das diferentes fontes de informação, tais como: imprensa, cinema, rádio, televisão e *internet*.

O autor ainda agrupa e sugere algumas atividades de lazer, chamando atenção que algumas destas atividades estão atreladas ao controle social e a coerção (esportes e turismo), fugindo do estereótipo que lazer é um estado de total liberdade. As atividades assim nomeadas são:

- a) cinema, teatro, *shows*, concertos, óperas;
- b) jogos esportivos, ginástica;
- c) cursos, conferências, *workshops*;
- d) TV, *internet*;
- e) passeio em *shopping centers*;
- f) frequências a bares, restaurantes;
- g) visita a museus, exposições, parentes, amigos;
- h) viagens;
- i) associações literárias, musicais, de jogos, de esporte, de pesca. (SANTOS *et al.* 2016, p. 64).


O espaço onde acontece o lazer é o espaço social, onde se desenvolvem atividades distintas de cunho interacional entre os seres humanos. O homem trabalha para sobreviver e busca descansar, intercalando os períodos de labor com períodos de divertimento e desenvolvimento. Para Parker (1978), o lazer não pode ser configurado somente como tempo livre, para usufruir é preciso ter uma fonte financeira para atender suas necessidades. Sem uma perspectiva financeira segura, ao se aposentar e aproveitar o tempo livre, o indivíduo vê os planos de vida frustram-se e transformarem-se em sentimento de pauperização.

Dumazedier (1974) refere que são necessários quatro propriedades para uma atividade ser nomeada lazer, em uma relação entre as obrigações impostas por instituições e às necessidades do indivíduo, são elas:

Caráter Liberatório – a escolha livre de uma atividade de lazer. Implica liberdade total ou a liberação de obrigações, considerada pelo autor de obrigações primárias. As organizações constituídas possuem obrigações interpessoais, exemplo como a família, grupo de escoteiros, igrejas, etc., que possuem regras a serem seguidas;

Caráter Desinteressado – o lazer não possui encargos financeiros ou fins lucrativos, pode ser um jogo, uma feira, uma atividade artística, física ou intelectual.

Caráter Hedonístico – o lazer tem que garantir prazer ao indivíduo, felicidade e satisfação. Tem caráter libertador.



Caráter Pessoal – é a manifestação do indivíduo quanto ao alcance da redução e eliminação do cansaço, estresse e tédio, consequência das obrigações das instituições do trabalho e da sociedade.

A luz da reflexão dos pesquisadores, o lazer carrega as marcas culturais de uma sociedade, inserido em tempo e espaço, sem ser estático, sofre mudanças e movimentos constantes causados pelos indivíduos e as normas sociais. (SILVA, 2017).

A formação social, influenciado pelo lazer, também produz aspectos culturais que alteram os valores culturais pré-existente. O lazer como processo artístico e educativo contribui para a formação do indivíduo crítico e evoluído socialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O lazer exerce importante papel na formação social do indivíduo e da sociedade.

Nas sociedades primitivas não existe uma separação entre lazer e trabalho, pois ambas são atividades que se complementam e importantes para os grupos sociais. Nas sociedades industrializadas, formadas pós a Revolução Industrial, o lazer possui aspectos referentes ao ócio, a diversão, o descanso o divertimento e o crescimento educacional/artístico.

Apesar da dificuldade dos estudiosos em conceituar o termo lazer, as leituras realizadas para aprofundar nosso conhecimento sobre o problema de pesquisa nos apresenta as expectativas do homem contemporâneo para alcançar o lazer: um trabalho estável, com remuneração financeira adequada e com períodos de descanso que recarregue suas energias para prosseguir na produção das atividades laborais.

O mesmo homem contemporâneo almeja se aposentar e manter um padrão financeiro que atenda suas necessidades e lhe possibilite o lazer. Entretanto, após um longo período de trabalho, muitas vezes com horas excedentes e uma baixa remuneração, o homem se frustra em suas expectativas e o que lhe espera são as frustrações e o empobrecimento.

Estudos são importantes para apontar os pontos que possam ser abordados para favorecer e atender os anseios do trabalhador durante e pós a jornada laboral.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Marcos Vinícius Lima de. **Indefinições conceituais do lazer: problema científico ou ideológico estrutural do trabalho?** 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Centro de Desportos, Universidade

Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/190381/MarcusViniciusLimaAmorim.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 set. 2021.

ANDRADE, A. R. A América Latina e o imperialismo ecológico: contribuições a partir de Marx. COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO 2021, ago. 2021, [Niterói, RJ]. [Mesa Coordenada]. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-MARX). 2021. Disponível em: https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2021/Anais_MM2021/MC1_4.pdf. Acesso em: 28 set. 2021.

BARBOSA, T. P.; SILVA, O. V. Origens e significados do lazer. **Revista Científica Eletrônica de Turismo**, Rio das Graças, ano VIII, n. 14, 2011. Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/S8APKY2XpWzS5yC_2013-5-23-16-28-57.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

BOVO, M. C.; MARTINS, P. H. B. Espaço público e lazer: retrato dos usuários da área externa do Parque do Ingá, Maringá, Brasil. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 325-353, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/19472/19570>. Acesso em: 18 set. 2021.

CASTRO, C. A. P. **Sociologia aplicada ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2002.

DIAS, C. História e historiografia do lazer. **Recorde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p.1-26, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/viewFile/17878/10833>. Acesso em: 20 set. 2021.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectivas, 1973.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectivas, 1974.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva/SESC, 1999.

LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. Tradução Otto Lamy de Correa. São Paulo: Claridade, 2003.


LOPES, M. S. Lazer/ócio, teatro e animação sociocultural. **Lícere**, Belo Horizonte, v. 11, p. 1-2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/914/710>. Acesso em: 20 set. 2021.

KAPLAN, M. **Leisure in América: a social inquiry**. New York: John Wiley & Sons, 1960.

OLIVEIRA, Tânia Peres de. **A outra face: uma representação sobre lazer noturno na Avenida Tiradentes em Maringá, PR**. 2017 Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2017.

PAIVA, M. G. M. V. **Sociologia do turismo**. Campinas: Papirus, 1995.

PARKER, S. **A sociologia do lazer**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.



PINHEIRO, F. F. Direito tributário. **Blog Conteúdo Jurídico**, 2021. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigo/56067/o-direito-fundamental-ao-lazer-nas-relaes-de-trabalho-e-a-dignidade-da-pessoa-humana>. Acesso em: 20 set. 2021.

POLATO, T.H. P. Lazer e trabalho: reflexões a partir da ontologia do ser social. **Motrivivência**, Florianópolis, ano XV, n. 20-21, p. 139-162, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/917>. Acesso em: 18 ago. 2021.

ROCHA, P. G.; OLIVEIRA, R. C. S. Entrevista com Luiz Octávio de Lima Camargo: diálogos com a sua obra. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 5, n.2, p. 143-160, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/610>. Acesso em: 18 ago. 2021.

SANTOS, A. M.; SIVA E.; BAADE, J. H. AMORIM, W. L. Turismo e lazer na era do conhecimento. **R. Intelig. Compet.**, Santana de Parnaíba, v. 6, n. 1, p. 48-77, 2016. Disponível em: <https://silo.tips/download/turismo-e-lazer-na-era-do-conhecimento-resumo>. Acesso em: 20 set. 2021.

SILVA, M. S. A formação profissional e o lazer: questões e enfoques. **Revista Brasileira de Estudos de Lazer**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p 38-56, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/574/392>. Acesso em: 20 ago. 2021.

CAPÍTULO 24

O CICLO “PARADA DE DEUS” DE MARIA ALICE BARROSO: ANÁLISE DOS PERFIS FEMININOS DE CINCO ROMANCES REGIONALISTAS FLUMINENSES DE AUTORIA FEMININA

Ana Lúcia Lima da Costa Schmidt
Camila Soreano da Silva Oliveira
Ester Portugal da Silva Rocha
Gabriella de Mello Fíngolo
Sarah Maria Augusta Teixeira
Sarah Ramos de Souza

RESUMO


Este texto procura apresentar perfis femininos de cinco romances da escritora fluminense Maria Alice Barroso pertencentes ao “ciclo Parada de Deus”. Este ciclo tem esse nome pois todos os cinco romances se passam no chão ficcional da cidade de Parada de Deus, um lugar recheado de coronéis e capitães sem patente, porém com muito poder. O universo trazido por Maria Alice Barroso em seu ciclo regionalista é povoado por mulheres de diferentes comportamentos e visões da vida e vão desde donas de casa recatadas a mulheres à frente do seu tempo passando pela vida das prostitutas e esposas de coronéis. A própria autora, por entrar nesse universo regionalista, inspirada pelas histórias de sua cidade natal, sofreu perseguições pelas coincidências de alguns fatos narrados com as histórias de coronéis e capitães de Parada de Deus.

PALAVRAS-CHAVE: romances regionalistas; coronelismo; perfis femininos.

INTRODUÇÃO

A produção literária da escritora fluminense Maria Alice Barroso começa em 1955 com a publicação do livro *Os Posseiros*, custeado pela escritora iniciante e que trata de um assunto bastante caro no momento de sua publicação: a luta pela terra e as questões de reforma agrária, o que levaria o seu livro para a Rússia, via Jorge Amado, onde ganharia uma tiragem de 600 mil exemplares com o título *No vale da Serra Alta*. Os anos 50, início da produção literária da autora, marca uma retração da ficção masculina e aumento de participação feminina. Essa oferta editorial vinha atender às aspirações de um público de mulheres satisfeitas por se verem reproduzidas e analisadas até o esgotamento em personagens construídas por representantes de seu próprio gênero.

Maria Alice Barroso tem uma produção literária que abrange 11 livros de ficção, dentre eles, destacaremos cinco que fazem parte do chamado “Ciclo Parada de Deus”, pois tem a cidade de Parada de Deus como chão ficcional. Este ciclo é, prioritariamente, povoado por



figuras masculinas fortes, como capitães e coronéis sem patente, mas como muito poder, pois se configura como romances regionalistas. Neste meio, porém, destacam-se algumas figuras femininas que, como a própria autora, se destacam por atitudes ora destemidas, ora submissas. O universo trazido por Maria Alice Barroso em seu ciclo regionalista é povoado por mulheres de diferentes comportamentos e visões da vida e vão desde donas de casa recatadas a mulheres à frente do seu tempo passando pela vida das prostitutas e esposas de coronéis.

O espaço histórico e social da pequena cidade do Noroeste Fluminense chamada Miracema influenciou, sim, na constituição e na construção de Parada de Deus uma vez que a mesma é sua cidade natal.

Além disso, a obra da autora é carregada de ideologia, desde o que era imposto pelos coronéis, como veremos logo abaixo, até as atitudes das mulheres citadas nos livros, por exemplo. Sua obra, então, pode-se dizer que tem um valor ideológico com aponta Fiorin (1993).

A esse conjunto de ideias, a essas representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens é o que comumente se chama ideologia. (FIORIN, 1993, p. 28)


O primeiro livro de que trata este texto foi publicado por Maria Alice Barroso em 1967 e ganhou o hoje extinto prêmio Walmap numa banca composta por Jorge Amado, Antônio Olinto e Guimarães Rosa. Estamos falando de *Um nome para matar*, livro que inaugura o chamado “Ciclo Parada de Deus” porque tem como chão ficcional a pequena cidade de Parada de Deus, na divisa com Várzea da Palma, em Minas Gerais e Santo Antônio do Pomba, no Noroeste do Estado do Rio de Janeiro.

O segundo livro do qual vamos tratar traz a história do coronel Pacífico de Moura Alves, o irmão do protagonista de todo o ciclo Parada de Deus, Oceano de Moura Alves, um coronel tirano e temido por todos na cidade.

O terceiro livro de que trata essa pesquisa é *O globo da morte: Divino das Flores*, publicado em 1981. Este livro desloca a ação do município de Parada de Deus para um de seus distritos: Divino das Flores e nos apresenta os rivais políticos dos Moura Alves, a família principal de Parada de Deus, apresentada aos leitores no primeiro livro do ciclo.

O quarto livro de que trataremos é, na verdade, cronologicamente falando, o primeiro do ciclo por trazer a figura de Chico das Lavras, o primeiro na genealogia dos “donos” de Parada de Deus.

O último livro de que trata este artigo também é o último livro do Ciclo Parada de Deus e recebeu o nome de *A morte do presidente ou*



A amiga de mamãe e foi publicado em 1994. Este livro, de título duplo, refere-se ao dia da morte do presidente Getúlio Vargas, mesmo dia escolhido por Maria Alice Barroso para terminar a vida do autoritário chefe político de Parada de Deus, Oceano de Moura Alves e a segunda parte do título faz referência à amiga de mamãe, que nesse caso é a personagem Leda de Freitas, uma carioca que faz amizade com Lygia Procópio Monteiro, uma mulher de Parada de Deus que não gostava da cidade pequena, queria viver na capital e se envolver na política.

Todos esses livros, publicados pela Record num período político turbulento, marca uma retração da ficção masculina e aumento de participação feminina. Essa oferta editorial vinha atender às aspirações de um público de mulheres satisfeitas por se verem reproduzidas e analisadas até o esgotamento em personagens construídas por representantes de seu próprio gênero.

De acordo com Wanderley (2011), em seu livro, no qual cataloga as escritoras brasileiras de 1964 até 2010, inúmeras foram as que despontaram, naquele período, no mercado editorial brasileiro. Um fenômeno que tem, em seus bastidores, todos os ensaios de revolução e transformação mencionados, além da revolução sexual, ainda não enfatizada, mas que já se prenunciava radical.


Um *laissez faire, laissez passer* sexual que abalou o edifício patriarcal secularmente alicerçado, propondo novos padrões para as relações entre os sexos, emolduradas por um estado de compromisso político na defesa da supressão da sociedade de classes pregado pelo marxismo, então em alta. (WANDERLEY, 2011, p. 24)

INICIANDO O “CICLO PARADA DE DEUS”: *UM NOME PARA MATAR*

Um nome para matar é o romance que inaugura o ciclo Parada de Deus e foi publicado em 1967. A história conta 150 anos de uma pequena cidade no interior fluminense, desde a sua fundação até a morte de seu principal personagem, Oceano de Moura Alves. Toda essa narrativa vai ser dividida em cinco livros, o que configura o caráter de ciclo.

Neste texto, de cerca de 600 páginas, vão ser apresentadas personagens que terão desdobramentos em outras histórias do ciclo.

Embora, como romances regionalistas as figuras masculinas sempre tenham destaque, ousamos escolher analisar as figuras femininas presentes no ciclo e, por tabela, analisar a própria criadora de tais perfis.



Um nome para matar conta, principalmente a história de Oceano de Moura Alves. Começaremos, portanto, analisando o perfil de sua esposa, assassinada no decorrer da trama por ciúmes do marido.

Maria Corina: personagem central da trama, com uma alma leve conquista todos que estão ao seu redor, causando estranheza em uma sociedade patriarcal e machista de uma localidade interiorana nos anos de 1930.

Segundo Maria Alice Barroso (p.63, 1981):

“D. Maria Corina tava de vestido de tafetá vermelho, com um decote muito grande e os braços de fora, uns braços muito roliços e amorenados, e não havia homem ali na sala que não estivesse olhando com maldade pra mulher do capitão.”

Uma grande característica da personagem é a de não ligar pela forma que os demais pensam a respeito de seu modo de agir, vivendo de forma espontânea sem se preocupar com as fofocas ao seu redor. Esse comportamento é apresentado logo que sua personagem é introduzida através de sua babá (p. 19): “Mas Maria Corina nunca ligou pros meus conselhos, ela sempre só fez rir, e dizer que eu era uma boba e não entendia nada.”

Este comportamento é observado através de suas roupas, por suas vestes livres dentro de sua residência, escandalizando ao povo retrógrado que ali vivia.


Maria Corina nos é apresentada como desde sempre controlada e vigiada pelo pai, sempre com a companhia da babá Carmosina. Seu romance com Oceano, que se torna um grande político da cidade devido a sua descendência dos Moura Alves, se inicia de forma rebelde e apaixonada entre os jovens, sendo no final o motivo de sua ruína. Maria Corina possuía a alma leve e divertida, encantando todos ao seu redor.

Carmosina: babá de Maria Corina, negra, conhece a menina desde o parto, vigiando-a e acompanhando-a por toda a sua vida. Percebe a verdadeira personalidade de Oceano desde o começo do relacionamento, tentando alertar a menina sobre o que havia observado.

Segundo Maria Alice Barroso (p. 19, 1981):

“- Eu sempre disse pra minha florzinha: siô Oceano traz a tempestade dentro dele, não vá se fiando naquela fala mansa, naquele jeito distraído de quem ainda não acordou, no fundo ele não perde nada, principalmente quando se trata docê.”

Carmosina fica ao longo da história alertando Maria Corina sobre o ciúme excessivo de seu esposo, comentário que em nenhum momento é levado a sério pela mesma. Segundo Maria Alice Barroso (p. 192, 1981): “-Cuidado com siô Oceano”, você falou, “esse homem tá tão doido que ontem de noite eu descobri que ele não dorme pra ficar olhando procê.”



Dona Paula: mãe de Oceano, Pacífico, Indinho, Dorotéia, Maria Piá, Luísa, esposa de Heleno. Com apenas 13 anos, após ter sido observada brincando e banhando-se nas águas do rio, foi raptada por seu primeiro marido e após ter ido contra o resgate realizado por seu pai, torna-se esposa de Heleno. Possui uma personalidade forte e determinada, sendo a última palavra de razão para os seus filhos. Ao longo da narrativa de sua história percebe que apanhou muito de seu primeiro marido, vestida de luto eterno após a morte do mesmo não por amor, mas pelo respeito que diz possuir pela pessoa pai de seus filhos e grande nome de Parada de Deus.

Segundo Maria Alice Barroso (p. 174, 1981):

“Ela jamais gostou do pai, seu ódio por ele era tão grande que, mesmo com toda a sua capacidade de fingir, ela não conseguia esconder esse ódio, e só o que a freava era o respeito que ele impunha. Era uma coisa que me agradava ver: o medo que o pai metia nela.”

Resolve se casar com o Capitão, mesmo os seus filhos sendo contra o relacionamento da mãe. Sente ciúmes do relacionamento amigável entre o Comandante e Maria Corina, principalmente após o episódio que a foto de Maria Corina cai da carteira e fica a vista de Dona Paula. Segundo Maria Alice Barroso (p. 365, 1981):

“Acho que só uma pessoa pode salvar D. Maria Corina, mas essa não vai mexer um dedinho pela nora: é que D. Paula acha que também foi D. Maria Corina quem botou a perder o casamento dela com o comandante...”


Paula Moura Alves repudia o comportamento de sua nora Maria Corina devido a personalidade contraditória do modo recatado e tradicionalista pelo o qual foi criada e criou os seus filhos.

Luísa: também filha de Dona Paula, não aparece muito na história, sendo difícil saber ao certo seus principais traços de personalidade. O que se sabe é que o seu traço singular é ser amante de cavalos, o que é apontado sempre que se fala na mesma, segundo Maria Alice Barroso (p. 314, 1981):

“(...) quanto a Luísa, é metade humana metade equina: vive enganchada em cima de um cavalo, Paula passa dias e dias sem botar os olhos na filha, que vive mais em Santo André (...) tomando conta de sua criação ou caçando e pescando, como um homem, do que qualquer outra coisa.”

Dorotéia: filha mais velha de Dona Paula e irmã de Oceano, seu relacionamento com a mãe nunca foi bom. Sempre seu deu melhor com o pai, sendo considerada amiga do mesmo. Sua mãe sobre sua postura perante a mesma após a morte do pai (p. 132, 1981):

“E no fundo sei que Dorotéia não me perdoa, a mim, de ter ficado viva depois do seu pai ter morrido: acho que ela esperava ou achava que eu devia me matar, um minuto depois do finado ter fechado os olhos (...)”



Nunca aceitou o comportamento da cunhada, tentando alertar a Oceano sobre a postura da mesma.

Maria Pia: conhecida como a filha “doentinha”, passa a vida inteira presa dentro de um quarto devido aos seus surtos e comportamento. Se dava bem com a cunhada, Maria Corina, visto que a mesma tinha jeito e delicadeza para lidar com Maria Piá, entendendo o seu comportamento. É descrita pelo capitão como:

“(...) a Pia, como todos a chamam, ou ainda a “doentinha”, nome carinhoso que o pai lhe dava: é uma louca mansa, embora arreganhe os dentes, como faria animal desconfiado, quando surge alguém que ela não conhece em seu quarto (...)”

O SEGUNDO LIVRO DO “CICLO”: *QUEM MATOU PACÍFICO?*

A obra “Quem matou Pacífico?” (1969) é considerada por alguns críticos como novela. Tal ideia é estabelecida quando comparada aos demais títulos do “Ciclo Parada de Deus”, sendo este menor em número de páginas. Para além disso, tem a mesma característica de um romance, por isso, intitularemos o texto aqui de romance, como os demais do ciclo em análise.


Essa obra, posteriormente virou filme do cinema nacional estrelado por Jece Valadão, Kátia D’Ângelo, Roberto Bonfim e outras artistas do cinema daquele tempo.

Este texto é notado como o primeiro romance policial brasileiro ambientado em meio rural e fora também traduzido para o idioma holandês sob o título “Wie vermoord de Pacífico?” no ano de 1995. É válido ressaltar que por ser o primeiro romance policial brasileiro ambientado na província destaca Hélio Pólvora no prefácio da 3ª edição da obra:

O mais certo seria considerar-se um gênero de literatura policial bem definido, e os elementos de ficção policial que se espriam pelo sistema sanguíneo da ficção em geral. A fronteira exata seria medida pelo ângulo de visão do romancista, pela sua capacidade ou propósito de equiparar o jogo aos problemas universais da condição humana. Nesse caso, as convenções menores de *Quem Matou Pacífico?*, forçadas pela fidelidade a um gênero popular se diluem no quadro mais amplo de uma ficção, a brasileira, atenta a vários desdobramentos que partem da novelística regional. Surpreendentemente, este novo romance de Maria Alice tem as suas raízes na terra: é um ensaio sobre o patriarcalismo fluminense – e Tônico Arzão, o delegado de perna de pau, êmulo subdesenvolvido de Poirot, é seu sociólogo. (POLVORA, 1978, p. 8)

Observa o romance, especificamente, a exposição do crime acontecido no cemitério de Parada de Deus para onde estava Pacífico de Moura Alves, irmão de Oceano e dono da Fazenda Santana. Este, vivia um romance com Luzia, a filha do coveiro, que morava no cemitério.

Após o assassinato do coronel Pacífico, a história começa a demonstrar uma relação com à moda de Conan Doyle, onde o delegado perneta, o famoso Tônico Arzão, vai à procura,




por meios nada tradicionais, desvendar o mistério do possível assassino de Pacífico. Diante disso, aponta Schmidt (2019):

Com a intenção de reforçar essa dúvida em relação à descoberta do autor do crime, a narrativa é constituída por comentários de todos os intérpretes envolvidos no enigma, até que Tônico Arzão, contando com a ajuda de sua falecida mulher, através de sonhos, focaliza sua suspeita em uma personagem. (SCHMIDT, 2019, p. 53)

Os municípios do interior são sempre apresentados pelos mesmos sinônimos. Lugarzinho de paz, pureza e tradicionalismo. É neste cenário que cada munícipe desenvolve sua história e estes a compartilham entre si. Além disso, existem muitos segredos e mistérios a serem revelados. Há os bem vistos pela sociedade e aqueles que já foram estigmatizados por aquilo que somente o homem consegue ver, porém, nunca compreender. É neste espaço cheio de curiosidades que passa a narrativa em voga.

Existia há alguns anos atrás uma cidadezinha no interior do Rio de Janeiro nomeada Parada de Deus. O lugarejo era um espaço de muito entusiasmo, religiosidade e doutrinas. Neste contexto, acaba de se instalar o jovem piloto Roberto Santos, apelidado por Beto, que nunca poderia imaginar que aquele lugarzinho, chamado por ele de “encrenca de mil demônios”, daria uma reviravolta em sua vida e viveria um verdadeiro romance. Após alguns dias no novo lugar, o rapaz já havia sido envolvido pela beleza da jovem Luzia, ao vê-la cavalgar pela noite na Linha – rua que acolhia os bordéis de Parada de Deus – assim, fora impossível não se entregar à paixão. No entanto, Beto jamais pudera imaginar que o coração da moça era dado a vários homens. Luzia, que era filha de Abigail, já falecida e Joãozão, o estranho coveiro da cidade, já tinha se deitado com muitos rapazes na cidade, deixando-os apaixonados. Beto, o piloto, o francês, Doutor Pierre – rapaz civilizado e que acreditava que a moça era merecedora de todo amor e admiração, como uma virgem, e Pacífico, coronel casado com Idalina, o qual acabara por apaixonar-se pela menina e pronto a colocar sua esposa para fora e nomeá-la dona do casarão. Todos vão disputar o coração da jovem. Mas o que ninguém esperava acontece: um terrível assassinato. Pacífico é morto na subida da casa de Luzia, que ficava no cemitério de Parada de Deus. Muitas são as suspeitas, dentre tantas, os três amantes, e pasmem, até Péla-égua, que escondia uma paixão aguda por Luzia. Péla é filho de Maria Rezadeira com Pacífico, que nunca fora reconhecido e aceito pelo pai.

O delegado da cidade, Tônico Arzão, sob o auxílio da família Moura Alves, arquiteta um plano para que o grande mistério seja desvendado. Para o espanto de toda a população de Parada de Deus, na reconstituição em pleno cemitério da cidade, fora descoberto que a própria mulher de Pacífico o tinha matado. Isso se deu, pois ela escutava o esposo gabando-se por seu



romance escondido com Luzia, além de seu desejo de colocá-la para fora do casão e fazer da jovem, dona de toda propriedade e de seu amor.

Ao longo da história, é possível destacar a presença de figuras femininas. Logo nas primeiras linhas do texto, e também, merecedora de toda atenção, é apresentada a moça **Luzia**. Esta, que também era filha do coveiro de Parada de Deus, o senhor Joãozão, e sua mãe Abigail. O casal tinha se conhecido na Linha que era onde ficava a casa das prostitutas, onde a mãe de Luzia, costumava ficar. Logo após dar à luz à sua filha, a mulher faleceu e seu pai jamais se casara novamente; dedicando-se inteiramente a cuidar das lápides do cemitério, tomar suas bebidas, mas nunca olhar cuidadosamente para sua filha.

A jovem Luzia era um encanto de menina. Como a trama bem a apresenta, era de deixar os rapazes da cidade de “beijo caído.” Moça branca, ruiva, corpo perfeito e dona de vários amores. Muito nova, a menina já se deitara com seu irmão de criação, Péla-égua.

Foi aí que vi Luzia, montada num lindo cavalo branco, os cabelos ruivos soltos, muito apumada na sela, por Deus que parecia uma irlandesa, dessas que a gente vê nos filmes de cinema. (BARROSO, 1978, p. 9)


No desenrolar da trama, a menina vive muitos romances. Sem temor da vida ou do que as pessoas poderiam pensar, Luzia deixa, dos mais novos aos mais velhos, perdidamente apaixonados.

Apesar de ficar apaixonada pelo jovem piloto, carregava dentro de si o enorme desejo de crescer na vida e ser dona das terras de Pacífico. Com muita saudade da mãe e faltosa dos afetos do pai, Luzia jamais se importara com os pensamentos e comentários da pequena Parada de Deus. Como aponta a autora: “Essa Luiza não ligava para o azar, fazendo suas farrinhas, desse lá no que desse, e o povo que se danasse a falar dela. (BARROSO, 1978, p. 9)

Como anteriormente citado, Luzia tinha um amigo-irmão apelidado por Péla-égua. O menino era filho de **Maria-Rezadeira**, uma das figuras de suma relevância na história. A mulher sempre teve um viver muito triste e de grandes dificuldades. Desde pequena já trabalhava para ajudar sua família na vargem de arroz e quando mais necessitou de amparo fora deixada por estes.

Mocinha negra e de bons modos. Mesmo magrinha, já ia para roça com meus irmãos e meus pais, guentando passar os dias com as pernas metidas na vargem de arroz, um soleirão do capeta queimando a cabeça e colhendo café. (BARROSO, 1978, p. 54)

Quando ainda jovem, mulher negra e com corpo magro de moça, ainda com toda inocência no coração e mente, acabou por entregar-se ao Pacífico de Moura Alves – que adorava aproveitar-se das negrinhas da fazenda. Neste romance onde ambos só estiveram juntos uma



vez, Maria-Rezadeira, ficou grávida do homem e desenvolveu uma paixão que nunca fora revelada, e por isso, foi colocada para fora de casa.

Ai, meu Deus, que perdição foi a minha: o Zé já tava na barriga e eu ainda queimava de paixão, um fogaréu nas entranhas [...] Eu demudei como da água pro vinho, meus pais me tocaram pra fora de casa quando deram tento na minha barriga crescendo, e daí eu vivi excomungada. (BARROSO, 1978, p. 57)

Maria, que somente após um tempo passou a ser chamada rezadeira, era uma mulher muito religiosa e espiritualizada. Esta, tinha aprendido a crer no Espiritismo junto com o pai Tomás – que era seu fiel confidente e amigo. Fora que ele que tinha passado todos os ensinamentos acerca da cultura e crença e mesmo após sua morte física, Maria, que agora era, Rezadeira, podia o sentir e comunicar-se. E assim, devota em suas crenças e proteções, Maria-Rezadeira viveu toda sua vida de forma muito simples junto com seu filho, Péla-égua, que era carinhosamente chamado de Zé, apenas por ela. Em uma casinha de barro e sapê de só um cômodo, jamais deixou de amar secretamente Pacífico, apesar de todo desprezo dado a esta e seu querido Zé.


A família Moura Alves também tinha sua matriarca. Apesar de aparecer pouquíssimo na obra, **D. Paula** era uma viúva demasiadamente respeitada por seus filhos, mas que não tinha muito gosto da ideia de seu filho Pacífico ter se casado com umas das negrinhas da fazenda: a **Idalina**. A senhora jamais tinha visto a nora e mantinha em algumas partes da trama uma forma áspera e objetiva de pensar e se comunicar, conforme destaca a narradora. “Apesar de D. Paula não ter querido conhecer o pretume de que ela tem...” (BARROSO, p. 61)

Como já dito em linhas acima, Pacífico Moura Alves, quando ainda moço, não conseguia negar sua queda por mulheres de cor negra. Por isso, vivia por observar a fazenda em buscar de satisfazer-se. Mas, houve uma mulher que se entregou tão fácil. Esta, conseguiu que ele cassasse com ela para tê-la em seus braços.

O nome da “felizarda” era Idalina. Mulher de pele negra somente depois de padre, papéis e vestido branco, deixou que Moura Alves tocasse em seu corpo.

... a gente só viu o vestido branco, comprido, arrastando a cauda de cetim, que o resto do corpo era do pretume da noite em volta de nós: depois foi o padre... (BARROSO, 1978, p. 62)

No entanto o conto de fadas da menina durou pouco tempo. A moça levava uma vida triste dentro daquele casarão. Ninguém podia vê-la. Os burburinhos na cidade eram apenas esses. Todos os anos Idalina dava ao Pacífico um novo herdeiro, mas o carinho do marido não tivera jamais. Quando chegavam as visitas, rapidamente o homem dava um jeito de escondê-la dos olhares. Esses eram os dias e a triste vida da pobre mulher.



Por daí em diante a gente quase não botou os olhos na Idalina, coitada: até que uma vida igual a dela eu não tinha que invejar porque sempre foi triste por demais; presa dentro de casa, e as empregadas contavam pra nós que quando as visitas chegavam, a primeira coisa que —ele fazia era mandar ela pra cozinha. (BARROSO, 1978, p. 62)

Como se não bastasse toda essa situação, a triste mulher ainda tinha que conviver com a ciência de que os carinhos do amado eram dados todas as madrugadas à Luzia. Pacífico gostava de se gabar e no seu canto sempre partilhava com si próprio as noites com a moça e os planos de fazê-la sua esposa.

Com todo esse contexto de sofrimento, dia após dia, Idalina acabou envolvida pelo ódio pelo marido e sendo a responsável por sua morte, para a grande surpresa do povo. Agora, não bastante a vida de tristeza, acabaria presa na delegacia de Parada de Deus.

Toda a história é marcada por figuras femininas que foram vítimas de uma classe machista e um sistema que as rotulavam e excluía.

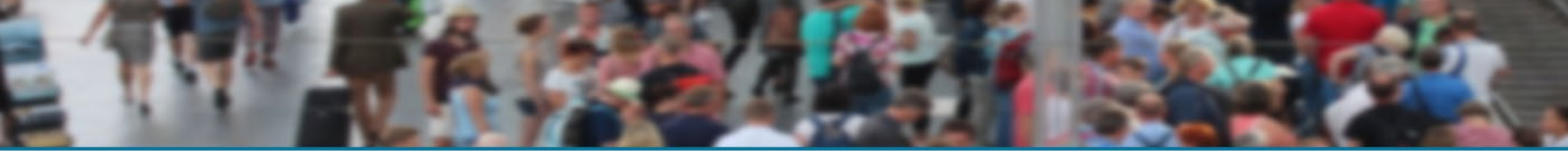
De uma lado Luzia, menina cheia de sonhos e de possibilidades, sendo diminuída pela vida que sua própria história a levou ter; Maria-Rezadeira, uma mulher que teve sua inocência roubada por um homem que não soube retribuir todo seu afeto e a fez ter um viver sofrido e de pobreza junto ao seu filho; D. Paula, dominada pelo preconceito e ego que rondava seu coração, deixou de desfrutar de momentos com a nora pelo simples detalhe da cor; por fim, Idalina, que fora humilhada por um homem e sujeita à uma vida de solidão por tentar com suas próprias mãos fazer justiça e alcançar a tão sonhada liberdade.

O GLOBO DA MORTE: DIVINO DAS FLORES E OS INIMIGOS POLÍTICOS DOS MOURA ALVES

O romance *O Globo da Morte: Divino das Flores* foi publicado no ano de 1981, e conta a história de inimizade política entre os Moura Alves e os Caetano de Melo – ambas famílias poderosas. O desenrolar da narrativa acontece no distrito de Parada de Deus, chamado Divino das Flores.

A história diz respeito à chegada do Grão-Circo Parlagrecco (um circo italiano) à Parada de Deus e à sua posterior expulsão, devido a um dos integrantes da equipe circense: Hans, o motociclista do globo da morte, que atraiu a atenção da mulher do prefeito, deixando o com ciúmes. Após o ocorrido, o circo se instala em Divino das flores.

O foco da narrativa não se encontra nas mulheres, mas a trama central foi causada por elas: o mesmo motociclista, Hans, envolveu-se com algumas mulheres casadas e na noite após a estreia do circo no distrito ele foi encontrado assassinado, ensanguentado e pendurado dentro



do globo da morte. Entretanto a investigação não obteve uma certeza a respeito do assassino, mas especulou-se que fora um dos maridos traídos em busca de vingança. O principal suspeito era Zeno, o mágico do circo e também hipnotizador, mas como não havia provas físicas os homens encarregados da investigação teorizaram que o homem havia hipnotizado alguém para que fizesse o trabalho sujo, tirando a culpa sobre si.

Após a morte do motociclista, o circo vai embora em busca de uma turnê que reparasse os prejuízos causados e acaba levando alguns cidadãos consigo.

Como já fora mencionado que a história não centraliza seu tema nas mulheres, ao longo da narrativa existem algumas que valem a pena ser mencionadas:

Aíá - Aíá “era uma bela mulher, quando caminhava tudo nela ondulava, como o mar, quando as ondas vêm e vão, iguais aos compassos de uma valsa [...] parecia uma verdadeira índia saída do mato” (BARROSO, 1981, p. 81 – modificado).


Ela era dona de cabelos pretos, pele morena, lábios carnudos e morenos. Possuía um andar arrastado e mole, com seus chinelos de liga, com completo desalento sobre a vida. Comportava-se de maneira estranha: sempre comia com as mãos, tomava banho apenas uma vez por semana e nunca usava sapatos; também estava sempre calada e optava por silenciar-se na maior parte das vezes, mesmo que isso a deixasse triste.

A moça era casada com Venâncio, o guarda-freios do trem, com quem casou-se poucas semanas após se conhecerem e sem trocar muitas palavras, e tinha três filhos. Ela não gostava da vida que levava, pois fingia que nada daquilo que estava ao seu redor a pertencia. Seu sonho mesmo era fugir para a cidade, principalmente para o Rio, com um homem que ela amasse.

Atraída por Hans, começou a envolver-se romanticamente com ele e também começou a trabalhar o circo como auxiliar de costura dos trajes para os espetáculos.

Assunta Perácio - era uma italiana grande, com corpo rijo, ossudo e quadrado, nariz comprido, cabelos pretos e ondulados, além de suas mãos ossudas. Era considerada uma “moça feia, desengonçada como uma locomotiva fora dos trilhos” (BARROSO, 1981, p. 56), e mesmo com essa aparência, atraía os homens por onde ela ia, e isso deixava seu marido furioso.

Por ter uma força equivalente à de seu marido, ela trabalhava com ele em uma ferraria. Ela era “valente no trabalho como um homem [...] fora criada tratando de cavalos, na cocheira de seu pai, também executando serviços de homem” (BARROSO, 1981, p. 55). O único



interesse de seu marido por ela fora a ajuda que ela daria na ferraria, pois sempre achara seu rosto feio.

Com a chegada do circo, ela acabou se sentindo atraída por Hans, e começou a embebedar o marido para encontrar-se com o motociclista.

Erna Parlagrecco - era uma mulher húngara, de pele branca e carnes gordas. Tinha cabelos loiros e cacheados; um rosto balofo e quase sempre pintado com violência; olhos esbugalhados; boca voraz, dentes pontiagudos e lábio inferior grosso; covinha no queixo. Ela exalava um odor de água de colônia e pelo de animal não lavado, o que permitia que ela fosse reconhecida, mesmo à distância. Erna sempre usava um vestido roxo aveludado, comprido e amplo de decote (o que deixava seus seios volumosos à mostra), justo no corpo.

Ela era a domadora de cães do circo e, mesmo sendo considerada uma boa artista, maltratava e espancava os animais sem demonstrar piedade. Esse trabalho permitia que ela exercitasse sua personalidade grosseira e ríspida, já que ela gostava de dar ordens e gritar.


A mulher era esposa de Beniamino Parlagrecco, o dono do circo, quem ela, assim como seus animais, batia frequentemente, e adorava fazer isso quando o homem estava embriagado. Mesmo que fosse casada, ela mantinha um romance com Adão, o português, que era o levantador de pesos do circo.

Beniamino e Erna tiveram três filhos em seu casamento: Cristóforo, Lina e Bruno, e estes eram conhecidos como os “Parlagreccos Voadores”, mas, devido à personalidade bruta de Erna, eles se comportavam como se não fossem seus filhos.

Lina Parlagrecco - era uma moça italiana, de pele branca, alva e macia, e era dona de uma “beleza que começava a suavizar os traços de seu rosto recém saído da adolescência” (BARROSO, 1981, p. 41); também era delicada e sorridente, o que era totalmente o oposto de sua mãe, Erna.

A moça era a principal trapezista do circo, e era considerada a trapezista mais famosa da Europa, e se destacava dos outros artistas porque mantinha a ousadia e a correção de seu trabalho. Ela tinha “uma misteriosa propriedade que a mantinha no ar, embora sem asas” (BARROSO, 1981, p. 22), e, por isso, era chamada de “moça-pássaro”.

Certa vez, em um ensaio do circo, ela conheceu o Zé Pedro Caetano de Melo, o chefe de uma família importante da cidade, e ele se apaixonou por ela imediatamente. O sentimento que ele nutria por ela fez com que ele repensasse seu jeito e aparência, uma vez que ele podia



ser considerado um brutamontes. E, mesmo que Lina sentisse o mesmo, ela não quis se casar com ele, porque não se via levando uma vida simples no campo, assim como a dele.

Mindinha - considerada “o personagem mais bizarro de Divino das Flores” (BARROSO, 1981, p. 26), Mindinha, mesmo com sua idade entre vinte e um e vinte e quatro anos, possuía baixa estatura (cerca de um metro e vinte), mas não era uma anã, a moça apenas não crescera. Era apenas uma miniatura de mulher, com rosto empoadado e traços finos, cabelos lisos e brilhantes e lábios em forma de coração.

Ela era filha de um barão (um homem que se casara já velho e que passara a maior parte da vida de sua filha doente e acamado) e de D. Elvira Fatia-da-Rainha (que era conhecida assim por causa dos doces que fazia para vender e para sustentar a filha, a qual ela jamais negava os desejos).

Além de sua altura, outra coisa chamava atenção na moça era sua corte de sapos amestrados:


Mindinha correria para o quintal, para o Castelo d’If e o laguinho artificial armado por Hermetão; ainda não estalara os dedos e já os sapos tinham começado a coaxar, os papos inchados, decepcionando a “castelã” como ela própria gostava de se chamar. Mindinha trazia seu bandolim, que ela aprendera a tocar com dona Aída, a mulher de seu Frates, o farmacêutico: ultimamente dera na cabeça de acompanhar o coaxar dos sapos com seu instrumento, fazendo um vibrato com a palheta nas cordas. (BARROSO, 1981, p. 51)

Com a chegada do circo, ela conheceu Ralph, que era parceiro de Hans no globo da morte, e eles começaram a se relacionar, mas como ele era alemão e mal falava português, então a comunicação era complicada: resumia-se à comunicação por sinais e mímicas ou a apenas longos momentos em silêncio.

Quando o circo foi embora, Mindinha partiu junto: ela começaria a apresentar o número de equilíbrio em cima de uma bola, já que era boa.

Zoraida - era uma mulher morena, de cabelos negros e ondulados, e tinha uma cicatriz de navalha que cruzava seu rosto; também tinha um dente de ouro que “lhe custara uma noite com um coronel usineiro que fedia a bode velho” (BARROSO, 1981, p. 72).

Ela era a mulher de Zeno, o hipnotizador e mágico do circo, e seu relacionamento já durava há onze anos. Eles se conheceram em um circo em Maceió e ela já era assistente de outro mágico, a quem ela só entregava os equipamentos de trabalho. Certa noite, Zeno se aproximou dela e ofereceu um emprego e um bom salário, e ela aceitou. Ela apresentaria um



número chamado “Dança das Facas”, onde ela ficaria de pé em frente à uma tábua de madeira e ele contornaria seu corpo com facas.

Entretanto, Zoraida mantinha relações sexuais com Hans e era profundamente apaixonada por ele. Pode-se afirmar que esse relacionamento proibido foi a causa da morte de Hans, porque a mulher não escondia ou mentia acerca de seu envolvimento e de sua paixão por ele.

A SAGA DO CAVALO INDOMADO E O INÍCIO DA HISTÓRIA DO POVOADO DE PARADA DE DEUS

Dando seguimento à proposta de análises dos perfis femininos nos romances do “Ciclo Parada de Deus”, da autora Maria Alice Barroso, chegamos no romance “A saga do cavalo indomado” (1988), vencedora de um dos prêmios mais importantes do universo literário brasileiro, o prêmio Jabuti.


Embora seja o quarto livro do ciclo, o romance acaba constituindo-se o primeiro quando levado em consideração o fator cronológico. Tal fato, deve-se a narrativa que apresenta a saga dos Moura Alves iniciada por Chico das Lavras, também conhecido por Chico das Bestas, o fundador de Parada de Deus e o primeiro na linhagem dos temíveis Moura Alves.

Nesse meio tipicamente masculino, ganham destaque mulheres recatadas e subservientes bem como mulheres indomáveis que agora parremos a analisar mais detalhadamente.

Como já mencionado, o livro apresenta em seus escritos a formação da cidade Parada de Deus pelo ex-tropeiro Chico das Lavras, grande devoto de “Cristo Rei”. Esse, ao encontrar ouro nas terras na divisa entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, começa a construir tal cenário. Lá, construirá uma família com a **Siá Dina** e terá sete filhas e um filho, todos já prometidos a igreja na hora do parto.

Aparentemente, ambos já estavam conformados com seus destinos, ao menos era o que pensava Chico das Lavras, quando seu filho José Inácio fugiu com **Glorinha**, a filha da costureira **Didila** (sua amante), e desistiu do seminário.

Também havia uma de suas filhas que se diferenciava das demais pelo seu jeito afrontoso de ser. **Maria Olegária** era a filha mais nova, a única, inclusive, que não havia herdado a simbólica papeira de sua mãe. Com seus cabelos negros e enrolados, possuía o leve tique nervoso de ficar piscando ligeiramente com os olhos. A menina era tão corajosa que, além



do pai, enfrentava qualquer cavalo bravo. Sua relação com um deles, o Negro, era o que mais chamava atenção de todos. Sendo ele um cavalo conhecido como assassino, devido em um episódio ter matado a coices um menino que havia se atrevido a montá-lo. Com Maria Olegária ele era dócil. Conversava como se fosse gente com a menina que parecia entendê-lo perfeitamente.

No decorrer da narrativa, Maria Olegária declara seu amor pelo padre Cesário e após o desprezo do sacerdote foge com Honório, um domador de cavalos que estava perdidamente apaixonado pela moça.

Com relação a suas irmãs, depois da morte da **Maria Odila**, resolveram largar o hábito e voltar para casa causando um enorme escândalo na família. Somente **Maria Isabel, Maria das Dores e Hermengarda** deram continuidade à promessa de seu pai ao Cristo Rei.


Caminhando para o desfecho da obra, a autora dá seguimento a árvore genealógica da família e resume a evolução do local, mencionando personagens que serão detalhados em outras obras do ciclo, como o caso de Maria Corina esposa do bisneto bastardo de Chico das Lavas, o poderoso Oceano, personagens do livro “Um nome para matar”. Em contrapartida, pouco se ouviu falar de Maria Olegária. Só alguns rumores de um casal de domadores e depois da suposta morte de Honório.

Após o exposto é possível fazer certas observações a respeito das figuras femininas que são apresentadas no decorrer da narrativa. Figuras estas, que possuem personalidades singulares e conflitantes entre si. Por um lado, havia a submissão presente na vida de **Siá Dina** e de suas filhas que obedeciam a Chico das Lavras como se fosse o próprio Deus. Mantinha-se, dessa forma, o modelo patriarcal e machista preponderante nas famílias dos séculos passados.

“A gente que somos filha mulher nunca sentamos do lado do pai: mas Zé Inácio, o Zezé, sempre sentou, porque é filho homem: o único que o pai tem, no meio de sete filhas mulher, Virgem Mãe!” (BARROSO, 1988, p.31)

No entanto, do lado oposto, a narrativa traz à tona a vida de libertinagem da escrava alforriada **Maria-você-me-mata**, que se tornou prostituta e fez de sua casa um bordel. Contudo, analisando atentamente a realidade da personagem em voga, também é possível observar traços de uma submissão elíptica em torno de sua liberdade, uma vez que se colocava a mercê dos desejos dos homens para conseguir seu “ganha pão”.

“[...] a mãe, dona do bordel mais famoso daquelas paragens, essa Maria-você-me-mata, que sempre lhe parecera imensa, vista assim, da porta do seu quarto, porta que ela abria para receber os fregueses ansiosos por seu corpo [...]” (BARROSO, 1988, p. 245 – 246)



Retornando o olhar para a família principal da história, contata-se que assim como as mulheres não podiam sentar à mesa e jantar juntas a figura masculina, estas tinham que ficar de pé, enfileiradas e observar a cena fazendo silêncio. Além disso, Siá Dina ensinava às suas filhas a não questionarem e conversarem muito pouco, somente o indispensável. A esposa de Chico das Lavras possuía tamanha submissão pelo seu marido que permitia a presença de sua amante, a costureira Didila, dentro da própria casa.

“E foi arrastando os tamancos pelo corredor, sem se importar com o que mulher ou as filhas ou o próprio padre Cesário poderiam pensar daquela sua caminhada diária para o quarto da costureira Didila” (BARROSO, 1988, p.36)

As filhas de Siá Dina possuíam quase o mesmo comportamento e inclusive a papeira hereditária, tirando a mais jovem, Maria Olegária. Eram sete meninas: Hermengarda, conhecida como Memém, era a filha mais velha. Essa possuía cabelos loiros que andavam sempre presos em coque e sabia tear como ninguém, trabalhando direto em sua máquina; Dorotéia, era a que mais parecia com a mãe, cuja papeira se destacava; Tudinha chamava atenção pelo seu olhar espantado; Maria das Dores possuía um jeito estranho de bordar e vivia desmanchado seus trabalhos; Maria Odila era a mais doente, sempre muito amarela; Maria Isabel (Bebel) era encontrada sempre rezando, com suas mãos entrelaçadas falando baixinho e olhando para o céu; somente Maria Olegária fugira do perfil daquelas meninas.

“A mais nova, Maria Olegária, já encorpando, dois pequenos pontos como bustos, os cabelos muito negros e aquele jeito de pisca-pisca os olhos, que transmitia a impressão de estar profundamente interessada por tudo quando se passava ao redor” (BARROSO, 1988, p. 29)

Apesar de muito nova, Maria Olegária era muito atenta a tudo o que acontecia ao seu redor, contrariando os ensinamentos que fora lhe passados desde nova. Inclusive, a visita do seu pai toda noite no quarto da costureira Didila era um dos pontos que mais a intrigava. Sua curiosidade era enorme para saber o motivo daqueles encontros. Até que, de tanto refletir, começou a entender...

“Eu não sabia por que, a cada noite, ele passava pelo corredor, arrastando os tamancos, e sumia no quarto da costureira Didila. [...] Foi muito tempo depois que comecei a pensar nas visitas do meu pai e lembrar do jeito pesado que o Soberano, o touro daqui da fazenda, caminhava pra cobrir a vaca...” (BARROSO, 1988, p. 25)

Apaixonada pela liberdade, recusava-se a ir para o convento. Queria ser livre junto com seu cavalo, o Negro. Durante uma conversa com o padre Cesário, deixou tal anseio bem claro, o que levou o sacerdote a ficar sem palavras

“Eu não quero nenhum rombudo me atazanando os miolos, não senhor! Eu quero é ser livre, livre como os passarinhos, livre como os índios selvagens, que nem o pai consegue sojigar! (BARROSO, 1988, p.47)



A menina, que para a mentalidade da época, saiu completamente do esperado, conseguiu viver, enfim, sua liberdade. Embora o livro não deixe claro como sua vida se findou depois daquele dia, o grande legado da personagem já havia sido construído. Este, que mostrou que a figura feminina pode ir muito além dos padrões impostos, alcançando seus sonhos e fazendo seu próprio destino.

Como mencionado anteriormente, o livro traz um percurso cronológico dos familiares da família Chico das Lavras. Personagens que serão protagonistas em outros livros do Ciclo Parada de Deus. No entanto, os breves relatos dados para apresentar esses codinomes já foram suficientes para demonstrar que poucas foram as mulheres que conseguiram evoluir desse comportamento de submissão. A maioria continuou sendo vítima do pensamento e padrões seculares.

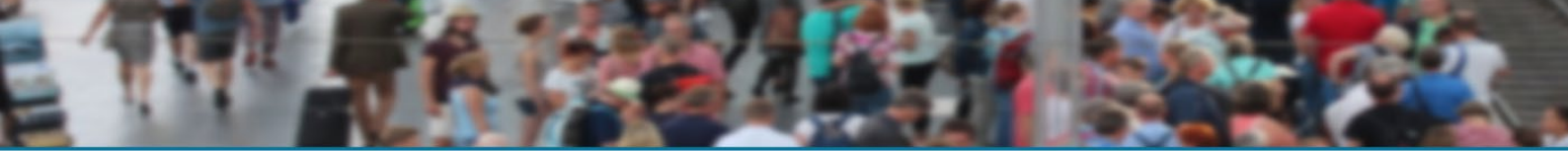
A MORTE DO PRESIDENTE OU A AMIGA DE MAMÃE E O FIM DO “CICLO PARADA DE DEUS

Maria Alice Barroso escolhe o dia da morte do presidente Getúlio Vargas para também dar fim à vida do seu personagem mais ilustre, o capitão Oceano de Moura Alves, o chefe político de Parada de Deus durante muitos anos.

Embora as personagens masculinas sejam destaque em quase todos os textos do ciclo, analisaremos as mulheres do romance supra citado. Cada uma delas, à sua maneira, conduzem a narrativa barrosiana juntamente com a autora.

Lygia Procópio Monteiro- branca, casou-se com o professor Antônio Carlos Rodrigues Arzão, um —mulato de classe média (apesar de não assinar seu nome) com quem teve uma filha, Aninha. Por conta dessa —diferença, ela se achava superior a ele e tinha um desejo de se mudar para o Rio de Janeiro, para onde sempre viajava. Era alta, entusiasmada e “dona de seu próprio nariz”. Tinha um sonho de ser política e por ser a primeira família a ter televisão em Parada de Deus, deixou de ser getulista para acompanhar Carlos Lacerda, pois criou uma grande paixão por seus programas. Lançou a candidatura à Deputada Estadual com ajuda de sua amiga Leda, com quem sofreu um acidente na serra fluminense tendo sofrido traumatismo craniano e alguns problemas mais. Segundo Barroso em *A Morte do Presidente ou A Amiga de Mamãe*:

Agora ela própria se perguntava o que estava fazendo ali, naquele carro, pouco enxergando o que havia à sua frente, longe de sua filha (que era a pessoa que mais amava no mundo), e devia reconhecer que até mesmo do marido sentia falta (embora não tivesse certeza se ainda o amava como no começo do casamento) [...] (BARROSO, 1994, p. 193)



Aninha - Filha de Lygia e Antônio. Admirava a mãe e ao mesmo tempo sentia medo, pois a mesma passava por cima do marido. Amava Parada de Deus e lutava para não sair de lá, apesar das vontades da mãe. Muito autêntica, era magrinha, tinha sardas, não era branca nem escura, exercia liderança nas brincadeiras, aceitava —qualquer um em seu grupo. Via vultos e pressentia que algo aconteceria na viagem do acidente. Reprovava a “amiga de mamãe”.

Porém, apesar da fragilidade do corpo, daquela leveza que parecia impulsioná-la de tal forma nas corridas, colocando-a sempre à frente dos companheiros, ela não só comandava o seu grupo como também as demais crianças que, às vezes, se uniam ao grupo - isto é, admissão que somente ocorria após a indispensável permissão de Aninha. (BARROSO, 1994, p. 51-2)

Inês Procópio Monteiro- Irmã de Lygia e apaixonada pela sobrinha Aninha. Perdeu a visão aos poucos durante a vida, por isso, comia na cozinha e sentava à mesa para participar da conversa. Gostava de agradar o cunhado e percebia as coisas com muita facilidade. Assim descreve Barroso (1994):


[...] Nos momentos que se preparava para enfrentar os outros, já que não podia recorrer ao espelho para ver a própria imagem (desde os dez anos fora perdendo progressivamente a visão devido a uma violenta queda de cavalo), procurava imaginar-se como deveria parecer aos olhos alheios e aí, quase que de modo inconsciente, sua boca de lábios grossos tentava abrir num sorriso, parecendo pedir a condescendência daqueles que podiam vê-la. (BARROSO, 1994, p. 18)

Leda Barreto de Freitas - A “Amiga de Mamãe”, mulherona grande, olhos verdes, observadora, professora de educação física, fazia programas na Rádio Ministério da Saúde, apresenta programa infantil na TV Tupi. Fisioterapeuta, pedagoga, redatora, locutora, trabalhou na Embaixada Brasileira na Bélgica. Não tinha família e tinha esperança de ter um lar, então tentava levar família de Lygia para o Rio. Não passava confiança e muitos não gostavam dela, pelo jeito intrometida. Fundou “Clube da Lanterna” em Parada de Deus, para promover a candidatura de Carlos Lacerda. Faleceu no acidente que sofrera com sua amiga. Segundo Barroso (1994),

As constantes vindas de Leda de Freitas (a amiga de mamãe) a Parada de Deus conseguiam irritar não apenas Aninha, mas também sua tia Inês, que, naquela altura, já não alimentava mais dúvidas quanto às intenções da —radialista— como costumava chamá-la — em relação a seu cunhado. (BARROSO, 1994, p.112)

Stella - Tornou-se Jayme. Seu pai pediu que assumisse a personalidade de seu irmão — que morreu afogado —, tendo que vestir, falar e se portar como o jovem. Cortou cabelo, sofria com as zoações na escola e só aguentava porque Aninha comprava as brigas e a ajudava se defender. Como assinala Barroso (1994)

[...] Aquela aparente mudança de sexo colocara a menina à mercê da ironia dos colegas, e talvez ela não tivesse suportado tudo isso da maneira imperturbável como



procedera não fosse o apoio de Aninha; quando, na escola, se formara uma roda para debochar das calças compridas da menina, Aninha se pusera na frente da amiga e gritara. (BARROSO, 1994, p. 52)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha pelos perfis femininos de um ciclo de romances no qual a figura masculina e patriarcal é tão forte foi especialmente escolhido a fim de mostrar o perfil submisso e também o inverso desse comportamento de algumas mulheres que, apesar de estarem sujeitas a vontades de pais e maridos, os olhares enviesados da sociedade das cidades interioranas, não se curvam a despeito da própria autora. Pudemos constatar que, além do desvelamento das relações de poder, os conflitos que surgem daí, o que parece brotar do texto é a força da escrita feminina, ou mesmo a dimensão histórica da escrita a qual guarda sempre uma dimensão intencional, comprometida com o espaço regional como atesta a própria Maria Alice:


O romancista que envereda pelo gênero histórico-político certamente contará com a hostilidade dos guardiães oficiais da História, mas aos leitores agrada este acesso, menos intimidativo, como ponte para o passado. Espero que os leitores deste romance, ao travarem conhecimento com as figuras que se destacaram na comunidade de Parada de Deus, consigam formar um conceito do que somos nós – brasileiros – com nossos gostos e desgostos. Não se trata de desenhar um perfil patriótico, mas aquele que corresponda mais exatamente à nossa maneira de ser. Acredito que toda ficção é uma espécie de história escrita: e a Casa da História tem muitas moradas. (BARROSO, prólogo do livro *A Morte do Presidente*, 1994)

Cumprido destacar que, por se tratar o ciclo de romances regionalistas, povoados de personagens tão poderosos e também por ser o ciclo inspirado na terra natal da autora, a cidade de Miracema, a própria sofreu retaliações por coincidências de ações narradas com fatos historicamente ocorridos no seu torrão natal. Ainda assim, a autora feminina não se curvou a desmandos impetrados, que impediram inclusive a circulação e divulgação de suas obras na sua cidade natal, completando o seu ciclo de cinco romances e fazendo uma dedicatória no livro —*A saga do cavalo indomado*||, destacando que ela, a autora, também é indomável tal qual a personagem principal da narrativa e o cavalo Negro, daí a importância do destaque da figura feminina da autora e também de —suas mulheres.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Maria Alice. *Um nome para matar*. Rio de Janeiro: Record, 1981.

_____. *Quem Matou Pacífico?* Rio de Janeiro: Record, 1978.



_____. *O Globo da morte: Divino das Flores*, Rio de Janeiro: Record, 1981.

_____. *A saga do cavalo indomado*, Rio de Janeiro: Record, 1988.

_____. *A morte do presidente ou A amiga de mamãe*, Rio de Janeiro: Record, 1994.

FIORIN, José Luiz. 1993. *Linguagem e ideologia*, São Paulo, Ática.
SCHMIDT, Ana Lúcia Lima da Costa (Org). *Maria Alice Barroso, um nome para lembrar: a identidade regional de uma autora nacional*. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

WANDERLEY. Marcia Cavendish. *Mulheres – prosa de ficção no Brasil 1964-2010*. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2011.

CAPÍTULO 25

HISTÓRIA LOCAL E PRODUÇÃO MEMORIALÍSTICA – ABORDAGENS CRÍTICAS ACERCA DAS NARRATIVAS DE TRANQUILINO TORRES SOBRE VITÓRIA DA CONQUISTA – BA⁹⁴

Daniel Santos Mota
José Alves Dias

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de revisar os debates acerca da relação entre História Local e produção memorialística. Para tanto, pretende-se buscar uma caracterização da referida produção, apartando-a do campo da historiografia moderna, diferenciando-a da História Local/Regional, pois, diferentemente do historiador, cujo ofício é reconstituir o passado e revelar seus conflitos, rupturas e continuidades, os memorialistas buscavam apenas registrar as memórias dominantes das sociedades por eles estudadas. Como referência, será analisado um trecho da obra *O município da Vitória*, de Tranquilino Torres, publicada originalmente em 1888, e que teve enorme influência sobre a memória da população de Vitória da Conquista, tendo sido uma das principais referências para os memorialistas conquistenses do século XX. O trecho selecionado trata do mito fundacional do município, uma narrativa cultivada pelas classes dominantes locais, que o autor reproduziu e que o presente artigo se debruçou para caracterizar os textos do campo memorialístico e as suas diferenças em relação à história.

PALAVRAS-CHAVE: História Local. Memória. Produção memorialística.


INTRODUÇÃO

No Brasil, até o final do século XX, a História Local ou Regional era tratada por indivíduos sem formação acadêmica, ou seja, pessoas preocupadas em registrar o passado e as memórias de sua terra ou daquela localidade com a qual tinham ligação sentimental e, nesse sentido, o resultado que se tinha era a produção de registros do campo memorialístico do passado.

O presente artigo propõe uma redefinição deste conceito, separando a produção memorialística da História Regional, ofício do historiador, munido de método e análise crítica nas narrativas e reconstruções do passado.

Para alcançar o objetivo proposto, o artigo retoma a polêmica entre dois importantes representantes das ciências humanas da primeira metade do século passado, buscando compreender a relação que foi estabelecida entre a história e a memória, e, em seguida, tentará

⁹⁴ Pesquisa financiada com bolsa de estudos da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (FAPESB).



construir uma caracterização dos relatos memorialísticos em contraposição àqueles resultantes do ofício do historiador.

Por fim, será evidenciado como a ausência de método ajudou a cristalizar uma memória marcadamente ideológica do passado do município de Vitória da Conquista⁹⁵ a partir da obra do promotor Tranquilino Torres, que escreveu seu livro *O Município da Vitória* (TORRES, 1996) no final do século XIX, e, mesmo sem ter sido citado diretamente, foi referência fundamental para os autores memorialistas conquistenses do século XX, Aníbal Viana (1982) e José Mozart Tanajura (1992). O artigo apresenta um recorte específico sobre a obra de Tranquilino, tratando apenas dos conteúdos históricos ligados à conquista do Sertão da Ressaca⁹⁶ e ao massacre das populações nativas da referida região para avaliar o tratamento dispensado pelo memorialista a esse processo.

HISTÓRIA, MEMÓRIA E HISTORIOGRAFIA

A memória tem sido tema de debates desde a Antiguidade, passando pelo medievo até a contemporaneidade, e importantes pensadores como Platão, Aristóteles, Agostinho, Locke e Husserl⁹⁷ se debruçaram sobre ela. Mas como a historiografia abordou a questão da memória? Pode-se traçar o nascimento da história como disciplina científica desde meados do século XIX, quando do surgimento da Escola Metódica – foram os historiadores dessa corrente os primeiros a tentarem estabelecer um método específico para a produção historiográfica, assim como desejaram promover a separação desta em relação à filosofia da história.


Nesse processo, os metódicos obtiveram sucessos e deram contribuições ao desenvolvimento da historiografia, como, por exemplo, o fato de serem os primeiros a estabelecerem uma crítica documental, assim como, em sua luta contra a filosofia da história, buscaram remover a influência metafísica da história.

Apesar das contribuições da Escola Metódica nas questões metodológicas de tratamento das fontes, buscando desvendar suas raízes, sua autenticidade e suas origens, esses historiadores limitavam o escopo dos estudos por acreditarem que apenas os atos dos Estados e dos grandes personagens nacionais deveriam ser objeto da investigação histórica, e os únicos documentos

⁹⁵ Vitória da Conquista é um município do sudoeste do estado da Bahia, tendo a terceira maior população e o sexto maior PIB do estado. Centro de uma região com mais de 80 municípios da Bahia e do norte de Minas Gerais, foi fundado no contexto das prospecções de ouro e pedras preciosas no final do século XVIII e se emancipou em 1840.

⁹⁶ Essa era a denominação oitocentista da região onde está localizado o município de Vitória da Conquista.

⁹⁷ Para um bom histórico dos debates sobre o tema desde a antiguidade até a contemporaneidade, ver: RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.



confiáveis eram aqueles produzidos deliberadamente pelas instituições estatais, o que retirava das pesquisas todas as fontes que não fossem documentais e oficiais.

Devido a esta concepção limitada do que são as fontes historiográficas, a Escola Metódica era incapaz de lidar com o campo da memória social, e é dessa inabilidade que surge a aporia⁹⁸ acerca da memória entre os intelectuais franceses Maurice Halbwachs, do campo da sociologia, e Marc Bloch, da historiografia.

Quando Halbwachs iniciou seus estudos da memória dos grupos, a concepção historiográfica dominante era a mesma da historiografia metódica/positivista, resultando que, no livro *A Memória Coletiva*⁹⁹, ao discutir a relação entre a memória e a história¹⁰⁰, ele as coloque em posições antagônicas. Para Halbwachs, à história não cabe se relacionar com a memória, que é viva, mas com os fatos passados que já estão, por assim dizer, mortos e sepultados, com os quais os homens se relacionam apenas como plano de fundo de suas vidas. Para ele, os fatos “vivos”, ainda recentes¹⁰¹, não são da alçada da história, e isso é perfeitamente justificável no que se trata daquela produção historiográfica que foi tratada acima, que, para Halbwachs, resumia-se a uma coleção de “nomes próprios, datas e fórmulas”, parecendo-se com “um cemitério em que o espaço é medido e onde a cada instante é preciso encontrar lugar para novas sepulturas” (HALBWACHS, 2013, p. 73-74).

No entanto, é necessário tratar essa questão numa perspectiva distinta. Alguns historiadores contemporâneos de Halbwachs já desenvolviam uma nova concepção para a história como disciplina, com uma compreensão substancialmente diferente daquela que havia sido dominante até então. Essa nova história negava as rígidas divisões do tempo estabelecidas pelos metódicos, pensava acerca dos limites entre o presente e o passado, redefinía o objeto e o sujeito da história, centrando-os no homem, ou melhor, “os homens no tempo”.


Essa nova escola historiográfica teve como um de seus maiores expoentes o historiador Marc Bloch, que participou diretamente dos combates teóricos aos metódicos. Seu livro *Apologia da História* teve como objetivo principal sair em defesa das renovações

⁹⁸ Bloch havia realizado uma resenha de “*Os quadros sociais da memória*”, de Halbwachs, elencando uma série de críticas e concordâncias. Foram nos artigos presentes em *A Memória Coletiva* que o sociólogo preparava algumas respostas à esta resenha, mais ainda, à esta polêmica, assim como foi em *Apologia da História* que Bloch continuou a sua defesa da historiografia.

⁹⁹ Trata-se de uma coletânea de artigos organizados postumamente por sua irmã.

¹⁰⁰ Para esclarecer, o termo história aqui utilizado refere-se tanto à história já produzida textualmente quanto à história enquanto metodologia.

¹⁰¹ As dificuldades de se definir o que é recente ou o presente são grandes, mas deve-se interpretar o recente, aqui, como aquilo que ainda reside na memória individual, coletiva e social mais próxima das pessoas.



historiográficas, como a ampliação das fontes e a centralidade do homem no estudo da história, afirmando que “A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele” (BLOCH, 2001, p. 79-80), o que significava uma ruptura direta com as orientações dos historiadores da geração anterior e uma abertura dos horizontes historiográficos.

Quando Halbwachs elaborou a sua crítica à história e destacou a sua inépcia para o campo da memória, ele desejava que a grande ciência a capitanear esses estudos fosse a sociologia, e nesse debate entre as ciências humanas, Bloch se posicionou de maneira enfática numa defesa dos campos de estudo acessíveis à história justamente alegando a superação do paradigma historiográfico anterior, classificando as críticas à história como “caducas” e “fantasia” (BLOCH, 2001, p. 46).

Era esse o clima na academia francesa no início do século passado, estando a história num processo de rupturas internas e ao mesmo tempo em conflito com as outras disciplinas. Para Bloch, a história precisava se apropriar dos objetos, recursos e fontes das outras ciências sociais e deveria apropriar-se também de seus métodos, mas mantendo a sua integridade metodológica. Ao discutir sobre a necessidade de se encontrar as causas dos problemas sociais do presente na investigação do desenvolvimento histórico, o historiador estabelece uma crítica à sociologia e as outras ciências humanas, como a economia e a sociologia, quando alertava da impossibilidade de explicar as sociedades a partir apenas do presente sem compreender as origens históricas dos fenômenos sociais, que, para ele, possuíam “um fundo permanente” que iria além das “circunstâncias particulares de um momento” (BLOCH, 2001, p. 63-65). O que ele afirma claramente com isso é que todas as ciências humanas que pretendem interpretar o presente dependem da história para compreender as raízes dos problemas que o assolam.

O paradigma inaugurado por Bloch – e seu parceiro intelectual Lucien Febvre – abriu enormes possibilidades no que tange às fontes da história. A partir de então, testemunhos orais, cartas pessoais, fotos, monumentos, ruínas, todos esses elementos passaram a servir como objetos da investigação do desenvolvimento histórico. É da própria natureza da história ser produzida através de indícios, de vestígios que os homens do passado nos legam. Porém não se trata de tomar todos os testemunhos como historicamente verdadeiros, de aceitar todos os documentos produzidos involuntariamente como sinceros, conforme alertava Bloch, “nem todos os relatos são verídicos e os vestígios materiais, [eles] também podem ser falsificados” (BLOCH, 2001, p. 89).



A crítica historiográfica se vira contra a tradição e extrai dela aquilo que é necessário na produção do conhecimento, ao passo que é dever desse conhecimento esclarecer os homens; a história é, nesse sentido, uma ponte entre os homens do passado e os do presente. A civilização ocidental, diz Bloch, sempre esperou muito de sua memória, e desse interesse em registrar o passado surgiu a história que, em sua fase ainda embrionária, era a “primeira memória da humanidade, confusa, como a percepção de bebê” (BLOCH, 2001, p. 52-53). Nessa fase, as narrativas historiográficas estavam eivadas de misticismo; a historiografia moderna, por sua vez, tem a crítica por princípio, e, nessa concepção, “uma afirmação não tem o direito de ser produzida senão sob a condição de ser verificada” (BLOCH, 2001, p. 94).


Então, é a partir dessa perspectiva que defende-se aqui ser necessária uma abordagem historiográfica capaz de se apropriar da memória, seja como fonte (extraíndo dela informações que possam ser transformadas em conhecimento histórico), seja como objeto (investigando as raízes históricas da existência de certas memórias no seio das sociedades do passado ou do presente).

A memória pode e deve ser investigada pela história, e esta deve ser capaz de explicar a sua constituição, conforme afirma Meneses, “precisamente para conhecer o campo da memória, é necessário depurá-la de uma série de traços que lhe são vulgarmente atribuídos, para abrir caminho ao crivo da História” (MENESES, 1992, p. 10), e essa proposta continua a valer quando se trata de utilizar a memória como fonte histórica. O mesmo autor oferece uma boa definição de história e memória que ajuda a situar o historiador em sua relação com a memória:

De todo exposto até aqui evidencia-se como imprópria qualquer coincidência entre memória e História. A memória é construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade, coletiva e nacional. Não se confunde com a História, que é forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva. A memória, ao invés, é operação ideológica, processo psicossocial de representação de si próprio que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, das imagens e relações, pelas legitimações que produz. A memória fornece quadros de orientação, de assimilação do novo, códigos para classificação e para intercâmbio social (MENESES, 1992, p. 22).

Entende-se aqui que a produção historiográfica também pode ser absorvida pela memória das pessoas e dos grupos, constituindo-se em uma forma diferente de si mesma no âmbito do senso comum. Nesse sentido, ao ser apropriada socialmente através, por exemplo, do ensino de História nas escolas, essa produção também pode se converter em memória social.

A memória aparece como uma fonte para a historiografia, mas ela não pode ser a única fonte da produção historiográfica e, mesmo quando é usada em conjunto, precisa ser



rigorosamente criticada para atestar seus elementos mais próximos do real. Megill aconselha sobre a necessidade da investigação histórica se valer de uma variedade de fontes além da memória:

É perigoso quando a História recolhe suas pistas primariamente da preservação de memórias individuais ou da ideia de seu funcionamento como modo de comemoração. E tampouco devemos ver a História como um modo de tradição, a despeito das afinidades entre História e tradição. A submergência da História na memória, comemoração e tradição tende a apagar sua função crítica (MEGILL, 2007, p. 15).


Essa última citação referenda aquilo que foi afirmado anteriormente, de que a memória pode absorver a história e subverter o seu caráter crítico. Mas de que maneira a memória deve ser tratada como fonte? Halbwachs (2013, p. 73-74) afirmava que uma forma de verificação da memória coletiva era o cotejamento das lembranças dos diferentes membros do grupo que nelas estiveram envolvidos. Já para o historiador, o dever é ir além do fenômeno imediato, investigando o passado refletido nas memórias e o contexto social que as produziu, revelando seus agentes produtores e reprodutores; só assim é possível compreender a formação da memória social e extrair dela os vestígios do desenvolvimento histórico, para além dos mal-entendidos, equívocos pessoais e problemas de formação científico-acadêmica, e é esta a tarefa que este artigo atribui à história, quaisquer que sejam as suas orientações teórico-metodológicas ou limitações geográficas.

HISTÓRIA LOCAL E PRODUÇÃO MEMORIALÍSTICA

A problemática aqui enunciada é recorrente na discussão sobre a produção da História Local e dos trabalhos memorialísticos, porque, durante muito tempo, eles foram sinônimos. Mesmo alguns trabalhos recentes, como o livro *História Local e Memória* (MEDEIROS, 2013), reafirmam se tratarem do mesmo gênero.

Na obra supracitada, o autor faz um trabalho de investigação sobre o memorialista analisado neste artigo, conseguindo dissecar a forma dessa produção, mas defendendo a ideia de que o memorialista conquistense seria um “historiador local”, em contraponto aos “historiadores de ofício”, que seriam aqueles com formação acadêmica em História. Outro elemento que, para ele, determinaria o *status* historiográfico de uma produção seria a intenção de revelar o passado. Para que fiquem claras as posições de Medeiros, é necessário dar-lhe voz:

A história local tem estatuto de saber efetivamente histórico? Há textos de história local em que os autores realizam esforço por conhecer o passado, e não “o homem no tempo”. Pesquisam, estabelecem eventos, buscam a verdade, intentam fazer a história de seu município, de sua vila e de sua região. Sua intenção é, de fato, fazer obra de



historiador e não uma história, como tantas outras, de mera encomenda¹⁰². Não se pode negar àqueles textos, que se empenham em estabelecer a verdade sobre a história local e que são frutos de pesquisa, esforço intelectual, o estatuto de obra de história e que, portanto, são verdadeiros historiadores os responsáveis por sua escritura. Entretanto, também é necessário que se entenda que esses textos são “de certo tipo de história”, tal como antes se entendeu que os cronistas medievais escreveram obras históricas, como a *Crônica Geral da Espanha* (1951), por exemplo, dentre outras semelhantes (MEDEIROS, 2013, p. 28-29).


Analisando essa citação, existem muitas informações que precisam ser discutidas de forma mais detida. Não é a intenção do autor que determina o gênero de sua produção; muitos cientistas e filósofos do passado estavam bastante motivados e bem-intencionados em descobrir as verdades do Universo, mas, limitados por seu tempo histórico, não puderam produzir conhecimento que resistisse ao desenvolvimento da ciência e do pensamento. Ou seja, por mais que os memorialistas tivessem intenção e empenho, esses elementos não são determinantes para que um texto possa ser considerado historiográfico ou não, pois é o método científico utilizado que determina isso.

Da mesma maneira que a física aristotélica é ligada à física moderna, como uma tentativa ainda infantil, do ponto de vista científico, de descobrir as leis que regem o mundo físico, os relatos da antiguidade ou as crônicas medievais são considerados formas embrionárias da moderna historiografia. Assim como não se coloca a física de Aristóteles e a de Newton no mesmo patamar, devido ao fato de que os pressupostos e métodos da primeira foram abandonados pela ciência moderna, o mesmo acontece com as produções dos cronistas e dos primeiros “historiadores”, que não podem ser mais a referência que determina o padrão científico da história.

Medeiros insiste e desenvolve o argumento ao se referir aos pioneiros das ciências: “Isso ocorrerá na história de qualquer ciência. Ninguém deixará de dizer que Gide, Ricardo, Smith são economistas, da mesma maneira que ninguém deixará de dizer que, tantos séculos depois, que Heródoto e Tácito são historiadores. Cada personagem e escritor em seu tempo e contexto” (MEDEIROS, 2013, p. 31).

De fato, é importante analisar cada pensador em seu contexto histórico. O dos economistas citados, Smith e Ricardo, era o de absoluta incompreensão das leis que regiam o funcionamento da sociedade capitalista, quando esses dois autores lançaram luz com importantes descobertas, como a lei da oferta e da procura e a lei do valor-trabalho, ambas descobertas revolucionárias e ainda relevantes nos dias de hoje. Já os historiadores citados são

¹⁰² Um dos memorialistas conquistenses estudados pelo autor, José Mozart Tanajura, escreveu sua *História de Conquista: Crônica de uma cidade*, sob encomenda feita pelo prefeito da época.




relevantes por terem produzido obras sobre a história, ainda que de forma bastante incipiente se comparadas às correntes historiográficas modernas, dois mil anos atrás. Esses autores estão em contextos completamente diversos dos atuais memorialistas, que produziram nos últimos cem anos, após o século XIX, em que foi fundada a ciência histórica, e que não realizaram quaisquer avanços que possam ser citados aqui. Comparar Smith, Ricardo, Heródoto e Tácito com os autores memorialistas constitui uma falsa simetria.

Para uma defesa da caracterização desses autores como memorialistas, Donner, ao falar sobre os autores “amadores” de História Local e sua produção, afirma que

O mundo acadêmico, em geral, não considera suas obras como “História”, embora por conhecerem as fontes, possuam contato com moradores ou com a prefeitura, sejam boas referências quando se desenvolve uma pesquisa de recorte local. Outra possibilidade é nomearmos estes pesquisadores como memorialistas. Pois eles não produziram História, e sim memórias. A história como fruto de uma operação racional, e a memória como resultado da experiência, uma construção do passado pautada pelas necessidades do presente e elaborada a partir das experiências posteriores. Via de regra, estes trabalhos não seguem métodos e procedimentos próprios do saber acadêmico (DONNER, 2012, p. 227).

É justamente nesse sentido que a crítica deste trabalho se direciona a esses memorialistas: suas fontes são importantes, contudo, a metodologia é obscura e não há uma concepção teórica clara que permita uma coerência nas conclusões, fazendo com que esses autores, quase sempre, tomem como verdadeiro qualquer depoimento e documento, sem saberem que as fontes precisam ser conferidas e que, mesmo quando são falsas, falam sobre os seus emissores e sobre o tempo em que foram produzidas. Devido a seu caráter propagandístico, a visão que essas obras passam sobre o local que versam é quase que exclusivamente positiva, as críticas sendo raras nesses textos. Além disso, a maior parte desses trabalhos não se inserem no circuito científico, no sentido de que cada artigo, ou cada livro escrito por um historiador, é posto à prova de seus pares em um processo bastante longo de exposições, grupos temáticos, colóquios e tantos outros eventos acadêmicos. Por sua vez, as produções memorialísticas quase sempre ignoram a produção historiográfica sobre os temas que abordam. Não se advoga aqui, em qualquer hipótese, a ideia de que a verdade seja uma convenção, mas o fato de que a ciência é um processo coletivo de construção, em que os trabalhos são submetidos ao escrutínio da comunidade acadêmica, auxiliando no desenvolvimento das hipóteses e das teorias científicas.

Outro aspecto que Donner aponta é o fato de os memorialistas recorrerem a uma linguagem fácil e acessível e a “uma construção textual narrativa muito mais ‘interessante’ ao grande público e aproxima mais esse gênero do romance histórico e da literatura do que da história acadêmica” (DONNER, 2012, p. 230).



Outra informação relevante trazida pela mesma autora, e que uma análise mais detida dos memorialistas aqui citados pode revelar, é acerca das características sociais destes que são, quase sempre, figuras importantes das sociedades a que eles dedicam suas obras. Ela afirma que “estes escritores, normalmente são pessoas de destaque dentro da comunidade local, professores, advogados, políticos, jornalistas, e, eventualmente, professores de história” (DONNER, 2012, p. 230). Os autores citados neste artigo, Tranquilino Torres, Aníbal Viana e Mozart Tanajura, foram promotor, jornalista e professor, respectivamente, sendo que todos os três foram figuras bastante conhecidas no município e declararam o amor pela terra em que viveram como motivação de suas obras.


Além da ausência de um referencial teórico-metodológico, a posição social que esses homens ocuparam na sociedade teve grande influência na sua produção, conforme aponta Correa:

Desprovidas de teorias e métodos reconhecidos pela historiografia, a história local [...] apresenta uma escrita individualizada, cujo estilo depende da erudição literária de seus autores. Em geral, esses são clérigos ou leigos de profissão liberal. Os primeiros são responsáveis pelo tom demasiadamente paroquial, e os segundos pelo caráter mais biográfico ou genealógico (CORREA, 2002, p. 15).

Esse é outro autor que reafirma a dimensão das obras memorialísticas como história local, mas essa polêmica não será retomada aqui, o que interessa é que o fenômeno identificado por ele em seus estudos sobre essa produção na região Sul do Brasil também acontece com as obras que são objeto deste artigo, no que se trata dos autores de profissão liberal. Aníbal Viana, em sua *Revista História de Conquista* (1982), dedicou centenas de páginas àquelas pessoas que considerou as de maior destaque na história do município; Mozart Tanajura dedicou todo um capítulo de sua *História de Conquista* (1992) à construção de uma genealogia das “Principais famílias de Vitória da Conquista”.

Outro elemento que deve ser destacado na diferença entre os memorialistas e os historiadores é o seu objetivo. Os primeiros acreditam que memória e passado se confundem e que a preservação daquela seria o registro da história tal qual aconteceu, por isso, recorrem às suas lembranças e a de seus depoentes, valorizando todos os depoimentos sem refletir sobre as informações que lhes são passadas. Para eles, a memória é ponto de partida e de chegada.

Para os historiadores, a memória pode ser um dos pontos de partida, mas é apenas um dos vários indícios, documentos e fontes a que devem recorrer para a reconstituição do processo histórico investigado, logo, o resultado do seu trabalho é diferente daquele do memorialista, pois oferece mais ângulos e a análise crítica é capaz de oferecer o que o senso comum não pode



apreender. Até porque, conforme notou Marx, “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (MARX, 2017, p. 880).


A crítica à ideia de que os memorialistas sejam historiadores locais já foi exposta; o fundamental agora é tentar delimitar o conceito de história e a importância do método na sua constituição como ciência, e Certeau dá uma boa contribuição nesse sentido:

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas ‘científicas’ e de escrita. Essa análise das premissas, das quais o discurso não fala, permitirá dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto. A escrita histórica se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas (CERTEAU, 1982, p. 66).

Para que um texto possa ser considerado historiográfico, após o surgimento da história como disciplina científica, ele precisa seguir uma série de regras que possam determinar a relação entre os diferentes historiadores, como referências claras a suas fontes, de tal sorte que elas possam ser checadas pelos seus pares. Além disso, deve estabelecer, de forma explícita, os seus procedimentos metodológicos, para que se possa compreender como os resultados foram alcançados, além de uma concepção teórica que explique e encadeie suas formulações. A partir desse quadro é que se parte para estabelecer o campo da historiografia, apartando-o da literatura e da pura discursividade.

Desse modo, para definir o que seria história local, essas mesmas regras continuariam a valer e seguiriam sendo exigências para definir se um determinado trabalho é historiográfico ou não. O que deve diferenciar um trabalho de história local em relação àquela nacional ou universal é tão somente o seu objeto, que a análise com maior proximidade permite revelar especificidades até então perdidas nas generalidades da abordagem ampliada de uma história “geral”. Apesar dessa perspectiva de um espaço menor para a investigação, história local não significa micro história, ou isolamento do objeto em relação a todo o seu exterior. Esse gênero também requer que o historiador faça as conexões necessárias com os eventos gerais que determinaram a constituição do local¹⁰³.

¹⁰³ Dois bons exemplos de trabalhos de História Local que demonstram as conexões com os processos gerais são: SOUSA, Maria Aparecida Silva de. *A conquista do Sertão da Ressaca. Povoamento e posse da terra no interior da Bahia*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001 e TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.



Humberto Fonseca, em sua introdução à edição de 1996 de *O Município da Vitória*, de Tranquilino Torres, chamou atenção para a necessidade de aprimoramento dos estudos e das concepções sobre história local no Brasil, em contraposição às produções memorialísticas “fragmentadas”, “difusas”, “celebrativas”, “oficiosas”, “provincianas”, “marcadas por compromissos políticos locais, geralmente conservadores”, e, como a superação dessas características já vinha sendo construída desde antes da data da publicação da edição aqui estudada.


Nos últimos anos, assistimos a uma crescente valorização da história local. Isto foi possível graças a alguns fatores de cunho teórico-metodológicos. Para além da ampliação dos conceitos de fonte documental, e das técnicas e métodos de pesquisa histórica, o retorno aos arquivos pouco ou nada explorados de uma dada região, a edição crítica de obras de cunho histórico, de difícil acesso aos novos pesquisadores e a recolocação de problemas e períodos históricos, tem sido uma tendência da historiografia que manifestam a insatisfação com os métodos históricos usuais e o interesse em estabelecer novos tipos de questão para a história (TORRES, 1996, p. 10-11).

É essa história local que aqui se advoga. Uma história que tenha um recorte específico, mas que não abandone as técnicas de pesquisa nem a criticidade como pressuposto teórico; que não esteja vinculada aos interesses políticos imediatos das disputas das classes dominantes locais; e que impeça a intrusão metafísica, a dedução sem fundamento e o elemento propagandístico de serem características suas, pois, caso contrário, ela seria pura e simplesmente memória, sem o elemento científico e o rigor da história.

TRANQUILINO TORRES: O MITO E A MEMÓRIA NA CONQUISTA DO SERTÃO DA RESSACA

A biografia de Tranquilino Torres foi tratada com alguns detalhes por Medeiros (2013, p. 31), que também escreveu a apresentação ao livro de Tranquilino Torres na sua edição de 1996. A partir das contribuições desses textos, sabe-se que o autor de *O município da Vitória* é natural de Condeúba, município do interior do estado da Bahia, nasceu em 1859 numa família com boas condições econômicas e foi um homem criado numa educação católica, uma vez que seu pai havia sido vigário e ele foi religioso até o fim de sua vida; influência que deixou muitas marcas em sua obra memorialística. Tranquilino Torres faleceu em 1896 em Salvador.

Tranquilino Torres produziu textos jurídicos, mas as suas principais obras são suas corografias: *Memória Descritiva do Município de Condeúba* (1895); *Município dos Poções* (1899); *Memória sobre o Município de Santa Isabel do Paraguassu* e *O município da Vitória*, sendo este o objeto da presente análise.



Antes de continuar, é necessário esclarecer o que é uma corografia. Até o começo do século XX, esse era um gênero literário muito comum no Brasil e em Portugal; trata-se de uma tentativa de descrever uma região determinada do ponto de vista geográfico e histórico a partir da observação pessoal, dos relatos orais que surgem a partir das memórias de pessoas dessa região e de alguns documentos, geralmente utilizados sem o devido rigor metodológico. Sabendo agora do que se tratam as corografias e como Tranquilino Torres esteve envolvido na produção desses textos; não é de se admirar que ele tenha sido o fundador do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia no ano de 1894.

O Município da Vitória foi e ainda é, sem dúvidas, um importante ponto de partida para muitas investigações sobre o município de Vitória da Conquista, por ter sido, durante muito tempo, a única fonte acerca da história da cidade. Publicada no ano de 1888, a obra traz muitas informações geográficas e históricas sobre Conquista, levando o pesquisador a desejar investigar muitas de suas afirmações e checar as suas fontes¹⁰⁴. Entre elas, estão a tradição, os depoimentos orais de indivíduos do seu tempo, os documentos dos conquistadores, os livros de memórias e outras corografias sobre o estado da Bahia. O livro foi escolhido para ser aqui analisado por ser uma excelente representação dos trabalhos de cunho memorialístico, trazendo, desde a época de sua redação, elementos que estão presentes mesmo em obras mais recentes, como aquelas citadas acima, e, assim como os outros autores, Tranquilino acreditava estar registrando a história tal qual ocorrida.

Apesar de todas as informações¹⁰⁵ oferecidas pela obra, devido ao seu caráter de trabalho memorialístico, que visa descrever a partir da forma como as coisas aparecem imediatamente aos homens, o texto não possui qualquer conteúdo crítico que seja capaz de ultrapassar a barreira do fenomênico. O autor apresenta aquilo que lhe foi dito a partir da memória de habitantes locais, dos documentos e de outros textos, sem se preocupar com a questão da veracidade das informações que ele recebeu e transmitiu. As notas presentes na edição pesquisada atestam essa informação, pois buscam corrigir as informações imprecisas ou ultrapassadas mesmo na época da produção do texto, coisas como o nome do município e seus limites na data de publicação, a posição de municípios vizinhos, nomes de serras da região, além de minerais encontrados no Planalto da Conquista.

¹⁰⁴ Parte dessas fontes foi listada na apresentação da edição aqui exposta.

¹⁰⁵ No livro, encontram-se informações sobre nome, lugar de nascentes e curso dos rios da região, lagoas, serras e povoados, detalhes sobre a fauna e a flora, clima, salubridade do município, variedade da riqueza mineral, demografia, comércio, produção agrícola e pecuária e estradas.



Tranquilino foi um homem do final do século XIX e, dessa forma, profundamente influenciado pelas ideologias de seu tempo, e, conforme dito anteriormente, o nacionalismo foi uma das mais poderosas ideologias dessa época. Quando declara as suas motivações para a produção de seu livro, ele deixa claro o seu nacionalismo e sua paixão pela terra que descrevia:

Reconheço muita imperfeição em meu trabalho, mas sinto uma satisfação imensa cooperando para a grandeza de minha província, tornando dela conhecida uma das mais férteis regiões do solo brasileiro, que se presta melhor que qualquer outra para a colonização indígena, nacional e estrangeira.

Faça, sr. Redator, um apelo a todos os filhos desta altiva e generosa província, que ainda sentem as fibras do patriotismo para não deixá-la morrer esquecida pelos próprios filhos e pelos governos de nosso desditoso país (TORRES, 1996, p. 61).

Em seguida, Tranquilino enfatiza o seu patriotismo: “esta obra, verdadeiro monumento de saber e patriotismo, nós desejaríamos vê-la novamente publicada e espalhada pelos filhos deste Estado: inúmeros serão os benefícios e conhecimentos a se generalizar” (TORRES, 1996, p. 61).


Esta é a intenção de todo o texto: promover o município, ignorando quase¹⁰⁶ todos os problemas, escrevendo as suas memórias, que acabam sendo as memórias da classe dominante regional, que, neste momento, é composta por muitos indivíduos descendentes dos conquistadores do Sertão da Ressaca. Tranquilino temia o esquecimento desse passado pelo qual tinha tanto apreço, e, mesmo tendo consciência das suas limitações, resolveu investir seu tempo na produção desse texto.

Apesar dos equívocos de informação supramencionados, quase todos no âmbito da geografia, o ponto da presente investigação é outro, o conteúdo histórico de *O Município da Vitória*, mais especificamente, a narrativa mitológica acerca do processo de tomada do território do Planalto da Conquista e a fundação do Município de Vitória da Conquista; nesse ponto, Tranquilino mantém o tom ufanista característico da obra.

Poucas localidades deste Estado tem uma história tão edificante como a desta comarca: mas ela perde-se na noite dos tempos, e só a tradição a reproduz: e tendo todos os primeiros conquistadores escrito suas obras e valores, obrigavam a ensiná-la a seus filhos em manuscrito. Não conseguimos, porém, um só exemplar (TORRES, 1996, p. 43).

Começando a análise desse fragmento de trás para frente, verifica-se que o autor afirma a existência de obras escritas pelos conquistadores, mas que não pôde encontrar nenhum manuscrito que supostamente teria sido legado aos filhos dos conquistadores, tendo Tranquilino que confiar totalmente na memória das suas testemunhas, tanto no que diz respeito a esse fato

¹⁰⁶ Quase, porque o autor tece algumas críticas ao estado das estradas que cruzam o município, inclusive atribui a elas o baixo desenvolvimento econômico na região. (Ibidem, p. 57-60).



quanto em relação ao processo histórico relatado nesses manuscritos. Acontece que a memória, em sua dimensão social e individual, é sempre muito volátil, sendo profundamente influenciada pelas impressões e demandas do tempo presente, o que dificulta o acesso a informações mais aproximadas daquilo que realmente aconteceu.

Devido a esses problemas, o autor, quase sempre, só pôde contar com a tradição e ficou duplamente incapacitado de produzir um confronto de fontes, primeiro pela falta de fontes, segundo pela falta de métodos. Além disso, ao contrário de como deveria proceder qualquer historiador, o que não era o caso dele, registrar a memória socialmente preservada era o que lhe interessava, dada a identificação feita por ele entre o que aconteceu e o que se lembrava. Tranquilino então escreveu o mito fundacional, fazendo com que ele não mais perca-se “na noite dos tempos”, e não há dúvidas de seu sucesso, tendo em vista que essa narrativa continuou a ser reproduzida no século seguinte, seja na tradição oral, seja na obra de outros memorialistas conquistenses.

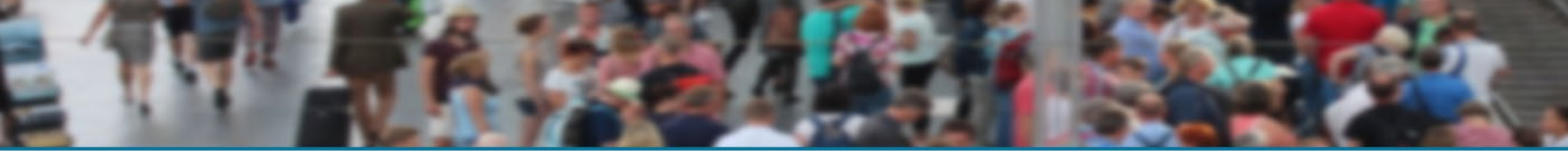
No que se refere à questão dos elogios tecidos à “edificante” história conquistense, é necessário verificá-la tal qual Tranquilino a relatou:

Em princípios a meados do século 18º os índios Mongoyós que ocupavam o terreno em que está edificado a cidade, e mais tarde o distrito de Verruga, os Patachós; considerados Botocudos em razão dos beijos furados [...]; os Cutachós, hoje desconhecidos e internados nas matas, por vezes, ora um, ora outros, iam atacar as povoações de S. Felix à margem do Paraguassú, Rio de Contas, então famosa estrada real da capital para Goiás, criada por el-rei D. João V, João Amaro, neste Estado, Januária, no de Minas, e outras localidades, promovendo o saque, e incutindo àquelas povoações o terror, ao ponto de abandonarem os habitantes seus lares. Sabendo disso mestre de campo João da Silva Guimarães, português, entendeu-se com el-rei, oferecendo-se para conquista-los: e, aceito este tão espontâneo quanto humanitário oferecimento, deu sobre os ditos índios, desde o arraial do Rio de Contas, hoje cidade, pelo João Amaro, onde, no há muito tempo, haviam eles saqueado a igreja, levado rosários de ouro, imagens e roupas do altar até a barra do Rio Gavião [...] (TORRES, 1996, p. 43-44).

Sabe-se, devido a pesquisas acadêmicas recentes, que três etnias indígenas habitavam o Sertão da Ressaca, em vez de duas; estas eram a dos Mongoiós, Pataxós e Imborés. Cada uma com suas especificidades, mas que, em comum, tinham a marca da resistência tenaz, especialmente as duas últimas, que sofriam violenta perseguição por parte dos conquistadores.

Retornando à análise da última citação de Tranquilino, ele afirma que os ataques dos índios da região foram o fato motivador para que o mestre de campo¹⁰⁷, João da Silva Guimarães, num ato “tão espontâneo quanto humanitário”, resolvesse conquistar os indígenas

¹⁰⁷ Antiga patente dada aos chefes de acampamento e comandantes de unidades militares, o nome substituído por coronel no final do século XVIII.



responsáveis pelos ataques aos povoados dos portugueses. Pesquisas recentes indicam que não há qualquer certeza acerca da atuação do referido sertanista no Sertão da Ressaca; o que se tem são indícios que apontam para a possibilidade da sua passagem por essa região e o enfrentamento dos nativos. É um fato sabido, devido às pesquisas recentes, que o bandeirante João da Silva Guimarães morreu antes do ano de 1765, quando foi descoberta a sua morte na aldeia de índios em que viveu durante muitos anos, tal qual apontado por Sousa (2001, p. 43-44). O verdadeiro sujeito desta memória é o capitão-mór João Gonçalves da Costa, cujos descendentes marcaram na memória os acontecimentos em nomes de locais como “Batalha”, “Conquista” e “Sucesso”.

É tido como fato histórico que os povos indígenas resistiram por toda a América, atacando as povoações dos europeus, saqueando e até mesmo matando os invasores sempre que possível, o que causou, inclusive, o abandono de regiões inteiras, como relataram Prado Jr. (2011), Coll (1986) e tantos outros historiadores.

Mas é necessário perguntar: quem é, realmente, o iniciador desses conflitos? Sabemos que os indígenas ocupavam a região desde muito antes da chegada dos portugueses. Se os indígenas tivessem a oportunidade de escrever a história a partir de sua perspectiva, de que maneira seriam vistos os atos “humanitários” do conquistador? Esses questionamentos são importantes para denotar a natureza parcial do memorialista; não que aqui se defenda uma imparcialidade, mas de que essas obras de memórias, neste caso, a de Tranquilino, assumem totalmente a posição dos conquistadores, e é fácil perceber que a ideologia dominante perpassa todo o seu texto nas mais variadas formas.

Além dessas questões, os motivos principais da conquista não eram humanitários e altruístas, como Tranquilino dava a crer em seu texto; os conquistadores eram movidos pela possibilidade de encontrar ouro, prata e pedras preciosas e, mesmo não encontrando essas riquezas, poderiam receber títulos militares que lhes garantiam grande prestígio, além de tornarem-se proprietários de imensas porções de terra que eram utilizadas para criação de gado, cuja carne e couro negociavam com os povoados do litoral, e, em último caso, havia a possibilidade da captura de indígenas para serem vendidos como escravos.

É necessário retomar a narrativa do memorialista para verificar como ele reproduz o mito fundador:

Não sabendo, porém, o número dos índios, e receando um encontro que lhe fosse prejudicial, tendo notícias deles no dito ribeirão por uma simples coincidência a de haver um de sua comitiva de pesca, tirado da água o rosário de ouro, produto do saque de João Amaro, seguiu-os por fora em rumo do Oeste, e foi sair no lugar, hoje




denominado Santa Inês, onde outra coincidência ou acaso continuou a mostrar qual deveria ser o seu itinerário. Daí seguiu a noite com archotes de raízes resinosas, em busca dos índios, até o lugar [chamado] Batalha, (assim chamado pela luta que aí se feriu), onde os alcançou, travando-se às 4 horas da manhã luta renhida, selvagem e porfiada; e começando os seus companheiros, inferiores em número à grande horda de bárbaros, a esmorecer e a ceder pelo cansaço, já as armas de fogo não suportava mais carregá-las que não explodissem, tal tinha sido a veemência do ataque e da luta durante o dia inteiro, até que o mestre de campo animando seus companheiros e soldados, promete a Nossa Senhora da Vitória elevar no lugar do triunfo, se vencesse, uma capela com aquela invocação: animados seus soldados, trava-se luta corpo a corpo, e manejando com denodo e vantagem o facão, conseguem no fim de algumas horas, e na distância de uma légua, esplendida vitória no lugar da própria aldeia (taba) por se ter posto em debandada e fuga alguns índios, tendo se entregue uns e outros ficado prisioneiros. [...]

Eram 50 os soldados e companheiros do mestre de campo com o seu genro, o coronel João Gonçalves da Costa, e dois escravos; superior a 300 era o número da tribo de Mongoiós: grande foi a carnificina destes, muitos foram também os feridos pelo lado do mestre de campo (TORRES, 1996, p. 44-45).

Os fatos relatados são variados e carecem de uma análise mais detida. Em primeiro lugar, é necessário dizer: há pouco de original na história conservada por Tranquilino Torres acerca da conquista. Vários elementos aqui presentes aparecem frequentemente quando se trata das narrativas memorialísticas, indígenas e europeias, sobre a conquista da América, como o número muito maior de indígenas que de conquistadores, o desânimo dos soldados e companheiros do líder, a intervenção divina e a vitória alcançada pela graça da santa. O autor narra esses acontecimentos como fatos históricos, demonstrando o quanto a sua concepção cristã católica de mundo, em uma sociedade em que existe praticamente apenas a religião cristã, afeta a construção e auxilia na consolidação das narrativas memorialistas. É importante lembrar que a padroeira da cidade de Vitória da Conquista é a mesma referida no mito fundacional, a Nossa Senhora das Vitórias, festejada todos os anos na cidade, quando se rememoram os feitos dos conquistadores e a providência divina alcançada por intervenção da santa.

Não é a intenção afirmar que todas as características do texto sejam falsas ou ideológicas, pois existem, na obra de Tranquilino, e mesmo no que está destacado acima, muitos elementos que se aproximam da realidade. Por exemplo, é notória a grande vantagem numérica dos povos nativos em todo o processo de conquista, é evidente que, em condições adversas, os soldados podem esmorecer e diminuir o ímpeto, assim como sabe-se que a invocação da fé pode ter influências psicológicas sobre eles. A questão é que, na narrativa memorialística, a ideologia religiosa opera uma inversão nesse processo, pondo a influência divina de forma subentendida como motivo da vitória “esplendida” dos conquistadores. Dessa forma, ela oculta o elemento humano no processo, naturalizando e sacralizando o massacre realizado pelos portugueses.

Chega-se então a um novo problema: o uso de determinadas palavras que exprimem juízo de valor negativo, uma perspectiva etnocêntrica acerca dos indígenas, enquanto se avalia




positivamente a carnificina cometida pelos conquistadores. Adjetivos como “horda de bárbaros” demonstram um desprezo do memorialista perante aos ameríndios; adjetivos que são comuns em outros pontos do texto, como, por exemplo, no qual ele afirma que o sargento-mór Raymundo Dias de Miranda, filho de João Gonçalves da Costa, “não poucas vezes teve de exterminá-los a facção” (TORRES, 1996, p. 47). Sabe-se bem que exterminar é uma ação levada a cabo contra insetos, animais peçonhentos e portadores de doenças, como ratos, e, dessa maneira, os indígenas, através da ideologia, aparecem como elementos naturais que precisavam ser eliminados.

Todas essas afirmações se enquadram nas ideologias do tempo em que Tranquilino viveu, elementos como o etnocentrismo, o positivismo, o racismo e o darwinismo social se fazem presentes na narrativa do memorialista, cada um em uma escala e em dimensão diferentes, afinal de contas, o autor era um homem de seu tempo e fora fortemente influenciado por ele.

É necessário compreender que, quando o autor chamou os nativos do Sertão da Ressaca de “horda de bárbaros”, ele apenas reproduziu o espírito de sua época, lembrando os antigos livros e filmes que narravam a “marcha para o oeste” nos EUA, popularmente conhecidos como “banguê banguê”, que frequentemente retratavam os indígenas como vilões em suas histórias e eram muito populares até algumas décadas atrás. Essa era uma visão bastante comum.

A forma como Tranquilino reproduziu o mito fundacional serviu, de alguma forma, para sedimentar essa memória na sociedade conquistense. O mito reapareceu nas obras dos memorialistas do século XX e, mesmo que o pioneiro desse registro não tenha sido citado, de certo modo, o objetivo dos memorialistas de impedir o esquecimento, de inscrever na memória popular as suas versões sobre o passado, tem sido alcançado, mesmo com a produção de pesquisas recentes que desvelam o passado com uma precisão e um cuidado substancialmente superiores ao que foi produzido no campo memorialístico.

Ainda na análise da última citação, há uma outra confusão que se refere ao parentesco de João Gonçalves com João da Silva. Segundo o memorialista, o último seria sogro do primeiro. Porém, Sousa (2001, p. 115-116) afirma que, na realidade, o primeiro foi casado com Josefa Gonçalves da Costa, filha do sesmeiro Mathias João da Costa com sua esposa Clara Gonçalves da Costa.



O memorialista narra outros fatos, mas, sem poder perceber a traição e a enganação como aspecto tático presente em toda a história da conquista da América, ele conta a conhecida história do “banquete sangrento”:

Conta-se que, ofendendo contentemente os índios aos conquistadores e suas famílias, quando estas iam à fonte ou à caça, pelo desaparecimento de alguns de seus membros, quase diariamente, sendo inesgotável o ódio que lhes votavam os índios, teve o coronel João Gonçalves da Costa de reuni-los em um banquete onde exterminou grande número que se achava ébrio, concedendo aos poucos retirarem-se para Cachimbo, hoje importante arraial (TORRES, 1996, p. 46).

O relato de Tranquilino está de acordo com aquele feito pelo príncipe Maximiliano, que esteve na região no ano de 1817 e escreveu um importante livro chamado *Viagem ao Brasil*, no qual relata as suas experiências na, até então, colônia portuguesa. Qualquer estudo mais detido sobre a conquista da América revela que a história da conquista é também a história das traições dos conquistadores para com os seus acordos feitos com os indígenas e que se estes lhes devotavam um ódio mortal, não era sem motivos.

Em um determinado ponto de sua construção memorialística, Tranquilino informa sobre as relações dos diferentes povos indígenas que habitavam o Sertão da Ressaca. Seus relatos, apesar de imprecisos, são confirmados por outras fontes mais rigorosas. Os diferentes grupos se enfrentavam, às vezes com grande violência.

Os Mongoiós, índios mansos, catequizados, odeiam vivamente aos Patachós bravios: impedem a estes de atravessar o rio Duas Barras, e praticam com eles, mais selvagens aliás, atos de maior barbaridade, principalmente com as crianças, já queimando-as vivas seguras pelos pés e assistindo o cheiro da gordura que cai no braseiro, já batendo com suas cabeças pelos paus de modo a saltar os miolos, esmigalhando-lhes o crânio! (TORRES, 1996, p. 47-48).

É estranho que Tranquilino narre essa situação como se ele tivesse sido contemporâneo dela, visto que não parece, durante todo o seu texto, que ele tenha tido contato com indígenas. Para além disso, o etnocentrismo de seu tempo, que constituiu uma contradição entre “selvagem” e “civilizado”, se manifesta claramente nesse ponto de seu livro. Qual seria, então, a distinção entre a selvageria e a civilização? Ao que parece, para o memorialista, “civilizado” seria apenas aquilo que é do conquistador, aquele que é branco e europeu. Todos os outros povos são apresentados como “selvagens”.

Retornando à descrição que Tranquilino faz dos indígenas, é possível encontrar mais indícios do caráter ideológico e pejorativo do adjetivo “selvagem”. “Na mesma tribo, os Mongoiós acabam com os parentes daqueles que ofendem a um de seus membros: não há muitos anos, houve verdadeira carnificina sacrificando um a um o assassino de seu parente, extinguem-se as famílias, verdadeira pena de Talião!” (TORRES, 1996, p. 48).



O comportamento de executar assassinos, ladrões e inimigos da coroa era absolutamente comum no Brasil colonial¹⁰⁸, como também foi durante o império¹⁰⁹ e, mais ainda, no final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, quando eram muito comuns as guerras de famílias em disputa pelo poder político de uma determinada localidade, e os assassinatos se seguiam sem cessar, em verdadeiras guerras locais. Mas Tranquilino se apresenta profundamente chocado com o comportamento dos indígenas nesse que, ainda por cima, é um relato bastante incomum de um conflito interno de um grupo.

Continua então, Tranquilino, relatando a situação das crianças indígenas tomadas pelos brancos para serem criadas por eles, e, segundo o autor, mesmo aquelas apanhadas “desde amamentação”, desenvolviam “sentimentos de vingança, astúcia e muita inteligência”. Interessante perceber que, dentro desse contexto, “astúcia” e “inteligência”, que deveriam ser virtudes, mais parecem vícios, características negativas. Outra questão que deveria ser avaliada é a maneira como essas crianças eram criadas e tratadas nessa sociedade, para que desenvolvessem tais traços.


Todas essas passagens carregadas de etnocentrismo do memorialista demonstram como essa visão é, em Tranquilino, a medida usada para comparar as diferentes sociedades e culturas, sendo “civilizado” e “bárbaro” os dois polos de uma contradição, em que o primeiro é identificado positivamente aos europeus e o segundo, negativamente aos índios.

Retornando à análise do livro, chega-se a um ponto bastante interessante quando Tranquilino apresenta uma importante carta de João da Silva Guimarães, em 1734, autêntico documento histórico, o que demonstra o caráter ambíguo das obras dos memorialistas, que estão longe de serem descartadas como pura invenção; nelas residem inúmeros e importantes indícios de onde muitas pesquisas acerca da história do Sertão da Ressaca e sobre o município de Vitória da Conquista podem partir. Nessas pesquisas, as obras dos memorialistas são fontes incontornáveis que revelam dados sobre o momento em que a memória tenta alcançar, mas também sobre seu próprio tempo.

A carta narra a composição, as motivações e as ações da bandeira empreendida por João da Silva Guimarães no ano de 1734, que, composta por muitos escravos e soldados, procurava minas de ouro e pedras preciosas. Nesse importante documento, o bandeirante relata as

¹⁰⁸ Há de se lembrar de um dos mais célebres casos, o de Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes, que foi enforcado, e seu corpo esquartejado e exposto em vias públicas para incutir o medo na população.

¹⁰⁹ Os casos das rebeliões reprimidas de forma violenta pelo poder central e que levaram muitos dos rebeldes até o cadafalso. Entre elas se encontram a Balaiada e a Revolta dos Malês.



dificuldades tanto pelos combates com os indígenas¹¹⁰ quanto pela aspereza e infertilidade do terreno, adversidades que foram superadas, inclusive, com auxílio de nativos com quem ele conseguiu constituir aliança e amizade. Tendo desbravado a região por quase cinco anos e passado muitas dificuldades, pediu socorro ao Rei, até porque as esperanças de encontrar novas riquezas foram frustradas, tendo encontrado poucas pedras preciosas (TORRES, 1996, p. 48-52).

As notas da edição (TORRES, 1996, p. 113-116) auxiliam no esclarecimento da origem das fontes do memorialista e também de termos apresentados no texto. No que se trata da fonte da carta, ela foi o livro *Memórias históricas e Políticas da Província da Bahia*, de Ignácio Accioli.

E é com a transcrição da carta acima relatada que se encerra o conteúdo histórico sobre a conquista do Sertão da Ressaca em *O Município da Vitória*, tendo sido esse conteúdo analisado em detalhes durante todo este tópico e demonstrado os elementos ideológicos presentes em sua produção, que foi levada a cabo por um homem do século XIX, imbuído das ideologias e preconceitos de seu tempo e sua sociedade. Foi Tranquilino o primeiro a registrar essas memórias de forma mais sistemática, e, graças a ele, os memorialistas e historiadores do século seguinte tiveram um material para iniciar suas jornadas, mesmo que pouco se referissem a *O Município da Vitória*.


Apesar de todos os problemas apontados, acrescentando-se o fato de tal obra não ser historiográfica, não resta dúvidas da importância desse texto como ponto de partida de importantes pesquisas historiográficas sobre a cidade de Vitória da Conquista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre memória e história local exige, ainda, um longo trajeto de análise. Contudo, algumas conclusões preliminares foram apresentadas para fomentar o debate e trazer à tona contradições que se apresentam nas narrativas encontradas sobre os primórdios do município de Vitória da Conquista, Bahia, e que também se estendem a várias outras com foco na história regional e local.

O intuito deste artigo, ao retomar esses autores e memorialistas, foi reafirmar o papel da história e do historiador estabelecendo marcos para se caracterizar as diferenças entre os trabalhos memorialísticos sobre as microrregiões e os trabalhos de História Local que ainda

¹¹⁰ O irmão de João da Silva Guimarães morreu em um combate contra os índios.



precisam ser realizados para superar as limitações apresentadas nos primeiros, lançando luz nas raízes históricas do nascimento e desenvolvimento das localidades do Brasil, tendo como condição *sine qua non* o abandono do ufanismo e dos compromissos políticos locais e a adoção do rigor metodológico e da crítica aprofundada.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

COLL, Josefina Oliva de. *A resistência indígena: do México à Patagônia, a história da luta dos índios contra os conquistadores*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

CORREA, Silvio Marcus de Souza. História local e seu devir historiográfico. *Métis: História e Cultura*, Caxias do Sul, v. 1, n. 2, p. 11-32, jul./dez. 2002.

DONNER, Sandra Cristina. História Local: Discutindo conceitos e pensando na prática. O histórico das produções no Brasil. XI Encontro Estadual de História, ANPUH-RS. *Anais [...]*. Rio Grande do Sul, julho de 2012, p. 223-235.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2013.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da econômica política: Livro III: O processo global de produção capitalista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. *História local e memória: limites e validade*. Campinas: Librum Editora, 2013.

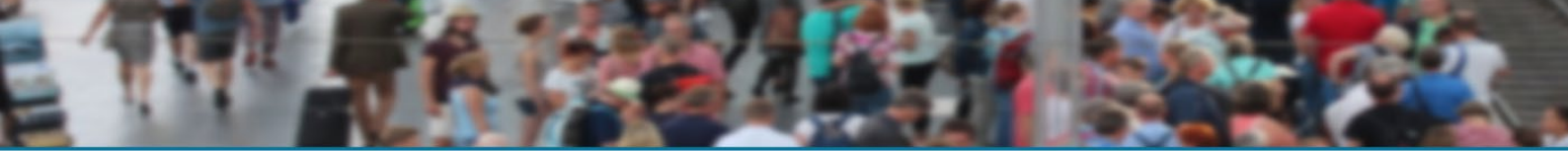
MEGILL, Alan. *Historical Knowledge, Historical Error*. Chicago: Chicago University Press, 2007.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, Cativa da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 34, p. 9-24, dez. 1992.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOUSA, Maria Aparecida Silva de. *A conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.



TANAJURA, Mozart. *História de Conquista: Crônica de uma cidade*. Vitória da Conquista: Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 1992.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.

TORRES, Tranquilino Leovigildo. *O município da Vitória*. Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1996.

VIANA, Aníbal Lopes. *Revista História de Conquista*. Vitória da Conquista: “O Jornal de Conquista”, 1982, 2 v.

CAPÍTULO 26

MONGE SÃO JOÃO MARIA: UM CONTEXTO DE FÉ E LUTA NA REGIÃO DO CONTESTADO

Érica Karina Silva
Crislaine Letícia Vereta

RESUMO

Ao longo dos séculos sociedades e culturas se ergueram, cada uma com características próprias que as distinguiam das demais, contudo, um ponto em comum entre ambas era a pluralidade religiosa, seja acreditando em um deus sol ou em um deus cristão. Ao decorrer da história toda sociedade buscou construir um sistema de crenças que os amparassem nos momentos de aflição. Tendo em vista a diversidade religiosa na construção das sociedades no transcorrer do tempo, o presente trabalho busca refletir uma das formas da expressão de religiosidade na região sul do Brasil, enfatizando sua importância na formação sociocultural do oeste catarinense e centro-sul paranaense. Diante do cenário da Guerra do Contestado (1912-1916) emergiu a figura do Monge João Maria, de origem simples, o monge peregrinou transmitindo princípios de humildade e moralidade, ouvindo, aconselhando e dando conforto aos que lhe procuravam. Ao decorrer de sua passagem pelos Estados, deixou inúmeros devotos e um legado que permanece vivo até hoje. Assim, refletiremos a importância do monge para a construção da mentalidade das populações sertanejas que compunham a região durante o conflito, perpassando até os dias atuais, enfatizando sua influência religiosa, no município de Rebouças, no centro-sul do estado do Paraná.


PALAVRAS-CHAVE: História; Religiosidade; Monge João Maria; Rebouças.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O monge São João Maria, segundo seu contexto histórico, era dividido em três, que posteriormente frente aos relatos houve a junção em apenas um, conhecido principalmente no sul do país, pelos seus feitos religiosos, como acura por meio de ervas, água e milagres. Muitos povos, principalmente camponeses encontravam nele o amparo, para atravessar difíceis momentos de penúria, este apresentando-se como um conselheiro, não rompendo com suas crenças até então construídas, principalmente sob o catolicismo tradicional (GOES, 2007).

A referida crença surge através da chegada de Monges peregrinos no estado catarinense na segunda metade do século XIX, entre eles João Maria D'Agostini, João Maria de Jesus e José Maria que se mesclam e se fundem em uma unidade espiritual que serve como guia para os moradores da região, como profetas e guias para as doenças do corpo e da alma (BENETTI, 2016, p.15).

João Maria de Agostini, de origem italiana, fez sua passagem pelo continente americano em meados do século XIX, e ficou conhecido como 'O santo'. O segundo, com características do primeiro, ficou conhecido como monge João Maria de Jesus conhecido como 'O político',



concentrando-se no planalto meridional brasileiro. Por fim, o terceiro titulado como ‘O guerreiro’ e mais conhecido ao sul do Brasil, é “[...] denominado José Maria de Santo Agostinho, sendo o único dos monges a ter realmente participado da Guerra do Contestado” (KARSBURG, 2012, p. 12).

Para a população sertaneja, é lembrado de apenas um monge São João Maria, este sendo caminheiro, chamava a atenção das regiões camponesas ao sul do país, a qual estava esquecida pelo governo. Levando a palavra de Deus por onde passava, muitos devotos o seguiam, ficando hodiernamente a crença nas águas sobrenaturais, dos olhos de água que o mesmo abençoou.


De um modo geral, coincidem nas narrativas de que era um homem piedoso, penitente, que levava uma vida muito austera, alimentava-se de frutas e de dádivas dos moradores e servia-se de água cristalina da fonte que brotava no paredão. Entoava salmos, cantava, fazia orações em voz alta e costumava assistir missa na capela da fábrica (THOMÉ, 1999, p.29).

O presente estudo tem como objetivo analisar a historicidade do monge João Maria e a crença em torno deste, tendo grande influência no sul do país em específico nos estados do Paraná e Santa Catarina, tendo a Guerra do Contestado como pano de fundo desta história. Além das manifestações religiosas que perduram até os dias atuais, com destaque para a cidade de Rebouças, no interior do Paraná, na qual construiu-se um parque que acompanha esta titularidade.

O monge levava o anseio de protesto, uma esperança de vida para a população cabocla, moldando-se uma contracultura, em adversidade a todas as instituições brasileiras. Soma-se a isso, a busca pelo monge num contexto de revolta, a qual almejava-se a formação de uma sociedade mais justa, sem exploração e sem explorado (CALONGA, 2008).

Conhecido como o santo popular, o monge João Maria foi um personagem de ambíguas descrições, atuando tanto em meio a população quanto às autoridades, este homem é “[...] a construção de múltiplas e controversas imagens e representações a seu respeito: santo, eremita, milagroso, impostor, espião, charlatão, curandeiro, embusteiro” (ORO, 2014, p.80). Em contrapartida, por mais conhecido que fosse João Maria era solitário, recolhido em cavernas e grutas, prosseguia sua vida peregrinando, levava a palavra do Senhor pregando o evangelho, muitas pessoas recorriam a ele em prol de soluções para suas angústias.

Entre a experiência do contato ou da convivência pessoal e o ato de fé se configuraram os elementos que dão forma e conteúdo para a crença, que provavelmente já se instituíra. O Santo Monge, quando conhecido pessoalmente, trazia a fama de ser alguém dotado de poderes sobrenaturais, como caminhar sobre as águas, curar as doenças, prever o futuro e aconselhar sobre os problemas cotidianos do trabalho, da família ou referente as crianças (GOES, 2007, p.87).



João Maria de Agostini, referendado pelos demais monges, sendo a imagem que prevalece na crença do povo, era um homem que almejava o sacerdócio, contudo um problema físico na sua mão esquerda não permitiu que este fosse ordenado. Assim, adotou uma vida de peregrino na divulgação do evangelho, seguindo sua vocação, mesmo não oficializada pela igreja católica, espelhando-se no modelo do Santo Antão, sinônimo dos profetas bíblicos, com barbas longa e rusticidade no modo de se vestir (ORO, 2014).

Neste sentido, o que está em xeque e alicerça a pesquisa é a crença do povo, o acreditar no peregrino, nas suas palavras de cura, nas nascentes que abençoava tornarem-se milagrosas, e não a validação de todos os feitos fomentados pelos seus seguidores.


OS MOVIMENTOS MESSIÂNICOS E A GUERRA DO CONTESTADO

A principal característica do messianismo é o acreditar que a salvação de todos dar-se-á por um messias, alguém enviado de Deus. “Um movimento é considerado messiânico quando entender-se que a salvação coletiva será trazida por um messias, um redentor, um líder carismático” (GUIMARÃES, 1979, p.144). Por este viés, o monge João Maria por meio de seu discurso humilde com fundamentos na integração coletiva, fundou uma comunidade, a qual segundo ele seria regida pelas Leis de Deus, na qual todos teriam terras para trabalhar.

Era um ato de tradição no Brasil a crença em curandeiros, dos quais em destaque para o Monge João Maria, o qual peregrino, percorreu o mesmo caminho dos tropeiros, titulava-se como ‘monges’, mesmo não participando de nenhuma instituição religiosa. Entretanto eram indivíduos leigos, os quais dedicavam sua vida à religião (CALONGA, 2008).

Em contrapartida, a fundação deste espaço, titulada como ‘Quadrado Santo’, surgiu na mesma época de finalização da ferrovia que cortava os estados do sul até o sudeste do país. Momento de grande desenvolvimento da indústria, a implantação desta ligação entre os estados significou grandes possibilidades de avanços econômicos. Todavia, neste contexto, muitos sertanejos foram prejudicados e ao fim das obras, muitos trabalhadores ficaram desempregados. A organização desta comunidade pelo Monge, tinha como principal objetivo acolher estes pais de famílias que estavam sem trabalho, ou sem terras, devido a isso o legado ‘todos teriam terras para trabalhar’, sendo que a estrada de ferro tomava 30 km de largura, tendo que ser desapropriada.

Essas crises muitas vezes provocam a anomia nessas sociedades e, portanto, a necessidade de reorganizar os valores morais do grupo e reencontrar sua coesão interna. Concebidas como sociedades fechadas, coesas, baseadas nas relações pessoais e em que a religião utilitária tinha função fundamental na solução dos problemas, recorrendo os fiéis a alguns de seus funcionários cujo papel organizador



era básico, é difícil perceber o conflito que não seja entre as famílias que nelas se aglomeram (GUIMARÃES, 1979, p.148)

A organização desta comunidade desencadeou em inquietações nos coronéis da região, temendo uma revolta monárquica. Neste sentido, instauraram homens para que desvinculasse a comunidade do monge João Maria, visto até então como desordeiro. Assim em 1912, as forças armadas se colocaram a frente da comunidade para retirar os posseiros, e ao lado oposto estava os trabalhadores com machados e foices, o mínimo de armamento e preparação existente, “a posse da terra perdida e o pinheiro roubado desesperam milhares de braços caídos que não têm para onde balançar, pessoas sem um lugar para morar e nem algo para se sustentar” (FELDHAUS, 2013, p. 215).


Alguns sertanejos fugiram e outros morreram em combate, um destes foi o monge João Maria, o qual foi enterrado com o acreditar de sua ressurreição.

O messianismo no movimento do Contestado, encontrou seu vigor na morte do monge João Maria, no combate do Irani. A espera consolidou a esperança do seu retorno, e, suscitou a formação de irmandades sertanejas. A espera no retorno do monge transformou numa espécie de religião, que se sustentou na fidelidade de seus adeptos ou crentes. Os adeptos constituíram uma ideologia da esperança carregada de nostalgias e lembranças do passado, não havia um projeto claro sobre o futuro, havia sim uma estratégia de ação do imaginário, no qual haveria a participação do exército do monge acompanhado de São Sebastião, que viriam para salvá-los da resistência que empreenderiam contra as forças oficiais (TONON, 2008, p.32).

A guerra do Contestado instigada principalmente pela disputa de terras entre agricultores que tiveram que sair de suas propriedades devido a passagem da ferrovia, e o Estado, este que tinha como principal intuito evitar uma revolução dos sertanejos. Rebuscando na história, ao fechar contrato com a empresa da ferrovia, o Estado declarou que todas as terras que a estrada iria passar entre Paraná e Santa Catarina, eram desapropriadas, logo muitos posseiros tiveram que deixar suas terras, pequenos fazendeiros foram a falência.

O governo agia junto as empresas expansionistas sem dar importância a presença de indígenas, trabalhadores rurais, posseiros, homens que extraíam erva mate, e já ocupavam aquele espaço. Isso, resultou em indignação e revolta, um dos principais estopim para a organização da revolta posteriormente (BENETTI, 2016).

Após a retirada da empresa que construiu a ferrovia, organizações messiânicas tomaram força, com destaque para o monge João Maria, favoreceram a disposição da guerra, acreditando ser de teor santo. Com a fundação de uma comunidade na região, e assim dispendo de demais em outras regiões, lançando-se como governo independente. Insatisfações por parte da república, faz com que soldados fossem enviados para a repressão dos rebeldes, assim logo o



monge já tinha organizado seu exército de caboclos, com fundamentos no discurso que não deveriam temer a morte, visto que a ressurreição estava certa, logo que terminasse o conflito.

É no movimento do Contestado que o monarquismo sertanejo tem o seu principal desenvolvimento. As noções de “Monarquia celestial” deixam de ser apenas críticas saudosas à República e passam a compor um projeto político sofisticado, baseado em fortes relações comunitárias de auxílio mútuo, uma espécie de *comunismo caboclo*, que regulava a vida nas “Cidades Santas”. A proibição do comércio interno, a socialização dos bens e meios de subsistência são as principais características deste monarquismo caboclo: “*Quem tem, mói, quem não tem, também mói, e no final todos ficam iguais!*” Esta fala, atribuída a José Maria, virou Lei nos redutos (MACHADO, 2013, p.11)

Diante do avanço do exército, João Maria migra para a região conhecida então como Contestado, pois era uma localidade com questões jurídicas a serem resolvidas com o estado de Santa Catarina.


Frente a isto, surgiram diversas interpretações associadas ao contexto de cada autor, cientistas retratam a história do Contestado de outra forma, relatando as questões econômicas, políticas e religiosas de um outro viés baseado em sua linha de estudo. Porém, o intuito do historiador é compreender a cultura, de modo algum invalidando os demais relatos, todavia, demonstrando a diversidade do passado para a partir dela estudar os processos e transformações ocorridas (TONON, 2008).

O fato que cabe ressaltar aqui é que todos eles apontam para a religião como um espaço que catalisou os fatores de exclusão que determinaram condições de ruptura do modo de vida dos agricultores empobrecidos no sudoeste de Santa Catarina e no Paraná [...] para muitos, a questão se revolveu simplesmente com o recurso que engendra o messianismo: a volta do monge, conforme suas promessas feitas (GOES, 2007, p.122).

Com a morte do Monge João Maria, a batalha continuava em prol da volta do mesmo, acreditava-se que ele era o messias e ressuscitaria, assim destruindo o mal da república. O messianismo era uma manifestação calcada na crença da vinda de um ser divino, Deus, que estabelecia uma nova ordem de justiça e felicidade (TONON, 2008).

Reunidos no Taquarussu, o monge dirige-os. Perseguidos, comanda-os. Atacados, morre com eles na luta. Derrama seu sangue pela causa, boa ou má, que era de todos. O local em que caiu é conhecido. O seu corpo é recolhido e guardado à espera de uma ressurreição que não acontece (FELDHAUS, 2013, p. 222).

A morte do João Maria em consequência de abater os guerreiros, instigou mais ainda a busca pela guerra, a esperança pela vitória e a ressurreição do monge, “[...] quando videntes passam ordens. recebidas do monge aos demais integrantes das cidades santas(redutos). A simbologia das orações, dos rituais e das práticas de guerra também reafirmam o caráter místico e religioso do movimento” (CALONGA, 2008, p.53).



Em 1918, após pacificação da região, o culto ao monge João Maria não acabou, sendo uma tradição muito forte na região sul do país, desde a organização da irmandade pelos caboclos isolados do resto do país, até o batismo e demais manifestações religiosas praticadas hodiernamente, que torna atuante a crença no monge preservando sua imagem e memória popular.

SÃO JOÃO MARIA OUVI A AMPARA OS QUE O BUSCAM

João Maria foi interpretado, inicialmente, como um homem pacífico, conselheiro, benzedor, alguém que dava sermões nas igrejas e se parecia com um frei, ou um padre católico, um monge ou alguém que procurava se afastar do mundo para estar com Deus (...) E, depois de quase um século, João Maria é lembrado como um profeta ou um líder carismático (Weber, 1994) e, como um curandeiro, milagroso, benzedor, monge, peregrino, pai, paizinho, João de Deus ou João Maria de d'Agostini, de Jesus, Santo Agostinho ou simplesmente João Maria. É lembrado também como um apóstolo, um enviado de Deus, um santo, como alguém que não morreu, continua vivo, encantado. Celebrado como quem tinha e tem poderes sobrenaturais, que faz milagres, que intercede em prol dos mais pobres e sofredores. (TOMAZI, 2006, p.76)

Sabe-se da passagem do monge João Maria pela região do Paraná e de Santa Catarina durante a Guerra do Contestado (1912-1916) e de sua importância para as populações caboclas e camponesas da região. Esse personagem exalava uma essência quase divina, suas palavras e sermões levavam conforto aos que mais precisavam. Essas características fizeram que o João Maria se tornasse “santo” para alguns, ameaça para outros e para tantos uma figura enigmática.

Apesar do conhecimento de suas caminhadas entre o sudeste paranaense e o oeste catarinense, não se pode afirmar com certeza por quais comunidades do Paraná o monge realmente passou, porém, independente do caminho traçado, deixou marcas profundas na fé das populações da região.

Rebouças, uma pequena cidade interiorana situada no centro-sul do Paraná é fortemente ligada a crenças religiosas tradicionais, como a fé em benzimentos e simpatias realizadas por benzedoras, além de manter a crença na passagem do Monge João Maria e suas benções por toda a região.

O município reboucense é o primeiro do país a oficializar a profissão de benzedor como um ofício tradicional. A lei municipal nº 1401 de 2010, assegura e ampara as benzedoras da cidade como detentoras do ofício tradicional de saúde popular. A elaboração e aplicação da lei é resultado de um amplo esforço das benzedoras, articuladas com a APF – Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, qual representa as comunidades tradicionais típicas de todas as regiões do estado do Paraná desde 2005. Outro traço da religiosidade reboucense é a criação do Parque Ambiental São João Maria no ano de 2017.



A construção do parque é consequência da soma de esforços do Movimento Aprendiz da Sabedoria – MASA e dos movimentos e grupos agroecológicos visando a preservação de biodiversidade, juntamente com as ações da prefeitura municipal, resultando em um reduto de santidade e devoção, além de ser uma área ambiental, com nascente protegida. O artigo 4º da Lei Municipal nº 2042/2017 estabelece que a preservação ambiental é resultante na preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade.

Em “*A religiosidade no Faxinal do Salto em Rebouças – PR*”, Silva e Migon (2016) discutem a figura do monge João Maria como o “monge dos excluídos”, uma vez que sua figura está entrelaçada a cultura cabocla, com as tradicionais romarias, benzimentos e os batismos no olho d’água. No mesmo trabalho, em entrevista, Dolores Andrade Silva, afirma que “não se sabe se o Monge passou realmente pelo Salto. Mas, o olho d’água é considerado de São João Maria porque é uma água que pode tá a maior seca que tiver é a mesma água sempre”.


A partir da perspectiva apresentada por Silva e Migon (2016), acerca da ideia da passagem ou não do monge João Maria pelo Faxinal do Salto, estendemos a compreensão de que não se pode afirmar com toda a certeza se o monge passou pela região de Rebouças, todavia, crê-se que sim, pois como afirmou Dolores, “*pode tá a maior seca que tiver é a mesma água sempre*”.

Paulo Pinheiro Machado (2013), descreve o monge como um andarilho que aceitava poucos alimentos que lhe eram oferecidos, era um indivíduo com barbas e cabelos longos, usava um pequeno boné com pele de jaguar e caminhava segurando um cajado de pastor.

A forte associação entre o monge e as nascentes de água, está pautada na crença de que como o monge era um andarilho, sem pousada fixa, em diversos momentos de sua peregrinação encontrava-se sem nada que comer ou beber, então usava seu cajado para bater levemente na terra e, com a batida, a terra jorrava água e essa água jamais secava. A partir da crença de que o monge podia fazer jorrar água das terras mais secas, as nascentes encontradas em diversas localidades das regiões paranaenses foram “batizadas” como sendo de São João Maria, por isso a denominação até os dias atuais.

Outro elemento balizador da crença na santidade do monge, está na aproximação com a figura de Jesus Cristo, como argumenta Machado:

(...)o monge também era conhecido por determinadas propriedades extra naturais, tais como as atribuídas a Cristo - como a capacidade de caminhar sobre as águas, de adivinhar o pensamento das pessoas e de multiplicar alimentos. João Maria recomendava a todos que plantassem cruzeiros em frente das suas casas. As pessoas



que assim procedessem estariam protegidas no momento que aconteceria de o sol não nascer no período de três dias. (MACHADO, 2013, p.05)

O aspecto humilde do monge fez com que inicialmente criasse uma relação amistosa com o clero, cenário esse que ao passar dos anos foi sendo modificado, tendo seu ápice em 1890.


A partir de 1890 o clero católico, que vivia um processo de profunda transformação com a romanização dos sacerdotes, dentro do espírito ultramontano de recuperação da autoridade da hierarquia da Igreja, passa a hostilizar a figura de João Maria, a condenar publicamente suas práticas (SERPA, 1997, IN: MACHADO, 2013, p.05).

Uma das práticas do monge era o batismo no olho d'água, uma prática muito comum na região. Assim como os batismos realizados em casa, o rito não era bem visto pela Igreja Católica Oficial, pois a prática não era realizada por um sacerdote e sim por um leigo, qual oferecia o apadrinhamento ao monge, rito esse que ainda hoje é praticado no município. Os batismos acontecem no parque, ou então em outros olhos d'água existentes no município com no Faxinal do Salto e na Água Quente dos Domingues.

A realização dos ritos de batismos que ocorrem além das paredes da Igreja é uma prática da cultura popular. Sabe-se, desde a época colonial, era difícil a presença de padres católicos em comunidades do interior do Brasil. Suas visitas eram esporádicas, uma ou duas vezes ao ano, resultando dessa forma, no batismo em casa, ou em algum lugar considerado sagrado. Tal prática ocorria, pois, as condições de vida e sanitárias eram precárias, desse modo, muitas das crianças que nasciam, morriam antes de completar o primeiro ano e, segundo a crença católica, uma criança que morre antes de ser batizada fica pagã, não chegando ao reino dos céus, desse modo, para evitar que o filho morresse pagão, os pais batizavam os filhos em casa, e quando um padre chegasse à comunidade, batizavam na igreja.

A prática batismal em casa ou em olhos d'água ainda é comum nas comunidades interioranas, apesar de não ocorrer pelos motivos que a originaram, ganhou novas apropriações com o passar dos anos, todavia, mantendo seu rito simbólico.

Peter Burke, em *“O que é História Cultural”* discute as dificuldades em se definir o que é cultura popular e cultura erudita, uma vez que compreende-se que a cultura erudita está ligada a sociedade elitizada, enquanto que a cultura popular seja um domínio do povo. Entretanto, como o questiona Burke, “quem é o povo? Todos, ou apenas quem não é da elite?” (2005, p. 40). Nesse sentido, o autor propõe pensar em *“subculturas”*, sendo que, embora autônomas e distintas, ambas possuem características em comum, associam-se e incorporam elementos pertencentes de uma à outra.



Assim, vemos que a cultura religiosa de Rebouças, mistura ritos eruditos (da Igreja Oficial), com ritos e crenças populares, ressignificando conceitos e recriando realidades culturais. Apresentando o uso de culturas de forma plural, uma vez que a cultura não é uma ilha, única e isolada das outras, mas sim, que a cultura é heterogênea, que sofre influências de fatores internos e externos, assim como uma esponja que absorve elementos do ambiente, a cultura se ressignifica e se adapta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pesquisador que se propõe estudar as representações religiosas de uma cultura, apresenta-se um campo de variadas fontes, todavia, para iniciar o trabalho Certeau (1979, p.30), afirma que tudo começa com o gesto de selecionar, de reunir, de, dessa forma, transformar em “documentos” determinados objetos distribuídos de outra forma.

Assim, ao refletirmos sobre as marcas deixadas pelo Monge João Maria na região sul do Brasil vemos uma mescla de elementos da cultura popular e erudita, que ao longo dos anos foram sendo ressignificadas e reapropriadas segundo a necessidade do período.


Ao longo desse capítulo procuramos compreender a trajetória do monge e sua importância para as comunidades camponesas e interioranas do Paraná, uma vez que este, considerado santo popular, foi além, adentrou no campo da vida familiar das pessoas, e mesmo enquanto representação, trouxe alívio para suas lamúrias e sofrimentos, tocou no íntimo de sua fé.

Com o advento da Escola do Annales e a Nova História Cultural, temas que por anos foram deixados a margem, ganharam visibilidade e destaque, populações humildes, consideradas “sem história”, passaram a ser vistas como sujeitos da história e isso, abriu uma gama riquíssima de estudos para a historiografia. Consideramos dessa forma, que o tema abordado é de suma importância, sendo propício a novos estudos, com intuito de agregar aos debates, de forma especial no meio acadêmico, gerando novos estudos e discussões.

REFERÊNCIAS

BENETTI, Tiago João. **O culto a São João Maria na região do Xanxerê-Sc, e a sacralização de elementos naturais ligados ao monge do Contestado**. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal da Fronteira do Sul. Chapecó, 2016. 42p.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.



CALONGA, Tania Aparecida da Silva. O movimento messiânico do Contestado. **Oráculo** 4.8, 2008, p.52-80.

GOES, Cesar Hamilton Brito. **Nos caminhos do santo monge: Religião, sociabilidade e lutas sociais no sul do Brasil**. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p.284.

FELDHAUS, Fabiano. O conflito do contestado como espaço de representação do sagrado: dos monges ao ícone São João Maria. **RA'E GA** 27, 2013, p.204-233, Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR.

GUIMARÃES, Alba Zaluar. **Os movimentos “messiânicos” brasileiros: uma leitura**. 1979, pg. 141-157. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-06>. Acesso em: 20 de janeiro de 2022.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. **O Eremita do Novo Mundo A trajetória de um peregrino italiano na América do século XIX (1838-1869)**. 2012. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

LE GOFF, Jacques. NORA, Pierre. **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro, F Alves, 2ª edição, 1979.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **O Profeta João Maria e as concentrações camponesas no Brasil meridional (1848-1942)**. IN: XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, RN, 2013.

ORO, Ari Pedro. Monge João Maria de Agostini: Um eremita peregrino Transnacional. **Debates do Ner**, Porto Alegre, ano 15, n25, p.75-86, jan./jun. 2014.

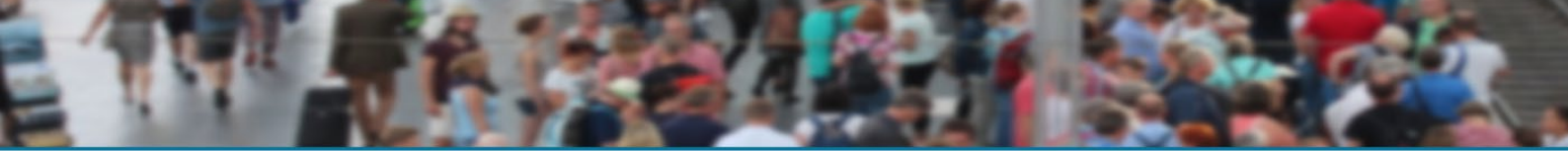
REBOUÇAS. **Lei nº 1401/2010**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/r/reboucas/lei-ordinaria/2010/140/1401/lei-ordinaria-n-1401-2010-dispoe-sobre-o-processo-de-reconhecimento-dos-oficios-tradicionais-de-saude-popular-em-suas-distintas-modalidades-benzedeiros-a-curadores-costureiros-a-de-rendiduras-ou-machucaduras-e-regulamenta-o-livre-acesso-a-coleta-de-plantas-medicinais-nativas-no-municipio-de-reboucas-estado-do-parana-conforme-especifica>. Acesso em 19 de janeiro de 2022.

REBOUÇAS. **Lei nº 2042/2017**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/r/reboucas/lei-ordinaria/2017/205/2042/lei-ordinaria-n-2042-2017-cria-o-parque-ambiental-sao-joao-maria-na-area-urbana-que-especifica-e-da-outras-providencias-2017-10-04-versao-compilada>. Acesso em: 20 de janeiro de 2022.

SILVA, Érica Karina. MIGON, Gabriela. **A Religiosidade no Faxinal do Salto em Rebouças – PR**. IN: Anais da XI Semana de História - História e Cultura dos Povos Tradicionais. v. 2, 2016.

THOMÉ, Nilson. **Os Iluminados: personagens e manifestações místicas e messiânicas no Contestado**. Florianópolis: Insular, 1999.

TOMAZI, G. A mensagem de “São” João Maria: e sua ressignificação na experiência religiosa do Contestado. **Último Andar**, São Paulo, (14), 109-126, jun. 2006.



TONON, Eloy. **OS MONGES DO CONTESTADO: Permanências históricas de longa duração das predições e rituais do imaginário coletivo.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008. P.244.

CAPÍTULO 27

OXUNISMO: UM MOVIMENTO CAPAZ DE LER AS EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES AFRICANAS DIANTE DA HEGEMONIA DA CULTURA OCIDENTAL

Oswaldo César Fernandes Copque
Maria Raidalva Nery Barreto


RESUMO

O presente artigo objetiva discutir possibilidades de pensar maneiras de descolonização das lógicas de conhecimento que não resultem em uma reprodução de uma lógica ocidentocêntrica no estudo e ensino das filosofias africanas. A partir da proposta da socióloga iorubá Oyèrónke Oyewùmí, abre-se perspectivas de pensar decoloniais tendo como ponto de partida a abordagem do oxunismo, da instituição ìyá e do conceito de matripotência. Perseguindo esse objetivo no traçado preliminar desse estudo, haverá a definição sobre que se entende por lógicas de conhecimento para, em seguida, discutir o modo como a autora iorubá compreende o que significa descolonização. No momento seguinte, apresentaremos o seguinte questionamento: Em qual medida, na abordagem do oxunismo, é possível advogar um pensamento oxunista para pensarmos possibilidades não excludentes de reflexão para que não apaguemos as lógicas africanas de conhecimento? O tipo de pesquisa utilizado na construção deste artigo foi a bibliográfica, que é desenvolvida a partir de material já produzido, sobretudo de livros e artigos científicos. Os resultados deste estudo apontam possibilidades decoloniais de maneiras de pensar que antecederam o processo de colonização africana a partir de suas categorias específicas inseridas no contexto do oxunismo. Isso ainda nos possibilita a reflexão de vislumbrar e compreender outras maneiras para estudar e ensinar essas filosofias.

PALAVRAS - CHAVE: oxunismo; experiências das mulheres africanas; cultura ocidental.

INTRODUÇÃO

O lócus deste artigo tem a finalidade de discutir possibilidades de descolonização das lógicas de conhecimento ocidentais diante do ensino da docência superior nacional, quando da aplicação em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros. Para tanto, neste estudo, serão abordadas outras possibilidades de pensar maneiras para o trabalho com as filosofias africanas que não resultem em uma reprodução de uma lógica ocidentocêntrica no estudo e ensino dessas filosofias. A partir da proposta da socióloga e epistemóloga iorubá Oyèrónkẹ. Oyèwùmí, buscar-se-á posicionar a sua abordagem do oxunismo, da instituição Íyá e do conceito da Matripotência. Sequenciando o objetivo desse estudo, de forma primaz trará a compreensão sobre lógicas de conhecimento não ocidentais para, em seguida, dissecar o entendimento da autora acerca do que significa descolonização. No momento seguinte, será apresentado como, a partir da proposta do oxunismo de Oyèwùmí, é possível advogar esse pensamento e pensar as



categorias de Ìyá e Matripotência como adquirindo sentido nesse modo de pensar. A partir da proposta da socióloga iorubá Oyèrónke Oyewùmí, abre-se perspectivas de pensar decoloniais tendo como ponto de partida a abordagem do oxunismo, da instituição ìyá e do conceito de matripotência. Perseguindo esse objetivo no traçado preliminar desse estudo, haverá a definição sobre que se entende por lógicas de conhecimento para, em seguida, discutir o modo como a autora iorubá compreende o que significa descolonização. No momento seguinte, apresentaremos o seguinte questionamento: Em qual medida, na abordagem do oxunismo, é possível advogar um pensamento oxunista para pensarmos possibilidades não excludentes de reflexão para que não apaguemos as lógicas africanas de conhecimento? O tipo de pesquisa utilizado na construção deste artigo foi a bibliográfica, que é desenvolvida a partir de material já produzido, sobretudo de livros e artigos científicos. Os resultados deste estudo apontam possibilidades decoloniais de maneiras de pensar que antecederam o processo de colonização africana a partir de suas categorias específicas inseridas no contexto do oxunismo. Isso ainda nos possibilita a reflexão de vislumbrar e compreender outras maneiras para estudar e ensinar essas filosofias. Este texto provoca o exercício de pensarmos possibilidades não excludentes de reflexão para que não deletemos as lógicas africanas do conhecimento, mesmo quando nos disponibilizamos, ainda que de boa vontade, a pensar as filosofias africanas.

AS FILOSOFIAS AFRICANAS

No século XVI, os negros foram trazidos do continente africano para serem escravizados pelo português no território brasileiro. Ao longo do tempo, o Brasil foi se modernizando, e o racismo institucional foi criado. O negro não era reconhecido como ser humano. A história africana foi abafada pelos europeus, pois se acreditava que os negros eram um povo inferior. Essas eram as lógicas de conhecimento nos solos culturais que permitem a inteligibilidade de modos de produção epistêmicos, indicando ambiências epistemológicas nas quais o conhecimento adquire sentido. O trabalho com as filosofias africanas, mesmo quando superados os famigerados problemas sobre a sua existência e sua “identidade”, enfrenta uma série de desafios. Um dos mais importantes é aquele que instaura o fazer das filosofias africanas no meio de lógicas ocidentocêntricas de conhecimento, por meio das quais universalizações de posições locais e binarismo lógicos, ontológicos e epistêmicos nos aparecem como diretivas inevitáveis para o pensamento. Isso nos levaria a praticar as filosofias africanas do mesmo modo como as filosofias ocidentais têm sido feitas na modernidade, como se fosse o caminho natural, e único legítimo, para a prática filosófica.




Mas, afinal, o que se entende por lógica de conhecimento? Flor do Nascimento (2021, p.383) compreende, aqui, como um conjunto de orientações que dão forma aos modos de produzir conhecimento, mobilizando ferramentas e teorização, esquemas de argumentação, pressuposições em torno de relações entre a teoria e o vivido envolvidas na produção do conhecimento, que determinam as maneiras como o que pensamos se relaciona com a história em toda a sua multiplicidade de aberturas. Aqui, encontramos uma problematização para o estudo e o ensino das filosofias africanas, pois as lógicas de conhecimento não se reduzem, a princípio, aos temas e problemas com os quais o conhecimento se enfrenta, mas aquilo que faz com que logo possa ou deva ser problematizado e tematizado – e em como essa tematização e essa problematização possa se dar.

Aqui, nos deparamos diante de um desafio quanto às específicas maneiras de se produzir conhecimentos que, de alguma maneira, legitimem os modos como funciona a colonização moderna, não apenas possibilitando que alguns povos subjugassem econômica e politicamente outros, como também necessitou que modos de pensar, de conhecer se transformassem a serviço desse empreendimento colonial, promovendo, assim, não apenas hierarquias de poder, mas também hierarquias das maneiras e possibilidades de conhecer e hierarquias dos conteúdos do conhecimento.

Os estudos críticos sobre a colonialidade apontam para o fato de que essa colonização – seja política do imaginário ou subjetiva – opera a partir de uma espécie de gramática social organizada em torno do racismo que, fundamentalmente, captura a diferença em hierarquias opressivas, distribuindo de modo desigual os lugares de poder de imaginação, de ser, de agir e de conhecer (NDLOVU-GATSHENI,2013).

Com a oficialização do fim do período da escravidão, o Brasil iniciou uma nova fase que estabelecia padrões brancos, ou seja, mesmo com os negros conquistando sua liberdade no parâmetro jurídico e social, ainda viviam em uma falsa liberdade, pois a abolição foi declarada sem a devida solidez de como seriam a sobrevivência destes. Eram homens livres, porém desempregados e sem propriedade, mesmo depois de anos de serviços prestados. Aproveitando o fluxo de imigrações no período pós-escravidão, a elite republicana introduziu no seio da sociedade brasileira um novo processo que ficou conhecido como branqueamento da população, que tinha como objetivo arrancar toda marca que os negros deixaram no país. Essa tese foi sustentada com os argumentos de que trazia avanço para o Brasil.



Com a adesão, a população brasileira foi crescendo negando suas raízes africanas, sendo implantado que tudo o que se remete ao indivíduo negro é negativo, não possui valor ou não merece prestígio pela sociedade. A cultura negra foi ocultada de diversas formas, criou-se um aparelho ideológico, que marginalizava as diversas expressões culturais, tal como aconteceu com a proibição das rodas de capoeira, a liberdade de professar sua fé etc.

Em 1890, a capoeira foi colocada fora da lei pelo Código Penal da República, que dizia:


Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal, conhecida pela denominação de capoeiragem; andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, promovendo tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incuindo temor de algum mal: Pena: de prisão celluar de dous meses a seis mezes:[...] (BARBIERI, 1993, p.118).

Com diversas imposições eurocênticas às afro-descendências, foi negatizada a origem dos negros, assim como a sua aparência, tal como: cabelos, roupas, em razão de que seus estereótipos eram sempre associados em rótulos pejorativos. A discriminação e a negação eram mais alarmantes no gênero feminino, pois, além da discriminação feita pelo brancos, os homens negros, estimulados pelo espírito patriarcal, discriminavam, também, a mulher negra, que foi por muito tempo estigmatizada como objeto sexual e prestadora de serviços domésticos.

O fato é que a filosofia precisa estar atenta a esse fenômeno para que não reproduzamos, nos estudos e ensino das filosofias africanas, a operação desta lógica colonial do conhecimento. Lógicas que fazem com que se capture a experiência do pensamento filosófico africano dessa maneira hierárquica de pensar como o conhecimento é produzido e transmitido, o que finda por desconsiderar o que as próprias experiências históricas africanas produziram no decorrer do tempo.

O sinal de alerta acende no contexto das filosofias africanas, quando pensamos em experimentar um dos caminhos possíveis a partir dos quais seja possível pensar na descolonização das lógicas de conhecimento com as quais muitas vezes operamos sem problematizá-las.

Diante desse risco e cenário – que pode resultar em trabalhar com as filosofias africanas como se fossem um capítulo da história “universal” da filosofia, fazendo com que as matrizes ocidentais coloniais sigam prevalecendo hegemonicamente – a proposta deste artigo é discutir – a partir da abordagem da socióloga e epistemóloga iorubá, nascida na Nigéria, Oyèrónké Oyewùmí (1997, 2016a, 2016b) uma experiência de problematização dessa hegemonia ocidentocêntrica nos estudos africanos, dos quais as filosofias africanas são parte.



Oyewmí apresenta clareza em sua proposta ao abrir um campo de problematização para o nosso fazer filosófico em tono das filosofias africanas, nessa nossa experiência diaspórica, não tanto apostando em que estares mais próximas de um pensamento ou de uma lógica de conhecimento “verdadeiramente” africana, mas para que não contribuamos para o apagamento das experiências africanas mesmo quando nos colocamos a investigar as filosofias produzidas desde o continente negro.


Oxunismo (2016b) – uma proposta descolonizadora – na empreitada epistemológica de Oyewùmí para, em seguida, como um movimento que também perpassa o conhecimento, discutir como a autora entende que a categoria iyá, central para sua discussão, nos aponta um caminho possível que enfrente as trilhas coloniais que insistem em perseguir o nosso pensamento quando estamos interessados em investigar as experiências africanas.

DESCOLONIZAR

Em resposta para esse subtema, busca-se traçar um caminho sobre a teorização do fazer filosófico em cenários políticos e teóricos na metade do século XX. Abordagens como a descolonização do pensamento, do conhecimento ou da filosofia iniciam-se com os estudos críticos pós-coloniais, que seguem se difundindo com objetivos, alcances e sentidos que variam tanto quanto se modifica o entendimento do que seja a colonização do conhecimento e seus impactos.

Para Oyewùmí (2016b), “descolonizar é endogenizar, autoctonizar, historicizar”. Com isso, ela aponta para a necessidade não apenas de considerar como válidas as experiências africanas, a partir das abordagens ocidentrocêntricas das lógicas de conhecimento, mas, também, de situar as lógicas ocidentais, provincializando-as (OYEWÙMÍ, 2016a, p.4). Essa provincialização das lógicas de conhecimento ocidentais busca fazer notar que os modos pelos quais o ocidente produz conhecimento são localizados em suas próprias experiências históricas, marcadas pelas tramas políticas, econômicas, espirituais e coloniais nas quais estão envolvidos.

Diante a isso, a autora recusa a um pressuposto básico de muitas pesquisas, a saber, que não apenas algumas das categorias ocidentais utilizadas nas investigações sobre África são universais, como também que o próprio solo cultural no qual tais categorias emergem o sejam. Sobre essa dimensão do trabalho de Oyewùmí, nos ensina a filósofa sul-africana Azille Coetzee (2017, p.40) afirmando que “Seu trabalho sugere que os conhecimentos e realidades africanos são subsumidos e apagados pelos conhecimentos e realidades ocidentais porque os



conhecimentos e realidades ocidentais são erroneamente considerados como representantes do universal”.

Assim, buscar localizar, situar, provincializar os modos como as pesquisas são feitas, tanto lastreando a história da maneira como chegamos a pensar e pesquisar como pensamos e pesquisamos quanto com a crítica do apagamento das lógicas de conhecimento africanas são passos fundamentais para a descolonização epistêmica. A recusa da presunção do universal é um dos começos. Nesse contexto, o universal não é apenas vinculado com os conteúdos das categorias, mas também com o próprio fazer da investigação, que carrega a sua própria lógica de conhecimento.


Com isso, afirma-se que não se trata apenas de não utilizar, como se necessárias fossem, as categorias ocidentais, mas de perceber que as maneiras como percebemos as experiências que investigamos podem também reproduzir um ethos epistêmico que opera no silêncio da univesalidade, apagando as lógicas de conhecimento das sociedades em torno das quais investigamos.

Diante este alerta, atente-se para a necessidade de perceber as maneiras como lidamos com as experiência de pensamento africanas; não poderemos simplesmente lidar com as filosofias africanas da mesma maneira que lidamos com as filosofias ocidentais, a não ser que tomemos as primeiras como meros objetos.

Assim, somos conduzidos a distinguir um estudo ocidentocêntrico das filosofias africanas de uma prática descolonizada da filosofia africana, realizada em seus próprios termos, partindo de suas próprias lógicas de conhecimento, modos de fazer e sentidos atribuídos pelas práticas forjadas no próprio enfrentamento colonial. Isso não nos encaminharia a um acesso a um pensamento africano puro ou a uma essência de pensar africano, mas nos conduziria a experiências que foram – e são – construídas no continente africano na busca de entender o que lhes fora imposto colonilamente e o que lhes é autóctone.

OXUNISMO

No enfrentamento da descolonização das lógicas de conhecimento hegemônicas da cultura ocidental, o desafio está em provincializar as lógicas ocidentocêntricas do conhecimento. Para alcançar isso, será exigido um deslocamento sobre a nossa própria história, pois fomos ensinados a pensarmos e a produzirmos conhecimento de uma maneira localizada, mas enunciada como universal.



A partir das provocações de Oyewù mí, podemos imaginar algumas ferramentas que nos auxiliem a lidar com esses desafios. Na busca de, nesse contexto, não ser obrigada a utilizar esses feminismos como ferramenta única para pensar as experiências das mulheres africanas, a autora nos inquieta com a seguinte afirmação:


Para além da ruptura epistêmica que deve acontecer com o feminismo, também deverá haver uma ruptura linguística. Deverá haver uma renomeação. Acredito que deva haver ligações com o que viemos pensando. Por que não posso chamar o meu ativismo, minha mobilização de oxunismo? [...] Em todo o continente [...], as epistemologias subjugadas apontam certas maneiras para que possamos olhar para esse fenômeno. Mesmo a história da origem humana, em muitas outras culturas, começa com Ìyá, começa com Oxum, começa com a Mãe da Humanidade. E por que ela não está no centro do poder? Observem... Então, hoje, proponho o oxunismo. Para mim, a sua definição é mobilização, ativismo, que prioriza Ìyá, Mãe e sua prole. Mobilização em nome de Ìyá, priorizando Ìyá. E sua prole. E isso é inclusivo, porque todo mundo nasce de uma Ìyá. (OYEWÚMÍ, 2016b).

A provocação da contundente tese de Oyewù mí confronta a universalização da categoria de gênero. Ao afirmar que o gênero não era uma categoria de organização social entre os povos iorubás anteriores à colonização europeia, faz com que ela suspeite de uma tendência naturalizada de leitura das experiências das mulheres africanas hoje apenas através das lentes dos feminismos, que se firmaram na atualidade como estruturados em torno de problematizações sobre a categoria de gênero. (FLOR NASCIMENTO, 2019).

Nessa busca de uma ruptura epistêmica e linguística com as heranças coloniais, marca de seu esforço por uma colonização das lógicas de conhecimento, Oyewù mí propõe o oxunismo como movimento que seja capaz de ler as experiências das mulheres africanas na resistência à imposição de gênero pelo patriarcado colonial. O nome dessa proposta deriva da orixá Oxum, divindade iorubana vinculada com a promogenitura da humanidade (OYEWÚMÍ, 2016a.)

Oxum é , para Oyewù mí, marca da presença de outra percepção de realidade, de organização social e de resolução de conflitos que os povos iorubás do sudoeste da Nigéria cunharam a partir de seus próprios marcos históricos. A divindade é a Ìyá primordial que, como veremos, se distingue da ideia ocidental hegemônica de mãe, embora o vocábulo iorubá seja rotineiramente traduzido como “mãe”. Signo expansivo, criativo, dinâmico como o fluxo das águas nas quais a divindade se presentifica, percebemos em Oxum a potência criadora e mantenedora da humanidade que, generosamente, materna coletivamente o mundo. É doadora da vida.

Um pensamento oxunista opera na lógica do isso e não na lógica binária excludente do isso ou aquilo, porque Oxum, na interpretação de Oyewù mí, “é o signo da diferença” (2016a, p.53). Essa dimensão apresenta Oxum no campo da disputa inclusiva e não para o dissenso que



exclui. Por isso, tal pensamento oxunista seria um pensamento expansivo e inclusivo (no sentido de não excludente) porque dele depende todo o restante da reflexão que venha a seguir.

Assim, um pensamento oxunista é um pensamento da diferença nos termos que a tradição confere ao modo de pensar, agir e produzir conhecimento, tendo Oxum como seu signo matripotente máximo. Além disso, Oxum é a mais antiga das primeiras divindades a virem para a terra, por ser a mãe da humanidade e também das demais divindades que vieram com ela para esta dimensão do mundo (OYEWÙMÍ, 2016a, p.51), sendo assim a fonte do poder e do prestígio (OYEWÙMÍ, 1997) e, também, da responsabilidade.


CAMINHOS DA DESCOLONIZAÇÃO – ÌYÁ E MATRIPOTÊNCIA

Aqui, serão tratados elementos conceituais do oxunismo. Para a cultura iorubá prévia à colonização, Ìyá, progenitora, a mãe, não colonial, que encarna o ethos matripotente advindo de Oxum, Ìyá não é subordinada nem à prole e nem ao parceiros sexual. Em função da senioridade, ela ocupa sempre um status superior à prole. E não é sujeita ao companheiro sexual na relação de geração da prole e nem está em oposição a ele (OYEWÙMÍ, 2016a, p.66). A matripotência. A “supremacia da maternidade” é a forma de entendimento da (OYEWÙMÍ, 2016a, p.7) sobre a Matripotência., maternidade esta partindo dos registros iorubás não coloniais.

Acima de tudo, Ìyá é uma instituição socioespiritual que, mesmo ligada com a procriação que passa pelo corpo de uma fêmea anatômica, é uma experiência coleiva e um ethos de gestão social: "em um mundo de possibilidades para todos os nascidos de Ìyá, a ideologia materna, orientada para a comunidade, totalmente inclusiva, doadora, sustentadora e preservadora de vida, pode fornecer a direção e a base para a ação política e a transformação social necessária" (OYEWÙMÍ, 2016a, p.220).

O modo autóctone iorubá de pensar a experiência na qual as mães exercem suas maternidades fora dos registros de gênero que o ocidente insiste em imprimir nas suas experiências africanas nos é apresentado por Oyewùmi como matripotência. É um conceito oxunista que nos possibilita estudar as experiências iorubá sem apelo aos registros patriarcais da experiência da procriação e considerando as consequências políticas de uma organização social em torno dessa percepção da realidade na qual Ìyá ocupa um lugar central.

Reconhecer a dimensão matripotente como caminho descolonizador aponta para o fortalecimento da relação Ìyá/prole que retoma uma estruturação da sociedade e dos sujeitos de maneira não unitária, não binária e sempre coletiva. Ìyá sempre ela e sua prole. A prole é sempre composta pelo axé, força fundamental, de Ìyá. Assim como Oxum é o signo da diferença, Ìyá é



o signo dessa diferença que assume a forma como Oxum é o signo da diferença, Ìyá é o signo dessa diferença que assume a forma ¹¹¹de uma relação com o restante do mundo. Se quiser utilizar a categoria da alteridade, é possível, afirmar que:

O sujeito relacional da sociedade iorubá, antes de mais nada, sempre é invetavelmente em relação à mãe. Consequentemente, o sujeito não é singular e unificado, não tem limites claros que o separam do que é outro. A alteridade não é entendida como antiética ao si mesmo, mas parte do si, porque este existe, principalmente, em relação com a mãe/outro¹ (C\OETZEE, p.60)

A matripotência, desse modo, apresenta facetas do mundo social iorubá que vedam a possibilidade dessa interpretação colonial, quer seja pela compreensão da experiência iorubá que contornem hierarquizações que foram responsáveis por aprisionar a subjetividade desses povos, de maneira a sujeitá-los à marcha do progresso ocidental sob a justificativa de que eram o lado inferior de uma dicotomia hierarquizada.

Ao apresentar Ìyá e a matripotência como instituições e ethos comprometidos com as experiências africanas, o caminho da descolonização se coloca, para a proposta de Oyewù mí, como saída para uma tutela das experiências africanas pelos modos ocidentais de produção de conhecimento que findam por informar políticas internacionais – e mesmo políticas internas colonizadas – sobre os modos como devemos lidar com as sociedades africanas. Essa estratégia oxunista de descolonização se recusa a enxergar o continente africano como “órfão” (OYEWÙMÍ, 2016a, p.214), como sem mãe, quando a base da organização social pode ser descrita em torno da agência da instituição Ìyá.

A matripotência aqui é a recusa de descrever experiências africanas através de categorias que sigam lógicas ocidentocêntricas de conhecimento que resulta por inscrever os povos africanos em uma hierarquia existencial, subordinada e subordinante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma provocação admirável e corajosa proposta por Oyewù mí – o Oxunismo - aponta caminhos para descolonizar as lógicas de conhecimento ocidental diante do estudo e ensino das filosofias africanas sob a égide de lógicas de conhecimento forâneas, que apaga a memória e a relevância da mulher na sociedade africana no período colonizador. A brutal lógica patriarcal de subordinação e subjugação do poder feminino e as suas instituições de organizar a sua comunidade.

¹¹¹ A autora faz um jogo de palavras, em inglês, impossível de traduzir para o português: (m)other, apontando tanto para o caráter da mãe. mother, quanto ao caráter de ouro, Other.



Na Iorubalândia moderna e como, nesse processo, os modos de produção de conhecimento desempenharam papéis fundamentais na captura e no apagamentos das lógicas de conhecimento autóctones e das instituições sociais anterior à colonização, podemos nos questionar se nosso fazer, mesmo bem intencionado, não opera de modo semelhante, inventando entidades nos mundos africanos que queremos conhecer, ao aplicar sobre as lógicas de conhecimento alienígenas.

Mas a provocação de Oyewùmí nos leva mais longe. Não basta apenas essa ruptura epistêmica com os conceitos, mas também com as lógicas de conhecimento. Não basta trocar as lentes, mas perceber que as lentes e os modos como estas são usadas também têm uma história. Também emergem dos solos culturais e de projetos políticos que nascem em algum lugar e que podem nos parecer universais. A própria metáfora da lente nos mostra o quanto estamos confortáveis com a lógica ocidentocêntrica de conhecimento, pois, nos mundos iorubás e em vários outros mundos que nos cercam, muitos são os sentidos, além da visão, que são acionados na produção do conhecimento, como bem nos lembra Oyewùmí (1997).

Ao demandarmos um compromisso com as próprias lógicas africanas de conhecimento, no contexto da produção brasileira em torno das filosofias africanas, temos muito a ganhar, a exemplo da captura das lógicas de conhecimento autóctones e das instituições sociais anteriores ao período colonial. Essa é uma realidade possível na Iorubalândia moderna.

Entretanto, isso não significa que devemos nos livrar das lentes que herdamos – a matripotência é inclusiva! O que precisamos é permanecer atentos às histórias carregadas pelas lógicas de conhecimento das quais nos servimos e, sobretudo, perceber o quanto de silenciamento, de apagamento essas lógicas proporcionam.

Consoante o Oyewùmí, evoquemos a divindade iorubana responsável pela tecnologia e da guerra – Ogum. A partir da essência desse ferreiro, precisamos considerar a maior quantidade possível de ferramentas, precisamos conhecer as suas histórias, de onde elas vêm, ao que e para que elas servem, para que possamos destinar a elas outras utilizações, não coloniais.

Buscando essas ferramentas para analisar e compreender os efeitos educacionais na educação musical em um Terreiro de Candomblé na Bahia - faremos um traçado muito bacana na relação entre matripotência e Ìyá para consolidar o uso da aplicação do oxunismo em território baiano.

O Brasil se apresenta como um país machista, e isso não é nenhuma novidade, está bem claro em todas as áreas, principalmente com os dogmas de algumas religiões, que excluem



completamente a mulher de algumas religiões, de determinadas funções. Isso não é diferente na música, nem no universo percursivo, e é mais incisivo quando se trata do universo dos atabaques, sendo este totalmente masculino dentro do candomblé praticado no Brasil.


Por vários motivos e dogmas que esta religião impõe à mulher, oficialmente ela não pode tocar os atabaques nas cerimônias e nem sequer chegar perto dos instrumentos sagrados do candomblé.

Mas, acompanhando e respeitando a conduta das mulheres centenárias no Terreiro do Gantois, que serviu como inspiração, nasceu este programa social que vem chamando muito a atenção do povo do candomblé: com respeito, coragem e pioneirismo, vem ensinando o público em geral, incluindo também, várias meninas e mulheres a tocarem os instrumentos sagrados em suas aulas. Assim, as mulheres estão aprendendo a tocar atabaques dentro de um terreiro que mantém a tradição de não deixar de forma alguma as mulheres tocarem nas cerimônias religiosas. (BARROS, 2017).

A tradição de terreiros de candomblé veda que mulheres utilizem instrumentos sagrados que reverenciam e invocam os orixás. Esse tema vem sendo discutido por muito tempo de forma equivocada por alguns membros do candomblé. O tabu existe, é fato, o sagrado não permite que o orixá, que é guiado pelo atabaque, seja manuseado por mulheres. Essa é a forma de funcionamento da instituição Íyá aplicada no recinto, hábito cultural que provavelmente persiste do período colonial à contemporaneidade.

O Terreiro Ilê Iyá Omin Axé Iamassê atenta às lógicas de cohecimento forâneas, que apagam a memória e a relevância da mulher na sociedade africana no período colonizador, através do seu projeto social Rum Alabê, ensina atabaques para as mulheres, cujas atividades visam preservar os ritmos sagrados. Sobre a questão do ensino dos atabaques para as mulheres, é importante que realmente se compreenda a metodologia e o objetivo que vem sendo desenvolvido no Projeto Rum Alabê, que nunca teve como objetivo formar mulheres tocadoras de atabaques para o contexto religioso do candomblé, mas sim tocando atabaques para outros contextos.

As mulheres sempre tocaram no terreiro do Gantois e em todos os demais terreiros, sendo permitido isso a elas a partir de certa idade biológica, além de terem uma posição hierárquica condizente com sua função no candomblé, como, por exemplo, ser responsável pelo ensino aos novos iniciados, ou ainda pela arte de tocar o agogô e puxar cânticos para os orixás, embora não sejam os atabaques os instrumentos tocados por elas. Mãe Menininha tinha



uma cabaça que a acompanha nas festas e com este instrumento ela puxava as músicas antes dos Alabês (tocadores) começarem a tocar, dando o ritmo da cantiga. Egbomi Delza, também, por sua vez seguia esse mesmo exemplo com a cabaça, principalmente nas obrigações fúnebres, já Egbomi Cidália fazia questão de ensinar aos Alabês mais novos a tocar na cabaça. (BARROS, 2017).

Esse novo caminho ou ferramenta encontrado pelo Ilê Ìyá Omin Axé Iamassê de permitir o ensino e aprendizado para as mulheres dos ritmos sagrados reverenciados aos orixás em contexto não religiosos, ao tempo que mantém a tradição centenária da sua instituição, é um eivdente desdobramento do oxunismo, Matripotência e Ìyá em um recinto repleto de dogmas.


Entendemos que a proposta do oxunismo para descolonizar as lógicas do conhecimento ocidental quando aborda temas sobre a filosofia africana, esse caminho é extremamente viável, uma ferramenta de potência política e econômica. A partir do exemplo inspirador do Terreiro Ilê Ìyá Omin Axé Iamassê (Terreiro do Gantois), a pesquisa pôde perceber a aplicação estratégica do Oxunismo, a instituição Ìyá e a matripotência para descolonizar as práticas das lógicas de conhecimento adquiridas durante o período colonial e replicadas até a nossa contemporaneidade.

O terreiro respeitou a tradição de mulheres não tocarem durante cerimônias votativas realizadas para os orixás; mas não se deixaram subjugar politicamente no direito de aprender os toques para que fossem realizados em outros contextos não religiosos.

Na busca de uma ruptura epistêmica e linguística com a herança coloniais, traçada pelo Terreiro do Gantois para preservar o não apagamento da memória ancestral feminina no aprendizado da educação musical, o que é percebido é a essência do oxunismo como movimento que seja capaz de ler as experiências das mulheres africanas na resistência a imposição de gênero pelo patriarcado colonial. O nome dessa proposta deriva da orixá Oxum, divindade iorubana vinculada com a promogenitura da humanidade (OYEWÚMÍ, 2016a.)

Para Oyewù mí (2016b), “descolonizar é endogenizar, autoctonizar, historicizar”. Com isso, ela aponta para a necessidade não apenas de considerar como válidas as experiências africanas, a partir das abordagens ocidentrocêntricas das lógicas de conhecimento, mas, também, de situar as lógicas ocidentais, provincializando-as (OYEWÚMÍ, 2016a, p.4).

Assim, um pensamento oxunista é um pensamento da diferença nos termos que a tradição confere ao modo de pensar, agir e produzir conhecimento, tendo Oxum como seu signo matripotente máximo.



A pesquisa, também, nota que os terreiros de candomblé herdaram o modo de pensar e produzir conhecimento, hierarquizando funções e atividades voltadas às categorias de gênero, contaminando a forma autoctene do seu ethos social.

Enfim, para a difusão do conhecimento dos ritmos sagrados pelo projeto social Rum Alabê, é necessário que toda a sociedade do candomblé, o ensino da docência superior nacional, quando da aplicação em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros e outros setores da atividade civil se reformulem para um perfeito funcionamento de suas instituições, compreensão, e sobretudo respeito por parte dos seus adeptos e comunidade em geral.

A abertura para difusão do conhecimento é uma realidade que não permitirá retrocesso. A partir dessa construção, se abrem outras possibilidades e novas ferramentas de pesquisas para que os pesquisadores e toda a comunidade afro-brasileira possam se enveredar por outros caminhos.

REFERÊNCIAS

BARROS, IURI RICARDO PASSOS DE. **O Alagbê: entreo terreiro e o mundo**. Salvador. 2017. 128 f. Il. Color. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia. Escolade Música.

COETZEE, A. **African feminism as decolonising force: a philosophical exploration of the work of Oyèrónké**. 2017. Orientadora: Louise du toit. Tese (doutorado em Filosofia) – Faculty of Arts and Social Sciences, Stellenbosch University, Cidade do Cabo, 2017.

FIDALGO, L. Mãe. In: MACEDO, A.G; AMARAL, A.L. (orgs). **Dicionário da crítica feminista**. Afrontamento, 2005. p.119-120.

FLOR DO NASCIMENTO, W. Oyèrónké Oyewùmí. **Potências filosóficas de uma reflexão. Problemata**. Revista Internacional de Filosofia, v.10, n.12, p.8-28, 2019.

NDLOVU-GATSHENI, S. **Coloniality of Power in Postcolonial Africa**. Myths of Decolonialization. Dakar: Codesria, 2013.

OYEWÙMÍ, O. **The Invention of Women. Making an African sense of western gender discourses**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

OYEWÙMÍ, O. **What Gender is Motherhood?** Changing Yorùbá ideals of Power, Procreation, and Identity in the Age of Modernity. Nova Iorque: Palgrave, 2016a.

CAPÍTULO 28

A CRISTANDADE E O ECUMENISMO

Adelcio Machado dos Santos
Rubens Luís Freiberger
Daniel Tenconi
Danielle Martins Leffer
Alisson André Escher

RESUMO

O principal instrumento de articulação dos desejos de unidade entre os cristãos, na atualidade é o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), que reúne a maioria das Igrejas Protestantes e Ortodoxas, dentre outras motivações. Surgiram como fruto de um esforço de solidariedade entre os cristãos europeus, perplexos com a capacidade destrutiva da civilização moderna e belicosa que ajudaram a construir. Essa tomada de consciência com relação há necessidade de uma concordância mínima entre cristãos e suas diferentes igrejas, para um testemunho consistente do Evangelho, nem sempre foram ocasionadas e norteadas pelas mesmas motivações. O movimento ecumênico, que traz a expressão de maneira mais aperfeiçoada no CMI será caracterizado pela busca da unidade entre cristãos, por um testemunho positivo do amor de Deus.


PALAVRAS-CHAVE: Cristandade; Ecumenismo; Ocidente.

INTRODUÇÃO

A realidade atual impõe mudanças de paradigmas. Também, para as formulações nas doutrinas da fé cristã, que dispõe de um novo desafio para o ecumenismo. Há inquietações de ordem e procedência diversas que apontam para a necessidade de revisão do “dogma central da unicidade e singularidade de Jesus Cristo na mediação da salvação universal”. (FELLER, 2005, p. 17; ALBURQUERQUE, 2018).

A mobilidade social, o turismo, as comunicações, o pluralismo ético-cultural-religioso, o mercantilismo religioso e outros fenômenos próprios da globalização atual, põem o Cristianismo diante do impulso de uma dupla motivação, conforme afirma Vattimo (*apud* FELLER, 2005). Assim, o movimento expõe a crise da desconfiança moderna ante a globalização e a universalização da religiosidade cristã no mundo ocidental. (ALBUQUERQUE, 2018).

Segundo Feller (2005), há motivações provenientes de uma pressão externa, de ordem histórica e conjuntural. Elas exigem que o Cristianismo repense sua posição em relação às outras religiões:



a) É forte a crítica cultural do Cristianismo, segundo a qual a pretensão de unicidade e universalidade da salvação em Jesus Cristo é interpretada como uma discriminação com relação a outras religiões e culturas não cristãs ou como uma arrogante mostra do colonialismo espiritual do Ocidente e uma egoísta afirmação de seus privilégios, justificada subjetivamente pela consciência de uma missão universal.

b) É cada vez mais abrangente a cultura pluralista contemporânea, com sua sensibilidade para o reconhecimento da igualdade de direitos e sua rejeição a toda forma de dogmatismo, seja de instituições, seja de sistemas ou de religiões que pretendam possuir o monopólio da verdade e que discrimine e/ou marginalize quem pensa e age de modo diferente.

c) São muitos os conflitos entre pessoas e grupos de diferentes religiões, expressos em atitudes e comportamentos discriminatórios que traduzem o desconhecimento do valor, da verdade e dos direitos alheios, nas guerras religiosas e na violência praticada pelas religiões e em nome da religião. Há de se considerar, no entanto, que, na busca da solução desses conflitos, a opção fundamentalista está fadada ao fracasso, restando apenas o diálogo e o discernimento.


d) Constata-se, hoje, da parte da sociologia da religião, uma interpenetração crescente das religiões, o que tem levado os teólogos a descreverem cada vez mais a relação em função de diálogo, no qual, evidentemente, para ser verdadeiro, deve haver abertura e compromisso. Abertura para acolher a religião diferente, para aprender com ela, para receber dela aquilo que poderá ajudar numa explicitação melhor da própria intuição religiosa. Compromisso para com a própria identidade, sob pena de, na relativização da própria religião, não se ter nada mais a oferecer aos outros. Abertura aos outros e compromisso consigo mesmo tornam-se aspectos necessários para a atual busca comum da verdade.

O principal instrumento de articulação dos desejos de unidade entre os cristãos, na atualidade é o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), que reúne a maioria das Igrejas Protestantes e Ortodoxas. Dentre outras motivações, surgiu como fruto de um esforço de solidariedade entre os cristãos europeus, perplexos com a capacidade destrutiva da civilização moderna e belicosa que ajudaram a construir. (TEIXEIRA; DIAS, 2008).

METODOLOGIA

Trata-se uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, descritivo, de revisão sistemática da literatura.

A pesquisa qualitativa busca esmiuçar e compreender um fenômeno, não utilizando métodos estatísticos na análise dos dados, refletindo assim, os resultados com base em



conhecimentos teóricos-empíricos. O método exploratório aumenta os horizontes de conhecimentos e fatos relacionados ao fenômeno estudado pelos pesquisadores. O método descritivo relata aspectos da realidade e suas características, descrevendo fatos e fenômenos encontrados em relação ao objeto de estudo. (ZANELLA, 2013).

A revisão bibliográfica sistemática, segundo Laurenti *et al.* (2012), identifica, avalia e interpreta os estudos encontrados e relativos ao objeto de pesquisa. Obedecendo três etapas : Planejamento, Execução e Análise.

Para Biolchini *et al.* (2005, *apud* Laurenti *et al.* 2012), os resultados gerados na revisão sistemática não são logo aprovados, é necessário que as três etapas sejam executadas novamente e de forma interativa.

O Planejamento obedeceu o protocolo de revisão, com a escolha do tema: Cristianismo e Ecnemismo; a pergunta de pesquisa: Quais as influências do Cristianismo no Ecnemismo?; e o objetivo do estudo: Identificar a relação entre o Cristianismo e o Ecnemismo.


As fontes de busca da pesquisa foram o *Google Acadêmico* e a *Scientific Eletronic Library Online* (SciElo). Foram selecionados artigos localizados na íntegra, nas bases de dados e na língua portuguesa, outros tipos de materiais foram descartados. O levantamento ocorreu com a busca das palavra chaves: Crmandade; Ecnemismo; Ocidente. O período temporal abrange 2011 e 2021.

A etapa de Execução ocorreu com a extração dos artigos nas bases de dados em janeiro de 2022, sendo levantados 30(trinta) artigos após leitura dos títulos e resumos. A seleção final representou 10(dez) artigos. As variáveis selecionadas foram: ano, título, autores, objetivo e resultados. Assim, os pesquisadores elaboraram uma matriz de correlação entre as publicações e a questão de pesquisa.

A Análise discutiu os resultados com a leitura, apresentados na seção Resultados e Discussão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As histórias das origens do movimento cristão estão na antiguidade. A origem do Cristianismo teria seu início nas pregações de mensagens judaicas realizadas por Jesus de Nazaré na Galileia ou a origem está nas mensagens pregadas sobre a vida dele mesmo? Sabe-



se que o Cristianismo é uma religião independente do Judaísmo helenizado, apesar do Cristianismo ter nascido dentro do Judaísmo. (NOGUEIRA, 2015).

Os resultados apresentados em estudos e citado por Braga (2016, p. 8), comprovam que as ideias que construíram o Cristianismo, também influenciaram o pensamento e as culturas ocidentais no final do “segundo século da nossa era”. (SELVATICI, 2013).

Souza (2012) constata que a população brasileira é predominantemente devota ao Cristianismo. O autor, também coloca a existência de um segmento ínfimo da população que prefere ser não cristão, enquanto outra parcela populacional opta pelo catolicismo, entretanto vem recebendo influências da diversidade religiosa mundial. O que o autor chama de pluralismo cristã.


Ademais dessas motivações de origem externa, há, ainda, aquelas oriundas de pressão interna, de ordem teológico-pastoral, que apontam para a inteligibilidade e a relevância da fé cristã no atual contexto sociocultural, conforme aponta Feller (2005). A saber:

a) Não bastam meras adaptações da fé cristã às exigências modernas do pluralismo; convém, antes, levar a sério a questão da verdade e assumir a própria identidade, reconhecendo-se como diferente dos outros e reconhecendo como diferentes aqueles que de fato são diferentes. Para tanto, o cristianismo deve atentar ao risco permanente do colonialismo ocidental. O cristianismo necessita converter-se de seu fechamento ocidental e abdicar de toda identificação entre a catolicidade do cristão e a universalidade do ocidental. Identificação que hoje intenta manter-se com a chamada globalização, a qual poderia ser a nova plataforma equivocada de outro colonialismo pseudomissionário. (FELLER, 2005).

Engana-se quem imagina que o cristianismo se manteve inerte ou estático diante das mudanças advindas com a globalização. No entanto, em algumas situações se manteve na defensiva. Ao estudarmos a sociedade ocidental encontramos os fundamentos do fiel cristianismo nos termos “Fé”, “Graça” e “Escritura”. (CONTIERO, 2017, p. 51).

b) Há de se procurar razões intra-religiosas e cristãs para uma religião isenta de violência e para um diálogo inter-religioso aberto, bem como para uma atitude positiva especificamente cristã em relação as pessoas religiosas de outras orientações. (FELLER, 2005).

A intolerância e violência religiosa são inadmissíveis e de extrema gravidade, caracterizada pela ofensa, discriminação e até por atos que atentam contra a vida.



No Brasil, precisamente nos estados do Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, houve denúncias de violência e intolerância religiosa na imprensa e ouvidorias. Há pouco interesse da imprensa em investigar e apresentar os fatos, as ouvidorias e demais órgãos de denúncias tem dificuldades em divulgar relatórios relativos à violência e a intolerância religiosa. (FONSECA; ADAD, 2016, p. 27).


A realidade aqui apresentada mostra o distanciamento dos governantes (ouvidorias) em relação aos conflitos religiosos, descaracterizando o ato intolerante. Sem o conhecimento do outro e de suas crenças não haverá reciprocidade e convivência religiosa saudável. (FONSECA; ADAD, 2016, p. 27).

c) O Concílio Vaticano II deu um salto qualitativo em sua teologia sobre a Igreja, propondo a legitimação de uma Igreja mundial, de uma Terceira Igreja que, para além da Igreja da *koiné* dos cinco primeiros séculos e da Igreja ocidental dos seus dois milênios de história, se abram à valorização das culturas e ao diálogo com todas as religiões e, mesmo, com o mundo ateu. Nas suas relações com as religiões, a Igreja reconhece pela primeira vez na história um valor verdadeiramente positivo e a ação salvífica de Deus nessas religiões. (FELLER, 2005).

O Concílio Vaticano II aproximou ideias de modernidade com a igreja, “duma igreja sinal, primeiramente local, povo entre os povos, com capacidade para se inculturar, comunhão que rejeita o poder e a união do poder”. Sem esse pensamento, os textos produzidos no encontro se aplicam a um código de conduta a ser aplicado e seguido regamente. (PINHO, 2013, p. 37).

Assim, aconteceu uma reação da igreja a perda de influência no mundo, enfrentando as mudanças sociais através da reflexão dos objetivos do Concílio do Vaticano II. Os objetivos estabelecidos para o concílio não pretendiam condenar heresias e nem mesmo propor novos dogmas, mas levar a reflexão dos tempos atuais e adaptar a doutrina, buscando respostas e traçar novos rumos da igreja no mundo moderno. (PRANDI; SANTOS, 2015).

d) No respeito de sua atividade missionária e de sua presença no mundo, a Igreja proclama uma vontade universal e salvífica de Deus, que só está limitada pela má decisão da consciência humana e por nada mais. Isto, segundo Feller (2005), supõe a possibilidade de uma fé-revelação verdadeiramente salvífica, que vai mais além até mesmo da palavra reveladora cristã e lança os pressupostos básicos para a missão universal da Igreja mundial que estão traçados em uma forma totalmente nova.



A Igreja é uma realidade do homem e divina, um mistério que emana de Deus, mediadora das graças salvíficas de Deus, resplandece da “luz de Cristo, o sol da justiça, única fonte de luz e salvação”. (GOMES, 2021, p. 340).

O tempo de crise no mundo, como os vivenciados com a pandemia da COVID-19, tem convocado os cristãos a se manterem firmes na fé e a repensarem sobre o valor da vida. Em meio a tormentos, desânimos, a questionamentos de valores sociais e econômicos, a Igreja professa a fé e a atitudes em favor ao próximo. (GOMES, 2021).

Temos atrás de nós um largo caminho percorrido no ecumenismo e no diálogo religioso. Isso exige dos cristãos continuar na busca da unidade almejada, valorizando a diversidade que complementa e evitando as divisões. Já estão bem estabelecidos os fundamentos teológicos da espiritualidade missionária e ecumênica, firmados a partir da teologia e da prática eclesial na América Latina, tais como o “reinocentrismo”, a opção pelos pobres e à abertura ao pluralismo. (FELLER, 2005).


Alguns traços marcam a disposição para o diálogo: a atitude contemplativa, o otimismo soteriológico, a atitude penitencial, o desapego da instituição e a disposição para a inculturação da fé, sobretudo junto à religião popular. São avanços que não permitem acomodação, mas, ao contrário, impulsionam para novas experiências. (FELLER, 2005).

Todas estas motivações exigem uma reflexão crítica sobre a pretensão cristã da singularidade e da universalidade de Jesus Cristo. Uma reflexão que sugere o risco de um totalitarismo exclusivista absolutista. Uma reflexão que enfrente todo e qualquer obstáculo a uma convivência pacífica com as outras religiões, e que enfraqueça toda ameaça a uma cultura digna do ser humano.

Nesse sentido, vale lembrar a conhecida advertência de H. Kung: “Não haverá sobrevivência sem uma ética mundial. Não haverá paz no mundo sem paz entre as religiões. E sem paz entre as religiões, não haverá diálogo entre as religiões” (KÜNG, 2001, p. 108-109).

A palavra *ecumênica* origina-se do termo grego *oikoumene* que faz referência ao mundo habitado, de acordo com Teixeira e Dias (2008). Os escritores gregos clássicos fazem uso do termo para opor a realidade do mundo dos gregos ao espaço cujos habitantes não eram conhecidos. (SAUCEDO, 2021).

O termo *oikoumene* surge na literatura eclesiástica nos quatros primeiros concílios da Igreja Católica: Nicéia (325 EC), Constantinopla (381), Éfeso (431) e Calcedônia (451). As quatro grandes sedes da igreja católica estavam em Roma, Constantinopla, Alexandria,



Antiquoa e Jerusalém, sendo considerado marcos do oikoumene. No século XVII, o termo “ecumenismo”, ganha o sentido de unidade dentro da igreja. (SAUCEDO, 2021).

Segundo Koubetch (2013, p. 58), o ecumenismo exige “fidelidade básica à verdade ortodoxa, à Igreja em que nasceu e cresceu”.


O termo começa a ser empregado nessa acepção no final do século IV a.C., a partir das conquistas de Alexandre Magno, que estende a *Oikoumene* grega (o mundo helenizado) do Mar Egeu avançando para as margens do rio Indo. Dessa maneira, a conceituação de *oikoumene* começa a ser usada em um sentido eminentemente geográfico. (LIMA; CAMPOS, 2019).

Entretanto, o processo de helenização, iniciado por Alexandre Magno, abrange diferentes povos e culturas, entre ele, os egípcios, os babilônios, os sírios, os semitas, os caldeus, os persas, etc. Impunha-se nessa diversidade de culturas, o estabelecimento de alguma coisa capaz de dar unidade a todas essas nações e a todos esses povos com características tão diversas. Surge então o ideal do homem helênico como um elemento unificador e totalizante. (TEIXEIRA; DIAS, 2008).

Teixeira e Dias (2008) assinalam que o helenismo trouxe consigo, entre o século III a.C. e o período durante o qual Roma dominou o mundo mediterrâneo, o conceito de um indivíduo cosmopolita como representante da verdadeira humanidade. Quando separado de suas raízes locais, esse indivíduo pode até se envolver com a totalidade do universo. Dessa maneira, surge a oposição entre helênico e bárbaro, entre civilizado e inculto; a princípio o mundo da cultura correspondeu à *oikoumene*.

A ignorância e a barbárie tinham seu início além das fronteiras do mundo habitado. Nesse período *oikoumene* adquire um sentido fundamentalmente cultural. Para Teixeira e Dias (2008), a morte de Alexandre e a divisão de seu império, e o poder grego no mundo antigo começam a se fragilizar. Aos poucos outro poder imperial aparece constituindo seu domínio sobre as terras que rodeiam a bacia do Mar Mediterrâneo, e, esse poder foi Roma. Nesse período, está compreendido um novo sentido da palavra *oikoumene*. De acordo com o observado, essa palavra teve inicialmente uma conotação geográfica e em seguida cultural. (TEIXEIRA; DIAS, 2008).

Quando o Império Romano inflige seu poder sobre as terras que circundam o que eles chamavam *Mare Nostrum* (nosso mar), o termo adquire uma dimensão política que complementa a compreensão cultural, helenística, que havia sido dada a esse vocábulo primeiramente. No século XX, os nacionalistas italianos inferem que a península em forma de



bota sucedeu o Império Romano, assim a Itália se torna uma potência na região. No século XXI, a região tornou-se um cemitério a céu aberto, a partir dos frequentes naufrágios de embarcações que trazem refugiados para o continente. (BINGEMER, 2013).

O termo *oikoumene* aparece na literatura do Novo Testamento, com esses três sentidos. Sendo ainda empregado em quinze passagens, e, em algumas delas recupera o sentido de mundo, de cultura helênica e de império romano. O termo é ainda introduzido na literatura eclesiástica, quando o Concílio de Constantinopla refere-se ao Concílio de Nicéia como um “concílio ecumênico”. (SAUCEDO, 2021).

À luz do magistério de Bosch Navarro (apud Teixeira e Dias, 2008), a partir desse momento, o termo *ecumênico* designa as doutrinas e as utilizações eclesiais que são aceitos como norma de autoridade e dotados de validade universal em toda a Igreja.

Certamente, a dimensão religiosa da palavra apenas vai ganhar sentido realmente como tal a partir do século XVII, com o advento da Reforma Protestante e em meio aos conflitos que dilaceraram os cristãos divididos na Europa. (SAUCEDO, 2021).

Para Wolff (2004), o ecumenismo não é uma opção isolada de indivíduos ou grupos. Antes de tudo, trata-se de um processo comunitário que deve envolver a Igreja como um todo. E esse processo tem sua história, de modo que a opção ecumênica acontece no interior de uma “tradição ecumênica”.

O Movimento Ecumênico é de origem protestante, todavia, posteriormente, engloba a participação das Igrejas Ortodoxas e conta também com o Concílio Vaticano II (que finaliza suas atividades no ano de 1965), com a colaboração da Igreja Católica Romana, vai expressar-se durante o século XX como resultado de uma série de movimentos que se desenvolvem, a partir de meados do século XIX, em torno de três eixos essenciais à vivência das igrejas: a missão, a ação e a doutrina. (MARIZ; SOUZA, 2015).

Essas manifestações tendentes à unidade dar-se-ão em ordem cronológica e na forma de conferências sucessivas, entre as quais uma comissão de continuidade assegura a permanência do trabalho e a preparação da etapa seguinte.

Assim, Wolff (2002) apresenta uma introdução à temática com desafios para o ecumenismo no Brasil. Esse autor apresenta fatores jurídicos, teológicos e pastorais que fazem com que a situação do pluralismo cristão no Brasil seja tão complexa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, as igrejas estão enfrentando desafios que lhes são comuns: o crescimento rápido do pentecostalismo, a diversidade religiosa – que não segue os padrões da Europa e que precisa, conseqüentemente, de uma resposta diferente a situação social do país, que cria conflitos (ideológicos, econômico-sociais, de raça e de gênero) dentro das próprias igrejas. (WOLFF, 2002).

Para Wolff (2002), a história do ecumenismo no Brasil emerge em 1903 com o advento da concepção da Aliança Evangélica Brasileira que deu início ao ecumenismo interprotestante, sucedido por uma segunda etapa em 1960 com o ingresso de católicos romanos e anglicanos, posteriormente acontece um terceiro momento em 1982 que se principia com a constituição do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC).

O diálogo ecumênico no Brasil se dá a partir das igrejas-membro do CONIC. Restringe-se, ao ecumenismo cristão entre a Igreja Católica Apostólica Romana, Cristã Reformada, Episcopal Anglicana do Brasil, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Metodista, Católica Ortodoxa Siriana do Brasil e Presbiteriana Unida.

Cumprido lembrar de que, com obviedade, que, excluindo-se a primeira, estas igrejas representam apenas pequenas parcelas da sociedade brasileira, tendo ainda expressão regionalizada (especialmente nas regiões Sudeste e Sul do país). A crescente minoria conhecida como “evangélica” são as igrejas pentecostais e neopentecostais, em geral alheias ao ecumenismo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, B. Que tem a ver Roma com Rua Azusa? Introdução teológica ao diálogo católico-pentecostal. **Revista Teológica Doxia**, v. 2, n. 3, p. 76-85, 2018. Disponível em: <http://ead.soufabra.com.br/revista/index.php/teologia/article/view/18>. Acesso em: 11 jan. 2022.

BINEMER, M. C. *Mare nostrum*. **domtotal**, 25 out. 2013. Disponível em: <https://domtotal.com/artigo/3913/25/10/mare-nostrum/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

CONTIERO, Tiago Tadeu. **O mundo na igreja e a igreja no mundo: reflexões do Concílio Vaticano II e a modernidade**. 2017. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

FELLER, V. G. **O sentido da salvação: Jesus e as religiões**. São Paulo: Paulus, 2005.

FONSECA, A. B.; ADAD, C. J. (org.). **Relatório sobre intolerância e violência religiosa no Brasil (2011- 2015):** resultados preliminares. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2016.

GOEMS, T. F. A missão da igreja em tempos da pandemia. **Encontros Teológicos**, v. 36, n. 2, p. 337-353, 2021. Disponível em: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/1665/1339>. Acesso em: 11 jan. 2022.

KOUBETCH, V. Espírito santo, igreja e ecumenismo na teologia de *Pavel Evdokimov*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE TEOLOGIA ORIENTAL, 1., v. 1, n. 1, p. 52-64, 2013, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Faculdade São Basílio Magno, 27 e 28 set. 2013.

KÜNG, H. **Projeto de ética mundial:** uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2001.

LAURENTI, R.; VILLARI, B. D.; ROZENFELD, H. Problemas e melhorias do método FMEA: uma revisão sistemática da literatura. **P&D em Engenharia de Produção**, v. 10, n. 1, p. 59-70, 2012. Disponível em: https://web.archive.org/web/20180421130937id_/http://www.revista-ped.unifei.edu.br/documentos/V10N01/06-1211-V10-N1-2012.pdf. Acesso em: 11 jan. 2022.

LIMA, A.; CAMPOS, B. O conceito de pentecostalidade: uma contribuição pentecostal para a unidade da igreja. **Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor.**, v. 11, n. 3, p. 728-747, 2019. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/pistispraxis/article/view/25948/23892>. Acesso em: 11 jan. 2022.

MARIZ, C. L.; SOUZA, C. H. Carismáticos e pentecostais: os limites das trocas ecumênicas. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 5, n. 2, p. 381-381, 2015.


NOGUEIRA, P. A. S. O cristianismo primitivo como objeto da história cultural: delimitações conceituais de análise e roteiros de pesquisa. **Antíteses**, v. 8, n. 16, p. 31-49, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5381763>. Acesso em: 11 jan. 2022.

PINHO, A. O Concílio Vaticano II e a modernidade. **Humanística e Teologia**, v. 34, n. 1, p. 133-142, 2013.

PRANDI, R.; SANTOS, R. W. Mudança religiosa na sociedade secularizada: o Brasil 50 anos pós o Concílio Vaticano II. **Contemporânea**, v. 5, n. 2, p. 351-379, 2015. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/349/155>. Acesso em: 11 jan. 2022.

SAUCEDO, *Oikoumene* ou um trajeto pela casa comum: origens do ecumenismo. **PqTeo**, v. 4, n. 8, p. 379-393, 2021. Disponível em: <http://periodicos.puc-rio.br/index.php/pesquisasenteologia/article/view/1434/943>. Acesso em: 11 jan. 2022.

SELVATICI, M. Construção de fronteiras entre judaísmo e o cristianismo no Império Romano: os judaizantes e a retórica antijudaica no movimento cristão dos séculos I e II d.C. **Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos**, n. 1, p. 23-37, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/romanitas/article/view/6251/4563>. Acesso em: 11 jan. 2022.



SOUZA, A. R. O pluralismo cristão brasileiro. **Caminhos**, v. 10, n. 1, p. 143-163, 2012. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/1953/1218>. Acesso em: 18 out. 2021.

TEIXEIRA, F.; DIAS, Z. M. **Ecumenismo e diálogo inter-religioso: a arte do possível**. São Paulo: Santuário, 2008.

WOLFF, E. Recensões. *In*: WOLFF, E. (org.). **Caminhos do Ecumenismo no Brasil. História - Teologia - Pastoral**. São Paulo: Paulus, 2003. p. 177-193. Disponível em: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/488/475>. Acesso em: 11 jan. 2022.

WOLFF, E. **Ministros do diálogo: o diálogo ecumênico e inter-religioso na formação presbiteral**. São Paulo: Paulus, 2004.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed.reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013.

CAPÍTULO 29

ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO CENTRO DE REFERÊNCIA MARIA QUITÉRIA EM FEIRA DE SANTANA, BAHIA

Jaciane Pereira da Silva
Acácia Batista Dias

RESUMO


O enfrentamento do problema da violência contra as mulheres requer a efetividade dos programas e equipamentos sociais de apoio, acolhimento e proteção às vítimas. Esta violência ao se fazer presente nas relações conjugais e intrafamiliar promove sofrimento e dor para quem a vivencia. Dessa forma, os centros de referências de atendimento à mulher se configuram como espaços de atendimento e orientação que ajudam as vítimas a vencerem os desdobramentos da agressão sofrida. No município de Feira de Santana, interior do estado da Bahia, o Centro de Referência Maria Quitéria (CRMQ) busca estratégias para combater esse problema social, através da oferta de serviço especializado no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, e constitui a rede de defesa e proteção da mulher do município. Este estudo apresenta os dados das mulheres atendidas no centro de referência no período de 2010 a 2020. As vítimas são mulheres negras, com baixa inserção no ensino superior, predominantemente situadas na faixa etária de 18 a 39 anos e identificam seus parceiros e/ou ex-parceiros como os agressores. O estudo identifica também as ausências dos equipamentos sociais que garantem a segurança das vítimas e de seus filhos.

PALAVRAS CHAVES: Violência contra a mulher; rede de enfrentamento; centro de referência; serviço especializado.

INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres tem se apresentado cada vez mais cedo no cotidiano da mulher contemporânea. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), “uma em cada quatro mulheres jovens (de 15 a 24 anos) que estiveram em um relacionamento já terá sofrido violência de seus parceiros por volta dos vinte e poucos anos”. Assim, as vítimas precisam saber como e onde buscar apoio para enfrentar este problema e quais os mecanismos existentes para seu combate.

Neste sentido a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, popularmente conhecida como Convenção de Belém do Pará, além de afirmar que “a violência contra a mulher constitui uma violação dos direitos humanos”, define em seu primeiro capítulo a violência contra a mulher como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ, 1994).




O entendimento da violência contra a mulher é complexo e ultrapassa barreiras sociais e econômicas. É um fenômeno multifacetado, praticado na maioria das vezes no ambiente familiar e que segundo o Art. 5º da Lei 11.340/2006 se configura como “violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. Ainda com base na referida Lei, entende-se por unidade doméstica “como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar”, que pode ser “indivíduos que são ou se consideram aparentados (...), em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida”, (LEI MARIA DA PENHA, Nº 11.340/2006).

Dados recentes da Organização Mundial de Saúde (OMS) publicados pela Organização Pan Americana de Saúde (OPAS) revelaram que “Ao longo da vida, uma em cada três mulheres, cerca de 736 milhões, é submetida à violência física ou sexual por parte de seu parceiro ou violência sexual por parte de um não parceiro - um número que permaneceu praticamente inalterado na última década”. Esses dados fortalecem reflexões e críticas no tocante ao enfrentamento à violência contra a mulher, especialmente na perspectiva das relações conjugais, as quais envolvem afetos, emoções e sofrimentos.

Para Queiroz e Cunha (2017), a violência conjugal faz parte da violência doméstica e, na maior parte das vezes, tem como vítima uma mulher. Segundo Cotrim (2014, p.1), “a violência conjugal se caracteriza pelos maus tratos físicos, sexuais, psicológicos, financeiros e sociais e que em algumas situações tem o seu desfecho através do homicídio da mulher maltratada”, fato que caracteriza a expressão mais cruel de silenciamento da vítima.

Cotidianamente circulam registros de agressões contra a mulher, as quais são objetos de atenção e conduta de distintos órgãos, inclusive àqueles relacionados à saúde pública, como destacam Costa e Dias (2021). Estas autoras também ressaltam que ainda há um longo caminho de embate para salvaguardar as vítimas desta violência, mas registram que “com a Lei Maria da Penha vieram inovações jurídicas necessárias ao enfrentamento do fenômeno” (COSTA; DIAS, 2021, p. 104). Verifica-se também a proposição de ações baseadas na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, entre as quais está o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher - lançado em agosto 2007, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O município de Feira de Santana, situado no interior da Bahia, no ano de 2014, aderiu a este Pacto e passou a investir em estratégias tanto para o enfrentamento quanto para o combate



da violência doméstica e familiar por ser um problema social que atinge mulheres de todas as classes sociais.

Este estudo é parte da pesquisa de mestrado intitulada “Abrigamento para mulheres em situação de violência doméstica: um estudo sobre a Casa-Abrigo regional de Feira de Santana/BA”, a qual se encontra em fase de conclusão. Esta investigação foi apreciada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual de Feira de Santana, sob o Número do Parecer: 4.137.505.


CENTROS DE REFERÊNCIAS DE ATENDIMENTO À MULHER

No Brasil, de acordo com Melo e Rodrigues (2017), as políticas públicas de atendimento à mulher em situação de violência começaram a fazer parte da agendas política dos governantes a partir da década de 1980. Nesse período, houve uma disseminação dos grupos feministas, mobilizações e ações, entre as quais destaca-se a criação do SOS Mulher. Para Santos (2008, p. 6), ao serem “criados para fornecer assistência social, psicológica e jurídica às mulheres em situação de violência doméstica”, estes grupos, além de tornar público o problema da violência doméstica contra à mulher cometido no âmbito privado e aceito pela sociedade como algo “natural”, disseminava entre as mulheres diversas questões sobre a dominação patriarcal. (SANTOS, 2008).

Segundo Gregori (1993), a forma de atendimento e o tipo de serviço ofertado pelos grupos feministas através como SOS Mulher serviu de modelo para o poder público o qual deu início já década de 1990 a implantação dos primeiros centros de referências como órgãos governamentais. Segundo o Mapa do acolhimento, atualmente existem 234 unidades do referido órgão distribuído pelo país, sendo que desse total 29 unidades estão localizadas no Estado da Bahia.

Mediante a necessidade de uniformizar os serviços prestados pelos centros de referências, para assegurar sua qualidade e garantir elementos para reformulação da política pública de atendimento à mulher em situação de violência, a Secretaria Especial de Política para as Mulheres da Presidência da República no ano de 2006 elaborou a “Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência”, a qual traz a seguinte definição sobre os centros:

Espaços de acolhimento/atendimento psicológico, social, orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência, que proporcione o atendimento e o acolhimento necessários à superação da situação de violência ocorrida, contribuindo para o fortalecimento da mulher e o resgate da sua cidadania (BRASIL, 2006, p. 15).



Além disso, esse documento estabelece em âmbito nacional objetivos e princípios norteadores da intervenção dos centros de referência com foco em prevenir futuros atos de agressão e de promover a interrupção do ciclo de violência com base nos seguintes princípios:


1-Atender à necessidade da mulher em situação de violência; 2 - Defesa dos direitos das mulheres e responsabilização do agressor e dos serviços; 3 - Reconhecimento da diversidade de mulheres; 4 - Diagnosticar o contexto onde o episódio de violência se insere; 5 - Evite ações de intervenções que possam causar maior risco à mulher em situação de violência; 6 -Articulação com os demais profissionais dos serviços da Rede; 7 - Gestão democrática. O envolvimento de mulheres no monitoramento das ações (BRASIL, 2006, p. 16-17).

Com o intuito de materializar a implementação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, os centros de referência têm a função de acolher de forma contínua às mulheres que precisam de atendimento específico, além de monitorar os procedimentos que devem ser realizados pelas instituições que integram a rede de atendimento à mulher.

Em relação as diretrizes gerais para o funcionamento dos centros de referência, a norma técnica descreve a importância de se ofertar uma abordagem multidisciplinar a partir de uma intervenção articulada e única para cada atendimento. Destaca ainda a necessidade de identificação dos tipos de violência com base nos indicadores e características, a relevância da execução do trabalho em rede com intuito de superar dificuldades e fortalecer os serviços especializados além de definir uma equipe mínima na perspectiva de garantir qualidade dos serviços prestados.

Quanto à segurança da mulher atendida e dos profissionais que atuam nos centros de referência, conforme as diretrizes gerais, se recomenda a elaboração de um protocolo de segurança em conjunto com os órgãos de justiça e de segurança pública com intuito de coibir aproximação e tentativas de intimidação do agressor tanto no equipamento quanto nas proximidades. Ainda em conformidade com as diretrizes gerais, faz necessário a construção um plano de segurança interno com medidas preventivas a fim de inibir situações perigosas e de treinar a equipe técnica para agir de forma rápida e profissional frente a essas circunstâncias (BRASIL, 2006, p. 18).

O Centro de Referência Maria Quitéria (CRMQ) foi inaugurado em 25 de outubro de 2010, recebeu esta denominação em homenagem a feirense Maria Quitéria, primeira mulher a fazer parte das Forças Armadas que atuou ativamente no campo da infantaria como soldado Medeiros, em defesa da Bahia e do Brasil. Reconhecida como Patronesse do Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro, Maria Quitéria, nos anos 1800, se contrapôs



a um sistema onde historicamente o fato do poder do homem sobrepor a mulher era naturalizado pela sociedade.

Desse modo salienta-se que o poder masculino é historicamente registrado e tem amparo numa estrutura patriarcal que sustenta a relação dominação-submissão, correspondente a relação homem-mulher. Para Saffioti (2015, p. 145), “o patriarcado refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina”.

O CRMQ faz parte da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, procede como órgão articulador dos serviços e organismos governamentais e não governamentais, e por ofertar um serviço especializado compõe a rede de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica do município de Feira de Santana.


A rede de enfrentamento à violência contra a mulher, tem como principal característica um alcance maior por contemplar os quatro eixos da Política Nacional de Enfretamento à Violência contra Mulher: combate, prevenção, assistência e garantia de direitos, abrange os organismos responsáveis pela gestão, o controle social, além de abarcar toda a rede de atendimento à mulher (BRASIL, 2011, p.14).

Ao se tratar das características da rede de atendimento às mulheres em situação de violência, a qual abarca apenas o eixo da assistência social no âmbito da política nacional, tem como base as diversas ações e serviços especializados e não especializados em diferentes setores (BRASIL, 2011, p. 14).

Para tanto, a característica principal da rede de atendimento à mulher é o foco nos serviços especializados ofertados nas áreas de justiça, segurança pública, saúde e assistência social. Seu objetivo é oferecer qualidade no atendimento, na identificação, e no encaminhamento adequado das mulheres que se encontram em situação de violência, a partir de um atendimento integral e humanizado (BRASIL, 2011).

Os serviços especializados são aqueles direcionados ao atendimento exclusivo da mulher e que possuem um conjunto de habilidades específicas no exercício com a temática da violência contra as mulheres.

No que tange a oferta desses serviços especializados, a rede de atendimento a mulher em situação de violência doméstica do município de Feira de Santana é composta pelos seguintes organismos: Centro de Referência Maria Quitéria, Unidade Regional da Casa Abrigo, Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), Defensoria Pública Especializada,



Promotoria Especializada, Ronda Maria da Penha, Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e o Serviço de Atendimento Psicossocial ao Autor de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

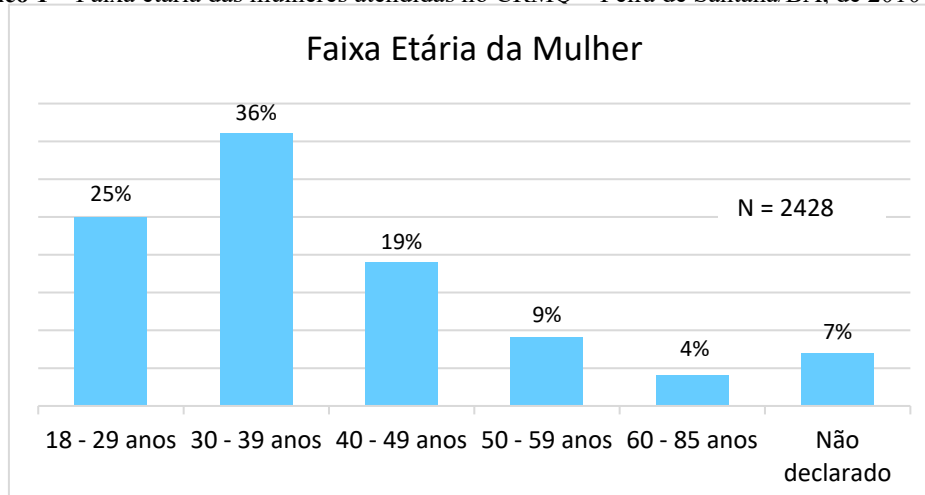
O CRMQ enquanto órgão especializado intervém numa perspectiva preventiva através de ações para inibir novos atos de violência com foco na interrupção imediata do ciclo de violência vivenciado pela mulher. Desde a sua inauguração neste município, o órgão tem buscado ofertar seus serviços conforme os princípios norteadores descritos nas diretrizes da Norma Técnica. Seu funcionamento acontece de segunda a sexta-feira, com atendimentos ininterruptos das 8h às 17h.

O referido órgão até o ano de 2020 esteve vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Entretanto, no ano de 2021 o município de Feira de Santana, ao retomar o foco na implementação efetivação das políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência contra a mulher, frente a necessidade da criação da política municipal da mulher e a necessidade de gerir com mais especificidade os organismos e serviços já existentes no município, estrategicamente criou por decreto a Secretaria Extraordinária de Política para Mulheres com intuito de fortalecer a rede de enfrentamento e combate à violência contra a mulher. Mediante essa iniciativa, o CRMQ ficou vinculado à esta Secretaria e continua sendo mantido pelo governo municipal.

Conforme relatório trimestral de junho a setembro do ano de 2020, o Centro de Referência Maria Quitéria possui uma equipe técnica composta por 18 profissionais, sendo uma coordenadora, três assistentes administrativos, três assistentes sociais, duas psicólogas, três advogadas, duas pedagogas, uma nutricionista, uma agente de serviços gerais, um agente de portaria e um motorista. Dentre as formas de acesso ao serviço se destaca a demanda espontânea, o encaminhamento tanto dos organismos da rede de enfrentamento quanto da rede de atendimento especializada, não especializada e dos Movimentos de Mulheres.

Desde sua criação em 2010 até os anos de 2020, passaram por esse serviço especializado 2428 mulheres. Com base nesse número de atendimentos e com intuito de apresentar um perfil dessas mulheres, observa-se a seguir os gráficos referente a faixa etária, escolaridade, raça/cor, suposto agressor. O Gráfico1 apresenta a faixa etária das mulheres que utilizaram o serviço ofertado no Centro na última década.

Gráfico 1 – Faixa etária das mulheres atendidas no CRMQ – Feira de Santana/BA, de 2010 a 2020.



Fonte: Cadastro das mulheres atendidas – Centro de Referência Maria Quitéria (CRMQ) – Feira de Santana/BA, 2010/2020.

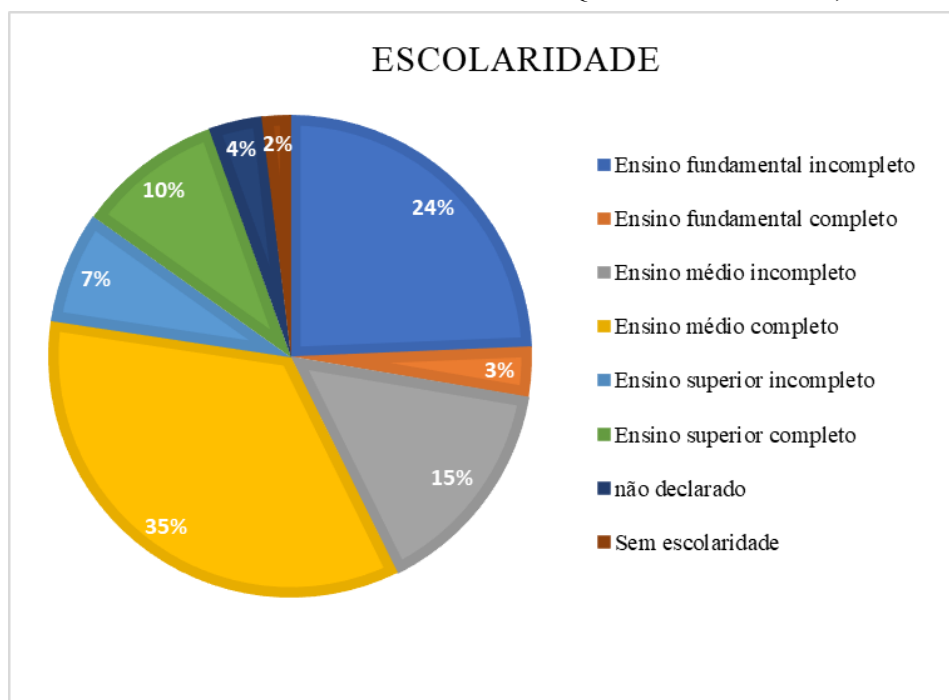
Observa-se que as mulheres com a faixa etária de 30 a 39 se destacaram em relação ao uso do serviço especializado ofertado no CRMQ. Um estudo realizado no Noroeste do Estado do Paraná, a partir de dados do Serviço de Informação de Agravos de Notificação - SINAM constatou que entre os anos de 2010 e 2015 “a maior ocorrência de violência foi entre mulheres na faixa etária de 20 a 39 anos” (FERREIRA et. al, 2020).

A maior incidência de mulheres em situação de violência, que passaram pelo serviço especializado do CRMQ, conforme o gráfico 1, é de mulheres jovens adultas com faixa etária entre 18 a 29 anos e 30 a 39 anos que correspondem a 61% do total de mulheres atendidas.

A violência doméstica afeta cotidianamente a vida de várias mulheres e se constitui como violência de gênero. Segundo a Ouvidoria Nacional do Direitos Humanos (ONDH), órgão responsável pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, um balanço realizado em 2019 verificou que 78,96% dos registros estão associados a violência doméstica e familiar.

Em relação ao grau de escolaridade o gráfico 2 mostra que 35% das 2428 mulheres atendidas no CRMQ nos últimos 10 anos possuem ensino médio completo, em seguida estão as mulheres com ensino fundamental incompleto com 24%, sendo que o número de mulheres que possuem ensino médio incompleto chega a 15%. e as mulheres que possuem ensino superior completo correspondem aos 10% do total de mulheres apresentado.

Gráfico 2 – Escolaridade das mulheres atendidas no CRMQ – Feira de Santana/BA, de 2010 a 2020.



Fonte: Cadastro das usuárias – Centro de Referência Maria Quitéria (CRMQ) – Feira de Santana/BA, 2010/2020.


O indicativo de escolaridade revela um maior número de busca pelo serviço entre mulheres com o ciclo do ensino básico completo. Para os autores a seguir, o déficit educacional se torna um problema social por interferir na geração de mão de obra qualificada e consequentemente nas condições socioeconômicas, o que pode desencadear a violência intrafamiliar.

Prioritariamente, um indivíduo com ensino médio completo, tem mais condições para quebrar o ciclo de maus-tratos, pois seus recursos internos serão mais eficazes, diminuindo a tolerância à violência. Em especial, a mulher, na medida em que se qualifica profissionalmente, tem chances de maior independência e autoestima mais elevada (ZART; SCORTEGAGNA, 2015, p. 90).

Um estudo realizado por Bagaratt e colaboradores (2018) destaca a carência no grau de instrução como gerador de diversos fatores que interferem na forma que as mulheres enfrentam a violência doméstica. Assim, observa-se que a falta de informação, de acesso aos serviços especializados e o baixo nível de instrução pode interferir na busca de recursos por parte da vítima quando se trata de sua proteção. Dessa forma:

A tomada de decisão das mulheres é influenciada pela informação, pelo conhecimento, por suas percepções e atitudes, recursos disponíveis, experiência anterior, valorização a situação e apoios ou obstáculos encontrados (BARAGATT; CARLOS; LEITÃO; FERRIANE; SILVA, 2018, p. 2).

Dentre os diversos contextos e situações de violência vivenciada pelas mulheres o agravamento dos episódios de violência, o medo da morte, o apoio dos familiares, e o impacto da violência nos filhos são outros aspectos que motivam a mulher no momento da tomada de



decisão. Por outro lado, a culpa, a vergonha, a insegurança e muitas vezes a pressão familiar que recorrem a jargões sociais como: “ruim com ele pior sem ele” são os aspectos que desencorajam a mulher e contribuem para se acomodarem na relação conflituosa, especialmente, quando há ausência de equipamentos sociais que possam respaldar a sua decisão a protege-las em local seguro com oferta de qualificação, inserção no mercado de trabalho e opções para o sustento dos filhos.

A violência contra mulher está presente em diferentes classes sociais. Segundo Ferreira et al (2020), “aquelas com menor instrução escolar geralmente não têm coragem de denunciar, apesar de algumas reconhecerem seus direitos”. Para tanto é fundamental salientar dois aspectos relevantes: o primeiro é que “reconhecimento” não é o mesmo que ter seus direitos garantidos e essa premissa, leva ao segundo aspecto, o de que não se trata apenas da ausência de “coragem”, haja vista a ausência do Estado no que diz respeito a garantia e efetivação de direitos, além da falta de perspectiva de romper com um dado “destino” de subordinação da condição feminina.

Nesse âmbito é necessário destacar também o parco investimento nas políticas de prevenção e a falta do aparato institucional legal para o combate da violência contra a mulher que a expõe as consequências de uma sociedade machista, sexista e misógina.

Em 2019, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), mostrou que no Brasil as mulheres são mais instruídas que os homens, entretanto a mesma pesquisa aponta uma menor inserção das mulheres no mercado de trabalho e na vida pública. Neste sentido, é importante salientar as recorrentes dificuldades encontradas pelas mulheres durante o processo de inserção no mercado de trabalho, uma vez que, variam desde a ausência de creches, ao acesso a cargos de chefia bem como a equiparação salarial com os homens que desempenham as mesmas ocupações no mesmo cargo.

A violência contra a mulher ao perpassar por fatores sociais, econômicos e culturais abrange mulheres que ocupam diversos espaços na sociedade. De acordo com Cunha (2007):

A evidência do mundo industrializado indica, entretanto, que muitas mulheres que desfrutam de condições econômicas relativamente seguras, não estão livres de vivenciar situações de violência. Em muitos casos, a garantia de seus rendimentos, de sua situação social e do direito sobre a guarda dos filhos depende da coabitação com seus próprios agressores (CUNHA, 2007, p. 39).

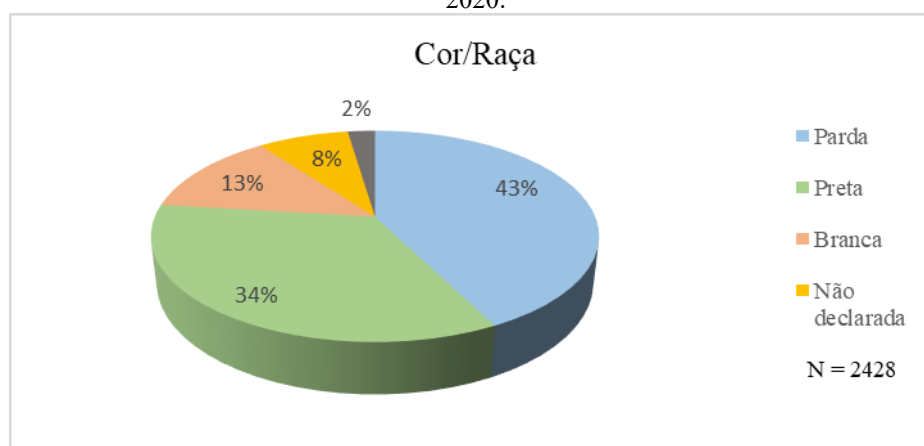
Ainda em relação aos fatores que podem gerar a violência contra a mulher, Cunha (2007) ao abordar alguns estudos sobre a violência familiar, destaca as seguintes sugestões que podem determinar a prevalência da violência contra a mulher em diferentes sociedades:

1) desigualdade econômica entre homens e mulheres; 2) padrão de sociabilidade que implica o uso da violência física para resolver conflitos; 3) autoridade masculina; 4) controle da tomada de decisões e restrições quanto a capacidade da mulher para assumir sua própria vida e se desvincular da família (CUNHA, 2007, p. 39).

A violência contra a mulher, quer seja identificada como intrafamiliar ou como violência conjugal, pode acontecer de forma sutil, mesmo com todo empenho para torna-la visível, ela tem um maior reconhecimento quando a agressão física deixa marcas no corpo da vítima. No entanto, é importante ressaltar que independente do grau de instrução dessa mulher a violência pode persistir quando não for reconhecida pela própria mulher.

O gráfico a seguir mostra o número de mulheres conforme o quesito cor/raça que foram atendidas pela equipe técnica especializada do CRMQ na última década.

Gráfico 3 – Características étnico-raciais das mulheres atendidas no CRMQ – Feira de Santana/BA, de 2010 a 2020.



Fonte: Cadastro das usuárias – Centro de Referência Maria Quitéria (CRMQ) – Feira de Santana/BA, 2010/2020.

As características étnicas raciais explícitas no gráfico 3 mostram que 77% das mulheres atendidas pelo serviço especializado ofertado no CRMQ, se declararam pardas ou pretas. Neste sentido, observa-se que a maior incidência de busca pelo serviço ocorre entre determinado grupo social: mulheres negras. A violência traz marca de gênero e cor, são dados registrados em pesquisas no Brasil. Assim, segundo o Mapa da Violência (2015) “As taxas de homicídio de mulheres brancas caíram 11,9%: de 3,6 por 100 mil brancas, em 2003, para 3,2 em 2013. Em contrapartida, as taxas das mulheres negras cresceram 19,5%, passando, nesse mesmo período, de 4,5 para 5,4 por 100 mil.” Essa desigualdade racial se acentua um pouco mais ao se observar os dados do Atlas da Violência de 2020: “Enquanto entre as mulheres não negras a taxa de mortalidade por homicídios no último ano foi de 2,8 por 100 mil, entre as negras a taxa chegou a 5,2 por 100 mil, praticamente o dobro”.

Nesse contexto, os dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (OND) e do Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) apontam que “em 2020

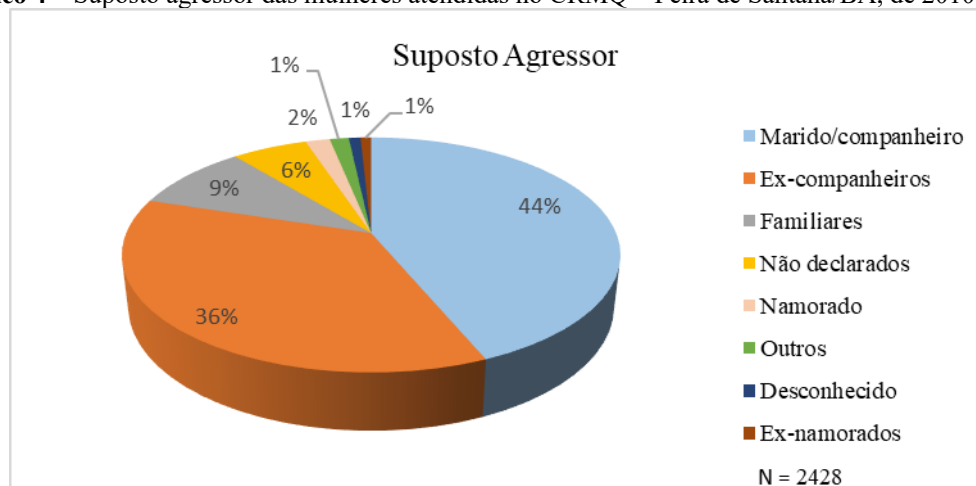
houve mais de 105 mil denúncias registradas nas plataformas do Ligue 180 e Disk 100. Do total de registros, 72% (75,7 mil denúncias) foram referentes a violência doméstica e familiar contra mulheres” (BRASIL, 2021).

Ao se correlacionar esses dados com o período pandêmico, segundo Vieira et al. (2020, p.2) percebe-se que “Embora as evidências a respeito dos impactos do isolamento sobre a violência doméstica e familiar sejam incipientes, notícias divulgadas na mídia e relatórios de organizações internacionais apontam para o aumento desse tipo de violência”.

Apesar do número expressivo de denúncias nas duas plataformas (Ligue 180 e Disk 100), em 2020 cresceu também o número de subnotificação de denúncia referente a violência doméstica e intrafamiliar. Segundo Vasconcelos (2020), “A redução do número de denúncias registradas pode ser atribuída a diversos fatores, inclusive ao fato de que em razão do isolamento social muitas mulheres não têm conseguido sair de casa para realizar a denúncia”.


O gráfico 4 demonstra o tipo de relação que as mulheres atendidas no CRMQ tinham com o suposto agressor e sua predominância.

Gráfico 4 – Suposto agressor das mulheres atendidas no CRMQ – Feira de Santana/BA, de 2010 a 2020.



Fonte: Cadastro das usuárias – Centro de Referência Maria Quitéria (CRMQ) – Feira de Santana/BA, 2010/2020.

No que tange a identificação do suposto agressor da mulher em situação da violência doméstica ou intrafamiliar atendida no CRMQ, no período explicitado acima o gráfico 4 mostra que 44% das atendidas declararam como suposto agressor o marido ou companheiro e 36% declararam como suposto agressor o ex-companheiro. O somatório desses percentuais revela que 80% correspondem a pessoas com as quais a vítima mantinha ou manteve relações afetivo-sexuais.



O gráfico sobre o suposto autor das agressões identificado pelas mulheres atendidas no CRMQ, corrobora com os dados do Mapa da violência desde 2015, quando este documento já apontava o parceiro ou ex-parceiro como agressor principal das mulheres jovens e das adultas entre 18 a 59 anos de idade. Nessa direção, Zart e Scortegagna (2015), ao realizarem uma pesquisa em uma delegacia no Rio Grande do Sul, constataram que o autor das agressões “foi o companheiro ou ex-companheiro em 95,77% dos casos analisados”. Segundo o instituto de pesquisa DataSenado o número de mulheres que sofreram episódios de violência por “ex-companheiros subiu de 13% para 37% entre 2011 e 2019”.

A naturalização da violência de gênero faz parte de uma prática de dominação masculina, onde o homem ainda trata a mulher como sua propriedade.

Em termos gerais, a violência doméstica consiste no abuso físico, sexual ou emocional de um indivíduo que coabita no mesmo domicílio do agressor, independentes da existência de parentesco, aí incluída, a violência conjugal contra mulheres (CUNHA, 2007, p. 43).


Nesta perspectiva, a violência conjugal se materializa no ambiente familiar a partir de comportamentos violentos dentro de uma relação íntima e pode causar danos físico, moral, sexual, psicológico ou até chegar à morte. Talvez, esses fatores expliquem a dificuldade da mulher em romper com o ciclo da violência conjugal já instalado no seio da família. Segundo Rocha (2007):

A violência conjugal constitui instrumento para manutenção dessa organização social de gênero. Trata-se de um fenômeno social e político que ocorre nos grupos sociais, independente de classe/raça/etnia/nível de escolaridade/idade/local de moradia. Ele ultrapassa a relação interpessoal do casal (ROCHA, 2007, p. 49)

É importante ressaltar que ao praticar atos de violência contra mulher o homem necessita ser tratado e identificado na sociedade como autor de violência com intuito de responsabilizá-lo pelos seus atos de agressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enfrentamento da violência contra mulher requer esforços governamentais tanto no sentido de manter a rede estruturada quanto no sentido de garantir a aplicação e a eficácia da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. No que tange ao combate desse problema social por parte do município de Feira de Santana, foi possível constatar a existência da rede de enfrentamento e os órgãos que a compõe, segundo a especificação da Lei Maria da Penha, bem como ações para implantação de serviços e organismos para ofertar o atendimento especializado a mulher que se encontra em situação de violência doméstica e familiar. Neste âmbito situa-se o Centro de Referência Maria Quitéria, cuja equipe técnica ao



ofertar o atendimento especializado contribui para que as mulheres ressignifiquem a violência respeitando os diversos caminhos, o tempo e as necessidades de cada uma no processo de recuperação da cidadania, da autoestima e da confiança nas próprias percepções e decisões.

Frente ao que foi explícito, sugere-se mais investimentos na estruturação dos equipamentos sociais previstos nas políticas públicas de proteção à mulher, na divulgação da rede especializada, bem como do papel articulador que os centros de referência devem ocupar no enfrentamento e combate da violência doméstica e familiar.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Governo da Bahia. Feira de Santana adere ao Pacto de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. 06 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.bahia.ba.gov.br/2014/05/noticias/politicas-publicas/feira-de-santana-adere-ao-pacto-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-a-mulher/>. Acesso em : 16 fev. 2022.

BAHIA. Governo do Estado. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Estadual de Política para as Mulheres (2013-2015). Salvador, p.88, 2014.

BARAGATTI, Daniela Y.; CARLOS, Diene M.; LEITÃO, Maria Neto C.; FERIANI, Maria das Graças C.; SILVA, Eliete M. Rota crítica de mulheres em situação de violência por parceiro íntimo. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*. [S.l.], v.26, p. 1-5, 2018.

BRASÍLIA. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Norma Técnica de Uniformização: Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência**, 2006. Disponível em: http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Legislacao/6_NormaTecnicaUniformizacaoparaCentrosdeReferenciaAtendimentoaMulher2006.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **A história da mulher no Exército** Brasília. Disponível em: http://www.eb.mil.br/web/ingresso/mulheres-no-exercito/-/asset_publisher/6ssPDvxqEURI/content/a-historia-da-mulher-no-exercito?inheritRedirect=false#:~:text=mulheres%20no%20ex%C3%A9rcito,-A%20Hist%C3%B3ria%20da&text=A%20primeira%20participa%C3%A7%C3%A3o%20de%20uma%20mulher%20em%20combate%20ocorreu%20em%201823.&text=Entretanto%2C%20somente%20em%201943%2C%20durante,6%20especialistas%20em%20transporte%20a%C3%A9reo. Acesso em: 09 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. **Canais registram mais de 105 mil denúncias de violência contra mulher em 2020**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/03/canais-registram-mais-de-105-mil-denuncias-de-violencia-contra-mulher-em-2020>. Acesso em: 22 fev. 2022.

BRASIL. Decreto n.º 1973 de 01 agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Diário Oficial da União. Brasília, DF, nº 107. p. 1447. 2 de agosto de 1996.

CARVALHO, Ana Paula C. et. al. **Desigualdades de gênero, raça e etnia**. Curitiba: Inter Saberes, 2012.

COLOSSI, Patrícia M.; FALCKE, Denise. Gritos do Silêncio: A Violência Psicológica no Casal. **Psicologia**. Porto Alegre, PUCRS, v. 44, n. 3, p. 310-318, 2013.

CÔRTEZ, Gisele R. Violência doméstica: centro de referência da mulher “Heleieth Saffioti”. **Estudos de Sociologia**. Araraquara, v.17, n.32, p.149-168, 2012.

COSTA, Analice B. M. **O silêncio da farda: a inserção da mulher nas forças armadas**. In: XX Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relação de Gênero (REDOR). **Anais**. Salvador, 2018.

COSTA, Maria Clécia V.M.F; DIAS, Acácia B. Enfrentamento da violência contra a mulher no contexto da pandemia. In: SANTOS, J.D.F. et all (orgs). **Entrecruzando Saberes: Gênero, Sexualidade, Memória e Violência**. Uberlândia: Ed. Navegando, p. 103-121, 2021.

CUNHA, Tânia Rocha Andrade. **O Preço do Silêncio: mulheres ricas também sofrem violência**. Vitória da Conquista: Ed. UESB, 2007.

CRMQ - Centro de Referência Maria Quitéria. Relatório Trimestral: julho/agosto/setembro, 2020.

DANTAS, Stela R. M. **Mulheres e forças armadas: uma análise da Participação feminina nas forças armadas brasileiras**. João Pessoa. 2018. 97 p. Monografia (Graduação) – UFPB / CCSA.

FERREIRA, Patrícia C.; BATISTA, Vanessa C.; LINO, Iven G. T.; MARQUETE, Verônica F.; PESCE, Giovanna B.; MARCON, Sonia S. Caracterização dos Casos de Violência Contra Mulheres. **Revista de enfermagem, UFPE online**. [S.I], n.14, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/243583>. Acesso em: 9 abr. 2021.


GREGORI, Maria F. Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

GROSSI, Krieger Patrícia; WERBA, Graziela C. (Org.) **Violência de Gênero: coisas que a gente não gostaria de saber**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

HIRIGOYEN, Marie-France. **A violência no casal: da coação psicológica à agressão física**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018 n.38, Informativo. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

IPEA- Instituto de pesquisa econômica aplicada. **Atlas da Violência**. p. 07 – 91, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 10 de maio de 2021.



MAPA DO ACOLHIMENTO. Mapeamento da Rede de Serviços Públicos de Atendimento às Mulheres em Situação de Risco no Brasil. Disponível em: <https://www.mapadoacolhimento.org>. Acesso em: 28 abril de 2021.

MELO, Marília G.C.; RODRIGUES, Adriana S. Políticas de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica: os centros de referência de atendimento às mulheres e a abordagem interseccional. **O Social em Questão** - Ano XX. [S.l], n. 38, p. 153-170, 2017.

MOREIRA, Neuracy M. A. Maria Quitéria. **Revista Resgate da Memória**. Salvador, n. 02, 2014. Disponível em: http://200.187.16.144:8080/jspui/bitstream/bv2julho/840/1/RM_n02_Maria%20Quit%C3%A9ria.pdf. Acesso em: 11 abr. 2021.

OPAS - ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DE SAÚDE. **Devastadoramente generalizada: 1 em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/9-3-2021-devastadoramente-generalizada-1-em-cada-3-mulheres-em-todo-mundo-sofre-violencia>. Acesso em: 16 fev. 2022.

QUEIROZ, Rosana A.; CUNHA, Tania R. A. A influência da memória na manutenção da violência contra a mulher na relação conjugal. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**. Aracaju, v.6, n.2. p. 41-50, 2017.

ROCHA, Lourdes M. L. N. **Casas-Abrigo: no enfrentamento da violência de gênero**. São Paulo: Veras Editora, p. 254, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

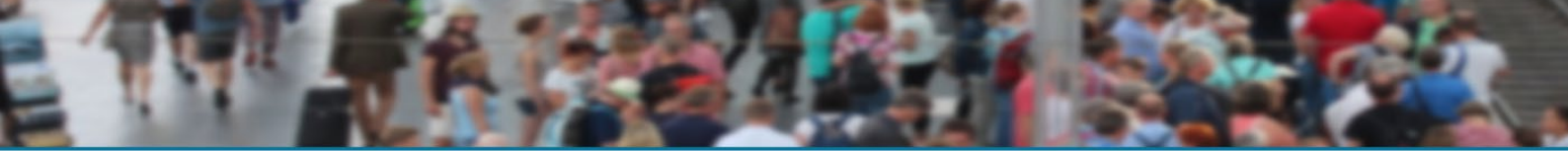
SANTOS, Cecília M.D. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: Lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil. **Oficina do CES**. Universidade de Coimbra, n.º 301, 2008.

SILVEIRA, Lenira P. **Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência**. Disponível em: [https://www3.al.sp.gov.br/repositorio/ilp/anexos/1160/YY2013MM6DD29HH15MM3SS58-Lenira_servicos%20violencia\[1\].pdf](https://www3.al.sp.gov.br/repositorio/ilp/anexos/1160/YY2013MM6DD29HH15MM3SS58-Lenira_servicos%20violencia[1].pdf). Acesso em: 20 abr. 2021.

VASCONCELOS, Veronica A. Coronavírus e violência de gênero contra a mulher no espaço doméstico: pandemia. **Cadernos de Informação Jurídica**. [S.l], v.7, n.1, 2020.

VELASCO, Clara; GRANDIN, Felipe; CAESAR, Gabriela; REIS, Thiago. **Mulheres negras são as principais vítimas de homicídios; já as brancas compõem quase metade dos casos de lesão corporal e estupro**. G1, 16 de setembro de 2020. Disponível em : <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/16/mulheres-negras-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-ja-as-brancas-compoem-quase-metade-dos-casos-de-lesao-corporal-e-estupro.ghtml>. Acesso em: 29 maio 2021.

VIEIRA, Pâmela R.; GARCIA, Leila P.; MACIEL; Ethel L. N. Isolamento Social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? **Revista brasileira de epidemiologia**. São Paulo. v 23. P. 1-5, 2020.



WASELFISZ, Julio J. Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil.1ª. ed. Brasília- DF, 2015.

ZART, Louise. SCORTEGAGNA, Silvana A. Perfil sociodemográfico de mulheres vítimas de violência e circunstâncias do crime. **PERSPECTIVA**. Erechim, v. 39, n.148, p.85-93, 2015.

CAPÍTULO 30

AÇÃO SOCIAL, MATÉRIA-PRIMA DA SOCIOLOGIA

Adelcio Machado dos Santos
Dreon Mendes
Rubens Luís Freiberger

RESUMO

Os indivíduos habitam as sociedades é nesse ambiente que ocorre a ação social, quando o indivíduo estabelece uma relação significativa, ou seja, quando tenta estabelecer algum tipo de comunicação durante a realização de uma ação social com outro(s) indivíduo(s). A ação social acontece entre indivíduo(s) quando diz respeito sobre o comportamento de outros e orienta-se por este(s) para o seu desenvolvimento. (WEBER, 1921). A Sociologia vai mais além do que o simples estudo das condições de existência social dos seres humanos. (FERNANDES, 1960). Pesquisa qualitativa, explanatória, a partir de uma revisão bibliográfica na medida em que busca explicar a ação social produzida em sociedade como matéria-prima do estudo da Sociologia. A ciência busca entender as interações sociais, desenvolvidas durante as ações sociais, nos mais diversos tipos de agrupamentos humanos. A manutenção da sociedade precisa ser conservada com uma moral coletiva, na divisão social do trabalho, solidariedade orgânica gerida por tradições, hábitos, valores e códigos morais que orientem a vida dos indivíduos em sociedade. Conclui-se que socialização guia e organiza o desenvolvimento do homem em concordância com os objetivos que a sociedade persegue.


PALAVRAS-CHAVE: Sociologia; Ação Social; Construto Estratégico.

INTRODUÇÃO

Em uma sociedade a ação social acontece quando o indivíduo estabelece uma relação significativa, ou seja, quando tenta estabelecer algum tipo de comunicação durante a realização de uma ação social com outro(s) indivíduo(s). Nem toda ação realizada entre os indivíduos pode ser considerada uma ação social, será social, mas apenas aquelas que impliquem alguma orientação significativa visando outros indivíduos. (TOMAZI, 1993).

A ação tem sentido quando planejada e executada, se a ação acontece sem essa sequência de passos e sem a participação do outro, a ação é social. Lembrando que a ação social difere para cada um dos envolvidos no seu movimento, para aquele que a executa, para aquele que interage e para aquele que observa. (GARCEZ, 2014).

O pensamento sociológico de Weber inicia-se a partir das relações sociais dos indivíduos com o meio social, para o sociólogo a sociedade baseia-se na concepção da ação social e a sociologia é a ciência que a compreende e a estuda. (SILVA; AMORIM, 2012).



Para o Sociólogo Emile Durkheim, a sociedade é um conjunto de normas de ação, pensamento e sentimento, que prevalece sobre o indivíduo. Não existe apenas nas consciências dos indivíduos, mas que são construídas exteriormente, fora das consciências individuais. Sem esse conjunto as sociedades não existem e os indivíduos não seriam obrigados a obedecê-las. (LUCENA, 2010).

Vila Nova (1981), de forma peculiar, orienta que a definição de Sociologia como “ciência da sociedade”, pressupõe que se saiba o que é sociedade e, por conseguinte, se posta diante de uma espécie de círculo vicioso: a Sociologia se define como “ciência” da sociedade, e a sociedade têm de ser definida pela Sociologia. Portanto, é mais prudente afirmar que a Sociologia é uma ciência.

Sell (2001) corrobora esta definição, acrescentando que a Sociologia é uma forma de saber científico originado no século XIX. Como qualquer ciência, ela não é fruto do mero acaso, mas responde às necessidades dos homens de seu tempo.

Por conseguinte, segundo o autor, a Sociologia tem também as suas causas históricas e sociais. Compreender o contexto no qual a Sociologia nasceu é fator fundamental para se entender as suas características atuais e a ação social.


METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se por uma pesquisa qualitativa, explanatória na medida em que busca explicar a ação social como matéria-prima do estudo da Sociologia. Buscou-se a utilização de um estudo bibliográfico com o objetivo da aproximação com os termos ação social; matéria prima; sociologia.

A pesquisa qualitativa, segundo Denzin e Lincoln (2006), procura interpretar o mundo e aqueles que o habitam, na sociologia a busca é entender os fenômenos sociais a partir da interpretação que as pessoas conferem de mundo.

O levantamento de artigos ocorreu principalmente em periódicos da sociologia brasileira, no acervo digital on-line *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). A SciELO é uma plataforma eletrônica internacional, que abriga uma coleção de periódicos científicos que abordam as mais diversas áreas.

A pesquisa bibliográfica parte do levantamento de publicações divulgadas por escrito e/ou eletronicamente. O pesquisador busca com a pesquisa recolher o maior número de



informações e referências teóricas publicadas a respeito do que se procuram respostas. (GIL, 2007).

Selecionou-se, através da pesquisa na SciELO, os periódicos relevantes para responder o problema de pesquisa, entre eles destacamos: *Civitas - Revista Ciências Sociais* (Porto Alegre), *Revista Administração de Empresas* (São Paulo), *Caderno CRH* (Salvador), *Tempo Social* (São Paulo), *Sociedade e Estado* (Brasília), *Revista Katálysis* (Florianópolis), *Revista de Administração Pública* (Rio de Janeiro), *Revista Brasileira de Educação* (Rio de Janeiro), *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (São Paulo), *Psicologia em Estudo* (Maringá), *Educação e Pesquisa* (São Paulo), *Revista Eletrônica Arma da Crítica* (Fortaleza) e *Caderno de Pesquisa* (São Paulo).

Totalizando 15 (quinze) artigos encontrados na íntegra, que após leitura exaustiva foram selecionados e analisados. Cronologicamente, os artigos foram incluídos os publicados no Brasil entre 1993 e 2018. O “ápice” das publicações foi entre 2010, 2012, 2013, 2014 e 2016. O ano de 2016, encontrou-se o maior número de publicações, com 2 (dois) artigos no mesmo periódico. Não foram encontrados artigos publicados em duplicidade na base de dados.


Também, criaram-se os tipos ideias, que são resultados de uma reflexão baseada nas informações desses estudos. Descrevem, de forma geral, valores, interesses e percepções da sociedade, servem como referência na análise interpretativa com a bibliografia encontrada.

RESULTDOS E DISCUSSÃO

Constitui truísmo que a reflexão sobre os fenômenos sociais não encetou com a Sociologia, no século XIX, conforme enfatiza Vila Nova (1981).

Em consonância com este o autor, antes que *Auguste Comte* “inventasse” na primeira metade daquele século a palavra “sociologia” para denominar a nova ciência e proclamasse a necessidade, a conveniência e a possibilidade de aplicação dos princípios da ciência – até então aplicados apenas ao estudo dos fenômenos da natureza – ao conhecimento da sociedade, os filósofos ocuparam-se da explicação dos fenômenos sociais.

As reflexões de Platão, de Aristóteles, por exemplo, na Antiguidade, ou mesmo de Maquiavel já no Século XVI, apesar de toda a revisão, no Renascimento, das ideias tradicionais até então predominantes, são muito diversas das teorias sociológicas. A reflexão filosófica a respeito da sociedade difere da Sociologia tanto nos resultados quanto, principalmente, na maneira de alcançá-los.



Asseverar que a Sociologia é uma ciência significa, por conseguinte, antes de tudo é dizer que ela difere da Filosofia Social. Para Santos (2021) a sociologia não é fruto do simples acaso, como ciência possui princípios científicos que estuda e responde às necessidades do homem de seu tempo.

A Filosofia Social é a filosofia das ciências sociais, uma ciência pós-positivista que acredita em uma sociedade emancipada com a atual organização social sob a forma de uma tendência para o desenvolvimento, apesar dos conflitos sociais existentes. Dessa forma, a filosofia social se ocupa de três atividades: o conceito sobre uma instituição, como ela funciona e como ela se efetiva. (ASSAL, 2017).


Por sua vez, Fernandes (1960) destaca que a Sociologia vai mais além do que o simples estudo das condições de existência social dos seres humanos. Todavia, os seres humanos é a porção mais interessante de seu objeto de estudo e aquele que instigou a aplicação do ponto de vista científico à observação e à explicação dos fenômenos sociais.

O mesmo autor ao escrever sobre o homem como objeto de indagações específicas do pensamento, tem dificuldade de identificar onde tais indagações se iniciam e quais são seus limites. No entanto, afirma que tais indagações se iniciam com a consciência científica no mundo moderno, a partir dos princípios e do método da ciência que procura investigar e compreender as condições da vida social dos seres humanos.

O homem ainda tem dificuldade na construção de um conceito único sobre a vida na perspectiva epistêmica, mas na consciência biológica e científica a vida é um processo dinâmico que utiliza o equilíbrio e sincronicidade da matéria, tempo e espaço, com reações e transformações químicas favoráveis ou desfavoráveis ao organismo vivo. Esse processo busca adaptabilidade do corpo vivo aos fatores intrínsecos e extrínsecos. (NASCIMENTO-DIAS, 2021). A vida social é também um processo com características próprias.

Fernandes (1960) também infere que o homem, assim como as condições de vida social dos grupos humanos, foi o principal objeto da curiosidade humana. Quando se dialoga sobre a Religião ou a Filosofia há sempre a preocupação do agente humano sobre os temas, fundamentalmente, com questões sobre a origem do homem, da vida e o destino de seus iguais. A cientificidade proporciona diferentes maneiras de expor a trajetória e determinado tipo de teoria.

Para Dias (1997, *apud* Weber, 1991) o ato de rezar é uma atividade contemplativa que não produz mudança social, a sociologia pode não configurar o ato como uma ação social já



que não produz um ato de mudança no mundo, pode ser considerado um modo de buscar exigências profanas e manutenção de um modo de viver social (religiosidade).

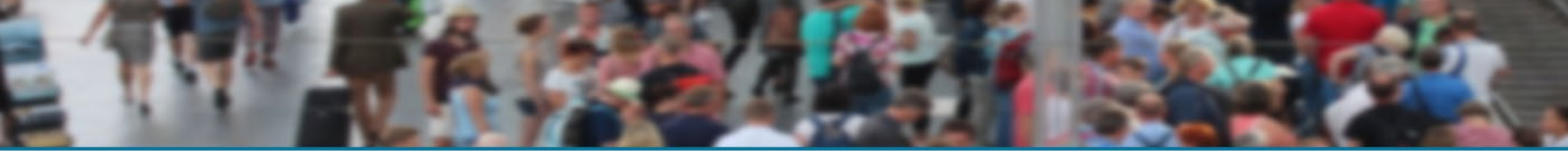
Em primeiro plano, de acordo com Domingues (2001), pode-se adotar uma abordagem histórica acompanhando o surgimento da disciplina, aqui estudada, a Sociologia, seus desenvolvimentos em cada corrente e escola, os problemas surgidos em função de suas relações com a vida social e de sua atualização através de pesquisas concretas.

O indivíduo desde que nasce, independentemente de sua vontade, tem sua existência disciplinada por grande variedade de normas sociais, que já encontram estabelecidos em seu meio social e que lhes são impostas de forma coercitiva. Destas se sobressai, pela sua antiguidade, o costume, norma de convivência social, não estabelecida por qualquer autoridade, decorrente da repetição ininterrupta por largo tempo de um ato ou de uma conduta, garantido pela tradição e pelas sanções sociais.

A sociedade como estrutura que abriga os grupos humanos e reconhece o homem como ser social, passa a ser formalizado a partir do século XVI, por pensadores e percussores da sociologia como *Rosseau, Hobbes e Locke*, que tinham cada um, o conceito particular de homem. Mesmo com conceitos diferentes, os pensadores concordavam que para o homem viver em sociedade é necessário negar o egoísmo e o individualismo para alcançar segurança e reconhecimento social. (MALLMANN, 2018).

Um dos principais erros é conceituar a sociedade igualmente, quando na realidade cada sociedade possui sua cultura, estrato, classe, grupo, entre outros. Cada sociedade tende a denominar as ações sociais e conceder valores determinados a cada uma delas, podendo ser mais ou menos “racionais” em suas análises de categorização, assim o homem (ser social) inteligente é capaz de se sentir “destacado” em relação ao homem comum de sua sociedade. (PEREIRA, 1993).

Para Lucena (2010), *Durkheim* define o individualismo como o maior inimigo da sociedade, o individualismo destrói sua constituição e manutenção. A sociedade precisa ser mantida com uma moral coletiva expressa na divisão social do trabalho manifestada por uma solidariedade orgânica gerida por tradições, hábitos, valores e códigos morais que orientam a vida dos indivíduos em sociedade. Para Dias (1997, *apud* Weber, 1991) quanto mais valorizada ações sociais irracionais com origem afetiva, menos refletirá as consequências dessa ação na sociedade.



Tomazi (1993) também destaca que, de acordo com entendimento de *Durkheim*, a sociedade prevalece sobre o indivíduo, para esse autor, na vida em sociedade os humanos se defrontam com regras de conduta que não foram diretamente criadas por este homem, mas que existem e são aceitas na vida em sociedade, devendo ser seguidas por todos.

Para o Sociólogo *Max Weber* ação é um comportamento humano interno ou externo, permitido ou omitido, sempre que o(s) indivíduo(s) se relacione com um sentido subjetivo. A ação social acontece entre indivíduo(s) quando diz respeito sobre o comportamento de outros e orienta-se por este(s) para o seu desenvolvimento. (WEBER, 1921). O conceito de ação social margeia o pensamento unilateral, enquanto na relação social é a mutualidade que entra em jogo. (SELL, 2016).

Intrinsicamente ligados no desenvolvimento do homem está à relação entre educação e sociedade. A educação é um processo de construção e transformação humana através da aprendizagem, oferecimento de ferramentas e habilidades para que o ser humano se relacione e conviva com outros seres humanos em sociedade. (TOZONI-REIS, 2020).

Para Malmann (2018), refletindo sobre o pensamento de Durkheim, coloca que a sociedade é movida de forma mecânica, repetitiva e previsível, o trabalho, o fato social e a ação social, vão direcionando as ações dos homens no meio social, nas interações sociais e de certa maneira provocando a segregação dos indivíduos.

A Sociologia cada vez mais se preocupa em repensar os pressupostos teórico-metodológicos da ciência e avaliar os alicerces que sustentam seu conhecimento sobre o mundo social, e que sustentam conceitos expressos à sociedade sobre seu entendimento científico de mundo. (ALVES, 2010).

Paiva e Jimenez (2010) no estudo de revisão crítica sobre a evolução do ensino da sociologia no ensino médio, as autoras identificam o discurso de educadores preocupados em formar um aluno crítico, reflexivo e cidadão de sua realidade, entretanto os educadores são superficiais em aprofundar discussões acerca da ciência sociologia.

O homem se acomoda as condições que lhe são impostas, sem criatividade e medíocre colhe as migalhas sociais que lhe são oferecidas, obedece sem questionar, vive e morre dentro das regras impostas, faz parte da massa. (MALMANN, 2018).

É, pois, a norma usual, repetida durante muito tempo em um espaço sociocultural, considerada obrigatória, que compreende preceitos jurídicos, morais, religiosos, regras de etiqueta, de decoro e de cerimonial. (GUSMÃO, 1967).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Lenhard (1978), o ser humano recém-nascido, que se apresenta como futuro membro da sociedade e conhecedor de sua cultura que começa, por ser, apenas, um organismo, possuindo um potencial de desenvolvimento psíquico, mas não uma “personalidade”, propriamente dita.

É humano em um sentido ético, como objeto de valor social e não como sujeito de vontade, conhecimento e capacidade, sendo que é a socialização por meio da educação que faz crescer nele a humanidade ativa.

A sociedade em que vive lhe impõe por costume e antiguidade, as regras, as normas e a moral, construídas e repetidas ao longo do tempo por outros seres humanos. A não adequação e a falta de respeito às tradições serão cobradas por sanções sociais.

Destarte, a socialização orienta e organiza o desenvolvimento do homem em concordância com os objetivos que a sociedade persegue. A educação possibilita também, conforme os princípios pedagógicos existentes, um meio ou situação de desenvolvimento especial e individual, de um homem ser desenvolvido pelos princípios da sociedade ou seria o fato do homem estabelecer/renovar a sociedade que habita.


O estudo vem contribuir para ampliação do debate teórico sobre a matéria de estudo da sociologia enquanto ciência social.

Sugestões para pesquisas futuras sobre a temática é pertinente, já que há uma carência de materiais publicados e disponíveis para acesso de pesquisadores, a construção de um banco de informações que ajudem na compreensão de como a sociologia contemporânea evolui a partir das ações sociais é extremamente importante.

Ademais disso, a ação social origina condições para que a personalidade do homem se forme e oriente suas atividades. Por fim, todo esse processo possibilita a socialização do indivíduo e a manutenção ou transformação da sociedade.

REFERÊNCIAS

ALVES, P. C. A teoria sociológica contemporânea: da superdeterminação pela teoria à historicidade. **Sociedade e Estado**, v. 25, n. 1, p. 15-31, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/jLxd6nDWrqNN77zFTqTZgpM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2021.



ASSAL, J. H. A questão do argumento social-ontológico na filosofia social: a instituição social como fonte de pesquisa crítico-normativa. **Revista de Filosofia**, v. 16, n. 2, p. 205-20, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5766/576664554014/html/#:~:text=Nesse%20sentido%2C%20um%20desafio%20que,%C3%A0%20emancipa%C3%A7%C3%A3o%3B%20ou%20seja%2C%20de>. Acesso em: 23 jul. 2021.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, I. O. **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, W. V. Errantes em fim de século. **Tempo Social**, v. 9, n. 2, 165-178, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v9n2/v09n2a09.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2021.

DOMINGUES, J. M. **Teorias sociológicas no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERNANDES, F. **Ensaio de sociologia geral e aplicada**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1960.

GARCEZ, E. F. *WEBER, SCHUTZ E A BUSCA DE "SENTIDO" NA AÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA*. **EM TESE**, V. 11, N. 1, P. 63-90, 2014. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://PERIODICOS.UFSC.BR/INDEX.PHP/EMTESE/ARTICLE/VIEW/1806-5023.2014V11N1P63](https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2014V11N1P63). ACESSO EM: 26 AGO. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUSMÃO, P. D. **Manual de sociologia**. São Paulo: Forense, 1967.


LUCENA, C. O pensamento educacional de *Émile Durkheim*. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 10, n. 40, p. 295-305, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639820>. Acesso em: 30 ago. 2021.

MALLMANN, I. C. O papel do indivíduo para o desenvolvimento da sociedade. **Cadernos de Ontopsicologia**, n. 1, ed. esp., p. 117-28, 2018. Disponível em: <https://saberhumano.emnuvens.com.br/sh/article/view/285/306>. Acesso em: 30 ago. 2021.

NASCIMENTO-DIAS, B. Filosofia e história da biologia: o que é vida? **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 2, n. 2, p. 168-80, 2021. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/123>. Acesso em: 28 out. 2021.

PAIVA, I. B.; JIMENEZ, S. A sociologia no ensino médio: uma revisão crítica de estudos selecionados. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, ano 2, n. esp., p. 277-292, 2010. Disponível em: http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/3artigo_3_especial.pdf. Acesso em: 28 out. 2021.

PEREIRA, J. C. Sobre o emprego do termo racional em economia e administração. **Revista Administração de Empresas**, v. 33, n. 3, p. 76-83, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/nxvtkDdyRtXBCMhtMqmGNzz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 out. 2021.



SANTOS, A. M. Sociologia da religião – análise do impacto social da confessionalidade. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, n. 2, v. 4, e24254, 2021.

SELL, C. E. **Sociologia clássica: Durkheim, Weber e Marx**. Itajaí: Ed. Univali, 2001.

SELL, C. E. *Max Weber e o átomo da sociologia: um individualismo metodológico moderado?* **Civitas**, v. 16, n. 2, p. 323-47, 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/22167>. Acesso em: 28 out. 2021.

SILVA, J. A. M.; Amorim, W. L. O pensamento sociológico de Max Weber e a educação. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, v. 6, n.1, p. 100-10, 2021. Disponível em: <https://rica.unibes.com.br/rica/article/view/499>. Acesso em: 28 out. 2021.

TOMAZI, N. D. **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Atlas, 1993.

TOZONI-REIS, M. F. C. **A contribuição da Sociologia da Educação para a compreensão da educação escolar**. Texto produzido especialmente para a disciplina Sociologia da Educação do Curso de Pedagogia oferecido pela UNESP através da UNIVESP-TV. São Paulo: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, 2020. Disponível em: <https://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/A-Contribui%C3%A7%C3%A3o-da-Sociologia-da-Educa%C3%A7%C3%A3o-1.pdf>. Acesso em: 28 out. 2021.

VILA NOVA, S. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Atlas, 1981.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2001.

www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
@epublicar
facebook.com.br/epublicar

CIÊNCIAS SOCIAIS EM DIÁLOGO:

REFLEXÕES, PROCESSOS E RUPTURAS
EM TRANSIÇÃO

JOÃO PAULO HERGESEL
ROGER GOULART MELLO
ORGANIZADORES



2022

www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
@epublicar
facebook.com.br/epublicar

CIÊNCIAS SOCIAIS EM DIÁLOGO:

REFLEXÕES, PROCESSOS E RUPTURAS
EM TRANSIÇÃO

JOÃO PAULO HERGESEL
ROGER GOULART MELLO
ORGANIZADORES



2022